

Relatório Final do Projeto

DIVinTV

Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão

Coordenação: Francisco Rui Cádima

NOVA FCSH e CIMJ

Financiamento: FCT

(PTDC/IVC-COM/4968/2014)

Índice

0.	Nota Prévia	4
1.	O Projecto DIVinTV	5
1.1	Título	5
1.2	Palavras-chave	5
1.3	Sumário	6
1.4	Equipa	7
1.5	Revisão da Literatura	8
1.6	Plano e Métodos	10
2.	Diversidade e Pluralismo: Estado da Arte	12
2.1	Estudos dos media, diversidade e pluralismo	12
2.1.1	Media, diversidade e globalização na era digital	12
2.1.2	Pluralismo e diversidade na televisão generalista: questões metodológicas no quadro dos estudos comparativos no contexto europeu	26
2.1.3	Public Service Media, Diversidade e Pluralismo	32
2.1.4	La légitimation des médias de service public à l'ère numérique	44
2.1.5	Diversidade Cultural e Media no contexto europeu: regulação, economia e discurso	53
2.1.5	Medios de comunicación, pluralismo y diversidad en Europa	65
2.1.6	Da TV pública europeia à “alienação” da Ideia de Europa	69
2.1.7	Estratégias para a diversidade em televisão: os casos dos EUA e Reino Unido ..	77
2.1.8	Repensar a questão da diversidade associada à televisão pública	87
2.2	O caso português – questões sobre diversidade e pluralismo	105
2.2.1	A RTP – enquadramento histórico	105
2.2.2	Os media e o pluralismo em Portugal	143
2.2.3	Serviço Público e Regiões: Reflexões em torno da informação de âmbito regional	156
2.2.4	Media Diversity in Portugal: political framework and current challenges	172
2.2.5	Diversidade e Serviço Público de Televisão no contexto regulatório português	190
2.2.6	O <i>Public Service Media</i> , a RTP e os Desafios da Era Digital	202
3.	Análise da programação da RTP1 (2016-1017)	211
3.1	Análise da programação da RTP1 de 24/06 a 30/06 de 2016	211
3.2	Análise da programação da RTP1 de 31/10 e 18/12 de 2016	232
3.3	Análise da programação da RTP1 de 5/6 e 23/7 de 2017	259
3.4	Análise da programação da RTP1 de 4/9 e 22/10 de 2017	285

3.5	Análise da informação diária da RTP1 de 8/1 a 25/2 de 2018	317
4.	Análise da programação da RTP2 (2016-2017)	343
4.1	Análise da programação da RTP2 de 24/06 a 30/06 de 2016	343
4.2	Análise da programação da RTP2 de 31/10 e 18/12 de 2016	376
4.3	Análise da programação da RTP2 de 5/6 e 23/7 de 2017	409
4.4	Análise da programação da RTP2 de 4/9 e 22/10 de 2017	446
4.5	Análise da informação diária da RTP2 de 8/1 a 25/2 de 2018	483
5.	A RTP online (1998-2018). Questões de legitimação, usabilidade, acessibilidade e diversidade	500
5.1	Introdução	500
5.2	Revisão do problema da Legitimação do PSM no contexto digital	501
5.3	A RTP em ambiente digital: dos anos 90 à atualidade – enquadramento teórico ...	512
5.4	Análise da evolução da <i>Homepage</i> do <i>website</i> da RTP (1998-2018)	527
5.5	A questão da diversidade no <i>website</i> da RTP – estudo de caso	559
6.	Discussão da questão da diversidade e dos resultados: grupos focais, entrevistas e conferência internacional	589
6.1	Grupos focais e entrevistas	589
6.2	Programa da Conferência Internacional sobre Diversidade de Pluralismo nos Média ..	614
6.3	Atas da Conferência	617
7	Conclusões	618
7.1	Síntese conclusiva da análise da programação da RTP1	618
7.2	Síntese conclusiva da análise da programação da RTP2	645
7.3	Programação RTP1 e RTP2	686
7.4	RTP1 e RTP2 online: Conclusões sobre o <i>website</i> da RTP e os “novos serviços audiovisuais” da RTP	692
7.4.1	O começo e o campo do <i>online</i> na RTP	692
7.4.2	O princípio da proporcionalidade, o impacto no mercado digital e os Public Value Test	695
7.4.3	Os “novos serviços audiovisuais” da RTP e a consolidação do <i>website</i>	698
7.4.4	A questão da diversidade e da acessibilidade no <i>online</i>	701
7.4.5	Análise SWOT	705
7.5	Referências bibliográficas	710
8	Anexos	714
8.1	Outputs publicados no âmbito do projecto	714
8.1.1	Artigos científicos publicados	714
8.1.2	Comunicações apresentadas em Congressos e Conferências	717
8.1.3	Outros outputs	720

0. Nota Prévia

Com o arranque do projeto DIVinTV, em Abril de 2016, iniciámos o aprofundamento da revisão da literatura com uma caracterização detalhada do estado da arte e da literatura de referência.

Especial atenção foi dada então às boas práticas no domínio da diversidade na programação das redes públicas europeias. Além disso, iniciámos uma descrição teórica global deste tópico com referência aos principais autores e literatura de referência, procurando cobrir ainda os aspetos de contexto, económicos e regulatórios do sistema de media.

Passámos depois ao estudo exploratório para a concretização e teste do modelo de análise e caracterização das categorias de conteúdo. Foi feita a definição detalhada das categorias de conteúdo, com uma especificação das dimensões particulares da diversidade cultural a partir de uma análise da estrutura de programação, incluindo, por exemplo, a descrição específica do conteúdo, meta-dados (canal, data e hora de difusão, etc.) tempo dos conteúdos específicos no programa e na grelha, etc., estabelecendo assim o modelo de observação, avaliação e monitorização.

Depois de consolidadas estas duas primeiras fases, foi, entretanto, iniciada a investigação empírica, com maior tempo de duração e diferentes vagas de análise ou séries temporais. Nesta tarefa fez-se a análise de conteúdo da programação da RTP 1 e RTP2 ao longo de quatro grandes vagas ao longo de cerca de ano e meio, para além de uma primeira vaga também com características exploratórias para acerto de metodologias em função da experiência da análise de acordo com o enquadramento da *ground theory*. Seguiu-se então todo o processo de análise de dados com o estudo detalhado sobre o conteúdo da programação com a saída dos primeiros resultados finais.

A evolução e cumprimento do cronograma e tarefas inicialmente definidas nem sempre decorreu conforme o expectável, por diversas ordens de razões. Com efeito, no nosso relatório de progresso com o resumo dos trabalhos efetuados até meados do ano de 2017 não nos foi possível detetar claramente que não conseguiríamos recuperar algum do atraso entretanto havido, embora nos parecesse previsível que isso viesse a acontecer.

A verdade é que algum do atraso que foi gerado no decurso da investigação se deveu também ao facto no segundo semestre de 2016 o coordenador do projeto ter tido problemas de saúde, tendo sido submetido a intervenção cirúrgica em Novembro de 2016 e desde aí e durante alguns meses ter tido acompanhamento médico regular. O que explica, portanto, e em boa parte, o deslize do projeto em 2017/2018, sendo que outras situações aconteceram também. Nesta outras temos de referir claramente a indisponibilidade de alguns dos investigadores inicialmente previstos na equipa, a

menor participação de outros, por diversas razões – saída de colegas para o estrangeiro ou o regresso ao seu país de origem, mudança de universidade e de centro de investigação num outro caso, impossibilidade de acumulação de trabalho diários com o projeto de investigação, sobretudo estes casos.

Evidentemente que tivemos que fazer aqui substituições de investigadores, e disso fomos dando conta à Fundação para a Ciência e Tecnologia, mas de qualquer modo este foi também um problema em acréscimo que nos veio dificultar o desenrolar das tarefas tal como previsto inicialmente. Tivemos ainda algumas colaborações esparsas de alunos em contexto de iniciação científica, que referiremos também.

Deste modo, sobretudo a conclusão da em torno da análise dos dados e relatórios da programação - atrasou-se, o que teve como consequência atrasar-se também esta tarefa específica do projeto. Não somente em função do exposto, mas também em função do trabalho que a recolha e análise de dados foi requerendo, bem como do volume e tratamento de dados na verdade superior ao expectável, tivemos então que solicitar à FCT, já no início de 2018, uma prorrogação do projeto, tendo em vista as situações decorridas e acima referidas.

Acresce que justamente no início de 2018 estávamos também a fazer o estudo de uma vaga complementar ao que previmos no decurso do projeto, esta especificamente sobre a informação televisiva e com uma metodologia diferenciada da que estava a ser aplicada na análise da programação.

Pelos motivos explicados fizemos então uma solicitação de autorização para a prorrogação do projeto PTDC/IVC-COM/4968/2014 – DIVinTV – Televisão Pública e Diversidade Cultural em Portugal, por um período de 6 meses, sensivelmente até final de setembro de 2018. Em comunicação da FCT por e-mail, datado de 15 de março de 2018, fomos então informados da possibilidade, face aos argumentos apresentados, de que nos seria possível prorrogar este projeto de investigação por mais seis meses, com data limite para entrega de 5 de outubro de 2018.

1. O Projecto DIVinTV

1.1 Título

DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão

1.2 Palavras-chave

Televisão pública; Programação; Diversidade cultural; Pluralismo; Inclusão.

1.3 Sumário

Académicos e reguladores concordam, de um modo geral, que existe um risco crescente de homogeneização cultural do conteúdo audiovisual, e que muitas expressões culturais estão mal representadas nas televisões públicas; por outro lado, a programação e, em particular, os novos conteúdos e a diversidade de expressões culturais no audiovisual são parte do nosso património nacional e europeu e é fundamental que possam refletir, através dos meios de comunicação públicos, o mundo em que vivemos, bem como a pluralidade de vozes que o moldam. Infelizmente, o operador público português raramente integra este tipo de programas e conteúdos nas suas grelhas de programação, nas suas políticas ou estratégias de difusão.

Na Europa, as minorias aparecem em menos de 5% da cobertura política nos meios de comunicação, e as mulheres em menos de 5% dos programas de notícias económicas ou científicas. Em Portugal, esta situação é ainda mais evidente, uma vez que só podemos encontrar alguns exemplos deste tipo de programas no segundo canal público (RTP2), e raramente na RTP1, que tem maior audiência a nível nacional, e é a principal alternativa aos outros dois canais privados (que juntos têm cerca de 50% da audiência nacional, incluindo os canais de cabo).

A estratégia Europa 2020 destaca o crescimento da inclusão como uma das suas prioridades, nomeadamente no sentido de diminuir a pobreza e a exclusão social dos jovens e crianças, bem como a discriminação de género, e valorizar a diversidade cultural. Ter direitos de cidadania é mais do que ser apenas reconhecido como cidadão; significa também ter a oportunidade de participar e desempenhar um papel importante na vida da comunidade.

Uma recente resolução do Parlamento Europeu (Novembro de 2014) coloca as crianças no centro da legislação da União Europeia. Vinte e cinco anos após a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, que colocou as crianças como uma prioridade nas futuras políticas regionais e de coesão, o Parlamento Europeu reiterou o seu compromisso de manter os direitos da criança na agenda da União Europeia.

O ponto de partida do projeto, portanto, tem a ver com a nossa perceção de que existe, de um ponto de vista histórico, uma significativa falta de diversidade cultural e inclusão social na programação do serviço público de televisão em Portugal. Neste projeto, propomo-nos estudar se existe, ou não, um deficit de diversidade cultural, pluralidade de expressões, géneros e formatos, e também inclusão, na programação do serviço público de televisão em Portugal, a diferentes níveis; além disso, o estudo

vai permitir-nos indicar especificamente as falhas e deficits que se verificam, e propor soluções.

Em termos mais específicos, o projeto fará uma análise de conteúdo geral das grelhas de programação durante dois anos (de setembro de 2015 a agosto de 2017) nos dois canais generalistas públicos (RTP1 e RTP2) e também nos seus respetivos websites, estruturando e analisando a oferta nas principais categorias de conteúdos, com um enfoque particular sobre a programação relativa à diversidade cultural e inclusão, ou seja: as questões da juventude, género e discriminação (igualdade de oportunidades, etnicidade, crenças religiosas, idade, orientação sexual, etc.); pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais; idosos, representações, identidades e experiências de envelhecimento (política de saúde, gerontologia, economia social, assistência social); expressões da diversidade, vozes de diferentes origens, conteúdo intercultural e multiculturalismo.

Em segundo lugar, o projeto tem como objetivo identificar os tipos de programas e formatos que se encontram sob as categorias de diversidade cultural, estudando o seu conteúdo específico e a sua contribuição geral para a promoção do pluralismo, diversidade e inclusão, e de promover uma sociedade inclusiva e multicultural através de uma análise qualitativa e quantitativa de conteúdo que irá cobrir o conjunto das grelhas de programação para o período.

Para o efeito, um conjunto de entrevistas com profissionais e gestores de media será cruzado com os dados obtidos a partir da análise das grelhas de programas do operador público, a fim de identificar o nível de diversidade cultural desses canais, verificando como a organização pode beneficiar da integração de estratégias de diversidade, e avaliar a importância da difusão de histórias de inclusão para a sociedade portuguesa em geral.

Com base nos resultados do estudo, serão sugeridas recomendações com o objetivo de fortalecer e enriquecer as competências dos meios de comunicação e dos seus profissionais, promovendo a diversidade cultural e as políticas de inclusão através de conteúdo dos media públicos, bem como para promover o impacto positivo dos meios de comunicação públicos na divulgação das diferentes expressões culturais, da diversidade das vozes e da experiência social.

1.4 Equipa

Francisco Rui Cádima (IR), Marisa Torres da Silva, Carla Baptista, Francisco Vicente, Iluska Coutinho, Luís Oliveira Martins. Bolseiras do projeto: Raquel Lourenço (BIC – Bolsa de Iniciação Científica), Joana Fernandes (BI – Bolsa de Investigação). Outros investigadores em contexto de formação avançada colaboradores do projeto: Joana Videira, Patrícia Ascensão, Raquel Lourenço, Alexandra Lima Gonçalves Pinto e João

Fernandes. Outros investigadores pontualmente colaboradores do projecto: Luís Bonixe, Ana Cruz e Sónia Lamy.

1.5 Revisão da Literatura

This proposal is framed from the beginning by core values of public broadcasting media. All EBU Members have signed the declaration on the Core Values of Public Service Media, which identifies several core values shared by European public operators, such as “universality” (to reach everyone, everywhere), “diversity (to take a pluralistic approach), and “accountability” (to listen to audiences and engage in meaningful debate).

A first reference to the work of Jakubowicz (2008), who generically put the question as such: “If public service broadcasting is to have a future, it must both retain its basic characteristics and change very significantly”. Collins, in his view, proposes a new doctrine for the public sector management, a kind of “public value management”. He states: “As new legitimacy declines in the ‘consumer’ area so legitimacy in the ‘citizen’ area becomes more important” (Collins, 2007:62).

It is important to refer that “measures promoting the effective participation of persons with diverse cultural identities in all stages and aspects of broadcasting activities, as well as in relevant regulatory structures and processes, need to be prioritized” (McGonagle, 2008:11), and also that, actually “in having access to various media and to communication technologies that diasporic people can control and manipulate in order to connect to (or disconnect from) individuals and communities in their neighbourhood or in distant places, they provide the ultimate example of the cosmopolitan condition” (Georgiu, 2010:31).

Cultural diversity within broadcasting means different things to different media systems – and sometimes a multiplicity of things. It covers i) the protection of national heritage and culture; ii) the protection of local and/or aboriginal culture; iii) ethnic and linguistic diversity; iv) protection of other potentially disadvantaged groups such as the visually impaired or the hard of hearing; v) plurality of voice and opinion; and vi) diversity of program genres (Millwood Hargrave, 2007).

The way public media content is produced also has an impact on the overall level of plurality and diversity in the media system (Levy & Gardam, 2008). We shall not limit our research to monitoring cultural diversity and inclusiveness, or genre and discrimination, of the public operator based on what we consider to be a reductionism of that kind of content. We will focus also on the diversity of televisual genres and formats, quality of access, and in the presence of civil society, as well as social partners, specialists and opinion makers, nongovernmental organizations, civic associations, which allows to characterize content in the sphere of participatory culture and, at large, the democratic experience of citizenship in public media.

There are other important and decisive dimensions to be considered, in particular regarding specific cultural diversity, the analysis of intercultural content and multiculturalism, ethnicities, voices from different backgrounds and other expressions of diversity. All these may contain critical elements of an identity crisis and cultural homogenization, which may affect or even make people forget history and heritage, as well as the diversity of other cultures, including minority cultures and languages (Horsti, K. et al., 2014).

Audiovisual media are a central element of modern life, whereas for instance gender and sexuality remain at the core of how we think about our identities – in that sense, the media can be seen as a force of change, due to the fact that alternative ideas and images have at least created space for a greater diversity of identities (Gauntlett, 2008). Women's representation today has evolved from conservative representation – although we should be careful in overestimating the extent of transformations, either in society, either in the media (McRobbie, 2009). "Sometimes, this has come about through women film and programmers subverting routine, stereotypical, and normative versions of their lives, by taking control of the camera and producing their own material. Sometimes, it has come about through working with men in alternative and mainstream production. But as women still experience actual prejudice and discrimination in terms of unequal treatment, unequal pay, and unequal value in real life, then so too do these themes continue to occur in media portraits" (Byerly & Ross, 2006:35). However, gender distortions in media production cannot thus be seen as "a simple 'black box' transmitting the patriarchal, sexist or capitalist values of its producers" (Van Zoonen, 1994:47) – it reflects "tensions and contradictions" not only between individuals with diverse professional values and personal opinions, but also "between conflicting organizational demands" and "the commercial need to be popular among a variety of social groups" (idem).

Concerning youth issues and discrimination, social inclusion among young people and children, we start from the heritage of youth and media studies (Buckingham, 2008) to try to understand what type of answer and through which formats and genres of programmes, public television responds to this new problem, facing the new context created by the digital. Young people today grow up in a world saturated with digital media, more and more they move away from traditional media such as television (Ito et al., 2010), partly because they feel that broadcast media do not speak to them (Jorge, 2014). It is fundamental to think about this phenomenon with specific data and content analysis and to reflect on the impact that this kind of problem can have on youth experiences and cultures, so that we can better understand the consequences of television content concerning young people's individual and social identities, also considering whether traditional media offer young people (or not) new forms of engagement, interaction, and communication, especially with the television's very digitization.

1.6 Plano e Métodos

In the light of the European experience, public channels are essential for our democracies, as they provide information that help citizens to judge the actions of their political representatives and foster a plurality of views and voices. Thus, the legitimacy of public service television is increasingly based on the establishing of a reference program schedule, which is also accepted as an unequivocal “public interest” in a democratic society. This is the guarantee of its continuity, and indeed this is its sense, its true importance.

Within the scope of this project and particularly within the context which we are proposing, the major questions to which we are seeking to provide reflective and analytical added value deal with the proposal which we consider to be crucial and which we intend to explain through implementing an evaluation of the programming content and ethics of the Portuguese public operator, specifically with regard to determining critical aspects which have been referred, namely the content analysis of our main questions – cultural diversity, inclusion, and the plurality of content and cultural expression. It is important to define and set up the conceptual framework for the main thematic aspects of the project and then review and systematize, in the light of new theoretical contexts, the conceptualization of the themes being analyzed, in particular the main concepts, as mentioned already in state of the art.

Starting from the basis of an analytical context which integrates the main theoretical issues, empirical research, interviews and focus groups, as well as theories concerning public service television, but which also refers to the legislative framework and regulation studies, we will begin the central part of our study through a qualitative and quantitative model of analysis applied to schedules and programs, mainly monitoring pluralism of cultural expressions and cultural diversity through four major steps:

- 1) As mentioned, we intend to set up a clear perspective of the type of programming and information offered by the Portuguese public generalist channels mainly on the issues concerning cultural diversity in general, at different levels. In particular, analyzing the main categories proposed here: youth and gender issues, integration and inclusion, disabled people, ageing and diversity of voices and multiculturalism. The central part of this research will develop our case study through a quantitative and qualitative analysis of content of the two public service free-to-air channels. Two main content analysis will be carried out, one centered on the programming schedule and another in the specific content of the programmes. This will be implemented with a sampling system during the two years of the research through weekly analyses (one week every month).
- 2) The first major objective of the study will result in an extensive content analysis, and will be followed by a comparative and qualitative analysis of the challenges currently facing the state of the art in Europe, crossing that information with the research

already done in different centers, and by diverse authors and scholars (with an important part of the main researchers and key references cited in the project's bibliography).

3) In the third step, we will complement the information and data obtained – i.e., results of the qualitative and quantitative content analysis, measured and rethought with the new data of the research and in the context of the state of the art particularly at the European level – with a set of focus groups and interviews to public television system's qualified actors: managers, program and information directors, editors and / or editorial staff, producers, other professionals and academics in the area; and also to external qualified observers of the television system, with public participatory dynamics in civic associations, nongovernmental organizations, communities, etc., with a strong link to the issues of cultural diversity. These interviews will be fundamentally intended to complement the research data with a set of proposals that could contribute to the definition of a short / medium term prospective framework which will definitely help to reconfigure the strategic programming options of public channels with an alternative solution that may contribute to the strengthening of the cultural diversity component in the overall public television offer.

4) After finishing the three research plans – content analysis, weighting the data obtained in the light of scientific knowledge in the European context in particular, and after evaluating policy proposals from actors and qualified observers –, the project team will work on the integration of information together in a conclusive synthesis with a set of recommendations which we estimate i) will be of great importance in the field of television studies in Portugal, contributing to the consolidation of the state of the art in a cultural and societal area of great importance; and, ii) in terms of the expected results of the project, we believe that the final report may be of great use to enhance the public offering of programmes and content in the field of cultural diversity, increasingly approaching the public operator to the Portuguese social reality.

The analytical model centered on the tasks and methodology proposed starts also from a set of analyses and studies which have not only been developed by us (Cádima, 2007; 2011), but which have also been identified in many references and authors, great part of which have been mentioned in the literature review. From these proposals also, which were developed in related contexts, we will build the methodology and tasks for our proposed objective. Of course, “there are a variety of strategies to increase the representation of minorities and the recruitment of journalists with minority backgrounds into mainstream media (...) taking inspiration and ideas from national experiences and disseminating ‘good practices’” (Horsti & Hultén, G. 2011:209), this is also one of the main research themes in our specific case.

The main objectives and purposes of the project, which have been also described in the summary and literature review section, will be summarized as a series of conclusions and final recommendations which the project will seek to attain, by applying the proposed analytical and empirical model to the cultural diversity content

of the public service and to the feedback, as referred, of the major actors and players, specialists and privileged sources of this sector.

This project will provide a significant contribution to public debate on the theme and also, we believe, to the adjustment of these aspects to the public service and thus contribute to an important reinforcement of its legitimacy in a context that is essential to reorient public service television with regard to its nature, its essential attributions and new competencies.

The final input will be the discussion of the preliminary results with the draft of the final report during an international conference for which will be invited some European experts that will help us finalize the project after the debate of its principal lines.

2. Diversidade e Pluralismo: Estado da Arte

2.1 Estudos dos media, diversidade e pluralismo

2.1.1 Media, diversidade e globalização na era digital

Cádima, Francisco Rui (2017). "Media, diversidade e globalização na era digital". JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 8, N.º 2, Novembro 2017-Abril 2018. Consultado [online] em 22 de Agosto de 2018, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.8.2.7>

The power we will gain in the twenty-first century may well upgrade us into gods, but we will be very dissatisfied gods.

Yuval Noah Harari

Introdução

O que significa hoje, em plena era das grandes plataformas digitais e da Internet, analisar o problema da diversidade – da diversidade cultural, da diversidade de expressões culturais e do pluralismo, no contexto global? Num primeiro momento parece um contrassenso, aparenta fazer pouco sentido face à massa de informação circulante na galáxia Internet. Porém, num segundo tempo, constata-se que nesta era da reprodutibilidade e dos automatismos da técnica algorítmica, problemas novos emergem, entre os quais as “fake news”, que nunca haviam sido motivo de grande preocupação na era dos média, embora existissem de há longo tempo a esta parte.

Por outro lado, o pós-mediático e os novos e complexos contextos da era digital, quando pensados globalmente – em todas as extensões do conceito – evidenciam, por exemplo, a emergência daquilo a que podemos chamar o “cibercidadão”, isto é, o

cidadão do ciberespaço, ou, pelo menos, de um “produser” do mundo digital, que se caracteriza, em geral, pelo facto de não estar sujeito nem a fronteiras físicas nem a velhos modelos de produção ou de distribuição, que se têm vindo a esbater e a reconverter. O mesmo, aliás, sucede com o espaço e o território, cada vez mais sem estanquidades, quer na economia e na finança, quer na política, quer no âmbito climático, quer inclusivamente na (des)informação geral que alastra e curto-circuita o processo de mediação, seja ele nos media tradicionais ou no digital.

A nossa questão de partida tem, por assim dizer, dois pontos prévios. Em dois artigos já publicados no âmbito genérico desta temática, analisámos, numa primeira abordagem (Cádima, 2010), casos demonstrativos de diferentes fraturas de um hipotético modelo mediático de comunicação global, designadamente no âmbito televisivo, modelo esse que, na realidade, em termos de conteúdos propriamente ditos, não existe, sobretudo porque ele é, na prática, fundamentalmente local ou regional – quer na lógica de distribuição de sinal, quer pela lógica geopolítica e geoestratégica. Por outras palavras, mesmo quando as condições tecnológicas o permitem, as condições políticas e os grupos de pressão e de interesse impedem uma estratégia editorial local/global claramente autónoma e independente.

Numa segunda abordagem (Cádima, 2016), deixámos o contexto global e pensámos o espaço europeu e as dinâmicas específicas da União Europeia, procurando demonstrar que a falta de coesão do projeto europeu, designadamente desde a criação da Diretiva Televisão Sem Fronteiras (1989) até à atualidade, assentou, em boa parte, na falência do espírito da lei e do projeto e ideário estratégico europeu, vertido, na origem, nessa mesma Diretiva. Quer do ponto de vista das estratégias de comunicação, quer do ponto de vista das políticas públicas para o audiovisual europeu, em particular as políticas e a monitorização direcionadas para os sistemas de serviço público de rádio e televisão na Europa, é para nós evidente – e procurámos demonstrá-lo nesse artigo –, que a Europa sucumbiu às suas próprias e, aparentemente insanáveis, contradições, incapaz de afirmar num espaço de excelência – o serviço público de media – a sua herança cultural e o seu projeto de unidade e coesão transfronteira na diversidade das suas experiências e culturas.

Na pesquisa de que daremos conta de seguida, procurámos, de forma complementar aos trabalhos anteriores, encontrar respostas para duas questões: por um lado, saber se desde a emergência da Internet, sensivelmente desde meados da década de 90 do século passado, se se encontrou, no plano global, um modelo verdadeiramente alternativo àquilo a que se chama os media “mainstream”, por vezes também referidos, de modo mais crítico, como os “media hegemónicos”; por outro lado, procurar compreender o fenómeno pós-mediático no seu conjunto, também no contexto global, e refletir sobre se os diferentes sistemas de comunicação em presença – desde os sistemas locais da era analógica às redes e plataformas digitais globais, passando pelos sistemas de broadcasting transcontinentais – se todo este complexo sistema de comunicação pós-mediática atual tem sido compatível com essa

outra ideia/modelo de globalização e de convergência cultural que a todos tem atingido, de certo modo, neste planeta nas últimas décadas.

Globalização e regressão

Procurando enquadrar historicamente a emergência da globalização e dos seus contextos culturais, recuemos a um dos textos fundadores do debate nos anos 80, da autoria de Fredric Jameson (1984). A sua proposta, crítica das tendências da altura relativas à crise das grandes narrativas como tendência marcante do pós-modernismo, levou-o a caracterizar o novo conceito como algo que teria emergido num contexto de crise de historicidade: "There no longer does seem to be any organic relationship between the American history we learn from schoolbooks and the lived experience of the current, multinational, high-rise, stagflated city of the newspapers and of our own everyday life" (Jameson, 1984: 22). A questão, para ele, colocava-se de modo paradoxal e algo ambivalente, ou seja, considerava a evolução cultural no quadro do "capitalismo tardio" simultaneamente como catástrofe e como progresso. Dualidade que reaparece noutros textos seus, cerca de vinte anos mais tarde, aproximando-se agora do tema da resistência política à globalização e da sua análise, quer nas suas interdependências económicas, políticas e tecnológicas, alertando para a diluição do cultural no económico, quer invocando essa "dissociação histórica" entre dois mundos distintos: um que expõe aquilo que ele considera ser a "desintegração do social" e o outro, o das sociedades da abundância, em boa parte potenciadas pela tecnologia.

As consequências do mercado aberto, designadamente para o emprego e a democracia, estavam já identificadas no final do século passado por diversos autores, entre outros, Schumann e Martin (1998). Era óbvio então que os mercados globais estavam a gerar cada vez mais desemprego, deixando sérias dúvidas sobre o tipo de desenvolvimento económico gerado. De certa maneira, pela primeira vez na história do capitalismo não estava a ser gerado emprego, aparecendo assim os primeiros custos humanos da globalização. Nesta lógica de livre comércio cresciam os sistemas económico-financeiros, mas a distribuição da riqueza da máquina económica global deixava de fora novos exércitos de deserdados da terra. Em acréscimo, face à crise das velhas estruturas sociais, face à crise de solidariedades, emergiam agora ondas de aversão contra estrangeiros e contra grupos economicamente fracos da população. Daqui à emergência dos protecionismos e nacionalismos foi um passo curto. O próprio projeto Europeu procura, hoje, refazer-se deste primeiro embate, no pós-Brexit. Por isso mesmo seria útil lembrar aqui Bourdieu, recordado apropriadamente por Schumann e Martin (1998: 241): "Só podemos combater eficazmente a tecnocracia se a desafiarmos no seu terreno de eleição, o das ciências económicas, e se opusermos ao pensamento mutilado a que ela recorre um saber que respeite as pessoas e as realidades que estas enfrentam." Neste contexto, era óbvio que a transformação da globalização da injustiça num processo de mútuas compensações, procurando dessa forma que os ganhos em eficiência atingissem todos os cidadãos, poderia ainda ambicionar a legitimação, por assim dizer, das vantagens do mercado aberto. O

problema é que em cima desta vaga de capitalismo tardio acrescia agora uma dinâmica tecnológica nova, não completamente detetada inicialmente nos seus impactos.

Para Vidal-Beneyto, justamente, a associação entre a criação de riqueza e o aumento da desigualdade é consequência também de um desenvolvimento tecnológico desregulado e sobretudo das disfunções económicas evidentes e das determinações estruturais do sistema global na emergência do novo século. Em todo o caso, segundo Beneyto, os movimentos de cidadãos transnacionais e as iniciativas da cidadania, que se constituem no plano global como espaços com alguma autonomia – espaços de interação e de promoção de solidariedades, emergem agora como uma nova percepção neste mundo global de equilíbrios frágeis e precários, configurando-se naquilo que ele designa por uma “sociedade civil global” (2004: 22). Vidal-Beneyto considera, no entanto, que é através dos novos sistemas de mediação, também eles globalizados, que essa sociedade civil global pode ser potenciada e afirmar-se, quer no contexto de políticas deslegitimadas pelos “mercados”, quer face a uma globalização desregulada.

Visão diferente de Jameson ou Beneyto, por exemplo, é a de Appadurai (2004), que considerou, na sua perspetiva antropológica, que face nos novos contextos da globalização, nas complexas interações entre o global, o nacional e o local, não se verifica necessariamente uma homogeneização no plano cultural, nem tão pouco se pode considerar que através dos novos processos de mediação, eletrónicos ou digitais, se configura qualquer tipo de sistema de media hegemónico, pelo que a globalização da cultura é sobretudo determinada pela “canibalização” da semelhança e da diferença, que interagem reciprocamente, e pela desterritorialização das identidades culturais, o que não é de todo a mesma coisa que a homogeneização de fluxos globais. É óbvio assim, para Appadurai, que apesar de haver ainda uma certa resistência por parte dos Estados-nação em procurarem manter nos seus espaços territoriais identidades unas e contínuas, a verdade é que essa realidade está hoje ultrapassada, quer pelas dinâmicas migratórias intercontinentais, quer pelos novos sistemas tecnológicos de intermediação, quer ainda pelas plataformas digitais. Assim, basicamente, estamos sobretudo perante transversalidades comunicacionais e identidades híbridas, sendo que já no âmbito do digital se reconfiguram e reciclam traços identitários de comunidades que não têm uma pertença territorial precisa, mas nalguns casos já virtual. Era essa aliás a percepção de Neil Barrett (1997) na sua obra sobre a “cibernação”, onde propunha, justamente, que a “velha” especificidade moderna do Estado-nação confrontar-se-ia irremediavelmente, doravante, na era da Internet, com os seus próprios limites.

A atualização do problema da globalização, feita entretanto por Appadurai, num texto intitulado significativamente “Une fatigue de la démocratie” (Appadurai et al., 2017), vem recolocar a questão da perda de soberania económica e/ou política por parte dos Estados modernos, agora reconvertida de novo em princípio de exclusão e também em estratégia de conquista de uma soberania “etno-nacional”, asfixiando as dissidências intelectuais e culturais internas. Na mesma obra, Zygmunt Bauman considera, no

entanto, que a esfera da cultura tem tendência para se tornar progressivamente em traço característico definitivo enquanto “heterogeneidade cultural” sem que isso signifique o fim da exclusão ou da regressão social desta era da incerteza. Outras propostas desta obra de referência destes novos tempos de brasa, de Krastev a Van Reybrouck, de Streeck a Nancy Fraser, entre outros, vêm remeter fundamentalmente para aquilo que parece ser uma recusa liminar do modelo de mercado global instituído, dada a reversão populista que se tem vindo a verificar, a recusa do “outro”, do estrangeiro, recusa de participação nos processos eleitorais, sobretudo por parte de uma opinião pública “desorientada”, e cada vez mais vítima dos seus próprios medos culturais, religiosos, demográficos e laborais, que de certa maneira tem vindo a transformar o voto numa espécie de arma contra a democracia. Consolidam-se assim novas hegemonias das velhas maiorias, em novos contextos, sejam os que resultam de uma “síndrome de fadiga democrática”, sejam aqueles que se reconfiguram no “pós-factual” e na fraude política, que subsumem já essa hegemonia como uma era “pós-democrática”, no dizer de Wolfgang Streeck. Novos dados conhecidos através do recente World Values Survey, tornam este cenário um pouco mais arrepiante: menos de metade dos jovens europeus não considera essencial viver em democracia... Desconstruir esta mundialização, a par de uma evidente crise, em curso, do próprio projeto europeu, parecem ser assim, no atual contexto de “pós-verdade” e de “regressão global”, as palavras de ordem com maior potencial de audiência. Mas a grande questão permanece a da incerteza, isto é, saber se os radicalismos e populismos são de facto uma nova tendência que esteja já a pôr em causa a continuidade da democracia liberal tal como a conhecemos desde o século XVIII.

Diversidade na era digital

A nossa perspetiva, nesta pesquisa, é avaliar sobretudo a dimensão da diversidade comunicacional e cultural da globalização – não perdendo de vista as dimensões do pluralismo cultural e pós-mediático –, e também procurar compreender esse contexto que é marcado essencialmente pela nova era digital e pelos seus impactos. Vejamos, num primeiro tempo, como se foi afirmando esse impasse complexo no domínio do pluralismo e das culturas da diversidade na emergência do digital, procurando configurar em última instância o modelo de globalização assente naquilo a que podemos chamar o “algorithmic turn” – Big Data, IA, Machine Learning, etc., com implicações deveras complexas nos diferentes níveis da sociedade, mas sobretudo nos âmbitos economia/emprego; e ciência/conhecimento e informação.

Num primeiro momento, veja-se a questão da genealogia do pluralismo e da diversidade no contexto europeu, em particular no âmbito da missão e das práticas do serviço público de televisão, a quem compete, por excelência, fazer a diferença face à oferta televisiva em geral. A dualidade ou “tensão” cultura vs. economia/comércio (Lowe & Bardoel, 2007; Cádima, 2007; Novak, 2014), se sempre foi muito penalizadora na experiência audiovisual europeia, tem sido altamente crítica sobretudo para os países em desenvolvimento. O reconhecimento da diversidade, de facto, nunca

ascendeu à dignidade nem de “património comum da humanidade” nem, tão pouco, de herança cultural europeia no espaço audiovisual da UE. De um modo geral, mesmo no contexto comunitário, a diversidade cultural e mediática, sempre estiveram relativamente silenciadas, submetidas às leis do livre-comércio, e não tanto às identidades, aos valores e aos sentidos, ou melhor, raramente estiveram suscetíveis de promover efetivamente a diversidade das expressões culturais, inclusive nos sistemas públicos de media. Na verdade, como considerava Mattelart (2006: 16) “as visões (da Unesco) de cultura, de identidade e de heteronomias culturais, interpelam a visão conservadora e patrimonial dos ‘valores europeus’ que marcou a construção do mercado único”. Políticas culturais e políticas de media não podem assim estar separadas na medida em que o princípio básico continua a ser o da diversidade, quer das fontes de informação, quer da propriedade dos media, quer da independência do serviço público.

Estará o digital a ser diferente dos media clássicos em matéria de diversidade, utilizando aqui o conceito em sentido lato, no espectro cultural, socioeconómico e político? Mais em particular, no âmbito da diversidade das vozes na rede, da diversidade política e da “polarização”, do grau de concentração de plataformas de notícias no digital, e no âmbito do que já é específico estritamente do digital, mas que interfere gravemente com as questões da liberdade e da dignidade da pessoa humana, na questão do rastreamento, do controlo da pegada digital e finalmente da (des)proteção de dados pessoais?

Em síntese, poder-se-ia dizer que em matéria de diversidades das vozes, pensando desde logo nos movimentos sociais dos “indignados” e nas primaveras árabes, concordamos com Castells (2012) que veio defender que o fundamental é reconhecer a dimensão social e histórica desses movimentos e os seus impactos, isto, na nossa perspetiva, para se perceber até que ponto podemos falar de “vozes libertadas” ou de abertura à pluralidade e diversidade das vozes das comunidades de cidadãos nestes novos contextos. Para todos os efeitos, nas redes haverá sempre uma forma imperfeita de representatividade, quanto mais não seja pelo facto de estarmos perante plataformas filtradas por algoritmos. Daí que se trate, ainda, de “vozes condicionadas”. Como referimos (Cádima, 2015), são condicionadas no acesso – no digital divide, na questão da neutralidade da rede, mas também porque são monitorizadas por sistemas de “tracking”, “bots”, por dispositivos analíticos de informação, e ainda porque se cruzam com falsos perfis, “fake news”, sistemas de bloqueio, censura, etc., tornando-se estas vozes mais rapidamente presas do controlo do virtual, do que absolutamente livres na galáxia Internet.

Também no que respeita à questão da concentração da propriedade de empresas de media e plataformas digitais na Internet, os primeiros dados conhecidos não eram nada favoráveis. Hindman (2009: 18) referia existirem “poderosas hierarquias” que formatavam o digital, para além de barreiras à entrada, de concentração económica e de conteúdos, no tráfego, nos motores de busca, software, etc. Pelo que, concluía, “news and media consumption is more concentrated online than off-line” (2009: 96).

Ainda em termos de concentração, e face aos dados conhecidos, pode dizer-se que a diversidade dos media e dos conteúdos no contexto da migração para os new media, a par da consolidação de uma esfera pública “incluída”, ampla e autónoma, e da questão da participação e da colaboração da cidadania no âmbito de uma Internet “aberta” e enquadrada pelos princípios da “net neutrality”, são ainda tópicos não totalmente assimilados pelas atuais práticas correntes na rede.

Refira-se ainda que as netvigilâncias e outras modalidades intrusivas de controlo virtual aumentaram dramaticamente nos últimos anos, expondo, por vezes publicamente, a informação privada dos cidadãos, denunciando assim sobretudo as debilidades das sociedades democráticas (Mattelart, 2010) que, de facto, soçobraram perante as novas lógicas securitárias globais e as suas ligações aos grupos de interesse e aos poderes políticos e económicos pouco transparentes. As novas lógicas de captura e controlo de dados convertem desta forma o utilizador, os cibercidadãos do mundo, de um modo geral, numa espécie de terminal “IoT”, amorfo, ou seja, num recetáculo físico, desumanizado, exposto a um sistema complexo de controlo perfeitamente invisível. As consequências desta reconversão do “humano” em sujeito estatístico na era do Big Data é, por isso mesmo, extremamente crítica.

Dataism e polarização

Hoje, no plano global, em matéria de media, plataformas digitais e informação, discute-se e procura compreender-se os impactos das “fake news”, da informação distorcida e dos “bots”, fala-se das consequências das redes sociais, do Facebook e do Twitter, mas também da Google e da Microsoft, que têm efetivamente uma responsabilidade particular na formatação e “editoria” do atual discurso público e no seu impacto na esfera política e eleitoral. De qualquer forma, pesar do cerco imposto pelos novos discursos encapsulados na era da “pós-verdade”, para académicos como Jonhattan Zittrain ainda estamos a tempo de repensar o que está verdadeiramente em jogo e, por assim dizer, a tempo de dar um passo atrás: “There are thoughtful proposals to reseed a media landscape of genuine and diverse voices, and we would do well to experiment widely with them as the clickbait architecture collapses on its own accord” (Zittrain, 2017).

Computação, informação, biotecnologia, dados, inteligência artificial, estão a recompor de forma dramática a paisagem humana no planeta e a geopolítica, levando cientistas como Stephen Hawking a encurtarem também dramaticamente as suas previsões relativamente à “esperança de vida” da humanidade neste novo contexto. A estimativa para os próximos cem anos é de que o planeta atravessará provações difíceis, nomeadamente perigos resultantes das alterações climáticas, sobrepopulação, epidemias, subemprego, possíveis guerras nucleares e inclusive embates de asteroides na Terra, sendo possível voltarmos a ter períodos de extinção em massa, pelo que a colonização de outros planetas é fundamental para assegurar a sobrevivência da espécie. Esta é uma das revisões da matéria por Hawking, ainda que a sua previsão

tenha sido bem diferente num passado recente. Em 2017, num documentário em que participa para a série da BBC Tomorrow's World – Expedition New Earth, considera que o homem já criou tecnologia suficiente para destruir o planeta, mas não para escapar dele...

No campo da computação sucede um pouco o mesmo: as tecnologias, os algoritmos e o “machine learning” vão progressivamente fazendo o seu caminho, sem que haja verdadeira regulação, nem garantias claras de que esse caminho seja um dia vedado ao “criador”, ou, pelo menos, de que o homem possa ficar tranquilo e confortável face a qualquer imprevisto. Aliás, hoje isso já acontece em áreas tão importantes como a da informação, nomeadamente quando pensamos nos rankings de notícias que os feeds das plataformas digitais, os agregadores de notícias ou os motores de busca organizam de acordo com o perfil de cada navegador/leitor. O “dataism” será uma espécie de nova narrativa de legitimação da era da pós-verdade (Harari, 2017), uma ficção abrangente e “sacrossanta” que na opinião do autor de Homo Deus (2017a) terá como embraiadores discursivos os “non-conscious algorithms”: “If you leave it to market forces to choose between intelligence and consciousness, the market will choose intelligence”. Ora, são justamente estes algoritmos “sem consciência”, ou, pelo menos, com “consciência de mercado”, que são motivo de reflexão e, sobretudo, de preocupação, uma vez que estão a configurar aquilo a que alguns autores chamam o “algorithmic turn” na ciência e no conhecimento, dito de outra forma, uma “física da cultura” (Slavin, 2011) que pode ir do entretenimento à finança, ou do retalho ao jornalismo.

O termo “data-ism” começou por ser “cunhado” por um analista norte-americano, David Brooks (2013). Foi justamente Steve Lohr, do NYT, que publicou em 2015 um livro em torno do tema. Partindo de estudos de caso e não descurando um pressuposto reflexivo – o que configura já em si mesmo uma crítica ainda que velada, neste caso, ao próprio fenómeno Big Data –, Lohr descreve essencialmente esta nova era em que vastos conjuntos de dados são usados pela ciência, ou pelos mercados, potenciando a previsão e a decisão em praticamente todos os campos, analisando desafios, perigos e impactos que o dataism comporta em si. No limite, esta extensão, ou “remediação” da informação computacional já em pleno contexto digital anuncia um novo patamar da inflexão algorítmica que tem a ver, precisamente, com a possibilidade de o poder da computação na gestão de grandes massas de dados biométricos poder autonomizar-se relativamente ao humano em matérias tão sensíveis como processos eleitorais, fluxos financeiros, ou gestão da informação noticiosa, isto é, “processamento” humano dessas bases de dados é cada vez mais uma miragem: “Nobody understands the global economy, nobody knows how political power functions today, and nobody can predict what the job market or human society would look like in 50 years.” (Harari, 2017a).

É justamente esse “shift”, essa tensão entre o criador e o seu “Frankenstein”, entre a computação e os seus algoritmos, que hoje deve merecer toda a atenção por parte da ciência e do sistema jurídico-político em geral, de forma a prevenir consequências

certamente dramáticas – que resultariam da perda desse controle –, desde logo para a humanidade no seu conjunto. Isto porque, quer os gurus da tecnologia, quer os profetas Silicon Valley estão a criar uma “narrativa universal”, ou mesmo um “credo”, que tem vindo a legitimar a lógica intrínseca do Big Data (Harari, 2016): “Just as free-market capitalists believe in the invisible hand of the market, so Dataists believe in the invisible hand of the dataflow”.

Um dos efeitos atuais mais dramáticos do dataism tem a ver com aquilo a que se chama a polarização na esfera da política e da participação cívica, que é, para todos os efeitos, uma antítese da diversidade em política. Daí que pensar hoje a política implique começar por ver as consequências das novas estratégias de comunicação online que passaram a utilizar as chamadas “filter bubbles”, filtros de opinião, “câmaras de eco”, etc., e ainda toda o campo tóxico das “fake news”, cujas fontes são muito diversas. A nova paisagem política norte-americana (tal como o Brexit, ou as presidenciais em França em 2017) está assim envolvida neste turbilhão complexo de (des)informação, onde naturalmente as redes sociais, motores de busca, agregadores de informação e, em geral, as plataformas online estão claramente envolvidas.

Estas câmaras de eco das redes sociais são, por assim dizer, um fortíssimo polo de atração dos utilizadores que acabam por corresponder naturalmente aos algoritmos que reorganizam a informação em função dos perfis, dos interesses e das crenças desses mesmos utilizadores. O que significa que há uma forte tendência dos utilizadores para promover e redistribuir fundamentalmente as suas narrativas favoritas e, portanto, formar grupos polarizados através daquilo a que se pode chamar a contínua criação de “cascatas de informação” polarizada, temática. E uma vez dentro da “bolha” será muito difícil sair dela. Na investigação desenvolvida pelo grupo do IMT de Estudos Avançados de Lucca (Bessi, 2016), que analisou o comportamento de 12 milhões de utilizadores do Facebook e do YouTube, entre 2010 e 2014, a equipe de investigação seguiu os “gostos”, partilhas e comentários nos vídeos do Youtube, mas também incorporados em 413 diferentes páginas do Facebook, considerando que havia fundamentalmente dois tipos de categorias: “conspiração” e “ciência”, sendo que em geral quase todos os utilizadores se tornaram altamente polarizados, isto é, mais de 95% dos comentários, partilhas e “gostos” estavam numa única categoria de conteúdo, numa “câmara de eco ideológica”, sendo que uma vez polarizados, os utilizadores tendem a tornar-se ainda mais polarizados, ou seja, o utilizador deixa de ter opiniões adversas, outras perspetivas, ou qualquer tipo de discussão sobre as questões em jogo, que lhe possam trazer outras perspetivas.

Podemos identificar vários tipos de assimetrias em matéria de informação e notícias no contexto da convergência inicial dos media tradicionais e já em plena era digital. Basicamente, falamos dos diversos perfis e mutações que a “espiral de silêncio” da era mediática apresenta na sua eterna luta com as formas abertas da liberdade de expressão e de informação, com o pluralismo, a diversidade de conteúdos e vozes e a censura. Das falsas notícias e da contra-informação, ao fait-divers, sensacionalismo e aos “factos alternativos”, todos estes temas da era clássica dos media reaparecem

agora no digital, sendo que, atualmente, é em boa parte através das partilhas nas redes sociais que se validam as notícias falsas. Ora este é um dado novo, que está a configurar uma deslocação da “fonte” clássica para a origem da partilha, isto é, a fonte original de uma notícia parece estar cada vez mais subalternizada ao autor, à “popularidade” e ao número de partilhas online (AAVV, 2017). Mais dramático é que, em geral, na altura de confirmar e partilhar, as pessoas não distinguem entre fontes conhecidas ou desconhecidas, ou, pior ainda, inventadas. Veja-se, por exemplo, sobre a diversidade no contexto da informação noticiosa tradicional, que alguns estudos apontam justamente para uma diminuição do pluralismo e da diversidade quando a oferta cresceu exponencialmente sobretudo após a massificação da Internet nos finais dos anos 90 do século passado. É o caso de um estudo sobre os jornais da Flandres, na Bélgica (Walgrave, S. et al., 2017). Tendo por base uma análise de conteúdo longitudinal de nove jornais flamengos em quatro momentos verifica-se que ao longo do tempo, jornais de perfil semelhante, ou jornais pertencentes aos mesmos grupos de media, tornaram-se menos diversificados no que respeita às notícias que cobrem.

Ora, justamente, o problema da diversidade e do pluralismo reemerge de forma dramática no atual contexto das novas assimetrias da era digital, onde as redes sociais e os “gatekeepers” digitais se substituem aos velhos editores de imprensa, para reorganizarem a informação pela lógica do “clickbait”, e onde o grau de concentração na indústria digital é superior ao que sucedia na indústria dos media tradicionais (Hindman, 2009). Problemático é ainda o facto de 51% dos utilizadores online preferirem as redes sociais para acederem às notícias, em geral via telemóvel, em detrimento dos media tradicionais, de acordo com um estudo do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo (Newman, N. et al., 2016), da Universidade de Oxford, com base em mais de 50 mil entrevistas em 26 países, sendo aqui o Facebook a plataforma mais utilizada no consumo de notícias havendo muitos utilizadores preferem a seleção de notícias feitas por algoritmos, às que são tradicionalmente feitas por editores ou jornalistas.

No caso da polarização da informação, que é mais específica nos períodos eleitorais, esta acaba por atravessar todo o ciclo de produção/recepção das notícias, em geral. E no caso dos media, em particular na sua relação com os novos intermediários digitais, o acesso à informação por parte do utilizador/leitor, adquire uma nova complexidade, ainda que a polarização aqui seja na mesma determinada pelos algoritmos das mesmas plataformas, agora transformados, portanto, em “gatekeepers” das notícias. Esta intermediação comporta em si novos riscos para o sistema democrático, não apenas na esfera política ou eleitoral, como vimos atrás, mas no quotidiano informativo das populações em geral.

Nielsen, R. K., e Ganter S. A. (2017) chamam a atenção precisamente para as relações dos media tradicionais com os intermediários digitais, referindo que o ciclo informativo está cada vez mais dependente das plataformas, pelo que emergem claramente responsabilidades acrescidas para estes intermediários, como o Facebook ou a Google, face ao poder que têm atualmente neste domínio. No seu estudo conclui-se que as

relações entre empresas de media e plataformas são de um modo geral caracterizadas por uma tensão entre oportunidades operacionais de curto prazo e preocupações estratégicas de longo prazo, mas mais em particular marcadas por uma relação de forças e por uma assimetria que evidenciam sobretudo o risco que os media mainstream correm de se tornarem cada vez mais secundários relativamente aos intermediários digitais.

Conclusão

Desinformação, polarização, desorientação, incerteza, são hoje alguns dos conceitos recorrentes que estão a caracterizar os tempos que correm, as “etnopaisagens” do presente, como referido por Appadurai (2004). Se essa é a configuração da política do tempo, no plano da cultura e da informação vemos, por um lado, as questões da diversidade e da pluralidade das vozes estarem indexadas às lógicas algorítmicas, filtradas e rastreadas por complexos sistemas de controlo da Internet e/ou dos operadores de rede, o que, em última análise, determina sobretudo uma censura das vozes e não uma “liberdade” de expressão e das expressões. Por outro lado, o velho modelo de “agenda-setting”, face à reciclagem e realinhamento da matéria informativa por parte das plataformas digitais, difundida em função do perfil de cada utilizador, aparenta ser hoje um processo com um impacto cada vez mais limitado no contexto dos fluxos de informação globais.

No plano da informação, a forte penetração da Internet no plano global e o crescimento exponencial de websites noticiosos e de plataformas digitais, desde praticamente finais dos anos 90 do século passado, acabou por não se constituir em modelo de comunicação alternativo ao tradicional discurso dos media clássicos, uma vez que a evolução verificada começou por indexar a informação segundo o modelo do “winner taks it all” (Hindman, 2009), para passar depois às “filter bubbles” (Pariser, 2010) e acabar no “gatekeeping” dos algoritmos das grandes plataformas como a Google e o Facebook (Bessi, 2016).

Do lado da receção, por parte dos públicos e em particular dos públicos mais jovens, designadamente nos países mais desenvolvidos, tem vindo a verificar-se na migração para o digital, não somente uma cada vez menor politização (Prior, 2007), como, em acréscimo, uma tendência crítica de maior polarização política. Mais grave ainda, é nas faixas etárias mais jovens, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos, que se verifica uma outra tendência problemática atribuindo-se uma maior credibilidade às redes de amigos e partilhas do que às fontes credíveis de informação.

Cosmopolitismo e interconectividade global (Woodward, 2008), a par da experiência da cidadania, das suas redes físicas e virtuais, expõem ainda outras fraturas do digital, por exemplo no plano individual, nas comunidades das periferias, ou em culturas isoladas geograficamente (Norris, 2008), através de formas de identificação, comportamentos e pertenças que transcendem fronteiras, por rutura ou convergência

cultural entre o local e o global e por um conjunto alargado de ameaças, sobretudo, e algumas oportunidades abordadas ao longo desta reflexão.

Ainda que a paisagem mediática e digital esteja cheia de nuvens negras no horizonte, a verdade é que o potencial da era digital não pode deixar de ser considerado como estratégico para a cidadania global. As ameaças são um facto, mas existem também algumas “oportunidades”, alguns interstícios de liberdade, justamente no campo da diversidade cultural, para que diferentes comunidades se deem a conhecer e a interajam no contexto global. Importa não menosprezar esse potencial para a salvaguarda permanente da diversidade cultural, da tolerância e de uma cidadania intercultural (Zayani, 2011), nesta fase crítica da globalização. Poderá ser um registo ainda de utopia face às distopias do digital e da globalização, recuperadas agora de Orwell ou de Huxley, mas se, como dizia Jameson (1984), ainda existe uma função social para essa entidade peculiar que é a utopia, é justamente para que a dissociação histórica entre dois mundos distintos – a referida dualidade catástrofe/progresso – que a globalização acabou, porventura, por acentuar, possa ter também a sua inflexão. A verdade é que, pela “arqueologia” conhecida até agora, a tê-la, será certamente individual ou local, dificilmente sê-lo-á no plano global.

Referências bibliográficas

AAVV (2017). 'Who Shared It?': How Americans Decide What News to Trust on Social Media. The Media Insight Project.
http://mediainsight.org/PDFs/Trust%20Social%20Media%20Experiments%202017/MediaInsight_Social%20Media%20Final.pdf

Appadurai, A. (2004). Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias. Lisboa: Teorema.

Appadurai, A. et altri (2017). L' Âge de la Régression. Pourquoi nous vivons un tournant historique. Paris: Premier Parallèle.

Barrett, N. (1997). The State of the Cibernation - Cultural, Political and Economic Implications of the Internet, Kogan Page, London.

Bauman, Z. (2011). Le coût humain de la mondialisation. Paris: Hachette.

Bessi A. et al. (2016) “Users Polarization on Facebook and Youtube”. PLoS ONE 11(8): e0159641. doi:10.1371/journal.pone.0159641

Brooks, D. (2013). The Philosophy of Data. NYT, Feb, 4.
<http://www.nytimes.com/2013/02/05/opinion/brooks-the-philosophy-of-data.html>

Cádima, F. R. (2016). “Da TV pública europeia à ‘alienação’ da Ideia de Europa. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 39(2), 39-47.
<https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>

- ____, (2015) "El control de Internet y de las 'voces liberadas' en la emergencia del paradigma digital". *Historia y Comunicación Social*. Vol 20, nº 2, pp. 413-425.
<https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/51391>
- ____, (2010). "Global Televisions, a Single History". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 1, n. 1, p. 81-91, 2010.
janus.ual.pt/janus.net/en/arquivo_en/en_vol1_n1/en_vol1_n1_art7.html
- ____, (2007). *A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise*. Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- Castells, M. (2012). *Redes de Indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet*. Madrid: Alianza Editorial.
- Curran, J. (2008). "Media Diversity and Democracy", in T. Gardam and D. Levy (eds.) *The Price of Plurality*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism/Ofcom, pp. 103-109.
- Harari, Y. N. (2017). *Homo Deus. A Brief History of Tomorrow*. London: Vintage.
- ____, (2017a). Entrevista a Rasmus Palludan: "Sapiens - author Yuval Noah Harari on the future of mankind, AI and more". *Media.com*, April 21.
- ____, (2016) "Yuval Noah Harari on big data, Google and the end of free will". *Financial Times*, August, 26. <https://www.ft.com/content/50bb4830-6a4c-11e6-ae5b-a7cc5dd5a28c#axzz4ITEeTSei>.
- Hindman M. (2009). *The Myth of Digital Democracy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Jameson, F. (1984). "Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*. I (146). July–August 1984, pp. 53-92.
- ____, (2000). "Globalization and Political Strategy". *New Left Review* 4, July-August, pp. 49-68.
- ____, (2004). "The Politics of Utopia". *New Left Review* 25, January-February, pp. 35-54.
- Lohr, S. (2015). *Data-ism. The Revolution Transforming Decision Making, Consumer Behavior, and Almost Everything Else*. New York: HarperBusiness.
- Lowe, G. F. & Bardoel J. (eds.) (2007). *From Public Service Broadcasting to Public Service Media*. Göteborg: Nordicom.
- Mattelart, A. (2000). *História da Utopia Planetária. Da cidade profética à cidade global*. Lisboa: Bizâncio.
- ____, (2006) "Mundialização, cultura e diversidade". *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 31, dezembro de 2006, pp. 12-19.
- ____, (2010) *The globalization of surveillance: the origin of the securitarian order*. Cambridge: Polity Press.

- Newman, N. et al., (2016). The Reuters Institute's Digital News Report. Oxford: The Reuters Institute for the Study of Journalism.
<http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital-News-Report-2016.pdf>
- Nielsen, R. K., e Ganter S. A., (2017). Dealing with digital intermediaries: A case study of the relations between publishers and platforms. *New Media & Society*. 10.1177/1461444817701318.
<http://journals.sagepub.com/eprint/dxNzFHgAIRHviKP9MFg/full>
- Norris, P. e Inglehart, R.(2008). *Cosmopolitan Communications. Cultural Diversity in a Globalized World*. Cambridge University Press.
- Nowak, E. (2014). "Autonomy and Regulatory Frameworks of Public Service Media in the Triangle of Politics, the Public and Economy: A Comparative Approach". Oxford: The Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Prior, M. (2007). *Post-Broadcast Democracy: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pariser, E. (2011). *The Filter Bubble - What the Internet is Hiding from You*. NY: The Penguin Press.
- Quattrociocchi, W. et al. (2016). "Echo Chambers on Facebook". Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2795110>
- Schumann, H. e Martin, H-P (1998). *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao bem-estar Social*. Lisboa: Terramar.
- Slavin, K. (2011). 'How algorithms shape our world'. TED Conference. (Available at: https://www.youtube.com/watch?v=TDaFwnOiKVE&feature=player_embedded#at=261,
- Vidal-Beneyto, J. (2004). "El gobierno de la Sociedad-Mundo", in F. Jarauta (ed.) *Foro de la Mundialización, Gobernar la globalización*, Murcia: Fundación CajaMurcia.
- _____, (2006) (coord.). *Derechos humanos y diversidad cultural: globalización de las culturas y derechos humanos*. Barcelona: Icaria
- Walgrave, S. et al. (2017). "Are newspapers' news stories becoming more alike? Media content diversity in Belgium, 1983–2013". *Journalism*. 10.1177/1464884917706860
- Woodward, I et al. (2008). Attitudes towards globalization and cosmopolitanism: cultural diversity, personal consumption and the national economy. *The British Journal of Sociology*. Volume 59, Issue 2, June 2008, pp. 207–226.
- Zayani M (2011). Media, cultural diversity and globalization: challenges and opportunities. *J Cult Divers*. 2011 Summer;18(2):48-54.

Zittrain, J. (2017). The Age of Misinformation. The Atlantic, May, 3.
<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/05/american-discourse-version-12/523875/>

2.1.2 Pluralismo e diversidade na televisão generalista: questões metodológicas no quadro dos estudos comparativos no contexto europeu

Cádima, F. R. (2016). Pluralismo e diversidade na televisão generalista: questões metodológicas no quadro dos estudos comparativos no contexto europeu. Eds: Sofia Sampaio, Filipe Reis e Gonçalo Mota. Actas do V Encontro Anual do AIM, pp. 563-572. Editor: AIM – Associação de Investigadores da Imagem em Movimento. Acessível em <http://www.aim.org.pt/atas/Atas-VEncontroAnualAIM.pdf>

Introdução

Nesta abordagem de algumas principais questões metodológicas para a análise do pluralismo no contexto das redes de televisão generalista dos sistemas televisivos dos Estados membros europeus, começaremos por um enquadramento histórico e uma abordagem do contexto jurídico-político relativo os tópicos referidos.

Não parecendo ser uma questão “atual”, por vezes sendo mesmo “inoportuna”, o debate em torno da questão do pluralismo, apesar da multiplicidade da oferta de canais, plataformas, redes, etc., faz hoje, paradoxalmente, cada vez mais sentido. Por um lado, a multiplicidade de meios e plataformas está a ampliar um modelo discursivo que integra a “não-inscrição” de importantes práticas plurais. Por outro, emerge no sistema um quadro crítico que nos leva a considerar essencialmente o carácter “reductor” do conceito.

Na perspetiva de uma obter visão mais alargada do problema e de simultaneamente se considerar o conjunto da experiência europeia neste domínio, foi introduzido um modelo de monitorização a partir de um projeto de implementação em 2014, designado por Media Pluralism Monitor, centrado no Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF) do Instituto Europeu de Florença. Em 2015 este modelo de monitorização passa a contar também com os dados de Portugal, sendo que a equipa do projeto está centrada na FCSH/NOVA, e é coordenada pelo autor, participando também os investigadores e docentes da FCSH Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins.

Breve genealogia

A Comissão Europeia lançava, em 1992, uma importante iniciativa europeia, que, embora não tendo tido consequências, importa não esquecer. Sobretudo por isso mesmo – pelo facto de não ter tido consequências. Designada como Livro Verde sobre o «Pluralismo e concentração dos média no mercado interior – Avaliação da necessidade de uma ação comunitária», esta iniciativa tinha por objetivo apresentar uma primeira avaliação da necessidade de propor uma ação, no plano comunitário, justamente em matéria de concentração dos média.

O projeto vinha na sequência de solicitações específicas do Parlamento Europeu, designadamente em resposta às resoluções de 15 de Janeiro de 1990 e de 16 de Setembro de 1992, que pretendiam limitar a concentração dos média a fim de salvaguardar o pluralismo.

O facto é que o Livro Verde sobre o pluralismo e a concentração não produziu resultados. O que significa que no quadro comunitário predominou, na prática, uma estratégia de não interferência nesta questão. Assim, as operações de concentração ficaram a ser reguladas pelos mercados - e pelo direito da concorrência – tendo sido abandonada a Diretiva específica sobre esta matéria.

Foi então adotada a chamada Opção I, que considerava que a solução final poderia ser a não intervenção no plano comunitário, muito embora existissem outras opções, por assim dizer ‘ativas’, previstas no documento, a saber, as Opções II e III, sendo uma relativa à transparência e outra relativa à harmonização das diferentes legislações.

Este tipo de decisões da CE, que na sua filosofia de base se tem mantido desde então, tem por vezes sido contraditada por posições do Conselho da Europa. Recorde-se, por exemplo a Recomendação R (99)1, de 19 de Janeiro de 1999, dirigida pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados-Membros sobre medidas destinadas a promover o pluralismo dos meios de comunicação social, onde o Conselho pretendia que fossem adotadas medidas face ao contínuo crescimento de posições dominantes cruzadas no sector de média, com naturais implicações no domínio do pluralismo.

Recorde-se, também, o documento do Comité Económico e Social «Pluralismo e Concentração nos Meios de Comunicação» (Bruxelas, CES 364/2000, de 29 de Março) onde se propunha, nomeadamente:

- i) combater os abusos de posições dominantes;
- ii) encorajar as redes comerciais de rádio e de televisão e os operadores de radiodifusão digital a respeitarem a diversidade das opiniões e o pluralismo e a difusão de programas culturais e educativos, incluindo os destinados aos menores;
- iii) promover o desenvolvimento dos programas radiodifundidos de interesse público, os quais devem assegurar tanto uma informação

independente como emissões culturais, educativas e de lazer, programas que devem ser acessíveis a todos os cidadãos europeus;

iv) salvaguardar a independência editorial em todos os meios de comunicação de pressões quer internas quer externas, inclusive pressões por parte do governo, de forma a melhorar a qualidade e a fiabilidade da informação (...)

Recorde-se, na mesma linha, algumas conclusões e recomendações do relatório *Transnational media concentration in Europe*, de 2004, que basicamente considerava que as leis nacionais e europeias de concorrência eram, em geral, insuficientes para lidar com o impacto que a concentração dos media tem sobre a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade cultural. Registe-se o referido então sobre atribuições específicas dos diferentes países:

“Member States should (...) i) include the contribution to freedom of expression and information and pluralism of opinions as an obligatory objective when granting broadcasting licences; ii) enforce a clear separation between political authorities and the media and ensure that all decisions taken by public authorities regarding the media are transparent; iii) strengthen their action to secure media pluralism and the editorial independence of the media through legislation or other means; iv) In addition, media organizations should adopt functioning self-regulatory mechanisms to safeguard editorial independence.

O Parlamento Europeu abordava então questões pouco usuais neste âmbito, como, por exemplo, matéria de acesso e de conteúdos, do direito a ser informado, da não discricionariedade dos atores sociais, culturais e políticos, dos perigos do negócio da publicidade poder vir a controlar parcialmente o campo dos média. O PE recomendava, designadamente, que, no plano da formação de jornalistas, haja uma atenção particular a esta matéria, reforçando-se assim também a defesa do pluralismo, tal como sugeria que fossem lançados Conselhos de Imprensa nos Estados Membros com o objetivo de monitorizar práticas e conteúdos.

Na conferência *The Future of European Audiovisual Policy*, realizada em Londres, em Abril de 2004, Viviane Reding foi clara ao reconhecer como pouco provável uma Diretiva em matéria de pluralismo dada a multiplicidade de pontos de vista e políticas nacionais nesta matéria. Outra coisa talvez não fosse de esperar da UE depois de em 1992 ter anulado um processo de Directiva anti-trust. Dizia agora a comissária europeia: “A word on media pluralism - a subject that is rightly much in vogue in the European Parliament in the run-up to the elections. Of course, media pluralism is a vital component of a healthy democracy. But can it be achieved by a ‘one-size-fits-all’ Directive at European level? I don't think so”.

Simultaneamente a Comissão anunciava (IP/04/511) a entrada em vigor das reformas no domínio da concorrência relativa à proibição de cartéis e ao abuso de posição dominante nestes mercados. E um estudo realizado para a Comissão sublinhava o paradoxo de que um certo nível de concentração poderia ser útil para o financiamento

de certos tipos de programação considerada importante para o pluralismo, como por exemplo a produção de séries dramáticas ou jornalismo investigativo, o que no fundo vinha reequacionar o equilíbrio a alcançar entre modelo económico e pluralidade da oferta, e da mesma forma a necessidade de novos modelos de negócio para garantir um contínuo da programação de elevada qualidade.

Um modelo de monitorização

Mais tarde, no documento da Comissão “Media pluralism in the Member States of the European Union”, reconhecia-se que o número crescente de canais de televisão na Europa não significava exatamente um aumento do pluralismo. Para além disso, o documento sublinhava a importância de se considerar o sistema audiovisual como um todo, quer dizer, designadamente, nas complementaridades entre sistema público e privado. Da mesma forma era reconhecida a missão dos organismos de radiodifusão de serviço público no domínio da informação e o seu importante contributo para o pluralismo dos média.

Em função do debate e dos estudos feitos ao longo dos anos, é interessante ver como, entretanto, passa a ser avaliada a questão do pluralismo: “A comunicação – entendida como um debate animado e civilizado entre cidadãos – é o elemento vital da democracia. Os meios de comunicação são as veias e artérias. As informações que estes facultam devem ser abrangentes, diversificadas, críticas, fiáveis, justas e de confiança” segundo a Vice-Presidente da Comissão Margot Wallström. Como é referido, na abordagem 'Reding-Wallström', “a noção de pluralismo dos meios de comunicação é muito mais abrangente do que a propriedade dos meios de comunicação”. A questão é colocada agora no sentido de que os cidadãos “possam formar opiniões sem serem influenciados por uma fonte dominante. Os cidadãos precisam também de mecanismos transparentes que garantam que os meios de comunicação sejam considerados genuinamente independentes”.

Em resposta às constantes preocupações expressas pelo Parlamento Europeu e pelas organizações não-governamentais acerca da concentração dos meios de comunicação e dos seus possíveis efeitos no pluralismo e na liberdade de expressão, a Comissária Viviane Reding e a Vice-Presidente Margot Wallström apresentavam agora uma nova proposta que passa a integrar várias etapas sobre o estudo e monitorização do pluralismo dos meios de comunicação na União Europeia.

Nesta nova estratégia 'Reding-Wallström' passam a ser consideradas três etapas para o futuro da questão do pluralismo: i) um documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre o pluralismo dos meios de comunicação, que salienta esforços para promover o pluralismo e inclui análise de legislação nacional sobre propriedade dos meios de comunicação e os diversos modelos reguladores dos Estados-Membros; ii) Um estudo independente sobre o pluralismo dos meios de comunicação nos Estados-Membros da UE para definir e testar indicadores concretos e objetivos para a avaliação do pluralismo dos meios de comunicação nos Estados-Membros da EU; iii) Uma

Comunicação da Comissão sobre os indicadores para o pluralismo dos meios de comunicação nos Estados-Membros da UE com consulta pública, que poderá conduzir à aplicação de indicadores do pluralismo dos meios de comunicação, que realmente se veio a verificar através de um modelo de monitorização.

Entretanto, em 2008 uma resolução sobre a concentração e o pluralismo nos meios de comunicação social na União Europeia do Parlamento Europeu, no seu ponto 13, considerava que a legislação da UE sobre a concorrência se por um lado permitiu limitar a concentração dos meios de comunicação social, por outro era fundamental uma supervisão independente dos meios de comunicação social “efetiva, clara, transparente e orientada por padrões elevados”.

É neste contexto que vai surgir um primeiro estudo desenvolvido em 2009 por várias instituições, a pedido da Comissão Europeia. Lideraram na altura este projeto a Katholieke Universiteit Leuven - ICRI, a Central European University- CMCS e a Jönköping International Business School - MMTC, juntamente com uma empresa de consultoria - a Ernst & Young Bélgica e alguns investigadores e especialistas de todos os Estados-Membros.

É entretanto constituído um High-Level Group on Media Freedom and Pluralism, criado em outubro de 2011 pela Vice-Presidente Neelie Kroes, presidido pelo ex-Presidente da Letónia, Vaira Vike-Freiberga, sendo que um dos outros membros era o então professor do Instituto Europeu de Florença, Miguel Poiares Maduro. O mandato deste grupo era essencialmente a elaboração de um relatório para a Comissão com recomendações em torno da questão da promoção do pluralismo e da liberdade dos meios de comunicação na Europa. As conclusões e recomendações do Grupo estão disponíveis online, num relatório intitulado “A free and pluralistic media to sustain European democracy”.

Em Novembro de 2013 o Conselho da UE e os Estados-Membros adotaram conclusões sobre a liberdade e o pluralismo dos media no ambiente digital, tendo decidido continuar a apoiar projetos que visem o reforço da proteção dos jornalistas, reforçar a cooperação entre as autoridades de regulamentação do audiovisual dos Estados-Membros, promover as melhores práticas no que respeita à transparência da propriedade dos meios de comunicação social e bem assim apoiar uma ferramenta de monitorização independente para avaliar os riscos para o pluralismo dos media na União Europeia.

O Parlamento Europeu decide então reservar um orçamento de 500 mil euros para a simplificação e piloto de implementação do MPM - Media Pluralism Monitor, sendo que a Comissão Europeia concede posteriormente essa subvenção ao Instituto Universitário Europeu de Florença para a implementação do Projeto Piloto no que respeita ao pluralismo e à transparência da propriedade dos meios de comunicação social. O Centre for Media Pluralism and Media Freedom - CPMF, enquanto centro independente da Comissão e os Estados-Membros, é então contratado para recolher os indicadores fundamentais para essa avaliação, com uma atualização, dada

importância crescente da Internet e com a implementação piloto do modelo de monitorização extensiva a uma amostra de nove países da UE. O coordenador europeu do projeto é Pier Luigi Parcu, do Centre for Media Pluralism and Media Freedom, que é um centro de investigação do European University Institute (Florença). O projeto integra ainda, em todos os Estados-membros, painéis de especialistas com funções consultivas nas áreas específicas da regulação, da economia dos media e dos aspetos sociais e políticos.

O estudo passa assim a desenvolver uma ferramenta de monitorização cujo objetivo é avaliar os riscos para o pluralismo da comunicação social nos Estados-Membros da UE e identificar as ameaças latentes e objetivas com base num conjunto de indicadores. Os resultados dessa primeira avaliação piloto estão publicados no relatório do CMPF intitulado *Monitoring Media Pluralism in Europe - Testing and Implementation of the Media Pluralism Monitor 2014*. Do relatório fazem parte um conjunto de indicadores, legais e de regulação, económicos, relativos à questão da concentração, sócio-políticos e relativos ainda a questões de inclusão. O relatório de 2015, com dados extensivos a todos os Estados-membros será publicado no final de 2015 pelo CMPF e incluirá já os dados de Portugal.

Bibliografia

Batz, Jean-Claude, *L'Audiovisuel européen: un enjeu de civilisation*, Paris, Séguier, 2005.

Cádima, F. Rui, *A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise*, Lisboa: Formalpress/ Coleção Media XXI, 2007.

—, *A Televisão 'Light' Rumo ao Digital*, Lisboa: Formalpress/ Coleção Media XXI, 2006.

Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social no ambiente digital (2014/C 32/04). [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014XG0204\(02\)&from=PT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014XG0204(02)&from=PT)

Costa e Silva, Elsa, *Os Donos da Notícia – Concentração da Propriedade dos Media em Portugal*. Porto: Porto Editora, 2004.

David Graham, "Impact Study of Measures (Community and National) Concerning the Promotion of Distribution and Production of TV Programmes Provided for Under Article 25(a) of the TV Without Frontiers Directive - Final Report". The Audiovisual, Media and Internet Unit Directorate-General Information Society and Media European Commission, 2005.

David Levy e Tim Gardam (eds.), *The Price of Plurality - Choice, Diversity and Broadcasting Institutions in the Digital Age*. Reuters Institute for the Study of Journalism, Oxford, 2008.

Hamelink, Cees J. (ed.), Preserving media independence: regulatory frameworks. Paris: UNESCO Publishing, 1999.

HLG Report - A free and pluralistic media to sustain European democracy, 2013.
<https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/HLG%20Final%20Report.pdf>

Independent Study on Indicators for Media Pluralism in the Member States – Towards a Risk-Based Approach. Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, July 2009.
https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/final_report_09.pdf

Media pluralism in the Member States of the European Union, (Brussels, 16 January 2007 SEC(2007) 32).
http://ec.europa.eu/information_society/media_taskforce/doc/pluralism/media_pluralism_swp_en.pdf

Pluralismo e concentração dos média no mercado interior – Avaliação da necessidade de uma ação comunitária. Doc.COM (92) 480 final, de 23 de Dezembro de 1992.

Pluralismo dos meios de comunicação: a Comissão sublinha a necessidade de transparência, liberdade e diversidade no panorama dos meios de comunicação da Europa”. IP/07/52. Bruxelas, 16 de Janeiro de 2007.

Rabaça, Clara, O Regime Jurídico-Administrativo da Concentração dos Meios de Comunicação Social em Portugal. Coimbra: Almedina, 2002.

Relatório sobre os riscos de violação das liberdades fundamentais na União Europeia , FINAL A5-0230/2004, de 5 de Abril de 2004.

Resolução do Parlamento Europeu sobre a concentração e o pluralismo nos meios de comunicação social na União Europeia. Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Setembro de 2008, sobre a concentração e o pluralismo nos meios de comunicação social na União Europeia (2007/2253(INI)). 2010/C 8 E/16.

Transnational media concentration in Europe, Council of Europe, Directorate General of Human Rights, Strasbourg, November 2004, pp. 33-34.
http://www.coe.org.rs/REPOSITORY/133_-aapmd2rev5.2004--report-transnational-media-concentrations_205-.pdf

Viviane Reding, European Commissioner for Education and Culture. "The Future of European Audiovisual Policy". Westminster Media Forum. London, 22 April 2004.

2.1.3 Public Service Media, Diversidade e Pluralismo

Cádima, F. Rui, Fernandes, J., Baptista, C., Martins, L., e Silva, M. (2018). Public Service Media, Diversidade e Pluralismo. Comunicação apresentada ao X Congresso da SOPCOM - Ciências da Comunicação - Vinte Anos de Investigação em Portugal. Escola Superior de Educação de Viseu, 27 novembro 17. GT Estudos Televisivos (Mesa 1): Televisão em Mudança. (no prelo)

De forma a enquadrar o nosso estudo, é importante, primeiramente, perceber questões gerais sobre a forma como os media contribuem (ou devem contribuir) para a diversidade cultural. No artigo “Diversidade cultural e media no contexto europeu: regulação, economia e discurso”, Joana Fernandes e Raquel Lourenço (2017) afirmam que, embora se verifique a existência de diversas “definições de diversidade, racismo, noções de inclusão, sistemas de media, tradições e normas jornalísticas” (2017: 74), assim como de “diferenças ideológicas determinadas pelos acontecimentos históricos e políticos de cada país” (idem), é necessário promover a defesa do pluralismo e da diversidade cultural nos vários sistemas mediáticos. Tal deve-se ao facto de os media serem sempre “veículos estruturantes das identidades sociais” (2017: 73), contribuindo para evidenciar temas, conduzir questões e estimular a reflexão, bem como o pensamento crítico. Assim, a sua importância é vital para a identificação e conceptualização de temáticas sociais e culturais.

De acordo com as autoras, na Europa os grupos minoritários têm sido alvo de representações estereotipadas, nomeadamente no que respeita ao carácter predominantemente negativo e sensacionalista das notícias em que são visados, pelo que a imagem construída em torno dos mesmos conduziu “à generalização de opiniões” sobre o seu estatuto e papéis sociais e, por vezes, a uma “histeria generalizada” que gera conflitos sociais devido a esta falta de comunicação dialógica. O jornalista tem, portanto, um papel fundamental quando elabora uma narrativa pois a mesma contribui fortemente para a forma como o público percebe os acontecimentos (para o bem e para o mal). Contudo, não é possível esquecer que o próprio jornalista é também produto de uma socialização.

Numa análise ao racismo e à diversidade cultural nos meios de comunicação de quinze países membros da União Europeia (EUMC: 2002), é referido o exemplo de jornais austríacos, dinamarqueses e espanhóis que reportaram crimes cometidos por refugiados de uma forma mais dramática do que noticiaram crimes domésticos. Desta forma, concluem as autoras (Fernandes & Lourenço, 2017), a origem social e ética do criminoso relega a descrição dos acontecimentos para segundo plano. Em Portugal, é destacado o medo irracional sentido para com cidadãos de origem africana. Num discurso globalizado, a categoria de “migrante” sobrepõe-se às diversas identidades patrióticas, o que se deve, em parte, à falta de representação das minorias nos meios de comunicação, abafadas pela voz única das fontes políticas e influentes. Verifica-se, ainda, uma escassez de notícias que assinalem os contributos culturais dos imigrantes.

No entanto, estas escolhas que comprometem a qualidade da informação são também motivadas pelo objetivo de alcançar um maior número de audiências, o que constitui uma barreira para a livre implementação de um discurso multicultural.

Karina Horsti (s/d: 14) argumenta que a percepção da diversidade cultural só é alcançada através do conhecimento, ou seja, é necessário recorrer a diferentes pontos de vista para questões relacionadas com a diversidade cultural. Assim, tendo em vista alcançar uma sociedade inclusiva e “pluridiscursiva” onde todos participam e têm voz nos meios de comunicação, a autora propõe o recrutamento de profissionais de diversas culturas e a formação dos jornalistas, de forma a conjugar o saber de quem o adquiriu através da experiência pessoal e de quem domina o discurso sobre diversidade cultural graças ao conhecimento formalmente adquirido. Para além disso, Horsti (2016) sublinha a emergência de novas formas de interação no contexto digital que permitem pensar em alternativas mais sólidas ao modelo mainstream tradicional.

Outro contributo para evitar práticas estereotipadas em órgãos de comunicação passa pela regulamentação de disposições legais e códigos de conduta, assim como pela autorregulação. A rede BRCD (Broadcasting Regulation and Cultural Diversity Network) realizou uma ampla pesquisa mundial sobre modelos e iniciativas de regulação para a promoção da diversidade cultural, em particular no setor da radiodifusão. Concluiu que a multiplicidade dos meios de comunicação não garante a diversidade cultural, sendo apenas uma parte da solução, e encontrou situações muito contraditórias entre os diferentes países analisados. A cooperação nacional e internacional entre operadores é considerada fundamental, já que, por exemplo, a disponibilização de conteúdos internacionais tende a limitar o orçamento para programas de teor regional ou nacional, devendo tal situação ser contrariada. As autoras (2017) sublinham vários casos de boas e más práticas no que concerne a formas de regulação para a diversidade, sendo as formas de intervenção mais comuns as seguintes:

“Exigir que os radiodifusores assegurem a diversidade de géneros televisivos; apresentem conteúdos que os canais comerciais não difundem; respeitem quotas específicas de programas; produção nacional independente; “pluralidade de opinião”; pluralidade de propriedade dos media e de propriedade cruzada dos mesmos, incluindo políticas para “sensibilizar” as organizações sobre a diversidade cultural, incluindo na área de autoavaliação e de investigação” (Fernandes & Lourenço, 2017: 79).

A regulação terá, assim sendo, de se adaptar para “ir ao encontro da evolução da indústria, dos decisores políticos, dos restantes agentes (stakeholders) e dos cidadãos em geral” (ibidem: 79), de forma a superar interesses económicos e promover aquilo a que Horsti (2016) designa por “jornalismo de direitos humanos” (2016: 2).

Mas afinal o que significa a diversidade? Raquel Lourenço (2017), no seu artigo “Estratégias para a diversidade na televisão: os casos dos EUA e do Reino Unido”, compara a diversidade existente nos sistemas mediáticos dos dois países, de forma a clarificar o conceito e elencar as estratégias defendidas por cada um deles, tendo em

vista modificar o atual panorama de falta de representação de minorias no ecrã, no emprego e na propriedade.

No Reino Unido a própria estação pública (BBC) reconhece o problema, pelo que apresenta um conjunto de estratégias para reverter a situação no relatório “Diversity and Inclusion Strategy 2016-2020”. Para a emissora, o conceito de diversidade contempla “todas as diferenças existentes entre as pessoas” (BBC, 2016: 5), o que inclui questões visíveis como “o sexo, a raça, a etnia e deficiências motoras” (Lourenço, 2017: 87), mas também diferenças não-visíveis como “a orientação sexual, a classe social, a herança cultural, a religião, deficiências não notórias, diferentes perspetivas e formas de pensar, educação, estatuto social da família e idade” (ibidem). São consideradas, ainda, “as nações e regiões nas quais tanto as audiências, como os funcionários, vivem e trabalham” (ibidem). Já nos EUA, é a Leadership Conference Education Fund, uma organização que luta pela defesa dos direitos humanos e civis dos americanos, que define o conceito de diversidade dos media, num relatório intitulado “Media Diversity Matters: A Media Justice Activist Toolkit”. Media diversos são, assim:

“Aqueles que incluem minorias e mulheres no conteúdo (o que vemos e ouvimos), no emprego (quem escreve, reporta e produz o conteúdo) e, acima de tudo, na propriedade (quem detém as empresas que decidem o conteúdo), para que as histórias de todos os americanos possam ser contadas, assim como todas as vozes ouvidas” (s/d: 5).

Relativamente a questões legais, é a FCC (Federal Communications Commission) o órgão responsável por regular a área das telecomunicações e radiodifusão nos EUA. A sua principal preocupação é restringir a concentração dos media, no que respeita à propriedade. No entanto, outras organizações americanas questionam a sua eficácia e campo de atuação restrito (Lourenço, 2017). Uma das associações que tem uma perspetiva diferente sobre a promoção de diversidade é a Leadership Conference Education Fund que aconselha os cidadãos norte-americanos a manterem-se informados sobre os seus direitos civis, e atentos aos media que veem e ouvem, de modo a poderem tornar-se multiplicadores do conceito, quer através do envio de cartas para a entidade reguladora, quer alertando as pessoas em seu redor para a importância de existir diversidade nos media para a qualidade da democracia (ibidem).

No Reino Unido, por sua vez, é o Ofcom (Office of Communications) que detém essa responsabilidade. A entidade procura “dar indicações, nomeadamente orientação jurídica, aos empregadores e proprietários dos media, para que sejam tomadas medidas de promoção da diversidade, mantendo o respeito pela lei [Ato da Igualdade de 2010]” (ibidem: 86). Assim, a entidade compilou regras e boas práticas para a promoção da diversidade, evitando uma discriminação ilegal a favor de grupos minoritários, no documento “Thinking outside the box: Supporting the television broadcasting industry to increase diversity”. A título de exemplo, embora contratar uma pessoa por ter uma característica especial (como uma orientação sexual ou religião específica, etc.) seja geralmente proibido pelo Ato, este prevê algumas

exceções a essa regra: possibilidade de escolher um trabalhador com uma característica protegida se esse for um requisito aceitável para o trabalho (nomeadamente com o objetivo de conferir autenticidade a um papel) ou ajudar pessoas pertencentes a grupos sub-representados a adquirir competências que as capacitem para competir em pé de igualdade com outros candidatos, entre outras opções (ibidem).

Em Portugal encontramos igualmente políticas públicas no que toca à diversidade nos media, até porque todos os operadores de televisão (sejam públicos ou privados) devem promover a diversidade e o pluralismo, respeitando a Lei da Televisão e, no caso da RTP, o Contrato de Concessão entre a mesma e o Estado. Contudo, no artigo “Diversidade nos media em Portugal: enquadramento político e desafios atuais”, Carla Baptista e Marisa Torres da Silva (2017) concluem que “ainda há trabalho considerável por fazer, nomeadamente no que concerne à literacia mediática e à representação de grupos minoritários e mulheres nos media” (2017: 11).

No que respeita à igualdade de direitos, independentemente do género, há ainda um longo caminho a percorrer, não apenas no acesso aos media (principalmente a cargos de chefia, não sendo a RTP uma exceção a esta realidade em 2014) como também no que toca à remuneração que, segundo um estudo de 2016, continua a ser desigual apesar das garantias constitucionais que proíbem a discriminação baseada no género (ibidem). De acordo com o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC, 2015), o “Telejornal” da RTP1 é o serviço de notícias onde a preponderância de protagonistas masculinos mais contrasta com a presença marginal e/ou vitimizada de mulheres. Em 2016, a ERC concluiu que a RTP2 era o canal que oferecia conteúdos mais diversos relativamente à inclusão de grupos minoritários com outras culturas, embora a sua expressão ainda seja insuficiente, pelo que a existência de mais programas promotores da diversidade cultural é necessária. A questão da literacia mediática, por sua vez, revela-se problemática na medida em que as políticas seguidas neste âmbito se encontram fragmentadas, não existindo uma estratégia nacional consistente. O seu ensino nas escolas está inserido na “educação para a cidadania”, não sendo um tópico formal com um objetivo e currículo concretos (Baptista & Silva, 2017: 25).

O presente artigo é também baseado nos resultados portugueses do projeto Media Pluralism Monitor (MPM) que avaliou os media públicos na Europa. Os principais indicadores foram: acesso aos media e disponibilização dos mesmos a diferentes grupos da população; salvaguardas regulatórias e políticas sobre o acesso aos media por parte de variados grupos culturais e sociais, comunidades locais e pessoas com alguma deficiência; centralização do sistema mediático; qualidade da política de literacia para os media do país; existência e eficácia da implementação de salvaguardas regulatórias para a liberdade de expressão e para o direito à informação; e, por fim, o estatuto dos jornalistas, incluindo a sua proteção e autonomia no âmbito laboral. A presença do último tópico deve-se à constatação de que a precariedade do trabalho jornalístico, da qual os baixos salários constituem um exemplo, constitui um risco para

a atividade ao pôr em causa a autonomia dos jornalistas perante abusos de poder e ao potenciar o incumprimento de normas éticas. Assim, a proteção dos jornalistas deve, necessariamente, ser tida em conta na elaboração de políticas que visem promover uma esfera pública pluralista.

Sousa & Costa e Silva (2009) consideram que a incorporação da diversidade nos media nos discursos políticos e textos legais em Portugal, desde a abolição do Estado Novo em 1974, é “vaga e inoperante”, devido à falta de ferramentas que permitam implementá-la e de instrumentos de monitorização. Para Carla Baptista e Marisa Torres da Silva (2017), a ausência de estudos académicos recentes relacionados com a diversidade de conteúdos nos media, associada a questões de vulnerabilidade social e discriminação, reforçam esta ideia. Na mesma linha, a fragilidade económica dos órgãos de comunicação regionais indica a necessidade encetar políticas que lhe permitam ter um maior suporte e que sejam mais proativas. Embora se restrinja à televisão pública (a qual tem obrigações mais específicas), o projeto DIVinTV – Televisão Pública e Diversidade Cultural em Portugal pretende colmatar esta ausência de informação e fundamentar futuras medidas. Tal pretensão é também justificada pela inexistência de um enquadramento legal para “media comunitários”, ou seja, projetos de media sem fins lucrativos e independentes do governo, assim como de instituições comerciais e religiosas, criados pelas próprias comunidades de forma voluntária (Baptista & Silva, 2017: 18-19). Uma vez que se torna difícil a grupos minoritários ter acesso a media próprios, a responsabilidade da televisão pública enquanto representante de toda a população do país aumenta.

A Agenda Digital de Portugal (2012) dá ênfase às temáticas da acessibilidade e da inclusão digital, recomendando que o acesso sem barreiras ao conteúdo audiovisual seja considerado uma questão fundamental de direitos humanos. Há duas áreas principais: promover a disponibilidade de e-books adaptados para pessoas com necessidades especiais e definir políticas de acessibilidade para conteúdos digitais e para plataformas digitais nacionais em setores específicos, nomeadamente na administração pública e local, instituições de ensino, bancos, serviços, shopping e media. Existem políticas reguladoras mas não estão consolidadas: o serviço público de media (SPM) é obrigado a transmitir um número mínimo de horas de emissão adaptado com legendas, áudio descrição e língua gestual. Todavia, o relatório da ERC de 2015 concluiu, neste item, que o SPM não cumpriu sempre as obrigações mínimas. Em 2011, a FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) conduziu uma análise aos websites mais representativos em Portugal e concluiu que nenhum poderia sequer receber o valor mínimo de conformidade aos padrões que garantem que o mesmo é acessível à maioria dos cidadãos (Baptista & Silva, 2017: 23-24).

Complementando o que foi abordado no artigo acima citado, também o artigo de Francisco Rui Cádima (2017), “Diversidade e serviço público de televisão no contexto regulatório português”, procura fazer um ponto de situação relativamente à regulação dos conteúdos de media no caso português, visando sistematizar, em particular, o modo como a questão da diversidade, no contexto do Serviço Público de Televisão

(SPT), tem sido monitorizada em Portugal. O autor alerta ainda para um novo fenómeno que tem a ver com funções algorítmicas que hierarquizam a informação sem atender “à diversidade ou à diferenciação das vozes” (2017: 30), mas apenas à possibilidade de obter mais “cliques”, numa perspetiva economicista. Este facto vem reforçar ainda mais o défice ao nível de pluralidade de vozes que já existia em termos de media mainstream, sendo que a regulação precisa de acompanhar de forma assertiva estes novos contextos digitais.

Efetivamente, já existe legislação, comunitária e nacional, que prevê os princípios da diversidade e do pluralismo como “plenamente adquiridos no espírito da lei” no que se refere à oferta de serviços de comunicação social audiovisual. Como exemplo, o autor cita o considerando nº 12 de uma Diretiva europeia de 2010:

“(…) a política de regulação no sector tem de salvaguardar um conjunto de interesses públicos, tais como a diversidade cultural, o direito à informação, o pluralismo dos meios de comunicação social, a proteção dos menores e a defesa dos consumidores, e reforçar a capacidade crítica do público e a educação para os media, agora e no futuro.”

A nível nacional, também o Estatuto do Jornalista, entre outros documentos, é claro quanto aos deveres associados ao jornalismo em matéria de diversidade e não discriminação, designadamente no seu artigo 14, nº 2, alínea e), lembrando o artigo 13 da Constituição: “Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”. Neste ponto, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão acrescenta que “o serviço público deve constituir-se como um fator de coesão e integração de todos os indivíduos, grupos e comunidades sociais”, o que significa que os interesses e a riqueza cultural de comunidades minoritárias devem ser valorizados. A própria Lei da Televisão (2007) diferencia o Serviço Público de Televisão dos operadores privados. Diz o artigo 51º – Obrigações específicas da concessionária do serviço público de televisão, no seu nº 1, que “a concessionária do serviço público de televisão deve (...) apresentar uma programação que promova a formação cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade”. Todavia, na perspetiva do autor, ao atribuir competências diferentes à RTP1 e à RTP2, aproximando o primeiro das obrigações destinadas aos canais privados, a legislação põe em causa a legitimidade do financiamento público do canal. E acrescenta:

“A lei contradiz-se assim a si própria e subverte o princípio e a missão do serviço público ao exigir que um dos canais – o segundo – assuma os ‘custos’ culturais do serviço, que conferem o princípio e a existência legal à concessionária, como que permitindo uma descaracterização do principal canal do sistema público através do mimetismo dos privados e do entretenimento ‘light’, em suma, legitimando a ‘ditadura da audiência’ e a concorrência desleal do próprio operador público” (Cádima, 2017: 33).

Contudo, a existência de legislação, por si só, não garante o cumprimento das normas estabelecidas, por parte dos operadores de televisão. O autor cita vários estudos para concluir que a presença de minorias é maioritariamente associada ao crime, não sendo os seus interesses considerados. Por outro lado, é afirmado que os telejornais televisivos (diários) privilegiam a espetacularização e superficialidade da informação. Apesar disso, o Relatório de Regulação da ERC relativo a 2015 enfatiza a existência de alguns programas destinados a promover a diversidade social e cultural, na RTP2, com uma quota de 3,2% e conclui o seguinte:

“De um modo geral, em 2015, a RTP1 cumpre as obrigações de diversidade que lhe são impostas pelos normativos destacados (...) nomeadamente por se verificar que as suas grelhas anuais de programação contemplam conteúdos pertencentes aos sete macrogéneros em análise, subdivididos em 33 géneros televisivos de entre os 39 considerados.”

Para Francisco Rui Cádima (2017), a metodologia utilizada na elaboração deste relatório não vai “verdadeiramente ao âmago da questão, isto é, à plena identificação e especificidade, em matéria de diversidade, dos conteúdos propriamente ditos” (2017: 38). Além disso, inclusive a própria tipificação do conceito de diversidade “parece extremamente pobre e insuficiente” (idem). Desta forma, a conclusão de tal abordagem é considerada “insatisfatória” pois o conceito deveria ser densificado. Importaria, igualmente, de acordo com o autor, que a ERC “procedesse a uma análise complementar de conteúdo, com uma avaliação essencialmente qualitativa, procurando abarcar as múltiplas dimensões do conceito” (2017: 39). A abordagem aqui sugerida está, então, na base do estabelecimento das categorias do projeto DIVinTV.

Outro aspeto crítico prende-se com a falta de difusão de programas de origem europeia, uma vez deduzido o tempo dedicado aos noticiários, manifestações desportivas, concursos, publicidade, televenda e teletexto, à revelia da Diretiva europeia e da Lei da Televisão (Artigo 45). Tal acontece porque os Estados-membros convencionaram que a produção nacional em cada país deveria ser contabilizada para a quota de “produção europeia”, o que contribui para acentuar o domínio do audiovisual norte-americano, mas também a atual crise de coesão da EU (Cádima, 2017: 40-41).

Também neste sentido, Patrícia Ascensão (2017) estabelece a necessidade de se repensarem as Diretivas do Serviço Público sendo necessário encontrar soluções que contrariem a crise que nele se instalou, nomeadamente no que diz respeito à informação jornalística regional. Esta crise a que a autora se refere resolver-se-ia com uma descentralização audiovisual que entre em contacto mais direto com as comunidades locais. O desafio, aqui, prende-se na importância da produção de conteúdos capazes de transmitir ao espectador uma sensação de inclusão, de proximidade e de decodificação da informação. Segundo a autora, a proximidade com o telespectador é um meio de obtenção de uma identificação social nomeadamente

porque há um maior interesse em saber o que acontece nas proximidades geográficas, sociais e psicológicas do indivíduo (2017: 12).

Há, no entanto, desafios a serem superados para a viabilização destas propostas nomeadamente no que diz respeito à crise que o Serviço Público enfrenta ao nível financeiro, à identidade e legitimidade do setor (2017: 6). Para Patrícia Ascensão, a solução passa pela “reinvenção do seu papel estruturante na sociedade, que coloque o foco no cidadão, enquanto parceiro ativo neste processo, e que contribua para a “relegitimação do serviço público de media em Portugal” (2017: 6).

Efetivamente, estes princípios orientadores são, na sua essência, uma forma de obtenção de uma programação capaz de promover a formação cívica e cultural dos telespectadores, constituindo-se como um fator de coesão da comunidade local e, consequentemente, nacional. Esta seria, portanto, uma das formas de divulgação da diversidade cultural no Serviço Público de Media.

O nosso projeto, em concreto, visa a realização de uma investigação aprofundada sobre os conteúdos da Televisão Pública (RTP1 e RTP2), a fim de caracterizar o modo através do qual os dois canais públicos nacionais “free-to-air” integram (ou não) uma ética de antena a respeito dos conceitos/práticas de pluralismo, inclusão e diversidade cultural. Refira-se que tais atribuições e competências estão enquadradas nas obrigações gerais e missão de serviço público, tal como consta na legislação nacional e europeia, em particular, na Lei da Televisão, no Contrato de Concessão da RTP, e na Diretiva europeia de Serviços de Comunicação Social Audiovisual.

A nossa análise pretende investigar as grelhas de programação para identificar de que forma são incorporados os temas da diversidade cultural, bem como quais as categorias que padecem de promoção e de incorporação no serviço público. Neste projeto pudemos analisar os conteúdos das grelhas de programação ao longo de dois anos (2016/2017) e identificar, no âmbito da diversidade cultural, as seguintes diretrizes: 1. A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes; 2. As questões da juventude; exclusão/ inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação; 3. Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento; 4. Proteção do património e da cultura nacional/ local; e 5. Diversidade de géneros de programação televisiva.

Para efeitos de contagem dos elementos de diversidade cultural (os quais denominamos por “DIV”) e para uma melhor definição metodológica, procedemos à análise das grelhas de programação dos dois canais durante quatro semanas de análise. Em cada dia de análise foram contabilizados todos os programas transmitidos com excepção dos programas de informação diária, “Bom dia Portugal”, “Jornal da Uma”, “Portugal em Direto”, “Jornal da Noite” e “Manchetes 3” na RTP1 e o “Jornal 2” “Euronews” e “Repórter África” na RTP2.

Em primeira instância pode afirmar-se que, em geral, não há grandes áreas de risco em Portugal. A Entidade Reguladora para a Comunicação social (ERC) encarrega-se de

monitorizar os problemas chave do sector dos media (transparência e pluralismo) através de estudos e auditorias. Já na nossa observação são, também, regularmente identificados os problemas associados à diversidade de géneros televisivos, incluindo se a programação diversificada é, ou não, transmitida durante o horário nobre ou se, pelo contrário, existe uma “monocultura” de determinados géneros televisivos. No Relatório de Regulação de 2013 da ERC verificou-se que, na RTP1, se manteve a predominância já registada em 2012 das categorias televisivas de “informativos”, “ficção” e “entretenimento”. Para já, na nossa análise pudemos verificar uma tendência geral na RTP1 para uma igual predominância de programas de “Informação Diária”, seguidos por programas de “Entrevista, Talk-show e Magazine” e de conteúdos de “Ficção”. Já na RTP2 pudemos constatar que a programação “Infantil” é a categoria televisiva mais presente na grelha de programação, seguida pelo género “Entrevista, Talk-show e Magazine” e, consoante a semana de análise, segue-se o “Documentário” e/ou a “Ficção”. Verifica-se, portanto, que no espaço de seis anos a programação da RTP1 manteve-se dentro dos mesmos registos, com uma clara predominância da “informação” no canal. Já na RTP2, à parte da programação infantil (transmitida na RTP1 aos fins de semana) os restantes programas seguem os géneros predominantes do canal irmão.

Para além das questões de diversidade de programação, reforça-se a importância de saber incorporar as temáticas da diversidade cultural de forma a promover a noção de diversidade enquanto temática estrutural da democratização da sociedade. Há, enfim, algumas questões genéricas que carecem de investigação, a saber: horários de programação, forma de incorporar os elementos da diversidade cultural e a não exploração de alguns elementos DIV. É neste sentido que pudemos constatar que os primeiros resultados apontam para a não exploração de questões relacionadas com “subculturas juvenis” em todas as semanas de análise da programação da RTP1 e da RTP2. As demais tendências gerais apontam também para que a “Proteção do património e da cultura nacional/local” seja a categoria em maior evidência em ambos os canais, da mesma forma que há uma notória falta de temáticas sobre “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”.

Neste sentido, verificou-se que a abordagem de temáticas sobre a “Proteção do património e da cultura nacional/local” está maioritariamente direcionada para a gastronomia portuguesa, o território nacional e, em grande incidência, o fado. Na RTP1 esta categoria DIV está padronizada nos programas de talk-show “A Praça” e “Agora Nós”, enquanto na RTP2 é matéria do programa “Visita Guiada”. A falta de conteúdos sobre “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” cinge-se, maioritariamente, à ausência de matérias sobre idosos. Há, na verdade, uma clara tendência nos programas de talk-show “A Praça” e “Agora Nós” para explorar matérias diversas sobre pessoas com necessidades especiais, seja em crianças, jovens ou adultos mas a abordagem de assuntos sobre idosos é praticamente nula. Da mesma forma, também matérias sobre “questões da juventude” foram pouco contabilizadas na grelha de programação, verificando-se que a sua abordagem remete sobretudo para os programas de “ficção”.

Já a categoria “pluralidade de vozes” ganhou especial destaque na programação da RTP2 devido à transmissão do programa “Fé dos Homens”, cuja abordagem à religião pretende, precisamente, dar voz a diferentes ideologias teológicas. Na RTP1 esta categoria foi inexistente. Existem também problemas associados com a diversidade de oferta dos programas, tanto ao nível dos géneros televisivos como também pelas próprias temáticas. Neste sentido destaca-se na RTP1 uma carência de programas de conhecimento e de cultura. Mas para além dos elementos distintivos dos dois canais, verificou-se que na sua maioria existem tendências comuns na programação e na abordagem dos demais assuntos DIV, conforme se pode constatar pelas categorias com maior e menor abordagem.

Há, para além destes fatores, outros elementos genéricos que carecem de especial atenção no Serviço Público de Televisão, seja a pluralidade e a diversidade de programas, o acesso pelos diferentes grupos culturais e as questões de independência e de regulação. Para além disso é também preponderante investigar as matérias de diversidade cultural nos programas de informação diária de ambos os canais, cuja recolha de dados foi já efectuada estando agora os resultados finais a ser calculados.

Desta investigação surgem advertências que podem resultar num número de estratégias de desenvolvimento da indústria televisiva, em particular no Public Service Media, enquanto meio mais inclusivo. É um caminho para se perceber, também, se as matérias que já estão incrementadas são, ou não, capazes de englobar todas as vias possíveis da diversidade cultural. Espera-se que a cobertura mediática saiba englobar a inclusão cultural e seja um elemento de combate à discriminação. Para isso, é necessário entender os media, e mais concretamente o Public Service Media, como um meio favorável para a promoção da democracia, do pluralismo e da diversidade. E é neste sentido que a presente investigação se afirma como uma via para a obtenção de um diálogo culturalmente diversificado que se possa observar de forma mais assertiva nas grelhas de programação dos media públicos.

Bibliografia

Ascensão, P. (2017). Serviço Público e Regiões: Reflexões em torno da Informação de Âmbito Regional. *Media & Jornalismo* nº 31, vol. 17, nº 2. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4803>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Baptista, C. & Torres da Silva, M. (2017). Media Diversity in Portugal: Political Framework and Current Challenges. *Media & Jornalismo* nº 31, vol. 17, nº 2. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4803>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Cádima, F. (2017). Diversidade e Serviço Público de Televisão no Contexto Regulatório Português. *Media & Jornalismo* nº 31, vol. 17, nº 2. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4803>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Cádima, F., Baptista, C., Oliveira Martins, L; e Torres da Silva, M. (2017). Media Pluralism Monitor 2016: Monitoring Risks for Media Pluralism in the EU and Beyond.

Country report: Portugal. doi:10.2870/357290.The Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF). Florence: EUI/CMPF.

http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/46808/Portugal_EN.pdf?sequence=1

Diretiva 2010/13/EU (Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual») do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2010. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:095:0001:0024:pt:PDF>. Acesso em: 7 mar. 2018.

ERC (2016). Relatório de Regulação, Vol 1 e 2. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2015>. Acesso em: 7 mar. 2018.

ERC (2016a). Relatório de Acompanhamento da Observância do Pluralismo Político – Informação Televisiva Diária e Não Diária – 2015. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-do-pluralismo-politico-partidario/relatorio-de-acompanhamento-da-observancia-do-principio-do-pluralismo-politico-em-2015>. Acesso em: 7 mar. 2018.

EUMC (2002). Racism and Cultural Diversity in the Mass Media - An overview of research and examples of good practice in the EU Member States, 1995-2000. Vienna: ERCOMER.

Fernandes, J. & Lourenço, R. (2017). Diversidade Cultural e Media no Contexto Europeu: Regulação, Economia e Discurso. Media & Jornalismo nº 31, vol. 17, nº 2. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4803>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Horsti, K. (s/d). From multiculturalism to discourse of cultural diversity: European Public service broadcasting and challenge of migration, University of Helsinki, Finland. [Online] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254848915_From_multiculturalism_to_discourse_of_cultural_diversity_European_public_service_broadcasting_and_challenge_of_migration. Acesso em 07 mar. 2018.

Horsti, K.; Hultén, G.; Titley, G. (2014). National Conversations: Public Service Media and Cultural Diversity in Europe. G. H. Gavan Titley, Karina Horsti, ed., Intellect Ltd. Disponível em: <http://events.ims.su.se/documents/13728/download>. Acesso em: 7 mar. 2018.

Horsti, K. (2016). Visibility without voice: Media witnessing irregular migrants in BBC online news journalism, Jyväskylä. Disponível em: https://www.academia.edu/23131747/Visibility_without_voice_Media_witnessing_irregular_migrants_in_BBC_online_news_journalism Acesso em: 7 mar. 2018.

Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (2007). Lei n.º 27, de 30 de Julho. Disponível em:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/07/14500/0484704865.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2018.

Lourenço, R. (2017). Estratégias para a Diversidade na Televisão: os Casos dos EUA e Reino Unido. *Media & Jornalismo* nº 31, vol. 17, nº 2. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4803>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Silva, E. C. Sousa, H. (2009). Diversidade no serviço público: um olhar sobre a RTP. *Comunicación e Ciudadania - Revista Internacional de Xornalismo Social* 3: 233-248.

2.1.4 La légitimation des médias de service public à l'ère numérique

Cádima, F. Rui (2017). “La légitimation des médias de service public à l'ère numérique”. *Actes du Colloque Internationale [Méta]morphoses numériques de la culture et des médias*. Éric George et Lena Hübner (Coords.), pp. 78-87. Cahiers du Cricis. Numéro spécial 2017-1. Montréal: CRICIS/UQAM. http://www.cricis.uqam.ca/wp-content/uploads/2017/10/Cahiers2017_VF.pdf

Service public et services en ligne

Un des problèmes fondamentaux soulevé par le service public en ligne a été bien posé par Meike Ridinger (2009, p. 3):

« Les activités en ligne des médias de service public, qui dépassent le cadre du simulcast, provoquent [...] régulièrement un débat avec les opérateurs de médias privés sur les possibilités et les limites juridiques des offres de service public dans les nouveaux médias ».

Il y a moins d'obstacles quand on pense aux nouveaux médias numériques de service public comme un mode de diffusion (simulcast), même s'il s'agit de plateformes, comme par exemple YouTube, que lorsque l'on parle d'offres commerciales. Nous nous trouvons face à la difficulté de différencier le commerce électronique de la mission de service public. En fait, si la tendance est à l'abandon progressif du marché publicitaire par les opérateurs publics de télévision (comme on a vu en France et en Espagne), il nous semble qu'il ne se justifie pas de continuer le débat sur l'intérêt général d'un modèle commercial des médias de service public (« public service media » - PSM) pour le Web. Un bon exemple de cette tendance sont le concept et les modèles de Public Value Test implémentés en plusieurs pays européens (Capello et al.,

2015), qui proposent que les fonds publics contribuent notamment au renforcement de la mission d'un service public numérique innovateur (Burnley, 2016, p. 18), et pas à l'implémentation de pures services commerciaux supportés par des appuis publics.

Il est aussi important de débattre sur l'ambiguïté du fondement de la compétence (non exclusive) de l'Union européenne (UE) en matière de réglementation de la radiodiffusion, entendue comme service d'intérêt économique général. Il y a, certes, non seulement « une compétence de type subsidiaire en matière de culture et, par conséquent, de radiodiffusion » (Ridinger, 2009, p. 4), mais aussi en matière d'économie et de marché intérieur, c'est-à-dire, aussi, en termes d'activités culturelles. Et, par conséquent, de concurrence. Ridinger accepte une « ambivalence de la radiodiffusion, qui est à la fois un bien économique et culturel » (2009, p. 4) et ajoute que selon le Traité de l'UE, les « dispositions en vigueur laissent une marge de manœuvre pour les activités de nature non économique, par exemple dans le cas d'aides de l'État à des fins culturelles » (2009, p. 4) ... Mais il y a dès lors une double ambiguïté : la « culture » surgit dans la réglementation européenne comme une espèce de « Dr. Jekyll et Mr. Hyde ». Le plus souvent, elle surgit comme activité économique soumise à la logique de la concurrence, mais dès qu'il est nécessaire, elle se présente aussi comme activité non économique... Et ici on arrive au « péché mortel » de la politique audiovisuelle européenne des années 1980, celui de l'ambivalence du modèle, ou de la traditionnelle « tension entre commerce et culture » (Bardoel et Lowe, 2007, p. 12), destiné, de notre point de vue, à cacher davantage l'option commerciale et concurrentielle de la grande majorité du système européen au long des dernières décennies, malgré l'appel constant du cadre légal européen pour que les opérateurs publics répondent aux besoins démocratiques, sociaux et culturels du public.

Paradoxalement, la technologie – et les audiences – montrent progressivement, à l'UE et à ses politiques, que certaines erreurs ont été commises en matière d'ambiguïtés entre culture et marché dans l'audiovisuel public, au cours de ces 20 dernières années (Cádima, 2007). Or, ce n'est pas un problème mineur, étant donné que l'on parle du troisième secteur le plus financé par l'Union. En fait, les médias de service public européens perçoivent chaque année des dizaines de milliards d'euros sous la forme de redevances ou par financement public direct, ce qui fait qu'ils se viennent en troisième place, après l'agriculture et les entreprises de transports parmi les secteurs bénéficiaires de l'aide de l'État.

Le problème n'est pas la question de la définition de la frontière entre les différents niveaux de compétence de l'Union et celle des États membres. L'UE n'intervient d'ailleurs pas dans des domaines décisifs, notamment en matière de production et de diffusion de contenus d'origine européenne. Roberto Barzanti (2003, paragr. 9), ex-vice-président du Parlement Européen a écrit à ce sujet:

«Lorsque les chaînes remplissent leurs quotas, elles le font généralement avec des œuvres nationales et non avec des œuvres d'autres pays européens. De ce point de vue, on peut se demander si deux des objectifs principaux de 1989, la circulation

européenne des œuvres et le renforcement de la production par la création d'un "second marché", ont bien été atteints».

Il y a cependant un autre thème important en matière d'intervention réglementaire. C'est la question de la défense du pluralisme et de la diversité des opinions à travers des mécanismes. Bien qu'ils constituent des restrictions à la liberté des radiodiffuseurs, ils cherchent malgré tout à garantir le pluralisme (politique, culturelle, géographique). En fait, c'est vrai que «plus la mission est concrètement définie par l'État, plus on risque de voir les obligations qui en découlent en matière de conception des offres et des programmes interférer de façon illicite avec la liberté éditoriale des médias de service public» (Ridinger, 2009, p. 6). Toutefois, la préservation de l'indépendance et du pluralisme doit être une valeur garantie par le système médiatique, renforcé par les critères et les principes déontologiques et éthiques du journalisme.

Revenons sur le thème du service public médiatique en ligne. Selon la conception de la Commission, les services qui, comme les services d'information en ligne, ne constituent pas des «programmes» au sens traditionnel, peuvent également faire partie intégrante de la mission de service public, à condition qu'ils «servent les mêmes besoins démocratiques, sociaux et culturels de la société» (Ridinger, 2009, p. 6). En fait, il semble fondamental de légitimer les options et les contenus du service public et, dans ce cas concret, l'instrument de contrôle de la BBC – le Public-Value-Test (évaluation de l'intérêt public). Pour apprécier la valeur des programmes de la BBC («Quel intérêt présente le programme pour la collectivité ?»), ce dernier instrument nous semble d'un intérêt certain. La décision même de la BBC Trust de permettre que les médias régionaux puissent investir dans l'Internet, en ayant la certitude que la BBC n'interviendra pas sur ce marché, a été un important signal et pourrait définir, dans ce domaine, l'encadrement de futurs développements.

En fait, la tendance générale, en tenant compte des cas français, irlandais, belge, et anglais, semble aller dans une direction pertinente de respect pour les intérêts démocratiques, sociaux et culturels des sociétés. De plus, il apparaît clairement que la forme de la réglementation allemande explicite la question en proposant que la mission du service public soit limitée aux offres éditoriales reflétant la plus-value des organismes publics de radiodiffusion axée sur l'information, la formation et la culture, dans les différents domaines – les arts, les sciences, la pensée, le cinéma, la musique, etc. Il est aussi important de reconnaître, comme l'ont fait les Allemands, l'accès «à la société de l'information à toutes les catégories de la population, garantir aux minorités un accès adéquat aux services, mettre les nouvelles offres numériques au service des citoyens» (Ridinger, 2009, p. 8).

Par contre, le projet d'intégrer des offres payantes dans la mission du service public médiatique mérite un débat. À travers la révision de la Communication de la Commission Européenne (COM (2001/C 320/04), dorénavant il n'y a pas lieu de:

«Considérer comme un service nouveau la diffusion simultanée d'un contenu déjà disponible sur une plateforme de diffusion (télévision ou radio) sur de nouvelles plateformes (Internet, appareils mobiles). Les offres payantes peuvent exceptionnellement être considérées comme partie intégrante de la mission de service public pour autant qu'elles se distinguent clairement des offres commerciales. En revanche, la fourniture de contenus premium selon le principe de paiement à la séance n'est pas considéré comme relevant de la mission de service public». (Ridinger, 2009, p. 10)

C'est aussi intéressant de repenser le modèle classique du PSM, après avoir vérifié l'ensemble des décisions qui excluent de multiples contenus commerciaux du service public sur le web. En fait, dans le service public classique, notamment au Portugal, on ne se souvient pas de programmes dont les contenus contraires à la mission de service public aient été retirés de la grille de programmes par imposition du régulateur des médias... Et pourtant il y en a eu beaucoup... Certes, il est fondamental, de savoir où se situe exactement l'intérêt général (public value) des contenus du PSM dans le système télévisuel, et aussi dans les nouveaux médias. Cela vient à l'encontre de la révision de la Communication de la Commission (2001/C 320/04). En d'autres mots: la réalisation d'un test visant à déterminer l'apport d'un service à l'intérêt général permet de vérifier sur une base approfondie, comme l'affirme Ridinger (2009, p. 11), «si un nouveau service fait ou non partie intégrante de la mission de service public, s'il provoque ou non une distorsion de la concurrence et s'il bloque ou non l'accès au marché». Mais il faudrait aussi penser la question au-delà des services et être aussi exigeant en matière de qualité et de diversité des programmes des opérateurs publics. Ainsi, par exemple au Portugal, des rapports du régulateur (ERC) constatent que les pratiques de l'opérateur public portugais ne se distinguent pas clairement pas de celles des opérateurs privés. Autrement dit, il y a un mimétisme assez fort entre les chaînes privées et le service public qui ne repose dès lors plus sur le principe d'une programmation distincte. La situation s'est améliorée, mais il reste encore beaucoup à faire.

La question de la qualité est ici également une question essentielle, comme le reconnaît d'ailleurs Meike Ridinger (2009, p. 9):

«Tout d'abord, il faut considérer le respect des normes de qualité, car les exigences qualitatives au niveau national constituent la marque distinctive des services d'intérêt économique général dans le secteur de la radiodiffusion. (...) Le TPICE considère qu'il n'y a aucune raison de maintenir un mode de financement public lorsque les organismes publics de radiodiffusion ne respectent aucune norme particulière et opèrent sur le marché comme de quelconques prestataires, tels des radiodiffuseurs commerciaux».

PSM et aides d'État

Il est vrai que le secteur de la radiodiffusion a subi de profondes mutations pendant ces dernières années et que les innovations technologiques et les transformations réglementaires ont modifié les marchés de la radiodiffusion et de l'audiovisuel. On peut dès lors comprendre que les contenus en ligne et d'autres nouveaux projets d'organismes publics de radiodiffusion financés par des fonds publics aient donné lieu à plusieurs plaintes des acteurs commerciaux. Toutefois, la question fondamentale est celle de savoir si l'ensemble de ces nouveaux services et contenus des opérateurs publics qualifient cette offre comme essentiellement destinée au «consommateur» (et non, au moins, comme «public» ou, mieux, «citoyen»), bien que le rapport de la Commission sur les aides d'État le revendique cinq fois en très peu de lignes. Quoi qu'il en soit, il s'agit d'un retour au questionnement de la notion d'audience et de public:

« (...) La fourniture de services audiovisuels tend à converger, les consommateurs étant de plus en plus souvent en mesure soit d'accéder à plusieurs services via une seule plateforme ou un seul appareil, soit d'accéder à un service donné via une multitude de plateformes ou d'appareils. La diversité croissante des possibilités offertes aux consommateurs pour accéder au contenu multimédia a conduit à une multiplication des services audiovisuels et à une fragmentation de l'audience. Les nouvelles technologies ont permis d'améliorer la participation des consommateurs. Le modèle traditionnel de consommation passive a évolué progressivement vers une participation active et l'exercice d'un contrôle du contenu par les consommateurs ». (COM 2009)

Comme nous avons vu, le service public légitime son existence en se distinguant des opérateurs commerciaux, en affirmant l'objectif final de servir l'intérêt public et plutôt les citoyens (notamment ceux qui ont un capital culturel ou économique moindre), plutôt que les consommateurs... Cela dit, il n'est pas de la compétence du service public d'imiter les chaînes commerciales, qui comptent déjà en Europe un marché de plusieurs milliers de chaînes privées. En ce qui concerne le rôle du service public de radiodiffusion, il est vrai que les garanties d'indépendance de la radiodiffusion revêtent une importance cruciale. L'histoire du service public portugais est l'histoire d'une forte dépendance, tout d'abord de la dictature (1957-1974) et, par après, du système politique et du gouvernement. De ce point de vue, il n'est pas consensuel de reconnaître, comme le prétend le texte de la communication, que « la radiodiffusion est généralement perçue comme une source d'information fiable et représente la principale source d'information d'une partie non négligeable de la population » (COM 2009, p. 4). Même les résultats des études (Eurobaromètre inclus) ne confirment pas cette évaluation de la « fiabilité » de l'information.

La Commission européenne reconnaît « l'importance de la radiodiffusion de service public pour la vie sociale, démocratique et culturelle dans l'Union européenne » (COM 2009, p. 3). Comme il est affirmé dans le texte, le service public de radiodiffusion doit « bénéficier des avancées technologiques », apporter « au public les avantages des nouveaux services audiovisuels et services d'information ainsi que des nouvelles technologies » et s'engager en faveur « du développement et de la diversification des activités à l'ère du numérique ». Enfin, « le service public de radiodiffusion doit être en

mesure de continuer à proposer un large éventail de programmes, conformément à sa mission telle que définie par les États membres, afin de s'adresser à la société dans son ensemble; dans ce contexte, il est légitime que le service public de radiodiffusion s'efforce de toucher un large public». (COM 2009, pp. 5-6)

Revenons ici sur la question du «public» versus «audiences». Pour être un peu plus précis: qu'est-ce que la Commission entend par «un large éventail de programmes» et aussi par «un large public» (COM 2009, p. 3)? L'expression «large éventail de programmes» renvoie-t-elle au mimétisme par rapport à l'offre des chaînes privées (comme il arrive fréquemment chez les opérateurs publics européens) ou, au contraire, à des programmes que se distinguent clairement de l'offre commerciale? Et qu'est-ce qu'un «large public»? Le document en portugais parle en «*amplas audiências*», ce qui est un peu différent, si on pense comme Daniel Dayan et José Carlos Abrantes. Il y a, en effet, une différence entre les deux notions. Comme le dit Dayan, l'audience est «le double obscur du public» (Dayan et Abrantes, 2006, p. 14). Et cela est tout un programme, si l'on tient compte que l'audimétrie est un pur système de marché soumis à la fameuse «dictature des audiences», auquel la mission du PSM ne peut pas se soumettre.

En ce qui concerne la définition de la mission de service public, d'après le document de la Commission, «la description de la mission de service public devrait être suffisamment précise pour permettre un contrôle effectif de son respect par les autorités des États membres» (COM 2001). Dans l'autre communication citée, il est aussi écrit que les activités faisant partie de la mission de service public doivent être clairement définies. Se pose ici la question de ce que l'on entend par les notions d'«activité» et de «programme» (COM 2009, p. 13). Le document de la Commission nous dit seulement, tout en invoquant le protocole d'Amsterdam, que «le service public est chargé de fournir une programmation étendue et une offre équilibrée», ce qui, d'ailleurs, serait «conforme à l'objectif d'assurer la satisfaction des besoins démocratiques sociaux et culturels de la société et de garantir le pluralisme, y compris la diversité culturelle et linguistique» (COM 2009, p. 13). Le mandat et les compétences de service public restent ainsi trop vagues. La confirmation de notre doute apparaît explicitée dans le paragraphe 48 (COM 2009) dans lequel il est mentionné que le rôle de la Commission se limite à «contrôler» s'il y a, ou non, «erreur manifeste», c'est-à-dire, s'il y a ou non des «activités» que ne peuvent pas être considérées comme faisant partie intégrante de la mission de service public:

« (...) il y aurait erreur manifeste dans la définition de la mission de service public si celle-ci comprenait des activités dont on ne pourrait pas raisonnablement considérer qu'elles satisfont — pour reprendre les termes du protocole d'Amsterdam — les “besoins démocratiques, sociaux et culturels de chaque société” (...). Une erreur manifeste pourrait en outre se produire si les aides d'État étaient utilisées pour financer des activités qui n'apportent aucune valeur ajoutée en termes de satisfaction des besoins sociaux, démocratiques et culturels de la société». (COM 2009, p. 14)

Dans la communication en question, il est constamment question du Traité de la CE (2002), article 86, paragraphe 2, dans lequel il est écrit que «les entreprises chargées de la gestion de services d'intérêt économique général (...) sont soumises aux règles du présent traité, notamment aux règles de concurrence», sans discuter du caractère non-commercial par excellence d'un service public de médias, sans discuter la question de savoir si ce modèle-ci s'applique dans un contexte qui se développe progressivement vers un système non-commercial et de plus en plus éloigné du marché publicitaire (ex: les cas français et espagnol).

Paradoxalement, on trouve aussi une perspective qui conduit à un triple, voire même à un quadruple, financement, non prévu par la Commission, celui de la publicité, des souscriptions, mais aussi des fonds publics directes, en plus de la redevance... Nous défendons la compétence accrue de la part des régulateurs sectoriels spécifiques des médias (et moins aux régulateurs de la concurrence économique comme il arrive au moins au Portugal) ainsi que de diverses composantes de la société (conseils consultatifs, ombudsman, associations de téléspectateurs, chercheurs, etc.) en ce qui concerne l'appréciation du respect des normes qualitatives définies pour les opérateurs publics et du respect de leur mission de service public, la qualité et la diversité des programmes ainsi que de leurs activités.

En fait, nous pensons qu'il y a un vieux malentendu, un paradoxe même (voire la vieille dualité de la radiodiffusion publique entre «culture» et «marché»), en ce qui concerne la définition de sa mission. De notre point de vue, aujourd'hui, dans un marché hyper-segmenté qui se caractérise par des offres multiples, l'existence d'opérateurs publics dans un système de concurrence est moins justifiable. Alors, s'il y a – comme on le constate facilement – un nouveau modèle audiovisuel tout à fait différent de la période de monopole d'État, si aujourd'hui on compte des milliers de chaînes en Europe et s'il y a en plus le développement du numérique, la tendance des médias du système public doit aller dans le sens de la réduction et de la densification qualitative de ses contenus et non pas dans le sens contraire. La présence du service public sur les nouvelles plateformes de distribution doit être bien discutée dans l'espace public, doit satisfaire des besoins démocratiques, sociaux et culturels de la société et jamais mettre en question sa légitimité en introduisant des effets disproportionnés sur le marché, qui ne sont pas nécessaires à l'accomplissement de la mission de service public.

Ainsi, même la présence du service public dans le système de «pay TV» est hautement discutable. Et cela, de différents points de vue: du point de vue de l'universalité, du point de vue de l'égalité, du point de vue de la cohésion nationale. Tout cela est d'ailleurs prévu dans la Constitution portugaise, mais aussi dans la Loi sur la Télévision portugaise. La Commission nous dit que:

«Si, traditionnellement, les services de radiodiffusion publics sont en accès libre ("free-to-air"), la Commission considère que la présence d'un élément de rémunération directe dans ces services (bien qu'ayant une incidence sur l'accès par les téléspectateurs) ne signifie pas nécessairement que ceux-ci ne relèvent manifestement

pas de la mission de service public, pour autant que l'élément payant ne porte pas atteinte au caractère distinctif du service public, qui est de répondre aux besoins sociaux, démocratiques et culturels des citoyens, ce qui le distingue des activités purement commerciales». (COM 2009, p. 12)

3. Conclusion

Enfin, concluons notre propos par quelques considérations finales en vue de poursuivre la réflexion. Il faut être très attentif aux distorsions de la concurrence dès qu'on trouve dans le PSM une espèce de mimétisme face aux radiodiffuseurs commerciaux. Et, logiquement, il importe de faire attention aux activités développées au sein du service public qui ne relèvent pas de ses missions.

D'un autre côté, les services d'information en ligne servent les besoins démocratiques, sociaux et culturels de la société, mais nous pensons qu'il faut porter notre attention sur le cas allemand où la mission de service public est axée sur l'information, la formation et la culture, dans ses différents domaines – les arts, les sciences, la pensée, le cinéma, la musique. De plus, il nous semble fondamental que toutes les chaînes de service public des États membres prennent surtout en considération l'héritage culturel européen et l'idée d'Europe. Étant donné l'état actuel de la perte de valeurs et de références européennes dans les télévisions publiques du vieux continent, comment le PSM peut-il contribuer à l'approfondissement de la consolidation du projet européen?

À notre avis, il est important, d'avoir une intervention plus claire de la part de l'Union européenne, assurant, à la fois, une définition plus approfondie de la mission de service public; un appui à la production et de à la diffusion de contenus d'origine européenne, la monitorisation de l'indépendance des opérateurs et des régulateurs, l'adéquation des principes établis pour le PSM, en ligne avec ceux du service public traditionnel, la réflexion sur les notions d'audience, de public, de citoyens et de consommateurs.

Sur le thème des nouveaux publics dans le contexte du web, considéré comme un média participatif, et à propos du concept de «public value», il importe de clairement approfondir le débat sur le nouveau rôle sur les destinataires effectifs du PSM, c'est à dire, de penser la notion de «public value» du service public centré sur la consolidation du projet européen, fondée sur la cohésion sociale, la diversité culturelle et aussi sur une forte expérience démocratique de la citoyenneté.

Sur la migration vers le numérique: la redéfinition de la mission du PSM dans ce domaine – sur les «ambiants» Web – devrait être accompagnée d'un renforcement des exigences face au modèle classique de radiodiffusion, notamment en matière de qualité et quantité des contenus d'origine européenne. Pour finir, il nous semble que le «public service media», à l'ère numérique, doit être pensé d'une façon plus proche d'un service public universel, ouvert, complémentaire de l'offre commerciale, alternatif au « mainstream », plus que d'un service public à des fins commerciales et

en concurrence directe avec les opérateurs privés, comme il arrive en général en Europe.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

Bardoel, J. et Lowe, G. F. (eds.) (2007). *From Public Service Broadcasting to Public Service Media*. Gotenburg: Nordicom.

Barzanti, R. (2003). Les défis de la transparence dans le secteur audiovisuel. Repéré à http://www.coe.int/t/f/com/dossiers/evenements/2003-01-Audiovisuel/Contribution_Barzanti.asp#TopOfPage. [Consulté le 8 avril 2016].

Batz, J.-C. (2005). *L'Audiovisuel européen: un enjeu de civilisation*. Paris: Séguier.

Burnley, R. (2016). *PSM Remit Principles for the Digital Media Age*. EBU. Repéré à https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Legal-Focus-Remit_EN.pdf

Cádima, F. R. (2007), *A Crise do Audiovisual Europeu — 20 anos de políticas europeias em análise*, Lisboa: Media XXI.

_____, (2010). La legitimación de los medios publicos en la era digital. *TELOS - Cuadernos de Comunicación y Innovación*, n. 83, pp. 13-22.

_____, (2016). Da TV pública europeia à 'alienação' da Ideia de Europa. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39 (2), 39-47. <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n2/1809-5844-interc-39-02-0039.pdf>

_____, (2016a). O Public Service Media, a RTP e os Desafios da Era Digital. *Mediapolis*, nº 2, 2016, pp. 63-71. http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_5

Capello, M. et al. (2015). *Online activities of public service media: remit and financing*. IRIS Special Report. Strasbourg: European Audiovisual Observatory.

COM (2001). Communication de la Commission concernant l'application aux services publics de radiodiffusion des règles relatives aux aides d'État. *Journal officiel* n° C 320 du 15/11/2001 p. 0005 – 0011. Repéré à [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX:52001XC1115\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX:52001XC1115(01))

COM (2009). Communication de la Commission concernant l'application aux services publics de radiodiffusion des règles relatives aux aides d'État. (2009/C 257/01). Repéré à [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027\(01\)&from=FR](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027(01)&from=FR)

Dayan, D. et Abrantes, J. C. (Eds.) (2006). *Televisão: das Audiências aos Públicos*. Lisboa, Livros Horizonte.

Iosifides, P. (2010), *Reinventing Public Service Communication: European Broadcasters and Beyond*, London: Palgrave Macmillan.

- Jay, A. (2008), How to save the BBC, London: Center for Policy Studies.
- Loi de la Télévision portugaise (2007), n.º 27/2007, 30 de Juillet.
- Lowe, G, et Martin. F. (2014). The Value of Public Service Media, Nordicom: Gothenburg.
- Moe, H. (2008). Public Service Media Online? Regulating Public Broadcasters. Internet Services — A Comparative Analysis, Television & New Media, Vol. 9, No. 3, 220-238.
- Regourd, S. (2008). Vers la fin de la télévision publique? Toulouse: Éditions de l'Attribut.
- Ridinger, M. (2009). La mission de service public et les nouveaux médias, IRIS plus. Strasbourg : Observatoire européen de l'audiovisuel.
- Steiner, G. (2005). A Ideia de Europa. Lisboa : Gradiva.
- Traité CE (2002). Traité instituant la Communauté européenne (version consolidée 2002), Journal officiel des Communautés européennes, C 325/33, 24.12.2002. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX%3A12002E%2FTXT>.

2.1.5 Diversidade Cultural e Media no contexto europeu: regulação, economia e discurso

Fernandes, J., & Lourenço, R. (2017). Diversidade cultural e media no contexto europeu: regulação, economia e discurso. Media & Jornalismo, 17(31), 73-84. Acesso em 22 de Agosto de 2018. <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4797>

Introdução

A complexidade das sociedades “líquidas” modernas tem tendência a densificar-se no atual quadro de crise global e de indecibilidade política, nas questões de representação, no acesso ao conhecimento e à informação e na autonomia e privacidade dos cidadãos. Entre meios, culturas e sociedades; entre grupos majoritários e minoritários, géneros, etnias, pessoas com necessidades especiais, línguas, dialetos, orientações políticas, interesses de grupo, etc., nesta confluência de experiências, ganha hoje uma cada vez maior importância, designadamente no âmbito dos sistemas mediáticos e pós-mediáticos, a defesa do pluralismo e da diversidade cultural.

Os media são, efetivamente, um impulsionador dos debates da sociedade, têm o poder de evidenciar temas, conduzir questões, estimular a reflexão e o pensamento crítico. Refletem, ou pelo menos deveriam refletir, os valores das sociedades, a sua herança cultural, as identidades, os padrões históricos, culturais e sociais. As conceções culturais e mediáticas e os seus modelos de regulação são, no entanto, variáveis consoante os países e as regiões, isto porque em matéria de diversidade

cultural a sua caracterização específica sofre diferentes interpretações, como veremos neste artigo.

Definições de diversidade, racismo, noções de inclusão, sistemas de media, tradições e normas jornalísticas adquirem diferentes formas consoante a região ou a nação, impossibilitando, assim, análises extensivas comparativas, contribuindo para a enumeração de tendências comuns e de diferenças conceptuais. Há, enfim, diferenças ideológicas determinadas pelos acontecimentos históricos e políticos de cada país, que contribuem para diferentes abordagens de uma mesma questão. Modelos estereotipados e exemplos de discriminação adquirem dimensões diferentes também, consoante o país em que são identificados.

A par das complexas diferenças conceptuais, o papel dos media surge sempre como divulgador e potenciador crítico destas questões. São eles quem determinam a agenda, definem os destaques, materializam o debate. Desta forma, aquando da necessidade de problematizar a diversidade cultural destacamos a sua relevância ao poderem identificar e conceptualizar as temáticas sociais e culturais.

A experiência europeia

Se, por um lado, nos dias de hoje, a globalização da comunicação se está a converter em risco de homogeneização cultural, fruto da confluência de factos (falsos ou não), fluxos e formatos internacionais, já desde o século passado que as representações estereotipadas das minorias eram um dado evidente. Por exemplo, na Europa, na segunda metade dos anos 90, a questão foi claramente identificada através dos estudos Centro Europeu de Investigação sobre Migração e Relações Étnicas (European Research Centre on Migration and Ethnic Relations - ERCOMER), que referia exemplos de situações onde a exposição negativa de notícias sobre grupos minoritários conduziu à generalização de opiniões: “An anti-immigrant consensus was constructed in the Italian press coverage on such cases, by combining several forms of stereotypical and negative portrayal supported by representations of ‘public opinion’” (EUMC, 2002: 36-37).

Importa, pois, destacar a influência que os meios de comunicação têm na construção de opiniões, de forma a conseguirmos delinear os diferentes fatores que podem contribuir para a descrição e construção da imagem de um determinado grupo minoritário. As abordagens destas temáticas por parte dos media contribuem, invariavelmente, para a construção de representações, opiniões e debates, e, portanto, para a caracterização do estatuto e dos papéis sociais dos grupos e minorias, seja através dos detalhes ou do tom empregue, da estratégia editorial, do discurso, das fontes, etc., enfim, todos os fatores contribuem para essa construção, concedendo ao jornalista um papel fundamental no delinear da narrativa, não esquecendo, contudo, que esse mesmo jornalista é, também ele, produto de uma socialização.

A Europa foi, e é, portanto, palco de movimentos migratórios, cenário para discursos de discriminação apoiados em categorizações estereotipadas, generalizações de argumentos e notícias de carácter sensacionalista que contribuíram em geral para, por vezes, uma histeria generalizada e apoiada pelas “opiniões públicas” nacionais. Na análise ao racismo e à diversidade cultural nos meios de comunicação de quinze países membros da União Europeia (EUMC: 2002), é referido o exemplo de jornais austríacos, dinamarqueses e espanhóis que reportaram crimes cometidos por refugiados de uma forma mais dramática do que noticiaram crimes domésticos. O valor de notícia consegue, assim, enfatizar a origem social, étnica, do criminoso, mantendo a descrição dos acontecimentos em segundo plano. Portugal é aqui referido como exemplo para referenciar a generalização do medo irracional sentido para com cidadãos de origem africana, devido à rápida associação desta nacionalidade a episódios de criminalidade.

Neste sentido, notícias negativas associadas a imigrantes, se forem mal conceptualizadas e sem a garantia da veracidade dos factos, podem contribuir para a generalização de opiniões. A “cultura dos imigrantes” presente no século XX retirou-lhes qualquer identidade patriota, apagando nacionalidades em benefício de uma única categorização – a de imigrante. Um dos motivos apontados para a existência desta generalização prende-se pela falta de representação das minorias nos meios de comunicação. Predominando ainda hoje as notícias com recurso às fontes políticas e influentes, reproduzindo, mediaticamente, uma única voz.

Na perspetiva de Karina Horsti (s/d: 14) a disseminação de uma narrativa ambivalente por parte dos meios de comunicação determina valores sociais e culturais da sociedade. Argumentando que a perceção da diversidade cultural só é alcançada através do conhecimento, a autora reforça a importância do recurso a diferentes pontos de vista para questões relacionadas com a diversidade cultural. Como solução destaca a importância na formação dos jornalistas e a necessidade de recrutar profissionais provenientes de diferentes contextos culturais. Há, portanto, duas vias possíveis para uma mesma questão. Se, por um lado, é fundamental cooperar na integração das minorias, abrangendo uma sociedade pluridiscursiva, é igualmente essencial fomentar a formação cívica do jornalista, concebendo a abordagem discursiva e conceptual da diversidade como uma competência que pode ser adquirida. Através do recrutamento de profissionais de diversas culturas, e da formação dos jornalistas, confluem dois tipos de saber: quem adquiriu o conhecimento através da experiência pessoal, e quem domina o discurso sobre a diversidade cultural através do conhecimento formalmente adquirido. Procura-se, assim, fundamentalmente, desenvolver a participação de todos numa comunicação feita para todos, permitindo a diversidade de vozes e de experiências nos meios de comunicação.

Ao contrário de outros países europeus, a imprensa portuguesa dos anos 80 já recorria a declarações de cidadãos de origem africana para relatarem a sua experiência com o racismo em Portugal. Refere-se a não-existência de atitudes racistas ou o racismo subtil como formas de pensamento transversais na sociedade portuguesa. A este racismo subtil, generalizado então pela Europa, sucediam ao mesmo tempo atitudes

de teor discriminatório. Muitas vezes estas práticas de racismo subtil são encontradas em discursos, inclusive oficiais, que justificam a rejeição de grupos minoritários com base em argumentos económicos. No relatório desenvolvido pela EUMC refere-se ainda que em alguns países europeus os media legitimam as propostas de política restritiva em relação ao racismo e à xenofobia, nomeadamente por darem cobertura a estes temas somente quando há notícias negativas a serem relatadas (2002: 38).

Nestas circunstâncias, tem-se verificado também uma escassez de notícias que denotem os contributos culturais dos imigrantes, conduzindo o discurso das reportagens num sentido unilateral que explora somente um lado da sociedade. Exemplo desses casos é demonstrado pelas reportagens cujo ângulo jornalístico se foca maioritariamente nas consequências negativas que os movimentos migratórios têm para o país, sem uma abordagem contrária.

No fundo, qualquer categorização que seja empregue, de forma direta ou indireta, pode contribuir para a construção da identidade de um determinado grupo social. Na luta contra as práticas racistas, coube às organizações humanitárias tentarem obter uma outra representação nos meios de comunicação. O facto é que nem sempre estas organizações foram levadas a sério pela comunicação social dos Estados Membros, desenvolvendo-se assim um discurso estereotipado sem espaço para uma voz que represente os cidadãos em minoria.

Contrariamente ao representado noutros formatos mediáticos, alguns talk-shows contribuíram para o posicionamento positivo da figura das minorias na televisão. Uma posição adquirida através do recurso a opiniões genéricas, ao invés da prática recorrente de se apelar a fontes políticas ou oficiais como fórmula única de se obter informações ou de ter considerações sobre um determinado tópico (EUMC, 2002: 39). Ainda assim, atribuiu-se aos media responsabilidade pela falta de produção de conhecimentos e informações contínuas em torno da diversidade cultural. O relatório da EUMC refere que numa fase de integração e apresentação de um grupo minoritário à sociedade de acolhimento, fazem-se prevalecer atitudes humanitárias que, rapidamente, se desenvolvem em generalizações e comportamentos estereotipados. Quando nos órgãos de comunicação são retratados exemplos concretos de preconceito podem verificar-se resultados positivos de sensibilização da população, evidenciando a necessidade de exposição deste tipo de temáticas, e contribuindo assim para abrir ou alargar o debate público em torno da questão. O recurso a notícias sensacionalistas, categorizadas pela ênfase de aspetos negativos, compromete por norma a qualidade da informação com o objetivo de alcançar um maior número de audiências. Surge desta forma uma dualidade entre interesse público e nível de audiências a alcançar, construindo uma barreira para a livre implementação de um discurso de diversidade, multicultural. Como bem referiu Horsti (2016), no contexto do digital emergem agora novas formas de interação que permitem pensar em alternativas mais sólidas ao modelo mainstream tradicional.

O quadro regulatório e a diversidade

Através da regulamentação de disposições legais e códigos de conduta, auto-regulação, etc., procura-se controlar as práticas estereotipadas nos órgãos de comunicação de forma a aumentar a consciência da importância dos grupos minoritários. A ampla pesquisa mundial realizada para a rede BRCD (Broadcasting Regulation and Cultural Diversity Network), sobre modelos e iniciativas de regulação para a promoção da diversidade cultural, em particular no setor da radiodifusão, veio dar um importante contributo não somente para a questão da definição do conceito em si, como também para as formas de regulação desenvolvidas no setor.

Com base na realidade de cada país e nas linhas orientadoras da Unesco para a caracterização do conceito de diversidade cultural, as ideias centrais a reter prendem-se num primeiro nível com a necessidade de refletir o pluralismo da sociedade, representar a diversidade da herança cultural, definir e implementar políticas públicas e regulamentação específica. Em questão ainda, a liberdade de acesso às expressões artísticas e científicas, evidenciando a diversidade cultural como uma característica inerente aos direitos humanos. Juntamente com estes princípios reguladores, Hargrave (2007: 10) vem considerar os media como um meio intrinsecamente ligado ao tema da diversidade cultural.

A multiplicidade dos meios de comunicação não deve, contudo, ser confundida com a diversidade cultural. Para Hargrave, os dois conceitos cruzam-se apenas quando a diversidade encontra no pluralismo um meio de comunicação: “Pluralism of the media is only part of the solution to the problem of how to obtain diversity” (2007:12).

Uma definição concreta de diversidade cultural é de difícil obtenção, pelo facto de os contornos desta tematização assentarem num carácter dinâmico, o que pode ser explicado pelas diferenças culturais, políticas e sociais que existem entre países, por exemplo. É neste sentido que Hargrave salienta que, para alguns dos países analisados no relatório, diversidade e pluralismo são sinónimos utilizados para denominar diferentes pontos de vista ou mesmo englobar vários meios de comunicação. De acordo com os dados recolhidos no estudo para a BRCD, nas organizações dos 32 países que cooperaram com o estudo via questionário, 24% definiram diversidade cultural de acordo com a UNESCO, 13% de formas distintas e 58% afirmaram não existir na sua organização uma definição formal para o conceito (2007: 29).

Ainda assim, as instituições demonstraram saber quais os princípios e parâmetros que delimitam o debate em torno da diversidade.

Ainda que com conceções variáveis, a autora defende que em qualquer país os media podem agir sobre a diversidade de forma a favorecerem a coesão social, reforçando as boas práticas, contribuindo para a consolidação do pluralismo e da diversidade. De ambas as formas, os meios de comunicação surgem aqui como um espelho refletor dos valores e das práticas sociais, potencializadores de novas ideias e eficazes na renovação de interpretações.

A importância que a radiodifusão tem na defesa da diversidade cultural, como meio estratégico para a promoção dos valores e dos direitos humanos exige obviamente a criação de condições regulatórias e económicas de forma a viabilizar a produção de conteúdos de diversidade cultural, sendo que o estudo detetou situações muito contraditórias entre os diferentes países analisados. Ainda assim, 60% dos operadores apresentavam requisitos de programação para a difusão de matérias culturalmente diversificadas. Por muito interesse que haja na divulgação de conteúdos nacionais, Hargrave (2007: 50) lembra que com a disponibilização de conteúdos internacionais, o orçamento para programas de teor regional, ou nacional, fica reduzido. É neste contexto que o estudo para a BRCD alerta para a consciencialização da sociedade neste âmbito, salientando a importância das obrigações em matéria de programação incluindo no digital, e ainda a questão extremamente importante da cooperação entre os operadores, tendo por objetivo um mercado global regulamentado, compatibilizado quer com os desenvolvimentos tecnológicos, quer com a pluralidade nos media.

Casos de boas práticas, existem, por exemplo, na Bélgica, através de políticas para a diversidade cultural nos media, ou dirigidas quer à formação dos funcionários, quer à contratação de recursos humanos provenientes de diversas nacionalidades ou etnias, ou mesmo realizando pesquisas internas sobre a questão da diversidade nos respetivos canais. Também na Holanda existe regulação que sustenta a garantia da diversidade cultural na programação, inclusivamente através de apoios específicos. Garante-se, assim, que grupos minoritários, crenças religiosas, associações de imigrantes, estejam representados na programação da rádio e da televisão do serviço público. Também a Ofcom, o regulador britânico, já havia definido através do Communications Act, de 2003, os princípios reguladores para o estabelecimento de conteúdos dedicados a grupos minoritários, crianças, pessoas com necessidades especiais, cidadãos de diferentes etnias e residentes em áreas rurais e urbanas.

Às entidades reguladoras foi perguntado se tinham regulamentos e linhas orientadoras, especificamente para promover a existência de conteúdos que abordem a diversidade cultural. A quase totalidade destas entidades afirma ter alguns regulamentos ou linhas orientadoras respeitantes a esta temática. Na sua maioria, estes cobrem a rádio, a televisão comercial e as estações de serviço público. Novas plataformas de distribuição raramente estão abrangidas por enquadramentos regulatórios neste âmbito. De referir ainda que uma parte das entidades reguladoras concediam licenças de radiodifusão dirigidas a grupos específicos, culturalmente diversos. Importa então reter que os diferentes tipos de regulamentação sobre a diversidade cultural são motivados pelas diferenças de perspetiva sobre aquilo que é, ou não, a diversidade. A esta evidência acrescem as desigualdades existentes entre os diversos sistemas de media, regiões, culturas, pelo que a diversidade cultural tem, em geral, significados diferenciados nos vários países. Mas podemos dizer que, basicamente, o conceito engloba: a proteção da herança e cultura nacionais; proteção da cultura local e/ou aborígine; diversidade étnica e linguística; proteção de outros grupos potencialmente desfavorecidos, como pessoas com deficiências visuais ou

auditivas; pluralidade de vozes e expressões; diversidade de géneros televisivos; pluralidade da propriedade dos media (Hargrave, 2007: 30-32).

Os enquadramentos da regulação sobre radiodifusão diferem também em função da tradição que a regulação tem no país, do ambiente mediático e dos desenvolvimentos tecnológicos. A amostra estudada encontrou países onde: não há um regulador independente para a radiodifusão; o regulador tem jurisdição sobre as emissoras privadas ou organizações detidas por privados, dedicadas apenas a conteúdo audiovisual; o regulador tem poder sobre a emissora do serviço público, além de o ter sobre a emissora privada; um regulador único supervisiona os setores de radiodifusão e telecomunicações.

Diferenças nas entidades e enquadramentos de regulação resultam em diferentes intervenções do regulador e diferentes exigências para os operadores de radiodifusão. A aplicação de medidas também depende do tipo de emissores de radiodifusão (público/privado, de acesso livre ou por subscrição, etc.). As intervenções mais comuns prendem-se com o exigir que os radiodifusores assegurem a diversidade de géneros televisivos; apresentem conteúdos que os canais comerciais não difundem; respeitem quotas específicas de programas; produção nacional independente; “pluralidade de opinião”; pluralidade de propriedade dos media e de propriedade cruzada dos mesmos, incluindo políticas para “sensibilizar” as organizações sobre a diversidade cultural, incluindo na área de autoavaliação e de investigação.

Muitos países confiam a tarefa de defesa da diversidade cultural apenas ao serviço público de radiodifusão. O cumprimento eficaz desta tarefa por parte do serviço público, isoladamente, torna-se questionável perante a larga oferta de canais que existe atualmente e perante a constituição de audiências fragmentadas que apenas assistem ao conteúdo que corresponde aos seus interesses. Cabe aos reguladores e decisores políticos, não só garantir que é exibido conteúdo de interesse público, mas também assegurar que o mesmo se torna acessível à mais ampla audiência possível. Veja-se ainda que o enquadramento legal que regula a radiodifusão nem sempre inclui referências explícitas à diversidade cultural. Por um lado, existem países com a obrigatoriedade de reservar uma percentagem da grelha de programação a conteúdos que promovam a diversidade cultural, por outro lado, noutros países, apenas o serviço público de radiodifusão garante a emissão destes conteúdos. As novas tecnologias obrigam os reguladores a interessar-se não apenas pelos meios de radiodifusão tradicionais mas também a pensar em como podem encorajar comunidades e indivíduos para que participem ativamente na promoção positiva da diversidade cultural através das novas plataformas digitais. Face à mudança presente, a regulação terá de se adaptar para ir ao encontro da evolução da indústria, dos decisores políticos, dos restantes agentes (stakeholders) e dos cidadãos em geral. Uma das principais soluções passa por uma maior cooperação transnacional na indústria, mas também na regulação.

Economia vs. cultura

Em 1989 a Comissão Europeia criou a Diretiva Televisão sem Fronteiras cujo fim visava a promoção da emissão de obras europeias nas estações televisivas. Definido através dos artigos 4.º e 5.º desta diretiva, as emissoras de televisão ficaram sujeitas a um sistema de quotas cuja obrigatoriedade de transmitir programas de outras nacionalidades procurou impulsionar a diversidade cultural e a criação de um segundo mercado para as produções televisivas europeias.

Através do artigo 4.º tratou-se essencialmente de estabelecer um recurso de promoção às obras comunitárias reservando “uma percentagem maioritária do seu tempo de antena” e “excluindo o tempo consagrado aos noticiários, a manifestações desportivas, jogos, publicidade ou serviços de teletexto” (Conselho das Comunidades Europeias, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Nº. L 298, Luxemburgo, 1989, p.26). Como garantia, o artigo 5.º definiu que pelo menos 10 % do orçamento reservado a programação fosse dedicado a “obras europeias provenientes de produtores independentes dos organismos de radiodifusão televisiva” (Conselho das Comunidades Europeias, op. cit., p. 27.).

Para além do impulso cultural apoiado por estas medidas, viabilizaram-se objetivos económicos como forma de desenvolvimento da indústria audiovisual europeia tentando, assim, combater a monopolização do mercado americano. De acordo com Tarlach McGonagle (2008: 3) os artigos 4.º e 5.º falham os seus objetivos culturais por falta de estipulação criteriosa, nomeadamente no que diz respeito a definição de horários e de investimentos em novas produções, contribuindo para que as emissoras transmitissem conteúdos de baixa qualidade em maus horários televisivos.

Consequentemente, as diretivas europeias nesta matéria acabam por denunciar uma espécie de hierarquização ou mesmo discriminação cultural e inviabilizam o reconhecimento e a disseminação de obras não europeias, nomeadamente através dos sistemas televisivos públicos (Cádima, 2016). Deste modo, inviabiliza-se a sua principal premissa de promoção cultural, ao não incluir nas grelhas de programação os produtos audiovisuais provenientes de países terceiros, mas fundamentais para garantir a diversidade da “grande casa” europeia.

Se entendermos o espectro da diversidade cultural como um ambiente fechado e definido por territórios, falhamos na concretização da filosofia sustentada pelas medidas regulamentares. Contribuindo, portanto, para a crença de que as diretivas servem maioritariamente um propósito económico sem sustentabilidade cultural. Nesta perspetiva, Horsti (2011: 223) defende que as diretivas “económicas” não são capazes de servir as expectativas dos cidadãos, perdendo com isso a viabilização de uma programação somente direcionada a favor dos interesses do público. Também Peter Humphreys (2008: 236) defende que a regulamentação da Comissão Europeia deve procurar ultrapassar os objetivos de um mercado comum a fim de se concretizar culturalmente.

Reforçando a relevância do desenvolvimento cultural nos meios de comunicação, destaca-se a necessidade de um princípio de discurso global proporcionado por todos e desenvolvido para todos. Neste âmbito, torna-se cada vez mais necessário que as diretivas da Televisão abranjam as novas formas de comunicação presentes ao nível dos media digitais. Neste contexto, McGonagle afirma que ao nível europeu existem iniciativas a serem desenvolvidas através do enfoque nos “direitos humanos, na democracia, no livre acesso, na diversidade e na segurança” (2008: 8), contribuindo, assim, para a criação de estratégias capazes de englobar a produção de matérias digitais e para a universalidade de conteúdos. Não obstante, determina-se também que o rápido desenvolvimento da indústria possa constituir uma dificuldade na viabilização das propostas de diversidade cultural.

Diferenças conceptuais entre nações e modos de produção do discurso colocam-se lado a lado na exposição e definição daquilo que é, afinal, a diversidade cultural. Aceitando que diferentes fatores podem contribuir para a categorização dos grupos minoritários, reforça-se a importância dos jornalistas no modo de conduzir esta temática e acentua-se a necessidade de um discurso outro, relativamente à experiência conhecida, sendo claro que os meios de comunicação não estão isentos (deliberadamente ou não) da utilização e/ou produção destes estereótipos.

Novas vozes, novos discursos

A partir do século XX, e com a emergência de um discurso globalizado nos meios de comunicação de massas, propagaram-se falsas questões e, consequentemente, generalizaram-se opiniões e pontos de vista críticos. Por conseguinte, surge a necessidade de uma outra prática discursiva capaz de integrar uma visão humanista e diversa, diferentes perspetivas, de incorporar novas fontes e outras vozes no seu discurso. A esta necessidade acrescenta-se a utilidade de conferir aos grupos minoritários maior visibilidade e representação na comunicação social, impulsionando o diálogo, abrindo o debate, alargando a opinião.

Em pleno século da globalização, em confluência com a informação digital, emergiu a necessidade de um discurso cultural mais abrangente. Resultado das movimentações migratórias do século XXI, e das políticas comuns de coesão social, o termo “multiculturalismo” passa a coexistir com a expressão “diversidade cultural”. Redefiniu-se o vocabulário em busca de uma terminologia mais abrangente, capaz de atenuar a diferença cultural e reforçar as identidades minoritárias. Diferentes discursos multiculturais surgem pela necessidade de abrangência do conceito, seja pela redefinição de ‘multiculturalismos’ englobando as diferentes culturas que uma sociedade pode abranger ou que, por oposição, um indivíduo pode adquirir. Nomear multiculturalismo como diversidade cultural é reconhecer a expressão individual de cada um na procura pela igualdade social. Nas palavras de Horsti (s/d: 4) “(...) multiculturalismo é um conceito heterogéneo, usado para fazer referência a vários aspetos das sociedades etnicamente plurais.” Ao dar voz ao pluralismo, a radiodifusão

pública promove a diversidade da cultura nacional ao mesmo tempo que reforça a identidade coletiva, traz novas visibilidades que surgem como fator chave para ajudar na exposição e no debate sobre diferentes valores culturais. A dificuldade aqui prende-se com a monitorização da diversidade, um fator indispensável para medir o seu desenvolvimento. Neste sentido, Horsti defende que em termos de diversidade, as diferenças e género são as mais fáceis e acessíveis de serem monitorizadas e, consequentemente, debatidas (2011: 220). Diferenças etnológicas, incapacidades físicas e mentais carecem de uma atenção mais próxima e detalhada.

A questão complica-se quando aplicada aos meios de comunicação digital, alargando o debate a novos pluralismos, diferentes matérias e objetos de estudo. Para Humphreys este pluralismo é aplicado por meio da “digitalização”, o que permite aos media alcançarem diversos formatos de comunicação (2008: 249). Por ser um meio transfronteiras acentua o carácter multicultural da comunicação, num aglomerado de nacionalidades que se atenuam numa única cultura, na partilha de um mercado comum. Adquirem-se, assim, novos contornos comunicacionais que se desvinculam de uma cultura nacional e adquirem dinâmicas internacionais ou, antes, transnacionais (Sarikakis 2010: 90).

Para Horsti, os maiores desafios prendem-se com a “digitalização e convergência, a fragmentação da audiência e o transnacionalismo” (2014: 3). Acrescentam-se ainda os obstáculos do livre acesso aos conteúdos que, muitas vezes, são determinados, seja pelo espaço geográfico do leitor, seja pela falta de um meio ou pela simples e notória ausência de conteúdos divergentes.

Se reconhecermos a diversidade cultural nos meios de comunicação, por abrangerem a integração e exporem a heterogeneidade discursiva, percebemos que os assuntos que não forem retratados podem se tornar indiferentes ou desconhecidos para o meio social (Horsti s/d: 13). Na verdade, Horsti defende que os conflitos sociais podem ser um resultado direto da falta de comunicação e de entendimento sobre determinadas matérias. Definindo assim o ponto de partida para a importância da emergência de uma cultura plural que seja capaz de integrar todos os cidadãos sem a obrigatoriedade exclusiva da homogeneidade nacional, ao mesmo tempo que promove a polarização dos valores culturais.

É neste sentido que se determina a importância da regulação dos meios de comunicação. Não obstante, esta regulamentação por muitos contornos que possa adquirir não se encontra desassociada do desenvolvimento económico e político de cada país. Motivo pelo qual não deixa por isso de existir uma hierarquização cultural que abrange a diversidade. Dir-se-ia que a promessa da regulamentação falha, ou, como Katharine Sarikakis evidencia: “the values that PSM represent as a form of media and their *raison d’être* are only tolerated as long as they do not interfere with the economic and market-driven framework of EU policy” (2010: 93). Neste sentido, a autora (2010: 97) defende a necessária emergência de uma redefinição dos parâmetros regulamentares, permitindo a aplicação de novos limites capazes de abranger diversas experiências e de promover a variedade de opiniões. Com o papel

de agendar e destacar matérias, legitimando umas e recusando outras, os media constroem a nossa identidade social, política e cultural. Espera-se, por isso, que sejam capazes de promover a qualidade discursiva num equilíbrio entre valores nacionais e universais, cruzando novos discursos e novas conceções, fronteiras culturais e ideologias, ultrapassando a falta de saber e conhecimento, os choques culturais, enquanto damos passos para a coesão social. São também estes aspetos normativos do PSM - Public Service Media, que impulsionam a sua afirmação e destacam a relevância da aprendizagem da diversidade.

À medida que promovem as novas formas discursivas, evidencia-se a necessidade de um sistema global. Mas para que isso aconteça Sarikakis salienta a importância de reconhecer os meios de comunicação como universais em carácter e, não só em alcance. Assumindo primeiramente que devem ser diversificados e de livre acesso a qualquer cidadão. No entanto, por muito universais que os meios possam ser, a sua estrutura e aplicabilidade dependerá inevitavelmente das condições de cada emissor, região e país (2010: 97). A autora recorre ao exemplo da BBC para demonstrar o quão confluyente um órgão de comunicação pode ser, sabendo fazer convergir temáticas num discurso acessível, ao mesmo tempo que serve o interesse público e os cidadãos e não propriamente um grupo social. Em boa verdade somos todos nós produto de uma socialização que nos personifica e “despersonifica”. Ainda para mais quando dispomos de um espaço comum, aparentemente livre de bandeiras e de barreiras, onde somos uma voz que representa uma determinada herança cultural. Trata-se de saber preservar as categorias divergentes, assumindo a sua importância naquele que é o carácter mais significativa da sociedade – a coesão de tonalidades, a diversidade linguística, as diferentes perceções do que nos rodeia, a confluência de ideais em diferentes culturas e em diferentes regiões, mas em permanente ligação e interação.

Na perspetiva de um jornalismo culturalmente diversificado, Horsti (2016) enquadra os meios de comunicação digitais num novo contexto, que permite a conciliação de diversos discursos, géneros e formatos na construção de uma narrativa. Neste sentido, novas vozes discursivas potenciam a construção de contextualizações, a integração de múltiplos testemunhos numa única notícia, ao mesmo tempo que promovem a interação entre o jornalista e o leitor. Fomenta-se a participação e desenvolve-se o espírito crítico. Não esquecendo que a experiência pessoal do leitor determina também a sua interpretação (2016: 5).

Esta ecologia dos media é responsável pela reformulação da produção de notícias, do seu consumo e da disseminação do debate, naquilo a que a autora denomina por “jornalismo de direitos humanos” (2016: 2). Neste âmbito, e como Katharine Sarikakis defende (2010: 98), é necessário que se desenvolvam novas diretivas do Public Service Media de forma a assegurar a diversidade cultural, e possibilitando a participação nos processos políticos e culturais mediatizados pela comunicação. Garantido que, assim, a esfera pública coopere na globalização das sociedades e no seu consequente desenvolvimento político, económico e comunicacional.

Referências bibliográficas

- Cádima, F. R. (2016). Da TV pública europeia à 'alienação' da Ideia de Europa. *Intercom: Re- vista Brasileira de Ciências da Comunicação* 39(2): 39-47. [Online] Disponível em: [https:// dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623](https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623)
- CE (1989). Diretiva do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Luxemburgo, pp. 23-30. [Online] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31989L0552&from=PT>
- CE (2010). Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual”. *Jornal Oficial da União Europeia*, 15 de Abril de 2010. http://www.erc.pt/documentos/legislacao/Directiva2010_13_UE.pdf
- EUMC (2002). *Racism and Cultural Diversity in the Mass Media - An overview of research and examples of good practice in the EU Member States, 1995-2000*. Vienna: ERCOMER.
- Hargrave, A. M. (2007) (ed). *Cultural Diversity Practices among Broadcasting Regulators*. Barcelona/CAC: Broadcasting Regulation and Cultural Diversity Network.
- Horsti, K. (s/d). From multiculturalism to discourse of cultural diversity: European Public service broadcasting and challenge of migration, CEREN -University of Helsinki, Finland. [Online] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254848915_From_multiculturalism_to_discourse_of_cultural_diversity_European_public_service_broadcasting_and_challenge_of_migration
- Horsti, K.; Hultén, G. (2011). Directing diversity: Managing cultural diversity media policies in Finnish and Swedish public service broadcasting. *International Journal of Cultural Studies* 14(2): 209–227. [Online] Disponível em: http://www.academia.edu/3487335/Directing_diversityManaging_cultural_diversity_media_policies_in_Finnish_and_Swedish_public_service_broadcasting
- Horsti, K.; Hultén, G.; Titley, G. (2014). *National Conversations: Public Service Media and Cultural Diversity in Europe*. G. H. Gavan Titley, Karina Horsti, ed., Intellect Ltd. Disponível em: <http://events.ims.su.se/documents/13728/download>.
- Horsti, K. (2016). Visibility without voice: Media witnessing irregular migrants in BBC online news journalism, Jyväskylä. [Online] Disponível em: https://www.academia.edu/23131747/Visibility_without_voice_Media_witnessing_irregular_migrants_in_BBC_online_news_journalism.
- Humphreys, P. (2008). *EU Audiovisual Policy, Cultural Diversity and the Future of Public Service Broadcasting, Mediating Europe*. New Media, Mass Communications and the European Public Sphere. Berghahn Books, pp. 226–266.

McGonagle, T. (2007). European-level measures for promoting cultural diversity in broadcasting: quixotic tilting in a new technological era? *Yearbook of Communication Law*, pp.119–136. [Online] Disponible en: https://www.ivir.nl/publicaties/download/KATTI_paper.pdf

Sarikakis, K. (2010). For Culture and Democracy: Political Claims for Cosmopolitan Public Service Media. In: Iosifidis P. (eds) *Reinventing Public Service Communication*. Palgrave Macmillan, London, pp. 88–100.

2.1.5 Medios de comunicación, pluralismo y diversidad en Europa

Cádima, F. Rui (2017) “Medios de comunicación, pluralismo y diversidad en Europa”. *Revista TELOS (Cuadernos de Comunicación e Innovación)*, nº 106, Febrero - Mayo 2017. https://telos.fundaciontelefonica.com/DYC/TELOS/LTIMONMERO/DetalleArticulo_106TELOS_TRIBUNA2/seccion=1288&idioma=es_ES&id=2017022117530001&activo=6.do

En el actual contexto de crisis podemos constatar que hoy, después de una corta ‘era de abundancia’, prácticamente se han diluido los efectos de la rehabilitación de la Europa de posguerra y los factores de cohesión de la reconstrucción europea. Este proceso se consolidó en los últimos años, no solo a través de la aparición de un sistema económico-financiero y una globalización desregulados, sino también, ya en el cambio de milenio, por la consolidación de lo digital de un complejo y casi insondable ‘giro algorítmico’ (algorithmic turn) que todo lo contamina: las finanzas, los media y, sobre todo, la inmersión del ‘usuario’ en la Red.

Por eso mismo, nos parece evidente que el universo de la política no encuentra soluciones para esta ‘reforma’ e indeterminación de la Historia, ni tampoco para los nuevos ‘porteros’ (gatekeepers) de las múltiples experiencias de las ciudadanías indignadas o incluso de los robots que las vigilan; ni para la política, ni tampoco para el sistema de los medios, donde esta tiene su foro de difusión pública por excelencia.

Control excesivo de la información

Volvemos así a un tiempo en el que vemos naufragar el principio de equidad y la mediación de las solidaridades ante la inconsistencia y la falta de respuesta de la política. La cohesión da lugar de nuevo al conflicto y a la aparición de los populismos, y

en estos contextos el propio designio europeo y la idea de Europa pueden licuarse rápidamente, por usar el concepto de Zygmunt Bauman.

Las diversas crisis emergentes (burbuja tecnológica, subprime, crisis financiera, climática, etc.) contaminaron rápidamente el proceso social y político, con consecuencias que han originado no solo falsas primaveras políticas y sociales sino, sobre todo, inviernos reales o, mejor, una política verdaderamente tóxica y 'posverdades' en estos tiempos de incertidumbre.

De manera progresiva se comprueba la imparable implantación de una 'física' de la cultura y de la información, donde los algoritmos y automatismos informacionales que dominan las plataformas digitales reorganizan los propios modelos de selección de la información y de lo noticioso y, por decirlo así, filtran y 'reescriben' los acontecimientos y el mundo. La cuestión que se plantea es saber si nos enfrentamos o no efectivamente con el retorno indoloro a una especie de grado cero del conocimiento y de la información, en el que el acceso a las narraciones de los acontecimientos está condicionado y filtrado en función de nuestra propia huella digital y de su correspondiente rastreo mediante modelos predictivos y poderosos sistemas de vigilancia.

Nos parece obvio, por tanto, que el tiempo presente está marcado por impedimentos inesperados:

- El acceso a la información está cada vez más condicionado por intermediarios digitales (Facebook, Google, etc.), cuyas reglas sesgan radicalmente el tradicional gatekeeping (control de acceso) de la era de los mass-media.
- Este algorithmic turn (giro algorítmico) se extiende a ámbitos de extrema sensibilidad, como la esfera económico-financiera y la política, introduciendo en esta última modelos de predicción y microtargeting que anticipan y/o inducen la decisión del propio elector indeciso.
- Este modelo enormemente extendido y casi indetectable de hipercontrol de la información y de la decisión de los ciudadanos reduce la autonomía y el conocimiento; tiene efectos perversos en el plano cívico y político, aunque en estos contextos cada vez más automatizados, todavía permita visualizar algunas 'grietas' – escasas - de libertad.

Es en estos espacios de libertad donde se inscribe el debate sobre las prácticas de pluralismo y diversidad en el campo de la comunicación. Aunque el 'tiempo profundo' de la Historia aconseje siempre una relativización de la disimetría entre el poder de los flujos y los flujos del poder de la era posmediática, la verdad es que las cuestiones de la diversidad, de la inclusión o del pluralismo son objetivamente una especie de recalco del viejo campo de los medios. Por eso mismo, vemos hoy cómo este problema no solo adquiere la dignidad mediática que nunca tuvo, sino también, tímidamente, cierta centralidad en las políticas públicas europeas.

Las estrategias de la Unión Europea

Hay que señalar que esta falta de diversidad de Europa y de los medios hacia el otro, el excluido, las otras 'voces', no es nada nuevo. Además, es algo que ayuda a explicar justamente la razón de la crisis europea: si el Libro Verde sobre el audiovisual (1984) y particularmente la Directiva del audiovisual europeo (1989) se hubieran cumplido, especialmente en materia de diversidad de las culturas europeas y de respeto de un porcentaje mayoritario de obras europeas en las parrillas de programación de los canales de televisión europeos y, sobre todo, en nuestra opinión, de los servicios públicos de televisión, estamos convencidos de que en los últimos treinta años se habría construido otra cohesión europea y otra unidad en la diversidad de la cultura europea. En este sentido, nos parece obvio que el sistema de los media habría proporcionado así otra aportación al proyecto europeo y a su sistema de comunicación, tal vez concediéndole una legitimación decisiva, que tanto necesita, por otra parte, en los tiempos que corren.

Téngase en cuenta que las estrategias centrales de la UE, denominadas genéricamente como Europa 2020, destacan la cuestión de la inclusión como una de sus prioridades, especialmente en el sentido de disminuir la pobreza y la exclusión social de jóvenes y niños, así como la discriminación de género e incluso en el sentido de valorizar la diversidad cultural. Al final, tener derechos de ciudadanía es algo más que ser reconocido como ciudadano; significa también tener la oportunidad de participar y desempeñar un papel importante en la vida de la comunidad.

Es este contexto en el que debemos tener en cuenta la iniciativa de la Unión Europea de crear un sistema de monitorización del pluralismo de los medios europeos (el MPM, Media Pluralism Monitor)[1], creado en 2014 bajo la coordinación del CMPF (Centre for Media Pluralism and Media Freedom) del European University Institute, con sede en Florencia.

Se dice que más vale tarde que nunca... y es cierto. Se trata de un modelo de análisis extendido actualmente a todos los Estados miembros, cuyos resultados de 2016 se publicarán próximamente, lo que permitirá obtener una imagen más cercana de la realidad de los medios europeos y de los factores de riesgo en materia de pluralismo, diversidad e inclusión.

Los resultados del estudio de 2015 permitían ya percibir que queda todavía mucho por hacer en Europa en esta era de transición de lo analógico a lo digital. De hecho, no está claro que los media europeos no tengan elevados factores de riesgo en las distintas áreas de análisis, como es fácil de percibir en el análisis de los distintos estudios de casos concretos. Estos estudios deberán, no obstante, complementarse y profundizarse en un futuro con análisis de contenidos, ya sean contenidos noticiosos en general o de entretenimiento y de las estructuras de las parrillas de programación.

La diversidad y la inclusión, a debate

Ahora bien, investigar la diversidad del sistema de los medios significa comenzar por verificar si los medios de comunicación dan voz a las comunidades a las que se dirigen, si es un sistema globalmente inclusivo de las minorías y de las mujeres, por ejemplo, tanto en el contenido, como en el empleo o incluso en la propiedad. Un reciente estudio sobre la BBC concluía precisamente que las «minorías étnicas, regionales, nacionales y religiosas están insatisfechas con su visibilidad y representación en la televisión de servicio público»[2]. Si este es de hecho el panorama en la BBC, en los medios en general ciertamente no será mejor. Además, la BBC anunció hace poco tiempo su estrategia en esta área[3], con la intención de incrementar hasta 2020 la lógica de la diversidad y la inclusión, tanto en el plano de los contenidos y de la programación como en el ámbito de los recursos humanos.

La verdad es que en Europa, en general, predomina un cierto silencio político, en particular sobre el respeto de los medios de comunicación de servicio público (Public Service Media o PSM, en sus siglas en inglés) y sobre las políticas públicas sobre diversidad.

Sabemos que la percepción del público sobre estas materias tampoco es desdeñable. Una encuesta del Eurobarómetro[4] publicada recientemente mostraba que los ciudadanos están preocupados por la independencia de la comunicación social, tienen bajos niveles de confianza en relación con los media y les siguen preocupando los efectos de la incitación al odio, especialmente en las redes sociales.

Se trata, por tanto, de una materia central para las actuales políticas públicas europeas, por lo que resulta imperioso que la Unión Europea se convenza, de una vez por todas, de que tiene que ir en busca del tiempo perdido, apostando decididamente por una distribución ampliada de los contenidos europeos, especialmente en los medios de comunicación de servicio público, y garantizando a la vez una prioridad especial para la defensa del pluralismo, de la diversidad y de la inclusión en las políticas públicas de los Estados miembros.

En resumen, por tanto, en la era de los algoritmos y de los intermediarios digitales, es importante reforzar las competencias de los medios de comunicación de servicio público y del sistema de los media en materia de diversidad y patrimonio cultural europeos y, al mismo tiempo, regular las prácticas nefastas de las plataformas digitales.

Traducción: Antonio Fernández Lera

Notas

[1] Véase: <http://monitor.cmpf.eui.eu/>

- [2] Goldsmiths, University of London (2016). A Future for Public Service Television: Content and Platforms in a Digital World. A report on the future of public service television in the UK in the 21st century [en línea]. Disponible en: <http://futureoftv.org.uk/wp-content/uploads/2016/06/FOTV-Report-Online-SP.pdf>
- [3] BBC (2016). Diversity and Inclusion Strategy for 2016 to 2020 [en línea]. Disponible en: <http://downloads.bbc.co.uk/diversity/pdf/diversity-and-inclusion-strategy-2016.pdf>
- [4] European Commission (2016, noviembre). Special Eurobarometer 452. Report. Media pluralism and democracy [en línea]. Disponible en: <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/75538>

2.1.6 Da TV pública europeia à “alienação” da Ideia de Europa

“O audiovisual é um fator de unidade europeia por excelência”
Simone Veil (Presidente do Parlamento Europeu, 1979)

Cádima, Francisco Rui. (2016). Da TV pública europeia à "alienação" da Ideia de Europa. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 39(2), 39-47. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>

Está em discussão na Europa a questão da revisão das políticas europeias para o audiovisual, à luz das grandes mutações a que temos vindo a assistir no contexto da migração do audiovisual para o digital. Até final de Setembro de 2015 esteve aberta uma consulta pública¹ sobre a Diretiva 2010/13/UE, com o objetivo de recolha de contribuições diversas, de operadores e produtores de televisão, entidades públicas, centros de estudos, académicos, ONG's, etc. Entre os tópicos para os quais se pretende encontrar respostas no atual contexto estavam nomeadamente os seguintes: i) garantir condições de concorrência equitativas para os serviços de comunicação

¹ Contributions and preliminary trends of the Public consultation on Audiovisual Media Services (AVMSD): <https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/news/contributions-and-preliminary-trends-public-consultation-audiovisual-media-services-avmsd>. A consulta pública esteve disponível aqui: <https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/news/public-consultation-directive-201013eu-audiovisual-media-services-avmsd-media-framework-21st#PT>

audiovisuais; ii) garantir um nível ótimo de proteção dos consumidores; iii) proteger os usuários e proibir o discurso de ódio e qualquer discriminação; iv) promover os conteúdos audiovisuais europeus; v) reforçar o mercado único; e vi) reforçar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação, o acesso à informação e acessibilidade aos conteúdos para pessoas com deficiência.

Tal como desde sempre se afirmou desde o Livro Verde de 1984 e depois, com a aprovação da Diretiva Televisão Sem Fronteiras (TVSF) de 1989, e de resto em concordância com o eixo central da estratégia da Comunidade Europeia na matéria, a diretiva ‘Televisão sem Fronteiras’ constituiu desde início a “pedra angular” da política audiovisual da União Europeia, assentando em dois princípios fundamentais cujo cumprimento não tem sido devidamente assegurado: “a livre circulação de programas televisivos europeus no mercado interno e a obrigação de os canais de televisão reservarem, sempre que tal seja exequível, mais de metade do seu tempo de antena a obras europeias (‘quotas de difusão’).”²

A verdade é que perante um tal desígnio, perante esta “pedra angular” centrada na produção audiovisual europeia, poucos arriscariam então imaginar que tal não passaria de um articulado vazio, rapidamente esquecido e abandonado. Veja-se a este propósito as elucidativas declarações de Marc Janssen, então na qualidade de Presidente do Conseil Supérieur de l'Audiovisuel (CSA) belga, lugar que ocupou até final de 2012, considera basicamente que a política de quotas, se foi seguida de forma mais rigorosa por exemplo em França, a verdade é que em geral, poucos são os Estados-membros europeus que cumprem o espírito da lei. Para Janssen, é um facto que não existe uma verdadeira vontade política europeia no que concerne à indústria de conteúdos e à produção e distribuição de programas europeus entres as televisões dos diversos estados membros da União Europeia:

“L’idée de départ était d’imposer à toutes les chaînes présentes en Europe que 50 % de ce qu’elles diffusent soit conçu et produit en Europe ; cela ne veut pas dire pour autant *dans leur pays*. Il ne s’agit pas d’une mesure de protection nationale, mais de promotion européenne. Cet outil aurait été puissant et efficace, non pas sur la qualité, mais bien sur le quantitatif. Synonyme de productions, de créations d’emploi, de création de richesses. (...) Or, que s’est-il passé? Les pays européens ne se sont jamais réellement mis d’accord et ont accouché d’une directive qui, en voulant faire plaisir à tout le monde, perd toute sa force de frappe potentielle.”³

Demasiado claro, para bom entendedor. Mas a questão é que o problema é ainda um pouco mais complexo... Explicando melhor, e socorrendo-nos de Roberto Barzanti, antigo Vice-Presidente do Parlamento europeu, o facto é que quando analisamos os diversos relatórios da Comissão Europeia em matéria de cumprimento de quotas de programas de televisão, enquadradas pelos artigos 4 e 5 da Diretiva Televisão Sem

² “Atividades de radiodifusão televisiva: diretiva ‘Televisão sem Fronteiras’ (TVSF)”. EUR-Lex <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:l24101>

³ Sabine Beaucamp, “La culture Mainstream, un moyen et non une fin”, *Agir par la culture*, nº 25, Premier trimestre 2011), pp. 14-17.

Fronteiras (89/552/CEE), não só temos que colocar questões específicas da ordem das metodologias dos estudos e da coleta e comparabilidade dos dados no plano europeu, como temos que tirar ilações importantes do sistema instituído e das suas consequências, sobretudo em relação a dois pontos concretos:

- i) "La domination des films et des fictions télévisuelles américains reste écrasante, même si l'on peut constater avec satisfaction que, dans les grands pays, la fiction nationale a repris position dans les heures de grande écoute;
- ii) "Lorsque les chaînes remplissent leurs quotas, elle le font généralement avec des oeuvres nationales et non avec des oeuvres d'autres pays européens. De ce point de vue, on peut se demander si deux des objectifs principaux de 1989, la circulation européenne des oeuvres et le renforcement de la production par la création d'un 'second marché', ont bien été atteints."⁴

Para além do mais, a própria produção independente, como também observou Barzanti, está capturada pelos operadores televisivos, dado que a maioria das principais empresas europeias são efetivamente filiais dos difusores, contrariando, também aqui, a legislação europeia.

Nesta perspetiva, podemos começar por questionar se os objetivos principais da Diretiva fundadora de 1989, isto é, se a circulação europeia das obras audiovisuais e a recuperação da produção através da criação de um "segundo mercado", se esses objetivos foram efetivamente atingidos. O ponto de vista de Roberto Barzanti é absolutamente claro e baseia-se sobre o próprio texto de Diretiva fundadora, aprovada em 1989, também ele muito claro, no sentido em que considerava absolutamente necessário:

"(...) Promover a formação de mercados de uma dimensão suficiente para que as produções televisivas dos Estados-membros possam amortizar os investimentos necessários, não só estabelecendo normas comuns que abram reciprocamente os mercados nacionais mas também, sempre que tal se revelar exequível, atuando através dos meios adequados para que as produções europeias sejam maioritárias nos programas televisivos dos Estados-membros."⁵

Ora, pelos dados da própria CE, o problema mantém-se hoje, sem que pareça haver grande incómodo quanto a isso. Veja-se que no Primeiro relatório sobre a aplicação dos artigos 13.º, 16.º e 17.º da Diretiva 2010/13/UE, relativo ao período 2009-2010, no

⁴ Roberto Barzanti, "Les enjeux de la transparence pour le secteur audiovisuel européen". 10ème anniversaire de l'Observatoire européen de l'Audiovisuel : Une conférence sur "Les défis de la transparence dans le secteur audiovisuel" - Strasbourg, 17 janvier 2003.
http://www.coe.int/t/f/com/dossiers/evenements/2003-01-Audiovisuel/Contribution_Barzanti.asp#TopOfPage

⁵ DIRECTIVA DO CONSELHO de 3 de Outubro de 1989 relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros relativas ao exercício de atividades de radiodifusão televisiva (89/552/CEE).
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31989L0552&from=FR>

referente à promoção de obras europeias em serviços de comunicação social audiovisual, e no que diz respeito especificamente à aplicação do artigo 16.º (Proporção maioritária de obras europeias), é dito que “o tempo médio de transmissão dedicado a obras europeias por todos os canais objeto de relatório na UE-27 foi de 63,8 % em 2009 e de 64,3 % em 2010. Os dados numéricos revelam uma tendência ascendente (...), que compensa parcialmente a descida registada entre 2006 e 2007.”⁶

O problema mantém-se, portanto, tal como é admitido pela própria União Europeia, isto é, as percentagens referidas contabilizam apenas programas nacionais, pelo que nem é criado um segundo mercado para a produção europeia, nem tão pouco se dá acesso à divulgação/debate em torno da ideia de Europa através da circulação da diversidade das suas culturas por via dos programas de televisão, muito em particular através das televisões públicas europeias.

Aliás, o facto de haver uma importante rede pública de operadores de televisão para os quais os Estados-membros contribuem globalmente com milhares de milhões de euros anualmente⁷, também não parece ser argumento suficiente para alterar uma certa displicência da CE em matéria vital para a Europa:

“A regra relativa à promoção de obras europeias em serviços lineares está a funcionar bem, de um modo geral, embora os seus efeitos na circulação de programas através da UE sejam limitados, já que não assegura a distribuição de obras europeias não nacionais. As obras europeias não nacionais correspondem a 8,1 % do total de horas de transmissão elegíveis, enquanto a maioria das obras não europeias é americana. Alguns êxitos audiovisuais, como ‘Borgen’ ou a coprodução ‘Borgia’ ultrapassaram as fronteiras nacionais, mas exemplos desses continuam a ser demasiado raros. É essencial ter obras europeias que atraiam público para lá das fronteiras nacionais. Isto pode conseguir-se, por exemplo, com coproduções, que atraiam um público europeu alargado.”⁸

Refira-se, em acréscimo, que um Relatório de 2013, do Parlamento Europeu, sobre a aplicação da Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual”⁹, vinha justamente sublinhar, em matéria de promoção das obras audiovisuais europeias, o seguinte (parágrafo 31): “ (...) conquanto a maioria dos Estados-Membros respeite as regras

⁶ RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES. Primeiro relatório sobre a aplicação dos artigos 13.º, 16.º e 17.º da Diretiva 2010/13/UE, para o período 2009-2010. Bruxelas, 24/9/2012, COM(2012) 522 final. <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2012/PT/1-2012-522-PT-F1-1.Pdf>

⁷ Cf. «State aid: Commission consults on revised rules for state funding of public service broadcasting», EC, IP/08/1626, 4/11/2008): «The media sector is an important area for the Commission's state aid policy. Public broadcasters receive more than €22 billion annually from license fees or direct government aid, placing them third, after agriculture and transport companies, among recipients of state aid».

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/1626&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>

⁸ Op. cit., p. 10.

⁹ Relatório sobre a aplicação da Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual” (2012/2132(INI)), da Comissão da Cultura e da Educação, de 28.2.2013.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2013-0055+0+DOC+XML+V0//PT>

relativas à promoção de obras europeias, continua a ser dada prioridade às obras nacionais, estando em declínio a percentagem de obras independentes difundidas através da televisão”. O Parlamento Europeu vem ainda solicitar, no mesmo documento (parágrafo 33) “que a obrigação de informação sobre as obras europeias inclua, pelo menos, uma discriminação por categorias (obras cinematográficas, produções televisivas de ficção ou não, espetáculos e programas de entretenimento) e meios de distribuição e exorta os Estados-Membros a fornecerem dados relevantes sobre esta matéria”.¹⁰

Findo o ano de 2015, aquele em que pairou o espectro do “Grexit” e da implosão do Euro e da União Europeia, isto é, quando os europeus estiveram quase à beira da falência completa da Ideia de Europa e da grande casa europeia, vale a pena que cada cidadão se questione sobre uma pergunta muito simples: Nestes 30 anos de políticas públicas europeias do audiovisual pós-Livro Verde, como é que a nossa televisão pública (a de cada Estado-membro) tem respondido aos dois princípios de base da Diretiva: a livre circulação de programas televisivos europeus no mercado interno e a obrigação de os canais de televisão reservarem, sempre que tal seja exequível, mais de metade do seu tempo de antena a obras europeias?

Mais precisamente:

- i) O que é que as nossas televisões públicas nos trouxeram e partilharam, no plano da indústria de produção audiovisual, de conteúdos culturais, filmes, séries, documentários, programas de divulgação, informação, relativo aos nossos 27 parceiros europeus?
- ii) Qual foi o verdadeiro contributo, se é que há algum vislumbre dele, da televisão pública europeia, em cada Estado-membro, para uma forte marca identitária europeia, para a construção de uma Ideia de Europa partilhada por todo o audiovisual público europeu e pelos cidadãos europeus?

Eu poderei responder pela minha experiência através da minha televisão pública (RTP): pouco, muito pouco, quase nada... Poder-se-á retirar daqui, e dos estudos que se conhecem, que a TV pública europeia não fez o trabalho que lhe era exigido, não deu aquele que poderia ser o seu contributo, ou mesmo o contributo decisivo para a sedimentação do projeto europeu? Absolutamente.

Na verdade, o que se passa efetivamente é que as TV’s públicas dos Estados-membros transformam, por artes mágicas e com o “agrément” da burocracia de Bruxelas, a diversidade da produção europeia em mera produção nacional de “light entertainment”.

Será interessante, aliás, ver um estudo de Aldonza Ruvalcaba - uma investigadora mexicana, curiosamente, o que lhe permite ver de forma mais distante este dilema europeu -, cujo título nos fará certamente pensar um pouco: “How television failed to integrate Europe”, onde ela reconhece o seguinte: “There exists a profound anachronism between the EU’s chimerical vision of television as a unifying force and

¹⁰ Op. cit. p. 10.

what actually takes place in the audiovisual market” (2007:2), sintetizando assim a sua visão global sobre a questão:

“In the decade of the Eighties the European Commission (EC) undertook the mission to achieve a deeper European integration via the use of the audiovisual. In order to succeed this cultural mission, it was imperative to construct a more competitive European audiovisual market. This mission to integrate Europe and awake the Europeanness that lies within every European citizen has shaped the audiovisual policies of the European Union (EU); unfortunately, these policies are marked by a topdown voluntaristic approach.”¹¹

Como alguém disse, em plena era de fragmentação do modelo audiovisual europeu, nos anos 90:

“Standardization has replaced the individual, sometimes idiosyncratic, national patterns of broadcasting, patterns which had grown up in an almost organic way, to match the political, geographical, linguistic and social specificities of each individual country. As the political importance of the nation state decreases in Europe, many question whether the uniformity of Europe television will erode national identities. (...) Television may bring unity at the price of uniformity”.¹²

Se fôssemos realmente cínicos poderíamos pensar que por detrás de uma tal estratégia europeia haveria um pensamento capcioso da burocracia de Bruxelas, absolutamente genial... mas, porventura, na prática, nada eficiente... Ou seja, a aposta, afinal de contas, seria não na diversidade da grande casa europeia, como vinha escrito nas diretivas, mas justamente no seu contrário, isto é, que através da homogeneização e do mimetismo dos programas e da cultura televisiva, seria criada mais facilmente a grande unidade europeia através da uniformização de conteúdos... Mas não, por aí também não iríamos lá...

Manuel Castells¹³ alertava para a necessidade de reconfigurar as estratégias europeias no sentido de criar uma identidade europeia forte que permita – essa sim – ultrapassar os limites da criação de um mercado comum. Castells alertava também para o facto de a par da integração europeia se terem desenvolvido os nacionalismos, precisamente ao contrário daquilo que se previa no passado, pelo que é um facto que, não havendo claramente unificação pela identidade, será por aí que passa fundamentalmente a saída para a crise europeia e para as suas estratégias de comunicação, mais assentes na coerência e sistematização da mensagem da Ideia de Europa do que na “excitação” do *press-release*. Assim, se é verdade que o défice de informação se tornou parte do défice democrático, o défice de informação/convicção da UE sobre a Ideia de Europa e a sua identidade na diversidade, tornou-se, não parte, mas essência de uma crise ‘eurocética’ de difícil e complexa reversão.

¹¹ Aldonza Ruvalcaba García, “How television failed to integrate Europe”. Genève: Institut européen de l’Université de Genève, 2007.

¹² James A. Coleman, Brigitte Rollet, *Television in Europe*. Exeter: Intellect books, 1997, p. 19.

¹³ Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. III, *O Fim do Milénio*, FCG, Lisboa, 2003.

Para tanto, a solução que se enquadra no desígnio europeu, assumido na própria Diretiva de 1989, só pode ser um reinvestimento na herança cultural europeia e na diversidade cultural da grande casa europeia nos ecrãs europeus. Foi esse o alerta de Jean-Claude Batz, que aqui relembramos:

"Il y aurait lieu de s'en prévaloir pour convaincre l'Union européenne, et en général les pays européens, de la nécessité d'ouvrir le chantier grande politique européenne de l'audiovisuel qui permette à l'Europe de se réappropriier son domaine culturel, c'est-à-dire une politique qui soit capable d'assurer une place prépondérante aux œuvres audiovisuelles originaires des pays européens, et cela dans chacun de ceux-ci, tant sur les écrans de la télévision domestique que sur ceux des salles".¹⁴

Em síntese, referimos alguns dos aspetos mais relevantes que julgamos importante ponderar de forma a procurar infletir, por via da atual discussão em torno da Diretiva 2010/13/EU, alguns dos aspetos mais importantes das políticas públicas europeias para o audiovisual.

Ao contrário do desejado no Livro Verde do audiovisual (1984) e na Diretiva fundadora (1989), designada “Televisão Sem Fronteiras”, continua a verificar-se na Europa, trinta anos depois do primeiro Livro Verde, um défice do audiovisual europeu face aos EUA, com o agravamento significativo do défice comercial, pelo que são efetivamente os norte-americanos quem se tem aproveitado em primeiro lugar do chamado ‘mercado único’ europeu.

Se inicialmente se pretendia a criação de um grande mercado televisivo transfronteiriço, na prática, o que sucedeu foi, mais do que criar um mercado ‘interior’ e um segundo mercado na Europa, pelo contrário, provocar um forte regime de concorrência nos diferentes mercados televisivos nacionais, concorrência essa genericamente suportada por conteúdos americanos. O que tem gerado muitas queixas, por exemplo, de que os governos são os principais culpados da ‘asfixia’ do sector privado. E isto fundamentalmente pelas grandes dotações a serviços públicos que recorrem à publicidade e têm estratégias de programação comerciais diretamente concorrenciais dos operadores privados. Refira-se a importante análise de Jürgen Habermas (2006) que conclui que as televisões públicas têm basicamente adotado estratégias miméticas face à televisão comercial.

A notar ainda a grande mistificação sobre as “quotas de programação” e as suas (in)consequências, nomeadamente a questão da brutal ausência de produção europeia não-nacional nas redes europeias, muito em particular nos canais de grande audiência dos serviços públicos de televisão. E ainda o reduzido empenho da União Europeia nas últimas décadas em matérias fundamentais para os sistemas de media e o futuro da Europa, como a monitorização da identidade e diversidade cultural europeia e do pluralismo, em particular os serviços públicos de televisão dos Estados-membros. Em consequência, os perigos de homogeneização cultural que comporta e que afetam

¹⁴ Jean-Claude Batz, *L’Audiovisuel européen: un enjeu de civilisation*, Paris, Séguier, 2005, p. 84

sobretudo as minorias e as comunidades culturais e linguísticas de âmbito geográfico local/regional. Finalmente, registe-se a questão da independência dos serviços públicos de televisão europeus e das entidades de regulação, face aos poderes políticos e económicos, algo que deve merecer também uma atenção prioritária da CE.

Bibliografia

AAVV (2013) “A free and pluralistic media to sustain European democracy. The Report of the High Level Group on Media Freedom and Pluralism.

<https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/HLG%20Final%20Report.pdf>

“Actividades de radiodifusão televisiva: directiva ‘Televisão sem Fronteiras’ (TVSF)”. EUR-Lex

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:l24101>

Aldonza Ruvalcaba García, “How television failed to integrate Europe”. Genève: Institut européen de l’Université de Genève, 2007.

Claes de Vreese e Jochen Peter, “In Search of Europe - A Cross-National Comparative Study of the European Union in National Television News”. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, Vol. 9, No. 4, 3-24 (2004).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre A aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia. Bruxelas, 20.4.2004, COM(2004) 196 final. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0196&from=PT>

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU, COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E COMITÉ DAS REGIÕES sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia. COM(2001)354/F1, p. 3.

<http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2001/PT/1-2001-354-PT-F1-1.Pdf>

“Communicating Europe through audiovisual media”. SEC(2008)506/2, 24.4.2000
DIRECTIVA DO CONSELHO de 3 de Outubro de 1989 relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros relativas ao exercício de atividades de radiodifusão televisiva (89/552/CEE).
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31989L0552&from=FR>

Francisco Rui Cádima, *A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise*. Lisboa: Edições Formalpress, Col. Media XXI, 2007.

George Steiner, *A Ideia de Europa*, Gradiva, 2005.

James A. Coleman e Brigitte Rollet, *Television in Europe*. Exeter: Intellect books, 1997.

Jean-Claude Batz, *L'Audiovisuel européen: un enjeu de civilisation*, Paris, Séguier, 2005.

Jürgen Habermas, "Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research". *Communication Theory*. Volume 16, Issue 4, 2006, pages 411–426.

LIVRO VERDE, "Preparação para um mundo audiovisual plenamente convergente: crescimento, criação e valores". Bruxelas, 24.4.2013 COM(2013) 231 final.

Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. III, *O Fim do Milénio*, FCG, Lisboa, 2003.

Meike Ridinger, "La mission de service public et les nouveaux médias", *IRIS plus*, Observations juridiques de l'Observatoire européen de l'audiovisuel, Edition 2009-6.

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES. Primeiro relatório sobre a aplicação dos artigos 13.º, 16.º e 17.º da Diretiva 2010/13/UE, para o período 2009-2010. Bruxelas, 24/9/2012, COM(2012) 522 final.

<http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2012/PT/1-2012-522-PT-F1-1.Pdf>

Relatório sobre a aplicação da Diretiva "Serviços de Comunicação Social Audiovisual" (2012/2132(INI)), da Comissão da Cultura e da Educação, de 28.2.2013.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2013-0055+0+DOC+XML+V0//PT>

Roberto Barzanti, "Les enjeux de la transparence pour le secteur audiovisuel européen". 10ème anniversaire de l'Observatoire européen de l'Audiovisuel: Une conférence sur "Les défis de la transparence dans le secteur audiovisuel" - Strasbourg, 17 janvier 2003. http://www.coe.int/t/f/com/dossiers/evenements/2003-01-Audiovisuel/Contribution_Barzanti.asp#TopOfPage

Sabine Beaucamp, "La culture Mainstream, un moyen et non une fin", *Agir par la culture*, nº 25, Premier trimestre 2011), pp. 14-17.

Wolfgang Schulz, "The Legal Framework for Public Service Broadcasting after the German StateAid Case – Procrustes' Bed or Hammock?", *Journal of Media Law*, Volume 1, Number 2, December 2009, 219-241.

2.1.7 Estratégias para a diversidade em televisão: os casos dos EUA e Reino Unido

Lourenço, R. (2017). Estratégias para a diversidade na televisão: os casos dos EUA e do Reino Unido. *Media & Jornalismo*, 17(31), 85-94. Acesso em de <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4798>

Introdução

É inegável que os meios de comunicação social desempenham um papel muito relevante para que os cidadãos decidam a importância que dão aos temas presentes na discussão pública, contribuindo também para a visão que os espetadores têm do mundo em geral e das pessoas que os rodeiam. A televisão, em países desenvolvidos, é especialmente relevante porque é o media que apresenta um acesso mais massificado, estando presente na vida de cidadãos de todas as idades, classes sociais, etnias, etc. Assim sendo, torna-se importante verificar se os diferentes cidadãos de um país se sentem bem representados no ecrã e o que é possível fazer para inverter tendências de sub-representação, já que estas constituem um obstáculo para a democracia.

Nos EUA, a FCC (Federal Communications Commission) é o órgão responsável por regular a área das telecomunicações e radiodifusão. Todavia, a Leadership Conference Education Fund, uma organização que luta pela defesa dos direitos humanos e civis dos americanos, mostra-se preocupada com a atuação da FCC em matéria de diversidade, acusando a entidade de aprovar medidas que prejudicam a representação dos cidadãos nos media. No mesmo sentido, investigadores e estudantes da USC's Annenberg School for Communication and Journalism, em Los Angeles, verificam que existe uma falta de representação, nomeadamente de mulheres e indivíduos de raça negra, em programas de entretenimento. É de realçar, ainda, o contributo da GLAAD (Gay & Lesbian Alliance Against Defamation) que enfatiza a importância de, não apenas reverter a sub-representação de homossexuais (femininos e masculinos), transsexuais, bissexuais e pessoas que rejeitam definições tradicionais de género e sexualidade (queer), mas também de dotar estas personagens de complexidade e profundidade, assim como de maior protagonismo nas histórias, já que consideram exagerado o número de personagens, incluídas nestas categorias, que morrem antes do final das séries e filmes.

Relativamente ao Reino Unido, é a própria estação pública (BBC) a reconhecer que a diversidade que apresenta, quer ao nível de trabalhadores, quer de presença visível no ecrã, está aquém do necessário para garantir igualdade de oportunidades e representação para todos os britânicos, pelo que apresenta um conjunto de estratégias para reverter a situação até 2020. Também o Ofcom (Office of Communications), entidade responsável por regular as comunicações no país, procura dar indicações, nomeadamente orientação jurídica, aos empregadores e proprietários dos media, para que sejam tomadas medidas de promoção da diversidade, mantendo o respeito pela lei.

Diversidade: conceito e importância

A BBC assume-se como uma organização “diversa e inclusiva”, onde a diversidade é uma questão “natural”, inerente ao seu processo criativo e à sua cultura. A afirmação está presente no relatório “Diversity and Inclusion Strategy 2016-2020”, cujo subtítulo é “Diversity includes everyone”. Para a emissora, o conceito de diversidade inclui “todas as diferenças existentes entre as pessoas”. Estão incluídas questões visíveis como o sexo, a raça, a etnia e deficiências notórias, mas também diferenças não-visíveis como a orientação sexual, a classe social, a herança cultural, a religião, deficiências não notórias, diferentes perspetivas e formas de pensar, educação, estatuto social da família e idade. Todavia, a BBC inclui, ainda, neste conceito, as nações e regiões nas quais tanto as audiências, como os funcionários, vivem e trabalham. A ideia de inclusão, contida nesta definição, significa, então, “valorizar e celebrar diferenças, encorajando a existência de um local de trabalho onde a cultura permita uma boa convivência, para que todos os indivíduos sejam apoiados, respeitados e envolvidos, tenham uma voz e sejam capazes de desenvolver capacidades e talentos, em linha com os valores da BBC” (BBC, 2016: 5).

Também a Leadership Conference Education Fund define o conceito de diversidade nos media, num relatório intitulado “Media Diversity Matters: A Media Justice Activist Toolkit”. Media diversos são, assim, “aqueles que incluem minorias e mulheres no conteúdo (o que vemos e ouvimos), no emprego (quem escreve, reporta e produz o conteúdo) e, acima de tudo, na propriedade (quem detém as empresas que decidem o conteúdo), para que as histórias de todos os americanos possam ser contadas, assim como todas as vozes ouvidas” (s/d: 5).

De acordo com a mesma entidade, a forma como o público vê vários assuntos, quer tenha consciência disso ou não, está diretamente relacionada com a cobertura que os media fazem sobre os mesmos. Por sua vez, esta cobertura depende de quem trabalha nos media (repórteres, produtores, etc., que escolhem os ângulos para contar as histórias). Mantendo a sucessão, a escolha de quem trabalha nos media liga-se a quem detém os media. Finalmente, a posse dos media está relacionada com políticas que determinam quem tem licença para operar e quem não tem.

Neste sentido, a organização encontra desvantagens, associadas à falta de diversidade nos media: se uma empresa puder comprar uma larga variedade de media para atingir um público ou comunidade, vai disponibilizar apenas uma voz, ou seja, a diversidade de pontos de vista é afetada; além disso, se não houver representantes de minorias, mulheres e pessoas mais velhas ou com deficiências, empregados na produção de notícias, em diversos níveis de gestão, não haverá quem possa falar com alguma autoridade sobre a sua condição e sobre pessoas de algumas comunidades, o que leva a uma menor cobertura de assuntos que seriam importantes para esses eleitorados; por fim, se não houver integração local na gestão das notícias que chegam a cada

localidade, temas importantes para as comunidades locais podem ser ignorados, o que significa que o interesse do público não está a ser tido em conta.

Enquadramento legal ligado à diversidade nos EUA e Reino Unido

A existência de diversidade no sistema de media de um país está diretamente relacionada com a adequação das leis em vigor para o setor e com o facto de estas serem cumpridas ou não. Como já foi referido, a propriedade dos media pode ser um fator condicionante da diversidade mediática numa região. É por isso que, nos EUA, restringir a concentração dos media é a missão central da FCC (Federal Communications Commission), a agência federal que regula as comunicações entre estados e internacionais. Para evitar a concentração, é função da FCC regular a propriedade dos media, estabelecendo quantas estações uma empresa pode deter em cada mercado, assim como limites para a propriedade cruzada de diferentes setores, como estações televisivas e jornais diários. Neste sentido, desde o Ato de Comunicações de 1934, a FCC deveria promover a intervenção regional nos media e garantir que, por exemplo, representantes de minorias e mulheres pudessem ser proprietários, afirmando, assim, uma democracia em que todas as comunidades têm voz no espaço público.

No entanto, de acordo com a Leadership Conference Education Fund, o Ato de Comunicações de 1996 desregulou a posse de rádios nacionais e tornou mais fácil deter canais de televisão nacionais. A partir daí, o confronto entre as preocupações com a diversidade e os interesses económicos de grandes empresas tem sido constante ao longo dos anos, devido à ameaça realizada aos princípios iniciais. Por exemplo, a FCC pretendeu eliminar os limites à propriedade cruzada que, em vigor, proíbem que a mesma empresa detenha uma estação de rádio ou televisão e o jornal diário mais vendido, na mesma área, entre outras restrições.

No Reino Unido, por sua vez, existe o Ofcom (Office of Communications) para regular as comunicações. É a entidade pública responsável por proteger os consumidores dos serviços de comunicação contra práticas ilegais e por assegurar a existência de condições para uma concorrência justa entre operadores. Uma das preocupações do regulador é garantir que existe igualdade de oportunidades no acesso ao emprego nos media. Tendo em vista o objetivo referido, publicou um conjunto de indicações jurídicas para que os empregadores da indústria da televisão possam aumentar a diversidade e a justiça nas suas contratações, respeitando a lei da igualdade (Ato da Igualdade de 2010) e os direitos humanos: “Thinking outside the box: Supporting the television broadcasting industry to increase diversity”.

O princípio mais importante do referido Ato é, de acordo com o regulador, a obrigação de “tratar todas as pessoas de forma justa e dar-lhes oportunidades iguais para desenvolver o seu potencial” (EHRC/Ofcom, 2015: 6). Na prática, este princípio estabelece que “a seleção de trabalhadores para cargos e papéis deve ser alicerçada no mérito, demonstrado através de critérios e processos, considerados justos e

transparentes” (EHRC/Ofcom, 2015: 6). Por outras palavras, é proibida a discriminação baseada em nove características protegidas: idade, deficiência, reatribuição de género, casamento ou união de facto, gravidez e maternidade, raça, religião ou crença, sexo e orientação sexual.

Assim sendo, recrutar uma pessoa devido a ter uma característica especial é geralmente proibido pelo Ato, pelo que é necessário algum cuidado na promoção da diversidade para não infringir a lei, discriminando outras pessoas acidentalmente. Todavia, o Ofcom realça algumas exceções a essa regra: a proteção é permitida quando o facto de a pessoa possuir uma característica especial específica é um requisito aceitável para o trabalho, pelo que a escolha passa a ser justificável (podemos estar a falar da necessidade de autenticidade ou realismo em papéis, por exemplo). Para além disso, são permitidas algumas medidas de ação positiva: encorajar pessoas pertencentes a grupos sub-representados ou em desvantagem para que se candidatem a lugares ou ajudá-las a adquirir competências que as capacitem para competir em pé de igualdade com outros candidatos. Por fim, há uma forma de ação positiva possível de utilizar em decisões de recrutamento: quando os candidatos apresentam um mérito semelhante, é legal, em várias circunstâncias, selecionar o candidato proveniente de um grupo sub-representado ou considerado em desvantagem (principalmente em caso de deficiência, uma categoria mais protegida pela lei, para a qual a discriminação positiva é legal num maior número de ocasiões).

Panorama atual: estudos sobre diversidade nos dois países

Conforme apresentado na introdução, este artigo é baseado em cinco estudos realizados por entidades dos dois países considerados, que procuraram, a partir de diferentes pontos de vista, avaliar a diversidade mediática dos EUA ou do Reino Unido, propondo estratégias (apresentadas no próximo subtítulo) para tornar os media mais diversos.

No Reino Unido, a emissora pública de rádio e televisão (BBC) procurou quantificar a presença de mulheres, minorias étnicas e de pessoas com deficiência, de raça negra ou incluídas na categoria LGBT (lesbian, gay, bisexual, and transgender) no emprego (incluindo cargos de chefia) e no ecrã (incluindo a atribuição de papéis com destaque). A conclusão principal retirada foi, precisamente, que a composição, quer do emprego, quer das presenças no ecrã, não era representativa da audiência, ou seja, da distribuição da população do país. Para que tal acontecesse, tanto em frente às câmaras como atrás, as percentagens relativas à presença dos grupos referidos deveriam rondar os seguintes números: 50% de mulheres, 8% de pessoas com alguma deficiência, 8% de personagens e trabalhadores LGBT e 15% de pessoas de cor negra, asiáticas ou de outras minorias étnicas. Todavia, a emissora reconhece que os principais grupos sub-representados nas suas atividades são os portadores de deficiência e as pessoas que se inserem na categoria LGBT (para com as quais não havia, até à data do relatório, qualquer preocupação de inclusão). É, então, no

relatório intitulado “Diversity and Inclusion Strategy 2016-2020 – Diversity includes everyone”, que a BBC enuncia os objetivos a atingir e as estratégias pensadas para que estes sejam concretizados.

Além da BBC, também a entidade reguladora das comunicações no Reino Unido (Ofcom) considera que “qualquer pessoa que queira tentar ter uma carreira na televisão deve ter uma oportunidade justa e igualitária para o fazer, independentemente do seu contexto de origem” (2015: 5). Todavia, na perspetiva desta entidade, os números mostram que “alguns grupos podem estar a encontrar barreiras para entrar na indústria ou para alcançar progressos depois de entrarem” (2015: 5). A título de exemplo, o Ofcom refere que as mulheres e as minorias étnicas estão sub-representadas em cargos executivos, que o número de pessoas com deficiência a trabalhar nesta indústria é reduzido (comparativamente à proporção que ocupam na população em idade ativa) e que, no ecrã, é pouco provável que os apresenta-dores sejam mulheres com mais de 55 anos. Além disso, a representação que é feita de alguns grupos já mencionados (minorias étnicas e pessoas com deficiência ou pertencentes à categoria LGBT) nem sempre coincide com a realidade das suas vivências. Tendo em vista o aumento da diversidade na indústria britânica de televisão, o Ofcom refere também, no documento já citado “Thinking outside the box: Supporting the television broadcasting industry to increase diversity”, quais são as opções legais para tornar a força de trabalho mais diversa e inclusiva.

A realidade americana é igualmente alvo de críticas por parte de estudos relativos a este país. Uma das entidades preocupada com a falta de diversidade nos media americanos é a Leadership Conference Education Fund, organização que luta pela defesa dos direitos humanos e civis dos americanos. No documento intitulado “Media Diversity Matters: A Media Justice Activist Toolkit” critica a atuação da FCC, entidade responsável por regular as comunicações nos EUA, e esclarece a forma como esta deveria atuar e o que os cidadãos podem fazer para se oporem à concentração da propriedade dos media, entre outros problemas. Em forma de resposta a possíveis dúvidas dos cidadãos recetores da mensagem sobre o motivo da falta de diversidade, a Leadership Conference Education Fund afirma: “Desde a imprecisa e limitada representação de minorias e mulheres na televisão, até às vozes homogêneas na rádio, o sistema de media do nosso país está a tornar-se cada vez menos diverso (...). Esta situação deve-se à falta desproporcional de mulheres e minorias como repórteres, produtores ou proprietários” (s/d: 5).

Reforçando as visões já referidas, investigadores e estudantes da USC’s Annenberg School for Communication and Journalism, em Los Angeles, verificaram que existe uma falta de representação, nomeadamente de mulheres (cerca de 40%, número que diminui no caso de cargos executivos), indivíduos de raça negra (estão totalmente ausentes em 22% dos programas analisados) ou personagens LGBT (apenas 2% do total e quase exclusivamente homens brancos) em programas de entretenimento.

A conclusão está incluída no relatório “Inclusion or Invisibility? Comprehensive Annenberg Report on Diversity in Entertainment” que avalia a inclusão, no ecrã e atrás

das câmaras, em filmes de ficção, programas de televisão e séries digitais distribuídas por dez grandes empresas (21st Century Fox, CBS, Comcast NBC Universal, Sony, The Walt Disney Company, Time Warner, Viacom, Amazon, Hulu, e Netflix) em 2014 ou 2015. A unidade principal de análise foram as personagens com falas, ou com um nome, nos filmes ou no guião original das séries escolhidas. Cada personagem que tivesse intervenção verbal era classificada por vários indicadores: “papel, demografia, domesticidade e hipersexualização ” (2016: 3). Atrás das câmaras, o sexo de diretores e escritores de cada filme e episódio das séries que constituíam a amostra foi verificado. Foi, também, avaliada a raça/etnia dos diretores de filmes, assim como das pessoas que estavam a dirigir o primeiro episódio da temporada dos programas de televisão ou digitais. Por fim, foi avaliada a composição do sexo de CEO’s, membros de equipas executivas e quadros de diretores.

No âmbito deste artigo, destacamos apenas os resultados mais importantes sobre a avaliação das empresas relativamente à diversidade: quatro empresas (The CW Network, The Walt Disney Company, Amazon, Hulu) demonstraram uma prestação forte ao nível da representação feminina no ecrã e atrás das câmaras, embora a Amazon tenha sido a única empresa considerada “plenamente inclusiva” no que toca à presença de mulheres como diretoras. Por outro lado, houve três empresas (Time Warner, 21st Century Fox e CBS) que não foram consideradas “plenamente inclusivas” em nenhum indicador, pelo que têm um longo caminho a percorrer ao nível da implementação de diversidade na sua atividade. Relativamente aos restantes indicadores, todas as empresas precisam de incrementar a diversidade, já que obtiveram resultados médios ou baixos, o que revela, por exemplo, uma presença demasiado reduzida de personagens LGBT ou de etnias minoritárias.

Também o relatório anual “Where We Are on TV”, elaborado pela GLAAD (Gay & Lesbian Alliance Against Defamation), apresenta conclusões relativas à representação de homens e mulheres, diferentes raças e etnias (personagens negras, latinas, asiáticas), pessoas com deficiências, transexuais e bissexuais em três categorias (broadcast, cable e streaming) nos EUA. Além disso, é avaliado o tipo de programas em que estes grupos são representados e se estão incluídos na programação diurna e naquela cujo idioma falado é o espanhol. Para tal, é considerado o guião original das séries que estão no ar (ou com início confirmado) em horário nobre, entre junho de 2016 e maio de 2017.

Mantendo o padrão seguido até aqui, vamos apresentar alguns resultados mais relevantes para a realidade broadcast e cable. Estes demonstram progresso nos vários indicadores, evidenciando, todavia, a necessidade de mudança para atingir a verdadeira diversidade: das 895 personagens com presença “habitual” previstas nos guiões para a programação do horário nobre das redes de transmissão (broadcast), 43 (4,8%) eram identificadas como LGBTQ (lesbian, gay, bisexual, transgender and queer); os serviços de cabo (cable) deveriam conter uma maior diversidade racial no que se refere às personagens LGBTQ, já que a esmagadora maioria (72%) são classificadas como “brancas”; 20% (180) das personagens “habituais” na programação do horário

nobre das redes de transmissão serão “negras”, sendo esta a percentagem mais elevada desde que a GLAAD começou a compilar dados abrangentes relativos à raça, há doze anos; no entanto, as “mulheres negras” continuam sub-representadas, já que apenas 69 (38%) das personagens “negras” são do sexo feminino; durante este ano, haverá personagens transexuais “habituais” (três em broadcast e seis no cable); o número de personagens lésbicas e bissexuais “habituais” diminuiu comparativamente ao ano anterior, nas duas plataformas, depois de um período “particularmente mortal” para as personagens queer femininas (o número de personagens passou de 98 para 92); para terminar, a proporção de personagens com uma deficiência, consideradas “habituais” nas redes de transmissão, subiu de 0,9% para 1,7%, a percentagem mais elevada desde que a GLAAD começou a elaborar estatísticas sobre “deficiência” em 2010.

Estratégias para incrementar a diversidade e inclusão na televisão

Perante os resultados acima apresentados, passamos a expor as estratégias sugeridas por cada entidade, com o objetivo de incrementar a diversidade televisiva. A BBC traçou, como foi referido, um plano de ação para representar fidedignamente a sua audiência, quer no ecrã (ao nível de vivências ou presença frequente e não estereotipada), quer ao nível dos seus trabalhadores (funcionários e diretores provenientes de diferentes contextos promovem melhores ideias e simplificam a tarefa de estar de acordo com os interesses de uma proporção maior da população, resultando em conteúdo mais interessante), até 2020.

Entre outras medidas, a emissora pública britânica pretende: fazer mais programas que representem as suas audiências, através do desenvolvimento de orientações (em conjunto com várias entidades, em parte constituídas por representantes das minorias-alvo, por exemplo) para que os guiões respeitem os valores e compromissos definidos; investir na contratação de profissionais de diferentes grupos “protegidos”, garantindo um conjunto de programas e fundos para financiar o desenvolvimento do seu talento, enquanto já estão a trabalhar; incluir as audiências em processos de decisão, através de novos mecanismos de interação online ou pessoal, o que permitirá chegar a todos os públicos; garantir que as entrevistas de trabalho são justas para todos e que os grupos sub-representados não encontram barreiras para conseguir emprego (podendo começar como aprendizes, por exemplo); manter uma base de dados que permita perceber qual o tipo de trabalhadores que constituem a empresa e quais precisam de mais oportunidades para conseguir um emprego (tem o nome de Diamond e o seu objetivo é aumentar a transparência e medir a verdadeira diversidade nesta indústria); garantir que há diversidade na escolha dos líderes, através de programas de preparação, e que eles próprios irão estar preparados para promover uma cultura de trabalho não discriminatória; verificar se não há barreiras físicas, nomeadamente no que diz respeito aos edifícios e acessibilidades, que impeçam trabalhadores com deficiência de realizar o seu trabalho devidamente;

desenvolver parcerias que possam garantir aconselhamento sobre diversidade ou intermediar a chegada de trabalhadores de grupos sub-representados a cargos na BBC.

Numa perspetiva diferente, a Leadership Conference Education Fund aconselha os cidadãos norte-americanos a manterem-se informados sobre os direitos civis e, em primeiro lugar, a prestarem atenção aos media que ouvem e veem, desde o jornal local até à televisão ou rádio que chega a todo o país. O objetivo, de acordo com a organização, é fazer cada cidadão pensar sobre de que forma os media poderiam servir melhor a sua comunidade. O próximo passo para aumentar a diversidade seria, então, cada cidadão expor o seu descontentamento à FCC (Federal Communications Commission), escrever cartas para o jornal local e alertar as pessoas ao seu redor sobre a importância da diversidade nos media. O relatório elaborado pela organização inclui um modelo de carta que pode ser utilizado para expressar preocupação sobre a falta de diversidade nos media e incita à discussão sobre o tema em fóruns formais e informais, de modo a dar início a mudanças através da mobilização da população ou, neste caso, das várias audiências.

Após avaliar a prestação de várias empresas em separado, o relatório da USC's Annenberg School for Communication and Journalism, em Los Angeles, refere que não é possível promover a diversidade com medidas esporádicas ou pensadas apenas para um filme, episódio ou contratação. Defende, pelo contrário, que “a inclusão requer um ecossistema no qual diferentes perspetivas têm valor e as histórias representam o mundo em que vivemos” (2016: 17), o que torna necessário “contrariar enviesamentos implícitos e explícitos” (2016: 17). Este objetivo obriga a uma mudança profunda na ação das empresas que deve adotar múltiplas estratégias, já que precisa de solucionar problemas variados: estabelecer objetivos de inclusão transparentes e públicos; reconhecer e alterar pensamentos estereotipados, pensando em exemplos contrários a esse estereótipo, antes de decidir uma contratação ou finalizar um guião; criar verificações e equilíbrios na revisão de qualificações e em decisões sobre a forma de contar histórias, através da implementação de um sistema que promova o processamento cuidadoso para ultrapassar preconceitos cognitivos; elaborar listas de consideração inclusivas para a escolha de escritores e diretores, assegurando que contêm 50% de mulheres e 38% de pessoas de raça negra; contrariar o recurso a mitos nos processos de decisão, recorrendo, para tal, a factos ou evidências, especialmente no que diz respeito à prestação financeira de filmes onde os líderes e/ou diretores são mulheres ou outros grupos habitualmente não representados; continuar a monitorizar o progresso, uma vez que a avaliação permite não apenas demonstrar onde continua a ser necessário melhorar, mas também perceber onde é que houve conquistas realizadas.

Visando melhorar a diversidade perceptível no ecrã, também o relatório elaborado pela GLAAD (Gay & Lesbian Alliance Against Defamation) inclui sugestões sobre a presença de diferentes personagens nas plataformas analisadas nos EUA. Relativamente ao broadcast, a GLAAD afirma que se trata da plataforma (entre as três estudadas) mais “mortífera” para mulheres lésbicas e bissexuais, com pelo menos doze personagens

mortas desde o início de 2016, sem que tenham sido devidamente substituídas por outras. A organização gostaria de ver este tipo de personagens a ter continuidade nas séries, pois, caso contrário, é passada uma mensagem perigosa para o público sobre a sua importância e a diversidade torna-se reduzida. Por outro lado, a GLAAD reconhece algum esforço na inclusão de personagens transexuais, embora reitere que ainda é necessário introduzir personagens transexuais masculinas, já que estas permanecem invisíveis nos principais media. No caso do cable, a organização mantém a observação que fizera no ano anterior, frisando uma vez mais que gostaria de ver maior diversidade na expressão da comunidade LGBTQ: das 142 personagens “habituais” e “recorrentes” esperadas, 72% (102) são “bran-cas” (como tinha sido referido no subtítulo referente aos estudos sobre o panorama atual), o que representa um retrocesso comparativamente a 2015, onde esse valor fora de 71%.

Conclusão

Podemos afirmar que, atualmente, as televisões britânica e norte-americana têm graves fragilidades ao nível da representação das audiências no ecrã e atrás das câmaras, o que, vivendo em democracia, constitui um problema. Todavia, é importante realçar um aumento generalizado da preocupação com este aspeto, nomeadamente devido à emergência de estudos, como aqueles que referimos aqui, que denunciam publicamente o que deve ser alterado, facilitando a adaptação das empresas e favorecendo a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Desta preocupação resulta um número considerável de estratégias para tornar a indústria televisiva mais inclusiva (expostas no tópico anterior) e a necessidade de verificar que ações são permitidas pela legislação, bem como de perceber se esta é adequada aos objetivos de incrementação da diversidade.

Bibliografia

BBC (2016). Diversity and Inclusion Strategy 2016-20 Diversity includes everyone. In: <http://downloads.bbc.co.uk/diversity/pdf/diversity-and-inclusion-strategy-2016.pdf> (acedido 19/01/2017).

Choueiti, M.; Pieper, K. & Smith, S. (2016). Inclusion or Invisibility? Comprehensive Annenberg Report on Diversity in Entertainment. Gender Media, Diversity, & Social Change Initiative Institute for Diversity and Empowerment at Annenberg (IDEA). USC's Annenberg School for Communication and Journalism. In: <http://annenberg.usc.edu/pages/~media/MDSCI/CARDReport%20FINAL%2022216.aspx> (acedido 19/01/2017).

GLAAD (2016). Where We Are on TV 16-17: GLAAD's annual report on LGBTQ inclusion. In: http://glaad.org/files/WWAT/WWAT_GLAAD_2016-2017.pdf (acedido 19/01/2017).

Leadership Conference Education Fund. Media Diversity Matters: A Media Justice Activist Toolkit. In: http://www.civilrights.org/action_center/media-diversity/media_justice_activist_toolkit.pdf (acedido 19/01/2017).

Ofcom e EHRC (2015). Thinking outside the box: Supporting the television broadcasting industry to increase diversity. In: https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0030/47496/increasing-diversity.pdf?utm_source=updates&utm_medium=email&utm_campaign=online-diversity-resource (acedido 19/01/2017).

2.1.8 Repensar a questão da diversidade associada à televisão pública

Joana Fernandes e Raquel Lourenço

Resumo

O presente artigo resulta de uma atualização do estado da arte do projeto DIVinTV – “Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão”. Trata-se de um projeto de investigação financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-COM/4968/2014).

Pretendemos demonstrar a importância da televisão pública como indicadora da cultura da sociedade em que se insere (e como espelho da mesma), mas também como um espaço de formação e fortalecimento de representações e identificações/projeções que afetam o quotidiano dos telespetadores (Álvares, 2006; Ferin, 2006, Georgiou, 2013). Seguidamente, temos como propósito refletir sobre alguns conceitos que se encontram muito presentes no projeto e cuja sistematização é fundamental para compreender a temática: diversidade, cultura, diversidade cultural, representação, entre outros (UNESCO, 2011). Por fim, iremos abordar o que tem sido feito em vários contextos para regular a diversidade (Malik, 2013; Ofcom, 2017), assim como algumas conclusões e resultados de estudos anteriores, principalmente relacionados com programas de entretenimento e noticiários, que serviram como ponto de partida para o presente projeto (Silva, 2006; Filho, 2006; Seijo & Freire, 2017).

Palavras-chave: Diversidade, Televisão Pública, Media, Cultura, Pluralidade

Definições importantes

A conceptualização da diversidade cultural está vinculada a um largo espectro de ideologias, teorias e definições dada a natureza do fenómeno ser fluida, de grande abrangência e de permanente desenvolvimento. Para além disso, uma definição de diversidade cultural pode variar consoante o contexto em que é empregue, pelo que as próprias práticas de diversidade são, igualmente, variáveis. A emergência de uma teorização sobre a diversidade surge em conformidade com os fenómenos da globalização que “têm reavivado a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais, regionais – (...) ao mesmo tempo em que as identidades, incluindo as de género e idade, reconfiguram a força e o sentido dos laços sociais e as possibilidades de convivência no nacional e no local” (Martín-Barbero, 2014: 23-24). De acordo com Appadurai, a globalização surge como um fenómeno impulsionador das questões da diversidade onde diferentes culturas “surgem expostas umas às outras, intensificando as suas relações” (Martín-Barbero, 2014: 24).

A diversidade cultural traduz-se na singularidade e pluralidade de identidades que perfazem os grupos, as sociedades e, por fim, a humanidade. Assumindo a definição da UNESCO, diversidade cultural¹⁵ “constitui a herança comum da humanidade” referindo-se “às diversas formas pelas quais a cultura dos grupos e das sociedades encontram expressão, gerando novas formas de diálogo, transformando pontos de vista e criando ligações entre indivíduos, sociedades e gerações em todo o mundo” (UNESCO, 2011: 24-25). Esta ligação e forma de expressão a que a UNESCO se refere, encontra nos media um papel fundamental de propagação e de construção da diversidade cultural (Siapera 2010: 6-7) cuja existência só pode ser assegurada enquanto existirem “direitos humanos e as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, de informação e de comunicação ou a possibilidade de os indivíduos escolherem as suas expressões culturais” (Costa e Silva, 2013: 103).

No enquadramento da diversidade cultural surgem também associações ao multiculturalismo e, por conseguinte, à multicultura. Neste sentido, a conquista pela diversidade cultural é uma consequência direta da heterogeneidade cultural da sociedade (‘multicultura’) e das estratégias destinadas a gerir os problemas da diversidade (‘multiculturalismo’) (Malik, 2013: 7). Neste debate há críticas apontadas à diversidade cultural que revelam uma lógica subjacente ao multiculturalismo, responsabilizando-o pela perda de identidade e de unidade nacional. A solução proposta para as críticas ao multiculturalismo seria “livrar-se da diversidade e retornar à unidade (imaginária e ilusória) do passado” (Siapera, 2010: 4-5).

¹⁵ Quando nos referimos a diversidade cultural pensamos na seguinte definição de cultura: “Cultura abrange arte e literatura, estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças. (UNESCO, MONDIACULT, 1982 e UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity, 2001). É também uma força motriz que conecta significados e um local de auto- compreensão permanente, contestação ou acomodação da diferença (UNESCO, 2011: 24-25).”

A conceptualização da diversidade surge ainda associada ao conceito de pluralismo, “um conceito complexo e multidimensional, interpretado de diferentes formas em diferentes épocas, espaços geográficos, contextos e círculos políticos, mas que é aceite como um valor importante e central da política dos media” (Valcke, Picard e Sükösd, 2016: 4). Por outro lado, e segundo Des Freedman, Doyle (2002), por exemplo, define pluralismo como “a presença de um número de diferentes vozes independentes, e de diferentes opiniões políticas e representações da cultura nos media” (Freedman, 2011: 11-12). Freedman acrescenta que o pluralismo surgiu no contexto mediático como uma consequência da mudança paradigmática do serviço público para uma lógica de mercado capaz de servir a heterogeneidade da sociedade (Freedman, 2011: 18). O pluralismo seria, então, uma consequência do progresso da sociedade e, por isso mesmo, não deve ser reduzido exclusivamente à diversidade de opções. Também Karppinen cita Doyle (2002) para referir que o pluralismo é, essencialmente, “um sistema de representação dentro de uma determinada sociedade e que permite que diferentes pontos de vista políticos e diferentes formas de expressão sejam visíveis dentro da esfera pública” (Karppinen, 2007: 16).

A concretização do pluralismo e da diversidade mediática interpela os organismos globais contribuindo, assim, para a promoção das identidades locais num contexto de globalização. Jesús Martín-Barbero (2014) afirma ser necessário que a reflexão ultrapasse o determinismo tecnológico e o pessimismo cultural, de modo a pensar não apenas na perversidade da globalização, mas nas suas possibilidades. Ao concretizar uma ideia de unificação planetária, a globalização apoia-se na técnica, da qual resulta uma revolução nas comunicações, com o mesmo teor contraditório: fonte de desigualdades entre setores sociais, culturas e países, mas também capaz de potencializar a associação, a participação democrática e a defesa de direitos sociopolíticos e culturais.

Inserida no contexto da comunicação e dos média, a diversidade surge vinculada a diferentes áreas de ação: diversidade de programas e conteúdos, questões de representação e de pluralidade das vozes, mas também, por exemplo, recursos humanos e desenvolvimento organizacional da empresa (formação de profissionais no âmbito da diversidade) (Horsti et al. 2014: 10). De acordo com Georgiou, vários autores concordam que a diversidade associada a estas áreas de abrangência pode, por fim, ser desenvolvida e potencializada enquanto veículo de intercâmbio, de interação e de proximidade emocional para com o espetador (Georgiou, 2013: 89). Porém, as críticas à diversidade cultural apontam também para o facto de que a diversidade é, por si só, um produto de mediação construído, representado e publicado pelos meios de comunicação que, por sua vez, a reproduzem de acordo com o público para o qual o conteúdo está direcionado. Noutras palavras, os media reapropriam-se dos discursos da diversidade, transformam-nos e aplicam-nos em contextos mediados. No setor da comunicação a diversidade surge, portanto, intrinsecamente vinculada a ligações de

poder entre o indivíduo representado, o produtor e o recetor. Estabelece-se uma relação hierárquica em que o produtor surge enquanto figura predominante (Siapera, 2010: 6-7).

Para além disso, o desenvolvimento sociocultural e industrial da diversidade é, para Sarita Malik, um processo evolutivo que se desenvolveu em três fases distintas: de ‘multiculturalismo’ para ‘diversidade cultural’ e, finalmente, para ‘diversidade criativa’. Cada uma destas fases indicaria uma “despolitização da raça em contextos de radiodifusão de serviço público” (2013: 3-4). A introdução da diversidade criativa no debate estabelece um novo paralelo entre as questões da diversidade no contexto da radiodifusão permitindo, assim, a “mercantilização da televisão e da multicultural e, em última análise, continuando a salvaguardar os interesses do serviço público de radiodifusão” (2013: 1). Segundo a autora, a introdução do conceito de ‘diversidade criativa’ no debate surge porque “as políticas criativas de diversidade são sustentadas por motivações de mercado, regulatórias e sociais, (...) protegendo os interesses do Serviço Público de Radiodifusão e, em última análise, mudando o paradigma do problema multicultural (no serviço público de radiodifusão e além) ” (2013: 17-18). A diversidade criativa surge, assim, como uma solução para renomear e reenquadrar a diversidade cultural de forma a lidar corretamente com as regulamentações e os dilemas sociais. Para a autora, a viabilização deste conceito proporciona a concretização de ideias de qualidade e de criatividade no âmbito das questões estruturais de desigualdade social (2013: 1).

No ecossistema mediático, onde cabem os meios institucionais locais, além-fronteiras e formas de comunicação interpessoal, são distinguidos diferentes tipos de diversidade de acordo com o contexto em que se insere. Refere-se, desta forma, a ‘diversidade demográfica’ onde cabe a diversidade “racial e de género em todos os contextos mediáticos”. A ‘diversidade institucional’ “que se refere à variedade no contexto de características organizacionais”, a ‘diversidade de exposição’ “que aborda a diversidade em termos de órgãos de comunicação, formatos e pontos de vista nos quais um público se expõe” e, por último, refere-se a ‘diversidade de formato’ que se traduz nos diferentes tipos de géneros de programação e de conteúdo (Napoli et al. 2012: 10-11).

Necessidade de regulamentação da diversidade

As preocupações com a diversidade e a inclusão no serviço público de televisão surgem num contexto de fragmentação das audiências, e dos próprios media, promovida pelo advento do digital e seu desenvolvimento. Com a multiplicação de *media* disponíveis e com a maior possibilidade de participação da audiência no espaço público, o serviço público sentiu a necessidade de reafirmar a sua legitimidade enquanto elemento unificador de uma sociedade diversa, marcada por migrações, assim como por mudanças socioculturais e económicas, na qual todos se querem sentir representados.

“É somente através de uma estrutura culturalmente rica e segura que as pessoas se podem tornar conscientes das opções que têm disponíveis” (Kappinen, 2007: 18). Hoje, justifica-se ainda mais a necessidade de regulamentação da diversidade porque essa era já uma condição no passado salientada em Portugal, por exemplo, pelo antigo regulador dos media, a Alta Autoridade para a Comunicação Social, que referia a falta de competências em matéria de concentração e nomeadamente na defesa do pluralismo, a “fraca expressão ou mesmo inexistência de normas reguladoras da concentração horizontal, vertical e multimédia, de órgãos de comunicação social” (Silva, 2008: 674). Já no contexto internacional, Karpinen refere que “as políticas atuais relacionadas com a diferença correm o risco de se transformarem em políticas de indiferença (2007: 12)”.

Kristina Irion e Peggy Valcke (2014) consideram que as contribuições das políticas da União Europeia para a diversidade cultural no setor do audiovisual e do online podem ser distinguidas por conterem uma série de atividades de incentivo à disponibilização de financiamento para atividades culturais (2014: 9-10). Neste sentido, segundo as autoras, a Diretiva de 1989 da Televisão sem Fronteiras e a Diretiva dos Serviços Audiovisuais para os Media tinha já medidas para assegurar a proteção da diversidade cultural. E a atual Diretiva dos Serviços Audiovisuais para os Media “contribui para a diversidade cultural na UE de três formas: em primeiro lugar, garantindo a livre circulação dos serviços audiovisuais, em segundo lugar, promovendo obras europeias (independentes) e em terceiro, preservando, num ambiente de direitos restritos, o direito do público de aceder a eventos de grande importância para a sociedade e o direito das emissoras em utilizar pequenos fragmentos para cobrir os seus noticiários” (2014: 9-10).

No panorama nacional é da responsabilidade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) monitorizar o serviço público de televisão. Em 2007, com um estudo sobre a “Avaliação do Pluralismo Político-Partidário na Televisão Pública”, a ERC apresentava um primeiro modelo de monitorização da informação (Costa e Silva, 2013: 108):

O documento refere que o conceito de pluralismo subjacente à proposta de avaliação do principal canal público português envolve a diversidade de correntes de expressão socioculturais e políticas, estendendo-se a outros protagonistas e temáticas, tais como autarcas e autarquias, sindicalistas e temas laborais ou associações de natureza vária. O objetivo deste estudo é medir o número e natureza das peças emitidas pela RTP tendo como protagonistas o governo e os partidos políticos, verificando se existe tratamento jornalístico equitativo e plural daquelas entidades nos espaços informativos do serviço público de televisão.

Ainda assim, na monitorização efetuada pela ERC destaca-se quase exclusivamente a atenção dada às políticas partidárias denotando-se a ausência de vozes alternativas (ibidem: 113). Apesar desta vertente direcionada para um grupo restrito de protagonistas, e do facto de os relatórios da ERC “se focarem somente na televisão (em detrimento da rádio e da imprensa), os relatórios não deixam de ser um contributo importante para a caracterização da expressão do pluralismo em Portugal” (Costa e Silva, 2013: 110).

Resultados de estudos anteriores sobre a diversidade nos media

A sobrevivência da diversidade tem de ser equacionada num contexto de globalização e convergência digital (Martín-Barbero, 2014). A globalização é apontada como “fonte de desigualdades entre setores sociais, culturas e países” (2014: 1). Ainda assim, o mesmo fenómeno pode também “potencializar a associação, a participação democrática e a defesa de direitos sociopolíticos e culturais, ativando uma expressiva criatividade” (idem). É neste contexto que, num artigo de 2014, Jesús Martín-Barbero destaca, na América Latina, a existência de “alguns cenários estratégicos de intervenção das políticas públicas, cenários especialmente apropriados para pôr a convergência digital a serviço do intercâmbio e da potencialização da diversidade cultural” (2014: 29). Como exemplo, o autor cita a promoção de redes digitais criadas por (e entre) emigrantes, assim como por comunidades locais, as quais permitem criar meios comunitários de rádio e televisão para “estabelecer comunicação entre si e com outras no mundo, com o objetivo de refazer o tecido coletivo de memória e contrainformação” (Martín-Barbero, 2014: 30).

Contudo, a promoção da diversidade não pode depender apenas de meios digitais criados pelas próprias comunidades. Os serviços nacionais de televisão mantêm audiências consideráveis e devem tomar medidas para incrementar a diversidade nos seus programas.

Entre março de 2004 e junho de 2006, Isabel Ferin coordenou um projeto, apoiado pela FCT/FEDER, intitulado “Televisão e imagens da diferença”. A *Televisão das Mulheres: ensaios sobre a receção* é o nome do livro de 2006 que resulta do referido projeto, onde ao longo de seis artigos, é possível retirar conclusões sobre o tipo de conteúdos produzidos pelas estações de televisão e sobre a forma como os mesmos foram recebidos e interpretados pelas audiências. Na introdução do livro está bem patente qual é o propósito deste estudo:

O objetivo declarado do projeto foi confrontar determinados grupos, identificados como mais frágeis – mulheres imigrantes, mulheres de etnia cigana e mulheres idosas –, com as suas imagens no *prime time* (19h30 a 22h30). Com este objetivo, procedeu-se a gravações entre março e maio de 2004, de jornais televisivos, publicidade, programas de ficção e entretenimento, nos canais RTP1, SIC e TVI, num total de 72 cassetes e 216 horas analisadas, correspondendo a 24 dias (...) o projeto «Televisão e Imagens da Diferença» procurou não só identificar as tendências e géneros de produção onde mais estavam representados esses grupos, como também obter material que pudesse ser visualizado pelas mulheres que integraram os grupos de pesquisa (Ferin, 2006: 7).

Atendendo à data de conclusão do estudo (2006), destacaremos algumas conclusões sobre a representação de grupos da população na televisão portuguesa (RTP, SIC e TVI) mas o mais importante é perceber como é que a representação dos mesmos teve impacto na sua compreensão do mundo e de si próprios, de forma a reforçar a importância da incrementação da diversidade neste meio de comunicação. As principais

metodologias utilizadas no projeto foram: entrevistas, inquéritos, grupos de foco, observação etnográfica, contagem e análise de peças televisivas e programas por investigadores e visionamento de peças televisivas por parte dos grupos populacionais selecionados. Através do primeiro artigo, vemos como é importante uma estação de televisão mostrar cultura e imagens de outros países para a formação do imaginário dos seus habitantes, já que houve pessoas cuja decisão de emigrar para Portugal foi “impulsionada pela divulgação de imagens positivas do nosso país no programa *Fantástico* da TV Globo e em reportagens da *Veja*” (Alves, 2006: 22). Por outro lado, a chegada de produções estrangeiras a um país faz os cidadãos repensarem não apenas a forma como se veem, através de mecanismos de identificação e projeção (Silva, 2006), mas também a forma como veem os cidadãos originários do país que assim lhes é apresentado, o que pode promover quer a integração, quer a discriminação, relativamente aos imigrantes. A proliferação de telenovelas brasileiras em Portugal é estudada, principalmente no quarto artigo, como um exemplo claro das situações referidas (Silva, 2006)¹⁶. No sexto artigo, percebemos o modo como algumas imigrantes brasileiras se apropriaram, através da convivência com portugueses e com conteúdos televisivos, do imaginário português, o que levou “as entrevistadas a censurar nas recém-chegadas compatriotas as mesmas atitudes e comportamentos que foram obrigadas a alterar” (Ferin, 2006: 185) devido à discriminação e ao estereótipo que associava as brasileiras à prostituição.

No que se refere diretamente aos programas produzidos em Portugal, foram analisados os noticiários dos canais generalistas (RTP1, SIC e TVI). O segundo artigo aborda a forma como as ciganas são referidas e como percebem essa realidade. De forma geral, as imagens veiculadas pelos media são pouco positivas: “entre as imagens mais recorrentes estão as das rusgas policiais aos acampamentos e bairros de realojamento social, nas periferias das grandes cidades portuguesas, em busca de droga, armas ou material de contrafação” (Ferin, 2006: 42). Duas pesquisas de campo em bairros sociais de realojamento de famílias ciganas, em Lisboa, permitem concluir que as ciganas abordadas entendem que as televisões “discriminam de forma mais acentuada a cigana, o que é perceptível nos discursos e no vocabulário utilizado” (Ferin, 2006: 62). Além disso, apresentam alguma literacia mediática que lhes permite distinguir a natureza dos canais públicos e privados, por exemplo. Da mesma forma, uma “adesão a determinadas imagens veiculadas, apreendidas como ‘verdadeiras’” e uma “aproximação aos jornalistas” como “mediadores de conflitos” (2006: 62-63) coexistem

¹⁶ Em 2006, a grande aceitação das telenovelas brasileiras verifica-se na população residente em Portugal de forma geral, mas também em setores específicos da população. No segundo artigo, são estudadas as preferências das mulheres ciganas, entre os 14 e os 37 anos, entrevistadas para o projeto (Ferin, 2006: 45-51), enquanto no terceiro artigo ficamos a conhecer os consumos mediáticos de dois grupos de idosas portuguesas (Valdigem, 2006: 92-101).

com uma “desconfiança, ou suspeição, relativamente aos procedimentos da televisão como instituição respeitadora da sociedade maioritária” (Ferin, 2006: 63)¹⁷.

O terceiro artigo alia à análise noticiosa uma reflexão sobre uma personagem idosa de uma telenovela brasileira exibida na SIC, realizada junto de idosas que frequentam um centro de dia na área periférica de Lisboa. Contudo, começa por destacar a discriminação feita, em vários contextos, relativamente às pessoas desta faixa etária:

O ‘idadismo’ define-se pelo ‘estereótipo, preconceito ou discriminação baseados na idade, neste caso especificamente face a pessoas idosas, atitude que persiste e que influencia o modo como olhamos as pessoas idosas e como nos comportamos face a elas [...]’ (Fonseca, 2004: 27-28) (...). É pelo facto de o idadismo estar naturalizado em grande parte nas sociedades ocidentais, que a discriminação do idoso se torna uma prática discursiva e agencial, social e cultural, muitas vezes invisível, capaz de afetar não só as representações, atitudes e valores face aos mais velhos, mas também a sua própria autoimagem e identidade social (Fonseca, 2004; Woolf, 1998; Martín – Barbero, 2004; Vesperi, 2003) (Valdigem, 2006: 75).

São também apresentados dados sobre a representação dos idosos, em horário nobre, na televisão portuguesa: “os idosos surgem mais representados nos géneros informativos (41%), menos nos programas de ficção e entretenimento (15%), e em 28% do material publicitário analisado” (ibidem: 77). Contudo, verificou-se uma tendência maioritária para a veiculação de imagens estereotipadas e negativas, em que o sexo masculino predomina, e em contextos temáticos como “Condições Sociais, Saúde e Atividades Domésticas”. Ainda assim, o grupo etário também surgiu em “narrativas em que as Relações Afetivas, o Matrimónio e o Desporto e Lazer dão sentido às imagens” (idem). Sobre as perceções das idosas, “os resultados dos grupos de foco demonstram a existência de variações significativas na atenção das idosas aos conteúdos propostos e nas apropriações que fazem das peças, com base nas variáveis ‘classe’ e ‘trajetória de vida’” (Valdigem, 2006: 102). Deixamos aqui algumas das conclusões mais significativas:

Algumas das senhoras (...) excluem-se da categoria ‘idoso/velhice’ reproduzida nas peças. Evidenciam uma autoperceção positiva de si mesmas, associada à atividade física e psicológica que sentem (...). Em contrapartida, algumas das senhoras (...) dizem-se ‘velhas’, sem vontade e energia para novas atividades. Para lá das diferenças, (...) observámos (...) apropriações semelhantes às representações de género subjacentes às peças informativas. Tal semelhança de leituras resulta também de uma coincidência entre as imagens de género propostas nas peças e as representações de género das mulheres da amostra. (...) As mulheres surgem quase sempre numa situação de subordinação face ao homem. Por último, no que respeita às apropriações da imagem

¹⁷ As mulheres ciganas, continuando a citar a mesma autora, “aceitam ou parecem estar conformadas com as imagens que associam a comunidade a indicadores de pobreza e exclusão, mas recusam as imagens que agregam a exclusão social à delinquência generalizada” (Valdigem, 2006: 67).

da mulher idosa na ficção, observámos entre os grupos (...) que a imagem da avó Cármen constitui uma representação positiva e ideal da velhice, pelo facto de estar ligada à sapiência (Valdigem, 2006: 103).

Por fim, um último estudo analisa “a construção visual do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português, através da análise de conteúdo de sete peças de 2004 exibidas no *prime-time* de três canais abertos: RTP1, SIC e TVI” (Silva Filho, 2006: 131). Neste ano, o número de imigrantes brasileiros em Portugal aumentara consideravelmente, assim como a sua presença nos media. O autor afirma, citando um estudo anterior de Isabel Ferin, que “os temas mais recorrentes na representação dos imigrantes e das minorias étnicas residentes em Portugal são, por ordem decrescente: o Crime, a Integração, a Prostituição, a Legalização, a Violência e o Trabalho” (Silva Filho, 2006: 135). No presente estudo, o autor apresenta as seguintes conclusões:

A imagem da autoridade tem um estatuto elevado nas notícias que evidenciam crimes e contravenções praticados por imigrantes brasileiros. (...) Nas peças que envolvem crimes e contravenções, a imagem do homem brasileiro é mais poupada que a da mulher brasileira (...). Além de que, as peças femininas são mais exploradas, tanto em termos de cenários, como de ação e de enquadramento (...). Nota-se que os ilícitos supostamente praticados por homens brasileiros (falsificação de cartões e trabalho ilegal) resultam em ‘peças de gabinete’, onde os arguidos não aparecem. Já as contravenções imputadas às mulheres (prostituição e tráfico de drogas) resultam em construções valorizadas por imagens mais vibrantes e ‘de momento’, captadas nos locais dos acontecimentos, onde tende a haver um menor cuidado, ou esforço, na preservação da imagem dos envolvidos (Silva Filho, 2006: 156-157).

A explicação para esta realidade pode passar pela subordinação do jornalismo ao mercado: “de modo geral, essas particularidades representativas dos diferentes grupos contribuíram para o aumento das audiências dos telejornais assim que as peças foram para o ar” (Silva Filho, 2006: 159).

Num estudo mais recente, Myria Georgiou (2013) analisa a importância dos media para a representação e sentimento de pertença de grupos de diásporas, minorias importantes nos vários países europeus e que mantêm laços políticos e culturais além-fronteiras. Afirma que estes grupos usam os media de formas complexas e diversas, com o objetivo de atribuir sentido ao mundo à sua volta. Assim, a compreensão destas dinâmicas pode contribuir para tornar os media mais diversos e inclusivos. Georgiou estudou a diáspora árabe, através de grupos de foco realizados em Londres, Madrid e Nicósia, tendo em vista identificar desafios e oportunidades para a sua representação e expressão. Teve como ponto de partida um inquérito transnacional que confirmou que a maioria dos participantes (93% da amostra transnacional) recorriam a media europeus e árabes (Georgiou, 2013: 88). Consequentemente, verificou-se a existência de negociações constantes no seu quotidiano, relacionadas com a utilização dos media. Por um lado, devido à convivência entre as várias gerações, na família, e, por outro, devido

ao facto de os media se tornarem espaços onde os participantes são expostos a diferentes (e, por vezes, contraditórios) enquadramentos ideológicos, no que se refere às suas identidades políticas e culturais (ibidem). Como resultado, alguns participantes recorrem à televisão transnacional e à internet para se sentirem seguros e “em casa”, enquanto outros experimentam um “sentimento de alienação” relativamente à sociedade na qual vivem (Georgiou, 2013: 92-93). Com os dados obtidos, a autora traçou um mapeamento tridimensional dos media que reconhece as diferentes formas como as minorias os utilizam: “media para ver o próprio”, “media que ligam o ‘eu’ ao ‘nós’” e “media que ligam um grande ‘nós’ a um ‘nós’ minoritário e a um ‘eu’” (ibidem: 96-97)¹⁸.

Numa perspetiva mais quantitativa, o Ofcom (regulador britânico para o setor das comunicações) procurou, em 2015, conhecer a perceção dos telespetadores sobre a representação (frequência e quantidade) e o retrato (natureza/tom da representação) de diferentes grupos de pessoas no serviço público de televisão do país, através do *PSB Diversity Research Summary*. No que concerne à representação de grupos étnicos minoritários, 44% dos espetadores afirmaram ver pessoas de etnia negra pelo menos uma vez por dia na televisão (58% disseram, também, concordar com a frequência desta representação). No entanto, quando a pergunta foi feita aos espetadores pertencentes ao grupo étnico negro, o resultado foi diferente: 55% consideraram ter poucos representantes na televisão (Ofcom, 2015: 17). As respostas foram as seguintes: 32% das pessoas pertencentes a grupos étnicos negros sentiram que eram retratadas “negativamente” e 19% “muito negativamente”, valores bem diferentes dos obtidos quando a questão se dirigiu a todos os espetadores (14% e 2%, respetivamente). No que toca a pessoas com algum tipo de deficiência, apenas 14% dos espetadores afirma ver tal categoria diariamente (e 37% pelo menos uma vez por semana), opinião partilhada pelos espetadores que possuem alguma deficiência. Curiosamente, as opiniões dividem-se bastante sobre a justiça desta representação: 42% dos espetadores descrevem-na como “razoável”, enquanto 48% consideram haver poucas pessoas com alguma deficiência na televisão. Por outro lado, 36% dos espetadores afirmam que esta categoria é retratada de forma “positiva” e 7% entendem que é mostrada de forma “muito positiva” (Ofcom, 2015: 32).

Numa outra investigação, a partir dos relatórios anuais de 2013, 2014 e 2015 da União Europeia de Radiodifusão (EBU), Sara Seijo e Francisco Freire (2017) analisaram as parcelas de orçamento dedicadas à promoção da diversidade, as medidas de desenvolvimento tomadas e o tempo de programação que lhe foi conferido. A investigação centrou-se nos serviços de radiodifusão pública de vários países, entre os

¹⁸ No original: “*media for seeing the self*”, associada a media cuja língua é a da comunidade e que procura manter esses laços, sendo independente dos interesses e agenda dos media *mainstream*; “*media linking ‘I’ with ‘We’*”, para ligar indivíduos com backgrounds diferentes e promover a diversidade, desafiando barreiras criadas pelas comunidades; e “*media linking a big ‘We’ with a minority ‘We’ and with ‘I’*”, papel que é atribuído aos principais media nacionais (*mainstream*), enquanto agentes de inclusão e de combate a estereótipos.

quais Portugal. Os autores distinguem entre diversidade étnica (a qual se associam as questões culturais, linguísticas e sociais), diversidade funcional (ligada ao acesso à inclusão sociocultural de pessoas com necessidades especiais), diversidade cinematográfica, diversidade de género, diversidade geracional e diversidade profissional. Neste sentido, admitem que as emissoras de serviço público desenvolveram nos últimos anos políticas em prol desta diversidade mas defendem, contudo, que há ainda mudanças que precisam de ser feitas ao nível da programação.

Os dados da presente investigação permitiram constatar que, na sua maioria, a abrangência da diversidade se concentra em questões de património (80%), questões relacionadas com a diversidade funcional (76%), diversidade linguística ao nível nacional (68%), diversidade social (64%), diversidade geracional (60%), diversidade de género (60%) e, por último, diversidade étnica (60%). Por outro lado, e com menos abrangência, faltam desenvolver políticas e medidas de ação para a representação da diversidade profissional (40%), diversidade sexual (24%) e diversidade biológica (24%) (Seijo & Freire, 2017: 86-87). No que diz respeito ao serviço público português, os autores concluíram que a RTP cobre a diversidade cultural, funcional, étnica, biológica, social e de género. Com muito menos abrangência ficou a diversidade sexual, linguística, etária e profissional.

Ao nível da acessibilidade de conteúdos (diversidade funcional), os autores destacam a necessidade de existirem formas complementares de se obter informação. É neste sentido que surge o recurso a legendagem, tradução de língua gestual, áudio-descrição e melhorias na qualidade do som. Os resultados demonstram existir cada vez mais desenvolvimentos para a obtenção de bons níveis de acessibilidade, exemplo disso é a televisão pública da Noruega que criou um canal somente com conteúdos traduzidos para língua gestual. No caso da RTP, os dados da investigação comprovam que de 2013 para 2014 houve um aumento de 257 minutos de emissão legendada, bem como um crescimento no número de programas com recurso a língua gestual (cerca de 308 programas a mais de 2013 para 2014), já em relação à áudio-descrição a presente investigação demonstra que de 2013 para 2014 houve uma redução no número de horas com este recurso (cerca de sete), existindo, contudo, um aumento no número de programas com áudio-descrição.

Haver mais diversidade é sempre melhor?

A questão é colocada por Kari Karppinen (2007). O autor receia que a forma vaga como são definidos os conceitos de diversidade e pluralismo possa levar a que, na sua operacionalização, se caia na “armadilha do relativismo, da indiferença e da aceitação, sem questionar, de uma diferença orientada para o mercado e para o consumismo” (Karppinen, 2007: 12). Assim, o autor afirma que não é possível confundir “diversidade” com questões de possibilidade de escolha individual ligadas à economia e que a indeterminação no entendimento dos conceitos pode ter como propósito “encobrir

conflitos políticos e antagonismos relativamente à política para os media” (idem). Para além disso, Karppinen cita McLennan (1995) para expressar dúvidas sobre a perda ou não de qualidade dos programas transmitidos num ambiente diverso: “Haverá um ponto no qual diversidade saudável se transforma em dissonância não saudável? Pluralismo significa que vale tudo? E quais são os critérios exatos para parar a potencial multiplicação infinita de ideias válidas?” (Karppinen, 2007: 12).

Atendendo à não linearidade do conceito de diversidade, são vários os autores e entidades que sugerem medidas para promover a diversidade e para melhorar os estudos e políticas sobre a presente temática. O Ofcom (regulador britânico para o setor das comunicações) já apresentou o programa de diversidade e inclusão para o período 2018-2022. O documento contém três objetivos: construir uma equipa de trabalho diversa e inclusiva para refletir melhor a população do Reino Unido; assegurar que a diversidade e a inclusão são centrais nas práticas e cultura de trabalho, para que todos compreendam, apoiem e sejam responsáveis pela diversidade (objetivos enquanto entidade empregadora) e assegurar que os diferentes interesses e necessidades de todos os indivíduos são considerados aquando da realização do seu trabalho regulatório (objetivo enquanto entidade reguladora) (Ofcom, 2018: 3). São apresentadas, ainda, ações que têm em vista contribuir para o cumprimento das metas traçadas, das quais destacamos as seguintes: trabalhar para atrair colegas provenientes de grupos sub-representados; “empoderar” os colegas para que atinjam o sucesso; assegurar a existência de uma estrutura de pagamento transparente; reforçar a responsabilidade das chefias para que promovam uma cultura diversa e inclusiva; proteger consumidores vulneráveis; promover o acesso a tecnologia fácil de usar e a serviços audiovisuais; estabelecer condições para que a BBC represente e sirva as diversas comunidades de todas as nações e regiões do Reino Unido; verificar como é que o sistema do serviço público de radiodifusão reflete a diversidade no Reino Unido, ou seja, a sua identidade cultural, e representa pontos de vista alternativos; interagir com grupos de consumidores para entender as suas preocupações e interesses¹⁹. Numa perspetiva semelhante, e com o intuito de desenvolver o nível de acessibilidade de todos os cidadãos a todos os programas, Seijo e Freire (2017) recomendam às empresas de serviço público que mantenham um contacto ativo com diversas organizações de diversidade funcional e, ainda, a criação de departamentos dedicados à promoção e ao desenvolvimento da acessibilidade de conteúdos.

No que respeita a recomendações sobre estudos e políticas futuros, Georgiou (2013) enuncia alguns temas que, considera, devem ser tidos em conta quando o tópico abordado são as relações entre minorias e media: reconhecimento dos múltiplos

¹⁹ A mesma entidade elaborou um guia para a promoção de oportunidades iguais e de diversidade na indústria da radiodifusão, do qual destacamos a recomendação feita aos radiodifusores para que tenham uma declaração escrita da sua política que deve incluir: uma definição daquilo que a organização entende por oportunidades iguais; os objetivos da política da organização sobre oportunidades iguais e informação sobre o modo como tais objetivos serão cumpridos (Ofcom, 2017: 4).

espaços de pertença; compreensão sobre conexões transnacionais; ter em consideração as justaposições (e não apenas as hierarquias e relações lineares) da diferença em cidades cosmopolitas; e revisitação de sistemas de cidadania e pertença através do reconhecimento das suas complexidades (Georgiou, 2013: 95-96). Por fim, Philip M. Napoli et al. (2012) deixam considerações sobre as perguntas que devem ser respondidas em futuros estudos sobre diversidade no que concerne à informação (2012: 2). As questões prendem-se, por exemplo, com o conteúdo (quanto é produzido e quem produz o quê); com as redes de informação (como é que as notícias e a informação fluem; se os indivíduos, comunidades e agências de notícias produzem conteúdo original; quem consome informação e a que tipo de informação os consumidores prestam atenção); com a identificação das instituições envolvidas na produção de informação, onde se inclui a averiguação do papel desempenhado pelas redes sociais; com o acesso (quem tem acesso à informação, quem pode contribuir, que barreiras existem, qual é a velocidade a que o acesso é realizado e quais são as diferenças verificadas no mesmo entre vários grupos socioeconómicos da população); e com o envolvimento (quem tem capacidade de interagir com a informação, uma vez que a disponibilidade informacional e tecnológica não assegura a fluência mediática necessária para participar num ecossistema mediático com dois sentidos). Os autores recomendam, ainda, que os futuros estudos sejam realizados a nível local, incluindo formas de comunicação “micro, meso e institucionais (macro)” e atendendo aos contextos primários nos quais os cidadãos recebem informação sobre política, eventos do dia-a-dia, assuntos comunitários e catástrofes naturais.

Conclusão

A primeira conclusão que se pode retirar desta atualização do estado da arte é que o presente projeto surge num contexto em que a diversidade é um tema sobre o qual há diversas interpretações, por vezes contraditórias, pelo que se revela necessário continuar a aprofundar a discussão para que os *media* em geral, e a televisão pública em particular, se transformem em espaços diversos e inclusivos, capazes de responder aos desafios de um mundo globalizado e em constante mudança. Os estudos aqui analisados revelam-se esporádicos e mostram que as políticas e objetivos pensados no papel nem sempre são assumidos na prática e visíveis no dia-a-dia da produção mediática. De uma forma genérica, podemos considerar que há diversidade num serviço público de televisão quando os vários grupos da população estão representados, quer no ecrã, quer nos recursos humanos, quer ainda no que respeita à tomada de decisões, sem a presença de estereótipos, e quando há uma orientação clara no sentido de promover o interesse público e a divulgação cultural, através de uma diversificação temática e ao nível dos programas e géneros televisivos escolhidos.

Para além dos estudos já mencionados, também a revista *Media & Jornalismo* teve um número dedicado ao tema em análise: “Media e Diversidade” (nº 31, vol. 17, nº 2 – 2017), enquadrado no projeto de investigação em curso sobre a diversidade. Nos

onze artigos que a compõem encontramos informações e dados que reafirmam a importância de estudar e promover a diversidade em contexto nacional e internacional. Carla Baptista e Marisa Torres da Silva concluem que ainda há muito trabalho a fazer no âmbito das políticas de diversidade para os media e da inclusão social em Portugal, nomeadamente em áreas como o acesso aos media por parte de minorias e mulheres e a promoção de literacia mediática. Assim, embora o acesso aos media esteja por parte de minorias esteja legalmente salvaguardado e surja expresso em vários documentos, as autoras afirmam a necessidade de haver mais programação destinada a promover a diversidade cultural. Sugerem, ainda, um reforço da investigação académica centrada em media e minorias, com o propósito de criar instrumentos para pensar criticamente sobre a representação de grupos minoritários nos media, assim como a continuação da missão de atingir igualdade de género nos media, onde os homens ainda dominam as posições de liderança nas organizações mediáticas e nas notícias (Baptista & Silva, 2017: 25). As autoras citam o relatório anual da ERC (2016) onde a entidade reguladora afirma que, na RTP1, houve apenas três programas destinados especificamente à promoção da diversidade cultural de grupos minoritários, o que representa um decréscimo considerável relativamente ao ano anterior onde tinha havido oito programas deste teor. Relativamente à RTP2 é possível afirmar que se trata do canal generalista que ofereceu mais conteúdos diversos: nove programas, ou seja, 80,4% da emissão diversificada registada nos quatro canais e 74,3% das horas totais de emissão deste tipo de conteúdo. No entanto, as autoras salientam que tais dados não levam em consideração o facto de os programas serem religiosos, de informação cultural ou educativos, contando todos para a mesma estatística. Uma outra nota deixada pelas autoras sobre os dados apresentados é a ausência de uma categoria para classificar a presença de minorias étnicas (ou outras) como protagonistas de notícias, fontes de informação ou tema tratado (Baptista & Silva, 2017: 22-23).

Francisco Rui Cádima, procurou fazer um ponto de situação relativamente à regulação dos conteúdos de media no caso português, em particular sobre o modo como a questão da diversidade, no contexto do Serviço Público de Televisão (SPT), tem sido monitorizada em Portugal, refere o mesmo relatório da ERC, ao qual tece algumas críticas relativas à metodologia adotada e à insuficiência do conceito de diversidade adotado. A contagem puramente quantitativa dos géneros televisivos a que pertencem os programas não permite, de acordo com o autor, “a plena identificação e especificidade, em matéria de diversidade, dos conteúdos propriamente ditos” (Cádima, 2017: 38). Tal análise leva a ERC a afirmar que, em 2015, “a RTP1 cumpre as obrigações de diversidade que lhe são impostas (...) nomeadamente por se verificar que as suas grelhas anuais de programação contemplam conteúdos pertencentes aos sete macrogéneros em análise, subdivididos em 33 géneros televisivos de entre os 39 considerados” (ERC, 2016: 12). Contudo, para Cádima, esta metodologia não pode ir “verdadeiramente ao âmago da questão” pelo que se justifica a análise que está a ser

realizada no âmbito do projeto em curso, com outro tipo de abordagem ao conceito de diversidade, a qual contempla diferentes dimensões do problema:

Importaria aqui que a ERC densificasse o conceito e procedesse a uma análise complementar de conteúdo, com uma avaliação essencialmente quantitativa, procurando abarcar as múltiplas dimensões do conceito, a saber, nomeadamente: a diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, o multiculturalismo; a pluralidade das expressões e vozes. As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação. Conteúdos e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento. Proteção do património e da cultura nacional/local. E por fim a questão da diversidade de géneros de programação televisiva (Cádima, 2017: 39).

Os restantes artigos do número referido da revista *Media & Jornalismo* apresentam, igualmente, o estado da arte da questão ou análises específicas aplicadas a um caso concreto. Para o âmbito desta atualização do estado da arte sobre a diversidade importa referir alguns dos que ilustram as várias vertentes do conceito. Patrícia Ascensão apresenta reflexões em torno da forma como a informação regional é tratada no serviço público de televisão nacional. A autora afirma que, embora com limitações, é necessário destacar o seu papel, já que o serviço público nacional “continua a ser pioneiro neste domínio e tem mostrado vontade e tomado medidas que procuram uma informação geograficamente descentralizada” (Ascensão, 2017: 51). E acrescenta que tal missão tem vindo a ser desenvolvida, quer em programas que se dedicam exclusivamente à informação regional, quer em programas generalistas que a incluem. Luís Bonixe analisa duas experiências de rádio com tradução (online) para Língua Gestual Portuguesa. Embora considere que foram experiências positivas para a promoção da inclusão da população surda, lamenta o facto de se terem tratado de experiências que tiveram o seu momento ancorado a iniciativas concretas e datadas e que, por isso, não se repetiram. Para o autor, “um elemento importante e a explorar no futuro será, seguramente, uma avaliação que deverá ser feita junto da comunidade surda, no sentido de se perceber com maior rigor, qual a perceção que possuem e a utilidade para o seu quotidiano de projetos como estes (...)” (Bonixe, 2017: 71).

Mesmo perante um campo de investigação tão vasto, é ainda possível sugerir novas perspetivas de investigação proporcionadas pelos desafios do mundo atual já que “vivemos numa era estranha em que, paradoxalmente, o crescimento exponencial de meios de comunicação – sobretudo digital – e de outras fontes de informação, tem, no reverso da medalha, problemas novos de grande complexidade e com impactos sociais significativos, nomeadamente em matéria de desinformação, ‘factos alternativos’ e notícias falsas, agravando as questões estruturantes relativas ao campo dos media e dos novos media – a “velha” diversidade, o pluralismo e a liberdade de expressão, que agora reaparecem reciclados ou enviesados através de novos formatos” (Cádima & Silva, 2017: 5). Consideramos, então, que promover diversidade e literacia mediática (também ao nível dos recursos humanos das organizações mediáticas) pode

ajudar a obter representações justas, nomeadamente de refugiados e migrantes²⁰, assim como ferramentas para que os cidadãos mais facilmente possam identificar e combater problemas como a disseminação de notícias falsas, por exemplo. Por fim, também os algoritmos constituem um desafio para a investigação que vise promover um ambiente mediático diverso. Nesse sentido, Cádima afirma que “estamos a entrar agora numa complexa era em que os algoritmos assumem o comando. O autor considera que “os novos ‘gatekeepers’ ou ‘bots’, robots, hoje não olham à diversidade ou à diferenciação das vozes, preferem antes a ‘economia dos clicks’, ou a organização da informação segundo o princípio do ‘the winner takes it all’, ou seja, colocando no ranking dos motores de busca as ‘histórias’ com mais ‘clicks’, mais comentadas ou partilhadas” (Cádima, 2017: 30).

Assim, assumida a importância dos media para a formação da opinião pública e de um imaginário coletivo no que respeita à representação de vários grupos da sociedade, conforme foi tornado explícito ao longo do texto, e atendendo à força da televisão como captadora de audiências em Portugal e à missão de serviço público atribuída à RTP, consideramos fundamental insistir na promoção de políticas que tornem a RTP1 e a RTP2 mais diversas e inclusivas, considerando, no entanto, uma definição muito mais ampla de “diversidade” capaz de dar resposta às várias dimensões que uma questão tão complexa implica.

Referências

ASCENSÃO, Patrícia. (2017). Serviço Público e Regiões: Reflexões em Torno da Informação de Âmbito Regional. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp.43-58.

BAPTISTA, Carla & SILVA, Marisa Torres da. (2017). Media Diversity in Portugal: Political Framework and Current Challenges. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp.11-28.

BONIXE, Luís. (2017). Rádio e Inclusão: Uma Análise de Experiências de Rádio para Surdos em Portugal. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp.59-72.

CÁDIMA, Francisco Rui. (2017). Diversidade e Serviço Público de Televisão no Contexto Regulatório Português. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp. 29-42.

COSTA e Silva, Elsa. (2008). Concentração: debate em torno do pluralismo e da diversidade in Actas do 5º Congresso da SOPCOM. Disponível em:

²⁰ No sétimo artigo Marina Lisboa Empinotti analisa precisamente a representação dos refugiados nas fotografias que acompanham matérias online no Público durante a primeira metade de outubro de 2015. A autora considera que o estudo das 13 imagens mostra que há uma recorrente representação dos refugiados como grupos, e não indivíduos, nómadas, em situação de risco e subordinação.

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/view/61/62>. [Acedido a 30/07/2018].

COSTA, Elsa. (2013). Regulando pluralismo e diversidade em Portugal: uma equação sem cidadãos. *Observatório (OBS*) Journal*, 7 (nº1), pp.101–117. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15847/obsOBS712013643>. [Acedido a 27/06/2018].

EMPINOTTI, Marina Lisboa. (2017). Discriminação no Discurso: Análise da Representação de Refugiados no Público através da Gramática Visual de Kress e Van Leeuwen. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp. 95-116.

ERC (2016). Relatório de Regulação, Vol 1 e 2. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2015>. [Acedido a 14/09/2018].

FERIN, Isabel (coord.). (2006). *A Televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*, Books on Demand.

FREEDMAN, Des. (2011). Promoting Diversity and Pluralism in Contemporary Communication Policies in the United States and the United Kingdom. *International Journal on Media Management*, 1277, pp.16–23. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14241277.2005.9669413>. [Acedido a 29/06/2018].

GEORGIU, Myria. (2014). Diaspora in the Digital Era: Minorities and Media Representation. *Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*, 12(4), pp.80–99. Disponível em: <http://www.ecmi.de/fileadmin/downloads/publications/JEMIE/2013/Georgiou.pdf>. [Acedido a 29/06/2018].

HORSTI, K. & HULTÉN, G. (2011). Directing diversity: Managing cultural diversity media policies in Finnish and Swedish public service broadcasting. *International journal of Cultural studies*, 14(2), pp.209–227. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1367877910382180>. [Acedido a 29/06/2018].

HORSTI, Karina. HULTÉN, Gunilla. (2014). *National Conversations: Public Service Media and Cultural Diversity in Europe*, Intellect Ltd. Disponível em: <http://events.ims.su.se/documents/13728/download>. [Acedido a 27/06/2018].

IRION, K. & VALCKE, P. (2014). Cultural diversity in the digital age: EU competences, policies and regulations for diverse audiovisual and online content. In *Cultural Governance and the European Union Protecting and Promoting Cultural Diversity in Europe*. pp. 1–15.

KARPPINEN, Kari. (2007). Making a difference to media pluralism: a critique of the pluralistic consensus in European media policy. In *Reclaiming the Media: Communication Rights and Democratic Media Roles*. pp. 9–30.

KARPPINEN, Kari. (2009). Rethinking media pluralism and communicative abundance. *Observatorio (OBS*) Journal*, 11, pp.151–169.

MALIK, Sarita. (2013). “Creative Diversity”: UK Public Service Broadcasting After Multiculturalism, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15405702.2013.810081>. [Acedido a

29/06/2018].

MARTÍN-BARBERO, Jesús. (2014). *Diversidade em convergência*, São Paulo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p15-33>. [Acedido a 30/06/2018].

NAPOLI, Philip M. et al. (2012). Understanding Media Diversity Using Media Ecosystem Analysis: A review of the field and recommendations for a way forward. *New America Foundation*, pp.1–28.

NAPOLI, Philip.M. (2015). Assessing Media Diversity in the U.S. : A Comparative Analysis of the FCC's Diversity Index and the EU ' s Media Pluralism Monitor. In *Media Pluralism and Diversity: Concepts, Risks and Global Trends*. London: Palgrave Macmillan, pp. 141–151. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137304308_8. [Acedido a 29/06/2018].

OFCOM. (2015). *PSB Diversity Research Summary*, Disponível em: https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0023/59333/psb_diversity_report.pdf. [Acedido a 27/06/2018].

OFCOM. (2017). *Guidance : Diversity in Broadcasting - Arrangements for the promotion of equal opportunities in the broadcast industry*, Disponível em: http://businessdocbox.com/Human_Resources/77548205-Guidance-diversity-in-broadcasting-arrangements-for-the-promotion-of-equal-opportunities-in-the-broadcast-industry.html. [Acedido a 30/06/2018].

OFCOM. (2018). *Ofcom ' s diversity and inclusion programme 2018-2022*, London. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/consultations-and-statements/category-3/diversity-inclusion-programme-2018-2022>. [Acedido a 30/06/2018].

PINTO, David et al. (2017). Novos Usos e Desafios para os Videojogos: Streaming, Questões de Género e Assédio Online. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp. 165-176.

SIAPER, Eugenia. (2010). (Re)thinking Cultural Diversity and the Media. In *Cultural Diversity and Global Media: The Mediation of Difference*. West Sussex: John Wiley & Sons, pp. 1–7.

SOUZA, Humberto & VECCHIO-LIMA, Myrian Del. (2017). Espaços Alternativos na Internet como formas de Visibilizar as Mulheres no Jornalismo Brasileiro. *Revista Media e Jornalismo*, Nº 31 Vol. 17, Nº2 – 2017, pp.131-152.

UNESCO. (2011). *The Cultural Diversity Lens: A practical tool to integrate culture in development - Pedagogical guide*.

VALCKE, P., PICARD, R.G. & SÜKÖSD, M. (2015). A Global Perspective on Media Pluralism and Diversity: Introduction. In *Media Pluralism and Diversity*. London: Palgrave Macmillan, pp. 1–17.

2.2 O caso português – questões sobre diversidade e pluralismo

2.2.1 A RTP – enquadramento histórico

1. Introdução

O presente enquadramento pretende tratar o tema da televisão em Portugal desde a sua origem, focando genericamente a relação entre os conteúdos transmitidos pela RTP e a evolução da sociedade portuguesa no período mencionado. Temos entre os principais objetivos responder às seguintes perguntas: como era selecionada a informação que chegava ao público durante o Estado Novo? De que forma a liberdade de expressão mudou a RTP nos anos que se seguiram à revolução? O que mudou e o que se manteve na RTP nos últimos anos? Como é que a sociedade condicionou todas essas transformações? Inversamente, o que mudou na sociedade portuguesa com a progressiva abertura da RTP a novas ideias e formatos?

Escolhemos investigar a problemática referida porque acreditamos que é relevante para conhecer a sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que permite compreender a história deste meio de comunicação no nosso país, tão importante para conhecer o universo dos média de uma forma mais geral, e também por a história recente de Portugal ser um tema que interessa particularmente no contexto desta investigação. A televisão permitiu documentar com eficácia as transformações que ocorreram em Portugal num passado recente: assistiu a um regime ditatorial com dois “líderes” (Salazar e Caetano), assistiu a uma revolução (25 de Abril), assistiu à divisão ideológica da sociedade que se seguiu (oscilando inclusive entre a extrema esquerda e a extrema direita), assistiu ao estabelecimento da democracia e à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (o que corresponde à completa abertura do nosso país a influências estrangeiras) e assistiu ao surgimento dos canais privados (SIC e TVI) e da Internet. Durante todo este tempo, desde 1957, a RTP captou as imagens, o som, os pensamentos, que todos estes acontecimentos suscitaram na população portuguesa, procurando adaptar-se a todos os novos desafios e realidades deste mundo em constante mudança.

É neste rico contexto histórico, político e social que pretendemos estudar as transformações sofridas pela RTP e as transformações para que a RTP contribuiu pois temos como hipótese inicial que existe uma relação entre a sociedade e os seus meios de comunicação social de massas, principalmente a televisão, por ter um público abrangente e ser um forte contributo para a formação da opinião pública (embora a internet ponha este quase monopólio em risco). Pretendemos, pois, dar algum destaque aos temas que, à partida, nos parecem que sofreram mais transformações na forma como foram abordados ao longo do tempo: a política e o entretenimento, embora não esqueçamos temas como a cultura e a informação em geral.

2. Revisão de literatura

Com este ponto, pretendemos explicitar a fundamentação teórica da qual partimos, assim como definir a abordagem que a realizar sobre este tema tão importante e tão estudado por diversos autores. Durante a pesquisa verificámos que a maioria dos estudos sobre este tema compreende um período de tempo mais curto ou uma temática menos abrangente ou uma abordagem cronológica sem referir exemplos e consequências práticas. Desta forma, o que nos propomos fazer é traçar a evolução dos conteúdos e formatos privilegiados pela RTP ao longo do tempo, mas pondo ênfase em programas particulares por serem exemplos claros das mudanças sociais e políticas que ocorreram no país e, simultaneamente, potenciadores dessas mudanças. Não pretendemos, portanto, traçar apenas uma cronologia da história da RTP nem centrar-nos num período ou programa específico. Tudo isso já foi realizado (e bem) na bibliografia a que recorreremos para planear e elaborar este trabalho. O objetivo é, assim, exemplificar essas mudanças (como a importância dada à política, o teor das notícias, o impacto dos canais privados na programação da RTP, etc.) de forma a podermos concluir sobre a sua ligação com a sociedade portuguesa.

Passando para um plano mais concreto, fazemos agora um ponto de situação sobre a informação já existente de que partimos para os estudos de caso (apenas algumas referências pois recorreremos a uma bibliografia extensa): Francisco Rui Cádima será um dos autores cuja obra é relevante para este trabalho, principalmente sobre as representações da ditadura portuguesa na televisão, dado ter referências bastante completas sobre exemplos da forma como ambos os ditadores aproveitaram a exposição televisiva no seu livro *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (1996). O museu virtual da RTP contém conteúdos transmitidos pela estação desde o início das emissões, pelo que foi um instrumento muito útil para escolher quais os programas a analisar. Sobre os restantes temas, encontrámos vários artigos e estudos bastante completos principalmente através da biblioteca on-line de ciências da comunicação, destacando-se Isabel Ferin Cunha pela sua pertinência para este estudo, dando conta de um exemplo concreto de um novo formato na televisão portuguesa (a telenovela), enquanto outros autores estudam os efeitos do surgimento dos canais privados e consequentes desafios para a RTP.

3. Metodologia

Perante uma bibliografia tão vasta, temos como objetivo mobilizar conhecimentos já existentes para refletir sobre a ligação entre a história da RTP e a sociedade portuguesa, tratando, por isso, de um problema específico, e utilizando um período de tempo abrangente que permite fazer comparações para tirar algumas conclusões importantes para a investigação no seu conjunto.

De acordo com as classificações descritas por Silva e Menezes (2005: 20), consideramos esta investigação, especificamente do ponto de vista da abordagem do problema, uma análise qualitativa (trata-se de uma análise descritiva, não traduzível em números ou estatísticas, focada no processo de interação entre a programação televisiva e a sociedade e seu significado); do ponto de vista dos seus objetivos, uma pesquisa exploratória (visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito e construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; análise de exemplos que estimulem a compreensão); do ponto de vista dos procedimentos técnicos, uma pesquisa sobre o estado da arte, bibliográfica (elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de revistas científicas e material disponibilizado na internet) e um estudo de caso (envolve o estudo mais exaustivo de poucos objetos – os exemplos de programas e temas – para cada capítulo de maneira a permitir o seu conhecimento detalhado). Utilizaremos ainda metodologias do âmbito da fenomenologia (preocupa-se com a descrição direta da experiência como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado).

Investigaremos o período histórico desde 1957, alguns dos aspetos mais salientes da programação da RTP ao longo período e também analisaremos algumas das consequências para a formação da opinião pública portuguesa. Como exemplos concretos, escolhemos alguns programas transmitidos pela televisão pública, selecionados por terem sido marcantes de alguma forma, por constituírem uma rutura com os formatos e temas considerados até ao momento ou por representarem uma característica vincada da sociedade aquando da sua exibição (ex. o debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal surge num momento de uma certa “overdose” de discussões políticas, devido à instabilidade política e social que caracterizou o pós 25 de Abril), pelo que se trata de um universo reduzido mas diversificado e ancorado no respetivo contexto político-social.

4. A RTP no Estado-Novo (1957-1974)

Foi no dia 7 de março de 1957 que tiveram início as emissões televisivas regulares da RTP, em pleno Estado Novo. Foi Marcello Caetano (nesse ano Ministro da Presidência) um dos seus principais impulsionadores, ainda no auge do poder de Salazar como Chefe do Governo. Primeiro ao tempo de Salazar e mais tarde com Marcello Caetano, a RTP foi sempre, juntamente com a imprensa oficial e com a Emissora Nacional, o principal porta-voz da política do Estado Novo (Cádima, 2002). Nessa medida, enquanto modelo protocolar e instrumento de propaganda, a televisão foi, necessariamente, a par do sistema repressivo policial e do sistema censório, um dos elos fundamentais do campo comunicacional do sistema monopartidário, campo esse também historicamente responsável pela manutenção de um regime político cujo fim se anuncia a 25 de Abril de 1974, ao fim de 48 anos de ditadura (ibidem).

4.1 Ao tempo de Salazar (1957-1968)

O primeiro passo para compreender a evolução da televisão é estudar o papel que a RTP exerceu no seu início: um novo meio de comunicação que prometia fazer chegar a muitas pessoas as imagens e ideias que o regime pretendia veicular, assumindo-se como mais uma forma de controlar a opinião pública. Mesmo um pouco antes das emissões regulares, existiram emissões experimentais: temos como exemplo, a cobertura exaustiva da visita da Rainha Isabel II de Inglaterra a Portugal (a partir de 17 de fevereiro), o primeiro grande esforço para cobrir um acontecimento importante e um impulso para o início das emissões regulares (não nos podemos esquecer que, nesta altura, Portugal era já um dos poucos regimes ditatoriais da Europa e crescia o isolamento internacional principalmente por causa da recusa do nosso país em conceder a independência às colónias, daí a importância de destacar o contacto de uma importante figura estrangeira com o nosso país, numa ação de propaganda interna).

Todavia, não era assim que Salazar via a televisão. O ditador considerava a imprensa um meio de comunicação mais importante do que esta e, mesmo assim, nenhum deles era visto por Salazar como importante para a política ou para a propaganda da ideologia do regime e do líder, pelo que não era uma presença assídua na televisão, vendo-a com alguma desconfiança. Assim, era Marcello Caetano quem mais aparecia diante da audiência (ainda reduzida porque só ao longo da década de 60, a RTP passou a atingir a maior parte do território continental português), perante as fobias retrógradas de Salazar relativamente as máquinas em geral (cinema, televisão, aviões, etc.), e o facto de este ser um orador que não reconhecia as potencialidades da televisão ou tinha aversão a ela (Cádima, 1996: 36). Como não podia deixar de ser, este facto vai ter consequências na forma como os temas e formatos a privilegiar serão escolhidos, assim como na disponibilidade de Salazar para falar ao país e na forma como a população via o regime e a figura do seu líder. No início a televisão não explorava a imagem, era uma espécie de cópia da rádio com a diferença de que o público via o locutor (o pivô “debitava” notícias em curtos noticiários e não havia um investimento sério na televisão). Segundo Cádima (1996: 44-45):

“A informação televisiva era neste arranque um meio claramente oficial, inundado por telegramas governamentais, agendas de ministros, protocolo de Estado, etc. Esse ano de 1957, de início das emissões regulares, «ficou marcado essencialmente por uma quase ausência física do ditador do écran e por um ostensivo alheamento do media como instrumento específico da sua ação política enquanto figura pública, delegando a imagem do poder em terceiros, nomeadamente confiando ao aparelho de controle e de produção da informação televisiva, a tarefa burocrática de divulgar prioritária e hierarquicamente, e manter incólume, a ação governativa.” (p.44-45)

A censura estava sempre presente e dominavam os pseudo-acontecimentos, criados pelo poder para que fosse divulgada apenas a informação que estava preparada e nada sobre a oposição ao regime ou o que se passava no interior do Governo. Sobre os temas escolhidos, além da política (de forma protocolar e oficiosa como já referi), era importante o desporto e o fait-divers, sendo ainda veiculada alguma informação proveniente de agências noticiosas estrangeiras, após uma rigorosa análise e, se necessário, censura.

4.2 A campanha para as eleições presidenciais e resultados (1958)

O primeiro grande teste a que a oposição submeteu o regime aconteceu em 1958 quando, pela primeira vez desde o início do Estado Novo, um candidato da oposição não desistiu de ir às urnas para as eleições presidenciais, contra o candidato do regime. Trata-se de Humberto Delgado que, apesar de toda a censura, conseguiu realizar a sua campanha eleitoral e mobilizar a opinião pública em torno da sua candidatura, originando grandes manifestações espontâneas de apoio, dispersas pela PIDE e propositadamente ignoradas pela televisão. Nas palavras de Salazar, Delgado era “um génio da agitação” e, em apenas um dia, tornou-se um fenómeno de popularidade com a sua resposta à pergunta sobre qual seria o destino que daria a Salazar caso fosse eleito (“Obviamente, demito-o!”).

Contudo, não foi esta concentração popular em torno do general por parte de todos aqueles que estavam descontentes com o regime que passou na televisão, evidenciando o que temos vindo a afirmar: o papel da RTP como instrumento do regime para manipular a opinião pública. De facto, o modo como a campanha eleitoral e os seus resultados foram representados na televisão, é um exemplo flagrante da sua instrumentalização por parte do poder instituído (posteriormente também o tema do assassinato do general e da sua secretária em Espanha será um bom exemplo mas pretendemos focar-nos apenas no ano de 1958, correspondente às eleições até ao início do longo silêncio a que a televisão remeteu esta temática, apenas quebrado com a descoberta do crime). Apresentamos, em seguida, um conjunto de notícias e abordagens veiculadas ao longo desse ano pela RTP sobre as eleições, onde se percebe as características das emissões televisivas já referidas, uma vez que o que se passou neste caso permite concluir sobre a generalização das práticas televisivas ao longo do tempo em que Salazar esteve no poder (também Marcello Caetano defende muitos aspetos de continuidade mas isso será o tema do próximo ponto). Para esta seleção recorreremos ao trabalho de Cádima (1995) sobre o tema.

As notícias referentes à campanha eleitoral de Delgado não passaram de breves “referências”, tratando-se de textos de agenda, dando conta da entrega do processo de formalização de candidatura no Supremo Tribunal de Justiça, do encontro de Delgado com o ministro do Interior, do calendário das sessões e do anúncio dos encontros com a imprensa (p.17). No dia 11 de maio, após Delgado ter defendido a sua

posição publicamente, a televisão divulgou apenas a existência de “manifestações de desagravo”, nomeadamente por parte das Forças Armadas, pelas afirmações que o candidato referiu de “forma considerada depreciativa à figura e à obra do Prof. Oliveira Salazar” (p.17), o que continuou a fazer nos dias seguintes. Sobre o comício de Delgado em Lisboa (17 de maio de 1958), as únicas notícias transmitidas pela RTP foram duas notas oficiais do Ministério do Interior, onde era afirmado, em suma, que o general pretendia apenas perturbar a ordem pública e provocar distúrbios nas ruas, avisando que a PIDE seria severa na repressão dessas tentativas de destabilização da ordem estabelecida (manifestações), falando em incidentes graves com o objetivo de provocar um “ambiente emocional propício a atos de caráter subversivo” (p.18).

Estas duas notas encerraram, na prática, a campanha eleitoral na televisão – “sem ter sido transmitida uma única imagem dos acontecimentos que envolveram Delgado” (p.18). Todavia, ainda antes da realização das eleições (31 de maio de 1958), Salazar surge no pequeno ecrã, “qual sombra providencial e tutelar” (p.18) para encerrar a campanha, e mostra-se abertamente contra “a política dos partidos”, dizendo que “às vãs promessas eleitorais opomos as realidades sociais alcançadas pelo regime” (p.18). Antes do silêncio absoluto sobre Delgado que se seguiu, houve ainda oportunidade para, no dia das eleições (8 de junho), este reclamar sobre a “farsa eleitoral”, surgindo uma terceira nota do Ministério do Interior que, em jeito de conclusão sobre o assunto, nega todas as acusações, e para ser divulgada uma brevíssima nota no “Noticiário” de 11 de junho de 1958, onde é dito que fora retirada a Delgado, a Direção-Geral da Aeronáutica Civil.

Oficialmente, as eleições terminaram com a vitória expressiva de Américo Tomás. Salazar fez então um discurso na televisão (2 de julho), na qualidade de presidente da Comissão Central, “para agradecer” a vitória do “seu” candidato, lembrando que existiam duas opções: “uma que pode exprimir-se por completar, renovar, prosseguir” (referindo-se ao regime vigente) e a outra que seria o “regime partidário”. Afirma, então, que de “todas as experiências políticas em que fomos fecundos, a dos últimos 30 anos constituiu sem sombra de dúvida a que melhor se ajusta ao nosso modo de ser” (p.16). Cádima considera este discurso essencial, por partir de um líder político que sempre se caracterizou por estar “mergulhado na zona de sombra do protagonismo político e mediático” (p.16), e que acabava de ser confrontado com um opositor que revelou rapidamente ser um fenómeno de popularidade que teria ganho as eleições se não tivesse havido fraude eleitoral. No entanto, o silêncio sobre o apoio popular a Humberto Delgado abriu caminho à atuação da PIDE e da censura para encerrarem, de vez, o assunto (até 1965).

4.3 Ao tempo de Marcello Caetano (1968-1974)

Como ficou claro, a presença de Marcello Caetano na televisão era já frequente durante alguns anos do Governo de Salazar e, portanto, pouco mudou nas suas

intervenções no ano em que foi nomeado Presidente do Conselho. A principal diferença foi que este passou a aparecer publicamente como o responsável do Governo, em vez de apenas um ministro (até ter deixado o Governo). Todavia, Caetano tinha ideias muito diferentes de Salazar sobre a forma como a televisão deveria ser aproveitada pelo regime para fins propagandísticos e de comunicação com as massas, essencial, do seu ponto de vista, para manter a opinião pública controlada e pôde pô-las em prática com esta sua ascensão, em 1968 (depois da famosa queda de Salazar da sua cadeira). Tornando explícitas as intenções de Caetano, Ramiro Valadão, diretor da RTP durante o período Marcelista, afirma: “A televisão (...) foi explicitamente para Marcello Caetano o que o Secretariado da Propaganda Nacional (...) havia sido em tempos para Salazar – um instrumento” (Cádima, 2010: 63).

Nesse sentido, Caetano trouxe mudanças na instrumentalização da RTP: ficaram célebres os programas de “Conversas” protagonizados pelo próprio presidente do Conselho (dos quais falaremos em seguida), bem como os editoriais agressivos (contra a oposição, contra os movimentos anti-colonialistas, contra os países que apoiavam esses movimentos...) que passaram a marcar os telejornais (Sousa, 2008: 74). Assim, toda a sua estratégia foi invertida: os editoriais passam a ser redigidos com o enfoque na terceira pessoa, nas suas atividades e na sua agenda política, no seu pensamento, nas entrevistas que dá, nos livros que publica, nos factos políticos que cria, ou até na recorrência à própria RTP para melhor chegar aos portugueses, cumprindo assim, aliás, o desiderato que havia imputado ao meio, essa espécie de prótese instrumental do novo poder. Quando a informação diária se mostrava insuficiente para promover a rotina do líder, recorria-se a edições especiais ou repetições (Cádima, 2010). Com acesso a um segundo canal, também nesse ano a RTP passa a disponibilizar mais horas de programação, com mais variedade temática, e adota claramente uma nova estratégia de relacionamento com uma crescente audiência. A programação aparenta refletir um ligeiro abrandamento no controlo estatal (foi possível, por exemplo, assistir a peças de teatro de Garcia Llorca). Coexiste uma programação mais “aberta” com uma informação muito controlada que “teria como objetivo supremo (porventura tão ingénuo como absurdo) aumentar a proximidade entre governantes e governados, como tão exemplarmente demonstrou o próprio presidente do Conselho com as suas ‘Conversas em Família’ (Cádima, 1996: 201-333).

4.3.1. Conversas em Família

Tratava-se de um espaço televisivo no qual Marcello Caetano procurava comunicar diretamente com os portugueses, falando de forma “aberta” e “informal” sobre alguns temas importantes para o país (o que seria impensável para Salazar). O seu início é impulsionado pela incapacidade de Salazar para continuar no poder (caiu a 7 de setembro de 1968) e numa altura em que o telejornal abria sempre com uma atualização do estado clínico do ditador e votos de esperança na sua convalescença.

Perante o agravamento do estado de saúde de Salazar é anunciada no telejornal (26 de setembro de 1968) a nomeação de Marcello Caetano para Presidente do Conselho. É assim que, a 8 de janeiro de 1969, Henrique Mendes anuncia o início desta “série de comunicações nas quais [Marcello Caetano] tratará alguns dos problemas do Governo” (Cádima, 1996: 213), logo a abrir o TJ (após a leitura do boletim clínico de Salazar). Fazendo uso do seu saber comunicacional e ocultando o caráter instrumental e manipulador desta sua iniciativa, Caetano apresenta o novo “programa” desta forma: “Pareceu-me conveniente que, sobretudo no período que estamos a viver, houvesse possibilidade de contactos frequentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses (...). Os atuais meios de comunicação permitem conversar diretamente com as pessoas, sem formalismo, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário. É esta conversa em família que vou tentar estabelecer de vez em quando através da rádio e televisão” (idem: 213).

Fizemos uma seleção de algumas Conversas para perceber quais os temas abordados por Caetano e as reações suscitadas nos editoriais dos telejornais sobre as mesmas. A segunda palestra aconteceu a 10 de fevereiro de 1969 e foi noticiada na antevéspera e na véspera com destaque, sendo depois transmitido também o essencial da palestra mais uma vez: Caetano falava das “dificuldades de governar” e do instinto fatal de conservação do país, preparando e realizando reformas, prevenindo e combatendo a subversão” (ibidem: 214). Não podíamos deixar de referir o filme que a RTP transmitiu no dia 28 de abril para comemorar o aniversário da entrada de Salazar para o Governo e enaltecer a presença do “grande líder” mas que acabou por provocar reações contraditórias e demonstrar as divisões existentes dentro do governo entre salazaristas e marcelistas, devido ao estado deplorável de Salazar que impressionou todos e fez muitos lamentar a transmissão do filme na televisão. Mário Soares exprimiu-se assim sobre este documento: “(...) Até que Caetano o apresentou na televisão, espécie de cadáver empalhado, a soletrar uns agradecimentos de circunstância. Então acabou-se o ‘mito’” (Cádima, 1996: 219). Enfatizando o caráter marcadamente oficial da informação televisiva, é também significativo o facto de, no dia 20 de julho de 1969, quando ocorreu o momento histórico dos primeiros passos do homem na Lua, o telejornal ter privilegiado, como primeira notícia da noite, mais uma das visitas do Presidente da República.

Caetano procurou manter uma distância temporal entre as Conversas de mais ou menos um mês, ao longo dos seus anos de Governo. A 17 de dezembro de 1969 dá mais uma palestra onde reafirma a política seguida, nomeadamente a colonial, num ano marcado por novas eleições. Ao contrário de 1958, a oposição teve direito a imagens de 30 segundos na televisão mas o som e o direito de expor ideias continuou um exclusivo do regime (embora fossem lidas nos noticiários curtíssimas sínteses da atividade das diferentes candidaturas). No dia 27 de julho de 1970, a morte de Salazar merece destaque na palestra de Caetano que o apelida de grande governante e grande português, fazendo um balanço muito positivo da sua governação e dedicação ao país. As conversas continuam com Marcello Caetano e os editoriais também a reforçarem a sua boa governação, procurando minimizar o problema da guerra colonial e da

oposição, referindo a importância da nova Lei da Imprensa (11 de maio de 1972). Já no final do marcelismo, as palestras continuam como pretexto para a sua ação ser homenageada, sendo venerado também como impulsionador da RTP. A última Conversa aconteceu a 28 de março de 1974, defendendo desesperadamente a política colonial e a reverência à sua própria personalidade e sistema “totalitário e monopartidário por ele(s) teimosamente continuado” (idem: 329), perante o descontentamento e isolamento crescente sentido pelo regime. É possível afirmar que a instrumentalização da RTP também mudou a postura e o estilo de quem exercia o poder sobre a RTP, o esforço continuado de inúmeros profissionais ajudou a alterar a forma como os portugueses se viam e viam o exterior e que a crescente integração da empresa em organismos internacionais de televisão a tornou mais permeável a influências renovadoras (Sousa e Santos 2003: 5).

4.4 Uma temática transversal: A Guerra Colonial (1961-1974)

Apesar das evidentes diferenças entre Salazar e Caetano (e tendo em conta que mesmo quando Salazar era Presidente do Conselho de Ministros era Marcello Caetano a “cara” do regime para a televisão), tratadas anteriormente, existem aspetos de continuidade nas práticas televisivas seguidas (como a censura nos conteúdos e temas abordados). Segundo Sousa e Santos (2003):

“A televisão estatal portuguesa foi criada e consolidada sob pressupostos de apertado controlo e sem interesse visível pela opinião do público. Este quadro – tanto de ação como de estrutura ideológica – permaneceu, no essencial, imutável até ao fim do Estado Novo, como é visível nas palavras do deputado Manuel José Homem de Mello, durante um debate na Assembleia Nacional, em finais de 1972: «Acresce que se trata de um meio de comunicação por tal forma poderoso e sedutor que o Estado tem o dever de zelar pela respetiva utilização, evitando que possa ser colocado ao alcance de hábeis manipuladores de opinião pública – insuficientemente preparada para se defender da forma mais lúcida e conveniente.” (Sousa e Santos, 2003: 6)

Embora recorrendo a estratégias um pouco diferentes, ambos tiveram de lidar com o problema colonial, recusando-se a conceder a independência às chamadas “províncias ultramarinas integrantes do território português”. Durante todo o Estado Novo foi veiculada a ideia de que a presença portuguesa em África era legítima, de que os países que não entendiam isso só pretendiam denegrir a imagem de Portugal e de que os movimentos independentistas eram uma minoria terrorista que apenas pretendia lançar o caos e a anarquia nas colónias portuguesas em África, apoiados por grandes potências estrangeiras (principalmente EUA e URSS num contexto de Guerra Fria) que tinham interesse nesta situação. Partindo do ensaio de Cádima (2009), apresentamos alguns exemplos do caráter manipulador das notícias veiculadas pelo TJ da RTP ao longo do tempo: “Em «mensagem à população de Angola» transmitida pelo Telejornal

(20/10/1959), dizia Salazar: «(...) Da confusão que se está a promover por muitas fontes não deve resultar nem paz, nem ordem, nem liberdade válida. Mas da ordem que se mantém, são de extrair, em todos os domínios, possibilidades de que mal podemos suspeitar. Só um perigo seria grave - quebrar-se a nossa coesão, diluir-se o sentimento que fez de nós o que ainda somos» ...” (Cádima, 2009: 100).

A partir do momento em que a presença portuguesa em África é contestada, surgem notícias sobre estes territórios no TJ para “comprovar” que estes pertencem efetivamente a Portugal e não foram esquecidos, tendo sido enviados correspondentes para cobrir acontecimentos selecionados destes locais, numa ação de propaganda do regime que se reforça a partir daqui. O TJ torna-se um elemento censório mais eficaz que a própria comissão de censura na decisão da informação a transmitir, tornando-se um verdadeiro porta-voz do regime e na sua principal arma de defesa perante a população portuguesa. Salazar, após ter sido instado pela ONU em novembro de 1960 – de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a administração colonial portuguesa, subtraía-se às disposições da Carta e só em situação-limite mandava responder à ONU, como havia de acontecer em novembro de 1967, através de Franco Nogueira – que as colónias eram tão só «províncias ultramarinas» por «integração e multiracialismo», e que os portugueses, consideravam-se também uma «nação africana». A anterior passividade da televisão face às dificuldades políticas ‘menores’ do regime alterar-se-ia a partir de então, progressiva e radicalmente (idem, p.101). Continuando a estratégia propagandística, é desta forma que o Telejornal noticia os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961, em Luanda: com o título “Banditismo em Angola” foi transmitida uma reportagem sobre “os funerais «dos heroicos defensores da ordem que tombaram para fazer frente a agitadores políticos de filiação comunista»” (ibidem: 105).

As notícias sobre a guerra do Ultramar estavam presentes em todos os noticiários, sendo um forte contributo para a formação de uma opinião pública favorável ao regime: “não havia dúvida de que em Angola havia um soldado chamado Televisão” (Cádima, 2009: 108). A partir de 24 de dezembro de 1963, entra em cena Manuel Múrias como chefe de Divisão de Programas de Informação a Atualidades, o novo “censor” da RTP que, com os seus comentários pessoais, quase substitui a ausência de Salazar do pequeno ecrã, contribuindo para a boa imagem do regime em situações como a 15/3/1965, a propósito do início da guerrilha em Luanda: “«Quatro anos já passaram; todavia, nem um segundo daquelas horas terríveis nos saiu da lembrança. Recordamos tudo momento a momento (...). Portugal em Angola viveu no dia 15 de Março de 1961 os seus momentos decisivos. Venceu». E prosseguindo: «Que se passou no mundo desde então? No princípio éramos sós, apoiando-nos na amizade jamais traída dos espanhóis. Os nossos aliados de sempre, a Grã-Bretanha e a América abandonavam-nos, atacavam-nos em Nova Iorque nos balcões da ONU ou forneciam armas aos agressores que do Congo assaltavam as nossas terras e as nossas gentes (...). Quatro anos volvidos já ninguém tem dúvidas: ganhámos com as armas na mão e ganhámos junto da opinião internacional. Ganhámos todos, mas nada teria sido

possível sem Salazar, sem o seu comando intransigente, sem a sua autoridade indiscutível. Muitos foram rendidos nos seus postos; nem por isso se perderam posições. Só Salazar se tornava indispensável (...)» (idem: 112).

A subida ao poder de Marcello Caetano apenas mudou um pouco a forma como a propaganda era feita: Múrias foi afastado e substituído por Ramiro Valadão. Os editoriais mantiveram uma importância crescente e tornaram-se mais impessoais. O próprio Marcello Caetano intervinha com frequência, reafirmando sempre a mesma posição sobre o tema: a de que Portugal não iria ceder perante as pressões internacionais para “abdicar de parte do território português”, nomeadamente nas suas Conversas em Família (já abordadas) onde a guerra colonial era um tema assíduo. Ainda de acordo com Cádima (2009), algumas últimas importantes referências são: Não haveriam concessões ao «inimigo, insidioso e cobarde», como Vasco Teves então dizia (TJ 10/6/71). Muito perto já do 25 de Abril, o ano de 1973 começava com um editorial «ao encontro dos bravos que no Ultramar defendem a integridade da Pátria»... Em julho de 1973 Marcello irá a Londres e em comunicado lido na abertura do TJ de 11/7/73, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo alertava para uma «campanha», na capital britânica, de «grupos de apoio aos movimentos terroristas», acusando a imprensa londrina de dar destaque a «pretensas atrocidades» cometidas pelo exército português em Moçambique (tratava-se do conhecido caso de Wiriyamu). Poder-se-ia dizer, seguindo uma ideia de Fernando Rosas, que a estrutura da informação televisiva viria a contribuir claramente, não só para a manutenção do statu quo, mas também para o adiamento, quer da liberalização do regime, quer da possível introdução de soluções flexíveis sob o ponto de vista da política administrativa das colónias ou mesmo de um outro tipo de relacionamento com os seus movimentos políticos de emancipação e libertação. (idem, pp. 112-113)

5. Da Revolução à integração de Portugal na Europa (1974-1986)

No dia 25 de abril de 1974, deu-se a Revolução dos Cravos que pôs fim à ditadura em Portugal, abrindo caminho para o estabelecimento da democracia. No entanto, este não foi um processo simples e passou por várias fases com golpes e contragolpes de esquerda e direita, revelando a divisão ideológica da sociedade portuguesa que se caracterizou por extensos debates políticos, enfim permitidos após 48 anos de submissão. A vitória do PS nas eleições legislativas e a aprovação da Constituição de 1976 contribuíram para encaminhar Portugal no sentido da democracia que temos hoje. Para trás ficaram os momentos extremistas e a instabilidade de seis governos provisórios, ainda com presença militar. Com o passar do tempo, Portugal abriu-se à influência estrangeira, procurando recuperar o atraso relativamente aos outros países livres e mais desenvolvidos, o que conduziu a um aumento do consumo e uma mudança de hábitos e valores por parte da população portuguesa que culminaram com a aceitação do nosso país no mercado único da Comunidade Económica Europeia,

em 1986, na altura com 10 países (Espanha juntou-se à comunidade no mesmo ano). Procuraremos agora analisar como é que a televisão acompanhou essas transformações sociais e políticas e como é que as influenciou.

5.1 A RTP e o período revolucionário em curso (PREC)

Para compreender o papel social da RTP no pós-25 de Abril, importa traçar uma breve descrição dos acontecimentos que envolveram este período conturbado da história portuguesa, onde a posse da televisão e do tempo de antena foram severamente disputados. Todos os partidos queriam dar a conhecer as suas ideias e todas as pessoas queriam ver discutidos os assuntos importantes para o país. Em vésperas da revolução, Portugal era um país fechado ao mundo, com um atraso significativo, um regime altamente repressivo (vivendo as pessoas insatisfeitas também com o elevado custo de vida) e preso a uma guerra sem futuro que matou, dizimou e destruiu, e cujo fundamento era aceite por muito poucos (mesmo as Forças Armadas organizaram-se primeiro no Movimento dos Capitães e depois no Movimento das Forças Armadas, liderado por Costa Gomes e António de Spínola, para pôr fim ao Estado Novo e terminar a guerra). É neste contexto que as Forças Armadas encetam a ação revolucionária que depõe o regime.

A partir daqui é fácil imaginar a euforia que a súbita liberdade causou nas pessoas que, de repente, viram que podiam falar sobre tudo sem restrições: os jornais não foram mais ao exame da censura e o telejornal do dia 25 de abril dava conta dos comunicados do MFA e, posteriormente, do cerco de Marcello Caetano no quartel da GNR, no Carmo, acabando este por entregar o poder ao general Spínola sem oferecer resistência. A operação teve êxito e começaram imediatamente as medidas para dismantlar o regime deposto, como a formação de um governo provisório, a libertação dos presos políticos e a revogação da Constituição de 1933. Todavia, surgiram também as primeiras grandes divergências em temas importantes como a descolonização (havia quem fosse a favor da independência imediata das colónias e quem defendesse um regime federalista, em que as colónias teriam apenas uma independência relativa) e sobre o rumo a dar à revolução.

Inicialmente, o Partido Comunista estava amplamente representado no poder, com Vasco Gonçalves a chefiar o segundo Governo Provisório, criado apenas dois meses depois da revolução. Foram os tempos mais radicais da revolução: o PREC, expressão usada para designar a vaga de atividades revolucionárias levadas a cabo pela esquerda radical com vista à conquista do poder e ao reforço da dita transição para o socialismo. Após uma série de ameaças de conflitos que marcaram o ano de 1975 (11 de março, o Verão Quente e o Documento dos Nove), as forças moderadas conseguem impor-se no poder através do contragolpe de 25 de novembro de 1975, encaminhando Portugal para uma democracia pluralista e pondo fim à fase mais instável do período pós-revolucionário.

5.1.1 Debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal (1975)

O momento que escolhemos para exemplificar este período da história da RTP e de Portugal, demonstra claramente a necessidade de debate político, levado a cabo numa estação televisiva ainda vista como um instrumento de poder que tem de estar subordinada ao Estado (após o 25 de Abril ligado ao predomínio da extrema-esquerda que também pretendia fazer da televisão um instrumento de propaganda), não podendo ser detida por privados. Segundo Sousa e Santos:

“Foi o próprio MFA que abriu as portas a um novo ciclo de controlo político da RTP e de outros importantes meios de comunicação social ao implementar medidas que dessem resposta conjunta a duas preocupações: a destruição dos mecanismos repressivos de liberdade de expressão próprios do antigo regime e a garantia de que o novo poder político manteria acesso privilegiado aos órgãos de informação de maior audiência (Mesquita, 1994: 366). Assim, a abolição da censura e do exame prévio foi acompanhada da criação de uma comissão ad-hoc, para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, «de caráter transitório» e diretamente dependente da Junta de Salvação Nacional. Do ponto de vista formal, o Estado foi célere na aprovação de uma nova Lei de Imprensa (em preparação desde agosto de 1974 e publicada em 26 de fevereiro de 1975), mas foi bem mais prudente na definição de um regime legal para o Audiovisual (a Lei da Televisão só seria aprovada em 1979), indicando, desta forma, a sua reduzida apetência para alterar procedimentos e enquadramentos nos media eletrónicos. Os acontecimentos do 11 de março de 1975 precipitaram uma ainda mais clara instrumentalização dos meios de comunicação social em geral - a nacionalização da banca e dos seguros é apontada como responsável pela nacionalização de inúmeros títulos da Imprensa - e da RTP em particular, ao serviço da construção de uma ‘democracia popular’, onde a liberdade era encarada como um conceito flexível.” (Sousa e Santos, 2003: 6-7)

O primeiro debate televisivo da era democrática decorreu em julho de 1974 e teve como participantes Mário Soares, Sá Carneiro e Álvaro Cunhal, moderados pelo jornalista José Carlos Vasconcelos. Nessa altura, o tema principal em discussão era a autodeterminação concedida às colónias, mas desse primeiro debate e de outros que se seguiram não há registo porque não foram gravados (Sena, 2002: 102). Depois desse debate, fez história o debate que vamos abordar: ocorreu a 6 de novembro de 1975 e defrontou Mário Soares (secretário-geral do Partido Socialista) e Álvaro Cunhal (secretário-geral do Partido Comunista), num período quente da história portuguesa, como referido. No programa Responder ao País os dois líderes partidários debateram durante cerca de três horas e meia, procurando esclarecer os telespetadores acerca dos posicionamentos dos dois partidos relativamente aos principais problemas sociopolíticos da época. É possível afirmar que se tratou de um dos debates mais

vistos, mais aplaudidos, não só pela qualidade dos protagonistas, mas também pelo estilo e pela época profundamente revolucionária que se vivia (Sena, 2002: 105). Esses fatores podem explicar a longa duração do debate (um pouco impensável hoje em dia) e o conteúdo profundamente ideológico-programático da sua argumentação, não importando jogos pessoais mas sim as ideias de cada um, expostas à vez, numa distribuição temporal perfeitamente equitativa, pois ambos se caracterizavam por ouvir e respeitar as ideias do adversário, procurando contrapô-las com argumentos para desacreditar o opositor e influenciar a audiência.

O processo revolucionário português decorreu numa fase ainda incipiente da televisão, já que o primado da passagem de informação era consagrado à rádio e à imprensa, o que, contudo, não retirou as expectativas relativamente a este debate. Aqui, não existe verdadeiro distanciamento entre os jornalistas e o objeto das intervenções, porque dificilmente alguém se conseguiria alhear por completo dos escolhos políticos em que a sociedade vivia enredada (Sena, 2002: 107). Os jornalistas não conseguiam ser isentos pois estavam muito politizados e isso transparecia na forma interessada como introduziam os temas e faziam as perguntas. Segundo Mesquita e Rebelo, citados por Sena (2002: 107): “Portugal, antes da Revolução, assemelhava-se a um cemitério informativo” e, portanto, mesmo depois do estabelecimento da liberdade de expressão e de imprensa foi necessária uma aprendizagem por parte dos jornalistas para melhorarem a forma de veicular informação já muito moldada por tantos anos de repressão, censura e passagem de mensagens entrelinhas.

Relativamente aos temas debatidos, refletiam as preocupações dos portugueses nesse ano de incerteza: a possibilidade ou não de entendimento entre os dois partidos que poderia servir para alargar a base de apoio à Revolução; a questão colonial (principalmente o caso angolano); o que cada um dos partidos entende por “autoridade e disciplina revolucionária” e como enquadra esse problema na reconstrução revolucionária do MFA e da articulação deste com os partidos políticos e forças de poder popular; as suas posições quanto à política do Ministério da Comunicação Social e ao controlo partidário dos diversos órgãos de informação, designadamente dos estatizados e que custavam muito dinheiro ao povo português. Além destas perguntas que foram colocadas pelos jornalistas discutiu-se ainda os pressupostos da Democracia e os inconvenientes da Ditadura, a Reforma Agrária, os presos políticos e os eventuais requisitos para uma política de aliança entre os dois partidos (Sena, 2002: 114-115). Álvaro Cunhal, em tom de ironia, contrariou algumas vezes Mário Soares com um célebre “Olhe que não, doutor, olhe que não”. Para ilustrar as suas ideias optámos por selecionar uma passagem de cada político que nos parecem marcantes e um bom exemplo do seu posicionamento político, retiradas de Sena (2002). Mário Soares afirmava:

“O Dr. Cunhal diz que o Partido Socialista tem de escolher entre o bloco revolucionário – como diz – ou o bloco da direita, da reação. Ora, o Partido Socialista já escolheu o seu campo desde sempre, o Partido Socialista é um partido de esquerda, quer instaurar em Portugal uma sociedade sem classes,

mas em liberdade, mas respeitando os direitos do Homem, mas através da democracia e do consenso popular majoritário. Não fará uma Revolução que transforme este país numa ditadura e o que o Partido Comunista deu provas durante estes meses, é que quer transformar este país numa ditadura.” (Sena, 2002: 117)

E Álvaro Cunhal contrapunha:

“A grande diferença é que nós queremos liberdades e queremos socialismo, mas o Partido Socialista quer liberdades mas socialismo é que não quer (...). Tudo quanto chegue ao socialismo já não interessa ao Partido Socialista (...). Aonde aparecem agrários aparecem socialistas e onde aparecem socialistas aparecem agrários. Não sei se se pode fazer uma Revolução Socialista com os exploradores, não sei. A Revolução Social faz-se com os trabalhadores, porque efetivamente é a classe que realiza uma Revolução Socialista, é com ela que temos que ir e não contra ela.

“No que respeita à liberdade (...) temos dito e é verdade que nós queremos um Portugal democrático onde exista o campo das liberdades democráticas e que é com essas liberdades democráticas que temos que realizar as reformas económicas que abram caminho para o Socialismo.” (Sna, 2002: 121)

5.2. Da estabilização democrática à entrada de Portugal na CEE (1976-1986)

O 25 de Abril trouxe uma euforia revolucionária que atravessou toda a sociedade portuguesa e mobilizou as pessoas para uma outra escala de valores e de representações sociais de que estiveram arredadas até aí (Barreira, 1993: 492). Questionavam-se os valores conservadores e a ordem estabelecida pelos dois ditadores. Há uma necessidade de debater tudo e deixa de haver ideias tabu na discussão política. A Constituição de 1976 marcava o início da democracia, contendo um carácter marcadamente ideológico no sentido do socialismo, e entra em funções o I Governo Constitucional, eleito através de eleições livres. A população estava ainda relutante na abertura do país à Europa e aos EUA por motivos inversos àqueles que haviam ditado essa mesma atitude por parte de Salazar: “A Europa era o símbolo de um mal – o capitalismo, o consumismo, a burguesia – e, havia que combater os inimigos do proletariado” (Barreira, 1993: 492).

Mas os anos 80, nomeadamente a revisão constitucional de 1982, trazem novas mudanças na sociedade portuguesa: arrastam-na para um amolecimento dos ideais revolucionários e das grandes frentes de ideologização políticas e partidárias. Tudo se passou ano após ano, com o pedido de adesão formal à CEE, com as primeiras vitórias da AD, com o cansaço das recessões económicas e com a maior euforia dos anos 80, sobretudo a partir da segunda metade: o consumismo. Por um lado, os anos 80 reforçam, em matéria de sociabilidade, o direito à privacidade, em detrimento da

esfera do público e do social. Deixa de se viver a política com o entusiasmo dos anos 70, para com ela se conviver com um certo indiferentismo, sentido especialmente pelos jovens, cujos polos de atração se deslocam para as noites citadinas, para o desporto e para o convívio (Barreira, 1993: 142-143). Emergem novas discussões como a igualdade de direitos para homens e mulheres e novas necessidades de entretenimento, numa altura em que o indivíduo começa a valorizar-se cada vez mais, o que corresponde à proliferação de telenovelas e programas onde existe discussão mas não tão marcada pelas diferenças ideológicas. É também esta tendência que a televisão ilustra e potencia. Sobre o controlo e função da televisão, as alterações não parecem ter sido significativas neste período, segundo Sousa e Santos (2003):

“Um período – o de 1977 a 1980 – parece ter ficado na história da empresa como o de maior proximidade com o que poderia considerar-se uma intenção de serviço público. Durante a gestão de João Soares Louro, a RTP adota, pela primeira vez, uma estratégia de programação alternativa para o 2º canal - pretendendo ‘ter em conta as aspirações das pessoas’, mas tentando também apresentar-lhes aquilo a que, de outra forma, não teriam acesso - e avança com medidas concretas para a autonomização financeira da empresa. Trata-se, ainda assim, de uma opção de gestão, eventualmente fundamentada em perceções e contacto com outras realidades, mas nunca resultante de uma reflexão alargada e participada.

“A vitória eleitoral da Aliança Democrática (AD), em 1980, implicou uma mudança de rumo e as subseqüentes administrações optam por dar corpo à nova dupla prioridade do governo – saneamento financeiro e incremento da instrumentalização. Como admitiria Victor Cunha Rego – o primeiro presidente do Conselho de Administração nomeado pela AD – «a imparcialidade na televisão estatal era impensável». A revisão constitucional de 1982 manteve inalterada a exclusividade estatal no domínio da atividade televisiva, embora as pressões para uma mudança significativa fossem, nessa altura, já muito mais visíveis.” (Sousa e Santos. 2003: 4)

5.2.2. *Gabriela, Cravo e Canela (1977)*

Tendo sido a primeira telenovela transmitida em Portugal, Gabriela representa uma mudança de paradigma quer na programação televisiva (por ser a rampa de lançamento para este novo formato televisivo em Portugal) quer na sociedade (o país “parava” para ver esta primeira telenovela como parava há pouco tempo para assistir aos primeiros debates políticos televisivos, demonstrando uma nova abertura a valores como o lazer e à influência estrangeira, dado que a referida telenovela era brasileira). Por vários motivos que apresentaremos, Gabriela, Cravo e Canela marca

uma época de transição e a sua transmissão seria impensável antes do 25 de Abril. Este programa (assim como A Visita da Cornélia, um concurso com várias provas, importante, mas ao qual apenas fica a referência) alterou o percurso da televisão em Portugal ao mesmo tempo que antecipa e simboliza a emergência de uma nova sociedade e estilos de vida centrados no consumo e nos média (Cunha, 2003: 3-4). Para compreender a forma como a população interpretou o novo formato apresentamos a sua representação na imprensa desse ano, citando, para isso, Cunha (2003) que oferece alguns exemplos da abordagem de vários jornais sobre o assunto:

“O Diário de Notícias (DN), em formato broadsheet e uma tiragem de cerca de 94 000 números diários, tem como público-alvo classes médias urbanas e rurais. Está organizado em secções (nem sempre bem delimitadas) e apresenta semanalmente cadernos de análise política, nacional e internacional; económica e financeira, e cultural. Os seus títulos e leads denunciam uma linguagem contida, evitando os jargões políticos da época, com parágrafos longos e títulos descritivos. Há uma orientação preferencial pela "cultura erudita" e pelo debate cosmopolita que ela proporciona. Talvez daí a resistência em incluir uma secção televisão ou mesmo uma rubrica sobre televisão na secção Artes e Espetáculos e a vinculação constante da telenovela Gabriela, Cravo e Canela à obra de Jorge Amado. O Diário de Lisboa (DL), um vespertino de formato tabloide com uma tiragem de cerca de 46 000 exemplares, apresenta secções definidas e suplementos com matérias cedidas por jornais como Le Monde, Prensa Latina, Interpresse e Novosti. Publica, também, aos fins de semana um suplemento, tipo agenda cultural, denominado Sete, ponto, Sete. O seu público-alvo são os "trabalhadores" (indústria e serviços). Os títulos e os leads surgem vinculados ao jargão marxista da época independentemente da clareza da linguagem e da concisão dos parágrafos. A secção Espetáculos de Jorge Leitão Ramos apresenta inúmeros filmes, nunca exibidos até então em Portugal; a secção Canal da Crítica de Mário Castrim aborda toda a programação da RTP enfatizando e politizando ao longo de seis meses os conteúdos de Gabriela, Cravo e Canela.” (Ferin, 2004:4)

Como acontece sempre que há uma inovação, e como se percebe através do excerto, nem toda a gente reagiu positivamente a este fenómeno de audiências. Todavia, a sua exibição foi bastante noticiada e comentada pela imprensa, aproximada aos problemas do quotidiano: “No caso das notícias sobre esta telenovela é a aproximação, feita pelos jornalistas, aos factos sociopolíticos do quotidiano, que tenderá a tornar as ‘estórias’ da telenovela uma história dos anos revolucionários e principalmente a História do ano de 1977” (Cunha, 2003: 6). O impacto desta telenovela foi tal que era tema de perguntas em entrevistas, assim como motivo para atrasos (Cunha, 2003): “Que o primeiro ministro português confesse a um jornalista do “Sunday Times” que goste de ver a Gabriela — ainda vá! Agora que o secretário-geral do PCP, esse modelo de rigidez de costumes, de não alienação de hábitos, de ocupação politicamente empenhada dos tempos livres, não perca um episódio da Gabriela é tema para as maiores especulações jornalísticas. E no entanto, Álvaro Cunhal chegou aos estúdios do Lumiar na passada

terça-feira, para participar no programa “Mosaico” atrasado não por ter estado num comício ou sessão de esclarecimento, não por se ter prolongado numa sessão do Secretariado da Comissão Política do Comité Central — mas apenas e tão somente por ter ficado a ver Gabriela...”

Cunha prosseguia com a constatação de que o simples visionamento da telenovela provocava sentimentos de união entre as pessoas (já que a maior parte das pessoas não tinha televisão em casa e recorria aos cafés) que experimentavam os mesmos sentimentos fosse qual fosse a sua orientação política. Além disso, embora possa pensar-se a telenovela como um género destinado às mulheres, a verdade é que, em Portugal, os homens assistiam também com o mesmo interesse. O debate em torno de Gabriela foi amplo e cada um adaptou a sua interpretação das situações sociais retratadas na telenovela de acordo com as suas próprias ideias: a telenovela foi politizada e comparada com a situação vivida no país, daí a sua tão grande importância. Retomaremos este tópico na conclusão para desenvolver no sentido de melhor perceber algumas evidências da ligação entre o que é transmitido na televisão e o que é discutido e assimilado pelas audiências:

“Assim, não é de espantar que a luta de uma mulher pela sua liberdade, seja cotejada com a luta de um povo pela sua liberdade: A luta de uma simples mulher por abrir a sua janela (Glorinha) para a rua está cheia de uma grande verdade pessoal, e daí a sua capacidade de nos comover; mas ultrapassa essa verdade para ganhar o símbolo de um povo que deseja defender o seu direito às janelas abertas, e daí a sua capacidade de captar a nossa adesão inteligente. No entanto, uma das poucas mulheres líderes de opinião, Isabel da Nóbrega, refere que as meninas da telenovela, sejam elas do Bataclã ou das famílias abastadas, travam todas a mesma luta: a luta pela sua emancipação, para serem aceites do jeito que são e não como a sociedade quer que sejam.” (Cunha, 2003: 9)

“O público (incluindo os jornalistas e os críticos) tenderá a apropriar-se do acontecimento telenovela em função das suas expectativas e referências mais prementes: os contextos sociais, económicos e políticos do Portugal pós-revolução do 25 de Abril. Não admira, portanto, que as tematizações fortes se façam em torno da questão da língua e da literatura (questão de identidade no fim do Império colonial), da política (em função do período de grande conflitualidade vivida quotidianamente), dos atores e das personagens (espanto frente ao universo dos media portador de mitologias e utopias desconhecidas) e, por último, sobre os efeitos e a receção da telenovela (necessidade de identificar apropriações de sentidos).” (Cunha, 2003: 11)

A partir daqui os debates televisivos diversificam-se e, por exemplo, surge, em 1978, o programa E Agora Maria com autoria de Maria João Seixas e Armanda Passos acerca da condição feminina em Portugal. Tocando temas como o corpo feminino, planeamento familiar e aborto, violação, prisão de mulheres, parto e nascimento, bebés prematuros, etc., e entrevistando pessoas como Ivone Silva, Maria Antónia Fiadeiro, Teresa Ambrósio, Isabel de Castro e outras, este programa pretendia chamar

a atenção para o papel da mulher na sociedade da época (informação retirada do site oficial da RTP). Dá-se, assim, um ponto de viragem para passarem a ser discutidos publicamente muitos novos temas e problemas que eram considerados tabu poucos anos atrás.

6. A RTP e o surgimento da TV privada (1992-93)

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia proporcionou um significativo crescimento económico (aumentando o potencial mercado publicitário), mas também trouxe um incremento nas pressões para a abertura da TV à iniciativa privada (Sousa e Santos, 2003: 8). A televisão continuava a ser uma responsabilidade do Estado: os líderes democratas, quando alcançaram o poder, fizeram o possível por garantir da RTP uma prestação 'tranquila'. O público era, claramente, distinto e com novos interesses e motivações, mas a televisão manteve-se fiel à sua essência fundadora – servir o poder político (Sousa e Santos, 2003: 9). Apenas em 1989 foram retirados os obstáculos à entrada de operadores privados na atividade televisiva do texto constitucional. Em 1990, a Assembleia da República aprovou a Lei da Televisão que previa a existência de operadores privados e, no ano seguinte, foi aberto o concurso. No meio de uma enorme controvérsia sobre o processo de atribuição de frequências, Cavaco Silva atribuiu - em 1992 - duas frequências de televisão nacionais: uma à Sociedade Independente de Comunicação (SIC), liderada por Pinto Balsemão e outra à Televisão Independente (TVI), um canal então de inspiração cristã, associado à Igreja Católica. Esta transformação no setor televisivo não foi precedida de um estudo cuidadoso sobre as implicações da reforma. Todas as atenções estavam centradas nos atores que iriam ser contemplados com estas frequências e nas implicações políticas de tal decisão. A dimensão do mercado publicitário, fontes alternativas de financiamento dos canais, clarificação das regras de concorrência, limites e obrigações ao nível da informação e programação de canais públicos e privados, entre muitas outras questões cruciais, foram negligenciadas (Sousa e Santos, 2003: 10).

A abertura do mercado televisivo teve um grande impacto na atividade da RTP que passou a competir pelo mesmo bolo publicitário com mais dois operadores. Tendo sido abolida a taxa de televisão e vendida à Portugal Telecom a sua rede de transmissores, a RTP sofreu uma drástica redução das suas receitas e um aumento das despesas, relacionado não só com o pagamento da transmissão de sinal, mas também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos, o que inflacionou o seu custo. Efetuaram-se cortes nas despesas com enviados especiais, na utilização de satélites, no recurso a equipas de produção externa e na compra de programas. A 25 de janeiro de 1995, Freitas Cruz revelou ao jornal Público que o défice acumulado da empresa se havia elevado a 25 milhões de contos. As dificuldades financeiras da RTP refletiam também o sucesso comercial da SIC. Dois anos e sete meses depois de ter iniciado as suas emissões, e apesar da feroz concorrência da RTP,

a SIC ultrapassou o share semanal do Canal 1 da RTP (Pinto et al., 2000: 147): conquistou a atenção dos portugueses e, consequentemente, uma parte significativa do bolo publicitário (Sousa e Santos, 2003: 11).

Em síntese, esta situação resulta em boa parte de erros cometidos no início dos anos 90: a indefinição da estratégia do operador público para a fase da liberalização, o fim da taxa de televisão e a alienação da rede de emissão, a concessão de alvará a dois operadores privados e não a um, como recomendavam os estudos técnicos e económicos, e a inexistência de cadernos de encargos para os canais comerciais. Em outubro de 1995, os socialistas substituem os sociais-democratas no governo. É criada uma Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão, que se suporia ser a entidade que daria parecer sobre as grandes opções estratégicas para a RTP, mas as diferentes sugestões feitas não colhem adeptos no seio do governo. Na Comissão, procurava-se o “refundar” da RTP1 como autêntico serviço público de qualidade e criar na RTP2 um projeto mais adequado aos tempos que corriam. Diversas fórmulas foram pensadas – canal de saberes/conhecimento, das regiões, em sistema de Pay TV, etc. Todavia, não foram tomadas medidas práticas e os problemas financeiros da RTP acentuaram-se (Cádima, 2006: 68-69).

6.1. Continuidade

Se, por um lado, a reestruturação do setor televisivo agravou seriamente a situação financeira da RTP; por outro lado, não trouxe novidades quanto à independência política da estação (Sousa e Santos, 2003: 11). Além disso, a indefinição sobre o que se deve esperar de uma estação de televisão pública, trouxe ambiguidades: por um lado, a RTP manteve alguns formatos e procurou não se limitar a imitar a programação dos canais privados; no entanto, por outro lado, o facto de ter perdido audiência, também levou a RTP a mudar a sua programação, devido, em parte, à necessidade de aumentar as receitas publicitárias e garantir a sua subsistência. Esta situação levava alguns a questionar a necessidade da existência de um canal de televisão pública ou a refletir sobre quais devem ser as suas prioridades ao nível da programação para poder ser considerado um serviço público de qualidade. Neste sentido, o fim do monopólio da RTP terminou com a ascensão, primeiro da SIC e depois da TVI, espelhando as mudanças sociais verificadas desde o 25 de Abril, em Portugal. Para perceber o que mudou, começaremos por analisar os aspetos de continuidade na programação da RTP (em comparação com a SIC e a TVI).

Antes de entrarmos em comparações, e a título de exemplo, fica o caso do programa Natal dos Hospitais, transmitido pela RTP praticamente desde o início das suas emissões regulares (1958) e promovido mesmo antes dessa data. Tratava-se de uma iniciativa de solidariedade resultante da parceria entre a RTP, o Diário de Notícias e a Philips, com o objetivo de animar um pouco o Natal de pessoas que se encontram hospitalizadas. Simultaneamente, é o programa de entretenimento mais antigo da

RTP. Consiste numa emissão que, durante um dia inteiro, se realizava principalmente a partir de dois hospitais (São João do Porto e Hospital de Alcoitão). Os mais consagrados apresentadores da RTP já passaram pela sua apresentação, assim como os intérpretes de música portuguesa, ranchos folclóricos, orquestras, etc. Talvez pelo seu carácter solidário, ou pelo seu carácter popular, capaz de prender audiências (que nesse dia é mais provável estarem a assistir a este canal); ou por ser já uma forte tradição na sua programação; ou por, até em pleno Estado Novo ser um ato de propaganda e captação da atenção popular para um programa que refletia aspetos positivos do regime que, nesse dia, podia fazer passar os negativos para segundo plano (o que pode manter-se em democracia, dado que o funcionamento do canal e a sua dependência do Estado não se alteraram); ou pelo carácter consensual da ideia que ajudar quem precisa faz parte do serviço público ou talvez um pouco por todos estes motivos, a verdade é que este programa é um espetáculo televisivo que se mantém na atualidade, continuando a ajudar muitas pessoas a terem um dia mais feliz na quadra natalícia.

6.1.1. Infanto-juvenis e desportivos

A programação infanto-juvenil marcou sempre uma forte presença na RTP: primeiro na RTP1 e, com o fim dos anos 90, na RTP2. Não podíamos deixar de referir a importância que este género de programas tem tido na estação pública desde o seu surgimento, como um aspeto de continuidade que não foi afetado pelo surgimento dos canais privados (em termos da sua quantidade, já que o horário a que são transmitidos sofreu algumas alterações, passando para a RTP2 a maioria dos programas infanto-juvenis, por exemplo). Foi por este motivo que referimos o Zig Zag, um programa transmitido pela RTP2 todas as manhãs (em dias úteis também à tarde), onde crianças e jovens encontram desenhos animados e séries (a RTP1, atualmente, apenas transmite desenhos animados ao fim-de-semana, durante pouco tempo de manhã e com início às 6:30h). É transmitido desde a década de 2000, mas a RTP sempre teve programação infanto-juvenil, embora os programas tivessem outros nomes.

A SIC, no começo das suas emissões, tinha uma programação infantil incipiente, mas depressa a desenvolveu: o Buéréré, apresentado primeiro por Ana Marques e, depois, por Ana Malhoa, compunha-se de dois momentos – séries de animação e participação de crianças em jogos e passatempos. Outros programas de elevada audiência foram as séries estrangeiras de desenhos animados. Em 1996, Dragon Ball bateu o recorde de audiências, enquanto Power Rangers e o Homem Aranha conheciam também a fama (Santos, 2002: 99). Em 2008, no total, os quatro canais dedicaram em média, perto de 11 horas e meia de programas para crianças por dia. As médias divergem acentuadamente quando se considera cada um dos canais de per si. No conjunto, os canais públicos emitem quase sete horas diárias (média que é, obviamente, muito devedora da RTP2), ao passo que os dois canais privados se situam perto das quatro

horas e meia, com a SIC a emitir em média mais meia hora diária do que a TVI (Pereira et al., 2009: 65).

Também o desporto (apenas o futebol na maioria do tempo) teve uma representação que se pode considerar regular na programação da RTP: mesmo durante o Estado Novo, era um espetáculo muito apreciado e foi um dos primeiros eventos a ser transmitidos em direto – o primeiro carro de exteriores da RTP chegou a Portugal em 1957, o que permitiu a cobertura em direto do jogo Sporting - FC Áustria, em 1958, primeira transmissão direta de um acontecimento nacional, e de um jogo de hóquei em patins – Espanha-Portugal, em 1960, primeira transmissão em direto do estrangeiro (Sousa, 2008:75). Relativamente à SIC, o desporto e a sua crítica conheceram êxito em Os Donos da Bola, o primeiro talk-show desportivo em direto na televisão (1994). Num tom vivo e polémico, os intervenientes discutiam as estratégias dos principais clubes de futebol. Com o Benfica houve sempre um bom relacionamento que passaria pela transmissão de desafios do Benfica no canal privado, retirando à RTP e à Olivedesportos o monopólio no domínio da transmissão televisiva do futebol (Santos, 2002: 98).

Atualmente (excluindo os jogos de futebol que têm lugar em todos os canais), a RTP2 é o canal generalista que mais destaque dá ao desporto nas suas diversas modalidades com um bloco semanal, onde são transmitidos vários eventos e ficamos a conhecer notícias sobre várias modalidades. Também são comuns os talk-shows sobre futebol, onde vários comentadores analisam os jogos (fazem a antevisão e comentam as táticas das equipas, o resultado e a arbitragem depois). Os Jogos Olímpicos são também em regra transmitidos em canal aberto pela RTP, alternando a transmissão entre a RTP1 e RTP2, pelo que optámos por abordá-los como um exemplo da transmissão de eventos desportivos excecional em serviço público. A RTP transmite os Jogos Olímpicos com destaque e várias horas de emissão em direto, transmitindo, também, há vários anos, os Jogos Paralímpicos, o que também é essencial mesmo não sendo propriamente um fenómeno de audiências.

6.2. Inovação e novos desafios

Falando de inovação, importa recordar algumas datas importantes para a RTP: no dia 25 de dezembro de 1968 foi criado o segundo canal da RTP, mais tarde designado por RTP2; dois canais regionais iniciaram a sua atividade nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, na década de 70: a RTP Madeira, em 6 de agosto de 1972 e RTP Açores, em 10 de agosto de 1975; iniciou as emissões regulares a cores no 7 de março de 1980 (embora uma significativa parte da população não pudesse ainda ter acesso a esta inovação); no dia 10 de junho de 1992, iniciaram-se as transmissões da RTP Internacional; no dia 7 de janeiro de 1998, iniciaram-se as emissões regulares da RTP África, destinada aos habitantes dos países lusófonos; em 2004, é criado o canal noticioso da RTP, a RTPN (atualmente RTP 3, depois de ser RTP Informação), e o canal

dedicado aos programas que fizeram história na RTP, a RTP Memória; em 2007, a RTP inaugura o novo complexo de estúdios da nova sede. Este complexo possui meios técnicos modernos, prontos para o arranque da emissão da TDT (Televisão Digital Terrestre). É também adquirido um carro de exteriores totalmente equipado para emissão em HDTV (Televisão de Alta Definição) e é feito um grande investimento em tecnologias digitais na empresa desde então.

Através desta pequena cronologia é possível perceber que a RTP tem procurado adaptar-se às mudanças sociais e tecnológicas, através da diversificação da sua oferta de programas e canais e utilizando novas estratégias de produção televisiva para fazer face aos novos desafios do futuro. O surgimento dos canais privados (1992-93), o surgimento da transmissão televisiva por cabo (1994) que permitiu o aparecimento de mais canais televisivos nacionais e estrangeiros, proporcionando ao telespetador um leque mais variado de escolhas, e o desenvolvimento da internet e do digital, constituem importantes desafios, mas também uma oportunidade para o serviço público se afirmar como uma alternativa aos programas com fins puramente comerciais, privilegiando outras áreas importantes para audiências mais específicas ou que deviam interessar a todos mas são “esquecidas”. Todavia, ainda hoje há dúvidas sobre o que se deve esperar do serviço público e este cenário ideal não se verifica em grande parte do tempo.

6.2.1. Contra Informação (1995-2010)

A chegada dos canais privados e do cabo expandiu o tipo de programas e formatos produzidos em televisão. Começamos por dar conta da tendência para a aceitação do fenómeno do infotainment: um formato que mistura elementos de informação política em programas de entretenimento, ou características de entretenimento em programas tradicionalmente informativos. Segundo Cádima (2006: 29), a importância atribuída pelos canais à conquista de audiência para garantir as receitas publicitárias que os sustentam, não é compatível com o privilégio da cultura e a um apelo à experiência da cidadania na sua programação. Todavia, na sua opinião, o dispositivo da TV generalista deveria ter essas funções e aproximar-se “da Ciência, da Cultura e do Conhecimento” em vez de ser “uma concessão soporífera pós-laboral”, próxima “dos desvarios do infotainment, da violência gratuita, do sensacionalismo e do fait-divers”.

O caminho para as mudanças verificadas recentemente na RTP (muitas vezes como uma imitação dos canais privados, mas nem sempre e, por vezes, imitando de forma positiva) começou a traçar-se com o exemplo do sucesso da SIC que se deveu a uma grelha diversificada em informação, reportagem, documentário, infantis, juvenis, séries, comédias, cinema e entretenimento geral, em que a produção nacional se associou a uma linha de programação popular do canal privado, como considerava Felisbela Lopes, citada por Santos (2002: 94). Uma grande aposta do canal privado foi a informação, que, por atingir o dobro do tempo dispensado pelos outros canais

portugueses, significou a inversão da tendência dominante na Europa, segundo Traquina, citado também por Santos (2002: 94). O modelo CNN, de reinventar as notícias, criar histórias a partir de elementos menos visíveis dos acontecimentos e revelar os magazines de grande informação, no sentido dado por Küng-Shankleman (Santos, 2002: 95) esteve na base do jornalismo da SIC. Em termos de audiência, o noticiário da SIC (Jornal da Noite) ultrapassaria o da RTP1 (Telejornal) em 1995, assumindo a dianteira definitiva durante anos a fio. Em setembro de 1995, as eleições legislativas foram seguidas na SIC mais do que nas outras estações. A SIC promoveu momentos especiais de informação – debates políticos entre António Guterres e Fernando Nogueira e entre Jorge Sampaio e Cavaco Silva, decisivos para a vitória dos socialistas nessas eleições. A política e a sua discussão faziam-se mais no canal privado do que no público, constantemente conotado com o poder instituído (Santos, 2002: 94-95).

Perante esta nova realidade, a RTP procurou atualizar-se e surgem programas como *Contra Informação* (1995), um formato que, curiosamente, começou a ser exibido na SIC sem grande sucesso, tendo-se mudado depois para a RTP, passando a ser um dos mais populares da estação pública. Trata-se de um espaço de sátira política principalmente, mas com um caráter humorístico, em que os “criticados” são caricaturados e representados através de marionetas. A informação (através da crítica social) são denunciados e analisados temas marcantes da atualidade, de forma interessante e acessível a um maior número de pessoas que pode assim melhorar o seu conhecimento sobre o que acontece na política) alia-se ao entretenimento com a vertente humorística, a simplificação da realidade e a personalização da política (o que pode também ser visto como negativo). Este género de programas, segundo Brants (1998), podem ter, no entanto, várias consequências:

“O conteúdo da comunicação política é marcado, em primeiro lugar, por um certo grau de despolitização. As decisões políticas são, nessa perspetiva, influenciadas sobretudo pela forma como serão representadas nos média e percebidas pelo público (a aparência das coisas é boa?). Em segundo lugar, a política é, sobretudo, apresentada como jogo. Como resultado da diminuição dos soundbites, há cada vez menos espaço para a substância da política. Em terceiro lugar, a personalização política é enorme, porque é mais fácil de projetar do que os temas e as políticas sérias. Finalmente, existem sinais de que os media promovem o aumento da circulação de mensagens negativas sobre atores políticos, acontecimentos e decisões políticas. A consequência de tudo isto é o aumento do cinismo e o decréscimo da informação política fornecida aos cidadãos (Blumler, 1992a: 106; Blumler e Gurevitch, 1995: 213). Em suma, Blumler (e não só) receia a televisão comercial porque a comunicação política que veicula é um misto de informação e entretenimento – a política é tratada como cultura popular, em vez de se constituir como assunto sério de conversa popular. A competição força a radiodifusão pública a adaptar-se aos gostos dos consumidores (politicamente menos interessados nela), o que contribui para a abstenção eleitoral. Trata-se de uma relação causal preocupante que enfraquece a democracia.” (Brants, 1998: 43-44)

6.2.2. *Último a Sair* (2011)

Reality show é um programa televisivo com uma pretensa ligação à “vida real”, em directo. Exemplo deste é o mundialmente conhecido “Big Brother” criado em 1999 por John de Mol. Este executivo da TV holandesa, sócio da empresa Endemol, teve a ideia de criar um reality show onde pessoas comuns seriam selecionadas para conviverem dentro de uma mesma casa, vigiadas por câmaras, 24 horas por dia. (Garcia et al., 2006: 1). Esses programas trazem dois componentes extremamente procurados por algumas franjas de públicos nesta sociedade contemporânea: fama acessível a todos aqueles que a querem e saciação da curiosidade de saber o que se passa na vida das pessoas. Simples atos ordinários tornam-se espetáculos para os média. Os acontecimentos comuns transformados em imagem passam a ser considerados extraordinários (Garcia et al., 2002: 3). No início do novo século, a TVI apostou claramente neste formato e ganhou desde a liderança nas audiências. De acordo com Santos (2002): “Se o Big Brother foi o centro das atenções, ao provocar o escândalo, mas garantir a fidelização dos telespetadores, a produção nacional (telenovelas) e a tabloidização das notícias ganharam a primazia na TVI por arrasto daquele reality show ou “realidade vigiada”. Vale a pena procurar perceber o fenómeno que fez perder a liderança à SIC [também prejudicando ainda mais a RTP]. Entrava-se numa cultura que associava o espetáculo a um modelo voyeurista e exibicionista (Santos: 2002: 100).

Cedendo cada vez mais espaço ao entretenimento, a informação semanal desapareceu da TVI e da SIC no período pós Big Brother (depois de setembro de 2000), circunscrevendo-se aos géneros clássicos do debate, da grande-entrevista e da grande-reportagem na RTP1 (Lopes, 2006: 9). Esta situação é evidente e demonstra claramente a aposta dos canais privados no entretenimento. A RTP não acompanhou, portanto, a nova tendência dos reality shows e ficou ainda mais afastada da conquista de audiências. Todavia, mais recentemente, a RTP1 transmitiu um programa de ficção nacional, inspirado no formato dos reality shows mas pretendendo criticá-los, ridicularizando o que lá acontece: o *Último a Sair* (2011). Esta aposta da RTP provocou controvérsia porque, apesar de não ser mesmo um reality show, estava próximo disso, o que colocou questões sobre o papel que deveria ser desempenhado pela estação pública perante o predomínio dos programas tipicamente comerciais nas estações privadas. Assim, este programa foi uma aposta única, onde de acordo com a página oficial da RTP:

“A cada semana será expulso um concorrente/ator, até se definir um vencedor no último episódio. Pretende-se recriar com o maior realismo possível as situações características deste tipo de formato, fazendo crer ao espetador que aquelas pessoas estão mesmo fechadas numa casa que é vigiada 24 horas por dia. Exemplos de situações características: as idas ao confessionário, o dramatismo a cada expulsão dum concorrente, as conversas sobre temas banais,

as discussões, as intrigas e os grupos que se vão formando e criando estratégias para ganhar. Tudo será feito como se de realidade se tratasse: os atores utilizarão o seu nome próprio, mas a personagem será criada em função de cada um desses atores. Apenas o nome dos atores será o real, tudo o resto será ficcionado. Esta série de humor resultará dum misto de guião e improviso. Este programa divide-se em dois blocos, tendo um apresentador que conduz as galas semanais onde o público vê o resumo do que se passou no Último a Sair durante a semana, e um programa durante a semana onde os concorrentes/atores nomeiam os seus colegas, que depois serão expulsos na gala semanal.”

Após referidos alguns aspetos que consideramos relevantes para compreender a relação entre a RTP e a sociedade portuguesa, vamos agora reunir elementos essenciais para responder às perguntas formuladas na introdução, relacionando os diversos períodos estudados. Ao longo do tempo, a televisão teve a capacidade de movimentar massas, incutir ideais e ideias, moldando a opinião pública, criar e destruir consensos e mudar a visão que os cidadãos têm do mundo pelo simples facto de representar os acontecimentos de uma forma ou de outra.

Ao tempo de Salazar e Caetano, a RTP era um instrumento de manipulação da opinião pública. Embora os dois ditadores pensassem a televisão de forma diferente, como referimos, no essencial era mais um aparelho onde a censura estava presente para garantir que só era transmitido o que fosse favorável ao regime. Esta orientação foi evidente na forma como a candidatura às presidenciais de Humberto Delgado foi encarada, nas Conversas em Família promovidas por Caetano e na utilização da televisão para legitimar a manutenção das colónias portuguesas em África, assim como a consequente Guerra Colonial, quando no estrangeiro a contestação sobre estas matérias tendia a subir de tom. Foi precisamente o início da Guerra Colonial que fez Salazar tomar consciência da importância da televisão como meio de propaganda ideológica. É a partir daqui que é assumido o papel da televisão como “porta-voz” e defensora do regime. Neste contexto, podemos dizer que a televisão representava o país e o mundo de um certo modo, para evitar que as pessoas pensassem o regime de forma negativa, sendo uma forma de adiar a revolta. Na televisão, o regime era representado como estável e estando para durar, até na véspera da Revolução (24 de Abril de 1974), pelo que não é possível falar na forma como a sociedade influenciou a programação televisiva durante o Estado Novo, mas apenas na forma como o que era transmitido pela RTP influenciou a opinião pública e a sociedade (conservadora, reprimida e parada no tempo) para aceitar o regime com o mínimo de contestação, pois a oposição não tinha voz na televisão.

O 25 de Abril de 1974 marcou o início do caminho português em direção à democracia. Contudo, não representou a independência da RTP relativamente ao poder político (quer enquanto o Partido Comunista esteve no poder e tentou usá-la como arma propagandística, quer posteriormente, em diversas outras situações da era da institucionalização do regime), o que se fez sentir em alguns momentos, dado que participou do período revolucionário ao lado de quem esteve no poder em cada

momento (mesmo os partidos de direita não queriam uma RTP “problemática” quando chegaram ao poder). Ainda assim, aqui já se pode falar em pluralidade partidária representada na RTP e na forma como a sociedade influenciou o que era transmitido na televisão: perante a instabilidade governativa e a marcada luta ideológica verificada de início, a população portuguesa e os vários partidos políticos pretendiam ver um amplo espaço televisivo dedicado ao debate político, o que efetivamente aconteceu no caso do debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal (6 de novembro de 1975). A população exaltava a liberdade e exigia que todos os problemas do país fossem discutidos (mesmo pertencendo os principais órgãos de comunicação ao Estado), e procurava influenciar a programação televisiva para a pluralidade de perspectivas, mas nem os jornalistas conseguiam ser isentos devido às pressões externas e por o acesso à profissão ainda estar muito condicionado por critérios partidários (Mesquita, 1993: 364).

Por outro lado, a televisão continuava a influenciar a sociedade, o que foi visível na aceitação de um novo formato televisivo em Portugal: a telenovela, iniciado com a transmissão da produção brasileira Gabriela, Cravo e Canela (1977). Foi um sucesso de audiências e acelerou mudanças na sociedade portuguesa, gerando novos debates e visões sobre a condição feminina em Portugal e outros temas. Símbolo da abertura portuguesa ao mundo, mudou também a própria televisão que abrandou o destaque dado à política, com a estabilidade governativa e a vitória dos partidos moderados (primeiro o PS), consagrada na aprovação da Constituição de 1976 (está também aberto o caminho para o início da produção de ficção nacional que surge com Vila Faia, 1982). A sociedade abre-se a novas ideias, novos valores e ao consumo que já caracterizava as democracias ocidentais.

A televisão através da forma como representa os acontecimentos ajuda a construir a realidade. Gabriela fez as pessoas questionarem os efeitos positivos ou negativos da difusão do Português do Brasil em Portugal (sendo consensual, no entanto, o caráter benéfico da adaptação de importantes obras literárias para a televisão); a política portuguesa é lida, relida, discutida, escrita e reescrita, humoristicamente através da Gabriela, suas personagens, cenários e ações. É-lhe atribuída, assim como à televisão, o poder de educar ou deseducar, principalmente, num país com uma grande percentagem de analfabetos e tradicionalmente afastado das práticas políticas. Por exemplo, numa comparação entre a telenovela e o telejornal, Mário Castrim do DL, chamava a atenção para o papel educador da primeira — e por extensão do audiovisualismo — apesar, de iniciar o artigo referindo a sua qualidade de produto industrial consumido por grandes audiências (Cunha, 2003: 12-13); a tematização dos atores e suas personagens, as suas visitas, ou possíveis visitas constituem um outro foco denunciador do fenómeno inédito, da indústria cultural e de audiências, em que se tornou a telenovela entre nós. O agendamento privilegia tanto a dimensão ética e social da personagem — evocadas muitas vezes através da obra de Jorge Amado (por exemplo, Glorinha, o coronel Ramiro Bastos, Mundinho, etc.) — como a informação descritiva, tentando confrontar ator/personagem (Cunha, 2013: 14). Como é possível verificar, esta telenovela foi um marco na história da televisão portuguesa, numa

altura em que se começou a discutir publicamente outras questões como a sexualidade, o divórcio, o aborto e o erotismo, ligadas a um novo entendimento do papel da mulher na sociedade que conduziu à sua emancipação. Segundo Cunha (2003):

“Não é por acaso que a maioria dos artigos, críticas e reportagens sobre a Gabriela incide sobre as personagens femininas. São elas que interpretando papéis principais ou secundários suscitam o maior espanto e perplexidade nos públicos portugueses, num momento em que a cidadania feminina surgia consubstanciada na enorme participação das mulheres em todas as movimentações sociais, nos bairros, nas campanhas de alfabetização, na reforma agrária e nas empresas. As imagens da mulher apresentadas nesta telenovela dão origem a uma discussão sobre a sensualidade exacerbada das mulheres nos trópicos — um tema recorrente na mitologia portuguesa — proporcionando, quer um espaço para novos valores e padrões estéticos, quer uma rutura com os modelos/estereótipos tradicionais da sexualidade e sensualidade das mulheres portuguesas. Gabriela, Glorinha, Malvina, Jerusa, Maria Machadão e as meninas do Bataclã apresentam, não só novos modelos estéticos de mulher, como éticas de comportamento feminino, fundados na valorização das características físicas e intelectuais, mensagens que as mulheres portuguesas, sobretudo as adolescentes e mais jovens, irão copiar, não só no comportamento como nos penteados e nas roupas. Nos inquéritos realizados pelos jornais estas imagens surgem em claro/escuro quando as mulheres inquiridas se pronunciam sobre as diferenças entre as lutas travadas na telenovela pela emancipação feminina e o que era, no momento, a realidade da mulher em Portugal. Comparam a liberdade de fumar, conduzir um carro, usar calças e namorar com a “escravatura” vivida pelas mulheres e meninas de Ilhéus (mesmo quando uma das inquiridas diz que não vê mais a Gabriela porque o marido não vai em cantigas). Uma outra inquirida, professora primária, introduzindo o tema da sexualidade, considera que a telenovela tem efeitos negativos nas crianças porque na minha escola andam todos aos beijinhos, como o Nacib...”. (Cunha, 2003: 17)

Relativamente à Igreja Católica, não se pode dizer que tenha sido posta em causa de forma alguma pelo 25 de Abril (Cádima, 2013: 133). Contudo, por vezes, procurou criticar os governantes pela sua recusa em permitir a atribuição de um canal de televisão à Igreja (a televisão mantinha-se inacessível à iniciativa privada). Em 1986, chegou a Portugal a possibilidade da transmissão televisiva via satélite, através de antenas parabólicas, à maior parte dos canais estrangeiros transmitidos pela Eutelsat e a Intelsat, o que também contribuiu para reforçar a discussão sobre o acesso de operadores privados à televisão (Mesquita, 1993: 393-394). É assim que, em 1992 surge a SIC seguida pela TVI, em 1993. Como vimos anteriormente, a programação dos novos canais tornou-se mais apelativa para o público e conquistou mais audiência, satisfazendo a curiosidade popular mas diversificando a informação existente, dando também aso à proliferação do infotainment e dos reality shows. Em suma, a RTP não estava preparada para sofrer esta concorrência por vários fatores e perdeu o seu papel privilegiado junto da audiência. A partir daqui os novos formatos influenciam mais a

sociedade que procura muito o espetáculo, o sensacionalismo e a superficialidade, em vez do conhecimento e discussão séria de várias temáticas. A ficção, inclusive, é importante, quando tem qualidade, mas não pode ser a única representante da cultura portuguesa na programação dos canais, nos períodos de maior audiência. A RTP não tem conseguido corresponder totalmente ao que deve ser esperado de um serviço público de televisão, embora tenha realizado várias mudanças ao longo dos anos, e seria positivo se fosse possível atingir esse estatuto (não podemos esquecer que a captação de publicidade e a dependência política associadas à RTP não contribuem para este cenário desejável, como não contribui o facto dos canais privados também não cumprirem os seus deveres como canais generalistas licenciados, em muitas situações). Como conclui Santos (2002):

“Num país de baixos hábitos de leitura (jornais e livros), a televisão é o principal meio de informação da população. Isto tem muito impacto na opinião pública. A afirmação de que o que é dito na televisão é verdade constitui uma realidade social cada vez mais presente. Os decisores políticos vêem a televisão como o principal palco de projeção das suas propostas. A televisão é, especialmente, um espaço onde se moldam gostos – daí as estrelas, primeiros os jornalistas e os animadores de programas, agora as pessoas do povo anónimo celebrizadas pelos concursos (o Zé Maria do Big Brother, as duas Gizelas do Masterplan).

A televisão privada provocou a deriva da televisão educacional (o objetivo dos canais de Estado atingirem públicos interclassistas, de modo a passar teatro e ópera “para todos”) para a televisão de massas (os concursos para ganhar dinheiro ou, simplesmente, ter a glória de aparecer num programa). Daí, a popularização das notícias (as vozes populares) e do entretenimento (os heróis locais que saltam do anonimato para o estrelato, sendo o seu trabalho o “não trabalhar”). Em Portugal, a maturidade da televisão privada em termos de concorrência, atingiu-se ao fim de oito anos de emissões da SIC e da TVI. A repartição de mercado em proporções semelhantes pelas duas estações, à volta de uma linha de 40% cada, é sinal dessa maturidade, após anos de projeção incipiente da TVI até chegar a challenger.” (Santos, 2002: 105)

Nos últimos anos, as representações têm sido semelhantes na imprensa escrita e nos vários canais de televisão em vários países (Ferin et al., 2009). Muito mais poderia ser dito sobre este tema, mas vejamos apenas algumas referências para reforçar a ideia de que a televisão, principalmente, ajuda a construir a realidade: os grupos minoritários apenas são notícia quando ocorre algo negativo e de forma estereotipada, associando um crime cometido por um conjunto restrito de pessoas a um grupo, raça ou nacionalidade. Segundo Ferin et al. (2009):

“No estudo sobre os assaltos de rua com intimidação física, Hall e outros observam que os imigrantes são utilizados como fontes secundárias dentro de um quadro interpretativo determinado pelas fontes primárias, as quais já previamente definiram os acontecimentos e formaram a opinião pública. No contexto analisado por esses autores, os assaltantes eram na maioria retratados

como negros, o que contribuiu para a colagem da imigração à desordem social instalada nos anos 70 na Inglaterra. Giddens (2004:214) refere que no estudo *Policing the Crisis*, de Stuart Hall e outros (1978) se assinala que o pânico moral (alarme social) em torno dos assaltos de rua fora encorajado tanto pelo Estado como pelos meios de comunicação, como forma de afastar a atenção do desemprego crescente, do declínio dos salários e de outras falhas graves no seio da sociedade” (Ferin, 2009: 111).

Nesta pesquisa foram abordadas mudanças sociológicas, assim como alguns programas paradigmáticos no que respeita à evolução da programação da RTP. No entanto, as escolhas realizadas pelo operador público, as quais se traduzem, na prática, na grelha de programação disponibilizada, também podem ser explicadas, em parte, pela evolução do contexto regulatório que envolve a comunicação social e a radiodifusão. De forma a elaborar uma síntese histórica neste sentido recorreremos, principalmente, ao texto *Repensar o Audiovisual e as Políticas Públicas face ao Digital* (Cádima e Faustino, 2013).

Para o autor, “a história do Serviço Público de Televisão em Portugal, iniciado em 1957 (...) pela RTP, empresa então de capitais privados, mas controlada pelo Estado, que só subscreveu um terço do capital da empresa (...), conta-se em poucas linhas: Os primeiros 17 anos da sua história esteve dominada pelas ditaduras de Salazar e Caetano. De 1974 a 1980, esteve sob o domínio político dos comunistas e da extrema-esquerda, e depois dos socialistas. Nos anos 80 para cá foi o chamado “bloco central” PS e PSD que a mantiveram sempre próxima das suas estratégias políticas e de governo. Salvo uma ou outra exceção, nunca foi, portanto, um verdadeiro SPT nem verdadeiramente independente dos poderes e interesses públicos e privados”.

De acordo com a mesma obra do autor, a consciência da necessidade de ter uma política para o audiovisual surge primeiro a nível europeu, nos anos 80, com o Livro Verde do Audiovisual “Televisão sem Fronteiras”, de Junho de 1984, e, mais tarde, com a Diretiva de 1989, conhecida também pela diretiva “TSF - Televisão sem Fronteiras”. Além de preocupações económicas e de distribuição de programas relacionadas com o estabelecimento de um mercado televisivo, começam a surgir normas que visam regular o conteúdo dos programas. Promovia-se o “respeito pelas quotas de difusão por parte dos operadores de TV de mais de metade do seu tempo de antena a obras europeias, desde que exequível”, a defesa da “diversidade cultural da programação, a proteção dos menores (face aos programas de carácter violento ou pornográfico)” e estabeleciam-se “limites ao conteúdo e à duração da publicidade televisiva e aos patrocínios”.

Em Portugal, foi o surgimento dos canais privados (SIC em 1992 e TVI em 1993) que obrigou a repensar o modo de financiamento e atuação do serviço público para justificar a legitimidade do mesmo enquanto verdadeiro promotor de um serviço público para as pessoas e independente das estratégias/interesses dos sucessivos governos. Na sua tese de doutoramento, Nuno Conde (2017) aborda a problemática da legitimidade do serviço público de media, debruçando-se sobre a RTP, no período

compreendido entre 2002 e 2014. O autor divide o período referido em três momentos que designa por “ciclos políticos”, nos quais analisa as soluções de financiamento e de governação da RTP, adotadas pelo poder político: “O primeiro ciclo político, de centro-direita, compreende a atuação dos XV e XVI Governos Constitucionais liderados, respetivamente por Durão Barroso e Pedro Santana Lopes. Segue-se o ciclo político dos XVII e XVIII Governos Constitucionais, liderados por José Sócrates, do Partido Socialista. Por fim, o terceiro ciclo político, assente numa coligação de centro-direita, com o XIX Governo Constitucional, presidido por Pedro Passos Coelho” (2018: 236). No que se refere ao modelo de financiamento, destaca-se o facto de que em nenhum dos ciclos “o poder político abdicou da possibilidade do operador público RTP recorrer ao mercado publicitário, embora de forma limitada”, suscetível de provocar um impacto negativo na sustentabilidade dos operadores privados” (Conde, 2017: 237). Tal modo de financiamento é motivo de discórdia entre os diversos protagonistas entrevistados pelo autor (2018: 238) que chega à conclusão de que existe um “paradoxo” na política pública para o serviço de rádio e televisão em Portugal:

“Por um lado, no plano retórico, legitima-se a existência do serviço público com o argumento da especificidade da sua missão de interesse público. (...) Por outro lado, ao definir um modelo de financiamento que implica o recurso ao mercado publicitário, o poder político acaba por indiretamente condicionar o serviço público nas suas opções de programação, na medida em que, para captar determinados patamares de investimento publicitário, se vê na contingência de ter que optar por conteúdos do interesse generalizado do grande público, geradores de audiências significativas e em tudo similares à oferta dos operadores privados” (Conde: 238-239).

Para além disso, Conde constata que as alterações mais significativas às modalidades de financiamento e de governação do operador público RTP foram perpetradas durante os ciclos políticos de centro-direita, embora tenha sido também durante os mesmos que foram lançadas “as ideias mais disruptivas e geradoras de incerteza para a coerência e sustentabilidade do modelo de organização do serviço público” (Conde, 2017: 240). O autor refere que as propostas de privatização chegaram a ser formuladas nestes períodos, mas acrescenta que se tratou de uma “estratégia simbólica de afirmação política” abandonada pelo poder executivo “em devido tempo”. Em sentido contrário, afirma que a “governança Socialista, no ciclo político intermédio, pautou a sua conduta pela defesa de um modelo de serviço público em linha com a tradição maioritária na Europa, ou seja, de um operador detido pelo Estado. Procedeu ao aprofundamento das reformas efetuadas pelo PSD e dedicou-se ao aperfeiçoamento da arquitetura jurídico institucional do modelo de organização do serviço público” (Conde: 2017: 240-241). Desta forma, conclui que “são mais os pontos de confluência estratégica entre os primeiro e terceiro ciclos políticos, de centro-direita, e o ciclo intermédio da governação socialista, do que propriamente as situações de confronto ou rutura” (idem).

Assim, passando para aspetos mais concretos das políticas seguidas no período considerado, a primeira década do século XXI ficou marcada essencialmente pela resposta que as políticas públicas pretenderam dar às enormes dívidas acumuladas pelo operador público, que eram, no início da década, superiores a mil milhões de euros (Cádima e Faustino, 2013). A estratégia de reconversão da dívida ficou de certo modo ligada à tutela de Morais Sarmiento (Ministro da Presidência entre 2002 e 2004 e Ministro de Estado e da Presidência entre 2004 e 2005), enquanto a continuação do modelo, sob a mesma administração da televisão pública, então conduzida por Almerindo Marques, acabaria por ser assegurada pela tutela da governação socialista, a cargo de Augusto Santos Silva (Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre 2005 e 2009). Quer um, quer o outro, conceptualizaram de forma aprofundada o seu modelo "ideológico" para a televisão do Estado. Importa, ainda de acordo com Cádima, assinalar "que existem atribuições e competências bem delimitadas na lei da televisão e no contrato de concessão da RTP que, independentemente das estratégias políticas, pretendem garantir ao operador público de televisão não somente um comportamento regulador do mercado, mas sobretudo uma prática clara e inequivocamente distintiva dos operadores comerciais" (2013: 12-13). A título de exemplo, o contrato de Concessão impõe que a televisão pública deve, entre outras coisas, "desenvolver uma programação pluralista, inovadora e variada, que responda a elevadas normas éticas e de qualidade e que não sacrifique esses objetivos às forças do mercado (...); proporcionar uma informação imparcial, independente, esclarecedora e pluralista, que suscite o debate e que exclua a informação-espetáculo ou sensacionalista (...); "privilegiar a produção própria e nacional, nomeadamente de autores qualificados nos domínios da ficção portuguesa e do documentário".

No entanto, face à dívida exorbitante da RTP, no início dos anos 2000, PS e PSD convergiam na necessidade de introduzir reformas profundas no sector público do audiovisual. Vencedor do processo eleitoral (2002), o PSD nomeia Nuno Morais Sarmiento como Ministro da Presidência. A principal opção estratégica que viria a ser seguida tinha a ver com a reestruturação da empresa a partir de uma auditoria de gestão, organizacional e financeira, para além de propor: i) cindir em duas empresas a actual RTP; ii) (...) alienar uma dessas empresas em condições a determinar; iii) concentrar o serviço público de televisão num canal generalista, na RTP internacional e na RTP África; iv) alienar parte, ou mesmo a totalidade, das empresas participadas do grupo RTP; v) quantificar de forma rigorosa e a partir da auditoria atrás referida o custo real do serviço público de televisão; vi) fixar padrões de qualidade para o canal generalista, assente numa definição do que é um serviço público de televisão que defenda a cultura, a língua, a identidade nacional e a coesão social". Para os sociais-democratas, o canal generalista de serviço público não poderia ter preocupações de concorrer com os canais privados, mas deveria ser antes um parceiro ativo na melhoria do panorama audiovisual, com um orçamento fixo e limitado. A estratégia de Morais Sarmiento teve justamente como grande percalço a possibilidade de recentrar a prestação do serviço público num só canal, alienando a RTP2, o que desencadeou então um autêntico vendaval mediático de críticas sobre os projetos do ministro.

Em Setembro de 2002 surgia o Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo ministro com o objetivo de apresentar a "definição de conteúdo e obrigações do novo Serviço Público de Televisão". Entre as principais conclusões a que o grupo chegou encontram-se as seguintes: "A legitimidade do Serviço Público de Televisão decorre da qualidade do conteúdo das suas emissões, da sua independência efetiva face aos vários poderes e da gestão criteriosa dos recursos financeiros suficientes colocados pelo Estado à sua disposição"; "o Serviço Público de Televisão deve obedecer aos seguintes princípios fundamentais: universalidade, coesão, referência e gratuidade". O grupo de trabalho considerava também que o Serviço Público de Televisão deveria ser difundido num canal generalista de cobertura nacional, em sinal aberto, com uma programação de referência no campo da qualidade e da diversidade, sendo que a segunda frequência hertziana deveria ter o perfil alternativo, e deveria ser aberto à sociedade civil. Nada obstava à continuação da emissão internacional, "destinada sobretudo às comunidades portuguesas ou de língua portuguesa". Quanto ao financiamento, para além do dever de assegurar o financiamento adequado aos objetivos e propósitos do Serviço Público de Televisão, este poderia ter publicidade nos limites legais, devendo reverter, segundo o documento, para investimento em produção nacional. O Grupo de Trabalho recomendava ainda que fosse criado um órgão regulador do audiovisual, uma Provedoria do Serviço Público de Televisão, "com competência para avaliar queixas e interpelações e capacidade para recomendar medidas aos órgãos próprios da entidade emissora" e ainda que fosse salvaguardado como bem público o arquivo da RTP.

Parte importante do modelo estratégico de Morais Sarmiento seria a Lei da Televisão, que se deveria orientar por princípios básicos constitutivos da reforma do sistema. Entre eles, a ética de antena para promover a dignidade da pessoa humana, protegendo os públicos mais sensíveis, designadamente as crianças e jovens, sendo certo que nesta matéria o operador que detém a concessão de serviço público mantém obrigações específicas resultantes da sua missão; a não permissão de programas suscetíveis de influir negativamente nas crianças ou nos públicos sensíveis, que deveriam ser transmitidos entre as 24h00 e as 6h00 horas, acompanhados de sinalética, isto também no cabo. Outros aspetos relevantes na estratégia de Morais Sarmiento tiveram a ver com o reforço das regras da transparência da propriedade dos operadores televisivos; com o reforço das regras da concorrência, no âmbito da atividade televisiva; com o assegurar a presença dos operadores de sinal aberto nas novas plataformas; com protocolar o intercâmbio entre operadores, designadamente para o fornecimento de conteúdos para os canais internacionais; e, finalmente, assegurar o financiamento dos Serviços Públicos de Radiodifusão e de Televisão via Orçamento e através de uma Contribuição para o Audiovisual pela reformulação da anterior taxa de radiodifusão.

Seguidamente, na primeira legislatura de Sócrates, em 2005, Augusto Santos Silva passa a deter a tutela dos media. A elaboração de uma nova Lei de Televisão para 2006 anunciava a introdução de algumas retificações à anterior legislação, nomeadamente em matéria de monitorização do sistema audiovisual, algo que não estava devidamente salvaguardado face ao "delirante processo da renovação das licenças

televisivas dos operadores privados SIC e TVI” (Cádima, 2013: 19) e à percepção de que faltava qualidade ao serviço público, enquadrado numa lógica de “competição” com a programação dos canais privados. O consulado Santos Silva procurou desde logo responder ao desígnio deste sector público com um anteprojeto de Lei, que de início deu alguma celeuma, tendo chegado ao limite da acusação de objetivos censórios. Cádima recorda, a esse propósito, a crónica de Pedro Adão e Silva, intitulada “O rato pariu uma montanha”, onde o autor salienta a “timidez” da nova lei para regular aspetos importantes e atribui as críticas dos operadores privados de televisão à suspeita de que “mais do que discordarem desta proposta de lei em concreto, estão contra a existência de uma entidade que os regule e de uma lei que os limite” para que possam continuar a optar por uma “degradação da oferta que chega a ser difícil perceber onde vai parar”. Em síntese muito genérica, trata-se de uma Lei que surgiu com aspetos claramente positivos face à anterior (maior exigência, monitorização do sistema, cadernos de encargos, etc.), mas que porventura não serão aplicáveis dados os flancos abertos por todo um articulado de indefinições e de submissões a uma diretiva europeia sem especificidades fortes direcionadas para o caso português e as suas múltiplas debilidades e iliteracias. Uma lei, no fundo, pensada para manter o ‘apartheid’ cultural entre RTP1 e RTP2, e para formatar uma RTP1 com menores exigências do que as assumidas pelo legislador face aos próprios operadores privados. A Proposta de Lei de TV é aprovada no Conselho de Ministros de 22 de Fevereiro de 2007, sendo que, de acordo com o comunicado oficial, esta Proposta de Lei prevê o fim da “concessão especial de serviço público”, integrando o atual serviço de programas A:2 na concessão única. Mas a fase final de aprovação da Lei no Parlamento não foi pacífica. Os media destacavam algumas das principais críticas, que vieram sobretudo dos operadores privados e em boa parte pela voz da CPMCS. SIC e TVI estariam sobretudo contra “a definição do Produtor Independente, onde foi incluído que este terá a detenção da titularidade dos direitos sobre as obras produzidas”; contra “a contagem dos patrocínios para o tempo limite de publicidade; contra a obrigação dos “operadores privados apresentarem, incluindo nos horários de maior audiência, uma programação diversificada e plural”; contra os “exames quinquenais” da ERC (...)”, etc.

A atualização da proposta de Lei trazia também a redução de poderes do próprio regulador, afirma Francisco Rui Cádima citando o Diário de Notícias: “(...) a versão inicial considerava desobediência qualificada o incumprimento por parte dos operadores das obrigações estabelecidas para a atividade televisiva. Esse articulado foi retirado do anteprojeto (...). Além disso, a ERC não vai ter de aprovar os estatutos editoriais dos canais televisivos, que têm de os tornar públicos e têm carácter vinculativo”. Outras críticas genéricas já haviam sido respondidas pelo próprio governo, através da uma “Nota de Imprensa”, que pretendia esclarecer uma manchete do Expresso de 25 de Novembro de 2006. Cádima considera que a intenção era “desmentir” o que havia sido dito no semanário, designadamente que “o Governo quer introduzir novos “limites à liberdade de programação” e confere à ERC o poder de, em caso de incumprimento, “ordenar a suspensão imediata da emissão”. E ainda que “o Governo quer controlar os conteúdos televisivos, dando mais poderes à

entidade reguladora para a comunicação social". Entretanto, a 3 de Abril de 2007, a proposta de Lei da TV era aprovada na generalidade só com os votos da bancada do PS, tendo obtido os votos contra do PSD e a abstenção de PCP, CDS-PP, BE e Verdes.

Mais tarde, já com Jorge Lacão na tutela, a segunda legislatura de Sócrates aprovaria nova Lei da Televisão (Lei n.º 8/2011, de 11 de Abril), transpondo a Diretiva 2007/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro (Diretiva "Serviços de Comunicação Social Audiovisual"). O diploma passou a eliminar o intervalo mínimo de vinte minutos entre pausas publicitárias e vem obrigar os canais a publicar na Internet informações específicas relativas à propriedade das respetivas empresas. A lei havia sido aprovada pelo Parlamento em Fevereiro de 2011, com os votos favoráveis do PS, as abstenções do PSD e do CDS-PP, e votos contra do PCP, BE e PEV (Cádima, 2013). Após o ano de 2012, o contrato de concessão da RTP foi revisto em janeiro de 2014 e em março de 2015. Sobre este aspeto Nuno Artur Silva, administrador da RTP desde Fevereiro de 2015, afirma o seguinte: "Estabelecemos que a RTP1 é o grande canal generalista. Podemos dizer que se isto fosse urbanismo era a praça central da cidade, onde toda a gente pode estar, deve estar e tem lugar. Os pobres, os ricos, os mais cultos e os menos cultos, os que se interessam por uma coisa e os que se interessam por outra. É a grande praça onde toda a gente se encontra (com patamares de referência e de qualidade). Daí, a RTP1 deve ser um canal onde se pode ver futebol, uma série portuguesa, um documentário, o grande debate do "Prós e Contras", o programa popular do Fernando Mendes, ou a série da BBC 'Versalhes', por exemplo".

Em 2014, durante a legislatura PSD/CDS, foram igualmente definidos novos estatutos para a RTP, através da proposta de Lei n.º 195, aprovada na especialidade a 6 de junho, com votos contra da oposição. O PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, pretendia privatizar um dos canais da RTP, enquanto o CDS, cujo líder era Paulo Portas, se opunha a esse processo. Assim, a principal alteração trazida pela referida lei resultou de um acordo entre ambos: a criação de um Conselho Geral Independente (CGI), um novo órgão que herdava as competências de administração que antes estavam sob a tutela do Governo. Tal entidade não tem poderes de gestão, embora possa, em circunstâncias definidas pela Lei, "propor a destituição dos membros do conselho de administração, nos termos do artigo 23º". Desta forma, a RTP permanecia pública e, simultaneamente, tornava-se possível retirar ao operador o peso institucional do Estado. Este órgão tem, então, por missão supervisionar e fiscalizar o "cumprimento das obrigações de serviço público de rádio e televisão previstas no contrato de concessão celebrado entre a sociedade e o Estado, cabendo-lhe escolher o conselho de administração e respetivo projeto estratégico para a sociedade, bem como definir as linhas orientadoras às quais o mesmo projeto se subordina" (artigo 8.º). O conselho geral independente é composto por seis elementos, ou seja, um presidente e cinco vogais (artigo 9.º). Os membros do conselho geral independente são escolhidos entre "personalidades de reconhecido mérito, assegurando uma adequada representação geográfica, cultural e de género, com experiência profissional relevante e indiscutível credibilidade e idoneidade pessoal". Dois deles são indigitados

pelo Governo, outros dois indigitados pelo conselho de opinião e os outros dois cooptados pelos quatro membros indigitados (artigo 14.º). Os mandatos dos membros do conselho geral independente têm a duração de seis anos, não podendo ser renováveis (artigo 15.º).

Para sintetizar o contexto até aqui enunciado, recorremos a Conde (2017) que insere as opções adotadas no ciclo político de governação socialista na corrente de pensamento que designa por “expansionista”. Já às ideias dos ciclos políticos de centro-direita apresentam-se mais difíceis de classificar: “embora os cenários disruptivos de privatização da RTP sejam agrupáveis na perspetiva reducionista, assente na abordagem da falha de mercado, não cremos que tal enquadramento seja possível para as reformas dos modelos de financiamento e de governação conduzidas pelos XV e XIX Governos Constitucionais” (2017: 242). Consequentemente, Conde identifica a necessidade de investigações posteriores aprofundarem o modelo teórico proposto na sua tese, designadamente através da ponderação de outras variáveis “como sejam a natureza dos sistemas políticos e regulatórios vigentes” (idem). Por fim, o autor deixa uma sugestão para futuros trabalhos, no sentido de se aprofundar a “problemática da legitimidade do serviço público na era digital, numa ótica comparada. A partir da interligação entre as esferas económica e política, com o devido enquadramento histórico e regulatório, importará investigar o sentido da evolução do papel do Estado no ecossistema dos media, em particular enquanto agente económico e regulador do mercado da comunicação” (2018:242).

7. Referências Bibliográficas

Barreira, C. et al. 1993. Valores e Mentalidades pp.490-508. In Portugal – 20 Anos de Democracia (coord. de Reis, António). Lisboa, Círculo de Leitores.

Brants, K. 1998. Quem tem medo do infotainment? *European Journal of Communication*, vol. 13(3): 315-335. Universidade de Amesterdão. Tradução de Estrela Serrano. *Media & Jornalismo*, (7) 2005, pp. 39-58 [Online]. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6188/5612>

Canavilhas, J. 2001. O domínio da informação-espectáculo na televisão. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

Cádima, F. R. e Faustino, P. (2013). *Políticas Públicas, Media e Estado*. Lisboa: Formalpress/Media XXI.

Cádima, F. R. 1995. A RTP nas Eleições de 1958 – História de uma perseguição. *História*, No 30º aniversário do assassinio de Humberto Delgado. Ano XVII, nº 5, Fev., pp. 16-23 [Online]. Disponível no Moodle da Cadeira

Cádima, F. R. 1996, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença.

Cádima, F. R. 2002. A Comunicação Social em Portugal no Século XX - Fragmentos para a História de um Servidor de dois Amos. In Fernando Pernes, Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX. Lisboa: Fundação de Serralves e Afrontamento, pp.179-207 [Online]. Disponível em: <http://docs.paginas.sapo.pt/RVCC/cadima.htm>

Cádima, F. R. 2006. A Televisão 'Light' rumo ao Digital, Lisboa, Edições Media XXI.

Cádima, F. R. 2009. O Telejornal e a Guerra Colonial (1961-1974). Anuário Lusófono, pp. 97-114. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/763/683>

Cádima, F. R. 2010. Imagens e representações da ditadura portuguesa na televisão (1957-1974). Logos 32, Comunicação e Audiovisual. Ano 17, Nº01, 1º semestre, pp. 56-69. [Online]. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/631/667>

Cádima, F. (2013). Repensar o Audiovisual e as Políticas Públicas face ao Digital. In Cadima, F. & Faustino, J. P. *Políticas Públicas, Media e Estado*. Lisboa: Formalpress/Media XXI.

Cádima, F. R. 2013, A questão da Televisão da Igreja em Portugal. História, Media, Poder. Lisboa, Edições Media XXI, pp. 131-221.

Carrapatoso, M. (2014). Conselho Geral Independente da RTP. O que é isso? *Observador* (online). Disponível em: <https://observador.pt/2014/12/02/conselho-geral-independente-da-rtp-o-que-e-isso/>

Conde, Nuno (2017). Legitimidade do serviço público de media e relações de poder: o caso português (2002/2014). Tese de doutoramento, UCP, 2018.

Cunha, I. F. 2003. A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

Ferin, I. et al., 2009. Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e na Televisão: 2008. Edição: Entidade Reguladora para a Comunicação Social [Online]. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/publicacoes>

Garcia, D. C. D. et al. 2006. A explosão do fenómeno: reality show. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

Lopes, F. 2006. Dos excessos da TV generalista: Retratos da informação semanal emitida em horário nobre. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

Mesquita, M. 1993, Os Meios de Comunicação Social pp.360-395. In Portugal – 20 anos de Democracia (coord. de Reis, António), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 360-405.

Pereira et al., 2009. A Televisão e as Crianças. Um ano de programação na RTP 1, RTP2, SIC e TVI. [Online]. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho. Edição: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/publicacoes/a-televisao-e-as-criancas-um-ano-de-programacao-na-rtp1-rtp2-sic-e-tvi>

Rebelo, J. 1993. No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal. Análise Social, vol. xxviii (122), pp.653-677. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223291730D2wWE2be2Wx05ND1.pdf>

Portal da Comunicação Social (2014). Serviço Público de Televisão. Disponível em: <http://www.gmcs.pt/pt/servico-publico-de-televisao>

Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Serviço Público de Televisão (2002). <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/relatorio-final-2002.pdf>

RTP, 2009. Museu Virtual. Galeria de Conteúdos TV [Online]. WIZ Interactive. Disponível em: http://museu.rtp.pt/#/pt/programas_tv

RTP, 2010. História [Online]. Disponível em: <http://www.rtp.pt/wportal/sites/radio/75anos/historia.php>

RTP, 2011. Televisão, Programas, Último a Sair [Online]. Produção: Até ao Fim do Mundo. Disponível em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p24118>

Santos, R. 2002. Dez anos de história na SIC (1992-2002). Revista Observatório do OberCom (Observatório da Comunicação) Nº 6 “Televisão, qualidade e serviço público”, novembro [Online]. Disponível em: <http://www.obercom.pt/content/141.cp3>

Sena, N. M. 2002. A Interpretação Política do Debate Televisivo 1974/1999, Lisboa, Editor: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Silva, E. L. e Menezes, E. M. 2005. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação [livro eletrónico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf

Sousa, H. e Santos, L. A. 2003. «RTP e Serviço Público, Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição» in Pinto, Manuel et. al. A Televisão e a Cidadania, Contributos para o debate sobre o Serviço Público [Online], Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1002/1/helenasousa_lu%C3%A4Dssantos_RTP_2003.pdf

Sousa, J. P. 2008. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

Vaz, D. I. D. 2009. A Informação Televisiva: Análise dos Noticiários das Televisões Generalistas em Portugal. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/>

2.2.2 Os media e o pluralismo em Portugal

Cádima, F. Rui, Silva, Marisa Torres da Silva e Martins, Luís Oliveira Martins. Os media e o pluralismo em Portugal” (2016). Actas do III Simpósio OBCOM - Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura, pp. 99-113. USP - Universidade de São Paulo.

<http://www.mmarte.com.br/obcom2016v2/Liberdade%20de%20expressao%20atualidades.pdf>

Introdução

De um modo genérico pode dizer-se que, em matéria de media e pluralismo, a avaliação que fazemos do caso Português é, no seu conjunto, positiva. Significa que não há domínios específicos com altos níveis de risco, embora existam alguns problemas importantes para resolver. No que diz respeito ao quadro jurídico, existem várias regras específicas e algumas de âmbito mais geral que permitem dar cumprimento ao pluralismo no sector dos media.

Portugal tem, para além do mais, uma entidade reguladora que monitoriza as questões-chave do sector da comunicação social, designadamente, a questão da transparência da propriedade, o pluralismo dos media, o Public Service Media (RTP), isto é, o sector público da televisão e da rádio, fazendo-o, nomeadamente, através de auditorias, relatórios, pareceres e vários estudos aplicados ao sector.

No que diz respeito, em particular, à televisão e à rádio pública, existem expectativas positivas relativamente ao futuro, sobretudo após a criação do Conselho Geral Independente da RTP, em setembro de 2014. Mas temos que esperar e ver os principais resultados deste novo órgão de supervisão, que é agora responsável pela escolha do conselho de administração da RTP. No entanto, podemos dizer que em geral há diversas áreas suscetíveis de melhoria no quadro do sistema de media em Portugal, a saber: o controlo dos meios de comunicação nomeadamente em matéria de propriedade cruzada; as questões de auto-regulação e a independência dos meios de comunicação sob o ponto de vista editorial; e ainda o acesso aos meios de comunicação social por parte de grupos sociais e culturais, bem como das comunidades locais.

Domínio básico

Proteção da Liberdade de Expressão

No que diz respeito à proteção da liberdade de expressão em Portugal, é para nós evidente que há uma aplicação efetiva das salvaguardas regulamentares para de modo a garantir liberdade de expressão, tal como estabelecido na Constituição da República portuguesa. O Estado também é subscritor do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, nomeadamente o seu artigo 19, que abrange normas sobre a liberdade de expressão, bem como do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, sendo que ambos codificam as duas séries de direitos esboçados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: os direitos civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais.

Restrições à liberdade de expressão são claras e estritamente definidas na lei, em conformidade com as normas internacionais e regionais de direitos humanos. Só em caso de estado de sítio ou do estado de emergência declarado na forma prevista na Constituição da República (artigo 19) é aceitável a suspensão do exercício dos direitos.

No que diz respeito à difamação, e dado que a sua criminalização pode colocar em risco questões relacionadas nomeadamente com a liberdade de expressão dos jornalistas, o Código Penal Português reconhece duas grandes formas de ofensas à honra (punidas com pena de prisão): i) "difamação", é definida como alegação de um fato ou formulação de um juízo (ou a sua reprodução) sobre uma terceira pessoa que seja ofensivo à honra ou reputação dessa pessoa; e ii) "injúria", definida como alegação de um fato ou expressando palavras ofensivas diretamente a uma pessoa entendida como ofensiva em relação à honra ou à reputação da pessoa. Nesta matéria, pensamos que é importante atualizar as leis sobre a difamação/injúria de forma a prever defesas legais, necessárias e suficientes, que possam ser instrumentos jurídicos adequados contra uma alegação de difamação, sobretudo para garantir que não haverá limitações injustificadas à liberdade de expressão, ou de ter um "efeito inibidor" sobre o trabalho dos jornalistas.

De acordo com a lei geral, não há recursos legais específicos em caso de violação da liberdade de expressão dos cidadãos. Mas, tal como refere Francisco Teixeira da Mota - advogado e colunista do jornal "Público": "A liberdade de expressão, no que podemos considerar o seu núcleo essencial, está garantida no nosso país" (2013: 97). No que diz respeito, por exemplo, ao "direito de resposta" está também assegurado em legislação específica para os diferentes meios de comunicação (imprensa, rádio e TV).

De resto, não há casos de violações da liberdade de expressão no nosso país. Na prática, não temos nenhum caso conhecido de ocorrência de violações, ou tão pouco relatórios sobre violações, provenientes de ONG, ou citados por jornalistas, ou por outras fontes. E no que diz respeito a casos de violações da liberdade de expressão on-

line, procurando avaliar se houve alguma forma de violação à liberdade de expressão na internet, também não temos casos que sejam pelo menos conhecidos, por exemplo de práticas de filtragem, bloqueio de sites, e / ou censura nas redes sociais. Não encontramos nenhum caso de interferência relatada por atores relevantes, como ONG, pesquisadores ou jornalistas. Em outros casos, por exemplo em matéria de infrações online, tais como o incitamento público à violência ou ao ódio, por motivos racistas e xenófobos, existem várias situações, nomeadamente no que diz respeito à liberdade de expressão designadamente te em sede de comentários dos leitores em páginas da web de media, não cumprindo a recomendação do regulador (ERC) nesta matéria.

Proteção do direito à informação

No que diz respeito à proteção jurídica do direito à informação, podemos dizer que este é expressamente reconhecido na Constituição da República, no artigo 37 - Liberdade de expressão e de informação ("Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações"), sendo que os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo, por exemplo, do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna ou à intimidade das pessoas, e o artigo 268 (direitos e garantias dos Cidadãos). Este último diz, nomeadamente, que " Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas". A Constituição Portuguesa refere-se também ao direito " à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação" – Artigo 26 (Outros direitos pessoais).

Restrições à liberdade de informação, por motivos de privacidade, previstas na legislação nacional estão estreitamente definidas de acordo com as normas internacionais, nomeadamente com a Recomendação Rec(2002)2 sobre o acesso aos documentos oficiais pelo Conselho de Ministros. Existe um mecanismo de recurso em caso de recusa de acesso à informação – trata-se da entidade administrativa independente CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, ou em caso de qualquer afronta à privacidade, os próprios tribunais (Código Civil, artigo 80). Enfim, existem muitas queixas e / ou pedidos de aconselhamento jurídico em 2015/174 conselhos legais de CADA (473 em 2014; 396 em 2013). A eficácia dos mecanismos de recurso existentes estão sujeitos a alguma evidência de violações regulares, ou, noutras situações, a alguns atrasos, como podemos ver, por exemplo, no caso da CRESAP.

Reconhecimento legal do pluralismo nos media

Em Portugal o pluralismo da comunicação social é uma parte intrínseca da liberdade de imprensa. Na legislação dos media a questão do pluralismo tem múltiplas referências, nomeadamente em matéria de propriedade, de concorrência e de pluralismo propriamente dito. No entanto, existem estudos académicos, e outros, relatórios, etc., sobre o pluralismo nos meios de comunicação (realizados a um nível global, não só em Portugal) que apontam para o facto de não estar assegurada a melhor análise sobre categorias de conteúdo específicas, tais como: outras vozes da cidadania, ou de cidadãos independentes reconhecidos publicamente, outra vozes no sistema político, as minorias, grupos étnicos, etc. O que significa que as metodologias de pesquisa e de análise de conteúdo devem passar a considerar, ou dar um peso mais significativo designadamente à categoria "outras vozes", a fim de permitir tirar daí ilações claras e permitir argumentar no sentido do reforço dos critérios e da especificidade do pluralismo nos meios de comunicação em geral.

A profissão de jornalista, standards e proteção

Em geral, o acesso à profissão jornalística é aberto, não há nenhuma barreira especial para exercer a profissão em Portugal.

Há uma baixa participação tradicional de jornalistas portugueses em eleições sindicais. O ano de 2014 provavelmente representa um ponto de viragem, com duas listas concorrentes para a liderança, embora o número de votos – 642 represente um pouco mais de 10% dos jornalistas portugueses. Há também uma falta de auto-regulação nesta profissão em Portugal (Camponês, 2009). Existem alguns riscos em matéria de independência e / ou respeito pelas normas profissionais na área editorial, talvez devido à reduzida capacidade de intervenção no terreno do conselho deontológico do sindicato, ou também devido à baixa assertividade dos conselhos editoriais ou de redação nas empresas, falta de auto-regulação na profissão, ou mesmo devido à falta de um Conselho de Imprensa.

No que diz respeito às condições de trabalho dos jornalistas em nosso país, podemos dizer que existem algumas irregularidades nos pagamentos, desregulação em matéria de estágios e insegurança e precariedade de emprego que atinge atualmente dimensões críticas, em função da crise económica que atinge o país. Não há nenhuma evidência clara - mas há uma suspeita - que entidades comerciais ou mesmo patronais dos media influenciam, ou procuram influenciar o conteúdo editorial das empresas de comunicação social. Num outro plano, podemos dizer que existem, na legislação portuguesa, salvaguardas regulamentares para a proteção das fontes jornalísticas.

Independência e eficácia da autoridade de regulação

Em Portugal, a regulação dos media é da competência da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Esta autoridade tem as suas próprias garantias de independência, bem como as suas incompatibilidades bem especificadas, o que lhe confere a capacidade de exercer as suas competências com imparcialidade e transparência. No entanto, para reforçar a sua independência, estamos de acordo com algumas opiniões e setores da sociedade portuguesa que acreditam que é importante que os membros das entidades reguladoras também possam ser indicados e / ou nomeados pelo Presidente da República, de forma a melhorar e garantir uma maior independência dos sistemas de regulação em Portugal.

No que diz respeito às decisões da autoridade de regulação proferidas em relação aos meios de comunicação, existem mecanismos de recurso claros na legislação. Do nosso ponto de vista, a ERC usa os seus poderes, na prática, no sentido do interesse público, ou seja, não há nenhuma evidência formal de um uso irregular das suas competências. É transparente, responsável, integra um bom departamento de estudos de media e publica regularmente informações sobre as suas atividades, bem como os relatórios sectoriais.

De referir ainda uma outra entidade de regulação. Em Portugal, a AdC - Autoridade da Concorrência, tem poderes transversais de regulação sobre a economia portuguesa para a aplicação das regras de concorrência, nomeadamente no que respeita à concentração dos media, em coordenação com a regulação sectorial, neste caso a ERC. Há garantias constitucionais ou legais explícitas e salvaguardas regulamentares para a independência da Autoridade da Concorrência, bem como da Autoridade de Telecomunicações – Anacom (que regula o sector das telecomunicações e comunicações eletrónicas), de qualquer interferência política ou comercial. E das decisões destas autoridades, existem naturalmente mecanismos de recurso eficazes em vigor.

Inclusão

Acesso/cobertura universal – serviço público de comunicação social; Internet

A existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão assegurado pelo Estado está garantido por lei, no nº 5 do artigo 38º da Constituição da República Portuguesa (Assembleia da República, 2005) e no artigo 5º das Leis da Televisão (27/2007) e da Rádio (54/2010).

No entanto, o processo de transição da televisão analógica para a Televisão Digital Terrestre (TDT) (Anacom, 2012), bem como a expansão da rede Digital Audio Broadcast (DAB) (WorldDAB, 2015), podem constituir fatores de risco no que respeita à cobertura e o acesso ao serviço público de comunicação social.

Relativamente à Internet, a percentagem de rede de banda larga é de 98% em zonas rurais (IHS Inc. and Valdani Vicari & Associati Portugal, 2013), mas apenas cerca de 60% da população portuguesa tem acesso a Internet de banda larga (Eurostat, 2013). De acordo com o Net Index/Oookla (2015), as velocidades de download (33 Mbps) e de upload (7 Mbps) podem igualmente ser consideradas como fatores de médio e de elevado risco, respetivamente, neste indicador.

Sistema mediático

Sublinhamos, neste indicador, a ausência de informação exata e atualizada sobre o grau de centralização, a nível nacional, do sistema mediático português.

No entanto, de acordo com os dados disponíveis (ERC, 2010, 2009; Davim, 2012), podemos inferir que este apresenta um elevado nível de concentração a nível nacional, uma vez que, em particular no que respeita às rádios e aos canais de televisão de sinal aberto locais ou regionais, o seu número é muito reduzido em relação aos media de âmbito nacional.

Nesse sentido, num relatório sobre a TDT em Portugal, a Autoridade da Concorrência recomendou o “desenvolvimento das ações necessárias à disponibilização em sinal aberto de um maior número de canais, tanto públicos como privados, e de âmbito nacional e regional, uma vez que a presente oferta de canais parece estar manifestamente aquém das possibilidades da rede de difusão e daquilo que seria desejável” (AdC, 2013: 48).

Acesso aos media: Grupos sociais e culturais, comunidades locais

No caso específico da televisão, o propósito de satisfazer “as necessidades informativas, recreativas e, em especial, educativas, formativas e culturais dos diversos segmentos culturais do público” é remetido para um “segundo serviço de programas generalista”, “aberto à participação da sociedade civil”, conforme se lê no artigo 52º da Lei da Televisão (27/2007), respeitante à concessão de serviço público de televisão. A mesma lei, no mesmo artigo, prevê a existência de dois serviços de programas televisivos especialmente destinados às regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

No entanto, podemos dizer que a prática de difusão de programas noticiosos regionais e, também, de notícias locais é menos frequente do que o expectável. O Relatório de Regulação da ERC, de 2014, confirma a prática de acesso e de procura da diversidade no canal RTP2, mas sublinha que esse pluralismo (quer de programas, quer no que diz respeito ao acesso de grupos sociais e culturais) é limitado no caso da RTP1.

Existência de plataformas para media comunitários

Em Portugal, não existe definição nem enquadramento legal para os meios de comunicação comunitários (Jedrzejewski & Oliveira, 2015: 255-257; Prina et al., 2013), comumente definidos como meios de comunicação sem fins lucrativos, propriedade da comunidade que visam servir, que se possam constituir como uma oportunidade de difusão de ideias, cultura, tradições e hábitos sociais de uma comunidade. Ao contrário de países como o Brasil, Reino Unido, França ou Espanha, não há tradição deste tipo de media no panorama mediático português.

Isso não significa, porém, que não existam projetos de rádio comunitária, atual e maioritariamente, com presença na Internet, sem fins lucrativos, representando a ideia de “emancipação” da audiência (Jedrzejewski & Oliveira, ibidem) ou publicações impressas que tenham como público-alvo comunidades imigrantes residentes no país (Salim, 2008).

Acessibilidade de pessoas com deficiência aos media

A legislação e documentação nacional existentes sobre a promoção e defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência dá especial ênfase à acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação social, em particular na Lei da Televisão, nos artigos 34º e 51º (Grupo de Reflexão Media e Deficiência, 2011; Bachmeier, 2014: 20; Assembleia da República, 2007).

Literacia mediática e educação para os media

As atividades e os projetos de educação para os media têm vindo a diversificar-se, devido aos esforços de vários agentes, nomeadamente a academia, a sociedade civil e o próprio sector dos media (Jorge et al., 2014: 168-171). No entanto, sublinha-se a ausência de uma política pública claramente direcionada para o tema, que possa transformar iniciativas fragmentadas numa estratégia efetiva de promoção da sustentabilidade de projetos de literacia mediática (Costa et al., 2014: 25).

Propriedade

Enquadramento regulamentar

Em Portugal, não existe uma lei geral para a concentração dos meios de comunicação social. Não existem limites objetivos para a concentração diagonal (cross-media). As operações de fusão e aquisição envolvendo empresas de media são apreciadas, caso a caso, pela Autoridade da Concorrência (AdC) e pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

As leis que enquadram a propriedade dos media são implementadas dentro de cada um dos subsectores. No subsector da televisão, existem limites baseados em critérios objetivos e quantitativos. A Lei N.º 8/2011 (art. 4-B) estipula que nenhum indivíduo ou entidade coletiva está autorizado a controlar mais de 50% do número total de licenças da televisão em sinal aberto.

O subsector da radio também tem vários limites específicos em termos de propriedade. Estes estão previstos na Lei N. 54/2010 (art. 4). Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 10% do número total das licenças atribuídas no território nacional. Nenhuma pessoa singular ou coletiva do sector privado ou cooperativo pode deter um número de serviços de programas de âmbito nacional em frequência modulada igual ou superior a 50% dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura e para a mesma faixa de frequência. Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter no mesmo distrito, na mesma área metropolitana, no mesmo município ou, nas regiões autónomas, na mesma ilha, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 50% dos serviços de programas com o mesmo âmbito habilitados em cada uma das circunscrições territoriais referidas.

Em contraste com a televisão e a rádio, o subsector da imprensa é essencialmente baseado em princípios e políticas de “laissez faire”. As leis da imprensa (Lei N.º 2/99 e Lei N.º 19/2012) não estabelecem limites objetivos, aplicáveis especificamente a este subsector. O enquadramento regulamentar prevê critérios qualitativos mas não quantitativos.

Em todos os subsectores acima referidos, o excesso de concentração horizontal (monomedia) pode ser evitado através da legislação geral da concorrência, que tem em consideração as especificidades do sector da comunicação social. A AdC e a ERC podem intervir, caso tal se revele necessário.

Em Portugal, as leis subsectoriais incluem obrigações de transparência. Em Julho de 2015 foi aprovada uma nova lei para a transparência da propriedade dos media (Lei n.º 78/2015), aplicável ao sector da comunicação social na sua globalidade (e não apenas a subsectores).

Propriedade dos media e estruturas de mercado

Os mercados dos media portugueses organizam-se, na maior parte dos casos, em estruturas oligopolísticas. Nas últimas décadas, verificaram-se importantes mutações no sector da comunicação social, que contribuíram para níveis crescentes de concentração.

No mercado da televisão, os serviços em sinal aberto são atualmente fornecidos por três operadores: RTP (detida pelo Estado), SIC (detida pelo grupo privado Impresa) e

TVI (detida pelo grupo privado Media Capital). A RTP é um prestador de serviço público. A SIC e a TVI são típicas operadoras de televisão comercial.

Os mercados da rádio são diversificados, nomeadamente ao nível local. No entanto, Portugal tem apenas quatro grupos empresariais com serviços de rádio de âmbito nacional: RDP (detido pelo Estado), Renascença (detido pela Igreja Católica), Media Capital (capital privado) e Global Media (capital privado).

O subsector da imprensa também é diversificado ao nível local. No entanto, os mercados de jornais de cobertura nacional são controlados por um número reduzido de grupos privados. Os grupos dominantes são Cofina, Global Media e Impresa.

É muito difícil estimar quotas de mercado no subsector da imprensa, dada a escassez de dados completos e/ou atualizados sobre alguns grupos empresariais, nomeadamente o Global Media e o Ongoing. Nos últimos anos, estes grupos não cumpriram todas as suas obrigações de prestação de informação junto do regulador (ERC, 2014 e 2015).

Os mercados dos media em Portugal são caracterizados por níveis significativos de concentração cross-media. O grupo de comunicação social Impresa, o maior do mercado português, está presente em televisão (sinal aberto e cabo), imprensa (jornais e revistas) e conteúdos online. O grupo Media Capital, outro operador dominante, está presente na televisão (sinal aberto e cabo), rádio e conteúdos digitais. O grupo Cofina está presente na imprensa (jornais e revistas), nos conteúdos digitais e na televisão por cabo. O grupo Global Media está presente na imprensa (jornais e revistas), na rádio e nos conteúdos online. O grupo Sonaecom tem como core-business as telecomunicações, mas é proprietário de um jornal diário de referência (Público). O grupo Newshold é recente em Portugal (tendo sido criado com capital angolano) e tem expandido a sua presença nos mercados da imprensa, investindo também no Grupo Cofina.

Âmbito político

Viés político nos media

Pensamos que, em geral, existem salvaguardas regulamentares, implementadas na prática, que garantem que, em notícias e programas informativos nos canais e serviços do Public Service Media, todos os pontos de vista políticos existentes na sociedade estão representados de uma forma razoável (qualitativo), equilibrada (quantitativa) e imparcial (sem tomar partido). Há ainda um órgão administrativo encarregado de fiscalizar o cumprimento dessas normas e / ou queixas.

Relativamente aos instrumentos de auto-regulação, que garantem o acesso aos canais do serviço público por parte dos atores políticos, existem apenas alguns princípios genéricos descritos, fundamentalmente, no Código de Ética RTP.

Com os relatórios elaborados pela ERC - Entidade Reguladora da Comunicação Social sobre o pluralismo político-partidário, verifica-se que os diferentes pontos de vista políticos e ideológicos estão, de um modo geral, representados na informação das televisões privadas, bem como os enquadramentos de dominante mais parcial (positivos ou negativos) de determinados atores políticos.

Existem salvaguardas regulamentares para o acesso a tempo de antena nos canais do Public Service Media durante as campanhas eleitorais, para todos os tipos de eleições políticas. Em relação à proporcionalidade da representação dos vários pontos de vista e perspetivas políticas e ideológicas nos meios de comunicação audiovisuais, bem como sobre a existência de enquadramentos específicos de outros atores políticos durante as campanhas eleitorais, pensamos que há algum risco potencial sob a nova lei, particularmente em relação aos pequenos partidos ou a candidaturas de “outsiders”.

Independência da gestão do PSM e financiamento

Em relação ao PSM, a sua independência foi reforçada com a criação de CGI - Conselho Geral Independente em 2014, sendo que este é responsável pela supervisão da missão do serviço público de radiodifusão e garante a independência da gestão do PSM relativamente ao governo e / ou a um único grupo ou partido político. Não há nenhuma evidência de conflitos em matéria de nomeações e demissões de dirigentes e membros do conselho de gestão do PSM.

Relativamente aos mecanismos de concessão de financiamento para o PSM, o Estado português garante o financiamento do serviço público de rádio e de televisão. O modelo de financiamento atual é baseada na contribuição para o audiovisual (CAV), inscrito na fatura da eletricidade – e que praticamente todos os cidadãos pagam, e das receitas comerciais da RTP (publicidade). As indemnizações compensatórias foram abolidas em 2013.

Politização do controle sobre os meios de comunicação

Existem ainda alguns problemas com a implementação eficaz das salvaguardas regulamentares relativamente às questões de propriedade dos media e / ou de controlo dos meios de comunicação por parte de agentes políticos. A lei contém limitações à participação direta e indireta excessiva e / ou ao controlo de redes de televisão por partidos políticos, grupos partidários ou agentes políticos, mas em relação à transparência da propriedade no sector da comunicação social, em alguns casos, torna-se muito difícil saber exatamente quem são os proprietários dos meios de

comunicação social portugueses. É difícil obter conhecimento cabal dos verdadeiros proprietários de alguns grupos de media, isto porque, por vezes o que é apresentado como sendo os detentores do capital são fundos de investimento muito provavelmente sediados em off-shores. Por exemplo, atualmente, não é possível identificar a estrutura acionista do grupo de media Português Newshold. Para ultrapassar este problema uma nova lei sobre a transparência da propriedade, gestão e financiamento dos órgãos de comunicação social foi aprovada pelo Parlamento em 2 de julho de 2015. Com exceção deste problema, não há risco significativo em Portugal de filiações políticas dos media, por assim dizer, e de controlo direto por parte do sistema político dos meios de comunicação e respetivas redes de distribuição.

Publicidade do Estado e independência das agências de notícias

Quanto às questões relativas à publicidade colocada nos media por parte do Estado, e também relativamente à independência das agências de notícias, não há evidências, em geral, de risco, ou sequer à existência de regras pouco transparentes no que respeita à distribuição de publicidade estatal em Portugal. Também no que diz respeito à independência das agência de notícias, não temos, na prática, qualquer evidência de problemas de pluralismo na agência portuguesa de notícias – a Lusa, uma agência detida maioritariamente pelo Estado português, mas também participada por grupos de comunicação privados, como é o caso do Global Media Group, que detém a rádio TSF e títulos de imprensa centenários e de referência como o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias, e a Impresa, que detém o semanário Expresso e o canal generalista SIC, para além de outros canais de TV por Cabo.

Recomendações

Na legislação portuguesa dos media a questão do pluralismo tem várias referências, nomeadamente relativas à propriedade, à concorrência e ao pluralismo dos media. No entanto, quer os estudos académicos, quer diversos relatórios sobre o pluralismo político nos meios de comunicação (realizados a um nível global, não só em Portugal) não asseguram a melhor análise sobre determinadas categorias de conteúdo, tais como a pluralidade de vozes (ou seja, vozes não exclusivamente do espectro político, outras vozes da cidadania, de cidadãos independentes, académicos, empresários, outras vozes no sistema político como minorias, grupos étnicos, associações cívicas, ONG, etc.). As metodologias de pesquisa devem assim, do nosso ponto de vista, dar um peso mais forte a esta categoria que designamos por "outras vozes" a fim de reforçar os critérios e a especificidade do pluralismo político nos meios de comunicação.

Para reforçar a independência da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, estamos de acordo com algumas opiniões e setores da sociedade portuguesa que

acreditam que é importante que os membros das entidades reguladoras, em geral, também podem ser indicadas e / ou nomeadas pelo Presidente da República.

No que diz respeito à centralização do sistema de media em Portugal, recomendamos o desenvolvimento de ações necessárias para a disponibilização de um maior número de canais de sinal aberto / free-to-air (canais públicos e/ou privados) de nível nacional e/ou regional através do sistema de televisão digital terrestre, que tem atualmente uma oferta muito restritiva no plano nacional.

Recomendamos também uma estratégia consistente de médio e longo prazo a fim de serem implementadas políticas específicas no domínio da alfabetização e da educação para os media e também de literacia digital, e isto quer em relação às crianças e jovens, quer em relação aos sistemas de educação ao longo da vida.

Em termos de propriedade, recomendamos que o setor da comunicação social e o sistema político e de governo possam criar um consenso político alargado, em torno de uma lei geral da concentração para os media. Devem existir limites objetivos para a propriedade cruzada de meios de comunicação social. O quadro regulamentar deve promover a concorrência efetiva nos mercados de media, mas também proteger a diversidade de conteúdo. Nos subsectores de televisão e rádio, consideramos que o atual operador de serviço público/public service media, continua a ser necessário de forma a ser eles próprio um regulador pela qualidade dos seus conteúdos e ainda para suprir eventuais falhas de mercado e/ou de conteúdos por parte dos operadores privados.

Referências bibliográficas

AAVV (2015). “Contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão”. URL:http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/contrato_concessao_pdf.php [acedido em 12 de janeiro de 2016]

AdC (2013). “Televisão Digital Terrestre em Portugal”. URL:http://www.concorrenca.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Estudos_Economicos/Comunicacoes_Electronicas_e_Media/Documents/TDT_final_Junho_20130617.pdf [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Anacom (2012). “Relatório final. Grupo de acompanhamento da migração para a televisão digital terrestre (GAM-TD)”. URL:http://www.anacom.pt/streaming/GAM-TD_25+out2012.pdf?contentId=1142587&field=ATTACHED_FILE [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Assembleia da República (2005). “Constituição da República Portuguesa. VII revisão constitucional”. URL:<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Eurostat (2013). “Broadband and connectivity – individuals”. URL: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=isoc_bde15b_i&lang=en [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Grupo de Reflexão Media e Deficiência (2011). “Relatório Grupo de Reflexão Media e Deficiência”. URL: <http://www.mediaedeficiencia.com/download/YTozOntzOjU6ImFjY2FvljtzOjg6ImRvd25sb2FkljtzOjg6ImZpY2hlaXJvljtzOjM4OiJtZWRpYS9maWN0ZWlyb3Mvb2JqZWNo0b19vZmZsaW5lLzI2LnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6Mjk6InJlbGF0b3Jpb3Y1tZWRpYS1lLWRlZmljaWVuY2lhljt9/relatorio-media-e-deficiencia> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

IHS Inc. and Valdani Vicari & Associati Portugal (2013). “Broadband Coverage in Europe 2013. Mapping progress towards the coverage objectives of the Digital Agenda. A study prepared for the European Commission DG Communications Networks, Content & Technology”. URL: <https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/pillar-4-fast-and-ultra-fast-internet-access> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Jedrzejewski, S.; Oliveira, M. (2015). “Getting listeners involved: Rádio Ás, a community radio web project”. In T. Bonini & Monclús, B. (eds), *Radio audiences and participation in the age of network society*. NY: Routledge.

Mota, Francisco T. (2013). *A Liberdade de Expressão em Tribunal*. Lisboa: FFMS.

Jorge, A.; Pereira, L.; Costa, C. (2014). “Práticas de educação para os media em Portugal”. In I. Eleá (ed.), *Agentes e Vozes: um panorama da mídia-educação no Brasil, Portugal e Espanha*. Gotemburgo: Nordicom.

NetIndex (2015). “Portugal”. URL: <http://www.netindex.com/download/1,7/EU> [acedido em 28 de junho de 2015]

Prina, F.; Zarakou, A.; Ghirardi, F.; Colombo, S. (2013). “Minorities, media and intercultural dialogue” [working paper]. European Center for Minority Issues. URL: http://www.ecmi.de/uploads/tx_lfpubdb/WP_71_Final.pdf [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Salim, I. (2008). *Os meios de comunicação étnicos em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

WorldDAB (2015). “Country information – Portugal”. URL: <http://www.worlddab.org/country-information/portugal#coverage> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

2.2.3 Serviço Público e Regiões: Reflexões em torno da informação de âmbito regional

Ascensão, P. (2017). Serviço público e regiões: reflexões em torno da informação de âmbito regional. *Media & Jornalismo*, 17(31), 43-57. Acesso em de <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4795>

A importância do jornalismo para a sociedade tem como ideia central o papel que as notícias desempenham na estruturação da vida das pessoas. As notícias são relevantes do ponto de vista social porque emanam da realidade social, participam dela e contribuem para a construção de imagens dessa mesma realidade. São as notícias que nos aproximam do mundo em que vivemos e nos aproximam do Outro. Os meios de comunicação alargam e estruturam o nosso conhecimento do mundo, definindo aquilo que é merecedor de visibilidade e relevância social.

Neste contexto, o serviço público desempenha um papel determinante porque encerra em si valores e princípios que não devem nem podem ser esquecidos por quem contribui para a definição daquilo que é relevante em termos informativos e, conseqüentemente, tema de discussão no espaço público.

O debate sobre esta matéria deu origem a inúmeros estudos, contudo, continua a ser um tema bastante pertinente pois são vários os autores que consideram que o serviço público está em crise e que é crucial encontrar soluções que possam contrariar este cenário, fortemente influenciado pelas leis do Mercado, bem como pelas políticas definidas para o setor dos media, quer a nível nacional quer a nível europeu. Desta forma, consideramos ser de grande importância repensar o serviço público de media e é também através da análise das suas práticas que esse caminho se pode trilhar.

Num mundo altamente marcado pela globalização mas onde um novo conceito de “localidade” vai ganhando terreno e novas territorialidades vão sendo construídas, o serviço público tem de estar à altura destas mudanças por forma a cumprir o seu papel relativamente à diversidade, à pluralidade e representatividade dos diferentes cidadãos, independentemente do local onde vivam.

É por esse motivo que nos interessa estudar em particular a dimensão informativa do serviço público de rádio e televisão, enquanto um dos seus eixos estruturantes, e a sua relação com o desenvolvimento regional, através da programação informativa que difunde.

Apesar dos avanços dos novos media, não podemos esquecer que a rádio e a televisão, continuam a ser os mais poderosos meios de comunicação de massas que, de forma gratuita, contribuem para o conhecimento da realidade. O consumo televisivo e radiofónico constitui ainda uma prática cultural quotidiana consistente e é a informação, entendida como prioritária, que encabeça a lista de interesses por parte dos públicos.

A estratégia definida para a programação de carácter informativo da RTP, vista por vezes como incapaz de se distinguir dos restantes operadores privados, deve assentar

naquilo que é a missão do serviço público e respetivos valores, dando resposta ao que está preconizado no contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão. Uma programação diversificada do ponto de vista regional, social e cultural, capaz de integrar de igual forma todos os cidadãos, com transparência e neutralidade, sem estar condicionada pela ditadura das audiências e do mercado, é uma obrigação fundamental do serviço público.

Este artigo integra uma investigação mais abrangente que tem, como principal objetivo, a caracterização da informação diária de âmbito regional difundida nos principais canais da televisão e rádio públicas nacionais, nomeadamente na RTP 1 e na Antena 1. A mesma procura responder à seguinte questão: considerando o papel do serviço público, como se caracteriza a informação de âmbito regional difundida no serviço público nacional de rádio e televisão e em que medida ela contribui para a promoção da pluralidade e diversidade nos meios de comunicação?

Queremos perceber como é que as regiões são representadas no serviço público de rádio e televisão no que respeita à programação informativa que é difundida. Estará o serviço público de rádio e televisão a cumprir o seu papel, em matéria de promoção da pluralidade e diversidade cultural do nosso país? Que discursos são veiculados a partir dos conteúdos informativos dedicados às realidades de âmbito regional e local? Quais os temas/assuntos predominantes nos espaços informativos do serviço público de rádio e televisão relativamente às regiões e de que forma esses assuntos são relevantes no contexto da realidade socio-económica dessa região? Qual o contributo do serviço público de rádio e televisão para a colocação e discussão no espaço público de assuntos estruturantes no âmbito do desenvolvimento regional e promoção da equidade entre regiões? Quais as fontes de informação privilegiadas e quais os protagonistas que têm voz no espaço público quando se trata de informação de âmbito regional? Qual a posição dos responsáveis editoriais e jornalistas face à informação regional e ao designado jornalismo de proximidade? Terão, eles próprios, como princípios, questões como a diversidade, a pluralidade ou a descentralização da informação no desempenho das suas funções?

Consideramos que a informação jornalística pode e deve contribuir para o desenvolvimento regional e a sua estratégia deve passar por uma informação de proximidade, virada para os reais problemas das pessoas e da comunidade. Para tal, interessa-nos analisar o que é que o serviço público está a fazer, por sua iniciativa, para promover o debate e a discussão sobre questões estratégicas para a vida das pessoas nas diferentes regiões do país, para além daquilo que é a “espuma dos dias”.

As regiões no contexto do sistema audiovisual europeu

A região é uma instância territorial que transcende o espaço físico propriamente dito, isto é, como refere Ramirez (apud Coelho, 2005: 153), ela é uma realidade que se constrói, permanentemente, através da relação humana que se estabelece entre indivíduos que partilham uma determinada identidade cultural.

Neste processo de construção social, a comunicação funciona como elemento central na interação e relação entre os diferentes agentes sociais, seja ela mediatizada ou não. Contudo, os meios de comunicação têm um importante papel neste domínio pois contribuem para esse sentimento de identificação e pertença através dos conteúdos que difundem.

O contexto europeu atual, por força do fenómeno da globalização, tem vindo a atribuir um peso maior à dimensão regional e local e o sistema audiovisual não é exceção. Um estudo de Moragas Spà et al. (1999) demonstrou que em todos os países analisados, os sistemas audiovisuais regionais e locais têm vindo a surgir e, até, a consolidar-se, num processo de descentralização em termos de políticas no setor audiovisual. Na base destas transformações estarão fatores como as reformas institucionais nos próprios países que consolidaram níveis regionais de governo (Espanha, França, Itália ou Reino Unido), o ressurgimento europeu das chamadas culturas e línguas minoritárias ou questões económicas relacionadas com a descentralização do próprio processo de produção. Para além destes fatores, salientamos ainda a fragilidade crescente do Estado-Nação tradicional, fortemente centralizado, onde a região assume um papel complementar e constitui uma resposta aos desafios colocados por uma realidade cada vez mais heterogénea e plural.

Os últimos anos foram marcados por múltiplas transformações no que respeita ao setor audiovisual e novas realidades impõem novas estratégias. Uma dessas estratégias pode passar por uma efetiva descentralização audiovisual, onde se faça uma reflexão sobre os conceitos de espaço de comunicação e de serviço de proximidade. Onde se entendam os meios de comunicação como ferramentas de reforço das identidades regionais e de promoção do desenvolvimento da própria região, cumprindo a função social com que estão comprometidos.

O processo de descentralização da televisão na Europa tem início, ainda que de forma bastante reduzida, em meados da década de 50 com a criação da ITV (Reino Unido), uma rede de estações regionais, e da ARD (Alemanha), uma televisão pública com base em estações regionais autónomas. Contudo, apenas nos finais da década seguinte é que podemos afirmar que houve ações efetivas de descentralização levadas a cabo por algumas televisões públicas europeias, nomeadamente no Reino Unido (BBC), em França (RTF – ORTF) e em Espanha (TVE), pioneiras neste processo. Foram criados novos canais, com conteúdos de cariz regional e local, que tinham as suas próprias estruturas de produção nas principais cidades e regiões do território.

Os finais dos anos 70 e até meados dos anos 80, foram marcados pela crescente e generalizada crítica ao monopólio da televisão pública e pelo surgimento das primeiras televisões locais. É também neste período que são criados os terceiros canais com base e conteúdos regionais, nomeadamente em França (FR3) e em Itália (RAI3).

A discussão e as reformas no setor audiovisual intensificam-se no final da década de 80 e inícios de 90, sobretudo em torno de temas como a globalização da TV, da desregulação e da privatização. Surge, neste período, o desenvolvimento dos canais

privados que privilegiam conteúdos de âmbito nacional e internacional, influenciando a ação dos canais públicos no que concerne à sua atividade de âmbito regional e local, que se vê passada para segundo plano, e o fator proximidade perde relevância.

Nos anos 90, assistimos à digitalização dos meios de comunicação o que originou grandes mudanças no panorama audiovisual, especialmente com a diversificação e multiplicação de canais televisivos. Este contexto proporcionou o surgimento de novas experiências regionais e locais, como são os casos de cidades com os seus próprios canais e o reforço das estruturas regionais existentes. Na verdade, podemos dizer que a descentralização televisiva ocorreu na maioria dos países europeus, à exceção de Portugal e da Finlândia, onde os modelos centralizados continuam a resistir,

A diversidade de modelos de televisões regionais é evidente e reflete o nível de desenvolvimento social, político e económico das diferentes regiões europeias onde estão inseridas. Não obstante, vários investigadores apresentaram propostas de tipologias para esses modelos, dos quais destacamos as classificações tipológicas propostas por Pierre Musso (1991) e Garitaonandía (2000).

Para Musso (1991), existem cinco tipos de televisões regionais e locais: televisões regionais de cobertura nacional - SSR (Suíça) e RTBF (Bélgica); televisões regionais de cobertura regional - Canal 33 (Catalunha); televisões locais de cobertura regional; televisões nacionais com “janelas regionais” - FR3 (França), BBC (Reino Unido), TVE (Espanha), RAI3 (Itália) e televisões interregionais com “janelas regionais”: ARD1 (Alemanha) e ITV (Reino Unido).

No estudo de Garitaonandía (2000), foram identificadas sete tipos de televisões regionais e locais: televisões de produção delegada na região - RTE (Irlanda), RTP (Portugal); televisões descentralizadas - RTVE (Espanha), FR3 (França), RAI3 (Itália); televisões de desconexão regional – BBC Escócia, France 3 Alsácia, TVE Catalunha; televisões de organização federada – televisões dos Länder alemães; televisões de gestão autónoma – televisões autonómicas de Espanha; televisões regionais de cobertura suprarregional, nacional e/ou internacional – RTBF e BRT (Bélgica) - e televisões locais de influência regional – TLT Télévision (Toulouse), Tele Norba (Itália) e IA Brandenburg (Alemanha).

Os avanços tecnológicos, mais concretamente a digitalização dos media, vieram alterar os conceitos tradicionais de difusão televisiva e as fronteiras geográficas foram destruídas com o surgimento da televisão por satélite, por cabo e através da internet. Daí que, mais do que falar de televisões regionais e locais, devamos falar de televisões de proximidade, “que produzem e emitem conteúdos de proximidade” e a existência de um “pacto de proximidade”, partilhado com os destinatários desses conteúdos, que “descodificam a mensagem emitida” (Coelho, 2005: 171).

É aceite que a televisão exerce um papel central na promoção da coesão social e da construção da memória coletiva, daí que a existência de televisões comprometidas com os interesses e problemas das comunidades locais e regionais, não possa ser deixada para segundo plano. Contudo, essas televisões terão de estar adaptadas à

dimensão sócio-económica da região onde estão inseridas, desenvolvendo a sua atividade em articulação com os demais setores que a compõem, num efetivo contributo para o desenvolvimento regional.

O serviço público de media: conceitos e perspetivas

A reflexão sobre o serviço público de rádio e televisão insere-se num campo de discussão muito mais extenso e que se inter-relaciona com outros domínios e contextos da sociedade contemporânea europeia. Contudo, e apesar dos inúmeros estudos que têm vindo a incidir sobre esta matéria, é de crucial importância continuar a investigar e a aprofundar o conhecimento sobre esta temática.

Os desafios colocados ao serviço público são diversos, especialmente quando ele atravessa uma crise a três níveis: financeira, de identidade e de legitimidade, marcadamente fomentada pelo surgimento e desenvolvimento do digital e pela, cada vez maior, fragmentação e segmentação dos públicos. A solução passará pela reinvenção do seu papel estruturante na sociedade, que coloque o foco no cidadão, enquanto parceiro ativo neste processo, e que contribua para uma “relegitimação” do serviço público de media em Portugal (Cádima, 2012; Carvalho, 2009).

Sabemos que os media se afirmam no quotidiano como um dos principais mediadores, definidores e construtores sociais, transformando por completo o espaço público. Neste sentido, pensar e estudar o serviço público de rádio e televisão é essencial numa sociedade que se assume como democrática e tem no espaço público a sua maior força. (Berger & Luckmann, 2010; Bourdieu, 1997; Esteves, 2003; Ferin, 2009; Schudson, 2003)

O serviço público encerra em si responsabilidades sociais, assentes em princípios e valores que lhe são exigidos e que são o fundamento da sua essência e a sustentação da sua existência. Ao serviço público exigem-se princípios como a qualidade, a diversidade, a pluralidade, a representatividade, a neutralidade ou a independência. Ao centrar a sua prática na sociedade civil, deve ser capaz de promover a cidadania, favorecer a coesão social, valorizar a identidade coletiva, acolher as diferentes realidades, contextos e expressões, garantir a qualidade e rigor informativo, estimular a criatividade e contribuir para o desenvolvimento regional. (Lopes, 1999; Pinto, 2005; Santos, 2013; Torres, 2011)

Para entender o conceito de serviço público, temos de recuar até ao séc. XIX, quando o belga César de Paepe afirma que o mesmo se reveste de um carácter de utilidade geral que uma determinada atividade desempenha na sociedade e que esse carácter deixaria de existir se essa atividade fosse desenvolvida por iniciativa privada.

A definição de serviço público constitui tema de debate no contexto do estudo das Ciências da Comunicação pois existem diversas correntes de pensamento sobre o seu papel e âmbito da sua missão.

Para autores como Cuilenburg e Slaa (1993), o serviço público deve centrar a sua atuação no campo informativo, deixando o entretenimento para os operadores comerciais. No plano oposto, estão autores como Collins (2010) e Torres (2011) que entendem que, mais do que estar circunscrito a um conjunto de operadores, o conceito de serviço público deveria ser alargado aos operadores privados e deveria evoluir para um “serviço público de conteúdos” (Torres, 2011: 104).

Uma outra perspetiva é a de Nissen (2006) e de Bardoel e D’Haenens (2008), que defendem que as novas tecnologias exerceram profundas transformações neste campo, pelo que já não será conveniente falar de serviço público de radiodifusão sendo que este deverá evoluir para um “serviço público de media”, com a produção de novos géneros e formatos de programas, onde as potencialidades proporcionadas pelo meio digital possam ser exploradas de forma mais efetiva. Ainda nesta linha evolucionista, situamos Jakubowicz (2010) que defende a necessidade de um “serviço público de media em rede”, isto é, onde um operador de serviço público, posicionado no “centro”, seja capaz de articular uma rede de produção de conteúdos de interesse público que integre instituições e grupos da sociedade civil, mas também operadores comerciais.

Numa outra linha de pensamento, salientamos as posições de Blumler (1992, 1993), Born (2006), Cádima (2010) e Iosifidis (2007) que entendem que o serviço público deve ser promotor da diversidade cultural, do pluralismo político, da coesão social e da qualidade dos conteúdos. Para Blumler, o serviço público não pode centrar-se apenas na informação, mas deve estender os seus princípios também ao entretenimento, como forma de conseguir desenvolver um verdadeiro serviço público, global e abrangente. Ele é bastante crítico relativamente a um modelo de financiamento que siga a lógica do mercado, pois considera que essa solução poderá condicionar a missão do serviço público. Também Born, considera que o serviço público deve relacionar-se com a comunidade onde se insere, numa relação de compromisso com os públicos, promovendo a diversidade cultural e o funcionamento saudável da democracia. Cádima (2011) defende que o serviço público é condição central no fortalecimento do projeto europeu e que a qualidade e a diversidade devem constituir a base do serviço público de radiodifusão, salvaguardando a promoção e valorização da diversidade cultural que caracteriza a realidade europeia. Já Iosifidis (2010), quando se refere às questões do pluralismo nos media de serviço público, é bastante crítico quanto à possibilidade de existirem vários operadores de serviço público num mesmo país, como garante desse pluralismo. Na verdade, o autor entende que o pluralismo deve existir sim, mas no seio de um único operador de serviço público e não pela existência de múltiplos operadores.

Vários autores, alguns dos quais já referidos, defendem que o serviço público deve ter como elemento central da sua missão o cidadão, isto é, deverá existir um compromisso e fidelidade para com o público, devendo satisfazer as suas necessidades e não limitar-se apenas às questões financeiras ou tecnológicas. Autores como Bardoel e D’Haenens (2008) defendem isso mesmo, a necessidade de assumir o público como

parceiro no processo e não apenas para alcançar objetivos de natureza financeira. O cidadão deve ter um papel mais ativo e interventivo, que possa suscitar uma maior aproximação e identificação da sua parte com os média. Ainda neste sentido, Cádima (2010, 2011) entende que o serviço público deve ser garantia de acesso e presença da sociedade civil e promover espaços de participação cidadã, que possibilitem a participação de outras vozes no espaço público mediatizado. Ainda nesta linha de pensamento, devemos referir a posição de Fidalgo (2003) e Pinto (2003), para quem é um contrasenso a existência de um serviço público sem a presença e participação ativa do público.

Uma outra perspetiva é a que defende, de forma mais categórica, a necessidade de existir um serviço público que assente numa participação efetiva por parte do público na programação. Situamos nesta linha, as posições de Jakubowicz (2008, 2010) e Serrano (2010), que procuram dar resposta à realidade atual que se caracteriza pela convergência dos meios, a fragmentação dos públicos e a multiplicação de plataformas. Para o primeiro, o serviço público deve potenciar a participação do público inclusivamente na programação e nas decisões editoriais, bem como na definição de estratégias e que caminhos seguir. Para Serrano, podem existir experiências de uma colaboração mais abrangente entre operadores públicos e comerciais, desenvolvendo parcerias na produção de conteúdos com valor de serviço público.

Numa tentativa de definir o serviço público ideal, Eduardo Cintra Torres afirma que, mais do que servir a “máquina que o sustenta”, o serviço público deve ser entendido como “serviço prestado à comunidade, no todo e nas partes, pelo custo estritamente necessário e sem substituir ou concorrer com serviços similares já disponíveis à mesma comunidade”. (Torres, 2011: 83) O mesmo autor defende um serviço público centrado em conteúdos e na qualidade dos mesmos, “pois é isso que o cidadão vê e ouve” (ibidem, 87). Bastante crítico em relação ao atual modelo de serviço público nacional, este autor considera que o importante não é haver muitos canais e muitas horas de programação, mas horas de boa programação e de conteúdos de qualidade.

Em 2011, foi criado pelo Governo um Grupo de Trabalho (GT) que tinha como objetivo a definição do conceito de serviço público de comunicação social, fazer uma análise do contexto atual e delinear estratégias para o futuro. O GT concluiu que só se deve “considerar como serviço público de comunicação social aquele e só aquele que cria e distribui à população conteúdos que contribuem para a formação das pessoas e para o seu enriquecimento cultural, impulsionados, estruturados e distribuídos sob supervisão pública e resultando de uma gestão racional e proporcionada dos recursos públicos.” (GT, 2011: 10). Para tal, os prestadores de serviço público de comunicação devem concretizar os seguintes valores nos seus conteúdos: qualidade, diversidade, identidade cultural e autonomia financeira. Tal como foi defendido por Jakubowicz (2008, 2010) e Serrano (2010), o carácter de serviço público dos conteúdos não deve estar monopolizado pelos operadores do Estado, isto é, deve estender-se a outros operadores de conteúdos e até mesmo à sociedade civil, enquanto opção estratégica.

O debate em torno deste conceito, apesar de complexo, continua a interessar os investigadores sobretudo no momento de transição em que vivemos. As tentativas e posições quanto à sua definição e missão, ao seu funcionamento e à sua sustentabilidade permanecem como campo de discussão. Na verdade, tendencialmente associado ao Estado, o serviço público confronta-se com a atribuição constante de uma forte carga ideológica relativamente ao seu papel na sociedade e o duplo sentido que reveste o entendimento sobre o mesmo. É frequente a confusão entre serviço público, enquanto organismo de produção do serviço, e serviço público, como missão de interesse geral confiada a esse organismo. É importante, pois, que esta discussão em torno dos conceitos se faça e seja repensada regularmente, acompanhando as novas tendências do mercado, das condições de receção, dos hábitos de consumo e das inovações tecnológicas.

O contexto português

Comparativamente a outros países europeus, a realidade portuguesa, neste domínio, é bastante diferente, encontrando-se num grau de desenvolvimento claramente inferior. O contexto económico que caracteriza o setor audiovisual português, dependente das receitas provenientes da publicidade, dificultou a coexistência dos quatro canais televisivos e mesmo a rádio, que desempenhou um importante papel neste domínio, enfrenta atualmente problemas de financiamento e sustentabilidade.

Fortemente centralizado, o setor audiovisual em Portugal apresenta características bem diferentes dos restantes países europeus. A descentralização neste setor nunca foi uma prioridade para os sucessivos governos e, na verdade, esse facto dever-se-á quer à própria estrutura de governança portuguesa, que continua a centrar as ações e decisões na capital e não considera a regionalização como uma estratégia de desenvolvimento, quer às condições socioeconómicas das regiões menos desenvolvidas do país, considerando que existem outras prioridades de investimento.

No que respeita à televisão local em Portugal, podemos afirmar que existem duas fases: uma primeira, nas décadas de 70 e 80, onde são conhecidas algumas experiências de emissões ilegais, embora tenham sido silenciadas pelo Estado, e uma segunda, já na década de 90, quando surgem vários projetos clandestinos e o debate sobre esse assunto se torna mais consistente.

Desta segunda fase, destacamos o momento em que, na madrugada de 24 para 25 de abril de 1995, um grupo que se autodenomina TRP-Televisão Regional Portuguesa, realiza uma emissão televisiva ilegal que tinha como objetivo promover o debate em torno da possibilidade de criar uma rede de televisões regionais, alegando que, tal como tinha acontecido com as rádios locais, seria necessário criar um enquadramento legal que permitisse a existência de televisões locais. Na sequência desta emissão e da ação encabeçada pelo Movimento de Legalização das Televisões Locais, este assunto tornou-se tema de discussão pública e vários projetos de televisão regional ganhavam forma e exigiam uma nova legislação sobre a matéria, mostrando-se que estariam

preparados para fazer emissões ilegais a qualquer momento e, assim, pressionar o Governo.

Relativamente a este assunto, num artigo de opinião, Arons de Carvalho afirmava de que a chegada de novos canais era “inevitável” e que deveria seguir o modelo aplicado à rádio. Certo é que, passados quase 20 anos, a situação permanece idêntica e, apesar de algumas experiências e tentativas, Portugal continua a não ter, no meio tradicional, televisões de âmbito local e regional.

Essa missão de produção de uma informação de proximidade tem vindo a ser desenvolvida pelos operadores existentes, quer em programas que se dedicam exclusivamente à informação regional, quer em programas generalistas que a incluem. Neste campo, devemos destacar o papel do operador público nacional que, ainda que com limitações, continua a ser pioneiro neste domínio e tem mostrado vontade e tomado medidas que procuram uma informação geograficamente descentralizada.

Em Portugal, o serviço público está concessionado à Rádio e Televisão S.A. mediante um contrato de concessão onde estão preconizados os direitos e as obrigações de ambos os outorgantes, Estado e Concessionária, com vista ao desenvolvimento deste serviço. Dele fazem parte diferentes serviços nos setores da televisão e da rádio, de atuação e abrangência nacional e internacional, com acesso livre e gratuito.

Estas obrigações materializam-se na assumpção de princípios orientadores que estruturam a oferta programática difundida e que são o garante da apresentação de uma programação “que promova a formação cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso a todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade.”

Na verdade, o Contrato de Concessão acrescenta ainda que o Serviço Público deve constituir-se como um “fator de coesão e integração de todos os indivíduos, grupos e comunidades sociais”, “assegurando a divulgação da diversidade da herança cultural nacional e europeia.”, o que nos leva de novo à nossa problemática: como estão a ser representadas as diferentes regiões do país no serviço público português?

Relativamente a esta matéria, atualmente, a RTP possui os seguintes serviços e espaços dedicados à programação de âmbito regional:

- dois serviços de programas destinados às regiões autónomas nacionais (RTP Açores e RTP Madeira)
- serviços generalistas com programas de carácter regional (Portugal em Direto);
- um centro de produção regional sediado no Porto (Centro de Produção do Norte);
- delegações regionais sediadas em algumas capitais de distrito (Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora e Faro);

Contudo, estamos em condições de afirmar que ainda há muito por fazer no que respeita à descentralização da programação informativa no serviço público de comunicação social português.

Relativamente ao financiamento, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão, o Estado comparticipa nos custos dos serviços prestados, mediante um plano de financiamento plurianual e das receitas obtidas através da contribuição audiovisual, como compartida do cumprimento das obrigações contratualizadas.

Tendo como base os modelos teóricos de análise propostos por Hallin e Mancini (2010), o caso português insere-se no Modelo Pluralista Polarizado, que se caracteriza pelo desenvolvimento histórico tardio dos operadores comerciais, pela proximidade existente entre os media e o poder político, pelos reduzidos níveis de profissionalização no contexto jornalístico e pela presença centralizadora do Estado na sociedade portuguesa. De facto, os autores defendem que o Estado desempenha um papel bastante interventivo no sistema mediático português, nomeadamente nos setores da televisão e da rádio, ao que acresce o facto de ser também proprietário de uma agência noticiosa.

Esta intervenção revela-se a três níveis:

- concessão de apoios que procuram defender o Serviço Público dos concorrentes privados, sendo estes de natureza económica (contribuição do audiovisual e outros apoios) e técnica (cobertura);
- existência de um contrato de concessão que estabelece os deveres e obrigações que o Serviço Público deve cumprir como contrapartida dos apoios referidos;
- presença de estruturas de regulação e monitorização que garantem o cumprimento das obrigações.

Embora este modelo tenha apoio expresso por parte dos diferentes órgãos nacionais e europeus, ele não está imune a críticas sobre a sua atuação e a sua sustentabilidade. Algumas das críticas que lhe são feitas prendem-se com a sua indistinção face aos operadores privados, isto é, com uma visão estratégica orientada para o mercado e para as audiências, não cumprindo o seu papel de alternativa de qualidade relativamente aos concorrentes.

Conforme consta no Contrato de Concessão, o serviço público “deve constituir uma referência para a população” e apresentar uma programação “globalmente diferenciadora face à oferta do mercado audiovisual português”.

No entanto, um estudo realizado pela ERC em 2008, sobre a receção dos meios de comunicação social, demonstrou que a informação da televisão pública é considerada pelos portugueses como a mais credível. No entanto, o Relatório da Regulação produzido pela mesma entidade em 2015 revelou que a televisão pública não se distingue das suas concorrentes privadas ao nível dos conteúdos difundidos. Embora lhe seja reconhecida credibilidade, aquilo que se verifica é um considerável mimetismo

entre o canal público e os privados nas abordagens, enfoques, temas, atores e fontes selecionados, o que coloca em causa a sua ação em matérias de proximidade, diversidade, qualidade e pluralismo.

Notas finais

A cobertura das diferentes regiões nacionais é uma obrigação do serviço público. Ora, num país que se caracteriza por acentuadas assimetrias regionais, evidentes em quase todos os domínios da vida pública, entendemos ser crucial analisar qual o papel do serviço público de rádio e televisão neste processo.

Sabemos que estes conteúdos informativos encerram representações e interpretações da realidade social e que, ao colocarem na agenda pública aquilo que é merecedor de relevância mediática, contribuem, em larga medida, para aquilo que será discutido na esfera pública. Sabemos também que a informação de âmbito local e regional assume diversas funções na sociedade e que a descentralização dos meios de comunicação deve ser encarada como um dos eixos do serviço público e, mais que uma intenção, deve refletir-se na programação diária do operador público.

Esta temática relaciona-se com outros aspetos que caracterizam a missão do serviço público de media e que urge ser estudados, na tentativa de identificar não só os problemas que este encerra, mas também de encontrar soluções que viabilizem a sua continuidade, enquanto pilar das sociedades democráticas. Entre eles, destacamos as questões que se referem à diversidade, ao pluralismo e à proximidade da informação no serviço público de comunicação.

A temática em torno do conceito da diversidade e do pluralismo nos meios de comunicação necessita urgentemente ser estudada e posteriormente avaliada à luz da crescente globalização dos conteúdos audiovisuais. E esta questão é um tema que tem vindo a interessar quer investigadores quer reguladores pois, no geral, ambos consideram que estamos a assistir a uma crescente uniformização e homogeneização da programação nos meios de comunicação e que existe uma desequilibrada representatividade de determinados grupos ou elementos da sociedade nos meios de comunicação social, como são os casos das mulheres, das minorias étnicas e/ou raciais, das pessoas com deficiência, dos idosos e dos jovens.

Esta realidade é bastante evidente tanto a nível nacional como também a nível europeu, daí que a estratégia Europa 2020 dê especial destaque às questões da diversidade e do pluralismo, no sentido de que os meios audiovisuais contribuam para o combate a todas as formas de discriminação e exclusão social, para a promoção da tolerância e da multiculturalidade e para o fomento coesão social.

É sabido que uma das obrigações do serviço público de media é a promoção da diversidade cultural e do pluralismo, integrando de igual forma e representando todos os segmentos da população. Como se pode ler no Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão, este está incumbido de “fornecer uma programação

variada, diferenciadora e abrangente, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias” bem como de “promover o acesso público às manifestações culturais portuguesas e garantir a sua cobertura informativa adequada”. O mesmo documento refere ainda que “os diferentes serviços de programas devem refletir a diversidade do país” e coloca nos diferentes centros de produção regionais a responsabilidade da produção desses conteúdos.

É evidente que existe uma preocupação com estas matérias, nomeadamente uma especial atenção para a representação das distintas realidades territoriais e dos diferentes grupos constitutivos da realidade portuguesa. Contudo, nem sempre aquilo que está preconizado em documentos escritos se aplica na prática pelo que é fundamental continuar a aprofundar e desenvolver estudos neste campo, de forma a comprovar cientificamente se estas obrigações estão ou não a ser cumpridas.

Falar de proximidade no jornalismo numa sociedade que revela, cada vez mais, as dimensões atribuídas ao fenómeno da globalização, é, hoje, essencial. Os discursos sobre proximidade têm vindo a ganhar uma nova importância ao nível da sociedade em geral e assistimos a uma redescoberta do papel do “local”. Cada vez mais vemos surgirem movimentos e tomadas de posição que colocam a tónica na importância do “local” enquanto fator diferenciador e identitário, bem como na necessidade de encetar políticas de proximidade e de maior ligação ao contexto que lhe é mais próximo.

No que respeita ao jornalismo, o critério da proximidade é um dos mais valorizados pelos jornalistas e constitui um dos valores-notícia centrais, como é defendido pelos diversos investigadores quando abordam esta questão. O critério da proximidade está relacionado com o interesse do público pelos acontecimentos próximos a ele e com os quais existe uma identificação social, respondendo positivamente a notícias que possuam essas características.

Na verdade, a proximidade é um elemento determinante aquando da procura da informação e da seleção de notícias porque se considera que “as pessoas estão interessadas em saber o que acontece nos arredores, nas proximidades, no seu entorno e não só geográfico, mas também o social e psicológico.” (Fontcuberta, 2010).

Contudo, esta característica não é exclusiva dos órgãos regionais e locais, mas é transversal a todas as formas de jornalismo, pois relaciona-se com a necessidade de comunicar informação considerada relevante para os públicos e sabe-se que desenvolver a relevância junto das audiências através da proximidade é uma das formas de gerar atenção junto das mesmas. Como refere Camponez (2002), a proximidade torna o jornalismo “mais humano e mais verdadeiramente social”, promovendo a sociabilidade e o sentimento de pertença e contribuindo para um fortalecimento da relação que existe entre os meios de comunicação e os cidadãos.

A informação de proximidade, porque se centra na informação âmbito local, permite criar e manter laços entre os meios de comunicação e os públicos porque ela é insubstituível e crucial na “aldeia global” que se tornou o nosso mundo. Ela expressa as

especificidades de uma determinada comunidade, chega onde a outra informação, a nacional, não chega, aborda e traz para o espaço público os problemas e as aspirações reais das pessoas.

Na verdade, a proximidade contribui para a criação de “espaços alternativos de comunicação” (Coelho, 2005: 154) e acentua o papel crucial desempenhado pelo jornalismo de proximidade no respeito pelo pluralismo, na promoção da tolerância e no reforço da coesão social.

Como defende Wolton, há que “destecnificar a comunicação”, há que “humanizá-la e socializá-la” (1999: 176) e isso é possível com a afirmação de um jornalismo que tenha na proximidade um dos seus pilares.

Um dos grandes desafios que hoje o serviço público enfrenta é conseguir conciliar as pressões do mercado com uma programação diversificada e de qualidade, próxima dos cidadãos, capaz de manter o seu carácter diferenciador e a sua legitimidade. Neste complexo processo, a valorização da diversidade e da proximidade são eixos fundamentais na medida em que todas as vozes e expressões culturais integram o nosso património e fazem parte da nossa identidade e refletem o mundo plural em que vivemos. Ao centrar a sua prática na sociedade civil, que se revê nos meios de comunicação, o serviço público deve ser capaz de promover a cidadania, favorecer a coesão social, valorizar a identidade coletiva, acolher as diferentes realidades, contextos e expressões, garantir a qualidade e rigor informativo, estimular a criatividade e contribuir para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- Abbot, S. (2016). Rethinking Public Service Broadcasting's Place in International Media Development. Center for International Media Assistance (CIMA). Disponível em http://www.cima.ned.org/wpcontent/uploads/2016/02/CIMA_2016_Public_Service_Broadcasting.pdf
- Appadurai, A. (2004). Dimensões Culturais da Globalização. Lisboa: Teorema.
- Areal, M. F. (1997). “El Público en los medios locales de comunicación”. Estudios de Periodística. Pontevedra: Diputación de Pontevedra. pp. 21-43.
- Badie, B. (1996). O Fim dos Territórios – Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bardoel, J; d’Haenens, L. (2008). “Reinventing public service broadcasting in Europe: prospects, promises and problems”. Media Culture Society, 30.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2010). A construção social da realidade (3.ª edição). Lisboa: Dinalivro. (Original publicado em 1966).
- Blumler, J. (ed.) (1992). Television and the Public Interest. London: Sage Publications.

- Bourdieu, P. (1997) Sobre a Televisão. Oeiras: Celta Editores.
- Brandão, N. G. (2010). As Notícias nos Telejornais - Que serviço público para o século XXI? Lisboa: Guerra e Paz.
- Cádima, F. Rui (2012). "A Relegitimação do Serviço Público de Televisão em Portugal no contexto de hiperfragmentação da oferta" in Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 10. Santiago de Compostela: AGACOM e LUSOCOM, pp. 25-33.
- Cádima, F. Rui. & Faustino, P. (2013). Políticas Públicas, Media e Estado. Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- Camponex, C. (2002). Jornalismo de Proximidade – Rituais de Comunicação na imprensa Regional. Coimbra: Minerva.
- Carvalho, A. A. (2009). A RTP e o Serviço Público de Televisão. Coimbra: Almedina.
- Coelho, P. (2005). A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público. Lisboa: Livros Horizonte.
- Donnelly, L. (2005). "Proximity, not story format, improves news awareness among readers." Newspaper Research Journal. 26(1). pp. 59-65.
- Duarte, F. (2005). Informação de Proximidade. Lisboa: Âncora Editora.
- Esteves, J. P. (2003). Espaço Público e Democracia. Lisboa: Edições Colibri.
- Faist, T. (2008). "Diversity - a New Mode of Incorporation?". Ethnic and Racial Studies, Taylor & Francis (Routledge), 32 (1), pp.171-190.
- Fontcuberta, M. de (2010). A notícia. Pistas para compreender o mundo (3.ª edição). Alfragide: Casa das Letras/Oficina do Livro.
- Giddens, A. (1997). Modernidade e Identidade Pessoal. Oeiras: Celta Editora.
- Gomis, L. (1991). Teoria del periodismo. Como se forma el presente. Barcelona: Paidós.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). Comparing Media Systems. Three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press.
- Horsti, K.; Hultén, G; Titley, G. (2014). National Conversations: Public Service Media and Cultural Diversity in Europe. Intellect Books.
- Huxford, J. (2007). "The proximity paradox: Live reporting, virtual proximity and the concept of place in news." Journalism, 8(6). pp. 657-674.
- Jakubowicz, K. (2011). Serviço público na Europa. O princípio do fim ou um novo começo no século XXI?. Instituto Politécnico de Lisboa.
(<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1868/1/cap01.pdf>).
- Lopes, F. (1999a). O Telejornal e o Serviço Público. Coimbra: Minerva.

- Lopes, F. (1999b). "As Notícias Regionais no telejornal da RTP: que serviço público?". *Comunicação e Sociedade, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, 12 (1-2), 131-150.
- Lowe, G. F. & Martin, F. (eds.) (2013). *The Value of Public Service Media*. Göteborg: Nordicom.
- Mabileau, A. (1989). *L'Information Locale*. Paris: Pedone.
- Martin, S. N. (1988). "Proximity of event as factor in selection of news sources". *Journalism Quarterly*. 65(4). pp. 986-1043.
- Mathien, M. (1993). *La Presse Quotidienne Régionale*. Paris: PUF. 3^a ed
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva Editora.
- Moragas Spà, M. et. al. (1999). *Televisión de proximidad en Europa: experiencias de descentralización en la era digital*. Barcelona.
- Musso, P. (1991). *Régions d'Europe et Télévision*. Editions Miroirs.
- Neveu, E. (2002). "The local press and farmers' protests in Brittany: Proximity and distance in the local newspaper coverage of a social movement." *Journalism Studies*. 3(1). pp. 53-67.
- Nissen, C. (2006). *Public Service Media in the Information society*, Strasbourg, Council of Europe. Disponível em [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/media/doc/H-Inf\(2006\)003_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/media/doc/H-Inf(2006)003_en.pdf)
- Ofcom. (2009). *Local and Regional Media in the UK*. Disponível em <http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/research/tv-research/lrmuk.pdf>
- Pinto, M. (Org.) (2005). *Televisão e Cidadania. Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*. Porto: Campo das Letras.
- Recommendation Rec (2007)3 of the Committee of Ministers to member states on the remit of public service media in the information society, 31 January 2007, Preamble.
- Ringlet, G. (1981). *Le Mythe au Milieu du Village – Comprendre et analyser la presse locale*. Bruxelas: Vie Ouvrière.
- Santos, S. C. (2013). *Os Media de Serviço Público*. Covilhã: Labcom
- Shoemaker, P. et al. (2007). "Proximity and Scope as News Values". *Media Studies - Key Issues and Debates*. Londres: Sage. pp. 231 – 248.
- The importance of regional public service media. A strategic view of the role of regional public media in Europe. CIRCOM Regional. 2014. Disponível em <http://www.circom-regional.eu/doc-download/cr-docs/1406-circom-regional-position-paper/file>

Torres, E. C. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Wolton, D. (1999). *Pensar a Comunicação*. Algés: Difel.

2.2.4 Media Diversity in Portugal: political framework and current challenges

Baptista, C., & Silva, M. (2017). Diversidade nos media em Portugal: enquadramento político e desafios atuais. *Media & Jornalismo*, 17(31), 11-28. Acesso em de <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4793>

1. Media diversity: a conceptual construct

Media policies and regulations rely on the belief that media systems should be representative of the communities that it serves. However, media diversity is a complex concept and comprises several dimensions: the content (what we see and hear), the production level (who writes, reports and produces), and the media ownership structure. Diversity goals need to be addressed through a continuous scrutiny of all these dimensions, which is a considerable task requiring a systematic approach and presenting several conceptual and methodological problems. Despite the fact that diversity is spotted as one of the key issues in media studies, it remains a vague theoretical concept.

Academics are still struggling with a universal definition or reliable measuring instruments of diversity. Media diversity and pluralism are often used synonymously, referring simultaneously to an underlying orientation and a societal value. According to McLennan (1995:7), the “constitutive vagueness” of pluralism and its “ideological flexibility” allows it to embody reactionary as well as progressive tendencies. Karppinen (2007:9) notes “the resonance of pluralistic discourses has been exploited accordingly in arguments for various and often incompatible objectives: for free market competition as well as further public interventions and public service obligations.”

The absence of media diversity is sensed as an undemocratic trace and a source of social and political concern and turbulence. Diversity, freedom of expression and democracy are closely connected and the relationship between the three concepts is established in normative theories. As van Cuilbergen (1998:38) puts it, “in promoting diversity of opinions, democracy foremost is a way of truth finding in society.”

Karppinen (2007:11) stresses “pluralism, in whatever field of inquiry, refers to a theorized preference for multiplicity over unicity and diversity over uniformity.” The prevailing “pluralistic consensus” doesn’t solve the difficulty of “how to conceptualize the need for pluralism and diversity, inherent in all normative accounts of the public sphere, without falling into the trap of relativism, indifference and an unquestioning acceptance of market-driven difference and consumerism” (ibidem:12).

In democratic and multicultural societies, diversity is a basic construct of tolerance. According to van Cuilbergen (1998:40) “diverse information on different cultures and different patterns of values, norms and ideas may contribute to mutual respect and acceptance. However, diversity of information can only contribute to tolerance if people have a receptive mind and are willing to accept the fallibility of their own opinions and ideas.”

Media academics, regulators, and citizens often point to the fact media are not encouraging a compassionate dialogue that would help to reduce political or religious fanaticism and cultural narrowness. Most claims are related with an inaccurate and stereotyped representation of minorities, gender and people with disabilities. The homogeneity of voices in mainstream media is also a recurrent issue, supporting the metaphor of the “spiral of silence” (Noelle-Neumann, 1974). According to Neumann, the term refers “to the increasing pressure people feel to conceal their views when they think they are in the minority”. Fear of isolation is precisely the centrifugal force that accelerates the spiral of silence.

Without media regulation to enhance diversity, corporate logics impose themselves and corrupt the communicative and social process of shared information. Journalism tends to be privatized by corporate interests, dominant sources of information or manipulative political agendas. Overall, the perception of journalism as a “public good” entitled to public trust is negatively affected and the media system becomes dysfunctional.

In our digitized societies, a significant amount of political dispute migrated to media spaces. The media can be positioned as virtualized argumentative territories and perceived as modern arenas where individuals and groups express and perform subjectivity, engage collectively and develop civic participation. A diverse media system has the potential to foster a more inclusive political decision process and is expected to promote citizenship, agency and lead to better governance.

As any other social space, the media are impacted by power dynamics. They tend to reproduce hegemonic logics established inside and outside media spheres. A complex set of questions must be taken into account when assessing the roles played by the media in presenting different versions and negotiating collective consensus. We wish to prioritize questions related with access privileges (which voices are dominant, which are excluded); questions related to news values and frames (what is considered notable and what is considered irrelevant) and journalistic storytelling (how people and events are represented).

Other issues, like limited corporate mergers and the concentration of ownership and cross-media ownership, are central towards the definition of media diversity. The majority of media policies and regulations, including in highly commercialized environments, agrees that concentrated ownership constricts the number and kind of speakers. This presupposition is generally framed under the principle of “safeguarding a diversity of owners or maintaining a diversity of voices” (Horwits, 2004).

In this article, we argue the metaphor of a free and diverse “marketplace of ideas” is constantly threatened by the media tendency to reproduce prevailing structures of power and dominant cultural norms. We address media impact at the level of the community, following the original Jefferson ideal: the First Amendment guarantees of freedom of speech and of the press it’s not based on any presumed power of the newspaper to persuade individuals and change their attitudes. Rather, it assumes the diversity of voices resulting from the existence of press freedom contributes to more informed judgments on public issues and therefore to a better political system. It also assumes “the media audience should be concerned with those issues stressed in the news (...) and there should be a diversity of perceptions of public issues.” (Chaffee and Wilson, 1977: 467). The level of “media richness” of a local community correlates with its metropolitanism and the diversity of public opinion.

Media make sense of social events and are important framers of reality in a very complex process of social interactions. Stuart Hall (1980) described how the dominant ideology is inscribed as the “preferred reading”, without excluding different stances: from dominant to negotiated and even oppositional readings. The digital paradigm increasingly improved the potential for dissent and plurality, as people are now more able to produce their own versions and comments in the same process of consuming and sharing information. In 1995 Nicholas Negroponte predicted “the Daily Me”, described as the possibility of any individual to become his/her own editor. The prediction evolved in our immersive multiplatform contemporary media environment with unplanned effects, such as to insulate us in hermetically sealed political chambers. Sunstein (2007) claims the social media fragmentation fuels the spiral of silence dynamics and recent debates on electoral coverage and post-truth journalism seem to aggravate Negroponte initial reflection.

Based on the importance the media have in terms of constructing the public perceptions of social events, there is special concern about preventing gross misrepresentations of people and their views. The “media diversity agenda” is a political agenda for social change, based on the normative idea that media should contribute to a more democratic and inclusive society. Under this perspective, voicing the citizens becomes one of the media primary duties. But which citizens, based on what news values and at what risks, remains one of the most complicated theoretical, ethical and professional challenges to academics and journalists.

2. The media diversity agenda: a historical background

The majority of the journalists' ethical codes highlight the importance of a fair, inclusive, accurate and accountable coverage. The experience of diversity, so intense in the "real life", in terms of income, ethnicity, gender, disability, sexual orientation, religious belief or political affiliation, should translate into media discourses in a balanced proportion. Responsible media coverage is expected to foster inclusion and cultural dialogue and fight inequality, prejudice, and discrimination. The rationale supporting this norm is the powerful influence of the media in social life and its ability to shape the collective experience of diversity.

The media potential to do good (promote democracy) equals its potential to do harm (promote bias and hate). Media regulations towards the fostering of diversity are informed by continuous public claims about the faults and sins of media organizations, namely concerning the historical under-representation of minorities (in the newsrooms and in media content) and the stereotyping of women and other less privileged groups. The basic question underlying any diversity promotion policy is to achieve more accurate portraits of social groups, to reject prejudice and, moreover, to present fairly and proportionally the views and voices representative of the communities that would, otherwise, be barred from the media.

Karppinen (2007:13) situates the use of the term media pluralism within the debates about deregulation of electronic media that begun in Europe in the 1980s, arguing the need to re-discover the "contested nature" of these values and de-construct the general de-politicization and technocratization of public policy. The business of news media production and distribution has changed dramatically, as has the social and cultural environment in which news is originated and consumed. Cammaerts (2007:5) notes the continuous struggle, in a post-monopoly era, to politicize media debates in terms of communication rights and to position diversity as a "counter-hegemonic reaction against the commoditization of information and communication tools".

3. A methodological approach: the MPM experience and data

This article relies on data and experience resulting from a recent assessment of the Portuguese public service media sector conducted by national experts under the Media Pluralism Monitor (MPM) project. This study was taken under the Media Pluralism Monitor (MPM) project, implemented by the Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF) at the European University Institute and funded by the European Commission. Francisco Rui Cádima (coordinator), Carla Baptista, Marisa Torres da Silva and Luís Oliveira Martins, all from CIC.Digital/FCSH/NOVA, formed the Portuguese team of this project.

Our focus is to describe generically how Portuguese public service media perform in the social inclusiveness domain and identify potential risks. Adopting the MPM terminology, social inclusiveness indicators are concerned "with access to and availability of media for different, and particularly vulnerable, groups of population. They assess regulatory and policy safeguards for access to media by various cultural

and social groups, by local communities and by people with disabilities (...) the centralization of the media system and the quality of the country's media literacy policy."

We will also consider data collected under the Basic Protection domain, referring to indicators as "the existence and effectiveness of implementation of regulatory safeguards for freedom of expression and the right to information; the status of journalists, including their protection and ability to work".

Recent developments in the understanding of how increasing job precariousness is eroding journalists autonomy and preventing them to act as reliable watchdogs of the political and economic powers justify a sceptical view about the sustainability of media diversity goals. In Portugal, the most recent sociological inquiry (2017) regarding labour relationships in journalism clearly links economic constraints, such as low income and weak social protection, to potential risks, such as a perceived vulnerability towards power abuses, a frail self-professional regulation and the degradation of ethical standards. To conclude, the protection of journalists as part of a media policy supporting a pluralistic public sphere needs to be considered in relation to overall socio-political goals.

4. Media diversity in Portugal: old problems and new challenges

Portugal is a small country homogeneous in cultural and linguistic terms. The only recognized linguistic minority is a small community (around 7000 people) in the north of the country, speaking mirandês, a Romanic language. The immigrant community is mostly originated in the former Portuguese colonies, namely Angola, Cabo Verde, Brazil, Moçambique and Guiné Bissau. Non-Portuguese speakers originated in a more recent immigration, from the 1990s, with Eastern Europe and China being the most representative countries.

Sousa & Costa e Silva (2009) considers the incorporation of media diversity in political discourses and legal texts, since the abolition of the authoritarian regime in 1974, to be rather "vague and inoperative". The authors use the expression "keeping up with appearances" to express the general feeling that the progressive alignment with the renewed international interest in diversity lacks implementation tools and monitoring instruments.

The absence of recent academic studies focused on diverse media content and articulated with questions of social and ethnic discrimination, vulnerable publics and economic exclusion, supports this view. Some dimensions of the media diversity agenda, such as media literacy policies, are particularly neglected in terms of national coordination. The economic weakness of regional media indicates the need for a more supportive and proactive policy. The research project DIVinTV – Public Television and Cultural Diversity in Portugal (PTDC/IVC-COM/4968/2014), funded by FCT and coordinated by Francisco Rui Cádima, is expected to fill the knowledge gap and inform

future measures, but it's restricted to public television. This article follows by addressing the current "state of the art" in Portuguese media diversity policy.

a) Regional and Local Media

Regional and local media play a crucial role in the construction and consolidation of a community's identity (Ewart, 2000:1). Besides potentially cementing social cohesion and inclusion, they are paramount to media pluralism, since they generate a "closer proximity" in the belonging feelings towards a community and/or a region (Camponez, 2002:118). Although regional media in Portugal have been facing structural problems in what concerns not only business models and management but also the excessive dependence towards State incentives, they seem to be gaining more and more importance in the Portuguese media landscape when promoting information diversity (Faustino & Carvalho, 2012:2-3). However, we must refer the absence of concrete and updated information about, for instance, the percentage of daily newspapers published regionally or the audience share of local and regional TV and of local/regional radio stations.

Portuguese media legislation recognises regional or local media as a specific category of media with special mission and obligations. Articles 7 and 9 of Radio Law (Assembly of the Portuguese Republic, 2010) acknowledge the existence of radio programme services at local level and foresee the existence of local educational radio stations focused on persons attending higher education; the article 7 of Television and On-Demand Audiovisual Services Law (Assembly of the Portuguese Republic, 2007) similarly defines the existence of international, national, regional or local television programmes depending on whether they are respectively aimed at other countries, national territory, metropolitan and municipal areas. Also, article 14 nº. 2 of Press Law (Assembly of the Portuguese Republic, 1999) identifies press publications of regional scope the ones intended to regional and local communities in their content and distribution. There is a specific decree law dedicated to regional press that specifically underlines its cultural role in promoting regional identity and access to information about local communities, thus establishing State's support to this media category (Council of Ministers Presidency, 1988).

The radio sub-sector has several specific thresholds based on objective criteria (Assembly of the Portuguese Republic, 2010). For local radio licenses, no individual or collective entity is authorised to control more than 10% of the total number of licenses granted in the country. For regional radio licenses, no individual or collective entity is authorised to control, in the same regional area, more than 50% of the total number of licenses that are eligible for that geographical limit.

Nevertheless, although there is a public tender for operating licenses to local/regional radio stations, there are no frequencies for other Digital Video Broadcasting – Terrestrial (DVB – T) regional/local emissions aside from public service media (Rádio e Televisão de Portugal – RTP) RTP Azores and RTP Madeira. Besides that, with respect

to television, the existent availability of open signal / free-to-air channels (both public and private) at the regional level through the digital terrestrial television system is also “clearly below of what could be expected and desirable” (AdC, 2013: 48).

More recently, in 2015, the state implemented a new policy of subsidies for the support of the regional/local press, which may constitute a positive development for the media system, despite keeping the focus on regional/local press as the main collector of the available subsidies and incentives. The financial support goes from the promotion of media literacy and media education policies to the fostering of partnerships between local and national media, such as innovation and modernization, digital development and learning, as well as the connection to other subsidies supported by European funds (Diário da República, 2015a) . Also in 2015, the State's subsidies in the postal expedition were increased, in order to promote readership of the periodical press (Diário da República, 2015b) and in 2014, the Council of Ministers Presidency had also approved legislation in order to promote the development of local/regional media companies.

The Regional Press Portal constitutes another state measure that supports regional and local press, lodging these media, for free, in an online platform. The Regional Press Portal, launched in June 2015, is framed under a broader legislation intended to promote and support readership and aims promote the use of new technologies to spread news and informative content.

We underline that also in 2015 the Coordinating Commissions for Regional Development (CCDR) became to be the official body entitled by governmental attribution with the authority to execute measures regarding State incentives due to regional and local media. The CCDR additional competences include receiving, evaluating and approving applications and ensuring the supervision of respective compliance. The constitution of the CCDRs followed the extinction of the former Cabinet for the Media (Gabinete para os Meios de Comunicação Social – GMCS) in the same year, whose powers were transferred to the General Secretary of the Council of Ministers Presidency, the CCDRs and the National Agency for Development and Cohesion. However, the extinction of GMCS in 2015 created some confusion among the stakeholders, namely in terms of information gathering and coordination.

b) Community Media

According to the Community Media Forum Europe (CMFE), an NGO for networks and projects active within the so-called “third media sector”, community media can be defined as clearly distinct from private commercial media and may share some of the following characteristics: “independence from government, commercial and religious institutions and political parties; a not-for-profit nature; voluntary participation of

members of civil society in the devising and management of programmes; activities aiming at social gain and community benefit; ownership by and accountability to the communities of place and/or of interest which they serve; commitment to inclusive and intercultural practices.”

However, the concept of community media, being based on participatory communication, is “highly elusive”, as may entail a wide range of media practices that differ according to geographical and cultural context – for instance, in respect to radio, community radio is often called associative radio, neighbourhood radio or free radio in Europe, while in Asia it is labelled as radio for development (Carpentier, 2007:001, 003). Moreover, in Europe, the attention paid to diversity and ethnic minority issues called for recognition of a specific branch of community media, which defined minority community media as often local initiatives with a strong participatory element, associated with a dissatisfaction with mainstream media (Deuze, 2006:265-267).

Contrary to European countries such as the United Kingdom or The Netherlands, community media are not defined as a separate category in Portugal and the format is not legally defined. There is no specific public funding, nor legal recognition/status, nor organization representing for community media, in a country with a strong tradition of public service broadcasting (Lewis, 2008:17; Jedrzejewski & Oliveira, 2015:264). According to Community Media Forum Europe (2013), Portugal scored only 1 point in the Community Media Index.

For instance, community radio is described as “alegal” – neither exists against the law, nor appears within any specific legal framework (Jedrzejewski & Oliveira, 2015:255-257; Prina et al., 2013; Midões, 2016), although some radio stations can be said to be community-oriented (Lewis, 2008:17). Only a small number of community radio projects are well known in Portugal, all of which are on the Internet (Jedrzejewski & Oliveira, 2015:255-257), as community media projects are using the web to complement their activity (Lewis, 2008: 25). “Without legal support, FM broadcasts are normally forced to take place as online community projects” (Midões, 2016:14). In fact, nowadays, community radio in Portugal “represents more or less what pirate radio did in the 1980s (...). They flourish from private initiative, are very often started by amateurs, are not intended to be profitable and represent a certain emancipation of the audience” (Jedrzejewski & Oliveira, 2015: 257). The same can be said of minority community media: although there are “ethnic media” in Portugal, that have as target audiences immigrant communities in the country, there are no specific legal provisions granting access and availability of media platforms to minority media.

c) Media and Gender

Gender labour equality is safeguarded in Portugal by national and communitarian/European legislation. It is part of the Constituency concerning the “principle of equality” in the article nº 13 (Assembly of the Portuguese Republic, 2005), stating that no one may be privileged, favoured, harmed, deprived of any right or

exempted from any duty due, among other factors, to gender. The article 58, on the right to work, entrusts the State with the responsibility to ensure that access to no post, work or professional category is ever prohibited or limited based on gender. The constitutional provisions are reflected in the Labour Code and in the Code for the Labour Process, which was amended by the Decree-Law nº 295/2009 to include new enforcements regarding gender equality and the protection of pregnant working women and family rights.

According to the Portuguese judicial system, conflicts regarding gender discriminations are settled in common courts of law. In terms of regulation, gender equality is a sensitive topic, as it raises increasing awareness among stakeholders and disposes of several valuable monitoring instruments. Despite legal safeguards, gender equality is still a mission to accomplish in Portuguese society. The 2016 Global Gender Gap Report (World Economic Forum, 2016) shows that, regarding salary gender impairment, Portugal scores in the 97th position among the 144 countries included in the study. This is a strong indicator of how vital is to continue the effort to promote a gender agenda.

Gender equality in the PSM

The Portuguese legal framework concerning gender labour equality regulates all organizations, including media organizations. Besides that, the V National Plan for Gender Equality, Citizenship and Non-Discrimination 2014-2017 (Diário da República, 2013) constitutes a public policy containing a strategic area dedicated to the media, with an exclusive focus on content (advertising, information and entertainment), but does not address the issues of gender equality in media organisations (the market work is treated in a general chapter on this subject).

In order to promote a coherent link between the implementation of the V National Plan and media companies in Portugal, under the horizon of European strategy 2020, the Commission for Labour and Employment Equality (CITE) developed an initiative called Forum IGEN (Companies for Gender Equality), a group of companies that voluntarily joins the forum in order to express its commitment to gender equality and share experiences and practices. The initiative was launched on 18 February 2013 with 18 founders, including PSM Rádio e Televisão de Portugal (RTP). The sustainability report of 2014 (RTP, 2014) describes diverse supportive measures of gender equality. Two examples are the partnerships with UMAR, a women organisation campaigning against sexual harassment, and with the European Council campaign against violence towards women.

Despite the fact that the mission of gender equality can be found stated in several PSM strategic documents (also following a growing gender concern in political national and European strategic guidelines), gender balance in the management body is still not a reality in Portuguese PSM, although the current management board was already nominated within a legal apparatus framework that strongly recommends a gender

equality policy. The gender gap in relation to leading positions applies to not only to PSM but also to Portuguese media organizations in general, which still are dominated by men, even though journalism is becoming an increasingly female profession (Subtil, 2000; Miranda, 2015). “In 1995, there was one female executive director and 20 years later there are two: one at a national daily newspaper (Público) and one at the Portuguese monthly edition of *Le Monde Diplomatique*” (Lobo et al., 2015: 2). This goes along with the glass ceilings for women identified all over the world in what refers to leading positions: an extensive research in more than 500 media companies in nearly 60 countries showed that 73% of the top management jobs are occupied by men compared to 27% occupied by women (IWMMF, 2011: 9).

In what concerns PSM, the Administration Council of RTP (public radio and television) includes 3 members, 2 men, and 1 woman. RTP has two more management boards: one is the General Independent Council (CGI), with 6 members (4 men and 2 women) and the Fiscal Council, with 4 members (3 men and 1 woman, but with the condition of "surrogate"). The Opinion Council is a more extensive and advisory board composed of 30 members (21 men and 9 women).

The whole human resources structure of RTP is not gendered balanced. According to the 2014 sustainability report (RTP, 2014), 61% of the workers are men and 39% are women. Gender imbalance is particularly strong at the management functions (105 male and 58 female workers), the multimedia sector (24 male and 8 female workers) and the specialists (70 male and 55 female). As for the newsroom, against the generic trend in Portugal, it is still dominated by men: 250 journalists are men and 188 are women.

As for the public news agency LUSA, the Administration Council has 5 members (3 are men and the president is a woman); the Fiscal Council has 4 members (2 men and 2 women) and the General Assembly Board includes 3 members (2 women and 1 man).

Programming content

The television activity - regardless of its public or commercial nature - follows the Television Law in the obligation to ensure pluralism and political, social and cultural diversity. However, the public service media (PSM) is bound to more specific obligations. The Concession Contract for Public Service Television (AAVV, 2015) includes a set of norms related to gender equality in what concerns broadcast content: for instance, excluding, inter alia, gender-based hatred; or ensuring that the information spaces contribute to the awareness of the public to gender equality issues.

The media regulatory body “Entidade Reguladora para a Comunicação Social” (ERC) is charged annually with the PSM auditing report and the regulatory report, which also include the television private channels. Regarding the presence of women as protagonists in the news, data show there is gender inequality. According to the 2015 ERC Regulation Report, in the evening news services of the general channels of public

service RTP1 and RTP2, as well as the commercial channels SIC and TVI, a significant share of the protagonists of the news items are men (over 70%). The "Telejornal" of RTP1 is the news service that accentuates this overall trend, resulting in a higher weight of masculine protagonists in the news and a more marginal presence of women.

The main area of origin of the female protagonists of the news is national politics (the main theme of the news services of the night). The news also highlights female protagonists of society, culture (artists and other creators), internal affairs, economy, finance and business (especially small and medium businesses and individual entrepreneurs), and health and social action. Women from the area of society are mainly portrayed as family members, common citizens or public figures and "celebrities" whereas women associated with internal affairs are mostly portrayed as victims. In the view of Juana Gallego (2009:45), from Autònoma University of Barcelona (Spain), news media usually follow and reproduce the dominant point of view in society, with women being often portrayed as the "observed objects" (and not as "active subjects" as men). Plus, women are not only underrepresented but also portrayed with a stereotypical representation (Gallego, 2002:2).

Based on data provided by ERC, Carla Martins, a professor at University Lusófona of Lisbon and researcher at CIEG (Interdisciplinary Gender Studies), interviewed by email on May 30th 2016 by the Portuguese team of Media Pluralism Monitor (2016), concludes that women continue to be a minority as protagonists of the news. Although they stand out in the political arena, where they have acquired increasing importance, "are still associated with traditional roles and areas, which may be questioned as a reproduction of gender stereotypes still deeply rooted in Portuguese society".

Maria João Silveirinha, professor at University of Coimbra and a senior researcher in gender and media studies, interviewed by email on May 28th 2016, also underlined how the most recent international study concerning women representation in the news, the Global Media Monitoring Project (2015), notes the pervasive "invisibility" of women in news and gender bias in media content all around the world. At this point, new media (the Internet and Twitter news) also "offer little comfort. Here too, women were only 26% of people in the news in 2015" (GMMP, 2015:1).

Issues of gendered representation in media content have been well researched by feminist media scholars but new research is still necessary (Lobo et al., 2015:5). There is a general deficit of academic research specifically targeting gender and media, especially one that can relate gender questions with the changing media and journalistic landscape (North, 2009) and one that analyses the lived experiences of gender in media and journalism, in order to move beyond the "what" and the mere "body count" (De Bruin, 2000:225) into the "why" of news media gendered representation, examining what is actually taking place on the work floor (Lobo et al., *ibidem*:4). A more clear assessment of PSM responsibilities and performance towards gender is also part of this broad knowledge deficit problem.

d) Media and Minorities

The Portuguese Constitutional Law guarantees access to airtime on PSM channels to different social and cultural groups. The Concession Contract between the state and RTP (Public Television and Radio) contains obligation clauses referring to the access to different social and cultural groups and the TV Law states PSM must "provide a varied and comprehensive programming, promote cultural diversity and take into account the interests of minorities". Portugal has no national minorities and is the only country in Europe whose frontiers as a state and as a nation have been coincident in the last 800 years. This fact does not collide with the phenomenon of immigration, and the existence of one ethnic minority, the Roma community.

Portugal signed in 1995 and ratified in 2002 the Framework Convention for the Protection of National Minorities and has thus a legal obligation to promote the full equality of persons belonging to minorities. There isn't any political party with parliamentary representation possessing a racist or xenophobic rhetoric. However, the European Commission against Racism and Intolerance noted in its last report on Portugal (2013) that steps should be taken to put in place a monitoring system enabling the collection of data which may indicate whether particular groups may be disadvantaged or discriminated against on the basis of "race", ethnicity, religion or membership of Roma or other vulnerable communities.

The last study commissioned by the NGO Observatório das Migrações (<http://www.om.acm.gov.pt/>) on Media, Immigration and Ethnic Minorities dates from 2008. A similar study, on Immigration and Ethnic Diversity was commissioned by ERC also in 2008. The commitment to promote cultural diversity and respond to the multilingual and multicultural contemporary reality of Portuguese society is expressed in several documents, including the annual report on the sustainability of PSM but the analysis provided is scarce and lacks comprehensibility. The ERC annual regulation report (2016:45) refers to 3 programmes in RTP1 specifically aimed at promoting the cultural diversity of minority groups, in a total of 39 annual emissions and 36 hours of programming – which represents a very significant decrease in comparison to the year before (8 programmes, 234 annual emissions, 127 hours of programming). According to ERC, RTP2 is the television channel offering more diverse content, with 9 programmes, totalizing 586 annual emissions (80,4% of the 729 emissions spotted in all the 4 open signal channels - two public and two private - and 74,3% of the total emission hours). However, this data does not discriminate among religious, cultural information and educational programmes.

ERC methodology does not specifically categorize the presence of ethnic or other minorities in the news protagonists, the information sources or the themes presented. According to Isabel Ferin, a professor at University of Coimbra and senior researcher on minorities and media, interviewed by email on April 30th 2016, Roma people are the most discriminated and Roma women are at particular risk of marginalisation and

exclusion. The annual report of International Amnesty on Portugal corroborates this view, although it doesn't include a specific analysis of media content – but it does condemn cases of discrimination against Roma citizens.

e) Media Accessibility to People with Disabilities

The Portugal Digital Agenda (2012) puts great emphasis in the thematic of accessibility and digital inclusion, recommending that barrier-free access to audiovisual content should be envisaged as a fundamental human rights issue. There are two main policy areas: To promote the availability of e-books adapted for people with special needs; and to define an accessibility policy for digital content and Portuguese digital platforms in several key-sectors, such as public and local administration, learning institutions, banking, services, shopping and the media.

The obligation to take into account the special needs of people with disabilities is part of the license agreement and mandatory for the registration process. Integrative public policies exist but are not consolidated. The current offer includes subtitling, audio description and signing. Video searching, double screen and vocalisation are available on the websites. PSM are forced to a minimum of hours of emissions adapted with subtitling, audio description and signing. The on-demand audiovisual services obligations remain to regulate in terms of minimal standards.

Following a set of continuous legislation under the accessibility topic (including the Law nº 27/2007, from 30 July (Law on Television and On-Demand Audiovisual Services), and also the legal European framing (Directive 2010/13/EU from the European Parliament and the European Council, from 10 March 2010), the Media Regulatory Body (ERC) approved, through the Deliberation 4/2014, from 2 January, a “Pluriannual plan defining the obligations related to the access to television programs and audiovisual services on demand to people with disabilities”. This plan was designed after consultation with a large number of stakeholders, including representatives of the National Rehabilitation Institute, schools, associations in the field and the 3 generic television channels (RTP, SIC and TVI) and lead to the creation of a think tank group on Media and Disability (<http://www.mediaedeficiencia.com/grupo-de-reflexao>).

The ERC strategy predicts the implementation of measures like subtitling, sign language interpretation, audio description, comprehensible navigation measures and other adequate techniques “in a gradual process that takes into account the technical market conditions in each moment”. The obligations inscribed in the plan differentiate between PSM and private media, imposing larger hours of programming (both in entertainment and information) available for people with disability to PSM. The 2015 ERC regulation report (ERC, 2016) comprises an assessment of this item and concludes that PSM failed to always fulfil the minimal obligations (in some weeks it didn't manage to offer the minimal of 8/10 hours of subtitled programs), although it also recognizes indicators show some progress in time.

ERC recognizes that more should be done, namely with a continuous effort to implement new technological facilities. But one can hardly impose media companies the sole fault for failing a more comprehensive accessibility policy. In 2011, FCT (National Foundation for Science and Technology), which is also represented in the group on Media and Disability, conducted an extensive analysis of the most representative Portuguese media websites, concluding, “none could even receive the minimal conformity level according to W3C” (Conformance Evaluation of Web Sites for Accessibility: <http://www.w3.org/WAI/eval/conformance.html>). According to the Access Unit from FCT (testing the electronic accessibility for citizens with special needs), in a study from 2013 concerning the accessibility of public and local administration websites, Portugal scores on the average among the 27 member states.

f) Media Literacy

There is no consistent policy towards media literacy, rather it is fragmented and based in disjointed measures. Vítor Reia Baptista, a professor at University of Algarve and a senior researcher on media literacy, interviewed by phone on April 30th 2016, points the absence of a national strategy that takes into account the media system and relies on critical thinking. The Portuguese media literacy policy is aligned with international standards, namely the European Council Conclusions on Literacy, from 26 November 2012, and European resolutions (Directive 2010/13/UE from the European Parliament and from the European Council of 10 March 2010), but not sufficiently committed in the field.

One example is the creation of the Portal for Media Literacy, in 2010, to aggregate reference documents and resources. It is not updated regularly and fails to provide a useful tool for educators, researchers and citizens. Another positive measure was the development of the National Plan for Cinema, to foster filmmaking and film criticism skills among students. However, the number of schools involved is still very limited and most schools lack the resources to develop the proposed activities.

There are also some activities promoted by the government in articulation with different stakeholders, like the Congress on Media Literacy and Citizenship and the initiative Seven Days with the Media. This happens every year, always starting at May 3 (World Press Freedom Day set by the UNESCO), involving schools, libraries, the media and civic society in activities concerning media literacy. According to information gathered by consultation with experts working at the National Education Secretary – DGE (special team on Resources and Educational Technologies), all the initiatives concerning media literacy, either conducted autonomously or in partnership, are compiled in the following website: <http://erte.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>.

Media literacy is officially known in Portugal as “education for the media” and falls under the broader category of “education for citizenship”. The public schools are proposing media literacy contents in the context of education for citizenship (curricular revision published in *Diário da República*, Decree-Law nº139/2012 from 5 July) and

following the curricular framing that launched the Education for the Media Referential in 2014. This document constitutes the main landmark to implement media literacy in schooling and can be used in various teaching levels.

The Referential includes teaching recommendations and guidelines for the schools wishing to integrate media literacy into its educational projects and was designed to be a working tool for media educators. But media literacy is not a formal topic included in schooling goals and curricula, excluding the curricular unit of Information and Communication Technologies, where topics concerning digital security and digital gaming are formally included. The remaining curricular areas may include dispersing approaches.

5. Final remarks

In the realm of media diversity policies and social inclusiveness in Portugal, areas such as access to media for minorities and women, as well as media literacy policies, still require a considerable amount of work.

Access to media for minorities is legally safeguarded and expressed in several documents, but more programming promoting cultural diversity is necessary. Additionally, we suggest a reinforcement of academic research focused on media and minorities, in order to create instruments to critically think about media representations of minority groups. It is also crucial to pursue the mission of gender equality in the media, where men still dominate leading positions in media organizations and in the news. Finally, we concluded that media literacy policies are fragmented in the field and we recommend a consistent national strategy that can take advantage of the already existent critical thinking, namely building a stronger focus on cognitively demanding literacy instruction in school curricula.

References

- AAVV (2015). "Contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão". Retrieved from: http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/contrato_concessao_pdf.php [accessed on July 3rd 2016]
- AdC (2013). "Televisão Digital Terrestre em Portugal". Retrieved from: http://www.concorrencia.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Estudos_Economicos/Comunicacoes_Electronicas_e_Media/Documents/TDT_final_Junho_20130617.pdf [accessed on July 3rd 2016]
- Assembly of the Portuguese Republic (1999). Press Law (Law nº. 2/99). Retrieved from: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1999/01/010A00/02010208.PDF> [accessed on July 3rd 2016]

Assembly of the Portuguese Republic (2005). Constitution of the Portuguese Republic. Seventh Revision. Retrieved from:
http://app.parlamento.pt/site_antigo/ingles/cons_leg/Constitution_VII_revisao_definitive.pdf [accessed on July 5th 2016]

Assembly of the Portuguese Republic (2007). Television and On-demand Audiovisual Media Services Law (Law 27/2007). Retrieved from:
http://www.erc.pt/documentos/Lei_Televisao_2007.pdf [accessed on July 3rd 2016]

Assembly of the Portuguese Republic (2010). Radio Law (Law nº. 54/2010). Retrieved from: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2010/12/24800/0590305918.pdf> [accessed on July 3rd 2016]

Cádima, Francisco Rui (2016). From European Public TV to the “Alienation” of the Idea of Europa. *Intercom - RBCC São Paulo*, v.39, n.2, p.39-48, maio/ago 2016
<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n2/1809-5844-interc-39-02-0039.pdf>

Camponez, Carlos (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva.

Carpentier, Nico (2007). “The on-line community media database RadioSwap as a translocal tool to broaden the communicative rhizome”. *Observatorio (OBS*)* 1: 001-026.

Chafee, Steven H.; Wildon, Donna G. (1997). Media Rich, Media Poor: Two Studies of Diversity in Agenda Holding. In *Journalism Quarterly*, 414, pp 466-476.
<http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1977-Chaffee-466-76.pdf>

Community Media Forum Europe (2013). “Mapping of community media in Europe”. Retrieved from:
https://docs.google.com/file/d/0B_Za5iTe_EmWeDlyZWtWci1GV2c/edit [accessed on July 1st 2016]

Council of Ministers Presidency (1988). Decree Law 106/88. Retrieved from:
http://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/DecretoLein106_88.pdf [accessed on July 1st 2016]

Cuilenberg, Jan van (1998). Diversity Revisited: Towards a Rational Critical Model of Media Diversity. In Brants, Kees; Hermes, Joke; van Zoonen, Lisbet (eds). *The Media in Question, Popular Cultures and Public Interests*. Sage: London, pp 28-50.

Deuze, Mark (2006). “Ethnic media, community media and participatory culture”. *Journalism* 7(3): 262-280.

De Bruin, Marjan (2000). “Gender, organizational and professional identities in journalism”. *Journalism* 1(2): 217-238.

Diário da República (2013). Council of Ministers Resolution 103/2013. Retrieved from:
http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/V_PNI_2014_2017.pdf [accessed on July 5th 2016]

- Diário da República (2015a). Decree Law 23/2015. Retrieved from: <https://dre.pt/application/conteudo/66443111> [accessed on July 3rd 2016]
- Diário da República (2015b). Decree Law 22/2015. Retrieved from: <https://dre.pt/application/conteudo/66443110> [accessed on July 3rd 2016]
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC (2016). Relatório de regulação. Retrieved from: http://www.erc.pt/documentos/Relatorios/ERC_Relatorio_de_Regulacao_2015_Volume2/ERC_RR_2015_Vol_2_web/assets/downloads/ERC_Relatorio_de_Regulacao_2015_Volume2.pdf [accessed on March 2nd 2017]
- Ewart, Jacqui (2000). “Capturing the heart of the region – how regional media define a community”. *Transformations* 1: 1-13.
- Faustino, Paulo; Carvalho, Arons de (2012). “Políticas públicas e impactos dos subsídios aos media regionais e locais em Portugal”. XXXV Intercom, Fortaleza, September 3-7.
- Gallego, Juana (2002). “Gender stereotyping in the production of news”. Paper presented at the IAMCR conference, Barcelona, 21-26 July.
- Gallego, Juana (2009). “Género e representação pública: realidades e desejos”. *Media & Jornalismo* 15: 43-53.
- GMMP (Global Media Monitoring Project) (2015). “Who Makes the News?” World Association for Christian Communication (WACC), Toronto, Canada & London, England. Retrieved from: http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/global/gmmp_global_report_en.pdf [accessed on July 5th 2016]
- Gulyás, Ágnes; Hammer, Ferenc (eds) (2013). *Public Service Media in the Digital Age: International Perspectives*. Cambridge Scholars Publishing: Newcastle upon Tyne
- Hall, Stuart (1984). *Reconstruction Work: Images of PostWar Black Settlement*. In Highmore, Ben (editor) (2002). *The Everyday Life Reader*. Routledge: London and New York, pp 251-261.
- Horwitz, Robert B. (2004). *On Media Concentration and the Diversity Question*. Department of Communication, University of California: San Diego http://communication.ucsd.edu/_files/onmedia.pdf
- IWMF (International Women’s Media Foundation) (2011). “Global report on the status of women in the news media”, Washington DC. Retrieved from: <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2013/09/IWMF-Global-Report-Summary.pdf> [accessed on July 5th 2016]
- Jedrzejewski, Stanislaw; Oliveira, Madalena (2015). “Getting listeners involved: Rádio Ás, a community radio web project”. In T. Bonini & Monclús, B. (eds), *Radio audiences and participation in the age of network society*. NY: Routledge.

Karpinnen, Kari (2007). Making a Difference to Media Pluralism. A critique of the Pluralistic Consensus in European Media Policy. In Carpentier, Nico; Cammaerts, Bart (eds). Reclaiming the Media Communication Rights and Democratic Media Roles. Intellect Books: Bristol and Chicago, pp 9-29.

Lewis, Peter Maynard (2008). "Promoting social cohesion: the role of community media". Report prepared for the Council of Europe's Group of Specialists on Media Diversity. Strasbourg: Council of Europe.

Lobo, Paula; Silveirinha, Maria João; Silva, Marisa Torres da; Subtil, Filipa (2015). " 'In journalism, we are all men': Material voices in the production of gender meanings. Journalism Studies, online first. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1111161

Midões, Miguel (2016). "Community radios in the Portuguese speaking space: mapping the differences of a community empowerment". Radio, Sound & Society Journal 1(1): 13-25.

Miranda, João (2015). "Notas sobre o papel e a situação da mulher no processo de profissionalização do jornalismo português e no decurso da desregulação profissional". Media & Jornalismo 14(1): 53-74.

Noelle-Neumann, Elizabeth. The Spiral of Silence, a Theory of Public Opinion (1974). In Journal of Communication, Volume 24, Issue 2, June 1974, pp 43-51.

North, Louise (2009). "Gendered experiences of industry. Change and the effects of neoliberalism". Journalism Studies 10(4): 506-521.

RTP (2014). Relatório de sustentabilidade. Retrieved from: http://media.rtp.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/RelatorioSustentabilidade2014_2602.pdf [accessed on July 5th 2016]

Sjovaag, Helle (2013). Journalistic Autonomy. Between Structure, Agency and Institution. In Nordicom Review 34 (2013) Special Issue, pp. 155-166

Sousa, Helena; Costa e Silva, Elsa (2009). Keeping Up Appearances, Regulating Media Diversity in Portugal. In International Communication Gazette, Vol. 71, Issue 1-2, 2009.

Subtil, Filipa (2000). "As mulheres jornalistas". Retrieved from: <http://bocc.ufp.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf> [accessed on July 5th 2016]

Sustain, R. Cass (2017). #Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media. eBook | ISBN: 9781400884711 |

World Economic Forum (2016). The Global Gender Gap Report. Retrieved from: http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf [accessed on February 22nd 2017]

2.2.5 Diversidade e Serviço Público de Televisão no contexto regulatório português

Cádima, F. (2017). Diversidade e serviço público de televisão no contexto regulatório português. *Media & Jornalismo*, 17(31), 29-42. Acesso em de <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/4794>

Estamos a entrar agora numa complexa era em que os algoritmos “assumem o comando”. Vai longe o tempo em que essa competência pertenceu à mecanização, como Siegfried Giedion descreveu, ou à eletrónica, como McLuhan problematizou. Mas tudo mudou nesta recente vertigem atual despoletada pelas máquinas informacionais. Os novos “gatekeepers”, ou “bots”, robots, hoje não olham à diversidade ou à diferenciação das vozes, preferem antes a “economia dos clicks”, ou a organização da informação segundo o princípio do “the winner takes it all”, ou seja, colocando no ranking dos motores de busca as “histórias” com mais “clicks”, mais comentadas ou partilhadas. O que significa que temos um fenómeno novo, de redução significativa da diversidade e do pluralismo num contexto que já de si, em termos de media mainstream, era extremamente deficitário em particular em matéria de pluralidade das vozes.

1. As primeiras abordagens

Importa então pensar este novo fenómeno no atual contexto de migração para o digital, procurando estruturar um conjunto de referências, documentos, relatórios e legislação, que nos permita ter uma visão mais alargada e consistente de como esta questão está a ser observada pelos sistemas de governo e de regulação e por entidades independentes, pela academia, centros de investigação, etc. A questão da diversidade e do pluralismo é, do nosso ponto de vista, absolutamente crucial para o sistema de media neste momento muito crítico para o seu futuro. Vejamos então, mais em particular, o que se tem passado fundamentalmente com o sistema regulatório no âmbito da experiência dos media públicos nacionais.

Em Portugal, até à data, a ERC desenvolveu apenas um estudo no âmbito específico da diversidade. Esse estudo foi feito no ano de 2008, apresentado em 2009 e divulgado no site da ERC em janeiro de 2011. O estudo “Imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e televisão” analisava fundamentalmente a cobertura mediática de temas e protagonistas associados à imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural. Coordenado por Isabel Ferin e publicado em 2011 pela ERC, teve ainda o patrocínio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). O estudo dá ainda continuidade a três outros estudos anteriores, genericamente sobre Media, Migração e Minorias Étnicas, publicados entre 2004 e 2007, então patrocinados pelo ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), e realizados no âmbito do Observatório da Imigração.

Este estudo começa por referir a criação do European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC), em Junho de 1997, como um momento relevante nas políticas europeias para os Media e Diversidade ao longo de cerca de dez anos, sobretudo pelo reportado nos relatórios da instituição e da rede Raxen, um centro europeu de informação sobre o racismo e a xenofobia. O papel determinante dos media neste âmbito da diversidade era aí claramente exposto embora posteriormente as atribuições do centro tivessem sido integradas na Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Refira-se, em todo o caso, que desde o Livro Verde do audiovisual europeu, de 1984, seguido da Diretiva Televisão Sem Fronteiras (1989), com todas as suas atualizações posteriores (1997, 2007 e 2010) as temáticas dos direitos das minorias bem como os princípios da diversidade e do pluralismo eram já um pressuposto plenamente adquirido no espírito da lei, sendo replicados depois nas diferentes legislações dos Estados-membros.

No texto da Diretiva, os temas da diversidade e do pluralismo são uma constante. Veja-se, por exemplo, logo no considerando nº 6:

“O n.º 4 do artigo 167.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia dispõe que, na sua ação ao abrigo de outras disposições desse Tratado, a União deve ter em conta os aspetos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.”

Ou o considerando nº 12, que diz o seguinte:

“(…) a política de regulação no sector tem de salvaguardar um conjunto de interesses públicos, tais como a diversidade cultural, o direito à informação, o pluralismo dos meios de comunicação social, a proteção dos menores e a defesa dos consumidores, e reforçar a capacidade crítica do público e a educação para os media, agora e no futuro.”

2. O quadro legal português

O quadro legal na área dos media em Portugal está, aliás, bem documentado em matéria de liberdade de informação. O Artigo 37.º da Constituição – “Liberdade de expressão e informação”, diz, no seu nº 1, que “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações”. No seu nº 2, a lei fundamental da República Portuguesa prescreve que “o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura”. Deve ainda referir-se o Artigo 13.º - “Princípio da igualdade”, nº 1: “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”. E ainda o nº 2: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de

ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Também o Estatuto do Jornalista impõe como deveres fundamentais dos jornalistas, independentemente do disposto no respetivo código deontológico, e designadamente no seu artigo 14, nº 2, alínea e), relembrando o artigo 13 da Constituição: “Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”. E como bem refere o estudo de Isabel Ferin, importa ainda citar a lei da Televisão e o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, dado que este quadro regulatório, em particular, especifica as questões fundamentais relativas designadamente ao operador público de televisão para o cumprimento de atribuições e competências em matéria de pluralismo e diversidade.

Questão, aliás, evidente nos próprios considerandos do Contrato de Concessão, designadamente nos parágrafos (X), (Y) e (Z):

Que a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela 33.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 20 de outubro de 2005, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 10-A/2007, de 16 de março e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 27 – B/2007, da mesma data, reconhece que as Partes detêm o direito soberano de adotar políticas e medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais dentro do seu território, entre as quais as destinadas a estimular a diversidade dos meios de comunicação social, incluindo através do serviço público de radiodifusão;

Que, pela mesma Convenção, é reconhecido o papel fundamental da sociedade civil na proteção e na promoção da diversidade das expressões culturais;

Que a Recomendação Rec (2007) 3 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, reconhecendo que a missão do serviço público de radiodifusão, num contexto de globalização e integração internacional, bem como de crescente concentração dos média privados e de rápida mudança dos padrões de consumo e nível de expectativas do público em matéria de conteúdos de comunicação, assume ainda maior relevância, devendo também ser prosseguida através de novas plataformas e serviços de comunicação social, de modo a otimizar o seu potencial e especialmente a promover uma maior participação democrática, social e cultural.

Refira-se ainda, entre outros aspetos, a questão da relação do media com o ambiente societal, onde se diz que o serviço público deve constituir-se “como um fator de coesão e integração de todos os indivíduos, grupos e comunidades sociais” (...). Nesta perspetiva, o serviço público deve, nomeadamente (parágrafo BB):

“(...) Disseminar conteúdos audiovisuais inovadores e diversificados, de acordo com padrões éticos e qualitativos elevados, e assumir-se como um fórum de discussão plural e meio de promover a participação democrática alargada dos cidadãos, bem

como e contribuir para a criação e produção audiovisual, assegurando a divulgação da diversidade da herança cultural nacional e europeia”.

Ainda em matéria de Contrato de Concessão, refira-se a Cláusula 6.^a - Obrigações Específicas da Concessionária, no seu nº 2, que considera que à concessionária incumbe, designadamente: a) “Fornecer uma programação variada e abrangente, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias”. E a Cláusula 16.^a - Ações a Desenvolver em Matéria de Programação: f) “Promover, nas emissões dirigidas às comunidades africanas, acontecimentos e iniciativas que, pela sua importância e qualidade, reflitam a riqueza e diversidade cultural daquelas comunidades”.

Por fim veja-se que a própria Lei da Televisão (Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido – Lei n.º 27/2007, de 30 de julho) começa por considerar genericamente que constituem obrigações gerais de todos os operadores de televisão “assegurar, incluindo nos horários de maior audiência, a difusão de uma programação diversificada e plural”. Mas no que concerne em particular o Serviço Público de Televisão, diz o Artigo 51.º – Obrigações específicas da concessionária do serviço público de televisão, no seu nº 1, que “a concessionária do serviço público de televisão deve (...) apresentar uma programação que promova a formação cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade”. E no seu nº 2, diz – replicado no Contrato de Concessão – que “à concessionária incumbe, designadamente: a) Fornecer uma programação variada e abrangente, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias”. Este artigo refere ainda várias outras obrigações afins, dentro das temáticas específicas da missão do serviço público de televisão, mas não faz qualquer discriminação entre os dois canais generalistas, assumindo-se que ambos têm as mesmas atribuições e competências expressas no clausulado.

Há, no entanto, uma diferenciação de competências, designadamente no Artigo 53.º – Primeiro serviço de programas generalista de âmbito nacional; e no Artigo 54.º – Segundo serviço de programas generalista de âmbito nacional. Se no primeiro o legislador considera que este deve ser “dirigido ao grande público” embora devendo transmitir, por exemplo, “programas de carácter cultural” ou “conceder especial relevo” à “sensibilização dos telespectadores para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos”, já no Artigo 54.º, vem considerar que o segundo serviço de programas “compreende uma programação de forte componente cultural e formativa”, devendo “assegurar uma programação de grande qualidade, coerente e distinta dos demais serviços de programas televisivos de serviço público”. A lei contradiz-se assim a si própria e subverte o princípio e a missão do serviço público ao exigir que um dos canais – o segundo – assuma os “custos” culturais do serviço, que conferem o princípio e a existência legal à concessionária, como que permitindo uma descaracterização do principal canal do sistema público através do mimetismo dos privados e do entretenimento “light”, em suma, legitimando a “ditadura da audiência” e a concorrência desleal do próprio operador público.

3. Iniciativas e estudos nacionais e europeus

Múltiplas iniciativas europeias, institucionais ou não, outras ainda no plano da cidadania, foram então desenvolvidas nesta matéria sobretudo desde os anos 90 do século passado. No caso português citem-se de facto as múltiplas iniciativas do ACIME e do ACIDI, no sentido de implementar estudos e estratégias de comunicação para a sensibilização dos media, dos jornalistas e da própria opinião pública para os temas da imigração, dos refugiados e da diversidade cultural. Ou mesmo o magazine televisivo NÓS, da RTP, sobre a imigração e a diversidade cultural em Portugal, ou o Programa Escolhas, do ACIDI, com a participação de muitas outras entidades, destinado fundamentalmente a aprofundar contextos de diversidade e apoiar a inclusão dos jovens na sociedade portuguesa.

Refira-se, no entanto, uma situação muito particular, que não abona em nada aquilo que se poderá considerar a atenção particular das políticas públicas europeias em matéria de diversidade. Um dos programas de apoio a estas políticas – o programa MEDIANE – Media in Europe for Diversity Inclusiveness, uma iniciativa conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa, nos anos 2013-2014, terá tido um fim inglório, depois do encontro de Lisboa, em março de 2014, onde se procurava avançar num sistema de acompanhamento designado por Monitoring and Action Box on Media Diversity Inclusiveness. O programa tinha objetivos ambiciosos, propunha-se encorajar a disseminação de conteúdos, design e produção de informação verdadeiramente inclusiva:

“Tendo como base as várias recomendações dos órgãos do Conselho da Europa sobre o pluralismo dos media e a expressão da diversidade, bem como os sucessos da campanha anti discriminação de 2008-2010 e ainda o seu programa conjunto com a UE, MARS – Media contra o Racismo no Desporto, o programa MEDIANE visa fazer da diversidade e da não discriminação os prismas permanentes da cobertura mediática”.

Basicamente o MEDIANE tinha como objetivo final “facilitar o estabelecimento de uma rede entre os parceiros mediáticos europeus e os atores relevantes tendo como interesse partilhado a promoção de modos mais inclusivos de produção mediática e jornalística”. Infelizmente deste programa não mais se ouviu falar, o que naturalmente se lamenta dada a ambição do programa e a sua evidente relevância no contexto destas temáticas no contexto europeu.

Voltando às conclusões do estudo coordenado por Isabel Ferin, intitulado, como referimos, “Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e na Televisão”. Tal como enunciado, a comparação do ano de 2008 com os estudos realizados nos anos anteriores, mantém, genericamente, o “padrão de cobertura”, isto é, os acontecimentos associados ao crime “marcam os picos de agendamento, dando visibilidade à Imigração e às designadas minorias e provocando o aumento do número de peças nos meios de comunicação”.

Na televisão as temáticas da transgressão social e do crime são as que dominam, sendo que os interlocutores privilegiados nas notícias são as forças de segurança, enquanto as ONG's, associações de imigrantes ou de comunidades ciganas, por exemplo, surgem com menor representação, de acordo com as conclusões do estudo.

Outra conclusão que não deixava de ser preocupante era a seguinte: “Nos canais generalistas de televisão verifica-se que é nos jornais televisivos que se regista menos diversidade e pluralismo na informação, encontrando-se estas características presentes em todos os canais, nomeadamente no operador público”. De uma maneira geral, os telejornais da informação televisiva diária “privilegiavam o espetáculo e a informação superficial”, enquanto que nos não-diários se promovia de forma mais consistente “o aprofundamento dos temas e a informação contextualizada”. Da mesma forma, verificava-se “uma tendência para enfatizar as ‘bad news’ sobre a Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural”.

Por fim, e não menos importante, anote-se o seguinte: “Os operadores de televisão, tanto o público (RTP) como os privados (SIC e TVI), tendem a não contemplar, na sua programação, os interesses gerais e diversificados dos cidadãos, não assegurando uma informação plural que contribua para a formação cívica dos espectadores”. O estudo acaba por concluir que

“O princípio da seleção é a procura do sensacional, do espetacular. A televisão apela à dramatização, no duplo sentido da palavra: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera a sua importância, a sua gravidade e o seu carácter dramático, trágico. (...). Em outros estudos sobre televisão, sobre outros temas e com outros corpora de análise, já foram apontados os mesmos procedimentos de rotina, que envolvem as mesmas estratégias de espectacularização de acontecimentos e a sistemática utilização de fontes oficiais.”

4. A diversidade do SPT no contexto regulatório

Na nossa observação das grelhas de programação dos canais generalistas do serviço público de televisão são identificados regularmente, nos vários dias e/ou semanas estudados, vários problemas associados em particular à questão da diversidade da oferta, nomeadamente no plano da diversidade de géneros televisivos e de oferta de programas no âmbito do conhecimento e da cultura, em particular na RTP1. Vamo-nos deter mais especificamente no âmbito da oferta de programas em geral, excetuando a informação diária, que, pela sua especificidade, nos merecerá uma análise posterior, ainda que pudessem ser referidos dados, em particular no âmbito do pluralismo político, com base nos Relatórios específicos da ERC sobre pluralismo político-partidário da informação televisiva.

Refira-se que, ainda no âmbito dos estudos da ERC, o essencial da sua abordagem prende-se com a matéria político-partidária, tal como observado já por Elsa Costa e Silva: “Da sua atividade de monitorização sobressai a atenção dada à política partidária

e formal e, nos mecanismos que disponibiliza à sociedade, encontramos a presença esmagadora dos mesmos atores. Vozes alternativas, críticas ou não oficiais não aparecem, desta forma, representadas nas análises ao pluralismo efetuadas pela entidade reguladora” (2013: 113).

Mas a diferenciação de perfil ou a dita “complementaridade” entre os dois canais generalistas da RTP é um problema recorrente no serviço público de televisão, nunca suficientemente discutido. Basta olharmos, por exemplo, para a Deliberação da ERC 2016/85, que procura verificar a boa execução dos contratos de concessão da empresa, para se perceber que este é um tema de grande relevância.

No documento, a ERC cita o seu próprio Relatório de Regulação do ano de 2013 – referente ao ano em apreciação na auditoria – para dizer que, quanto à RTP1 e no que diz respeito, nomeadamente, à diversidade das categorias de programas das grelhas de programação “manteve-se a predominância registada em 2012, de três categorias, a saber, informativos, ficção e entretenimento, assinalando-se, novamente, pela negativa a irrelevância dos conteúdos infantis/juvenis”. O regulador identifica aliás, de modo positivo, o crescimento da oferta televisiva em matéria de promoção da diversidade cultural e de grupos minoritários, assinalando o “acréscimo de programas exibidos”, concluindo que em referência a 2013 “a programação da RTP1 dirigida a grupos minoritários tornou-se uma das que revela a complementaridade entre os dois serviços de programas do operador público de televisão (...)”.

Quanto à RTP2, constata que nesse ano, em 2013, se verificou uma alteração significativa, com “um aumento muito relevante da programação informativa, em detrimento da de cultura e conhecimento”. Em matéria de programação infantil/juvenil, a RTP2 mantinha a tendência dos últimos anos, e continuou a ser “o serviço que mais programação destinou às faixas etárias mais jovens, destacando-se os géneros desenhos animados e educativos infantis/juvenis”, aqui sobretudo em oposição à referida “irrelevância” dos conteúdos infantis/juvenis do principal canal do operador público.

Aliás, nesta matéria – e bem – a ERC insta a concessionária, para que, nomeadamente na RTP1, a programação infantil “possa ter maior relevo, não assumindo que pelo simples facto de a RTP2 incluir em moldes mais significativos este género de formato na sua programação, isso será suficiente para desonerar a RTP1 da disponibilização deste tipo de conteúdos”.

Vejam-se finalmente os pontos 3 e 4 da Deliberação propriamente dita (85/2016 – Cap. V), e repare-se que, muito embora se trate aqui, nesta auditoria, de matéria essencialmente referente aos fluxos financeiros associados à execução do Contrato de Concessão, a verdade é que a matéria referente à programação não deixa de estar presente de forma muito clara:

“3. O Conselho Regulador, face às conclusões da auditoria e do Relatório de Regulação, sublinha a necessidade de o operador de serviço público assegurar a diversidade de oferta de géneros programáticos a que está contratual e legalmente obrigado,

nomeadamente ao nível dos programas infantis/juvenis e culturais/conhecimento, reiterando-se aqui o alerta já anteriormente efetuado (referência à Deliberação 5/OUT-TV/2012, de 27 de junho de 2012, relativa à Auditoria referente a 2010), quanto à ‘necessidade de o operador de serviço público equilibrar a diversidade da oferta televisiva em ambos os serviços de programas, encarando a complementaridade, não como um seccionamento de géneros, por serviço de programas, mas antes como o equilíbrio quantitativo de conteúdos de cada género em cada um dos serviços de programas’ ”.

“4. Recomenda-se à Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a contínua melhoria e escrupuloso cumprimento das obrigações contratuais de diversidade de programação em todos os seus serviços de programas, bem como o respeito pela garantia de acesso de públicos com necessidades especiais a todos os programas e em particular os dos géneros ficção e documentários.”

Esta temática tem a sua mais recente atualização no Relatório de Regulação de 2015 adotado pelo Conselho Regulador da ERC, de julho de 2016. Mais especificamente em matéria de Pluralismo e Diversidade nos serviços de programas televisivos do Serviço Público, a análise de programação dos canais generalistas foi a seguinte:

Quanto à RTP1 (p. 29 – Vol. 1), em 2015 o volume horário da RTP1 foi de 7005h11m57s. No ano de 2015, predominam os programas de entretenimento, atingindo 33,6% da duração. Seguem-se os programas informativos (31,1%) e a ficção (23,3%).

A RTP1 emitiu 389 horas de programas culturais/conhecimento em 2015, resultantes de 1240 edições, repartidos por sete géneros. Estes correspondem às diversas exigências estabelecidas pelo CCSPT para o primeiro serviço de programas do operador de serviço público de televisão.

Com 112 horas, o Documentário é o género que atinge maior relevo temporal, preenchendo 28,9% do conjunto. Os programas de informação cultural surgem de seguida (23,7%), bem como os espetáculos (18,8%) e os programas de humanidades (14,8%).

A RTP1 exibiu em 2015 apenas 39 programas destinados à promoção da diversidade cultural e dos interesses de grupos minoritários, que cobrem os géneros informação cultural, educativo e religioso.

Por sua vez, os programas de cariz institucional/religioso são os menos expressivos nas grelhas de emissão da RTP1 em 2015, com 103 horas de emissão global (1,5%), seguindo-se os conteúdos infantis/juvenis, com 153 horas de emissão (2,2%).

Quanto à RTP2, em 2015 o volume horário da RTP2 foi de: 8400h39m29s. A RTP2, segundo este relatório da ERC (p. 30 – Vol. 1), é “o serviço de programas generalista português de acesso não condicionado livre que destina o maior número de horas de emissão aos seus públicos, com a equivalente maior oferta de conteúdos programáticos do panorama nacional”. Note-se que a RTP2 tem uma oferta “exígua de

conteúdos pertencentes ao macrogénero entretenimento (meio ponto percentual das horas totais da programação de 2015)”.

Em 2015 regista então um total de horas de emissão superior à RTP1, resultantes da exibição de 20518 programas. Nas grelhas de emissão o destaque horário cabe aos informativos (36,2%), aos infantis/juvenis (28,3%) e aos culturais/conhecimento (18,3%), que agregados, segundo o relatório, totalizam mais de quatro quintos (82,8%) da duração global de emissão da RTP2.

Para além dos informativos, que ocupam o primeiro lugar em total de horas de emissão, o destaque principal da grelha vai efetivamente para os infantis/juvenis. Neste âmbito, destacam-se os géneros desenho animado, na segunda posição, com 14,8 %, sendo que o outro género de programas para os mais novos mais regular é o “educativo infantil/juvenil”, que é o segundo mais frequente em termos de exibição (14 %). Tal como diz este relatório da ERC:

“Prosseguindo a sua vocação de serviço de programas orientado para os mais novos, a RTP2 foi o serviço de programas generalista de sinal aberto que destinou mais programação às faixas etárias mais jovens em resultado da emissão de 2376h19m08s de conteúdos infanto-juvenis, resultantes da emissão de 11915 programas”.

Repare-se ainda, relativamente ao âmbito dos programas culturais propriamente ditos, que a RTP2 apresenta um valor muito significativo neste âmbito, o que explicita claramente o perfil deste canal no contexto da oferta do serviço público (p. 31):

“A cultura e o conhecimento também tiveram lugar de destaque nas grelhas de emissão da RTP2. Em 2015, o canal difundiu 3868 programas identificados como pertencendo à categoria cultural/conhecimento, o correspondente a 1538h22m18s de emissão anual distribuídas por sete géneros. A mais longa duração dos documentários face aos outros géneros da categoria cultural/conhecimento torna-os preponderantes no indicador duração, em que valem um terço do tempo total de emissão (34%). Metade do tempo destes cabe aos programas classificados de humanidades (17,2%), seguidos de perto dos de artes e media (15,3%) e os espetáculos (14,6%).

Finalmente, refira-se que a RTP2 tem também um posicionamento relevante no âmbito dos “conteúdos vocacionados para os grupos minoritários e a promoção da diversidade social e cultural, com 586 exibições, o equivalente a 274h02m51s de emissão”, o que equivale a uma quota não muito alta, mas que de qualquer modo deve ser anotada e perspectivada em termos do seu potencial de crescimento dado o perfil do canal: 3,2% na programação de 2015.

No Volume 2 do mesmo Relatório de Regulação de 2015, de julho de 2016, é desenvolvida uma análise mais fina no contexto dos programas de “diversidade”, considerada aqui como “uma das dimensões de pluralismo – entendido em sentido lato, enquanto representação de um vasto conjunto de valores, opiniões, informações e interesses sociais, políticos e culturais” (p. 8). A metodologia do estudo propõe que uma das formas de aferir essa dimensão seja a “identificação dos géneros televisivos a

que correspondem os conteúdos selecionados pelos operadores para integrar as suas grelhas de emissão diárias” (id.), o que não nos parece poder ir verdadeiramente ao âmago da questão, isto é, à plena identificação e especificidade, em matéria de diversidade, dos conteúdos propriamente ditos. A própria tipificação feita do conceito de diversidade também nos parece extremamente pobre e insuficiente. A conclusão desta abordagem surge mais à frente no Relatório da ERC, de forma, portanto, insatisfatória, e onde se diz que (p. 12):

“De um modo geral, em 2015, a RTP1 cumpre as obrigações de diversidade que lhe são impostas pelos normativos destacados (...), nomeadamente por se verificar que as suas grelhas anuais de programação contemplam conteúdos pertencentes aos sete macrogéneros em análise, subdivididos em 33 géneros televisivos de entre os 39 considerados.”

Importaria aqui que a ERC densificasse o conceito e procedesse a uma análise complementar de conteúdo, com uma avaliação essencialmente qualitativa, procurando abarcar as múltiplas dimensões do conceito, a saber, nomeadamente: a diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, o multiculturalismo; a pluralidade das expressões e vozes. As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação. Conteúdos e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento. Proteção do património e da cultura nacional/local. E por fim a questão da diversidade de géneros de programação televisiva.

Ora, em 2015, segundo o Relatório da ERC, a RTP1 emitiu 46 espetáculos, nomeadamente (p.38): tauromaquia e marchas populares; Rui Veloso: 25 anos; Tony Carreira: 25 anos; Silence 4: songbook live 2014”. E escreve ainda o seguinte (p.38): “No âmbito performativo, refira-se a emissão de “Grande Revista à Portuguesa” e “Grande Noite do Fado Lisboa 2006” e “Grande noite do Fado Porto 2006”, em contraponto com a ausência de espetáculos de ópera e bailado, entre outras encenações de natureza mais erudita.” Ora, associar aqui o fado a espetáculo performativo causa uma certa perplexidade, conviria claramente rever esta metodologia e tipificar melhor os conceitos para evitar erros deste tipo.

Finalmente, no âmbito da “promoção da diversidade cultural” e no que se refere ainda aos “interesses de grupos minoritários” (p.45), são três os programas identificados: “Músicas D’África” e os programas de edição única, “Peregrinação Internacional do Migrante” e “Vivo em Portugal”. Conclui o relatório que “face ao ano anterior, verifica-se deste modo uma acentuada diminuição do número de edições anuais de programas para públicos minoritários: de 234 para 39, com um recuo de 127 h 11 h 18 m para 36 h 54 m 48 s.”

No que respeita à RTP2, refira-se desde já que a esta compete integrar na sua programação, segundo o Contrato de Concessão da RTP, uma oferta cultural “distinta dos demais serviços de programas televisivos de serviço público” e, ainda, segundo o

mesmo contrato (cláusula 10.^a, n.º 3) constituir-se como “uma alternativa à oferta da RTP1, bem como às ofertas de programação cultural do mercado”.

5. Reflexões finais

Nesta medida, faz todo o sentido que a programação da RTP2 satisfaça “as obrigações gerais de diversidade e de pluralismo”. Na sequência, o Relatório afiança ainda que as grelhas de emissão da RTP2 de 2015 “contemplam conteúdos pertencentes aos sete macrogéneros considerados na análise, que se desdobram em 30 géneros televisivos, assim respondendo às obrigações específicas de programação” (p. 15), frase que por si só não tem significância.

É nesta lógica que surge, por assim dizer, a “menorização” da missão da RTP1, dado que o Contrato de Concessão confere à partida a ilibação do principal canal de serviço público relativamente às opções centrais de prestação do serviço público, deslocando-as em peso para a RTP2. Assim sucede também nas referências, por exemplo, à igualdade de género, à divulgação de causas humanitárias, ao desporto amador e ao desporto escolar, às confissões religiosas, ao ambiente e à defesa do consumidor, aos espaços educativos destinados ao público infantojuvenil e que contribuam para a sua formação, etc., etc.

Uma conclusão que podemos retirar desta avaliação constante do Relatório de Regulação da ERC de 2015 é assim a de que o facto de a RTP2 surgir com uma estratégia de programação complementar da RTP1, permite compensar, pela ausência de conteúdo, o infrator, melhor dito, o principal canal do serviço público num âmbito que é justamente uma das prerrogativas da sua missão. Ou seja, uma das atribuições e competências determinantes na oferta do serviço público, e indistintamente – se é que o conceito é (deve ser) de facto indivisível e não manipulável – é a inclusão de conteúdos e programas específicos em matéria de infantis/juvenis, cultura e conhecimento, promoção da diversidade social e cultural e ainda de programas em matéria de visibilidade dos grupos minoritários, como inclusive sucede com a insuspeita BBC. Para além disso, como refere Horsti (2014: 56) em matéria de diversidade cultural não são feitos grandes esforços no audiovisual europeu para encontrar soluções capazes de conter os novos tipos de racismo e discriminação que estão a regressar à Europa.

Ora, sendo estas as áreas onde mais se afirma a dimensão do serviço público de televisão no âmbito específico da “missão”, são justamente estas as áreas em que a RTP1 menos intervém e menos explicita as suas atribuições e competências, o que, do nosso ponto de vista, afeta, e em última instância põe em perigo a própria questão do financiamento público, ou seja, coloca em causa a sua própria legitimação e presença no contexto da oferta de serviço público.

Outro tópico crítico é o da difusão de programas de origem europeia. De acordo com a Diretiva europeia e a Lei da Televisão (Artigo 45) os operadores de televisão devem

incorporar uma percentagem maioritária de obras europeias na programação dos seus serviços, uma vez deduzido o tempo dedicado aos noticiários, manifestações desportivas, concursos, publicidade, televenda e teletexto. A questão, aliás dramática para a experiência televisiva europeia das últimas décadas (com impactos profundos na atual crise de coesão da UE), é que os Estados-membros convencionaram, à revelia do espírito inicial da Diretiva – que procurava essencialmente combater o domínio completo dos ecrãs europeus pelo audiovisual norte-americano –, que a produção nacional em cada país deve contribuir já para a quota de “produção europeia”, pelo que se assiste hoje – e, no fundo, desde sempre – a um completo deserto de produção europeia dos países terceiros nos ecrãs dos diferentes países, incluindo nos canais de serviço público dos Estados-Membros, naturalmente com maior gravidade neste caso.

Bibliografia

A Future for Public Service Television: Content and Platforms in a Digital World (2016). A report on the future of public service television in the UK in the 21st century. Goldsmiths - University of London.

Cádima, F. Rui (2016). “Da TV pública europeia à ‘alienação’ da Ideia de Europa”. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 39(2), 39-47. <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n2/1809-5844-interc-39-02-0039.pdf>.

Cádima, F. Rui (2016a), “O Public Service Media, a RTP e os Desafios da Era Digital”. Actas do II Congresso Internacional de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, sobre os Desafios dos Media de Serviço Público. Organização: Universidade de Coimbra. Nº 2 da revista Mediapolis, 2016, pp. 63-71. <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39187/1/O%20Public%20Service%20Media%20a%20RTP%20e%20os%20desafios%20da%20era%20digital.pdf?ln=es>

Constituição da República Portuguesa (2005). VII Revisão Constitucional. <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão (2015). <http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>.

Deliberação ERC/2016/85(OUT-TV). Auditoria à empresa concessionária do serviço público de televisão, RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A., referente ao ano de 2013. ERC, 13 de abril de 2016.

Diretiva 2010/13/EU (Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual») do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2010. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:095:0001:0024:pt:PDF>.

ERC (2016). Relatório de Regulação, Vol 1 e 2. <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2015>.

ERC (2016a). Relatório de Acompanhamento da Observância do Pluralismo Político – Informação Televisiva Diária e Não Diária – 2015. <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-do-pluralismo-politico-partidario/relatorio-de-acompanhamento-da-observancia-do-principio-do-pluralismo-politico-em-2015>.

Ferin, Isabel (2011). Imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e televisão. <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/diversidade/imigracao-e-diversidade-etnica-linguistica-religiosa-e-cultural-na-imprensa-e-televisao-2008>.

Hargrave, Andrea Millwood (2007) (Coord.). Cultural Diversity Practices among Broadcasting Regulators. Barcelona/CAC: Broadcasting Regulation and Cultural Diversity Network.

Horsti, K. (2014). The Cultural Diversity Turn: Policies, Politics and Influences at the European Level. In G. Titley, K. Horsti, & G. Hultén (Eds.), National Conversations – Public Service Media and Cultural Diversity in Europe (pp. 43-60). Bristol: Intellect Ltd.

Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (2007). Lei n.º 27, de 30 de Julho. <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/07/14500/0484704865.pdf>.

Livro Verde (1984) relativo ao estabelecimento do mercado comum da radiodifusão [COM(84) 300 final]. CEE, Bruxelas.

MEDIANE – Media in Europe for Diversity Inclusiveness (2014). Council of Europe. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/mars/mediane/default_en.asp.

Silva, Elsa Costa (2013). “Regulando pluralismo e diversidade em Portugal: uma equação sem Cidadãos”. Observatorio (OBS*) Journal, vol.7 - nº1 (2013), 101-117.

Silva, Elsa Costa e Sousa, Helena (2009). “Diversidade no serviço público: um olhar sobre a RTP”. Comunicación e Ciudadanía - Revista Internacional de Xornalismo Social. Nº. 3, 2009, págs. 233-248.

2.2.6 O *Public Service Media*, a RTP e os Desafios da Era Digital

Cádima, Francisco Rui (2016), “O Public Service Media, a RTP e os Desafios da Era Digital”. Mediapolis, nº 2, 2016, pp. 63-71. http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_5. <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39187/1/O%20Public%20Service%20Media%20a%20RTP%20e%20os%20desafios%20da%20era%20digital.pdf?ln=es>

O serviço público de televisão atravessa agora no início de 2015 um dos momentos mais estimulantes da sua história na era democrática, em Portugal. O que há uns anos

atrás (2011/12) passava por efeitos de implicações imprevisíveis no sector de media em geral – a questão da privatização de um canal da RTP – está hoje aparentemente superado com orientações estratégicas que finalmente procuram repor o serviço público de televisão no seu lugar próprio: o de alternativa inequívoca à oferta comercial.

Vamos procurar fazer aqui uma análise global deste problema, tentando discutir não somente a questão da alternativa, mas ainda possíveis saídas para a crise sistémica do modelo público/privado no audiovisual e para a crise do sistema de media, considerando-se que a necessária inflexão do modelo é cada vez mais evidente e está agora também claramente mais exposta neste contexto de crise económica e financeira europeia e, particularmente, no contexto da crise portuguesa.

Propomo-nos assim neste texto fazer um exercício de reflexão fundamentalmente no sentido de discutir o investimento do sector público na área de media e novos media a curto/médio prazo. No curto prazo julgamos que se deve procurar aprofundar uma transição entre os serviços públicos de televisão tradicionais e um "public service media" claramente distintivo da oferta comercial. A médio prazo a nossa proposta orienta-se para um novo modelo assente num sistema multiplataforma mas com uma redefinição dos conteúdos públicos, que se deverão orientar tendencialmente para a divulgação, o conhecimento e a herança cultural portuguesa, complementando assim a oferta privada, deixando essencialmente as áreas do entretenimento "light", por assim dizer, aos operadores comerciais.

Dentro desta lógica, consideramos genericamente que o reforço da estratégia de legitimação dos media públicos, no contexto de migração para o digital, ou passa por uma inequívoca distinção do modelo e dos conteúdos dos media públicos face à oferta dos operadores comerciais - seja no sistema de radiodifusão televisiva, seja em ambiente Web - ou caminhará rapidamente para um rápido declínio da sua presença histórica nos sistemas duais europeus desde finais dos anos 50.

Novo paradigma, novas questões

Como pensar então no novo paradigma digital o lugar do Serviço Público de Televisão? Como argumentar, no âmbito da reconfiguração do envolvimento público no sector de media, em torno de uma nova opção aberta às potencialidades da Web? Nesta reconfiguração do modelo do public service media, há que manter prioritariamente a presença da nossa identidade e da herança cultural portuguesa.

Surgem agora dinâmicas novas, no contexto do digital, que sistema de media tradicional não está a acompanhar da melhor maneira: refiro-me aos modelos de produção colaborativa que utilizam a inteligência, o conhecimento coletivo e um "saber fazer" disseminado na rede. Por exemplo, nas práticas jornalísticas, evoluímos cada vez mais para um jornalismo assimétrico, com a reconversão de práticas e modelos de informação. As políticas públicas, por exemplo, não podem esquecer estas

dinâmicas no plano dos conteúdos informativos, culturais e criativos. E os produtores dos novos conteúdos públicos serão, no fundo, os fautores desse vínculo identitário do ser português. Daí a sua enorme responsabilidade no actual contexto.

As dúvidas que se podem colocar são, portanto, múltiplas e complexas. Que novo modelo e novas estratégias se podem configurar face às debilidades endémicas do nosso sector de media, mas também face às potencialidades e dinâmicas de convergência desta área, que engloba hoje os media, as comunicações e as redes?

Como argumentar, no âmbito da hipotética - mas também algo real - reconfiguração do envolvimento público tradicional no sector de media, em torno de uma nova ordem comunicacional aberta às potencialidades dos novos media e da Internet? Como pensar o novo paradigma e o lugar do Serviço Público de Televisão (ou do Public Service Media) no novo contexto da era Digital?

A primeira questão é ver este problema de forma distanciada, a dois níveis: quer relativamente à crise do sistema de media português em si mesmo, quer relativamente ao carácter algo estanque do velho campo dos media face a toda uma componente criativa, interactiva, específica desta era dos "digital natives".

No que concerne à redefinição do investimento público nos conteúdos da convergência - e também nessa outra perspectiva da reconfiguração do modelo do public service media, uma primeira questão reside justamente no potencial de um modelo estratégico de convergência entre as dimensões da comunicação e da cultura e os digital media numa lógica integrada com as próprias indústrias culturais e criativas, tendo por objectivo final a promoção da língua e da cultura, das artes e do património portugueses/europeus, num quadro de distribuição híbrida - audiovisual/net.

Convergência que deve garantir, por um lado, a presença ou a permanência "em aberto" (e sempre "no ar") da herança cultural portuguesa/europeia e dos seus conteúdos culturais públicos, e, por outro lado, a presença da Ideia de Europa, como defendeu conceptualmente George Steiner, através do novo modelo de informação multiplataforma.

Esta é já uma outra lógica, que em termos de definição de políticas públicas é claramente "pós-mediática", procurando abranger não só o comunicacional, mas também o histórico e o criativo já em ambiente web, fazendo convergir conhecimento, lazer, experiência, interacção e participação. Como se essas novas plataformas de convergências, assentes numa cultura de new media e nos novos ambientes web, nos convocassem enquanto "producers" para essa imersão, para experienciar/partilhar o acontecimento, as comunidades, os prazeres e lazeres, as redes, o capital social, a memória e a história...

Para pensar este modelo político-cultural e de gestão de plataformas e redes do domínio público, assente em estruturas agregadoras mais "leves" e o mais flexíveis possível, muito embora suportadas em redes de nova geração, é fundamental que se

repensem um tanto radicalmente as opções a tomar no domínio das políticas públicas intersectoriais: a convergência estratégica (de redes e conteúdos), o modelo de gestão e orçamental, a formação e os recursos humanos. A redefinição destas áreas reencontra-se assim num novo "cluster" - o da economia cultural e criativa - sendo que este poderia ser um desígnio nacional/europeu de médio prazo.

A pertinência do debate sobre o novo paradigma inscreve-se desde logo naquilo que penso ser uma crise conjuntural de média duração do sector da comunicação social - e que se verifica já também no âmbito dos novos media. Essa crise começa ainda nos anos 90 e continua a ser reforçada no final dos anos 90 com a crise das dot.com, com o rebentar da bolha tecnológica e, simultaneamente, com a inflexão drástica do mercado da publicidade no início da década, em 2000/01. A combinação destes dois factores afectou grandemente, nomeadamente em Portugal, os mercados de media tradicionais - imprensa, rádio e televisão.

Daí resultaram novas engenharias de compromisso (nos sistemas de media, no económico-político) que nos fizeram chegar ao ponto onde estamos. O actual contexto é, portanto, consensualmente reconhecido como um tempo de crise complexa no sector de media tradicional desde o culminar das grandes crises dos anos 2000-2010.

Vários analistas e académicos consideram que houve uma falta de escrutínio por parte dos media no desenrolar e concretização dessas crises – crise dotcom, legitimação da invasão do Iraque, subprime, endividamento obscuro dos Estados e das famílias, produtos tóxicos, crise financeira, regulação dos mercados, etc., etc. Para alguns autores como Max Otte, por exemplo, há como que uma espécie de vírus no sistema de media que faz propagar não a sociedade do conhecimento, mas uma sociedade da desinformação.

É assim evidente que os media, de um modo geral, contribuíram para este sistema de desinformação, o qual, pela experiência vivida designadamente após os anos 2007/08, conduziu a um cíclico e quase eminente colapso social e económico do chamado mundo desenvolvido. A emergência de fenómenos como o Wikileaks, por exemplo, deve começar por ser pensada, na actual conjuntura, no contexto da marcante crise do jornalismo e do sistema de media, quer no plano económico, quer no plano de conteúdos. A verdade é que, como dizia Jay Rosen, um académico norte-americano de grande prestígio, «the watchdog press died» - a imprensa vigilante, escrutinadora, aparenta atravessar uma espécie de coma induzido.

Surgem, por outro lado, dinâmicas novas, no contexto do digital, que o sistema de media tradicional não está a acompanhar: refiro-me ao crowdsourcing e ao modelo de peer production (de produção colaborativa) que se sobrepõem à arquitectura da rede e à computação em rede, utilizam a inteligência, o conhecimento colectivo e o saber fazer disseminado na rede, o que, de forma colaborativa, contribui para criar e disseminar informação, produzir conteúdo ou desenvolver software.

O que isto significa é que hoje, do ponto de vista das práticas jornalísticas, como dizíamos atrás, evoluímos para um jornalismo assimétrico. Quer dizer que o jornalismo

e os media necessitam de reconverter práticas e dinâmicas, integrando de forma interactiva as novas comunidades em rede e deixando a sua tradicional resistência à mudança. O novo ecossistema digital, de tipo matricial, apela a esse novo tipo de jornalismo fortemente colaborativo, assimétrico - entre fontes tradicionais, fontes colaborativas, data mining (bases de dados, regularidades, padrões consistentes, alertas), jornalistas propriamente ditos, social media, producers, etc.

Mas a Internet não é, ainda hoje, nenhuma espécie de mirífica salvação (veja-se o caso Wikileaks, o jornalismo locativo, colaborativo, etc.). Daí que a divulgação do segredo não queira dizer absoluta transparência sobre o mundo e as coisas. Significa que a divulgação de um segredo pode esconder outro, e a transparência tornar-se opacidade, ou converter-se mesmo numa ideologia da transparência.

Por outro lado, a Internet está a trazer-nos alguns dissabores: pensava-se que a Net era um espaço de grande abertura e partilha, mas isso só em parte é verdade. Mathew Hindman, no livro *O Mito da Democracia Digital*, esclareceu cabalmente que em termos de grandes sistemas e conglomerados de *media/new media* a Net tem um grau de concentração mais elevado do que sucede nos mercados tradicionais (ex: USA).

Da mesma forma, a política na Net (salvo o caso Obama e pouco mais) é mais do mesmo, por assim dizer... Um certo ciberoptimismo sobre a possibilidade da Internet estar a democratizar a política é uma ideia já em falência, uma vez que não somente há mais desigualdades na política online do que na esfera política tradicional, como também a Net acaba por absorver a quase totalidade do tráfego dos cibernautas, pelo que o essencial do que caracterizava o analógico está a migrar para o digital.

Fala-se nas espirais de silêncio que estão a retirar à democracia a dimensão de "valor universal" tal qual era pensada no passado, fala-se nas lógicas de terror - bio ou cyber - que vulnerabilizam ainda mais o sistema democrático... Mas fala-se também num novo humanismo marcado pela multiculturalidade e pelo imperativo de responsabilidade, pela necessidade de criar conteúdo nos media, fala-se numa "nethics".

Isto para dizer, finalmente, que as novas políticas públicas em matéria de *media/new media* não podem iludir esta complexidade, nem estas realidades emergentes, sob pena de contribuírem para o adiamento da mudança e para a manutenção do actual estado de coisas.

Justifica-se, portanto, numa estratégia de convergência entre o cultural e o comunicacional, uma opção direccionada prioritariamente para uma aproximação às CCI (Cultural and Creative Industries), ultrapassando as velhas políticas dos sectores de media. Salvar, portanto, a possibilidade de mudar as políticas públicas de convergência, desde logo na reconfiguração do sistema público de media num contexto de migração para o digital. É isso também que se exige hoje ao public service media e ao reposicionamento das políticas Europeias de media, audiovisual e new media, que do nosso ponto de vista se devem orientar para essa convergência.

O digital e a legitimação dos media públicos

Na nossa análise, uma das razões para a crise de legitimidade do audiovisual público europeu, sobretudo nos países da Europa do Sul, encontra-se naquilo que designamos por falência da política audiovisual europeia, definida na origem da identificação dos grandes problemas do sector, sobretudo a partir das orientações definidas pelo Livro Verde de 1984, aos principais objectivos da “Directiva Televisão Sem Fronteiras” de 1989, revista por duas vezes nas décadas seguintes, sem que, no entanto, se conseguisse proceder a um forte recentramento das grandes opções estratégicas.

Genericamente podemos definir essa inconsequência da política Audiovisual da EU como não tendo conseguido resolver vários problemas ou "pecados" originais. Um deles é o predomínio dos filmes e das ficções televisivas americanas nos ecrãs europeus, que continuam hoje como há trinta anos atrás, sendo que o défice comercial anual no domínio do audiovisual entre a União Europeia e os USA continua a ser enormemente desfavorável para a Europa.

Por outro lado, em mais de vinte anos de políticas e apoios no domínio do audiovisual, a União Europeia nunca conseguiu concretizar uma política efectiva de circulação europeia das obras com a recuperação do investimento na produção através da criação de um segundo mercado. Associada a esta questão está o facto, também muito negativo, dos sistemas públicos preencherem as suas quotas com obras de produção nacional e não com obras provenientes de outros países europeus. Ainda para mais, a própria produção independente de origem europeia aumentou, de facto, mas o problema é que uma boa parte das empresas de produção de programas de televisão da União Europeia são sucursais dos difusores, e, portanto, não cumprem exactamente o princípio da directiva.

A não resolução, ao longo das últimas três décadas, destes problemas centrais do audiovisual europeu, conduziu à situação actual, em que os sistemas públicos de audiovisual, são uma espécie de espelho das crises económicas e financeiras dos seus próprios países, nunca tendo potenciado, nomeadamente através da União Europeia ou da União Europeia de Radiodifusão, as suas valências, numa lógica de maior partilha de conteúdos e de regular circulação da sua produção.

Não admira, pois, que entre os pontos críticos principais dos modelos públicos, estejam ainda questões como a ambivalência da radiodifusão pública, que mantém a predominância de uma opção económica face à dimensão cultural e de cidadania da missão de serviço público. Ou a distorção da concorrência com a oferta de conteúdo do tipo light entertainment, o que tem conduzido aos chamados mimetismos com os privados. Ou o deficit de intervenção nas áreas críticas - sobretudo em matéria de produção e distribuição de conteúdo original europeu para o mercado europeu e para terceiros. E ainda, a questão da falta de rigor e exigência na monitorização da qualidade dos conteúdos, do pluralismo, da diversidade, etc., e do desempenho geral da televisão pública europeia.

Nesta perspectiva consideramos que se mantém absolutamente válido o princípio da identificação do interesse geral dos conteúdos de serviço público numa lógica de Public Service Media, quer para os conteúdos broadcast, quer para os novos produtos no âmbito do digital. A exigência de uma avaliação sobre o interesse geral de um serviço, permite verificar, como sucede na Grã-Bretanha ou na Alemanha, no caso dos novos conteúdos para a web, se um novo serviço ou conteúdo fazem ou não parte integrante da missão de serviço público.

Se é verdade que a migração para o digital do Public Service Media começa a estar devidamente monitorizada nalguns países europeus por sistemas de testes públicos, é paradoxalmente ainda no broadcast que essa monitorização mais se faz sentir, sobretudo em países como Portugal, onde os testes ainda não se aplicam.

Por exemplo, no que se refere ao on-line, o BBC Trust reconhece o potencial da bbc.co.uk para desenvolver e agregar conteúdos em áreas prioritárias (como na educação, por exemplo), para reforçar conteúdos específicos, mas também para excluir da BBC conteúdos que não tenham uma lógica manifesta de serviço público.

Trata-se, no fundo, de avaliar a estratégia da TV pública, sabendo estimar de forma mais eficaz a natureza específica dos seus conteúdos, comunicar a mudança de comportamento exigido por esta estratégia, ajustando a oferta das múltiplas plataformas às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes Web.

Note-se que o continuado reforço do entretenimento no broadcast tem implicado uma progressiva despolitização dos públicos, o que mais nos obriga a repensar os objetivos, a missão, as práticas e as plataformas de distribuição dos conteúdos (dos media) públicos.

O facto é que desde os anos 80 para cá, tudo mudou e muito. Se existiam apenas quatro canais privados na Europa no início dos anos 80, hoje, na era da hiperfragmentação da oferta falamos de mais de dez mil canais de televisão na Europa. Só que, nestes mais de trinta anos, entre 1982 e 2015, a UE alterou por duas vezes a sua directiva, mas não atacou verdadeiramente os principais problemas que referimos.

Neste contexto de hiperfragmentação é para nós claro que o serviço público deve garantir a produção de conteúdos compatíveis nomeadamente com a identidade, a diversidade e a herança cultural europeia, contribuindo neste último caso para uma experiência democrática mais participada pela cidadania e pela virtude civil; e garantir o pluralismo de largo espectro, não somente um pluralismo político-partidário, que é redutor da experiência democrática, mas o pluralismo da diversidade das vozes - das culturas minoritárias à multiculturalidade da grande casa europeia.

Portanto, no contexto de um mercado hipersegmentado e com a emergência de múltiplas plataformas digitais, onde a Internet ganha cada vez mais espaço ao próprio broadcast, é cada vez mais difícil justificar a existência de operadores públicos em regime de concorrência tradicional, ou, pelo menos, tirando vantagem de actividades

comerciais em áreas de distribuição de conteúdos já claramente ou adequadamente asseguradas por operadores privados.

O actual contexto é, sem dúvida, radicalmente diferente do período de monopólio ou de oligopólio, pelo que o sistema público deve evoluir sim, mas no sentido da sua objectivação a da densificação qualitativa dos seus conteúdos e não na tendência inversa. Importaria aqui uma definição mais aprofundada e objectivada da missão de serviço público no novo contexto; na produção e distribuição de conteúdos de origem europeia, com especial relevância para os conteúdos culturais públicos; no acompanhamento da independência de operadores e reguladores; na adequação dos princípios estabelecidos para o serviço público online versus serviço público tradicional.

Nesta perspectiva, consideramos que a presença do serviço público de media nas novas plataformas deve ser repensada continuamente e fortemente monitorizada, quer pelo regulador, quer por entidades independentes, como centros de investigação universitários, por exemplo. Os seus conteúdos não podem senão destinar-se a satisfazer as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade, sem colocar em causa a sua legitimidade devido a efeitos desproporcionais introduzidos no mercado e não necessários ao cumprimento da missão de serviço público.

Daí que seja fundamental limitar a oferta do serviço público de media à oferta editorial que reflecta um valor acrescentado em torno das dimensões da informação, da educação, da cultura, das artes, do pensamento, dos filmes, da música, enfim, em torno da herança e do património cultural da grande casa Europeia. O papel dos meios audiovisuais públicos deve então recentrar-se em torno da dimensão das novas literacias mediáticas e das novas competências digitais no actual contexto da cultura das redes.

Ora, como referimos, num contexto de crise, mais se exige relativamente ao reforço da estratégia de (re)legitimação dos media públicos, que passará sempre por uma inequívoca distinção do modelo e dos conteúdos dos media públicos face à oferta comercial, por muito que esta questão continue a ser tratada por parte dos operadores, como se de uma questão secundária se tratasse.

O não entendimento deste ponto essencial, não retirará, ou mais depressa arrastará, consoante os casos, o sistema público de audiovisual para a banalidade concorrencial e o mimetismo com os privados, retirando legitimidade ao investimento público no sector e pondo em perigo a própria existência do modelo. Daí que se exija um modelo de serviço público de legitimidade reforçada, bem delimitado na sua missão e dimensão, mas sobretudo enquadrado pelas exigências e necessidades do interesse público e da cidadania.

Bibliografia

- BBC Trust (2010), The BBC Strategy Review, March. London: BBC Trust.
http://www.bbc.co.uk/bbctrust/assets/files/pdf/review_report_research/strategic_review/strategy_review.pdf
- , (2010a) BBC Strategy Review - Initial conclusions, July. London: BBC Trust.
- CÁDIMA, F. Rui (2011), A Televisão, o Digital e a Cultura Participativa. Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- , (2010), «La era digital. Legitimidad de los medios de comunicación públicos», TELOS, Cuadernos de Comunicación y Innovación Número 83, pp. 13 - 22. Madrid: Fundación Telefónica.
- , (2009) Crise e Crítica do Sistema de Media - O Caso Português. Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- , (2007) A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise. Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- COLLINS, Richard (2010), «Getting public service broadcasting reviews "just right"», The Public Service Broadcasting Forum, 7 July.
<http://www.opendemocracy.net/ourkingdom/richard-collins/getting-public-service-broadcasting-reviews-just-right>. Consultado em 12.07.2012.
- CURRAN, James et al (2010), «The BBC Strategy Review: Goldsmiths Leverhulme Media Research Centre responds», The Public Service Broadcasting Forum, Opendemocracy.net, 6 June. <http://www.opendemocracy.net/des-freedman-natalie-fenton-james-currans/bbc-strategy-review-goldsmiths-leverhulme-media-research-ce>. Consultado em 12.07.2012.
- HINDMAN, Matthew (2009), The Myth of Digital Democracy. New Jersey: Princeton University Press.
- OTTE, Max (2010), El crash de la información. Los mecanismos de la desinformación cotidiana. Madrid: Editorial Ariel.
- STEINER, George (2005), A Ideia de Europa, Lisboa: Gradiva.
- THOMPSON, Mark (2010), «Putting Quality First», About the BBC Blog, 2 March.
<http://www.bbc.co.uk/blogs/aboutthebbc/2010/03/putting-quality-first.shtml>

3. Análise da programação da RTP1 (2016-1017)

3.1 Análise da programação da RTP1 de 24/06 a 30/06 de 2016

1. Descrição geral da metodologia adotada

No sentido de obtermos dados específicos sobre o objeto em estudo, por sua vez conducentes a uma melhor definição das opções metodológicas previamente definidas para esta investigação, decidimos avançar com uma análise a quatro séries temporais de programação da RTP1 e da RTP2. Para esse efeito foi primeiramente escolhida a semana de 24 a 30 de junho de 2016, iniciada a uma sexta-feira e terminada a uma quinta-feira. De seguida, nas restantes séries temporais foi selecionado um dia ao longo de sete semanas, a iniciar a uma segunda-feira e a terminar a um domingo. Desta forma, a segunda série temporal iniciou-se no dia 31 de outubro (segunda-feira) e terminou a 18 de dezembro (domingo) de 2016. Já a terceira série temporal começou a 5 de junho de 2017 (segunda-feira) e terminou a 23 de julho de 2017 (domingo). Por último, foi analisada a série temporal de 4 de setembro (segunda-feira) a 22 de outubro (domingo) de 2017.

Uma primeira análise já havia sido feita, aliás, apenas em termos de abordagem genérica das características e especificidade das grelhas de programação do serviço público no arranque de 2016, com uma avaliação da primeira semana do mês de janeiro, o que nos tinha permitido verificar, de um modo geral, uma reduzida presença dos conteúdos em matéria de diversidade cultural (conteúdos “DIV”, como referiremos de forma simplificada).

A presente análise, agora numa abordagem mais aprofundada e sistematizada, tem então por objetivo essencial permitir o acerto e uma redefinição da estratégia

metodológica, face não somente às características específicas dos conteúdos televisivos em análise, mas também face ao problema mais genérico definido pela investigação e pelo enunciado do projeto quanto à diferenciação da programação de serviço público designadamente em matéria de pluralismo e diversidade da oferta televisiva dos canais generalistas em aberto.

Por fim, refiram-se as nossas categorias de conteúdo (que designámos por “DIV”, para facilitar uma mais rápida referenciação) que determinam a seleção de programas e conteúdos desta nossa análise:

- A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes;
- As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação;
- Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento;
- Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Diversidade de géneros de programação televisiva.

2. Descrição geral da programação da RTP1 durante o período

Com o objetivo de analisarmos os conteúdos DIV presentes na grelha de programação da RTP1 procedemos, numa primeira fase, à análise de todos os programas apresentados no decorrer de uma semana. Para a presente série temporal contabilizámos um total de 140 programas transmitidos entre os dias 24 e 30 de junho de 2016. Cada programa foi categorizado e agrupado em categorias de acordo com o seu género televisivo ou conteúdo apresentado.

Desta forma, numa primeira categoria agrupámos os “Concursos” de entretenimento como o “Preço Certo” e o “The Big Picture”. De seguida, surge a categoria “Documentário” da qual fazem parte todos os programas transmitidos dentro deste género, independentemente do tipo de conteúdos que apresentam. Na categoria “Entrevista, Talk-show e Magazine” estão inseridos todos os programas de entrevistas e de debates, géneros condensados num único grupo por conterem características semelhantes. Em quarto lugar agrupámos na categoria “Ficção” todas as séries,

telenovelas e filmes de teor nacional e internacional. A categoria “Infantil” surge da necessidade de analisar individualmente todos os programas de entretenimento direcionados para o público mais jovem. Já os programas dedicados à informação foram divididos em dois segmentos, “Informação Diária” e “Informação Não-diária”, definidos consoante a periodização de cada programa.

Numa segunda categorização segmentámos as categorias “Cultural”, “Desporto”, “Entretenimento”, “Humor”, “Musical” e Religioso” de forma a englobarmos todos os programas cujo teor justificava uma categoria isolada das restantes. Justificou-se a criação de uma categoria de “entretenimento” pela existência de programas como “Santos Populares – São Pedro” cujas características não se adequavam noutra categorização.

Por último, na categoria “Outros” foram agrupados todos os programas cujo género televisivo não se coaduna com as restantes categorias tais como as “Tele vendas”, o “Manual de Instruções” e o concurso institucional “Fatura da Sorte”.

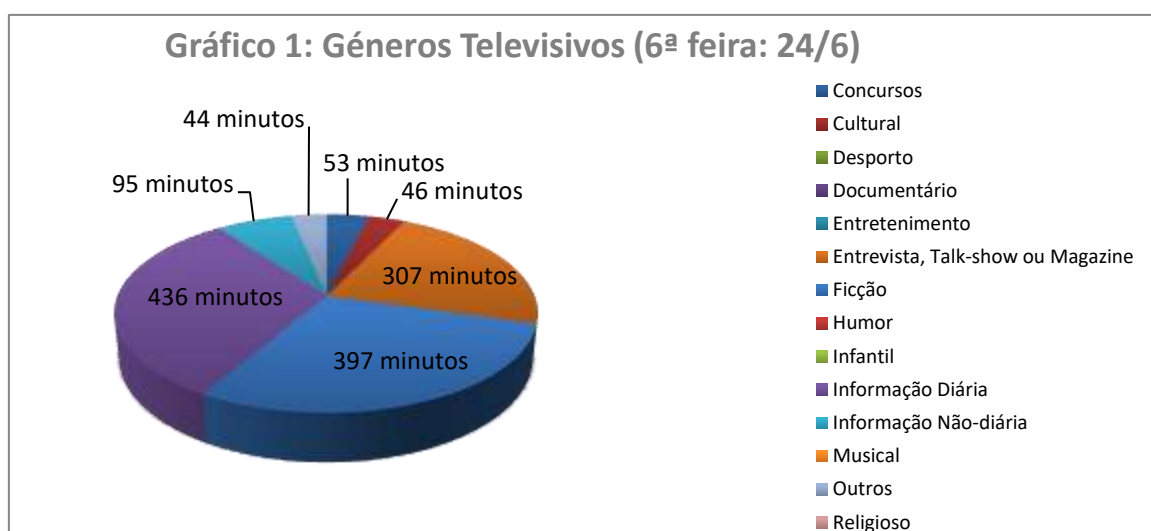


Gráfico 2: Géneros Televisivos (Sábado: 25/6)

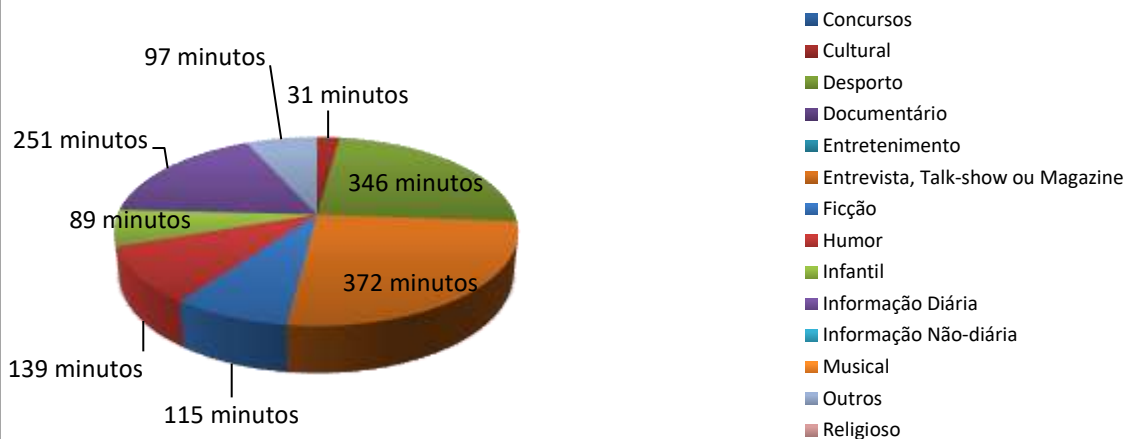


Gráfico 3: Géneros Televisivos (Domingo: 26/6)

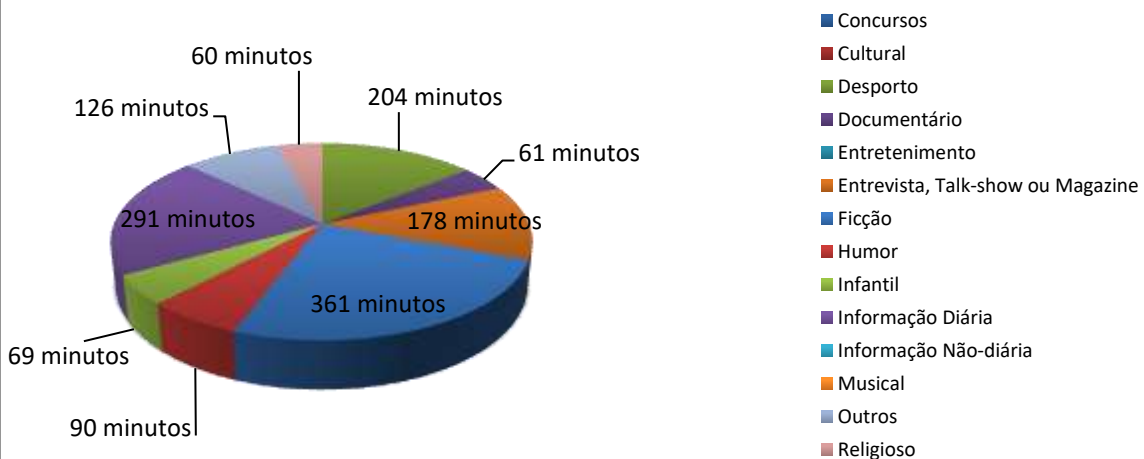


Gráfico 4: Géneros Televisivos (2ª feira: 27/6)



Gráfico 5: Géneros Televisivos (3ª feira: 28/6)



Gráfico 6: Géneros Televisivos (4ª feira: 29/6)

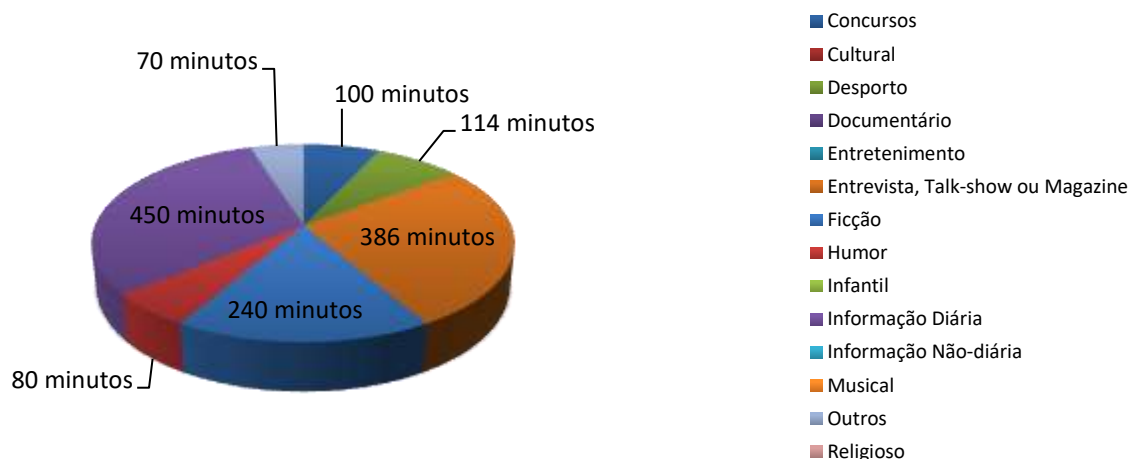


Gráfico 7: Géneros Televisivos (5ª feira: 30/6)

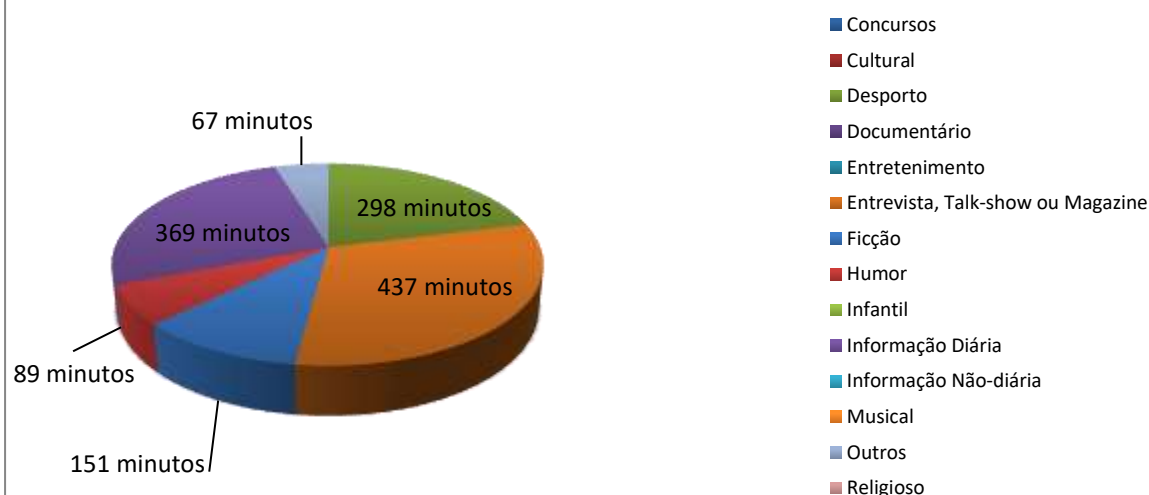
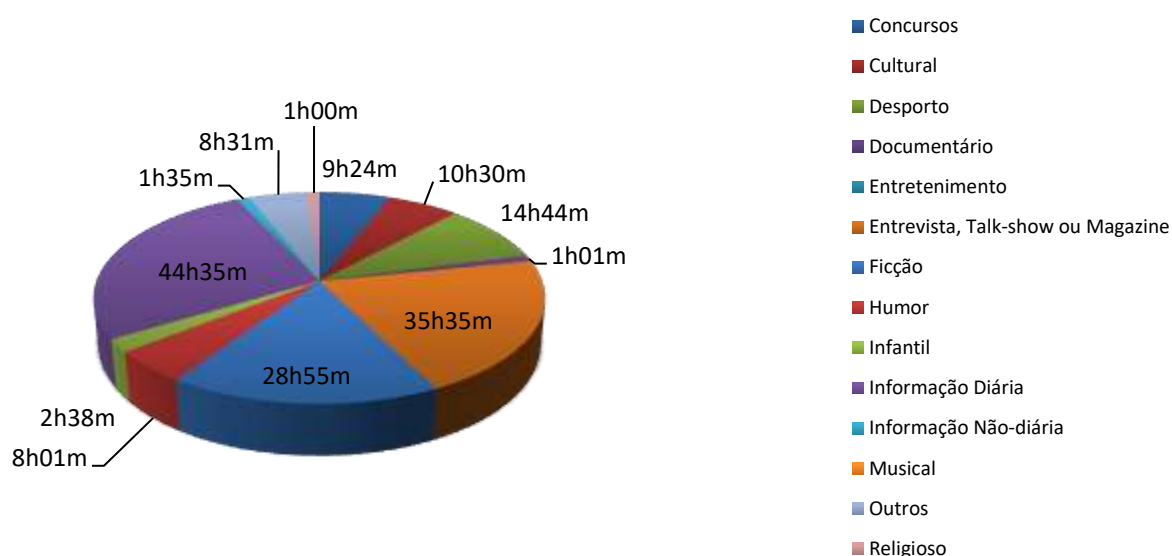


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total Série Temporal)



Através da observação dos gráficos circulares acima apresentados, é possível concluir que o género televisivo que obteve o maior valor de representação nesta série temporal foi a “Informação Diária”. Esta categoria obteve um total de 44 horas e 35 minutos de emissão calculados a partir da transmissão dos programas “Bom dia Portugal”, “Jornal da Tarde”, “Portugal em Direto”, “Telejornal” e “Manchetes 3”. Em média foram reservadas 6 horas e 22 minutos deste género televisivo, contabilizados como 27% da grelha de programação desta série temporal.

Além da informação diária, também a categoria de “Entrevista, Talk-show ou Magazine” teve destaque na programação da série temporal. No total foram calculadas 35 horas e 35 minutos desta categoria, o que se reflete em 21% da grelha de programas e em 5 horas e 5 minutos diários. Foram aqui agrupados os programas “A Praça”, “Agora Nós”, “Portugal Fome de Vencer”, “Diga Doutor”, “Cartaz RTP”, “Sociedade Recreativa”, “Janela Indiscreta”, “Hora dos Portugueses”, “Prós e Contras”, “O Outro Lado”, “Grande Entrevista” e “Magazine RTP Arena”.

Também a área da ficção se registou como uma das categorias com maiores níveis de presença na programação. Foram no total 28 horas e 55 minutos somados a partir dos treze programas aqui inseridos. Deste grupo fazem parte as séries de ficção nacional (“Bem vindos a Beirais”, “Água de Mar” e “Os Nossos Dias”) e filmes

internacionais (“Mestres da Ilusão”, “127 Horas”, “Paixões Proibidas”, “Nancy Drew”, “Doce Novembro”, “Barreira de Fogo”, “O Exorcista”, “O Sexo e a Cidade 2”, “O Diário de Bridget Jones” e “O Novo Diário de Bridget Jones”). Em valores percentuais este género televisivo ocupou 17% da programação da série temporal.

Segue-se a categoria de “Desporto” com 14 horas e 44 minutos de emissão, ou seja, 9% de presença na emissão da série temporal. Esta análise decorreu durante o “Euro 2016” pelo que não faltaram programas sobre esta temática, entre os quais se encontram: “Euro 2016 Pré - Match”, “Futebol Campeonato da Europa” e “A Grandiosa Enciclopédia do Ludopédio”.

Também pela agenda festiva da época a categoria “Cultural” alcançou 6% de presença na série temporal. Em mês dedicado aos Santos Populares a RTP1 transmitiu três programas sobre esta temática na emissão de 28 de junho (terça-feira) para além da transmissão habitual de “Todas as Palavras”, “Os Livros”, “As Horas Extraordinárias” e “Arq 3”. No total somaram-se 10 horas e 30 minutos de programas culturais.

A categoria “Concursos” fez-se como o quinto género televisivo com mais assiduidade nesta série temporal. Resultado das 9 horas e 24 minutos de emissão de “O Preço Certo” e “The Big Picture”, traduzindo-se em 6% da grelha de programação.

Na categoria “Outros” foram inseridos os programas “Manual de Instruções”, “Televentas”, “Hora da Sorte: Sorteio do Joker” e “Fatura da Sorte” perfazendo-se um total de 8 horas e 31 minutos. Esta categoria ocupou, portanto, 5% da programação da série temporal.

De seguida, com 8 horas e 1 minuto durante a série temporal, surge a categoria “Humor” a qual abrangeu igualmente 5% da grelha de programação. Foram aqui inseridos os programas “Donos Disto Tudo” e “A Culpa é do Ronaldo”, sendo que este último foi transmitido em todos os dias analisados com exceção da sexta-feira e da terça-feira (24 e 28 de junho).

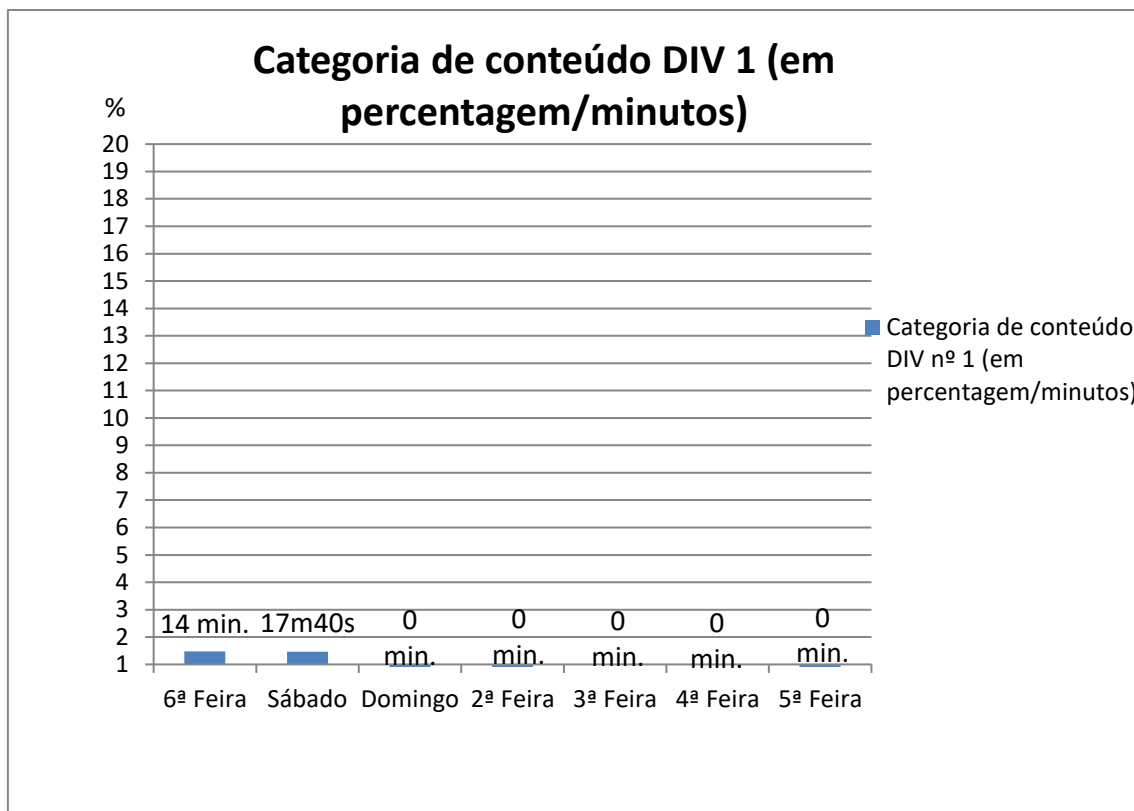
Já a programação “Infantil”, a “Informação Não-diária”, “Documentário” e “Religião” foram as categorias com valor mais baixo de presença. Desta forma, a programação infantil, transmitido somente no horário matinal aos fins de semana, representa 2% da programação e 2 horas e 38 minutos durante a série temporal. A

categoria “Informação Não-diária” surge com 1 hora e 35 minutos de emissão com a transmissão dos programas “Sexta às 9” e “Especial Brexit”. Esta categoria representou 1% da grelha da série temporal, assim como as categorias “Documentário” e “Religião”. Destas duas últimas categorias apenas faz parte a transmissão do documentário “BBC Terra”, com 61 minutos, e a “Eucaristia Dominical” com a duração de 60 minutos.

3. Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Bom dia Portugal”, “Jornal da Uma”, “Portugal em Direto”, “Jornal da Noite” e “Manchetes 3” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 5.2).

3.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes (DIV 1)

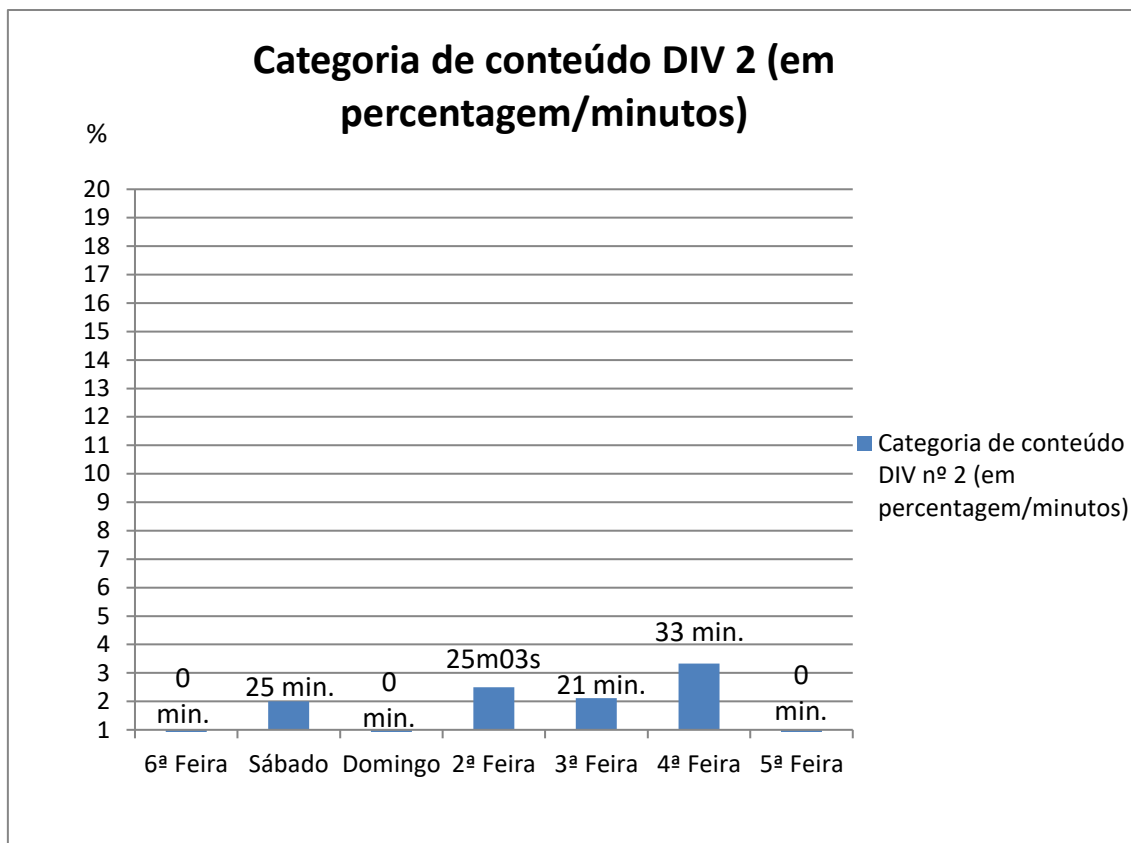


A presença de matérias sobre esta categoria é praticamente nula, apenas aparece cultura maioritária em Portugal (sem expressão de minorias ou diferenças) e filmes falados em inglês. Assim, nesta área temática foi somente contabilizado como “diversidade étnica” a presença da cantora angolana Deolinda Kinzimba no programa “A Praça” (ver ponto 4.1). Já na emissão de sábado a “diversidade das expressões e vozes” esteve presente na transmissão do programa “Todas as Palavras”, bem como a crítica à falta de diversidade linguística na televisão a partir do programa “Donos Disto Tudo”.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 4):

- A Praça (6ª feira): 14 minutos - Diversidade étnica;
- Todas as Palavras (Sábado): 14 minutos – Diversidade das expressões e vozes;
- Donos Disto Tudo (Sábado): 03m40 segundos – Diversidade linguística

3.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação (DIV 2)

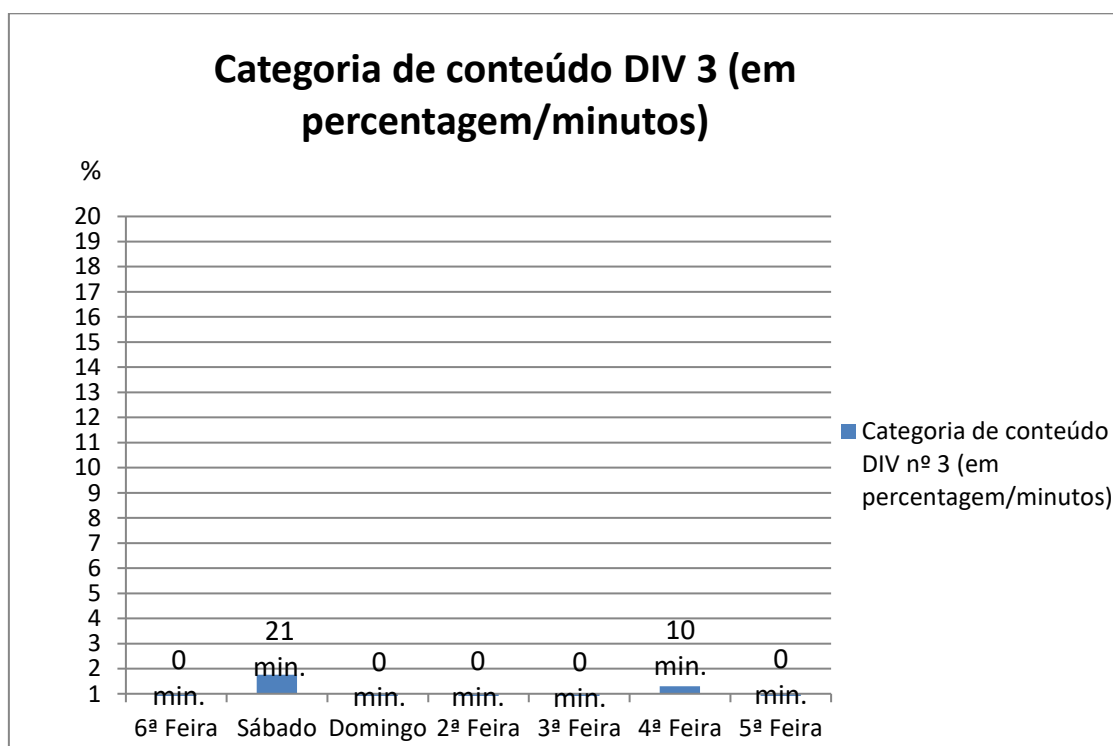


O género televisivo de ficção permite alguma reflexão sobre as temáticas adjacentes a esta categoria. Como tal, na série “Os Nossos Dias” uma jovem descobriu que era seropositiva e uma outra personagem morre neste episódio, já com a doença desenvolvida (ele fora toxicodependente na sua juventude). Ela conta a outro jovem que está interessado nela que é seropositiva e ele fica a pensar sobre o assunto. A família próxima e as pessoas com quem partilha casa aceitam a situação. Também a temática da discriminação/inclusão devido a orientação sexual foi abordada na série “Bem-vindos a Beirais” num episódio em que uma das personagens é tida como homossexual, por outras, devido a comportamentos estereotipados como femininos. No entanto, a personagem é heterossexual e após alguma confusão mantém o namoro com uma personagem do sexo feminino. A inclusão/exclusão sociocultural foi também verificada na novela “Água de Mar” num episódio em que mãe e filha fogem de um pai/marido agressor, condenado por violência doméstica. Já estão integradas num novo contexto social, mas ele sai da prisão por bom comportamento e tenta retomar o contacto com a filha sem conhecimento da mãe.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 4):

- Diga Doutor (Sábado): 21 minutos - Questões da juventude;
- Donos Disto Tudo (Sábado): 4 minutos - Género e discriminação;
- A Praça (2ª feira): 11m30 segundos - Questões da juventude;
- Agora Nós (2ª feira): 14 minutos - Exclusão/inclusão sociocultural;
- Os Nossos Dias (3ª e 4ª feira): 21 minutos (2ª feira) + 21 minutos (4ª feira) - Exclusão/inclusão sociocultural;
- Bem - vindos a Beirais (4ª feira): 10m17 segundos - Questões da Juventude;
- Água de Mar (4ª feira): 01m43 segundos - Discriminação.

3.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento (DIV 3)



Esta categoria alcançou o menor valor de presença nesta primeira série temporal, tendo-se verificado somente a exposição de temáticas relacionadas com “pessoas com necessidades especiais” a partir do programa “Diga Doutor” (ver ponto 4.2) e na emissão de quarta-feira do talk-show “Agora Nós” (ver ponto 4.6).

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 4):

- Diga Doutor (Sábado): 21 minutos - Pessoas com necessidades especiais;

—Agora Nós (4ª feira): 10 minutos - Pessoas com necessidades especiais.

Optámos apenas por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas cinco programas, dos 67 transmitidos, apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

A Praça (6ª feira; sábado; 2ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 180 minutos (6ª feira) + 41 minutos (sábado) + 180 minutos (2ª feira) + 190 minutos (4ª feira) + 190 minutos (5ª feira) – Talk-show. Programa que preenche as manhãs dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios do Porto, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

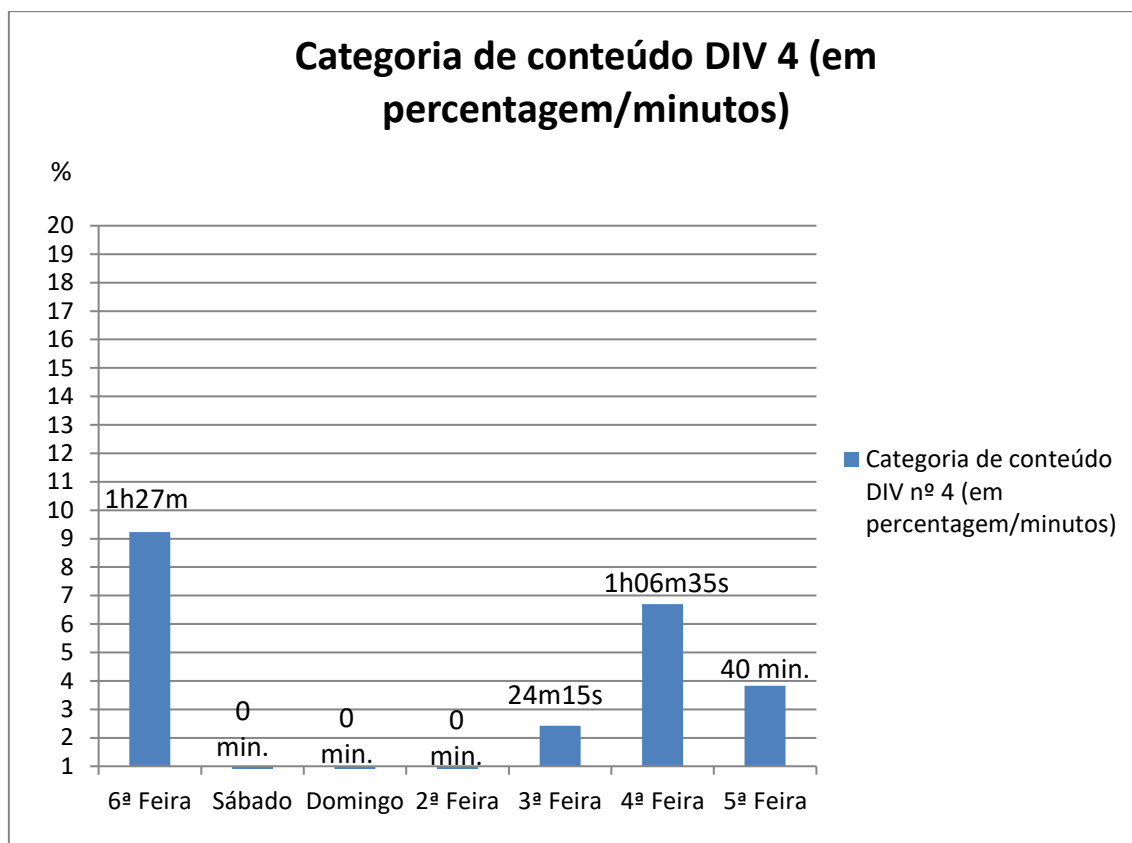
Agora Nós (6ª feira; sábado; 2ª feira; 4ª feira): 127 minutos (6ª feira) + 50 minutos (Sábado) + 113 minutos (2ª feira) + 124 minutos (4ª feira) – Talk-show. Programa que preenche as tardes dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios de Lisboa, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Voz do Cidadão (Sábado): 22 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública.

A Culpa é do Ronaldo (sábado; domingo; 2ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 76 minutos (Sábado) + 90 minutos (Domingo) + 83 minutos (2ª feira) + 90 minutos (4ª feira) + 89 minutos (5ª feira) – Desporto. Programa humorístico de Late Night que procura incidir sobre os acontecimentos do Europeu de Futebol, procurando a desconstrução da atualidade social e desportiva através do humor. O programa contou diariamente com convidados, oriundos do mundo do futebol e de outros quadrantes da sociedade para comentar os jogos e notícias do dia, e com segmentos fixos e ocasionais protagonizados por humoristas e personalidades bem conhecidas do grande público.

Eucaristia Dominical (Domingo): 58 minutos – Religioso. Celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor, centro da vida da Igreja Católica.

3.4 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)



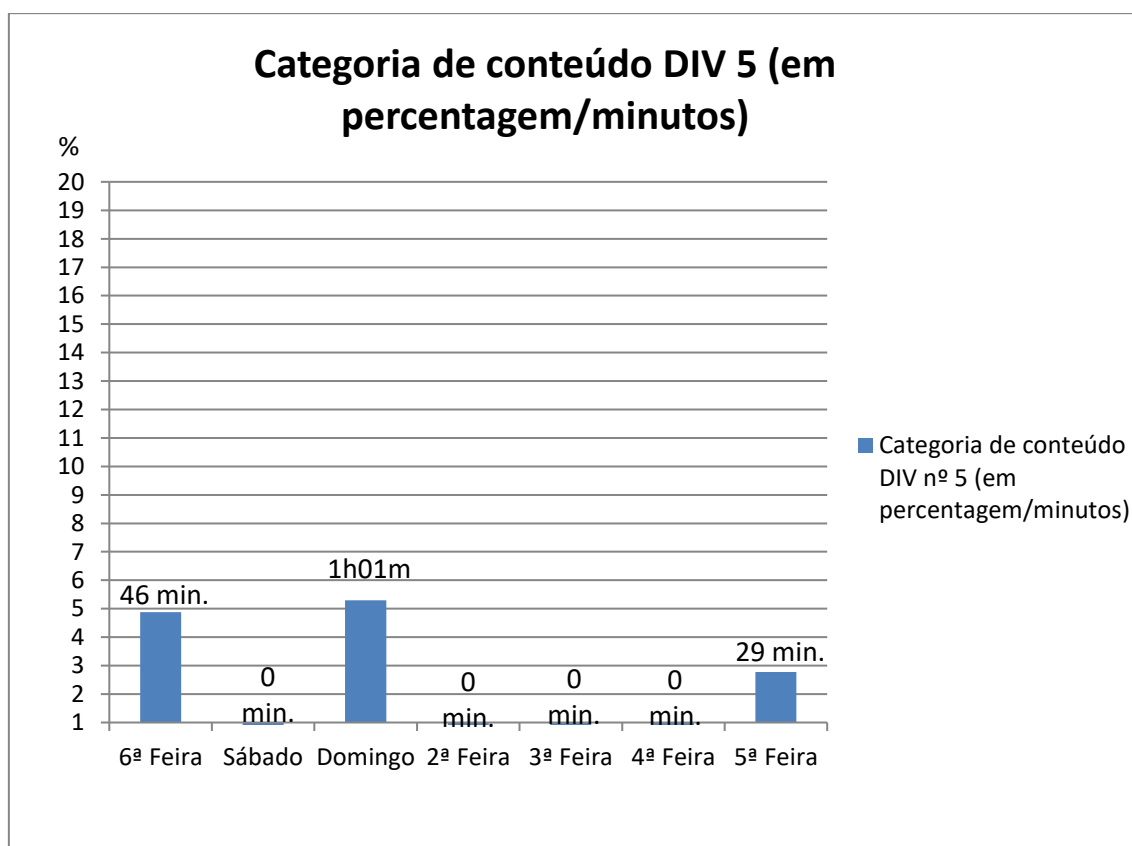
A presença desta categoria refere-se, essencialmente, à defesa do fado e de património natural. Para o desenvolvimento desta categoria contribuiu em larga escala a emissão de sexta-feira do programa “Agora Nós” (ver ponto 4.1) onde foi feita uma homenagem de 40 minutos aos 55 anos de carreira do fadista Rodrigo. Também o programa “Sexta às 9” contribuiu para a presença desta categoria, nesta emissão houve a denúncia de ligações entre membros dos vários governos e empresas que depois os contratam. Neste caso, o importante é salientar o alerta para o fim do vale do Tua (defesa de património mundial, uma vez que a classificação do douro vinhateiro pela UNESCO fica em risco e uma vez que se perde floresta e paisagem para obter benefícios considerados duvidosos ou insuficientes). Nesta área específica surgirão nos dias seguintes outros exemplos a ter em conta, nomeadamente na terça-feira a proteção de património – Hora dos Portugueses (03m15s). Na quarta-feira a proteção da cultura

nacional – Hora dos Portugueses (03m15s); ou a proteção da cultura local – A Praça (33m20s); e também a proteção da cultura nacional – Agora Nós (9 minutos).

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 4):

- Agora Nós (6ª e 4ª feira): 40 minutos (6ª feira) + 9 minutos (4ª feira) - Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- Sexta às 9 (6ª feira): 47 minutos - Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- Os Nossos Dias (3ª e 4ª feira): 21 minutos (3ª feira) + 21 minutos (4ª feira) - Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- Hora dos Portugueses (3ª e 4ª feira): 03m15 segundos + 03m15s - Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- A Praça (4ª e 5ª feira): 33m20 segundos (4ª feira) + 40 minutos (5ª feira) - Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;

3.5 Diversidade de géneros de programação televisiva (DIV 5)



Quanto à diversidade de géneros de programação televisiva, é possível afirmar que a mesma é limitada, uma vez que temos muito presentes as categorias tradicionais de programas de ficção gravados, comentários em estúdio sobre temas da atualidade, notícias e *talk-shows*/especiais. No entanto, a RTP tem um conteúdo DIV nesta área com o programa “Magazine RTP Arena” (29 minutos), onde a diversidade reside na temática que aborda: a realidade dos *e-sports* em Portugal (como o *League of Legends*, por exemplo), com comentários de analistas e jogadores, assim como reportagens em vários locais. Sábado: diversidade temática – Todas as Palavras (28 minutos); Os Livros T1 EP6 (5 minutos); ARQ. 3 T2 EP6 (13 minutos). Domingo: diversidade de géneros televisivos – BBC Terra T1 EP73 (61 minutos). Referência final, em matéria de diversidade de géneros, para a programação infantil, específica dos fins de semana, como o Espaço Zig Zag, aos sábados e domingos das 6h30 às 8h00 da manhã.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 4):

- Todas as Palavras (6ª feira): 28 minutos – Diversidade temática;
- Os Livros (6ª feira): 5 minutos – Diversidade temática;
- ARQ. 3 (6ª feira): 13 minutos – Diversidade temática;
- BBC Terra (Domingo): 61 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Magazine RTP Arena (5ª feira): 29 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva.

4 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 06h30 e decorre até às 06h29. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

4.1 6ª Feira (24 de junho)

10h00 – A Praça - Talk-show – 180 minutos – Disponível em RTP Play. No âmbito da diversidade étnica, considerámos a presença da cantora Deolinda Kinzimba, a angolana vencedora do “The Voice Portugal”, como um elemento DIV. A cantora foi ao programa

para ser entrevistada, cantar e promover o seu primeiro álbum – 13m35 segundos – Categoria: Diversidade étnica.

14h18 – Bem-vindos a Beirais - Ficção EP53 – Disponível em RTP Play. Neste episódio, uma das personagens da série é rotulada como homossexual devido a ter comportamentos estereotipados como femininos. No entanto, a personagem é heterossexual e após alguma confusão mantém a namorada – 10m17 segundos – Categoria: Género e discriminação.

15h01 – Água de Mar - Ficção EP32 – Disponível em RTP Play. Neste episódio mãe e filha fogem de um pai/marido agressor, condenado por violência doméstica. Já estão integradas num novo contexto social mas a figura agressora sai da prisão por bom comportamento e tenta retomar o contacto com a filha sem conhecimento da mãe – 52 minutos – Categoria: Inclusão/exclusão sociocultural.

15h53 – Agora Nós – Talk-show – 127 minutos – Disponível em RTP Play. Foi convidado desta emissão do programa o fadista Rodrigo que celebra 55 anos de carreira – 40 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultural nacional/local.

21h15 – Sexta às 9 EP22 – Informação Não-diária – 47 minutos. Reportagem sobre as ligações entre o Estado e a empresa Mota Engil (construção da barragem de Foz Tua); Alerta para o fim do vale do Tua – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

4.2 Sábado (25 de junho)

02h37 – Os nossos Dias – Ficção – 85 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano do fado e do VIH/ SIDA – Categorias: Proteção do património e da cultura nacional/local e Inclusão sociocultural.

05h45 – Todas as Palavras – Cultura – 28 minutos- Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano da diversidade temática: programa de entretenimento em que se discutem livros novos. Neste programa os convidados foram João Ricardo Pedro e Mia Couto – 14 minutos – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

06h13 – Os Livros Ep. 6 – Cultura – 5 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano da variedade temática: programa de entretenimento onde a apresentadora

sugere a leitura de um livro recente e de um antigo. Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

06h18 – ARQ.3 – Cultura – 13 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano da variedade temática: série onde se mostra exemplos de arquitetura e decoração. Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

12h18 – Diga Doutor Ep.19 - Magazine - 42 minutos – Disponível em RTP Play. O médico residente escolhe um tema por semana para ser desenvolvido por si e pelo convidado (especialista no tema escolhido). De seguida, são esclarecidas dúvidas de espectadores e dadas informações sobre os problemas a serem tratados. Este episódio abordou o desenvolvimento neurológico infantil e as perturbações associadas – Categoria: Questões da Juventude e Pessoas com necessidades especiais.

23h01 – Donos disto tudo Ep.6 – Humor - 63 minutos – Disponível em RTP Play. Programa em que um conjunto de humoristas reflete de forma satírica vários assuntos da atualidade. Neste episódio uma das rubricas referiu a discriminação por questões de orientação sexual (4 minutos) e, uma outra, criticou a falta de diversidade linguística na televisão (03m40s). – Categorias: Género e discriminação e diversidade linguística.

4.3 Domingo (26 de junho)

11h33 – “BBC Terra” Ep.73 - Documentário - 61 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdo DIV no plano da diversidade cultural no oásis (deserto do Rajastão) e considerado DIV no plano da variedade de programação televisiva. – Categorias: Diversidade Cultural e diversidade de géneros de programação televisiva.

4.4 2ª Feira (27 de junho)

10h00 – A Praça – Talk-show - 180 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV: conteúdos DIV no plano das questões da juventude: do que precisam as crianças entre os 5 e os 12 anos em termos de tomada de decisões/autonomia, Magda Gomes Dias, rubrica “especialista parental” (11m30 segundos). – Categoria: Questões da juventude.

16h07 – Agora Nós - Talk-show - 113 minutos – Disponível em RTP Play. A psicanalista Beatriz Matoso foi ao programa apresentar o livro “Das Margens nascem Flores”, voluntária da associação “Dar a Mão” para ajudar as reclusas de Tires; conversa com

reclusas (projeto “Conversas em Roda”) – 14 minutos – Categoria: Inclusão/exclusão sociocultural.

4.5 3ª Feira (28 de junho)

02h37 – Os nossos Dias – Ficção – 42 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano do fado e do VIH/ SIDA – Categorias: Proteção do património e da cultura nacional/local e Inclusão sociocultural.

05h47 – “Hora dos Portugueses”: Magazine 12 minutos – DIV Proteção de património: Projeto “Fado na Cidade” para popularizar o fado em Goa e incentivar os indianos a conhecer, apreciar e cantar (03m15 segundos), fadista Sonia Shirsat. Programa onde são apresentadas situações em que portugueses se destacam no estrangeiro. – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

4.6 4ª Feira (29 de junho)

02h37 – Os nossos Dias – Ficção – 42 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano do fado e do VIH/ SIDA – Categorias: Proteção do património e da cultura nacional/local e Inclusão sociocultural.

05h47 - Hora dos Portugueses – Magazine – Disponível em RTP Play. Homenagem a Luís de Camões pela comunidade portuguesa no Luxemburgo; apresentação do seu busto assinado por Mário Rodrigues de Castro que está em frente à entrada do Centro Cultural de Camões para comemorar o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (03m15 segundos). – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/ local.

10h00 – A Praça -Talk-show - 190 minutos – Disponível em RTP Play. Ensino de Viola amarantina, feira à moda antiga de Amarante anos 30 do século XX (33m20 segundos) – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

15h56 – Agora Nós - Talk-show - 124 minutos – Disponível em RTP Play. O convidado é jogador da seleção nacional de basquetebol em cadeira de rodas (Marco Gonçalves); Associação Salvador, projeto “Ação, Qualidade de Vida” para ajudar financeiramente pessoas com deficiência motora (10 minutos) – conteúdos DIV - proteção da cultura

nacional (9 minutos): Feira Internacional de Artesanato na FIL, em Lisboa (e parte da gastronomia). – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

4.7 5ª Feira (18 de dezembro)

02h37 – Os nossos Dias – Ficção – 42 minutos – Disponível em RTP Play. Conteúdos DIV no plano do fado e do VIH/ SIDA – Categorias: Proteção do património e da cultura nacional/local e Inclusão sociocultural.

5 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP1 durante a série temporal

5.1 Por categoria

5.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 31m04 segundos = 6% de conteúdos DIV e 0,4% do tempo de emissão sem a informação diária;

5.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 1 hora, 56 minutos e 30 segundos = 22% de conteúdos DIV e 2% do tempo de emissão sem a informação diária;

5.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 31 minutos = 6% de conteúdos DIV e 0,4% do tempo de emissão sem a informação diária;

5.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 3 horas e 38 minutos = 41% de conteúdos DIV e 3% de emissão sem a informação diária;

5.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 2 horas e 16 minutos = 26% de conteúdos DIV e 2% de emissão sem a informação diária.

5.2 Tempo total

5.2.1 De emissão: 166 horas e 23 minutos

5.2.2 De emissão sem os programas de informação diária: 121 horas e 54 minutos

5.2.3 De conteúdos DIV: 8 horas e 53 minutos = 7,2%

5.2.3.1 6ª Feira = 2 horas e 54 minutos (16%)

6 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

5.2.3.2 Sábado = 1 hora, 3 minutos e 40 segundos (5,3%)

3 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

5.2.3.3 Domingo = 1 hora e 1 minuto (5,3%)

1 programas com conteúdos DIV

1 categoria DIV abrangidas

5.2.3.4 2ª Feira = 25 minutos e 3 segundos (3%)

2 programas com conteúdos DIV

1 categoria DIV abrangidas

5.2.3.5 3ª Feira = 46 minutos (5%)

2 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

5.2.3.6 4ª Feira = 1 hora e 50 minutos (11,4%)

6 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

5.2.3.7 5ª Feira = 1 hora e 9 minutos (7%)

2 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

5.2.4 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 28 horas e 23 minutos
= 23%

5.2.5 De programação infantil (considerada DIV): 2 horas e 38 minutos = 2,5% do tempo
total da série temporal

3.2 Análise da programação da RTP1 de 31/10 e 18/12 de 2016

1 Descrição geral da programação da RTP1 durante o período

Com o objetivo de analisarmos os conteúdos DIV presentes na grelha de programação da RTP1 procedemos, numa primeira fase, à análise de todos os programas apresentados no decorrer de uma série temporal. Contabilizou-se um dia por cada semana, perfazendo o total de 81 programas transmitidos entre os dias 31 de outubro e 18 de dezembro. Cada programa foi categorizado e agrupado em categorias de acordo com o seu género televisivo ou conteúdo apresentado.

Desta forma, numa primeira categoria agrupámos os “Concursos” de entretenimento como o “Preço Certo” e o “Brainstorm”. De seguida, surge a categoria “Documentário” da qual fazem parte todos os programas transmitidos dentro deste género, independentemente do tipo de conteúdos que apresentam. Na categoria “Entrevista, Talk-show e Magazine” estão inseridos todos os programas de entrevistas e de debates, géneros condensados num único grupo por conterem características semelhantes. Em quarto lugar agrupámos na categoria “Ficção” todas as séries, telenovelas e filmes de teor nacional e internacional. A categoria “Infantil” surge da necessidade de analisar individualmente todos os programas de entretenimento direcionados para o público mais jovem. Já os programas dedicados à informação foram divididos em dois segmentos, “Informação Diária” e “Informação Não-diária”, definidos consoante a periodização de cada programa.

Numa segunda categorização segmentámos as categorias “Cultural”, “Desporto”, “Entretenimento”, “Humor”, “Musical” e Religioso” de forma a englobarmos todos os programas cujo teor justificava uma categoria isolada das restantes. Justificou-se a criação de uma categoria de “Entretenimento” pela existência de programas como “Luís de Matos – Impossível” e o “The Voice Portugal” cujas características não se adequavam noutra categorização. Na verdade, “The Voice Portugal” poderia ser classificado como um programa de concursos, no entanto o seu género (*talent-show*)

exige a participação de um grupo de concorrentes fixo ao contrário, por exemplo, do “Preço Certo” cujos participantes variam de programa para programa.

Por último, na categoria “Outros” foram agrupados todos os programas cujo género televisivo não se coaduna com as restantes categorias tais como as “Televendas”, o “Direito de Antena” e o concurso institucional “Fatura da Sorte”.

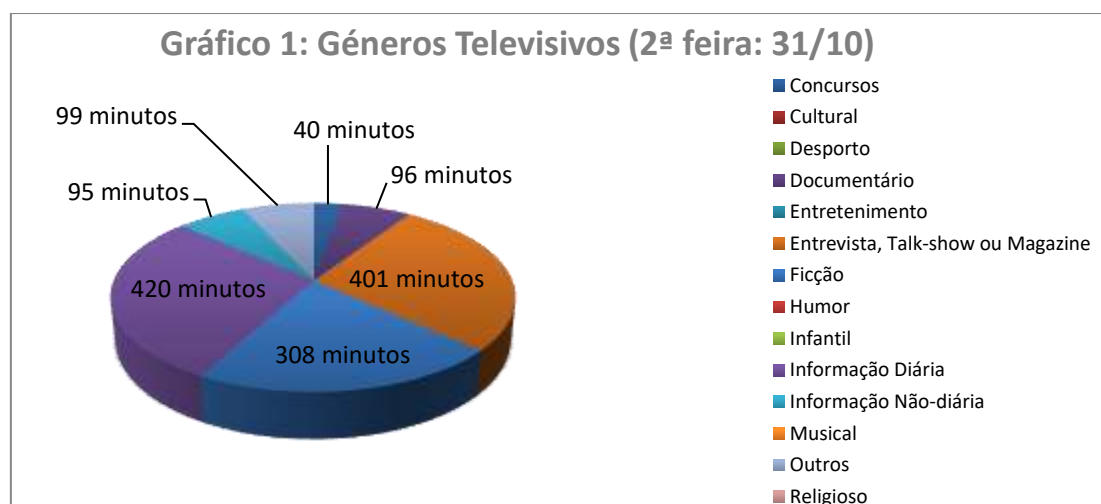


Gráfico 3: Géneros Televisivos (4ª feira: 16/11)

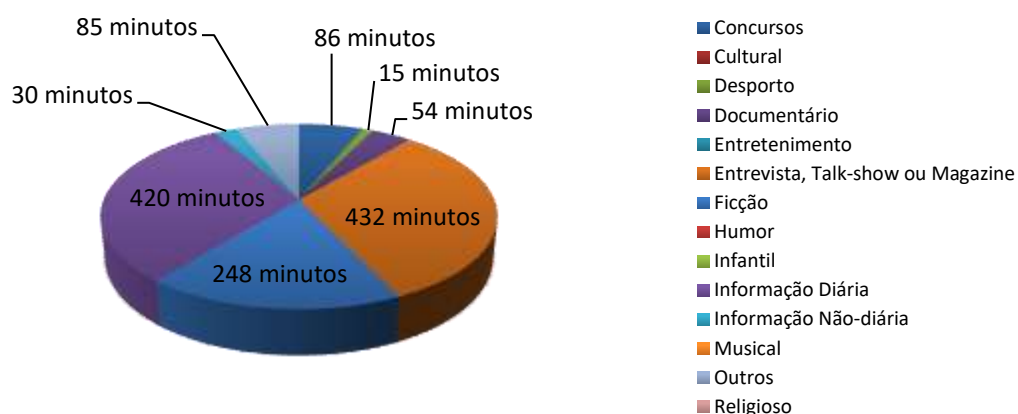


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 24/11)



Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 2/12)



Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 10/12)

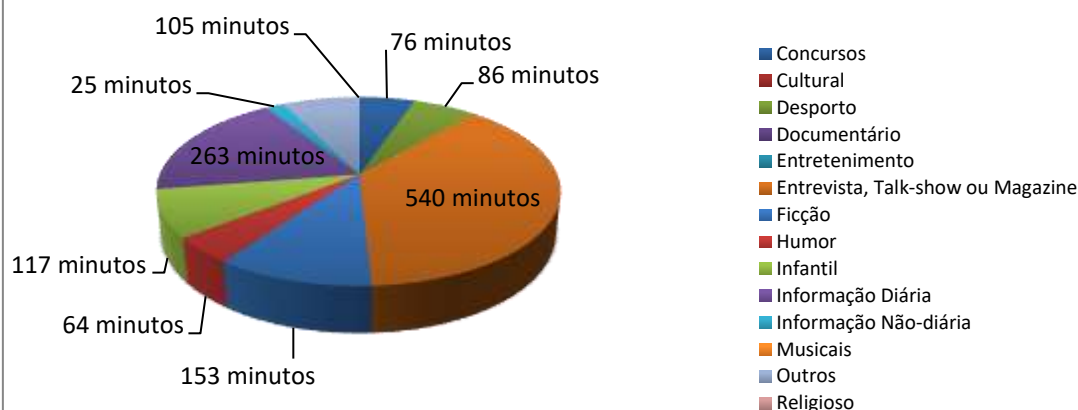


Gráfico 7: Géneros Televisivos (Domingo: 18/12)

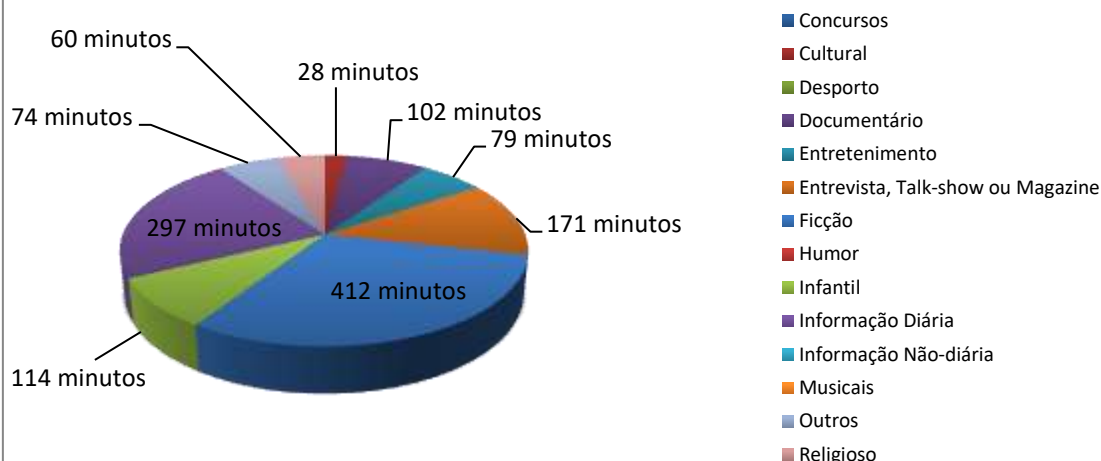
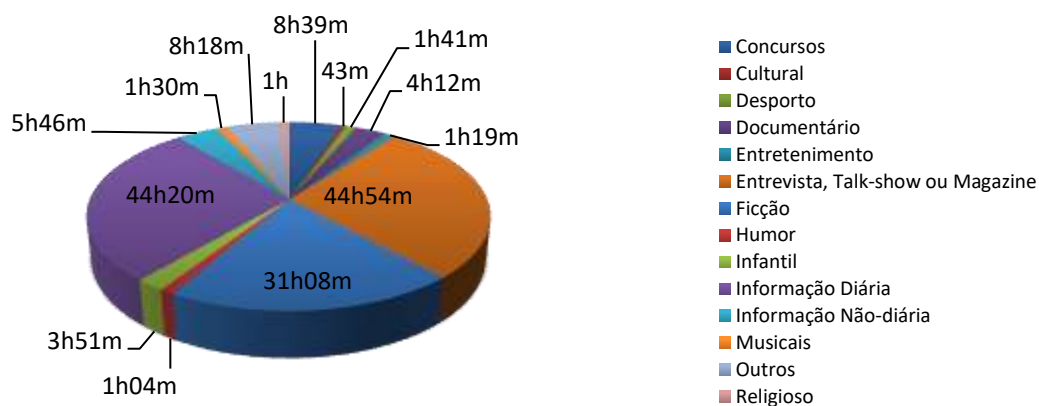


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total Série Temporal)



A observação dos gráficos acima representados permite-nos concluir que os programas televisivos dos géneros de “Entrevista, Talk-show e Magazine” constituem a maior representação da grelha de programação da RTP1, com uma presença de 28%, calculada a partir das 44 horas e 54 minutos que perfazem esta categoria. Os programas deste teor são apresentados em horários díspares, contudo estão maioritariamente concentrados nos períodos da manhã e da tarde de segunda a sexta-feira. No decorrer desta série temporal a distribuição desta categoria foi variável chegando mesmo a oscilar entre os 13% de presença e os 38%. Numa média diária de 6 horas e 24 minutos divididos entre dois a cinco programas, nos quais se destaca a presença matinal d’ “A Praça”, à tarde do “Agora Nós” e à noite do programa “5 para a meia-noite”. Num registo diferente e exclusivo à segunda-feira é transmitido o programa de debate “Prós e Contras”, aos sábados o programa itinerante “Aqui Portugal” e aos domingos a “Sociedade Recreativa”. Num carácter mais informativo, englobámos também nesta categoria os programas “Grande Entrevista”, “Magazine RTP Arena” e o “Network Negócios 2016” porque se inserem no género de magazine e/ou de entrevista. Nesta categoria surgem ainda sete programas (“Sei quem ele é”, “Cá por casa com Herman José”, “Central Parque”, “O Princípio da Incerteza”, “Diga Doutor” e “As horas extraordinárias”) distribuídos uniformemente na programação e variáveis em conteúdo.

Com um total de 28% de representação, em 44 horas e 20 minutos durante a série temporal, a “Informação Diária” constitui o segundo elemento com maior presença na grelha do canal. Este género televisivo preenche 28% da programação, cerca de 6 horas e 15 minutos diários divididos em quatro programas diferentes. O primeiro programa a constar diariamente na programação da RTP é o “Bom dia Portugal”, onde se destacam as principais notícias do dia. O início da tarde é marcado pelo “Portugal em Direto” de segunda a sexta-feira, e com o “Jornal da Tarde” ao fim de semana. Já o “Telejornal” é transmitido diariamente e assinala o começo do período noturno. Por último, no período da madrugada (às 5h40) surge o magazine a “Hora dos Portugueses”, um segmento informativo que condensa em 15 minutos as principais notícias acerca das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Verifica-se, portanto, que na RTP cada período do dia é assinalado pela transmissão de um programa de informação.

Em terceiro lugar, como se pode observar nos gráficos apresentados, surge o género “Ficção” com 20% de presença marcada na programação. Esta percentagem perfaz o total de 31 horas e 8 minutos exclusivos à transmissão de séries, novelas e filmes. Por dia são transmitidos cerca de quatro programas de ficção, distribuídos de igual forma durante os períodos da tarde e da noite. Excecionalmente ao fim de semana os horários dedicados à ficção são transmitidos durante a noite de sábado e a tarde de domingo. Nesta categoria constam produtos de ficção nacional, tais como: os filmes “Aniki Bobó” e “A solista”; séries como “Bem-vindos a Beirais”, “Água de Mar”, “Os Nossos Dias”, “Miúdo Graúdo” e programas internacionais como a série norte-americana “Arrow” e o filme indiano “O Amor tudo Vence”.

Num total de 8 horas e 30 minutos de emissão, representados por 5% da programação analisada, surgem os concursos televisivos como o quarto elemento com maior destaque. Em média são transmitidos dois programas deste teor por dia, especificamente às 19h08 e, maioritariamente, às 21h00 depois da transmissão do “Telejornal”. Desta categoria fazem parte dois tipos de programas de concursos, os programas de talentos (como o “The Voice”) com um grupo de concorrentes fixo e, por oposição, os concursos cujos concorrentes mudam diariamente (dos quais fazem parte o “Preço Certo”, o “The Big Picture”, “A minha mãe cozinha melhor do que a tua” e “O avô fugiu de casa”). Ainda nesta categoria foi considerado o sorteio institucional “Hora do Sorteio: Sorteio do Joker”.

Em quinto lugar na programação, os géneros televisivos que constituem a categoria “Outros” surgem com 5% de representação num total de 8 horas e 18 minutos. Nesta categoria foram inseridos os conteúdos comerciais das “Televentas”, cuja transmissão foi diariamente realizada por volta das 4 horas da manhã, com exceção da terça-feira, dia 8 de novembro de 2016 cuja substituição deveu-se à realização das eleições presidenciais norte americanas. A mesma categoria serviu para englobar a transmissão do “Direito de Antena”, cujo tempo total de emissão (quatro minutos) foi sempre transmitido antes do “Telejornal”.

Pela necessidade de englobarmos os programas de teor informativo cuja periodicidade é variável, constituímos a categoria “Informação Não-diária” cuja relevância na programação representa 4% da grelha da RTP1. Em 5 horas e 46 minutos

estão representados programas cuja transmissão é diariamente realizada no período noturno, entre as 21 horas e as 6 horas. Os programas constituintes desta categoria são especiais de informação (como as “Eleições Presidenciais EUA 2016 – Especial de Informação”) e programas de informação especializada numa determinada matéria, como é o caso do “Online 3”, os “Números do Dinheiro”, o “Linha da Frente” e o programa da RTP Internacional, por vezes transmitido na RTP1, “Palavra aos Diretores”.

A sétima categoria mais representada é a dos “Documentários” com uma incidência em 3% da programação emitida durante 4 horas e 12 minutos ao longo da série temporal. Três dos cinco documentários apresentados (“A Inundação da Terra”, “Desastres Aéreos”, e “Alimentação: verdades e mentiras”) foram transmitidos no período da noite e os outros dois (“Titãs das Profundezas” e “Alimentação: verdades e mentiras”) no período da manhã. A emissão de segunda-feira, 31 de outubro, foi o dia com maior presença de documentários (8%).

A categoria “Infantil” surge na programação da RTP como um conjunto de nove programas de desenhos animados transmitidos durante o período da manhã aos fins de semana, incidindo em 2% da emissão, resultado das 3 horas e 51 minutos de transmissão divididos entre as 6h30 e as 8h00 de cada um desses dias. No sábado, durante 1 hora e 57 minutos, a programação infantil representou 10% da grelha de programação e, no domingo, com 1 hora e 54 minutos, ocupou apenas 9%.

Os programas de natureza cultural ocuparam 0,5% da programação, uma percentagem que corresponde a 43 minutos ao longo da série temporal, resultado da transmissão de quatro programas deste teor. Três deles foram transmitidos na sexta-feira, ocupando 8% da programação deste dia. A incidência de programas de conteúdo cultural deu-se somente durante os períodos da noite, entre as 00h25 e as 06h00. Foram inseridos nesta categoria dois programas sobre literatura: “Os Livros” e “Todas as Palavras”; um sobre turismo: “Volta ao Mundo”; e a transmissão de um concerto: “Anselmo Ralph no Meo Arena”.

De seguida, os programas desportivos obtiveram uma incidência de 1% na grelha da programação. Foi contabilizada 1 hora e 41 minutos durante a série temporal, distribuída entre a emissão de quarta-feira (1%) com o programa “Surf Report” e de

sábado (6%) com os programas “Futebol: Liga dos Campeões Magazine Época” e “A Grandiosa Enciclopédia do Ludopédio”.

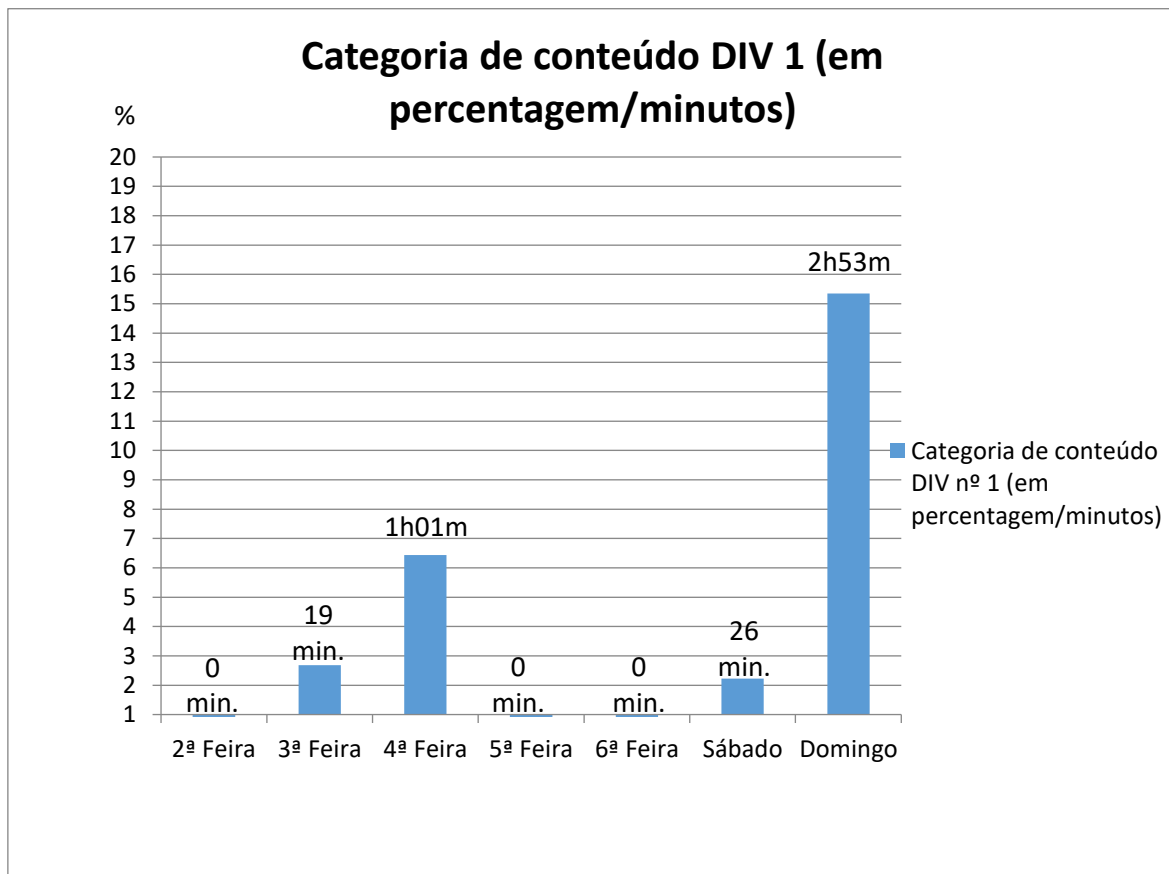
Na categoria “Humor” foi contabilizado um único programa, o “Donos Disto Tudo”, cuja representação surge em 11^o lugar resultado do 1% de presença na programação do canal. Este programa foi transmitido no sábado entre as 22h51 e as 23h55, e contou com a presença de quatro comediantes que no decorrer de 1 hora e 4 minutos representaram *sketches* de humor variados.

Em último lugar, com 60 minutos de emissão na manhã de domingo, surge a Eucaristia Dominical devidamente categorizada no género “Religioso” e cuja representação na programação ocupou apenas 1%.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Bom dia Portugal”, “Jornal da Uma”, “Portugal em Direto”, “Jornal da Noite” e “Manchetes 3” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes (DIV 1)



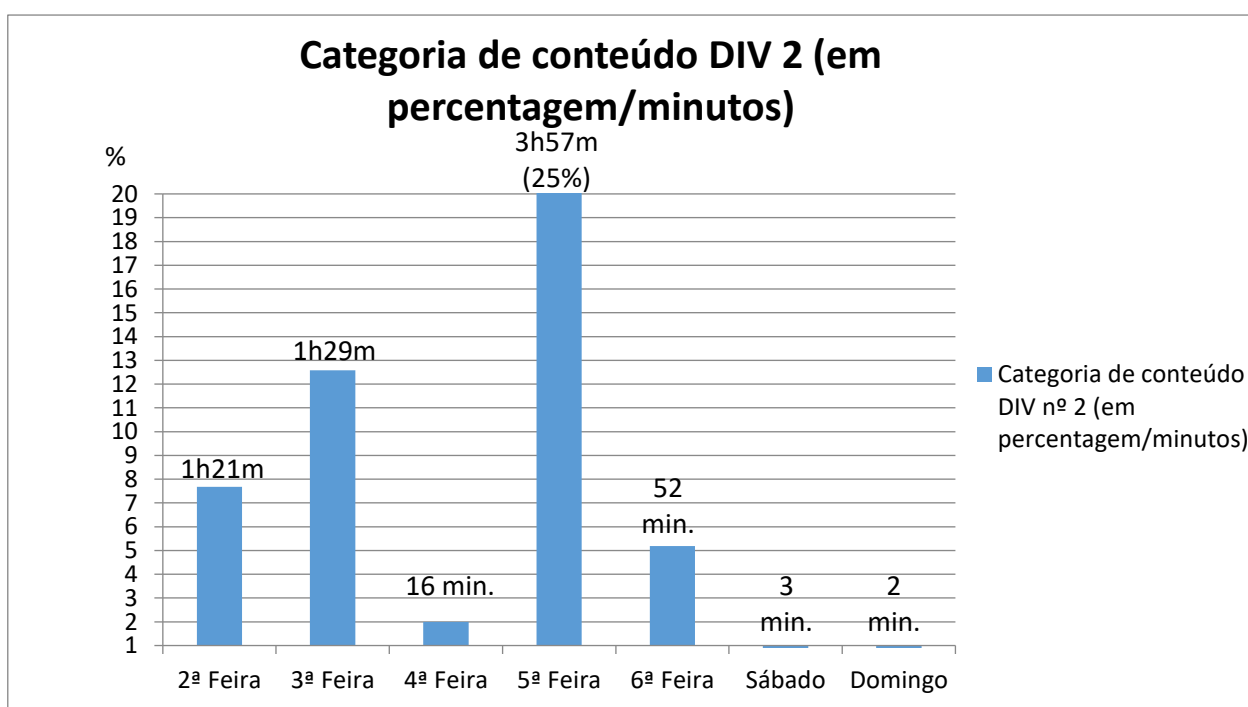
De acordo com os valores apresentados podemos verificar que a presente categoria constituiu 3% da totalidade dos conteúdos DIV apresentados nesta série temporal (ver ponto 4.1). Pode-se verificar que a sua aplicabilidade está maioritariamente condicionada ao recurso à “diversidade linguística, étnica e cultural”. Para efeitos de diversidade linguística contabilizou-se a transmissão de conteúdos norte americanos e indianos, as únicas nacionalidades aqui verificadas. Na exposição desta categoria há uma evidência de conteúdos associados à exposição de matérias sobre cidadãos provenientes de diferentes nações e/ou regiões, nomeadamente através dos programas “Aqui Portugal” e “Agora Nós”. Verifica-se ainda no gráfico acima representado que os valores mais altos desta categoria dizem respeito à emissão de domingo dos programas “Sociedade Recreativa” e o filme indiano “O Amor Tudo Vence” (ver ponto 4.2.2.7) As restantes características da presente categoria (conteúdo

intercultural e multiculturalismo) não foram identificadas na série temporal, denotando-se, portanto, uma evidente falta de exposição de diferentes vozes culturais na programação.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Mulheres Assim (3ª feira): 19 minutos – Diversidade Cultural, étnica e linguística;
- Os Boys (4ª feira): 23 minutos – Diversidade étnica e linguística;
- Agora Nós (4ª feira): 38 minutos - Diversidade cultural, étnica e linguística;
- Aqui Portugal (Sábado): 10 minutos – Diversidade Cultural, étnica e linguística;
- Linha da Frente (Sábado): 12 minutos - Diversidade Cultural, étnica e linguística;
- Donos disto Tudo (Sábado): 4 minutos - Diversidade Cultural, étnica e linguística;
- O Amor Tudo Vence (Domingo): 147 minutos – Diversidade Cultural, étnica e linguística;
- Alimentação: Verdades e Mentiras (Domingo): 26 minutos – Diversidade cultural, étnica e linguística. Pluralidade de expressões e vozes.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação (DIV 2)

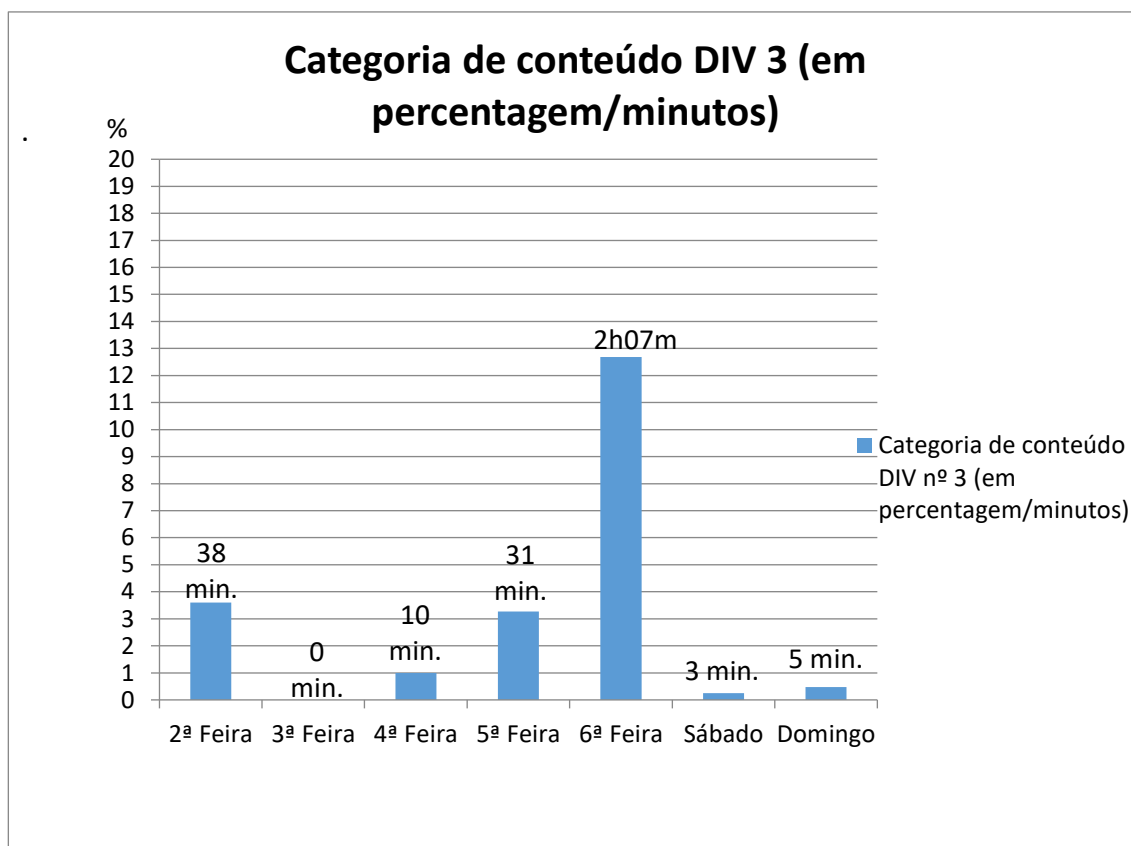


Esta categoria esteve presente em dez programas emitidos ao longo da série temporal, em alguns deles em mais do que um dia, refletindo-se num total de 8 horas (ver ponto 4.1). Foi a categoria mais evidenciada na série temporal, alcançando os 5% de presença maioritariamente a partir de matérias relacionadas com a exclusão/inclusão sociocultural. Denota-se, também, que a série de ficção “Bem-vindos a Beirais” foi o programa com o maior nível de exposição da presente categoria, tendo em todos os dias da sua transmissão explorado questões da juventude, de género e de discriminação. Pelo contrário, “subculturas juvenis” é única subcategoria que não obteve qualquer expressão na grelha de programação.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Água de Mar (2ª feira; 3ª feira; 5ª feira): 43 minutos (2ª feira); 12 minutos (3ª feira); 4 minutos (5ª feira) – Questões da Juventude; Exclusão/inclusão sociocultural; Género e discriminação;
- Bem-vindos a Beirais (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 6ª feira): 38 minutos (2ª feira); 4 minutos (3ª feira); 9 minutos (4ª feira); 12 minutos (6ª feira) – Questões da Juventude; Género e discriminação;
- Mulheres Assim (3ª feira): 19 minutos – Exclusão/inclusão sociocultural e discriminação;
- No Mundo de Dickens (3ª feira): 43 minutos – Género e discriminação; Exclusão/inclusão social;
- Agora Nós (3ª feira; 4ª feira): 15 minutos (3ª feira); 7 minutos (4ª feira) – Questões da Juventude;
- A Praça (5ª feira): 180 minutos - Exclusão/inclusão sociocultural;
- Dentro (5ª feira): 53 minutos – Género e discriminação; Exclusão/inclusão sociocultural;
- Miúdo Graúdo (6ª feira): 40 minutos – Questões da Juventude; Género e discriminação;
- Aqui Portugal (Sábado): 3 minutos – Questões da Juventude;
- Sociedade Recreativa (Domingo): 2 minutos – Exclusão/inclusão sociocultural.

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento (DIV 3)



A partir do gráfico acima representado podemos verificar que nesta categoria foram contabilizadas 3 horas e 34 minutos durante a série temporal (2,3%), resultado da soma de cinco programas, maioritariamente do género “Talk-show, magazine e entrevista” com exceção do concurso “O Avô fugiu de Casa” e da série de ficção “Água de Mar”. Pela assiduidade com que esta categoria surge nos programas que dominam as grelhas de segunda a sexta (“A Praça” e “Agora Nós”), pode-se verificar que há uma evidente preocupação em explorar conteúdos deste âmbito. No entanto, na maioria dos programas analisados esta temática foi pouco desenvolvida, como se pode comprovar pelos valores de emissão apresentados, tornando-a na categoria DIV com menor valor de presença.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (2ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 18 minutos (2ª feira); 10 minutos (4ª feira); 15 minutos (5ª feira); 16 minutos (6ª feira) – Pessoas com necessidades especiais; Idosos e experiências de envelhecimento;
- Agora Nós (2ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 20 minutos (2ª feira); 16 minutos (5ª feira); 19 minutos (6ª feira) - Pessoas com necessidades especiais; Idosos e experiências de envelhecimento;
- O Avô Fugiu de Casa (6ª feira): 92 minutos – Idosos e experiências de envelhecimento;
- Aqui Portugal (Sábado): 3 minutos – Idosos e experiências de envelhecimento;
- Sociedade Recreativa (Domingo): 5 minutos - Idosos e experiências de envelhecimento.

Optámos apenas por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas oito programas, dos 81 transmitidos, apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

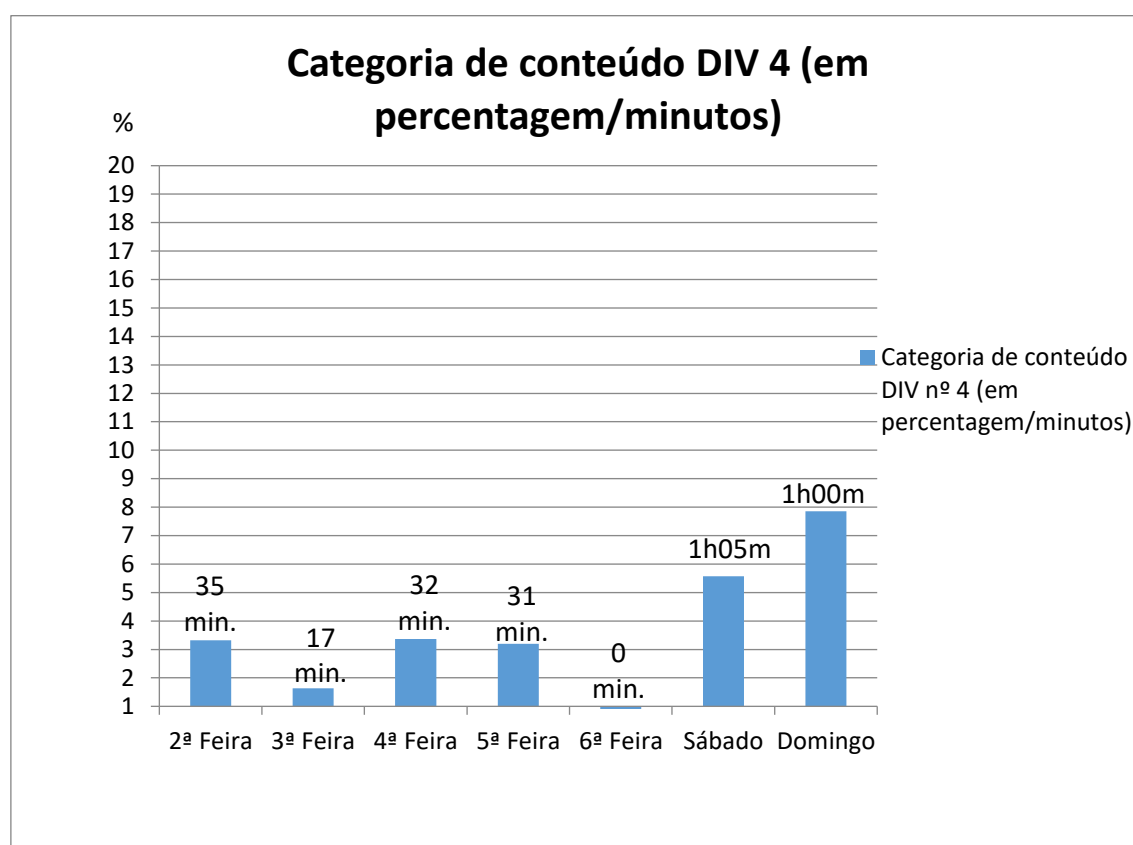
A Praça (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira; sábado): 180 (2ª feira) + 180 (3ª feira) + 180 (4ª feira) + 180 (5ª feira) + 180 (6ª feira) + 75 minutos (Sábado) – Talk-show. Programa que preenche as manhãs dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios do Porto, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Agora Nós (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira; sábado): 131 (2ª feira) + 126 (3ª feira) + 105 (4ª feira) + 103 (5ª feira) + 98 (6ª feira) + 70 minutos (Sábado) – Talk-show. Programa que preenche as tardes dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios de Lisboa, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Eucaristia Dominical (Domingo): 60 minutos – Religioso. Celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor, centro da vida da Igreja Católica.

Online 3 (2ª feira): 15 minutos – Informação Não-diária. Um programa sobre as tendências digitais do dia, que traz para a televisão os conteúdos, os assuntos, as personagens que agitam a cloud, os novos media, em especial as redes sociais. Factos, posts, novidades, notícias, filmes, imagens, tweets, instagram, atualidades de um dia na net, e da net.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)



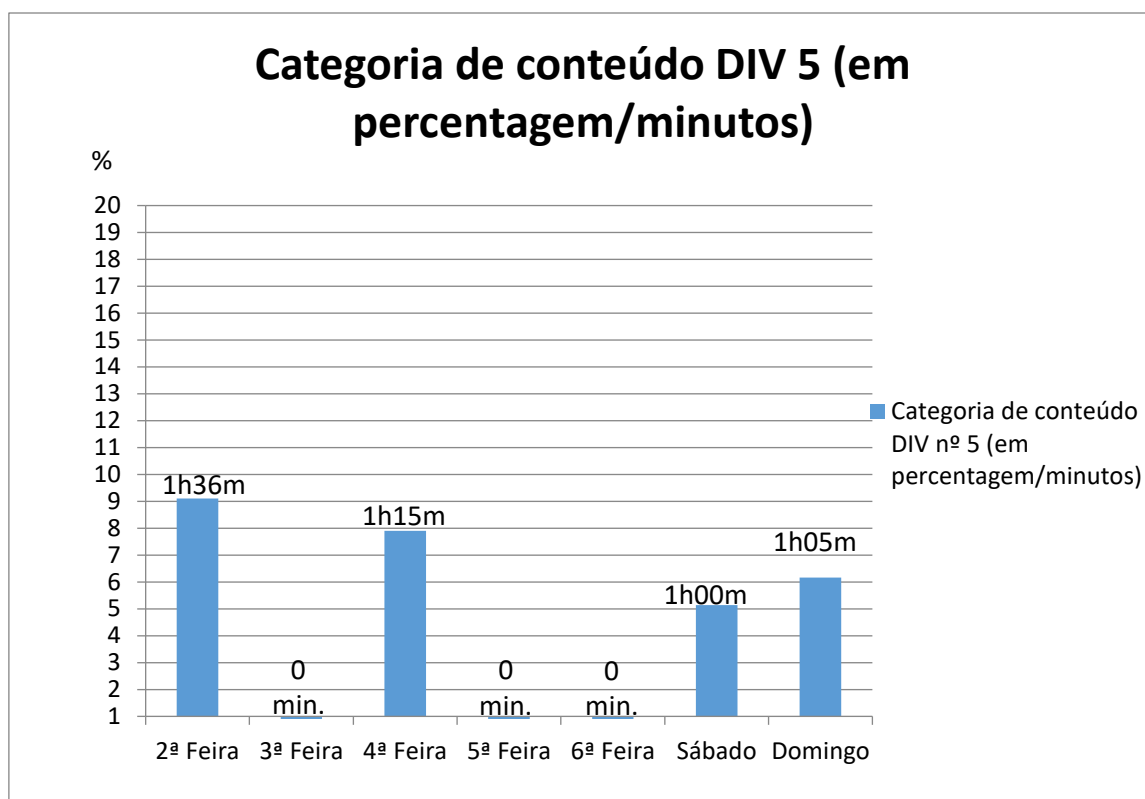
Esta categoria alcançou os 3% de incidência na grelha de programação, resultado das 4 horas que lhe foram dedicadas. Na emissão de sábado e de domingo verificam-se os valores mais elevados desta categoria devido à contabilização dos programas “Aqui Portugal” e “Sociedade Recreativa”. O “Aqui Portugal”, transmitido aos sábados, procura explorar as potencialidades do património nacional através de emissões dedicadas à descoberta de tradições e comemorações nas regiões portuguesas. O programa “Sociedade Recreativa” também foi aqui contabilizado porque teve como

convidada principal a fadista portuguesa Carminho, símbolo da cultura e do património nacional.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira): 20 minutos (2ª feira); 17 minutos (3ª feira); 10 minutos (4ª feira) – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Hora dos Portugueses (2ª feira, 4ª feira, 5ª feira, domingo): 15 minutos - Proteção da cultura nacional;
- Cá por casa com Herman José (4ª feira): 7 minutos – Proteção da cultura nacional;
- Agora Nós (5ª feira): 16 minutos (5ª feira) – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Aqui Portugal (Sábado): 53 minutos – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Linha da Frente (Sábado): 12 minutos – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Sociedade Recreativa (Domingo): 60 minutos - Proteção do património e da cultura nacional/local.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva (DIV 5)



A diversidade de géneros de programação televisiva teve incidência em 3,1% da programação da presente série temporal da RTP1 constituindo-se, assim, como a segunda categoria mais presente. Estes dados não querem, contudo, indicar que existe uma grande variedade de programação no canal. Na verdade, para esta categoria foram apenas considerados seis programas entre os quais se encontram dois documentários, duas séries nacionais, um programa de humor e um outro de entretenimento variável em género televisivo. Quer-se com isto concluir que a incidência desta categoria DIV se deve maioritariamente à contabilização de cada programa na sua totalidade. Não se verifica, portanto, uma grande variedade de géneros de programação televisiva.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Before the Flood (2ª feira): 96 minutos – Diversidade de géneros e de programação televisiva;
- Cá por casa com Herman José (4ª feira): 52 minutos – Diversidade de géneros e de programação televisiva;
- Os Boys (4ª feira): 23 minutos - Diversidade de géneros e de programação televisiva;

- Donos disto tudo (Sábado): 60 minutos – Diversidade de géneros e de programação televisiva;
- Alimentação: Verdades e Mentiras (Domingo): 26 minutos – Diversidade de géneros e de programação televisiva;
- Animais Anónimos (Domingo): 39 minutos - Diversidade de géneros e de programação televisiva.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 06h30 e decorre até às 05h50, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (31 de outubro)

10h00 - A Praça - Talk-show – 87 minutos – Disponível em RTP Play. A emissão deste dia teve como foco a comemoração do Halloween e do dia de Todos os Santos, dedicando grande parte dos conteúdos à transmissão de segmentos relacionados com esses temas: desde os arranjos florais para a festividade, peças sobre mulheres coveiras em Troviscoso, as formas de comemoração do Halloween em Portugal e um espaço de dança dedicado à temática. A segunda parte do programa arrancou com o Dia Mundial da Poupança, seguido de uma referência à biblioteca escola de Viana do Castelo e, por fim, a uma entrevista a uma concorrente invisual do programa “The Voice Portugal” – 18 minutos – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento.

14h19 – Bem-vindos a Beirais T2 Ep. 25 – Ficção - Este episódio abordou as questões da juventude, nomeadamente os namoros na adolescência, os ciúmes e as inseguranças. Existiu ainda algum foco nas relações entre mães e filhos adolescentes – 38 minutos – Categoria: As questões da juventude.

14h58 – Água de Mar T3 Ep. 101 – Ficção - Com 43 minutos de conteúdos DIV, neste episódio abordaram-se as questões da juventude em redor dos relacionamentos amorosos, bem como situações de Exclusão/inclusão social sobre maus tratos a menores – 43 minutos – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural.

15h49 - Agora Nós - Talk-show – Disponível em RTP Play. Neste dia a emissão do programa contou com a apresentação do projeto “100 Chocalhos de Excelência. Gente Excelente”, que procura promover a arte chocalheira classificada como Património Imaterial da Humanidade pela Unesco. Neste âmbito, em 19 minutos exploraram-se as questões da “Proteção do património e da cultura nacional/local”. Já através da transmissão de uma reportagem e de uma entrevista sobre a história de uma senhora que fora atropelada, desenvolveram-se questões sobre pessoas com necessidades especiais e as consequentes dificuldades na inserção profissional. Perfazendo um total de 38 minutos de conteúdos DIV- Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

21h00 - Before the Flood – Documentário - Em 96 minutos este documentário visa explorar o impacto mundial das alterações climáticas, apresentando as consequências deste problema ambiental em diversas regiões de países como os EUA, o Canadá, a Gronelândia, a Indonésia, a China, a Índia, entre outros. A cooperação entre os países e a iniciativa por parte de cada um são fundamentais para a proteção de toda a diversidade de espécies, de ecossistemas e de culturas existentes no mundo. Este programa destacou-se por se diferenciar da restante programação regular do canal devido ao seu género (documentário). Todo o programa é DIV – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva; Proteção do património.

22h46 - Prós e Contrás – Entrevista/Debate - No seguimento do documentário anteriormente transmitido, a emissão deste programa teve como temática as alterações climáticas e as suas consequências ao nível da economia, do consumismo e das questões de sobrevivência humana. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património.

3.2 3ª Feira (8 de novembro)

10h – A Praça – Talk-show – Disponível em RTP Play. A emissão deste dia contou com 37 minutos inteiramente dedicados a conteúdos DIV. Começando pela exposição da cultura do linho, dos teares e da tecelagem da freguesia de Cerva e Limões em terras de Basto, com o testemunho das tecedeiras das cooperativas de artesanato da região e com o apoio da autora do livro “Linho de Cerva e Limões. Tecendo o futuro”, Sandra Teixeira - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

14h09 - Bem-vindos a Beirais T2 – Ep.30 – Ficção - Neste episódio foram abordadas, durante 3 minutos, temáticas de género e discriminação em relação à homossexualidade.

15h01 - Água de Mar T3 – Ep. 106 – (Série/ Ficção) - Neste episódio abordaram-se questões de abuso e de violência sobre a mulher, à medida que uma jovem vítima de tentativas de abuso por parte do companheiro da mãe se viu obrigada a sair de casa acabando por, conseqüentemente, romper a sua relação com a mãe. Da mesma forma, também foram expostas questões de assédio a vítimas do sexo feminino, retratando a situação de uma mulher que, numa entrevista de emprego, foi confrontada com comportamentos de assédio sexual por parte do responsável da empresa. A personagem, sentindo-se incomodada com a abordagem, decidiu vingar-se no momento da entrevista e denunciou a situação junto de outras personagens que estavam presentes – Categoria: Questões de género.

22h47 - No Mundo de Dickens – Ficção - Neste episódio foram expostas questões sobre género e discriminação, exclusão social e diversidade de géneros. Uma mulher que, por razões económicas, se comprometeu com um homem bastante mais velho do que ela, mas rico. Uma outra que, após a morte do pai, se viu obrigada a assumir a liderança pela administração do negócio de família, sendo confrontada com as dúvidas que os seus sócios têm acerca das suas decisões. O mesmo episódio apresentou ainda várias personagens oriundas de classes económicas e sociais desfavorecidas, nomeadamente crianças. Consideramos também que esta série representa conteúdos DIV ao nível da diversidade de géneros televisivos, por ser uma série produzida pela BBC e pelo tema

central se desenrolar à volta da obra do escritor Charles Dickens - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

21h55 – Mulheres Assim T1 EP10 – “Sara e Maria” - Ficção - Ao longo de todo o programa representou-se a diversidade cultural, étnica e linguística, a exclusão/inclusão sociocultural e a discriminação. Foi abordada a crise dos refugiados através de uma refugiada síria e da sua filha. Acolhidas por Sara e Maria expõem a solidariedade e a inclusão sociocultural, ao mesmo tempo que retratam a exclusão e a desconfiança sociocultural por parte dos vizinhos. A homossexualidade é também um conteúdo presente, pois as personagens Sara e Maria são um casal – Categoria: A Diversidade cultural, étnica e linguística; Exclusão/inclusão sociocultural e discriminação.

3.3 4ª Feira (16 de novembro)

10h00 - A Praça – Talk-show – Disponível em RTP Play. No âmbito das comemorações do Dia Nacional do Mar, tema que ocupou a maioria do programa neste dia, foi emitida uma reportagem com um pescador onde é feita a “chora”, uma sopa típica dos pescadores portugueses. A reportagem abordou os aspetos da vida de um pescador de bacalhau, dando espaço à proteção do património e da cultura nacional/local. No mesmo dia, transmitiu-se ainda uma reportagem e entrevista em estúdio a um casal, cujo marido sofre de daltonismo avançado e a mulher, por ocasião da gravidez, decidiu oferecer-lhe uns óculos inovadores que permitem corrigir as limitações associadas a essa patologia. – Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

16h15 - Agora Nós – Talk-show – Disponível em RTP Play. Nesta emissão do programa apresentou-se o projeto “A Brincar, A Brincar!”, promovido pelos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que pretende transmitir aos mais novos algumas noções de suporte básico de vida e de primeiros socorros. Um projeto educativo redirecionado para as questões da juventude. A diversidade cultural, étnica e linguística foi aqui colocada em evidência com a presença do cantor angolano Anselmo Ralph que promoveu os concertos em Angola e em Portugal – Categoria: Diversidade cultural, étnica e linguística.

21h54 - Os Boys Ep. 11 – “O Cavaleiro Andante” – Ficção - Os conteúdos de carácter intercultural são apresentados nesta série através da personagem Zhang, uma empresária chinesa que, estando em Portugal, fala na sua língua materna. O programa apresenta ainda um género diferente daquele que é usual na programação televisiva – Categoria: Diversidade cultural, étnica e linguística; Diversidade de géneros de programação televisiva.

22h49 - Cá por Casa com Herman José- Entrevista - O programa contou com a entrevista e atuação ao vivo do fadista Pedro Moutinho, acentuando a proteção do património e da cultura nacional – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

3.4 5ª Feira (24 de novembro)

10h00 - A Praça – Talk-show – Disponível em RTP Play. Nesta emissão, a entrevista ao Presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados traduziu a consciência das experiências de envelhecimento, ao dar a conhecer o apoio social denominado Complemento Social para Idosos (CSI) – Categoria: Experiências de envelhecimento (14 minutos). Foi também entrevistado o artista plástico Lívio de Moraes, para a divulgação da 3ª Corrida “Juntos contra a Fome”, uma iniciativa que resulta da parceria entre a CPLP e a FAO (ONU), cujo objetivo principal procura sensibilizar a população para as questões de combate à pobreza e à exclusão social - Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural (6 minutos). Ainda no âmbito da Exclusão/inclusão sociocultural comentou-se o caso sobre o suspeito de terrorismo detido em França e residente em Aveiro, devido ao facto do indivíduo ter estatuto de refugiado, e estar identificado como radical islâmico. É debatida a questão do mesmo ter beneficiado de apoios sociais do Estado e ter, inclusivamente, residido num centro para pessoas desfavorecidas – 6 minutos – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural.

16h17 - Agora Nós – Talk-show – Disponível em RTP Play. Através da rubrica “Agora, o Português” destaca-se a proteção do património e da cultura nacional/local. Nesta rubrica a linguista Sandra Duarte Tavares procura esclarecer dúvidas linguísticas,

desmistificar e corrigir erros da língua. Assinalamos ainda a exposição da história de vida de Luís Thadeu, vítima de um acidente de aviação que lhe provocou lesões graves e que, consequentemente, o limitou ao uso diário de muletas. Através do seu testemunho percebemos que apesar da sua limitação física, ele decidiu viajar por todo o mundo – Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

22h00 - Dentro – Ficção - Esta série destacou-se por dar espaço à Exclusão/inclusão sociocultural e às questões de género e discriminação, devido ao seu enredo que se desenrola em torno de um estabelecimento prisional e das questões do quotidiano de pessoas que estão neste contexto de exclusão social – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural.

22h45 - 5 Para a Meia-noite – Talk-show - Através da divulgação do projeto de integração de refugiados “Pão a Pão”, pretendeu-se dar a conhecer esta iniciativa que ajuda na criação de postos de trabalho para mulheres sírias e que promove, ainda, a cultura gastronómica do Médio Oriente através da realização de workshops culturais - Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural; Multiculturalismo.

3.5 6ª Feira (2 de dezembro)

10h00 - A Praça – Talk-show – Disponível em RTP Play. A emissão deste dia contou com várias rúbricas de matéria DIV, desde a celebração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, à entrevista ao ativista Luatty Beirão, a divulgação do projeto de música para a inclusão, a entrevista ao ex-toxicodependente Augusto Oliveira que abraçou o desporto de alta competição. Num total de 3 horas de duração do programa, 110 minutos foram reservados a conteúdos DIV, o que traduz uma percentagem de 61% - Categoria: Pessoas com necessidades especiais; Exclusão/inclusão sociocultural.

22h01 - Miúdo Graúdo Ep.13 – “O Que Menos Interessa é a Chuva das Estrelas”- Ficção - Podemos considerar que todo o programa em análise trata de questões da juventude, constituindo também uma tentativa do canal público de diversificar os géneros de

programas televisivos que oferece aos telespectadores - Categoria: Questões da juventude.

14h19- Bem-vindos a Beirais T2 – Ep.48 – Ficção - Este episódio retrata a situação de dois namorados adolescentes que desejam passar um fim de semana fora para irem juntos a um festival. A rapariga é confrontada com as desconfianças e os receios do seu pai que não a deixa ir por considerar que ela não tem idade para tal. Realçando, assim, a exposição das questões da juventude. Expõem-se ainda matérias relacionadas com género e discriminação, na medida em que um dos personagens considera que uma funcionária grávida não deve de ser contratada para trabalhar na Junta de Freguesia, ao alegar que essa condição é prejudicial para todos os trabalhadores – Categoria: Questões da Juventude.

16h22 - Agora Nós – Talk-show – Disponível em RTP Play. No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a ativista e portadora de uma deficiência congénita Mafalda Ribeiro é convidada para apresentar o projeto “Todos Diferentes, Corações Iguais” que visa promover a inclusão social das pessoas com deficiência. É ainda divulgada uma iniciativa da Associação Salvador que procura sensibilizar as pessoas para a causa da deficiência e da inclusão social, através da campanha “Barrete Azul” na cidade do Porto. É ainda publicitada a transmissão de um filme indiano exibido pela RTP no dia 4 de dezembro – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural.

22h53 - O Avô Fugiu de Casa – Concursos - Um concurso inteiramente protagonizado por concorrentes com idade igual ou superior a 60 anos, integrando a categoria de idosos e experiências de envelhecimento – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento.

3.6 Sábado (10 de dezembro)

14h23 - Aqui Portugal – Talk-show – Disponível em RTP Play. O programa é inteiramente dedicado à valorização da cultural e do património local consoante a região de onde é transmitido. Nesta semana a emissão foi feita a partir de Cinfães e pretendeu

demonstrar as tradições da aldeia, os produtos regionais, o artesanato, as empresas locais no sector da hotelaria e da restauração e projetos de turismo dedicados à natureza. A emissão contou com atuações de grupos musicais da zona, entrevistas e reportagens com os responsáveis locais. Denotam-se também características de experiências de envelhecimento através de uma entrevista realizada a uma idosa residente da vila de Cinfães. Da mesma forma, as questões da juventude são evidenciadas com a transmissão de uma reportagem sobre a Academia de Artes de Cinfães, uma instituição que se dedica à formação musical de crianças e jovens. Por último, destaca-se a diversidade cultural, étnica e linguística com a atuação ao vivo dos artistas de origem africana Jay Kim e Kawam - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

20h45 - Linha da Frente - “Olivença canta o Fado” – Informação Não-diária - Este programa apresentou-nos conteúdos relacionados com a diversidade cultural e linguística, ao ter como tema central a conciliação das duas culturas integrantes em Olivença. A proteção do património e da cultura nacional/local está também presente, pois em Olivença tenta-se preservar a cultura portuguesa de forma a estreitar as relações com Portugal - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

22h51 - Donos disto tudo – Humor - Na emissão deste programa foi transmitida uma rábula alusiva ao restaurante do chef José Avillez por ter participado num evento em Israel. Na rábula surgem dois ativistas pró- Palestina, nascidos em Cedofeita, para quais o chef preparou diversos pratos, evidenciando a diversidade cultural, étnica e linguística. Uma reportagem sobre as condições de trabalho de duas funcionárias surge categorizando as diferenças de género e discriminação, para relatar uma empresa onde o patrão apesar de gastar bastante dinheiro em gastos supérfluos, não quer pagar o subsídio de Natal e pretende despedir todas as grávidas da fábrica – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

3.7 Domingo (18 de dezembro)

11h33 – Animais Anónimos – Magazine - 39 minutos. Programa apresentado por Nuno Markl e Ana Galvão que ajuda a promover o debate sobre animais de quatro patas. Cada episódio faz-se acompanhar por histórias de animais, dicas de educação e promoção à adoção animal. Todo o programa é DIV - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

14h12- Sociedade Recreativa – Talk-show/Magazine - A convidada central desta edição do programa é a fadista Carminho, evidenciando a categoria da proteção do património e da cultura nacional. Ainda nesta categoria é apresentada a reportagem com a fadista Ana Moura no âmbito do seu concerto no Teatro da Trindade. Na categoria de idosos e experiências de envelhecimento, é promovido o novo programa de Fernando Alvim – “O Avô Fugiu de Casa” cujos participantes são pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. No âmbito da Exclusão/inclusão sociocultural, destacamos a reportagem sobre o novo projeto da Associação Ajuda de Berço, em parceria com a marca Swatch, que se traduz na venda do relógio “Swatch Docinho” cuja receita reverte, em parte, para a construção de uma casa abrigo para bebés e crianças desprotegidas ou em situações de risco – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento; Exclusão/inclusão sociocultural.

15h58- O Amor Tudo Vence – Ficção - Um filme produzido em Bollywood, a grande indústria cinematográfica indiana, a exibição de filmes de cultura indiana são uma aposta do canal desde outubro de 2015 – Categoria: Diversidade cultural, étnica e linguística.

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP1 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 4 horas e 39 minutos = 18,4% de conteúdos DIV e 4% do tempo de emissão sem a informação diária;

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 8 horas = 32% de conteúdos DIV e 7% do tempo de emissão sem a informação diária;

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 3 horas e 34 minutos = 14% de conteúdos DIV e 3% do tempo de emissão sem a informação diária;

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 4 horas = 16% de conteúdos DIV e 4% de emissão sem a informação diária;

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 4 horas e 56 minutos = 20% de conteúdos DIV e 4,3% de emissão sem a informação diária.

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 158 horas e 16 minutos

4.2.2 De emissão sem os programas de informação: 113 horas e 56 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 25 horas e 9 minutos = 16%

4.2.3.1 2ª Feira = 4 horas e 10 minutos (23,7%)

6 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 2 horas e 5 minutos (17,6%)

7 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 3 horas e 14 minutos (20,4%)

6 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 4 horas e 59 minutos (31,5%)

4 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 2 horas e 59 minutos (18%)

5 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 2 horas e 37 minutos (13,4%)

3 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 5 horas e 5 minutos (29%)

4 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil (considerada DIV): 3 horas e 51 minutos = 2% do tempo total da série temporal

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 28 horas e 3 minutos = 18%

3.3 Análise da programação da RTP1 de 5/6 e 23/7 de 2017

1 Descrição geral da programação da RTP1 durante o período

Com o objetivo de analisarmos os conteúdos DIV presentes na grelha de programação da RTP1 procedemos, numa primeira fase, à análise de todos os programas transmitidos no decorrer de uma série temporal. Contabilizou-se um dia por cada semana, perfazendo o total de 62 programas transmitidos entre os dias 5 de Junho e 23 de Julho. Cada programa foi categorizado e agrupado em categorias de acordo com o seu género ou conteúdo apresentado.

Desta forma, numa primeira categoria agrupámos os “Concursos” de entretenimento como o “Preço Certo”, “Brainstorm” “O Avô Fugiu de Casa” e “A Capella”. Ainda nesta categoria, e somente nesta série temporal, foi considerada a eleição das “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”, um concurso cujo objetivo é apurar as melhores aldeias nacionais de acordo com sete categorias representativas (“aldeias de mar”, “aldeias – monumento”, “aldeias ribeirinhas”, “aldeias rurais”, “aldeias remotas”, “aldeias autênticas” e “aldeias em áreas protegidas”).

De seguida, surge a categoria “Documentário” da qual fazem parte todos os programas transmitidos dentro deste género, independentemente do tipo de conteúdos que apresentam. Na categoria “Entrevista, Talk-show e Magazine” estão inseridos todos os programas de entrevistas e de debates, condensados num único grupo por conterem características semelhantes. Em quarto lugar agrupámos na categoria “Ficção” todas as séries, telenovelas e filmes de teor nacional e internacional. A categoria “Infantil” surge da necessidade de analisar individualmente todos os programas de entretenimento direcionados para o público mais jovem. Já os programas dedicados à informação foram divididos em dois segmentos, “Informação Diária” e “Informação Não-diária”, definidos consoante a periodização de cada programa.

Numa segunda categorização segmentámos as categorias “Cultural”, “Desporto”, “Entretenimento”, “Humor”, “Musical” e Religioso” de forma a englobarmos todos os programas cujo teor justificava uma categoria isolada das restantes. Justificou-

se a criação de uma categoria de “Entretenimento” pela existência de programas como “Luís de Matos – Impossível” e o “The Voice Portugal” cujas características não se adequavam noutra categorização. Na verdade, “The Voice Portugal” poderia ser classificado como um programa de concursos, no entanto o seu género (*talent-show*) exige a participação de um grupo de concorrentes fixo ao contrário, por exemplo, do “Preço Certo” cujos participantes variam de programa para programa. Da mesma forma, a categoria “Musical” foi aqui inserida porque a presença justificou-se nas restantes séries temporais.

Por último, na categoria “Outros” foram agrupados todos os programas cujo género televisivo não se coaduna com as restantes categorias tais como as “Tele vendas”, o “Direito de Antena” e o concurso institucional “Fatura da Sorte”.

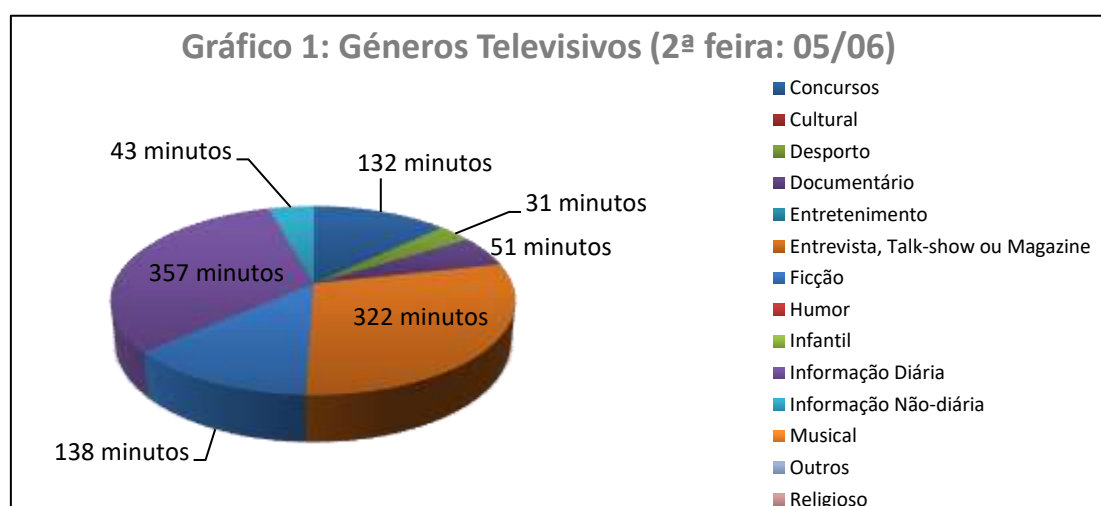


Gráfico 3: Géneros Televisivos (4ª feira: 21/06)

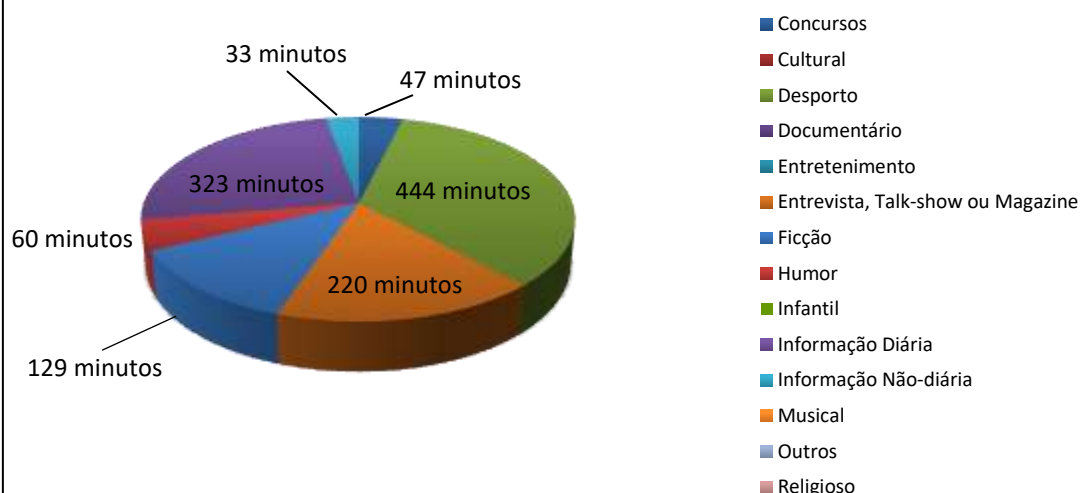


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 24/11)

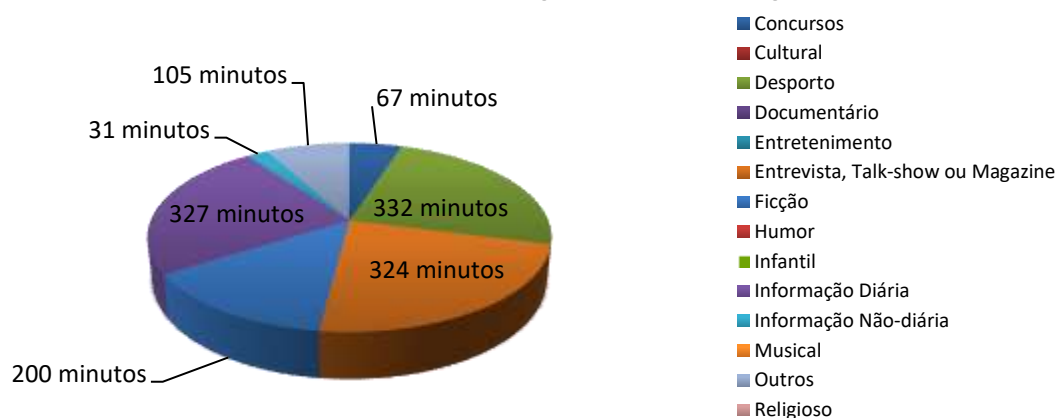


Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 2/12)



Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 15/07)



Gráfico 7: Géneros Televisivos (Domingo: 23/07)

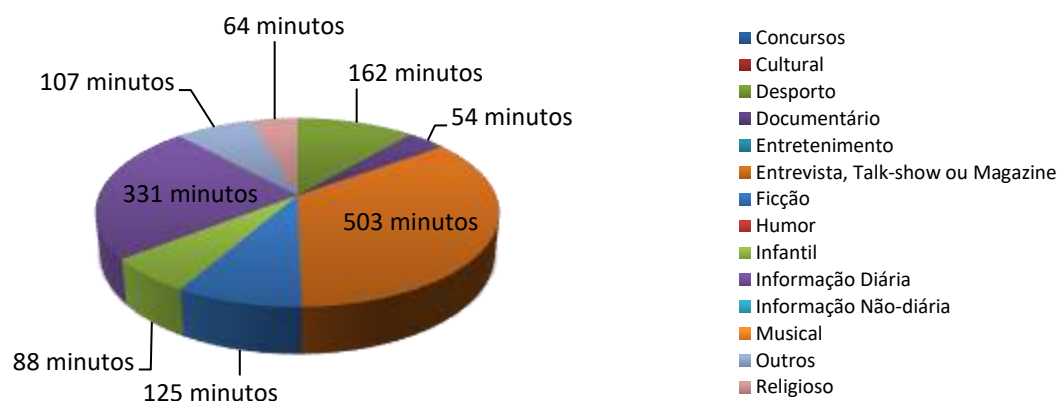
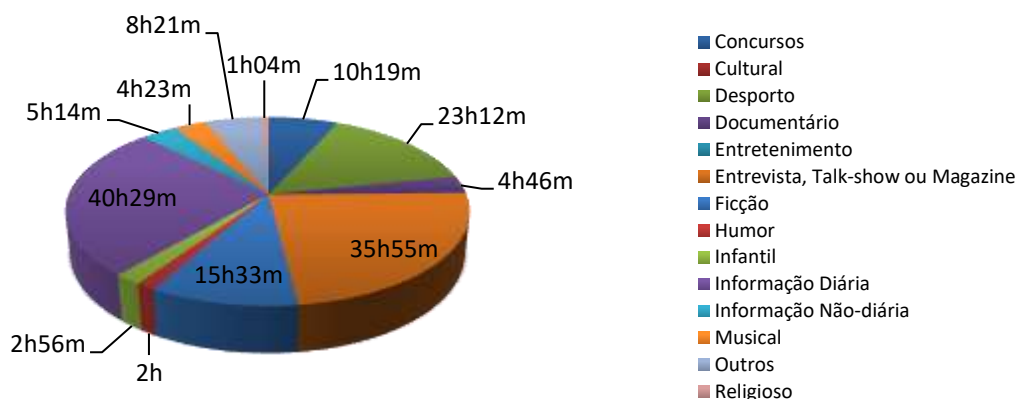


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total Série Temporal)



A partir dos gráficos acima apresentados podemos verificar que o género televisivo “Informação Diária” ocupa 27% da grelha de programação, definindo-se como

o género televisivo com maior presença no canal. Nesta série temporal 40 horas e 29 minutos foram inteiramente dedicados a programas informativos com regularidade diária. Neste grupo foram agrupados os programas “Bom dia Portugal”, “Jornal da Tarde”, “Portugal em Direto”, “Telejornal” e “Manchetes 3” com uma presença assídua na programação diária entre os 22% e os 33%. Ainda que este conjunto de programas tenha uma periodicidade diária, verificou-se que o programa “Manchetes 3” não foi transmitido nos dias 7 e 15 de Julho (sexta-feira e sábado).

O género televisivo de “Entrevista, Talk-show e Magazine” estabeleceu-se como o segundo género com maior assiduidade na grelha de programação graças às 35 horas e 55 minutos de programas desta tipologia transmitidos ao longo da série temporal, para total de 23% do tempo da série temporal e com uma média de 5 horas diárias. Esta categoria condensa num só grupo o maior número de programas totalmente variáveis em conteúdo. São eles: “A Praça”, o “Agora Nós”, “Hora dos Portugueses”, “Sociedade Recreativa”, “Prós e Contras”, “O Outro Lado”, “Magazine RTP Arena eSports”, “Janela Indiscreta”, “Grande Entrevista”, “5 para a Meia-noite”, “Diga Doutor”, “Voz do Cidadão” e as “7 Maravilhas de Portugal – aldeias”.

Em terceiro lugar apresenta-se a categoria de “Desporto” com um total de 23 horas e 12 minutos de emissão, ou seja, 15% de presença na série temporal. A média diária de programas desportivos foi de 3 horas e 20 minutos reservados a programas maioritariamente de futebol e ciclismo, nomeadamente a “Taça das Confederações”, “A Melhor Seleção 2017”, “Ciclismo - Critérium du Dauphiné”, “Europeu de Futebol Feminino” e o programa de debate futebolístico “A Grande Enciclopédia do Ludopédio”. Os programas desportivos, assim como os talk-shows, são por vezes repetidos durante o horário noturno.

O género televisivo “Ficção” surge em quarto lugar com 10% de presença na grelha da série temporal e num total de 15 horas e 33 minutos divididos entre séries nacionais e internacionais e filmes. Em todos os dias analisados houve sempre um programa de ficção durante o fim de semana e dois, ou mais, de segunda a sexta-feira, numa média diária de 1 hora e 56 minutos. Nesta categoria foram contabilizadas as séries nacionais “Bem-vindos a Beirais”, “O Sábio”, “Donos de Casa”, “Filha da Lei”, as

séries internacionais “Anatomia de Grey”, “Gotham” e “Os Médicos” e, por último, o filme “A última paixão do Sr. Morgan”.

Em quinto lugar, de acordo com os gráficos circulares, a categoria “Concursos” representou 6% das grelhas de programação. Calcularam-se 10 horas e 19 minutos durante a série temporal e 1 hora e 43 minutos diários, reservados para os programas “Brainstorm”, “O Avô fugiu de casa”, “A Capella”, “O Preço Certo” e “A minha mãe cozinha melhor do que a tua”. Estes últimos programas são uma presença regular na programação de segunda a sexta-feira. De natureza institucional foi contabilizado o sorteio “Hora da Sorte” com transmissão semanal às quintas-feiras.

Os programas inseridos na categoria “Outros” representam o sexto lugar na periodicidade da programação, devido às 8 horas e 21 minutos que lhes foram conferidos e que resultam em 5% de presença na série temporal. A assiduidade deste tipo de programas deve-se, maioritariamente, à transmissão diária das “Televentas” durante 2 horas da programação noturna. Contudo, e excecionalmente, este programa não foi transmitido nos dias 13 e 21 de junho (terça e quarta-feira) tendo sido substituído por programas de ficção e de desporto.

Em sétimo lugar, durante 62 minutos diários foram transmitidos os programas de “Informação Não-diária”, ou seja, todos os programas de teor informativo com periodicidade variável. Nesta categoria constam cinco programas de informação especializada dos quais fazem parte “Tudo é Economia”, “Palavra aos Diretores”, “O Princípio da Incerteza”, o “Sexta às Nove” e “Linha da Frente” emitidos durante 5 horas e 14 minutos durante a série temporal e, consequentemente, com 3% de presença.

Os “Documentários” perfazem 3% da programação com 4 horas e 46 minutos, nos quais foram transmitidos os regulares “Portugueses pelo mundo” e “Príncipes do Nada” e pela primeira vez “No Limiar da Vida”, “Nos Passos de Santo António”, “Encontro amoroso entre a arte e a natureza” e “Colesterol: A Grande Farsa”. Calculou-se uma média diária de 47 minutos reservados à transmissão destes seis documentários.

Em nono lugar contabilizámos os programas musicais dos quais fizeram parte a transmissão de festivais de música como o “NOS Alive” e o “MEO Marés Vivas”. A

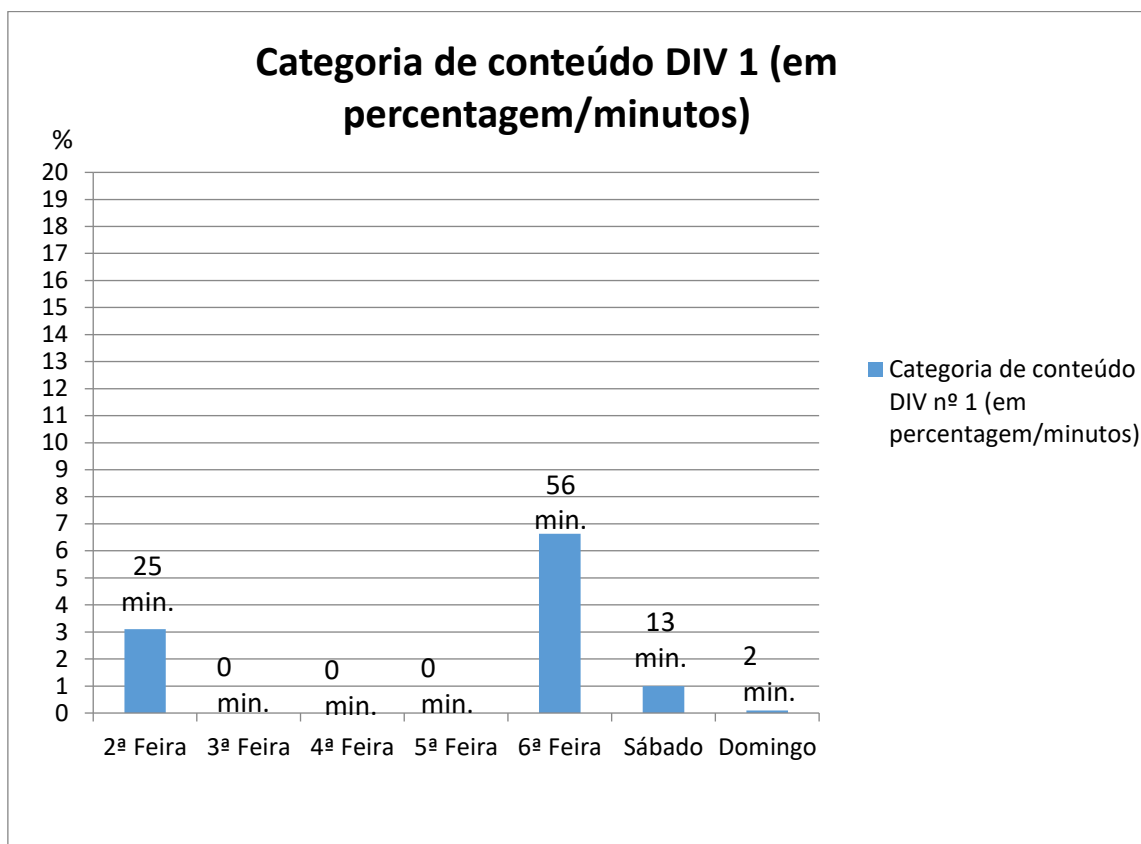
categoria “Musical” representa 3% da programação com 4 horas e 46 minutos de emissão divididos entre o dia 7 de julho (sexta-feira) e o dia 15 de julho (sábado).

Por fim, os programas de menor periodicidade foram os religiosos, humorísticos, infantis e culturais. Verificámos que a programação “Infantil” é somente transmitida entre as 6h30 e as 08h00 de sábado e domingo. Dela fazem parte oito programas de desenhos animados divididos em 1 hora e 28 minutos diários ou, antes, 6% da transmissão. No total foram calculadas 2 horas e 56 minutos, resultado dos 2% de frequência total. De seguida, e com 1% de presença na programação, surge a categoria “Humor” da qual constam os programas “Cá por Casa com Herman José” e “Donos Disto Tudo”. Nesta série temporal, nomeadamente na quarta-feira (dia 21 de junho), foi a última transmissão do programa de Herman José no qual foi elaborada uma compilação de diversos episódios (ver ponto 3.3.). No total, estes dois programas perfizeram 2 horas durante a série temporal. A categoria “Religião”, na qual consta apenas a transmissão da “Eucaristia Dominical” foi avaliada em 1% de assiduidade na grelha de programação, resultado dos 64 minutos que lhe foram concedidos. Por último, a categoria “Cultural” surge com 0,2% do tempo da série temporal. Nela está somente inserido o programa dedicado à literatura – “Todas as Palavras” e que ocupou 23 minutos da emissão de sexta-feira (7 de julho).

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Bom dia Portugal”, “Jornal da Uma”, “Portugal em Direto”, “Jornal da Noite” e “Manchetes 3” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes (DIV 1)



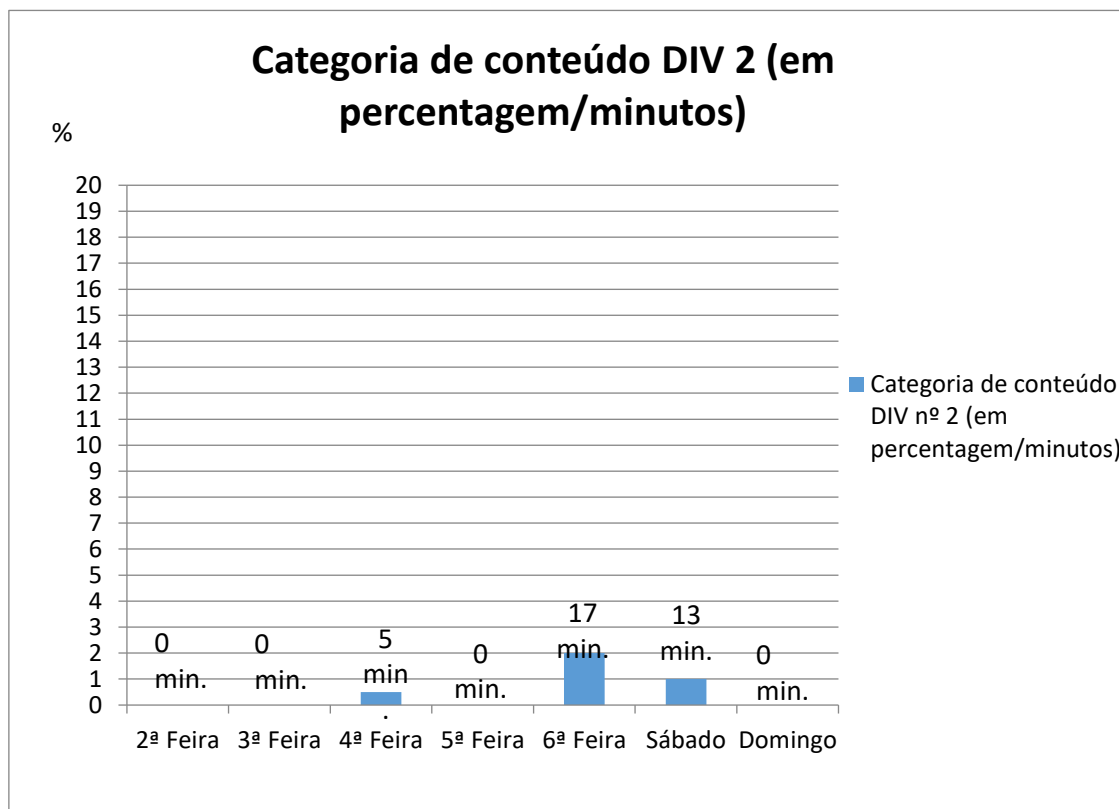
De acordo com os valores apresentados podemos verificar que durante a série temporal esta categoria esteve presente em 9% da emissão (ver ponto 4.1), maioritariamente através da exposição de temáticas de teor multicultural para os quais o programa “Portugueses pelo Mundo” contribuiu exponencialmente. Este programa, transmitido à sexta-feira, é um retrato da pluralidade cultural que apresenta diversas cidades e culturas mundiais pelo olhar dos portugueses que a habitam. Num registo também documental, o documentário “Life to Come” contribuiu para a representação da diversidade linguística devido ao facto de ser totalmente falado em francês (ver ponto 3.1). Já num registo diferente, o programa “A Praça” contribuiu para o desenvolvimento desta categoria por ter convidado, na sexta-feira (dia 7 de julho), um grupo coral de Vancouver, no Canadá, do qual fazem parte jovens filipinos, chineses e portugueses emigrantes (ver ponto 3.5). Contabilizaram-se também os dois minutos de transmissão do programa “Sociedade Recreativa” dedicados à apresentação de um

cantor angolano (ver ponto 3.7). Na sua totalidade esta categoria esteve presente durante 1 hora e 36 minutos da emissão da série temporal.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Life to Come (2ª feira): 25 minutos – Diversidade linguística;
- A Praça (6ª feira): 20 minutos – A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Portugueses pelo Mundo (6ª feira): 56 minutos – O conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Príncipes do Nada (Sábado): 13 minutos – O conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Sociedade Recreativa (Domingo): 2 minutos – O conteúdo intercultural; pluralidade das expressões e vozes.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação (DIV 2)



Nesta série temporal a presente categoria foi a que teve menor expressão na grelha de programação, representado somente 0,3% dos programas analisados. Neste segmento representativo da diversidade as “questões da juventude”, bem como as “subculturas juvenis” e as questões de género não tiveram qualquer expressão na programação. Constatou-se que, assim, somente a “exclusão/inclusão sociocultural” foi abordada a partir dos programas de talk-show “A Praça” e “Agora Nós” e do documentário “Príncipes do Nada”.

No programa “A Praça” os cinco minutos dedicados a esta categoria foram desenvolvidos a partir de uma reportagem acerca da comunidade emigrante em Genebra (ver ponto 3.3), na qual demonstraram de que forma os emigrantes locais se incluíam na cultura local ao mesmo tempo que procuravam manter hábitos da cultura nacional. No programa “Agora Nós” foi apresentada a história da bloguer Andreia Vasconcelos, mãe de uma criança com trissomia 21, que luta diariamente com os preconceitos associados à doença do filho. A segunda parte deste programa foi inteiramente dedicada a esta história de vida, onde se referiram quais os tratamentos que o Tomás faz diariamente, qual a aceitação dos familiares perante a doença da criança e de que forma é que as suas capacidades cognitivas são diariamente exploradas (ver ponto 3.5). Durante os 17 minutos que foram reservados a esta temática aliou-se o combate à discriminação e a inclusão sociocultural de pessoas com necessidades especiais.

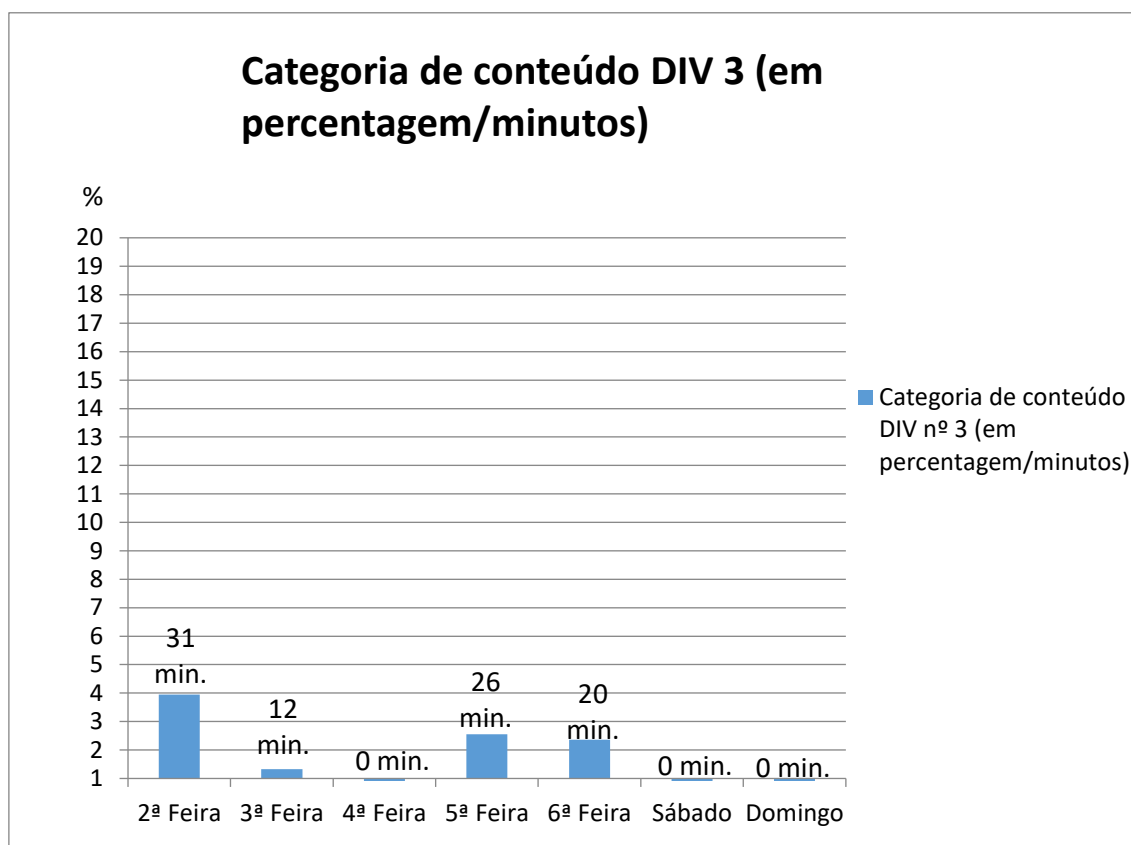
Neste episódio da série documental “Príncipes do Nada” foi explorada a questão da mutilação genital feminina em Gabu, na Guiné- Bissau. Este programa contribuiu para que a categoria “género e discriminação” pudesse ser finalmente explorada, convidando os espectadores a conhecerem esta realidade cultural onde a desigualdade de género é evidente (ver ponto 3.6).

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (4ª feira): 5 minutos – Exclusão/inclusão sociocultural;
- Agora Nós (6ª feira): 17 minutos – Exclusão/inclusão sociocultural; Género e discriminação;

— Príncipes do Nada (Sábado): 13 minutos – Género e discriminação.

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento (DIV 3)



A presente categoria alcançou apenas 1% de participação no decorrer desta série temporal (ver ponto 4.1). Verificou-se que esta temática foi explorada durante 1 hora e 29 minutos, numa média diária de 12 minutos. Um resultado visivelmente baixo que traduz o escasso desenvolvimento de matérias acerca de idosos ou, ainda, de pessoas com necessidades especiais.

Para a presença desta categoria contribuiu a emissão de terça-feira (dia 13 de junho) do programa “A Praça” onde foi transmitida uma reportagem sobre a instituição Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades (CERCIAG) em Águeda com o intuito de promover a venda do Pirilampo Mágico 2017 (ver ponto 3.2). Já no programa “Agora Nós” do dia 29 de junho, quinta-feira, durante 26 minutos a

emissão foi inteiramente dedicada à história de Mafalda Lira, de 37 anos, que vive diariamente com uma incapacidade física de 70% (ver ponto 3.4).

No âmbito da categoria “experiências de envelhecimento” destacou-se no programa “A Praça” (segunda-feira dia 5 de junho) a estreia da rubrica “Avós d’ A Praça” com o objetivo de homenagear semanalmente diferentes avós (ver ponto 3.1). Na emissão de terça-feira, 13 de junho, também deste programa foi convidado um atleta de 77 anos no seguimento da promoção da corrida de S. João no Porto. Procurou-se com esta entrevista perceber de que forma é que este atleta consegue manter-se fisicamente ativo com a sua idade (ver ponto 3.2). No mesmo dia o programa “Agora Nós” dedicou a sua rubrica “Agora, Conta-nos”, com Isabel Angelino, à visita ao Centro Social Polivalente S. Cristóvão e S. Lourenço para mostrar de que forma é que os idosos deste centro celebram o arraial do bairro da Mouraria. Na emissão de sexta-feira, dia 7 de Julho, o programa “A Praça” acompanhou em direto o festival SER + Cultura onde, no seguimento desta categoria, foi feita uma demonstração de atividades físicas para seniores. A partir destes exemplos pode-se verificar que esta categoria DIV foi apresentada sempre no mesmo âmbito, seguindo a mesma estrutura e as mesmas temáticas.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (2ª, 3ª, 6ª feira): 31 minutos (2ª feira) + 2 minutos (3ª feira) + 3 minutos (6ª feira) – Idosos, experiências de envelhecimento; Pessoas com necessidades especiais.
- Agora Nós (3ª, 5ª e 6ª feira): 10 minutos (3ª feira) + 26 minutos (5ª feira) + 17 minutos (6ª feira) – Experiências de envelhecimento; Pessoas com necessidades especiais.

Optámos apenas por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas oito programas, dos 62 transmitidos, recorreram a intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

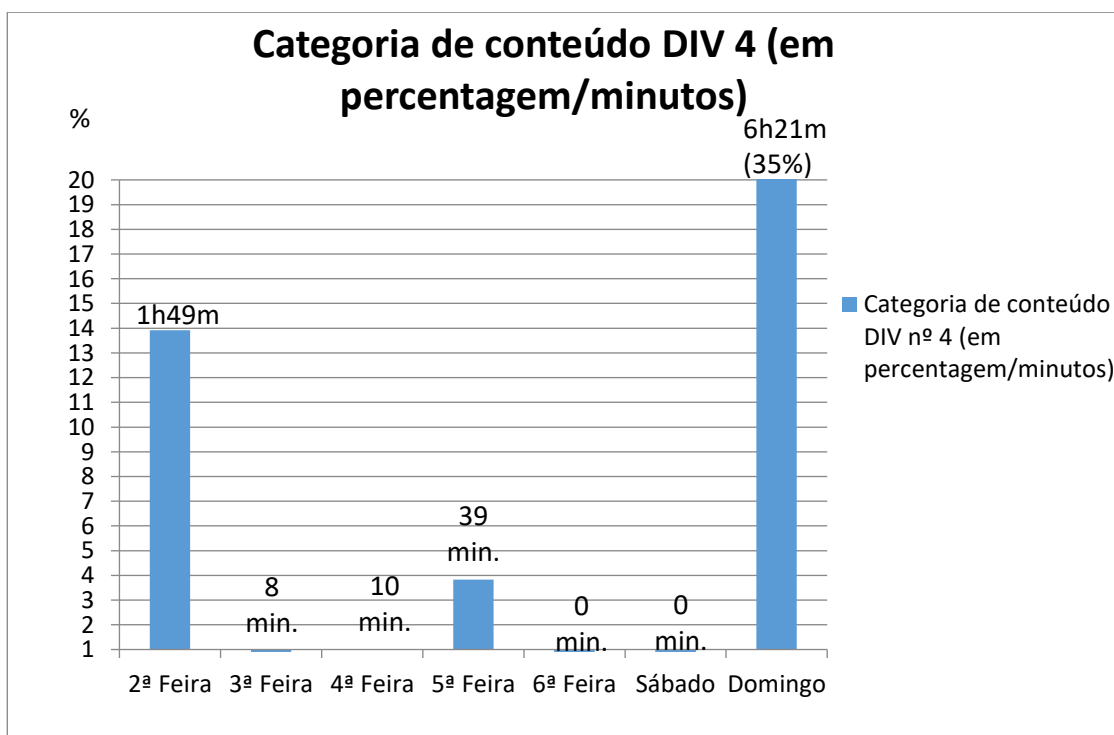
A Praça (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira; sábado): 104 (2ª feira) + 104 (3ª feira) + 104 (4ª feira) + 104 (5ª feira) + 104 (6ª feira) + 51 minutos (Sábado) – Talk-show. Programa que preenche as manhãs dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios do Porto, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Agora Nós (2ª feira; 3ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 60 (2ª feira) + 180 (3ª feira) + 100 (5ª feira) + 67 minutos (6ª feira) – Talk-show. Programa que preenche as tardes dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios de Lisboa, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Eucaristia Dominical (Domingo): 64 minutos – Religioso. Celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor, centro da vida da Igreja Católica.

Voz do Cidadão (Sábado): 18 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)



Observando os valores apresentados verificamos que esta categoria obteve o maior resultado, ao nível de incidência, nesta série temporal (ver ponto 4.1). Ao todo foram contabilizadas 9 horas e 34 minutos de conteúdos referentes ao património nacional/local, ou seja, uma frequência de 6%. Tal fator deveu-se, em larga escala, à transmissão de programas e rubricas dedicadas à apreciação das aldeias de Portugal concorrentes ao título de “Maravilha de Portugal”. O programa “Agora Nós” promoveu esta iniciativa através da apresentação diária de uma aldeia. Quinze minutos de promoção ao local com a participação de cada Presidente da Junta de Freguesia, fazendo-se acompanhar por uma figura pública residente da região e, para o efeito, padrinho/madrinha da aldeia.

Ainda no programa “Agora Nós”, e no enquadramento dos festejos dos Santos Populares, as comemorações serviram de enquadramento para reportagens acerca das tradições lisboetas dedicadas ao Santo António. Neste sentido, apresentaram-se os “tronos de Santo António” e a cultura tradicional representativa da cidade de Lisboa (ver ponto 3.2).

Durante a emissão de segunda-feira (dia 5 de junho) pudemos ainda acompanhar a emissão do programa de debate “Pós e Contrás” (ver ponto 3.1) dedicado ao tema “Portugal, Porque te quero!” no qual se debateu acerca dos fatores que conduzem à confluência de turistas em território nacional.

No decorrer da emissão de domingo pode-se verificar que 6 horas e 21 minutos da programação foram inteiramente dedicados à proteção do património nacional através da transmissão segmentada do programa “7 Maravilhas de Portugal – aldeias”, transmitido em direto da Zambujeira do Mar e com convidados defensores de todas as aldeias concorrentes. Ainda neste dia, durante o horário noturno, foi emitida uma gala de revelação das aldeias finalistas

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

A Praça (2ª, 4ª, 5ª feira): 5 minutos (2ª feira) + 10 minutos (4ª feira) + 39 minutos (5ª feira) – Proteção do património e da cultura nacional/local – Talk-show. Programa que

preenche as manhãs dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios do Porto, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

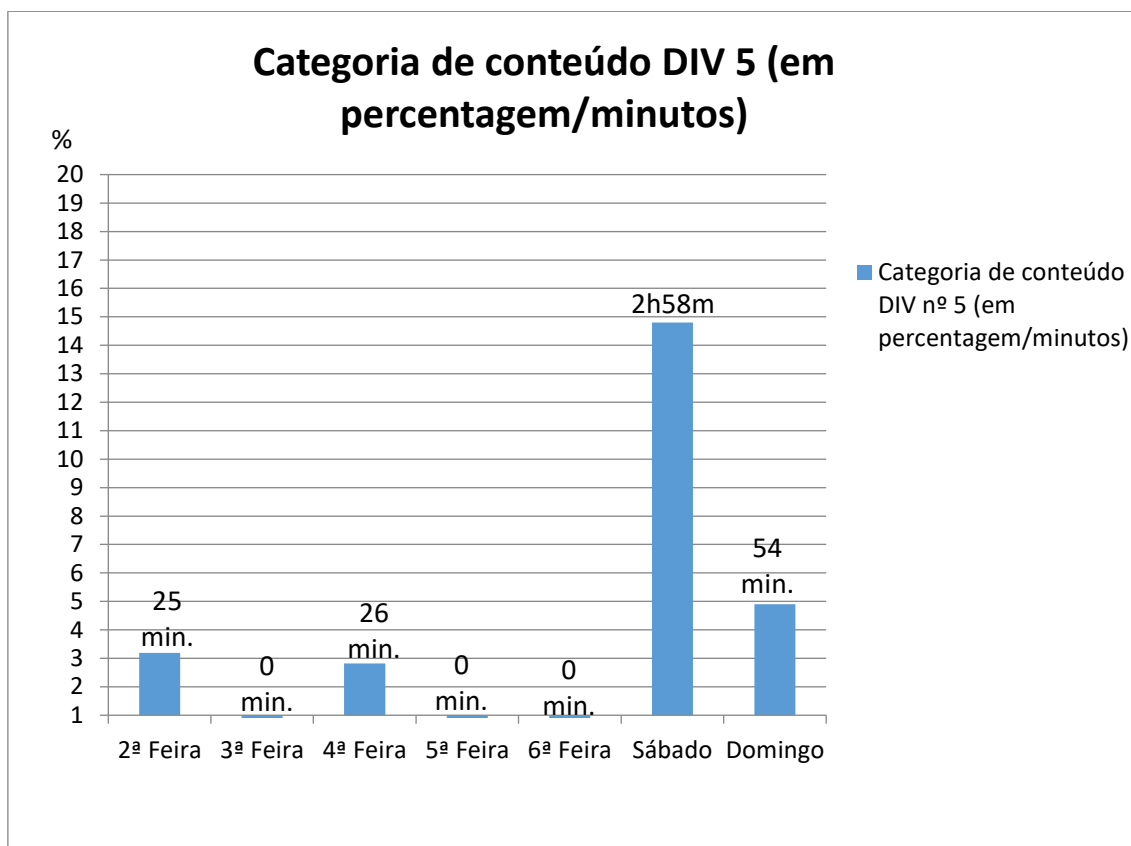
Prós e Contras (2ª feira): 88 minutos - Proteção do património e da cultura nacional/local – Entrevista/Debate. Programa transmitido semanalmente e que procura debater temas importantes da atualidade, com convidados diversos e ligados ao mesmo.

Agora Nós (2ª, 3ª, 5ª feira): 8 minutos (2ª feira) + 8 minutos (3ª feira) + 19 minutos (5ª feira) - Proteção do património e da cultura nacional/local – Talk-show. Programa que preenche as tardes dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios de Lisboa, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

7 Maravilhas de Portugal – Aldeia (Domingo): 86 minutos + 93 minutos + 59 minutos - Proteção do património e da cultura nacional/local – Concurso. Competição cujo objetivo é apurar as melhores aldeias nacionais de acordo com sete categorias representativas (“aldeias de mar”, “aldeias – monumento”, “aldeias ribeirinhas”, “aldeias rurais”, “aldeias remotas”, “aldeias autênticas” e “aldeias em áreas protegidas”).

7 Maravilhas de Portugal – Aldeias: Gala Pré-finalistas (Domingo): 143 minutos - Proteção do património e da cultura nacional/local – Concurso. Competição cujo objetivo é apurar as melhores aldeias nacionais de acordo com sete categorias representativas (“aldeias de mar”, “aldeias – monumento”, “aldeias ribeirinhas”, “aldeias rurais”, “aldeias remotas”, “aldeias autênticas” e “aldeias em áreas protegidas”).

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva (DIV 5)



Ao todo nove programas evidenciaram esta categoria obtendo-se, assim, uma presença de 3% entre todas as categorias DIV, ou seja, 4 horas e 43 minutos desta série temporal. Este resultado adveio da soma de todos os programas cujo conteúdo programático se destacou da restante padronização dos canais de televisão. Neste âmbito, os documentários surgem como um exemplo de diversidade de programação (ver ponto 3) juntamente com programas humorísticos, programas dedicados a videojogos, à saúde e à culinária. Deve-se destacar a transmissão do programa “Voz do Cidadão” (ver ponto 3.6), também emitido na RTP2, cujo propósito é promover a interação entre o canal de televisão e os espectadores. Para isso, o provedor do telespectador responde a todas as críticas e perguntas enviadas pelos espectadores.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

— Life to Come (2ª feira): 25 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;

- Magazine RTP Arena eSports (4ª feira): 26 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender (Sábado): 5 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Diga Doutor (Sábado): 41 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Voz do Cidadão (Sábado): 18 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Príncipes do Nada (Sábado): 13 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Linha da Frente (Sábado): 41 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Donos Disto Tudo (Sábado): 60 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Colesterol: A Grande Farsa (Domingo): 54 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 06h30 e decorre até às 05h50, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (5 de junho)

10h00 - A Praça - Talk-show - 104 minutos – Disponível em RTP Play. Promoção da “Festa do Pão de Portugal”, em Albergaria-a-Velha, de 9 a 11 de junho, que procura mostrar algumas das variedades de pão que existem em Portugal – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local (15 minutos). Transmissão em direto, ao longo de

todo o programa, do “Festival Hortíssima” no Parque Central da Maia, 2ª edição do Festival que promove o estilo de vida saudável como comemoração do Dia Mundial do Ambiente. Estreia da rubrica “Avós d’A Praça” espaço dedicado às avós de Portugal – 31 minutos - Categoria: Idosos/ Experiências de envelhecimento.

15h47 - Agora Nós -Talk-show - 60 minutos – Disponível em RTP Play. A região da Zambujeira do Mar, em Odemira, surge representada como uma das 49 aldeias candidatas ao título de “Sete maravilhas de Portugal - Aldeias”. Para representar a aldeia de mar convidaram o Presidente da Câmara de Odemira - José Pedro Guerreiro, uma figura pública natural da zona - Tim dos Xutos e Pontapés e um comerciante local, Daniel Correia do restaurante “Costa Alentejana” – 24 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura local.

21h53 - Prós e Contras – Debate/ Talk-show – 88 minutos. O tema do debate desta semana foi “Portugal, Porque te Quero!”, sobre as principais razões que levam os estrangeiros a querer viver e investir em Portugal. O programa contou com a participação de Elísio Summavielle (Presidente do Centro Cultural de Belém e ex-secretário de Estado da Cultura), Mário Ferreira (CEO Douro Azul), Ronaldo Bonacchi (ator Italiano residente em Portugal), o chef José Avillez e Francisco Goiana da Silva (Global Shapers) juntos discutiram sobre a cultura e a economia do país. Todo o programa é DIV – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local.

23h18 - Life to Come – Documentário (falado em francês) – 51 minutos. Do realizador Claudio Capanna, o documentário belga (legendado em português) retrata a luta pela sobrevivência dos gémeos prematuros Eden e Léandro, e do medo constante da sua mãe Laurence. No final, os bebés já saudáveis saem do hospital acompanhados pelos pais. Todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva.

3.2 3ª Feira (13 de junho)

10h00 - A Praça – Talk-show - 104 minutos – Disponível em RTP Play. Como comemoração do dia de Santo António as Marchas de Lordelo abrem o programa. Fausto Silva, Presidente do Centro Cultural Lordelense é convidado para falar sobre as

preparações para as marchas, sobre o guarda-roupa tradicional e o reavivar da tradição através da participação de marchantes jovens (13 minutos). Recordaram-se as Marchas Lisboaetas, nomeadamente a de Alfama, marcha vencedora (2 minutos). Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real foi ao programa promover as marchas de Vila Real e as festas da Cidade referindo que o seu objetivo é descentralizar a cultura das marchas (3 minutos). Transmissão em direto da Feira Nacional de Agricultura, o maior certame agrícola do país. São entrevistados campinos do Ribatejo para falarem sobre os 64 anos de história da feira, sobre a vida no campo, sobre o que é ser se campino nos dias de hoje e sobre a importância da agricultura no século XXI – agricultura digital (5 minutos) - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. O historiador Joel Cleto vai ao programa falar sobre a História e as tradições do Santo António (6 minutos). São convidados do programa dois artesãos que transformam a sua devoção em obras de arte através da confeção da figura do Santo António (5 minutos). Refere-se a venda do Pirlampo Mágico 2017 e, como promoção, divulga-se o trabalho da instituição CERCIAAG em Águeda - 2 minutos - Categoria: Pessoas com necessidades especiais. Para promoverem a corrida de S. João no Porto são convidados do programa Jorge Teixeira – membro da organização e um participante com 77 anos que explica de que forma é que consegue manter-se fisicamente ativo com a sua idade - 7 minutos - Categoria: Experiências de envelhecimento. O Grupo das Tricaninhas do Antuã são convidadas do programa para apresentarem os trajes tradicionais das tricanas desde 1983 até aos dias de hoje (7 minutos). Os últimos convidados do programa, Delfim Manuel – artesão fundador da “Confraria do Caco” e José Novais – colecionador de Santos e presidente da confraria, vão ao programa promover o artesanato de Santo Tirso (13 minutos).

15h00 - Agora Nós – Talk-show - 180 minutos – Disponível em RTP Play. A rubrica “Agora, Conta-nos” com Isabel Angelino apresentou as diversas tradições associadas à figura do Santo António e a história do Santo associada à Igreja Casa Museu e à Igreja de Santo António (13 minutos). Numa visita ao Centro Social Polivalente S. Cristóvão e S. Lourenço Isabel Angelino mostra como são as comemorações do Santo António neste lar - 10 minutos - Categoria: Experiências de envelhecimento. O repórter do programa visitou os tronos de Santo António (tradição lisboeta) em Arroios, na Penha de França, na

Madragoa e em Alfama - 8 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

3.3 4ª Feira (21 de junho)

10h00 - A Praça - Talk-show – 104 minutos – Disponível em RTP Play. São convidados desta emissão do programa Teófilo Cunha, Presidente da Câmara Municipal do Faial e Iolanda Vieira, professora no concelho de Santana. Juntos apresentam a aldeia do Faial como concorrente ao título de “7 Maravilhas de Portugal” e falam sobre o património da aldeia - 10 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Transmissão de uma reportagem sobre os imigrantes portugueses em Genebra (“Ainda vale a pena ser imigrante?”). Como é ser-se imigrante na Suíça e preservar a cultura portuguesa? - 5 minutos – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural.

22h40 - Cá por Casa com Herman José – Best of... Este episódio foi o resultado de uma compilação dos melhores momentos transmitidos durante toda a temporada. Todo o programa é DIV devido ao seu género humorístico - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

01h22 - Magazine RTP Arena eSports T01E19 - Magazine/Talk-show – 26 minutos. Todo o programa é DIV por ser um programa exclusivamente dedicado a jogos virtuais - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

3.4 5ª Feira (29 de junho)

10h00 – A Praça - Talk-show – 104 minutos – Disponível em RTP Play. Acompanhamento em direto das festas de S. Pedro em Felgueiras: entrevista a locais e transmissão do cortejo. Inácio Ribeiro, Presidente da Câmara de Felgueiras é entrevistado no cortejo das flores para falar sobre as tradições associadas ao S. Pedro - 4 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Apresentação do projeto das varinas de S. Pedro na Afurada – “Varinas de ontem, Afurada de hoje”. Este projeto procura dar a conhecer as tradições populares associadas às varinas - 20 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Apresentação do Mercado Romano de Tongobriga em Marco de Canavezes. Manuel Moreira, presidente da Câmara de Marco de Canavezes e Luísa Sousa da organização explicam que este evento social

procura promover a cultura da comunidade local - 15 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

16h00 - Agora Nós - Talk-show – 100 minutos – Disponível em RTP Play. A aldeia de Santa Clara – a – Velha em Odemira é uma das candidatas ao título de “Sete Maravilhas – Aldeias de Portugal”. Neste contexto, o grupo etnográfico “Gentes do alto Mira” foi ao programa fazer uma demonstração dos usos e costumes da aldeia com personagens representativas das profissões de ovelheiro, almocreve, sardineiro, das feirantes, ceifeira e mulher das tripas. José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira esteve presente para falar sobre os elementos históricos da aldeia - 19 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Entrevista a Mafalda Lira de 37 anos que sobreviveu a dois linfomas no período de 12 anos, atualmente vive com uma incapacidade física de 70%. O “Agora Nós” foi acompanhar um dia na vida da Mafalda para perceber de que forma é que combate contras as dificuldades que enfrenta no seu dia-a-dia. Mafalda foi ao programa divulgar a sua petição pública “Uma luta por mim e por todos” em defesa das pessoas com incapacidade. O objetivo da petição é consciencializar a população para a necessidade de redução horária no trabalho para pessoas com incapacidades físicas -26 minutos – Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

3.5 6ª Feira (7 de julho)

10h00 - A Praça- Talk-show – 104 minutos – Disponível em RTP Play. Esta emissão do programa contou com a participação do coro musical “Spirit Alive”, um grupo coral de jovens de Vancouver no Canadá cujo diretor artístico é António Araújo, um luso-canadiano cuja família emigrou para o Canadá. O grupo coral é constituído por filipinos, chineses e portugueses alunos do 11º ano de uma escola secundária de Vancouver - 20 minutos – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo. Transmissão em direto do festival SER + Cultura uma iniciativa na Vila de Sernancelhe em Viseu, uma iniciativa que junta gastronomia, arte, desporto e literatura. Neste contexto foi feita uma demonstração de atividades físicas para os seniores - 3 minutos – Categoria: Experiências de envelhecimento.

16h55 – Agora Nós – Talk-show – 67 minutos – Disponível em RTP Play. A segunda parte do programa é inteiramente dedicada à história de Andreia Vasconcelos, autora do blogue “Tomás my special Baby”. Andreia foi surpreendida no dia do nascimento do filho ao dar à luz um bebé com trissomia 21, sem que qualquer exame o pudesse prever. Tomás, agora com três anos, realiza diariamente cinco terapias diferentes na companhia da mãe. Andreia vai ao programa com o objetivo de lutar contra o preconceito que existe sobre a doença - 17 minutos – Categoria: Pessoas com necessidades especiais; Género e discriminação.

22h52 – Portugueses pelo Mundo T8E19: Medellín- Todo o programa é DIV por ter como objetivo demonstrar a vida de vários portugueses espalhados pelo mundo. Este episódio foi dedicado a Medellín na Colômbia - Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo.

3.6 Sábado (15 de julho)

Observação: Os programas infantis não foram contabilizados por serem igualmente transmitidos na RTP2.

12h05 – Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender – Outros – 5 minutos – Disponível em RTP Play. Programa sobre receitas culinárias, episódio sobre a receita de sopa de cação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

12h19 – Diga Doutor T02E27 – Talk-show/Magazine - 41 minutos – Disponível em RTP Play. Episódio sobre as doenças do rim: quais os sintomas e os tratamentos a realizar – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

14h14 – Voz do Cidadão T06E19 – Magazine - 18 minutos – Disponível em RTP Play. Episódio sobre os concursos televisivos da RTP, curiosidades sobre os programas e as audiências. É transmitida a opinião e os comentários dos espectadores acerca do regulamento, do apresentador e da aplicação do programa Brainstorm, aos quais o

produtor do programa e o apresentador respondem – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

20h45 - Linha da Frente T19E22 – A Árvore da Vida – Informação Não-diária - 41 minutos – Disponível em RTP Play. Episódio sobre os procedimentos alternativos ao parto medicamente assistido - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

22h26 – Donos Disto Tudo T03E22 – Humor – 62 minutos – Disponível em RTP Play. Quatro comediantes (Eduardo Madeira, Manuel Marques, Heitor Lourenço e Joana Pais de Brito) apresentam *sketches* de humor variados – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

3.7 Domingo (23 de julho)

Observação: Os programas infantis não foram contabilizados por serem igualmente transmitidos na RTP2.

11h34 – 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias T1E13 Azenhas do Mar – Sintra – Talk-show – 86 minutos – Disponível em RTP Play. A eleição das 7 Maravilhas de Portugal procura dar a conhecer o património nacional, nesta emissão em direto das Azenhas do Mar deram a conhecer todas as aldeias nomeadas à categoria de melhor aldeia de Portugal – aldeias de Mar: Azenhas do Mar, Costa Nova, Fajã dos Cubres, Ferragudo, Porto Covo, Porto Moniz e a Zambujeira do Mar. Foram convidados do programa o Presidente da Junta de Freguesia de Colares – Rui Santos, o Padrinho da aldeia – Pedro Rodil, bandas locais, o Presidente do Parques do Monte da Lua – Manuel Batista, o Ministro da Economia – Miguel Caldeira Cabral, o Presidente da Câmara Municipal de Sintra – Basílio Horta, Fernando Caçoilho – Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, João Emanuel – Presidente da Câmara de Porto Moniz. A emissão deste programa foi dividida em três segmentos diferentes transmitidos ao longo do dia - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

14h19 – Sociedade Recreativa T03E15 – Salvador Sobral e Júlio Resende – Talk-show/ Magazine – 61 minutos. Transmissão de uma reportagem sobre os bastidores da gala de eleição das aldeias pré-finalistas ao título de Sete Maravilhas de Portugal. Reportagem com o cantor angolano Yuri da Cunha que vem a Portugal dar um concerto no Teatro Tivoli (2 minutos). Categoria: O conteúdo intercultural, pluralidade das expressões e vozes.

15h20 – 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias T1E13 Azenhas do Mar – Sintra – Concursos – 93 minutos – Disponível em RTP Play. Todo o programa é DIV- Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. (Continuação)

19h00 – 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias T1E13 Azenhas do Mar – Sintra – Concursos – 59 minutos – Disponível em RTP Play. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. (Continuação)

21H10 - 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias: Gala Pré- Finalistas 2017 T01E03 – Concursos – 143 minutos – Disponível em RTP Play. As Azenhas do Mar, em Sintra, e a Pajá dos Cubres nos Açores foram eleitas as aldeias pré-finalistas na categoria de aldeias de mar. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

02h14 – Colesterol: A Grande Farsa – Documentário – 54 minutos – Disponível em RTP Play. Documentário sobre o colesterol e sobre a forma como foi construído o dogma de que o colesterol é uma ameaça para a saúde. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP1 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 1 hora e 36 minutos = 9% dos conteúdos DIV e 1% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 35 minutos = 3,3% dos conteúdos DIV e 0,3% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 1 hora e 29 minutos = 8,5% dos conteúdos DIV e 1% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 9 horas e 7 minutos = 52% dos conteúdos DIV e 6% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 4 horas e 43 minutos = 27% dos conteúdos DIV e 3% do tempo total de emissão sem informação diária.

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 154 horas e 39 minutos

4.2.2 De emissão sem os programas de informação: 113 horas e 43 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 17 horas e 30 minutos = 11%

4.2.3.1 2ª Feira = 3 horas e 10 minutos (24%)

4 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 20 minutos (2,2%)

3 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 39 minutos (4,2%)

2 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 1 hora e 5 minutos (6,4%)

2 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 37 minutos (4,4%)

3 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 3 horas e 24 minutos (17%)

3 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 7 horas e 17 minutos (40%)

4 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil: 2 horas e 56 minutos = 2%

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 17 horas e 40 minutos
= 11,4%

3.4 Análise da programação da RTP1 de 4/9 e 22/10 de 2017

1 Descrição geral da programação da RTP1 durante o período

Com o objetivo de analisarmos os conteúdos DIV presentes na grelha de programação da RTP1 procedemos, numa primeira fase, à análise de todos os programas transmitidos no decorrer de uma série temporal. Contabilizou-se um dia por cada semana, perfazendo o total de 81 programas transmitidos entre os dias 4 de Setembro e 22 de Outubro. Cada programa foi categorizado de acordo com o seu género ou conteúdo apresentado.

Desta forma, numa primeira categoria agrupámos os “Concursos” de entretenimento como o “Preço Certo” e o “Brainstorm”. De seguida, surge a categoria “Documentário” da qual fazem parte todos os programas transmitidos dentro deste género, independentemente do tipo de conteúdos que apresentam. Na categoria “Entrevista, Talk-show e Magazine” estão inseridos todos os programas de entrevistas e de debates, condensados num único grupo por conterem características semelhantes. Em quarto lugar agrupámos na categoria “Ficção” todas as séries, telenovelas e filmes de teor nacional e internacional. A categoria “Infantil” surge da necessidade de analisar individualmente todos os programas de entretenimento direcionados para o público mais jovem. Já os programas dedicados à informação foram divididos em dois segmentos, “Informação Diária” e “Informação Não-diária”, definidos consoante a periodização de cada programa.

Numa segunda categorização segmentámos as categorias “Cultural”, “Desporto”, “Entretenimento”, “Humor”, “Musical” e Religioso” de forma a englobarmos todos os programas cujo teor justificava uma categoria isolada das restantes. Justificou-se a criação de uma categoria de “Entretenimento” pela existência de programas como “Luís de Matos – Impossível” e o “The Voice Portugal” cujas características não se adequavam noutra categorização. Na verdade, “The Voice Portugal” poderia ser classificado como um programa de concursos, no entanto o seu género (*talent-show*) exige a participação de um grupo de concorrentes fixo ao contrário, por exemplo, do “Preço Certo” cujos participantes variam de programa para programa. Da mesma forma,

a categoria “Musical” tornou-se necessária nesta série temporal pela transmissão do programa, classificado de igual forma pela RTP1, “Miguel Araújo ao Vivo no Coliseu do Porto”.

Por último, na categoria “Outros” foram agrupados todos os programas cujo género televisivo não se coaduna com as restantes categorias tais como as “Televentas”, o “Direito de Antena” e o concurso institucional “Fatura da Sorte”.

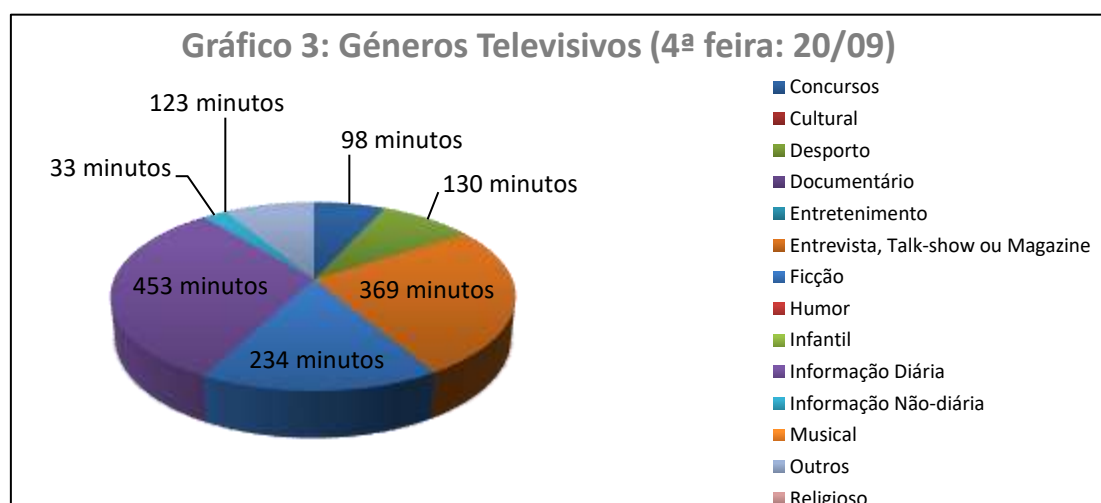
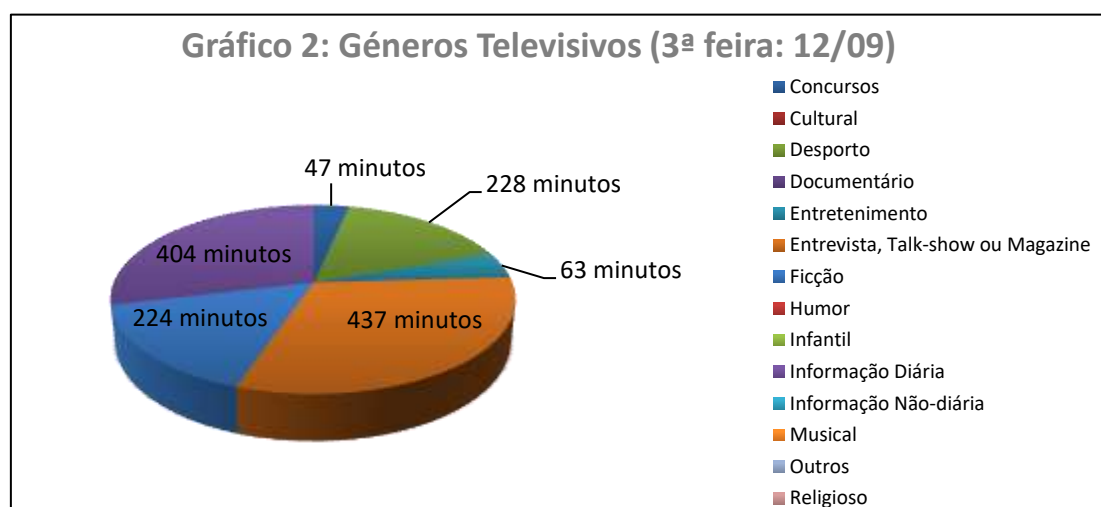


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 27/09)

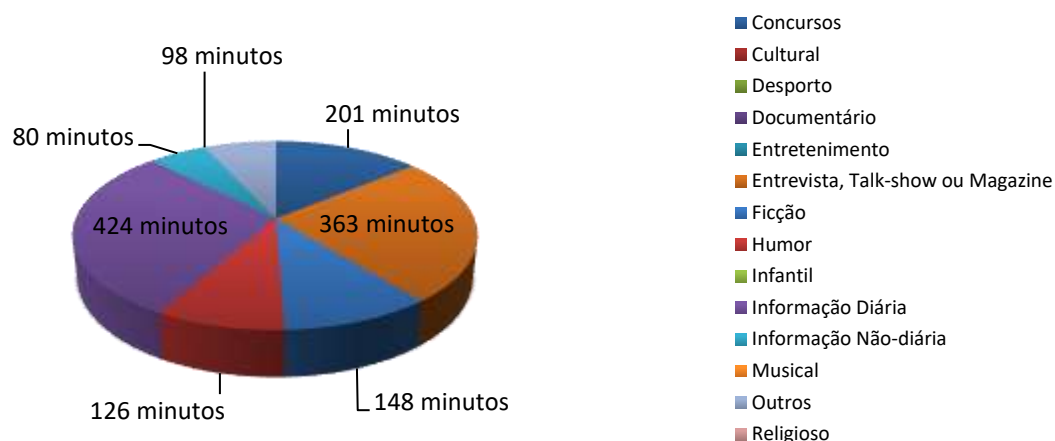


Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 6/10)

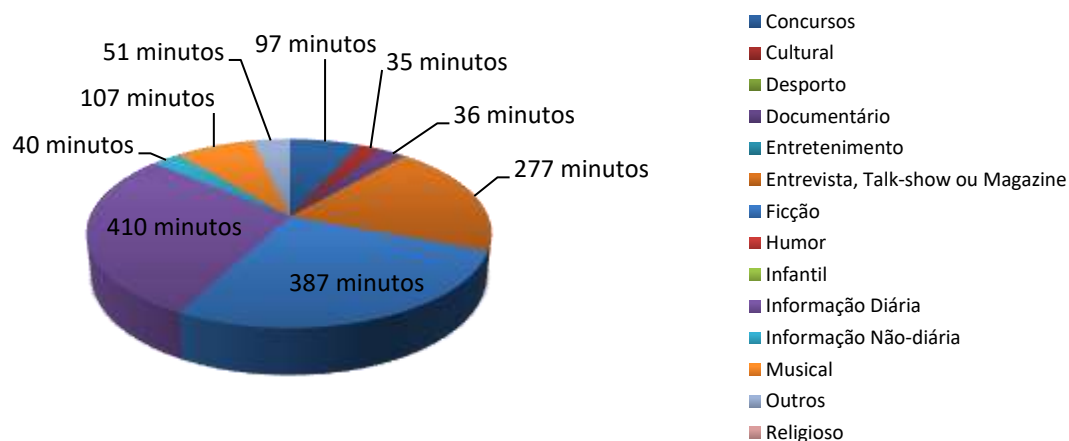
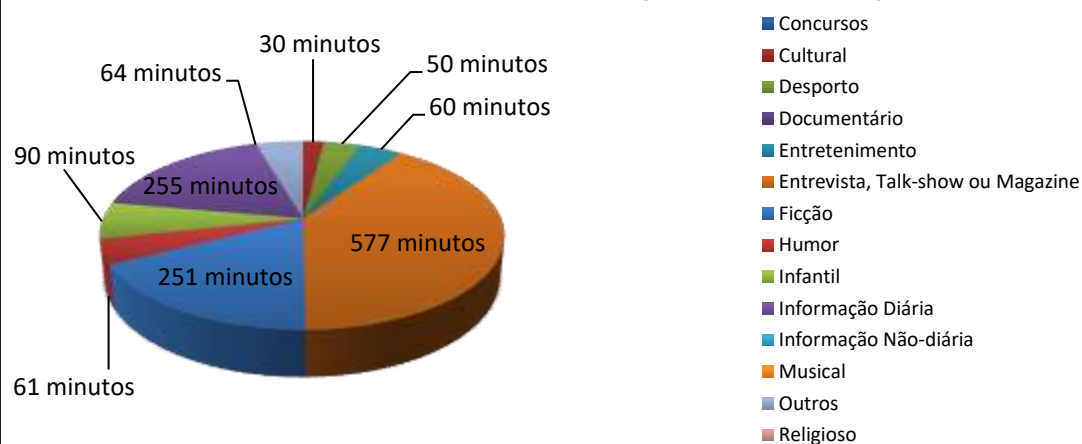
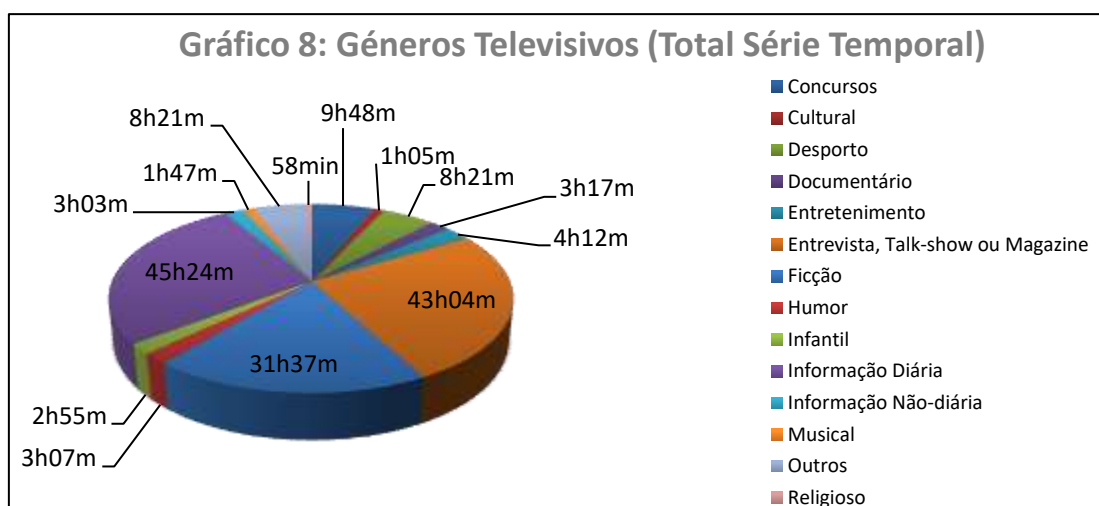
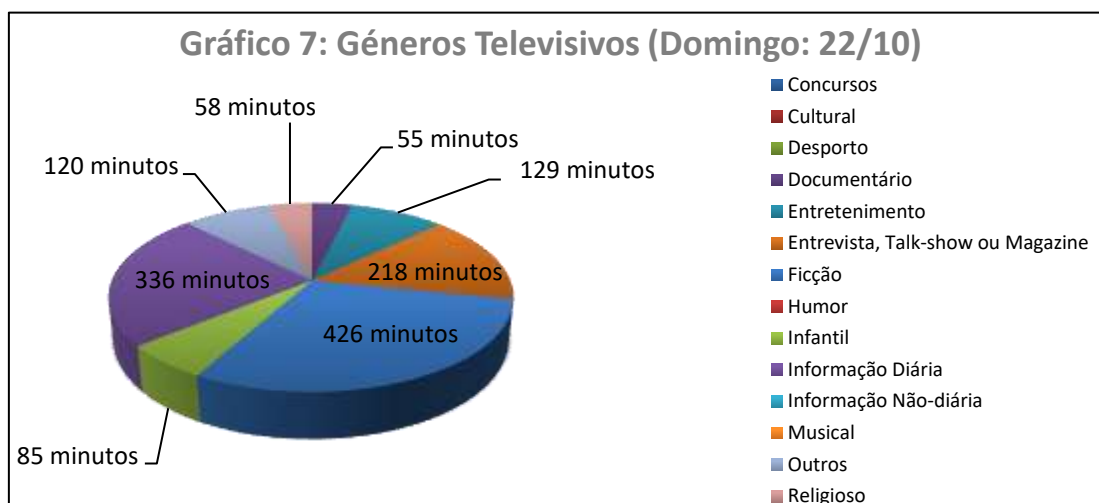


Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 14/10)





Através da observação dos gráficos acima representados, podemos concluir que a “Informação Diária” foi a categoria que obteve o maior valor de representação nesta série temporal. Verificou-se que 27% da grelha de programação foi reservada a programas deste teor, contabilizados num total de 45 horas e 24 minutos ao longo da série temporal e numa média de 6 horas e 29 minutos diários (ver gráficos de 1 a 7). Foram classificados nesta categoria os programas “Bom dia Portugal”, “Jornal da Tarde”, “Portugal em Direto”, “Telejornal” e “Manchetes 3” com uma presença assídua na programação diária entre os 18% e os 31%. A informação diária está distribuída entre três períodos do dia, com uma maior incidência no horário noturno. Na verdade, cada período da programação inicia-se com um dos cinco programas aqui considerados. É ainda necessário salientar que, embora os programas “Manchetes 3” e “Portugal em

Direto” não tenham sido transmitidos em dois dos dias analisados (por sua vez na quinta-feira e no sábado), foram classificados como informativos diários devido aos conteúdos que apresentam.

A próxima categoria obteve uma incidência de 26% na grelha de programação, resultado das 43 horas e 4 minutos de “Entrevista, Talk-show ou Magazine”. Para esta classificação foram contabilizados quinze programas com conteúdos e géneros totalmente díspares. Entre eles, no género de entrevista, a “Grande Entrevista” e o “Parlamento”, do género magazine a “Hora dos Portugueses”, “Futebol Liga dos Campeões – Magazine”, “Arq.3”, “Voz do Cidadão”, “Janela Indiscreta”, “Consigo” e “Magneto” e, por último, como talk-show os programas “A Praça”, “Agora Nós”, “5 Para a Meia-noite”, “Sociedade Recreativa”, “Diga Doutor”, “Aqui Portugal” e “Filhos da Nação”. Na programação de sábado esta categoria conseguiu alcançar os 40% de presença devido, maioritariamente, ao tempo de emissão do “Aqui Portugal”. Já no domingo obteve uma incidência de 12% alcançando o seu valor mais baixo desta série temporal, resultado da transmissão de programas de ficção. Em média, esta categoria esteve dividida em quatro programas diários num total de 6 horas e 9 minutos dispersos em horário.

A categoria com o maior número de abrangência de programas foi a “Ficção” com um tempo total de 31 horas e 37 minutos e 19% de presença na programação desta série temporal. Foram contabilizados no total 19 programas de ficção entre séries e filmes internacionais e nacionais. As séries “Bem-vindos a Beirais” e “O Sábio” são uma presença assídua na programação de segunda a sexta-feira, nomeadamente no horário entre as 14h00 e as 16h00. Mas foi na programação de domingo que mais se evidenciou esta categoria, com 30% de ocupação em 7 horas e 6 minutos maioritariamente dedicados a filmes internacionais no período da tarde. Em geral a RTP1 aposta numa média diária de 4 horas e 31 minutos de ficção, predominantemente de produções internacionais. Na verdade, de todos os programas inseridos nesta categoria somente seis são nacionais, entre os quais constam ainda “Caminhos de Alma – Fátima”, “Madre Paula”, “Vá Cavar Batatas” e “Caminhos da Irmandade”. Dos restantes programas constam três séries britânicas (“O Vale da Felicidade”, “No Mundo de Dickens” e “Rainha Vitória”), um filme indiano (“Os filhos da meia-noite”) e sete séries e filmes norte-

americanos (“Marte”, “Lendas do Futuro”, “Anatomia de Grey”, “Flash”, “Poseidon”, “Jobs” e “Num outro Tom”).

Em quarto lugar surge a categoria “Concursos” com uma assiduidade na programação de 6%, traduzida em 9 horas e 48 minutos, resultado da transmissão dos programas “O Preço Certo”, “Brainstorm” e “A minha mãe cozinha melhor do que a tua”. A média diária calculada é de 1 hora e 24 minutos, no entanto esta série temporal não teve qualquer programa deste teor na programação do fim de semana. Ainda assim, os programas “O Preço Certo” e “A minha mãe cozinha melhor do que a tua” foram uma presença assídua na programação com exceção para o dia 12 de setembro (terça-feira) cuja habitual transmissão d’ “O Preço Certo” foi substituída pela “Liga dos Campeões”. Também a transmissão d’ “A minha mãe cozinha melhor do que a tua” foi substituída no dia 4 de setembro (segunda-feira) pelo campeonato mundial de Hóquei em Patins. Os três programas que constituem esta categoria apresentam conteúdos e géneros totalmente díspares, mas apostam todos numa participação aberta a qualquer espetador interessado em participar.

Com 5% do tempo total da série temporal surge a categoria “Outros”, na qual as 8 horas e 21 minutos que a perfazem são de programas cujo género e/ou conteúdo não se coadunavam noutra categoria. Como tal, estão aqui englobados os programas “Televentas”, “Fatura da Sorte” e “Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender”. Este conjunto de programas, em termos de variedade temática, divide-se entre um concurso institucional (“Fatura da Sorte”), um formato comercial (“Televentas”) e um programa de culinária (“Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender”). Deste grupo, apenas as “Televentas” foram transmitidas mais do que uma vez, com a única exceção no dia 12 de setembro (terça-feira). O valor mais alto de presença desta categoria (9%) foi verificado na emissão de quarta-feira (gráfico 3) precisamente pela duração das “Televentas”.

A seguinte categoria alcançou, curiosamente, a mesma percentagem e o mesmo tempo de emissão que a categoria “Outros”. Assim, também a categoria de “Desporto” alcançou 5% do tempo de emissão da série temporal resultado das 8 horas e 21 minutos contabilizados. Foi na emissão de terça-feira (12 de setembro) que alcançou o maior nível de presença da série temporal com 3 horas e 48 minutos de transmissão divididos

entre as 19h30 e as 23h55. Neste dia, a categoria de desporto fez um total de 16% (ver gráfico 2) com a “Liga dos Campeões 2017/2018”, a “Liga dos Campeões Flash e Golos” e o programa “Gurus do Futebol”. Foram ainda contabilizados nesta categoria mais dois programas (“Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins” e “A Grandiosa Enciclopédia do Ludopédio”).

Em sétimo lugar surge a categoria “Entretenimento” com 3% de participação na programação desta série temporal. Esta categoria surge pela necessidade de classificar os programas “The Voice Portugal” e “Luís de Matos – Impossível” cuja categorização não se adequava a nenhuma outra categoria. Como tal, a transmissão destes programas fez um total de 4 horas e 12 minutos, alcançando no domingo (22 de outubro) o seu valor mais elevado com 2 horas e 9 minutos de “The Voice Portugal”.

A categoria “Documentário”, representada em 3 horas e 17 minutos durante a série temporal, alcançou um total de 2% de presença na grelha da programação. Aqui foram classificados os programas “A Casa das Mães”, “Gorongosa Paraíso Renascido” e, num registo diferente, “Portugueses pelo Mundo”. Se, por um lado, a transmissão do documentário “A Casa das Mães” foi na segunda-feira em horário noturno, o documentário “Gorongosa Paraíso Renascido” surge na programação no período da manhã de domingo. Já “Portugueses pelo Mundo” surge nesta categoria também no horário noturno de sexta-feira. Há, enfim, uma clara escolha desta categoria para o horário noturno.

A seguinte categoria surge maioritariamente evidenciada na programação de quinta-feira (28 de setembro). Assim, surge em nono lugar a categoria de “Humor” com 2% de presença na programação, calculada atendendo às 3 horas e 7 minutos de transmissão de programas deste teor. Desta categoria fazem parte os programas “Donos disto Tudo”, “John Oliver” e “The Daily Show”. Destes três programas somente “Donos disto Tudo” é uma produção nacional, cuja transmissão foi inclusivamente repetida na programação.

A transmissão de programas informativos não diários obteve uma duração de 3 horas e 3 minutos ao longo da série temporal perfazendo, assim, 2% dos géneros televisivos transmitidos. Desta categoria, de “informação Não-diária”, contabilizaram-

se todos os programas classificados pela RTP como informativos, mas cuja periodicidade é, regra geral, de uma vez por semana. Por sua vez, deste grupo fazem parte os programas “Decisão Nacional”, “Palavra aos Diretores”, “Linha da Frente”, “Network Negócios” e “Sexta às 9”. Destes programas dois são de jornalismo de investigação e reportagem (“Sexta às 9” e “Linha da Frente”), dois de debate (“Decisão nacional” e “Palavra aos diretores”) e um magazine informativo sobre o mundo dos negócios (“Network Negócios”). Verificou-se ainda haver uma notória preferência para a exibição destes programas no horário noturno.

Com o mesmo valor percentual (2%), contabilizaram-se 2 horas e 55 minutos de programas de conteúdo infantil nas emissões de sábado e de domingo (14 e 22 de outubro). Esta categoria, “Infantil”, foi somente verificada na programação do fim de semana no horário entre as 06h30 e as 08h00, numa média de 1 hora e 27 minutos diários. Cada um dos dias contou com 6% de presença da categoria “Infantil”, com uma diferença de cinco minutos a mais na programação de sábado.

Na programação infantil, designada por “Espaço Zig Zag”, foi contabilizado um total de onze programas de desenhos animados entre os quais se encontram: “Ele há Histórias”, “Os Bochechas”, “Jelly Jamm”, “Visiokids – ciência para crianças”, “Zig Zag”, “Rita e o não sei quê”, “Angelina Bailarina”, “Yoohoo e Amigos”, “Emília, a Contadora de Histórias”, “Missão Abóbora” e “Thomas e os seus Amigos”. Deste conjunto de programas foram apenas analisados a “Rita e o não sei quê” e “Emília, a Contadora de Histórias” por serem os únicos cuja transmissão, atual, é exclusiva da RTP1 (ver ponto 3.6 e 3.7). Os restantes programas são também transmitidos na RTP2.

Na presente série temporal justificou-se a existência da categoria “Musical” para a classificação do programa “Miguel Araújo ao vivo no Coliseu” transmitido na madrugada de sexta-feira (ver ponto 3.5). Com esta transmissão esta categoria alcançou 1% de presença na grelha de programação, resultante da 1 hora e 47 minutos de concerto.

Por fim, a categoria “Cultural” esteve também presente em 1% da emissão da série temporal. Foi somente na emissão de sexta-feira e de sábado (dias 6 e 14 de outubro) que foram transmitidos programas deste teor. Aqui, contabilizaram-se ao todo

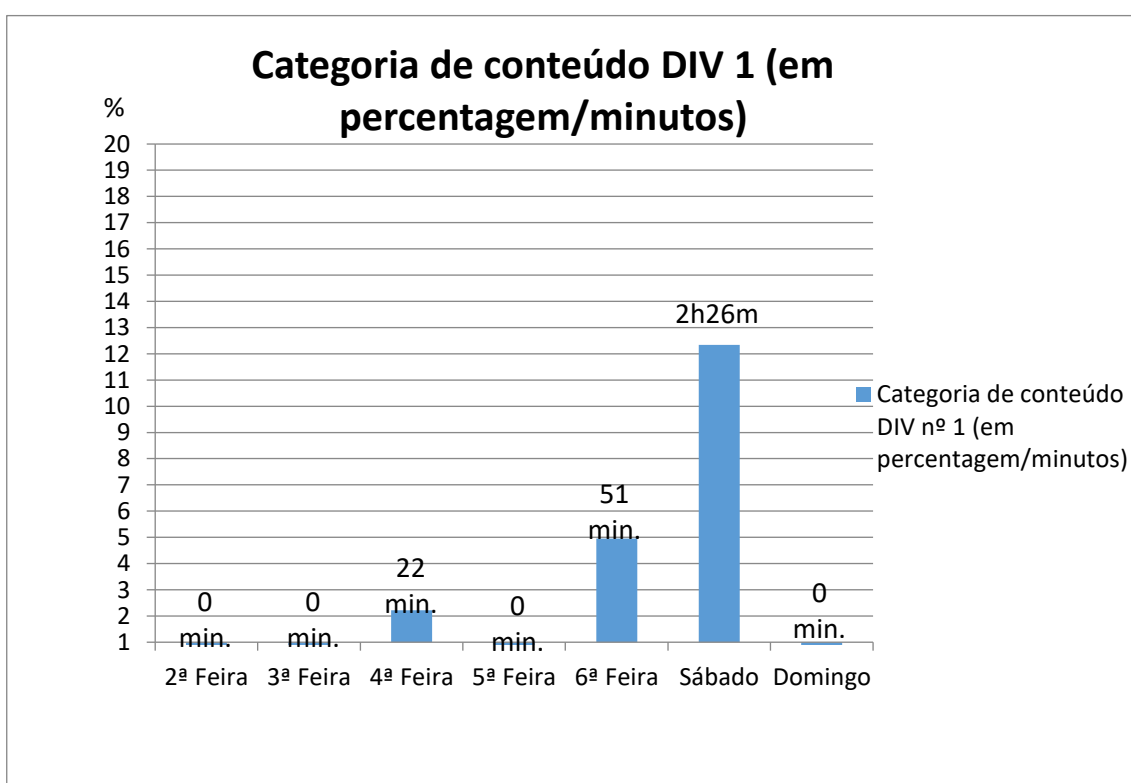
65 minutos somados a partir da transmissão do programa “Todas as Palavras”, “Volta ao Mundo” e “As horas extraordinárias”.

Já a última categoria, com menor valor de expressão na grelha de programação, foi a “Religioso” na qual se contabilizou apenas a transmissão da “Eucaristia Dominical” no domingo (dia 22 de outubro). Esta categoria ficou, assim, com apenas 1% de participação na programação, resultado dos 58 minutos foram aqui contabilizados.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Bom dia Portugal”, “Jornal da Uma”, “Portugal em Direto”, “Jornal da Noite” e “Manchetes 3” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes (DIV 1)

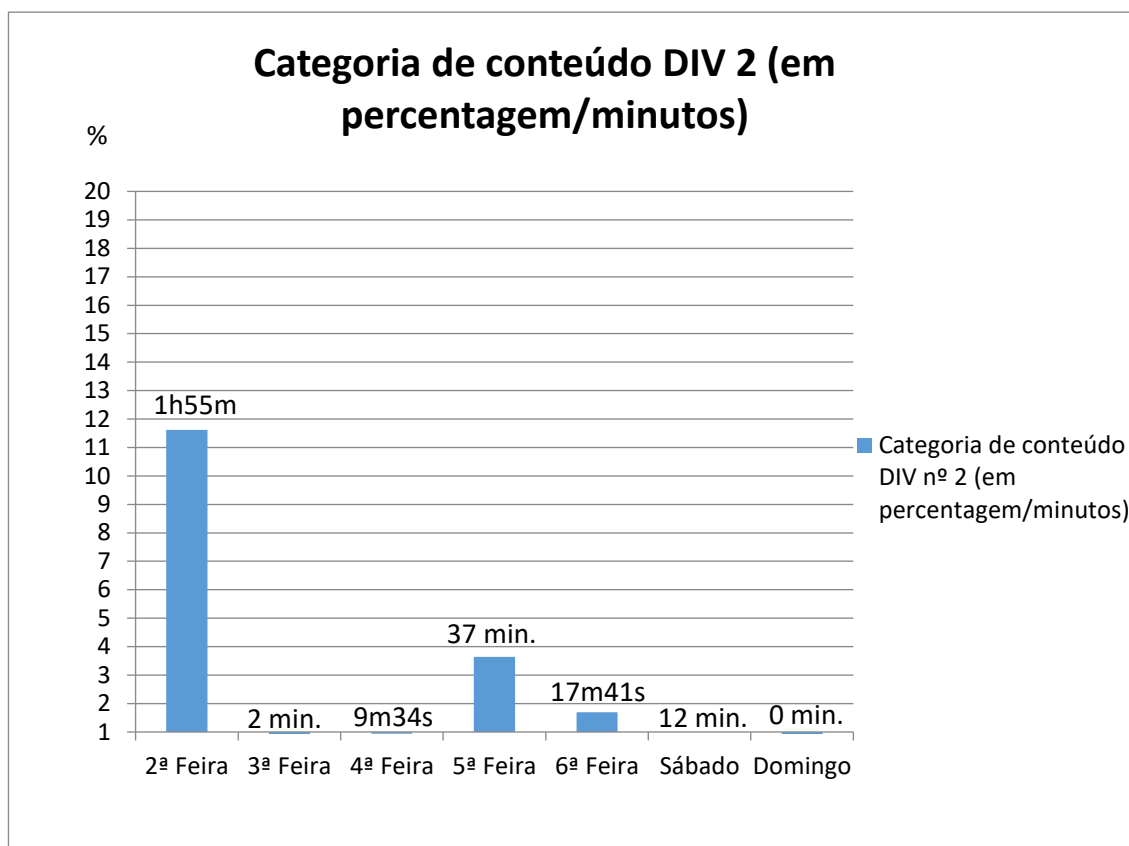


Ao longo desta série temporal foram transmitidos cinco programas inseridos nesta categoria, somando-se um total de 3 horas e 39 minutos maioritariamente sobre “diversidade cultural, étnica e linguística”. Na emissão de sábado esta subcategoria alcançou o maior nível de presença (12%) a partir da transmissão do filme indiano “Os Filhos da Meia-noite” (ver ponto 3.5). Mas contabilizando toda a emissão da série temporal, esta categoria esteve presente somente em 3% da programação analisada. De todos os programas aqui inseridos, é de referir que a abordagem desta categoria é evidenciada principalmente pela transmissão dos programas “Portugueses pelo Mundo” e “Volta ao Mundo”, cujo conteúdo se foca na herança cultural que determinados países ou, antes, regiões podem transportar. Verificou-se também a falta de abordagem da subcategoria “Pluralidade de expressões e vozes”.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (3ª feira): 1m30 segundos (3ª feira) – A diversidade cultural, étnica e linguística;
- Agora Nós (4ª feira): 22 minutos - O conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Portugueses pelo Mundo (6ª feira): 36 minutos - A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Volta ao Mundo (6ª feira): 15 minutos – O conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Os Filhos da Meia-noite (Sábado): 146 minutos – A diversidade cultural, étnica e linguística.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação (DIV 2)



A presente categoria alcançou 1% de presença na emissão da série temporal, calculada a partir das 3 horas e 12 minutos aqui contabilizadas. Estabelecemos aqui a distinção entre as subcategorias “Questões da juventude” e “subculturas juvenis”, admitindo que esta última se direciona às variações de grupo, estilos e hábitos juvenis ao passo que a primeira é mais abrangente em termos de conteúdo. Neste sentido, verificou-se nesta série temporal a falta de presença das “subculturas juvenis”, ao contrário das “Questões da juventude” que foi a subcategoria mais contabilizada desta categoria.

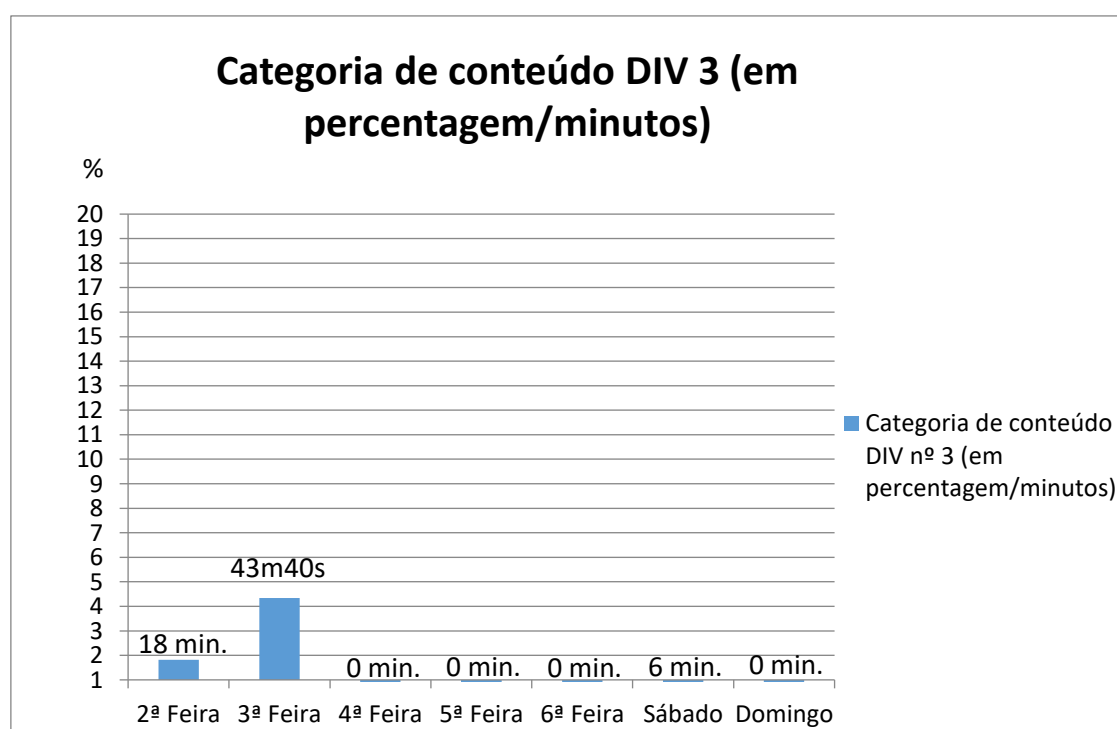
Neste âmbito, verificámos que a série “O Sábio” contribuiu para o desenvolvimento desta subcategoria ao ter exposto, em mais do que um episódio, a história de duas personagens adolescentes que decidem ir viver juntos e, mais tarde, casar (ver ponto 3). Já a subcategoria “Inclusão/exclusão sociocultural” englobou maioritariamente questões de aceitação de pessoas com necessidades especiais por

parte da sociedade (ver ponto 3.6). Por último, a subcategoria “Género e discriminação” foi contabilizada a partir da emissão de quinta-feira do talk-show “Agora Nós” (ver ponto 3.4) com a presença de quatro convidadas candidatas à Câmara Municipal de Mourão. Durante esta entrevista foi reforçado o facto de nesta autarquia existirem somente candidatas do sexo feminino ao cargo político.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (2ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 5 minutos (2ª feira) + 09m34 segundos (4ª feira) + 15 minutos (5ª feira) + 17m41 segundos – Inclusão/exclusão sociocultural; As questões da juventude; Género e discriminação;
- O Sábio (2ª feira, 3ª feira, 5ª feira): 4 minutos (2ª feira) + 2 minutos (3ª feira) + 7 minutos (5ª feira) – As questões da Juventude;
- A Casa das Mães (2ª feira): 106 minutos – As questões da Juventude;
- Agora Nós (5ª feira): 15 minutos – Género e discriminação;
- Consigo (Sábado): 12 minutos – Inclusão sociocultural.

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento (DIV 3)



Como se pode observar pelo gráfico acima representado, a presente categoria foi a que obteve o valor mais baixo de representação nesta série temporal. No total somaram-se 67 minutos a partir dos seis programas aqui contabilizados, verificando-se a sua incidência em somente 1% da grelha de programação. Foram aqui inseridos, maioritariamente, programas com temáticas relacionadas com “Idosos e experiências de envelhecimento”, devido à transmissão de terça-feira (12 de setembro) dos talk-shows “A Praça” e “Agora Nós” (ver ponto 3.2).

Neste sentido, no programa “A Praça” discutiu-se o isolamento social dos idosos numa tentativa de desmistificar a questão e se discutirem formas possíveis de o combater. Já no “Agora Nós”, a presença de dois septuagenários concorrentes ao programa “The Voice” contribuiu também para a contabilização desta categoria. Adicionalmente nas séries de ficção nacional “Bem-vindos a Beirais” e “O Sábio” foi desenvolvida esta questão na emissão de segunda-feira (ver ponto 3.1).

No que diz respeito à subcategoria “Pessoas com necessidades especiais” verificámos a presença desta temática no programa de entretenimento “Luís de Matos – Impossível”, com a participação de um mágico canadiano que nasceu sem mãos e sem pés, mas que, ainda assim, não se deixa limitar pela sua incapacidade física. Também a transmissão do programa “Consigo” (ver ponto 3.6) contribuiu para o desenvolvimento desta categoria com uma reportagem sobre um bebé de três anos diagnosticado com Trissomia 21.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- O Sábio (2ª feira): 02m10 segundos - Idosos e experiências de envelhecimento;
- Bem - vindos a Beirais (2ª feira): 16 minutos – Idosos e experiências de envelhecimento;
- A Praça (3ª feira): 15 minutos – Idosos e experiências de envelhecimento;
- Agora Nós (3ª feira): 22 minutos – Idosos e experiências de envelhecimento;
- Luís de Matos – Impossível (3ª feira): 6m46 segundos – Pessoas com necessidades especiais;
- Consigo (Sábado): 6 minutos – Pessoas com necessidades especiais.

Optámos apenas por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

A Praça (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira, 6ª feira): 87 minutos (2ª feira) + 133 minutos (3ª feira) + 133 minutos (4ª feira) + 133 minutos (5ª feira) + 133 minutos (6ª feira) + 60 minutos (Sábado) – Talk-show. Programa que preenche as manhãs dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios do Porto, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

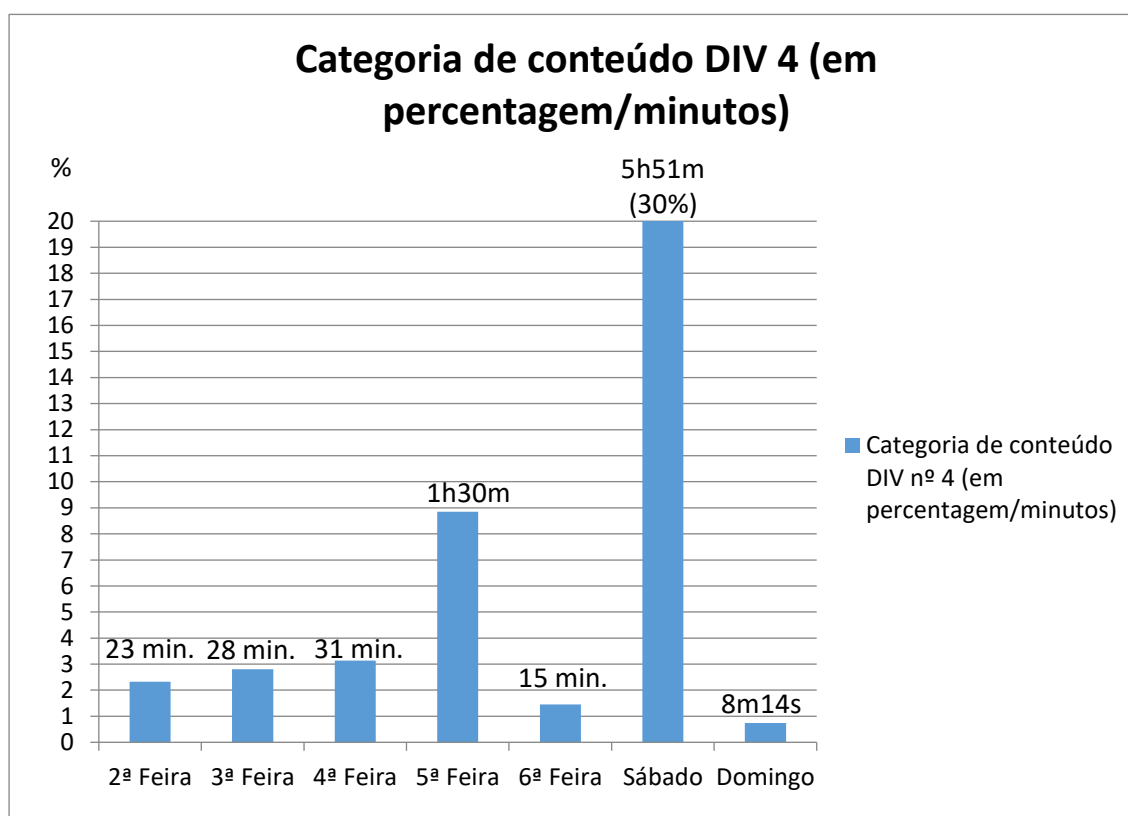
Agora Nós (2ª feira; 3ª feira, 4ª feira, 5ª feira, 6ª feira): 135 minutos + 139 minutos (3ª feira) + 136 minutos (4ª feira) + 124 minutos (5ª feira) + 127 minutos (6ª feira) + 64 minutos (Sábado) – Talk-show. Programa que preenche as tardes dos dias úteis na RTP1. A partir dos estúdios de Lisboa, aqui conhecem-se pessoas e histórias através da conversa com convidados diários.

Voz do Cidadão (Sábado): 28 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública.

Consigo (Sábado): 31 minutos – Magazine. Programa dedicado à inclusão sociocultural através da partilha de histórias sobre pessoas com necessidades especiais.

Eucaristia Dominical (Domingo): 58 minutos – Religioso. Celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor, centro da vida da Igreja Católica.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)



Observando os valores apresentados em todas as categorias, podemos verificar que esta categoria foi a que alcançou o maior nível de assiduidade na grelha de programação. Foram contabilizadas 9 horas e 6 minutos de conteúdos especificamente direcionados para a “proteção do património e da cultura nacional/local”.

Na análise da programação de sábado, verificou-se que a transmissão do programa “Aqui Portugal” contribuiu exponencialmente para o desenvolvimento desta categoria. Podemos inclusivamente classificá-lo como o programa que concebe maior destaque à cultura nacional, devido principalmente ao tempo de duração da sua emissão. No total esta categoria alcançou 7% de presença na grelha da programação, verificando-se ainda que foi a única categoria presente em todos os dias de análise.

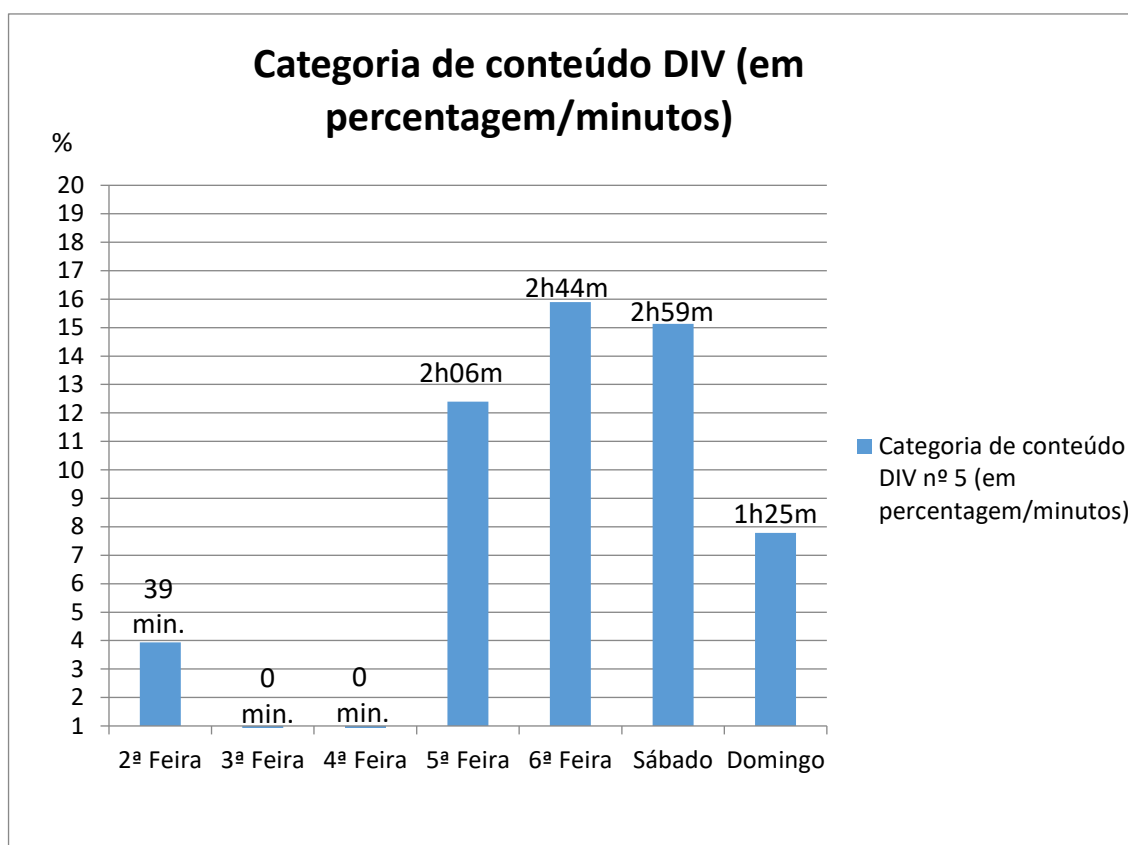
Adicionalmente, o programa “A Hora dos Portugueses”, cujo género é magazine diário, contribuiu para que esta categoria fosse desenvolvida a partir de uma perspetiva mais abrangente. Isto porque neste programa noticia-se a conservação e divulgação da cultura nacional nas comunidades emigrantes presentes em vários pontos do mundo. Denotou-se ainda uma tendência geral para a presença de fadistas nos programas de

talk-show “A Praça” e “Agora Nós”. Curiosamente foi registado por duas vezes, em dias diferentes, a presença do grupo musical de cante alentejano “Os Vocalistas” cujo reportório é inteiramente oriundo do cancioneiro alentejano.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Praça (2ª feira, 4ª feira, 5ª feira, 6ª feira): 3 minutos (2ª feira) + 12 minutos (4ª feira) + 15 minutos (5ª feira) + 15 minutos (6ª feira) – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Agora Nós (2ª feira, 3ª feira, 4ª feira, 5ª feira): 20 minutos (2ª feira) + 13 minutos (3ª feira) + 7 minutos (4ª feira) + 20 minutos (5ª feira) - Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Hora dos Portugueses (3ª feira, 4ª feira, 5ª feira, domingo): 15 minutos (3ª feira) + 12 minutos (4ª feira) + 11 minutos (5ª feira) + 08m14 segundos - Proteção do património e da cultura nacional/local;
- O Sábio (5ª feira): 1 minuto – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Network Negócios 2017 (5ª feira): 43 minutos – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Aqui Portugal - Ílhavo (Sábado): 321 minutos – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- As Horas Extraordinárias (Sábado): 30 minutos – Proteção do património e da cultura nacional/local.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva (DIV 5)



A presente categoria alcançou uma expressão de 8% na análise da programação. Estabeleceu-se, assim, como a segunda categoria com mais presença nesta série temporal. No total foram aqui contabilizadas 8 horas e 1 minuto, divididos em catorze programas transmitidos ao longo dos sete dias de análise. Esta categoria é a única cuja contabilização de cada programa se obteve a partir do valor total da sua emissão, o que em muito contribuiu para que atingisse estes valores de presença.

Os programas aqui inseridos diferenciaram-se quer pelo seu conteúdo quer pelo seu género. Assim, classificámos os programas humorísticos como “Diversidade de géneros de programação televisiva”, dada a escassez deste tipo de programas em toda a programação do canal. Também o programa de entretenimento “Luís de Matos – Impossível” foi aqui classificado pelo tipo de conteúdo que apresenta assim como os documentários porque, comparativamente à restante programação do canal, é invulgar a sua transmissão.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Marte (2ª feira): 47 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- John Olivier (5ª feira): 38 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- The Daily Show: Global Edition (5ª feira): 34 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Donos Disto Tudo (5ª feira): 54 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Todas as palavras (6ª feira): 20 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Arq. 3 (6ª feira): 17 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Volta ao Mundo (6ª feira): 15 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Miguel Araújo ao Vivo no Coliseu do Porto (6ªfeira): 107 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender (Sábado): 16 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Diga Doutor (Sábado): 45 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Voz do Cidadão (Sábado): 28 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Luís de Matos – Impossível (Sábado): 60 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Donos disto Tudo (Sábado): 61 minutos - Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Caminhos da Irmandade (Domingo): 30 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva;
- Gorongosa Paraíso Renascido (Domingo): 55 minutos – Diversidade de géneros de programação televisiva.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 06h30 e decorre até às 06h29. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (4 de setembro)

10h00 - A Praça - Talk-show – 87 minutos – Disponível em RTP Play. Na primeira parte desta emissão do programa foi mencionada a gala final de eleição das “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias” na qual as aldeias vencedoras foram: Dornes (Aldeia Ribeirinha), Sistelo (Aldeia Rural), Fajã dos Cubres (Aldeia de Mar), Piódão (Aldeia Remota), Castelo Rodrigo (Aldeia Autêntica), Monsaraz (Aldeia Monumento) e Rio de Onor (Aldeia em área protegida) - 3 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Foi apresentado o projeto “Somos Mais”, desenvolvido pela Cruz Vermelha Portuguesa com o objetivo de empregar pessoas carenciadas. Este projeto pretende ser uma marca social com obtenção de lucros a favor da Cruz Vermelha Portuguesa pela venda de artigos artesanais – 5 minutos - Categoria: Inclusão sociocultural.

14h15 - O Sábio - Ficção T1 EP162: 43 minutos – Disponível em RTP Play. Neste episódio as personagens Gabriel e Ana Marta, casal de namorados de 17 anos, decidem ir viver juntos para ganharem independência – 02m38 segundos – Categoria: As questões da juventude. Mais tarde, a personagem Gabriel, de 17 anos, comunica aos pais que vai sair de casa para ir viver com a namorada – 01m30 segundos – Categoria: As questões da juventude.

15h00 – Bem-vindos a Beirais T3 EP122 – “Carregosa, Olé”- Ficção – 50 minutos – Disponível em RTP Play. Este episódio desenrola-se em redor das personagens adeptas do clube de futebol de S. João da Carregosa, rivais do clube futebolístico de Beirais. Ao longo do episódio a personagem Olga começa a ter episódios de falta de memória e vai ao médico da aldeia, Dr. Nuno, que ao fazer-lhe análises percebe que os episódios de falta de memória são o resultado da toma de medicamentos para a ansiedade – 16 minutos - Categoria: Idosos, experiências de envelhecimento.

15h45 – Agora Nós – Talk-show – 135 minutos – Disponível em RTP Play. Foram convidados desta emissão do programa a banda “Os Vocalistas”, um grupo formado em 2015 que procura promover o cante alentejano – 20 minutos - Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local. Os atores da peça “Rabo de Saia” (Almeno Gonçalves, Joaquim Nicolau, António Melo e Fernando Ferrão) foram ao programa promover a sua peça de teatro sobre a transexualidade. Esta entrevista não foi considerada como conteúdo DIV porque visou somente promover a peça de teatro e não se falou sobre a temática da transexualidade.

21h54 – A Casa das Mães – Documentário – 106 minutos. Disponível em RTP Play. Documentário sobre a instituição social “Casa de Santo António, em Lisboa fundada em 1931 pelo médico obstetra Pedro da Cunha. Esta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) presta apoio a 20 mães adolescentes desprotegidas. Este documentário expõe a vida de cada uma das mães que vive na associação e explora o percurso de cada uma delas pela casa: o que as levou até lá e quais os projetos de vida de cada uma. Todo o programa é DIV - Categoria: As questões da juventude.

23h30 – Marte T1 EP1 “Assombro” – Ficção – 47 minutos. Disponível em RTP Play. Este programa, classificado pela RTP como documentário, combina a ficção com um registo documental. A ação passa-se em 2033 e desenrola-se em redor da conquista da humanidade em Marte. Todo o programa é DIV devido à variedade de género que apresenta – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

3.2 3ª Feira (12 de setembro)

10h00 - A Praça- Talk-show – 133 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). No âmbito do programa “The Voice Portugal” foram convidados do programa os concorrentes Tiago Nacarato (de origens brasileiras) e Ana Paula Rada (de origens romenas) para cantarem e falarem sobre os seus objetivos para o programa (29 minutos). A concorrente Ana Paula ensinou o apresentador Jorge Gabriel a dizer algumas palavras em romeno – 01m30 segundos - Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística. No âmbito do combate à solidão foi apresentado o programa “Eu

tenho um amigo sénior”, uma iniciativa na Póvoa de Lanhoso que pretende consciencializar a população para a existência da solidão. Neste sentido foram convidadas do programa Júlia Machado (psicóloga), Catarina Mota Antunes (participante do projeto), Florinda Rosa Barbosa (participante do projeto) e Eliana Oliveira (técnica do Município da Póvoa de Lanhoso) que procuraram consciencializar as pessoas para o combate do isolamento social - 15 minutos - Categoria: Idosos, experiências de envelhecimento.

14h13 - O Sábio T1 EP168 – Ficção - 40 minutos – Disponível em RTP Play. Neste episódio o casal de jovens de dezassete anos, Gabriel e Rita, foram viver juntos para casa da avó de Rita. A avó, Cândida, demonstrou ser contra a decisão da neta por considerar que os dois jovens são demasiado novos para viverem juntos - 2 minutos - Categoria: As questões da juventude.

15h41 – Agora Nós – Talk-show – 139 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). Paulo Bragança, fadista, foi ao programa cantar dois temas de fado e apresentar o projeto Caixa Alfama. Paula Oliveira, organizadora do projeto, apresentou a programação do festival cujo objetivo é celebrar o fado em Alfama - 13 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. A dupla de septuagenários, António Correia e Alfredo Carvalho, concorrentes do programa “The Voice Portugal” foram ao programa falar sobre as suas experiências musicais e os obstáculos da idade face à concretização de projetos musicais - 22 minutos - Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento.

01h30 – Luís de Matos Impossível T1 EP2 – Entretenimento – 63 minutos – Disponível em RTP Play. Programa de magia que promete desafiar os limites do impossível. O mágico Luís de Matos convidou para esta emissão a atleta Patrícia Mamona e o ilusionista inglês Dynamo. Foi também convidado desta emissão o mágico Canadiano Mahdi Gilbert que nasceu sem mãos e pés e demonstrou que a sua incapacidade física não constitui um obstáculo para a sua profissão – 06m46 segundos – Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

05h44 – Hora dos Portugueses – Informação Não-diária – 15 minutos – Disponível em RTP Play. Programa em género magazine sobre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Nesta emissão foi apresentado o Clube Santacruzense de Londres criado por dois irmãos ex-atletas do Clube Santacruzense da Madeira. O Santacruzense de Londres é o clube de futebol com maior número de imigrantes séniores e jovens portugueses. Foi também apresentado o projeto de venda e confeção de produtos artesanais criados por Jenny Pinheiro, uma lusodescendente que vive na Austrália. Por último, conheceu-se a história de Shawn Desman músico canadense com quinze anos de carreira e neto de imigrantes açorianos. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

3.3 4ª feira (20 de setembro)

10h00 - A Praça - Talk-show – 133 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). O programa iniciou-se com a atuação do grupo de cante alentejano “Os Vocalistas. O grupo, natural de Beja, cantou ao longo do programa três músicas do cancioneiro nacional - 32 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. Foi também convidado Pedro Cruz, aluno da Universidade do Minho, que entrou na Universidade com a média mais alta do país. Pedro ingressou no curso de História com 19,88 valores – 09m34 segundos - Categoria: Experiências da Juventude. No âmbito da 6ª edição do concurso “A Mesa dos Portugueses”, no Museu Marítimo de Ílhavo, foram convidados os vencedores das edições anteriores (Jorge Ribau - vencedor da 5ª edição e Miguel Oliveira – vencedor da 3ª edição) e um membro do júri (Orlando Esteves). Este concurso visa promover a cozinha portuguesa - 12 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

15h44 – Agora Nós – Talk-show – 136 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). Esta emissão do programa começou com rubrica “Médico de Família” com a presença dos médicos João Ramos e Pedro Choy que falaram sobre os benefícios da medicina tradicional chinesa e enumeraram as principais diferenças entre os dois métodos de

saúde. Foi ainda feita uma demonstração de técnicas de acupuntura utilizadas no combate às constipações - 22 minutos - Categoria: O conteúdo intercultural, multiculturalismo. A fadista Maria Armanda foi ao programa cantar o fado “Mãe Solteira” e “Lençóis de Lua” - 7 minutos) - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

05h47 – Hora dos Portugueses – Informação Não-diária – 12 minutos. Disponível em RTP Play. Programa em género magazine sobre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Nesta emissão foi dado a conhecer o trabalho de Caetano Reis e Sousa, investigador em imunologia no “The Francis Crick Institute” que venceu o prémio Louis-Jeantet de Medicina 2017. Artistas de ascendência açoriana expuseram trabalhos de pintura em San José na Califórnia. Na Venezuela um restaurante português procura promover a gastronomia portuguesa. Todo o programa é DIV - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

3.4 5ª feira (27 de setembro)

10h00 - A Praça- Talk-show – 133 minutos – Disponível RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). O repórter Hélder Reis esteve presente nas festas em honra de S. Miguel de Refojos em Cabeceiras de Baixo. A reportagem em direto demonstrou quais as tradições associadas aos festejos, com destaque para os andores que são construídos para desfilar pelas ruas da vila - 20 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

Na última parte do programa foi apresentada a história de Johnson Semedo, um ex-toxicodependente responsável pela “Academia do Johnson no Bairro do Zambujal”. Esta academia procura resgatar os jovens residentes do Bairro do Zambujal para ajudar a combater a exclusão sociocultural - 15 minutos - Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis.

14h13 - O Sábio - Ficção T1 EP180 - 44 minutos – Disponível em RTP Play. Neste episódio, e no âmbito da diversidade cultural, as personagens Rita e Gabriel (adolescentes de 17 anos) foram confrontados pela família da jovem que a forçou a casar com o namorado

por não aceitar que eles vivam juntos sem estarem casados. Mais tarde apercebemo-nos que esta proposta não passa de um estratagema organizado pelo pai e pela avó de Rita numa tentativa de separar o casal. Rita convence o namorado, Gabriel, de que devem casar para contrariar os planos da sua família. No fim do episódio os dois jovens comunicam à família de Rita que aceitaram a proposta e que vão casar para surpresa e desagrado dos familiares - 7 minutos - Categoria: Questões da Juventude. Durante este episódio pôde-se ouvir um grupo de cante alentejano a cantar no café da vila - 1 minuto - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

15h56 – Agora Nós –Talk-show – 124 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). Foram convidadas desta emissão do programa quatro candidatas à Câmara Municipal de Mourão. As quatro candidatas (Ana Bravo, Anabela Caixeiro, Cristina Candeias e Maria Clara Safara) falaram sobre o seu historial político numa entrevista que teve como foco o facto de haver somente mulheres na luta pelo cargo político (15 minutos) - Categoria: Género e discriminação. Numa homenagem a Tony de Matos, figura carismática do panorama cultural português, foi apresentado um medley de músicas da autoria do fadista português, com atuação e interpretação de Carla Ribeiro e Márcio Ferreira - 6 minutos – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local.

00h09 – John Olivier – Humor – 38 minutos – Disponível em RTP Play. Programa satírico apresentado pelo comediante britânico John Olivier. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

00h47 – The Daily Show: Global Edition T1 EP3 – Humor - 34 minutos – Disponível em RTP Play. Programa humorístico que satiriza as notícias que marcam a atualidade, apresentado pelo humorista Trevor Noah. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de género e de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

02h06 – Donos Disto Tudo T3 EP26 – Humor – 54 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com diversos sketches satíricos protagonizados pelos humoristas Eduardo Madeira, Manuel Marques, Heitor Lourenço, Ana Bola e Joana Pais de Brito. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

05h05 – Network Negócios 2017 T04E21 – Informação Não-diária – 43 minutos – Disponível em RTP Play. Este programa, apresentado por Marta Leite Castro, apresenta empresas nacionais que são um sucesso no mercado internacional. Nesta emissão o primeiro convidado foi João Santiago - responsável pela marca Queijo Santiago. Fundada em 1918, a marca de queijos frescos é natural de Castelo Branco e é um exemplo de preservação da gastronomia nacional. De seguida, Esmeraldo Miguel - responsável pela marca Miguel e Miguel, foi ao programa falar sobre a sua marca de derivados de porco preto. Fundada em 1997 a Miguel e Miguel é uma marca alentejana que trabalha na produção e embalamento de carnes. Todo o programa é DIV – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

05h48 – Hora dos Portugueses – Magazine – 11 minutos – Disponível em RTP Play. Programa de género magazine sobre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Nesta emissão foi transmitida uma reportagem sobre a parceria entre o Instituto Cultural Camões e a Escola de Música Angolana que, numa celebração dos quatro anos de parceria, deram um concerto de canto coral com flauta transversal e clarinete. Uma iniciativa que procurou incentivar à formação musical (03m12 segundos). De seguida foi publicitada a exposição do pintor José Marreiro em Lille, França, na qual esteve presente um grupo de cante alentejano (4 minutos). Por último, foram apresentados os doces regionais da marca Maria Cristina, sediada em São Paulo. Esta marca foi criada por imigrantes portuguesas com o objetivo de levar ao Brasil um pouco da doçaria portuguesa (03m17 segundos) – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

3.5 6ª feira (6 de outubro)

10h00 - A Praça - Talk-show – 133 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual (presente durante toda a emissão do programa). O repórter do programa, Hélder Reis, esteve ao longo da emissão a fazer diretos da Feira da Ladra de Vieira do Minho. Esta feira procura celebrar a tradição dos romeiros e dos festeiros da região - 15 minutos - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local. No âmbito da nova lei de combate ao assédio no trabalho foram convidadas do programa a escritora e psicóloga Noémia Carvalho e a advogada Regina Sampaio. Um debate que serviu para explicar quais os tipos de assédio laboral que podem existir, e quais as formas de o combater. Foi ainda transmitida uma reportagem sobre a opinião das pessoas sobre o assédio laboral. A maioria dos inquiridos, sobretudo mulheres, considerou que o assédio no local de trabalho é maioritariamente culpa da mulher – 17m41segundos – Categoria: Género e discriminação.

22h50 – Portugueses pelo Mundo T7 EP18 – Especial Luanda – Documentário – 36 minutos – Disponível em RTP Play. Programa em género documental que acompanha o dia-a-dia de cidadãos portugueses espalhados pelo mundo. Esta emissão foi dedicada à cidade de Luanda e foi apresentada por Bruno Neto, um alentejano de 35 anos que nela habita – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo.

01:19 – Miguel Araújo ao Vivo no Coliseu do Porto – Musical – 107 minutos. Este programa é considerado DIV na sua totalidade devido à escassez de programas de categoria “Musical” presentes na grelha de programação do canal – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

05h40 – Todas as Palavras T2 EP36 – Cultural – 20 minutos – Disponível em RTP Play. Programa em género magazine sobre literatura. A cada emissão é entrevistado um novo autor e discutem-se os livros da semana. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

06h00 – Arq. 3 T3 EP14 – Magazine – 17 minutos. Programa em género magazine sobre arquitetura, design e imobiliário. Este episódio foi dedicado aos edifícios icónicos do Porto, tais como a Livraria Lello e o Descobertas Boutique Hotel. Já pelo Algarve foi dado a conhecer o projeto da Casa Elíptica. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

06h17 – Volta ao Mundo – Cultural – 15 Minutos. Programa sobre viagens apresentado pelo escrito José Luís Peixoto. O programa acompanha o escritor em passeios por diferentes cidades do mundo, dando a conhecer os diferentes hábitos culturais de cada região – Categoria: O conteúdo intercultural, multiculturalismo.

3.6 Sábado (14 de outubro)

Observação: Os programas infantis não foram contabilizados por serem igualmente transmitidos na RTP2, com exceção das séries de animação “Rita e o Não Sei Quê” e “Emília, a contadora de histórias” somente transmitidas na RTP1.

12h00 – Nutrição: Jogar, Cozinhar, Aprender T1 EP29 – Outros - 16 minutos – Disponível em RTP Play. Programa sobre receitas culinárias, episódio sobre a sopa de Outono procurando respeitar a sazonalidade dos alimentos. Considerado DIV na sua totalidade pela variedade de conteúdo que apresenta em relação à restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

12h15 – Diga Doutor T2 EP37 – Talk-show/Magazine - 45 minutos – Disponível em RTP Play. Programa sobre saúde, apresentado pelo médico de família Dr. João Ramos e com convidados semanais especialistas nas temáticas de cada programa. Esta emissão foi sobre o tromboelismo venoso e contou com a presença do oncologista Dr. Sérgio Barroso que explicou quais os sintomas e os tratamentos que a doença exige. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

14h10 – Voz do Cidadão T6 EP26 - Magazine - 28 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com recurso a intérprete de língua gestual. Este programa reúne as respostas do Provedor do Telespectador face às opiniões e questões dos telespectadores. Este episódio foi dedicado ao debate sobre a falta de transmissão televisiva das provas de atletismo de Londres. Procurou-se perceber se a transmissão destas provas é, ou não, do interesse público do país. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

14h38 – Aqui Portugal T5 EP36 – Ílhavo – Talk-show – 321 minutos – Disponível em RTP Play. Programa que promove as culturas locais através da exposição do património nacional. Esta emissão foi dedicada a Ílhavo, em Aveiro, e foi transmitida a partir da sede da Vista Alegre – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

21h10 – Luís de Matos T1 EP6 – Impossível – Entretenimento – 60 minutos – Disponível em RTP Play. Programa de magia que promete desafiar os limites do impossível. Nesta emissão o mágico Luís de Matos convidou o músico português Pete Tha Zouk e o diretor de fotografia Larry Fong para participarem e assistirem a atuações de ilusionistas de diferentes nacionalidades dos quais fizeram parte a dupla francesa “Les Chapeaux Blancs”, o ator coreano Young-Min Kim e o malabarista francês Fred CiePoc. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

22h10 – Donos Disto Tudo T3 EP29 – Humor – 61 minutos – Disponível em RTP Play. Programa com diversos *sketches* satíricos protagonizados pelos humoristas Eduardo Madeira, Manuel Marques, Heitor Lourenço, Ana Bola e Joana Pais de Brito. O programa é considerado DIV na sua totalidade por apresentar características de conteúdo e de género diferentes da restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

00h08 – Os Filhos da Meia-noite – Ficção – 146 minutos. Filme indiano baseado na obra de literatura “Midnight’s Children”, retrata a história de dois bebés que nascem no mesmo hospital e no mesmo dia – assinalado pela Independência da Índia. O filme acompanha a vida dos dois jovens cujas vidas se vão cruzar e relacionar com a situação social do país. O filme é considerado DIV na sua totalidade porque retrata a realidade cultural indiana - Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística.

05h34 – As Horas Extraordinárias T3 EP27 – Cultura – 30 minutos – Disponível em RTP Play. Magazine cultural que reúne os principais acontecimentos semanais do mundo das artes. No presente episódio destacou-se uma reportagem sobre o novo disco de fado do músico Marco Rodrigues (02m10 segundos), outra reportagem com a fadista Ana Moura sobre a sua agenda de concertos nos Coliseus de Lisboa e do Porto (1 minuto) e a promoção do lançamento do novo disco do músico Camané em homenagem ao fadista Alfredo Marceneiro (02m20 segundos). Por último, foi noticiada a edição e o lançamento em CD dos concertos que Amália Rodrigues deu no Coliseu de Lisboa – 02m26 segundos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local (07m56 segundos). Programa também transmitido na RTP2.

06h04 – Consigo T3 EP3 – Magazine – 31 minutos – Disponível em RTP Play – Programa com recurso a intérprete de língua gestual. Magazine dedicado à inclusão sociocultural através da partilha de histórias sobre pessoas com necessidades especiais. Neste episódio foi dado a conhecer o projeto “Deixa o bullying só” desenvolvido pela Associação Anti Bullying de Crianças e Jovens em parceria com o músico João Só (5 minutos). De seguida, foi transmitida uma reportagem sobre o musical “A Fada Juju e a Festa dos Sentidos” protagonizado pela intérprete de língua gestual Paula Teixeira. Este musical tem por objetivo a inclusão de todos os espetadores desde crianças audiovisuais a surdas (5 minutos). Na rubrica “Mais Inclusão” foi apresentado o livro “Cidade Amarela”, escrito por Mónica Chaves Afonso e ilustrado por Inês Ribeiro, uma obra adaptada para daltónicos – 12 minutos - Categoria: Inclusão sociocultural. Andreia Paes de Vasconcelos, autora do blogue “Tomás my special baby” falou sobre a sua experiência enquanto mãe de uma criança com Trissomia 21. Tomás, de três anos, faz cinco terapias

diárias que contribuem para a sua hiperestimulação sensorial (6 minutos) – Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

3.7 Domingo (22 de outubro)

Observação: Os programas infantis não foram contabilizados por serem igualmente transmitidos na RTP2, com exceção das séries de animação “Rita e o Não Sei Quê” e “Emília, a contadora de histórias” somente transmitidas na RTP1.

11h30 – Caminhos da Irmandade: Porto T1 EP6 – Ficção – 30 minutos – Disponível em RTP Play. Série de ficção luso-galega em género documental. Uma série sobre a história das rotas de peregrinação entre Portugal e Santiago de Compostela. Este episódio, dedicado à cidade do Porto, expôs diferentes episódios históricos sobre a cidade desde: a conquista da terra, nomeadamente de Gaia, a história do Infante D. Henrique e da conquista de Ceuta, a origem da Torre dos Clérigos, episódios sobre Afonso de Albuquerque, o Palácio da Bolsa, a Foz do Douro, o Forte de S. João da Foz e, por último, sobre as rotas comerciais e as relações entre Portugal e Inglaterra.

Considerado DIV na sua totalidade pela variedade de conteúdo que apresenta em relação à restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

12h00 – Gorongosa Paraíso Renascido T1 EP5 – Documentário - 55 minutos – Disponível em RTP Play. Série de documentários produzidos por Bob Poole sobre a vida selvagem no Parque Nacional de Gorongosa na África do Sul e em Moçambique. Este episódio centrou-se na invasão dos campos agrícolas da região pelos elefantes africanos de grande porte. Considerado DIV na sua totalidade por ser um género de programa singular em relação à restante programação - Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva.

05h45 – Hora dos Portugueses (Fim de Semana) – Magazine – 34 minutos. Programa em género magazine sobre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Nesta emissão foi transmitida uma reportagem sobre a *Califórnia Portuguese American Coalition* (CIPAC) que promoveu em Sacramento, na Califórnia, uma conferência que

visou alertar a consciência da comunidade portuguesa mais jovem para a participação política (08m13 segundos). De seguida, uma reportagem sobre a comunidade portuguesa na Venezuela, em Ponto Fijo, demonstrou de que forma se pode promover a cultura e a tradição lusitana com a comunidade imigrante. Esta comunidade, em parceria com o Instituto Camões, promove o ensino da língua portuguesa para os lusodescendentes – 08m14 segundos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local.

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP1 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 3 horas e 39 minutos = 15% dos conteúdos DIV e 3% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 1 hora e 15 minutos = 5% dos conteúdos DIV e 1% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 1 hora e 7 minutos = 4,4% dos conteúdos DIV e 1% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 9 horas e 6 minutos = 37% dos conteúdos DIV e 7,4% do tempo total de emissão sem informação diária;

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 9 horas e 48 minutos = 39% dos conteúdos DIV e 8% do tempo de emissão sem informação diária.

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 166 horas e 59 minutos

4.2.2 De emissão sem os programas de informação diária: 121 horas e 35 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 24 horas e 55 minutos = 20%

4.2.3.1 2ª Feira = 1 hora e 37 minutos (10%)

6 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 1 hora, 29 minutos e 4 segundos (9%)

5 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 1 hora, 14 minutos e 24 segundos (7,4%)

3 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 4 horas e 24 minutos (26%)

8 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 4 horas e 2 minutos (23%)

7 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 11 horas e 34 minutos (59%)

8 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 1 hora e 33 minutos (9%)

3 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil (considerada DIV): 37 horas e 49 minutos = 22,5%

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 25h21 minutos = 21%

3.5 Análise da informação diária da RTP1 de 8/1 a 25/2 de 2018

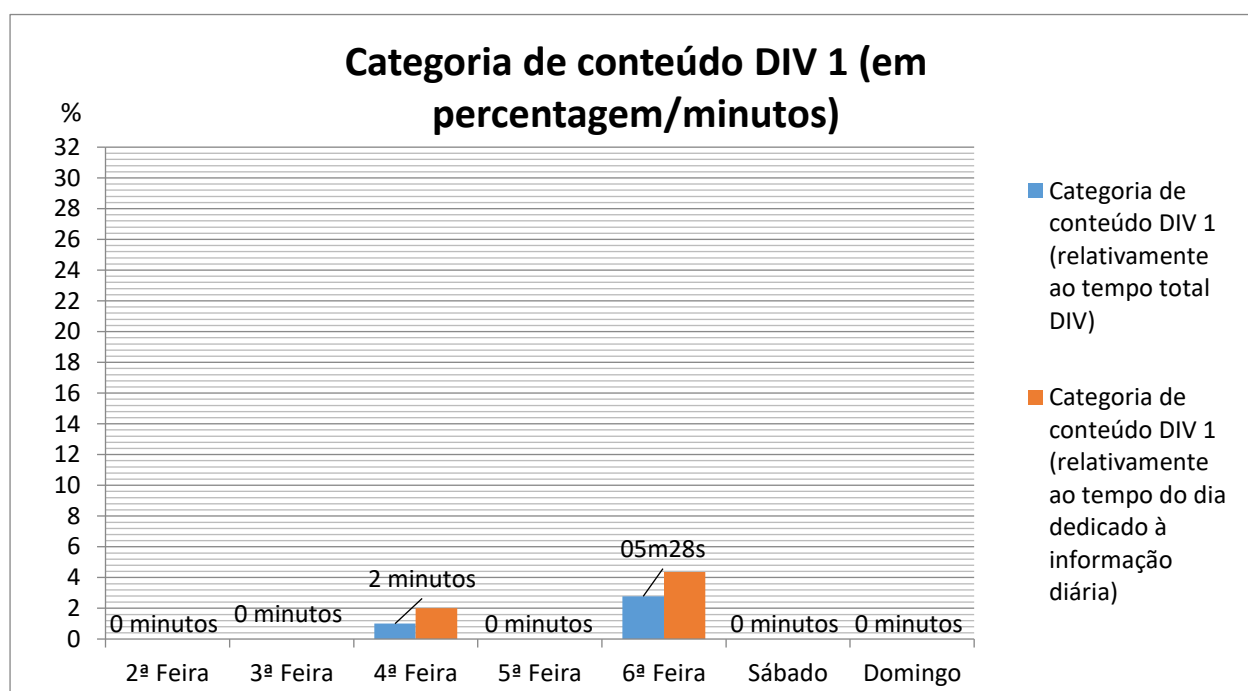
A presente análise constitui um estudo exploratório pontual e suplementar à presente investigação. Trata-se de uma série temporal constituída por sete dias de observação dos programas de informação diária mais relevantes no panorama informativo da RTP1. Analisámos os programas “Jornal da Tarde” e “Telejornal” durante sete dias, distribuídos ao longo de sete semanas, de 8 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018. As categorias de conteúdo e a estratégia metodológica é em geral idêntica ao procedimento adotado para o estudo da programação já apresentado, embora com metodologia adaptada à especificidade da informação diária. A cada visualização procurámos identificar os conteúdos, o tempo, em minutos e percentagem (relativamente ao tempo total da informação diária), dedicado às categorias DIV distribuídas do seguinte modo:

- Pluralidade de vozes e expressões (DIV 1);
- A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo (DIV 2);
- As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis (DIV 3);
- Género e discriminação (DIV 4);
- Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento (DIV 5);
- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 6);
- Diversidade de géneros de informação televisiva, em particular peças de jornalismo de investigação e/ou exclusivos (DIV 7).

Em cada segmento informativo visualizado procurámos identificar uma expressão, referência ou propriedade específica de cada uma das sete categorias acima enunciadas, de forma a definirmos os conteúdos e percentagens do tempo de informação difundido que se relacionam com as categorias centrais da análise, nomeadamente as questões da diversidade cultural e da pluralidade de expressões que são, ou não, enunciadas nos blocos informativos do canal em questão.

1 Categorias de conteúdo DIV e a sua expressão na informação diária

1.1 Pluralidade de vozes e expressões (DIV 1)

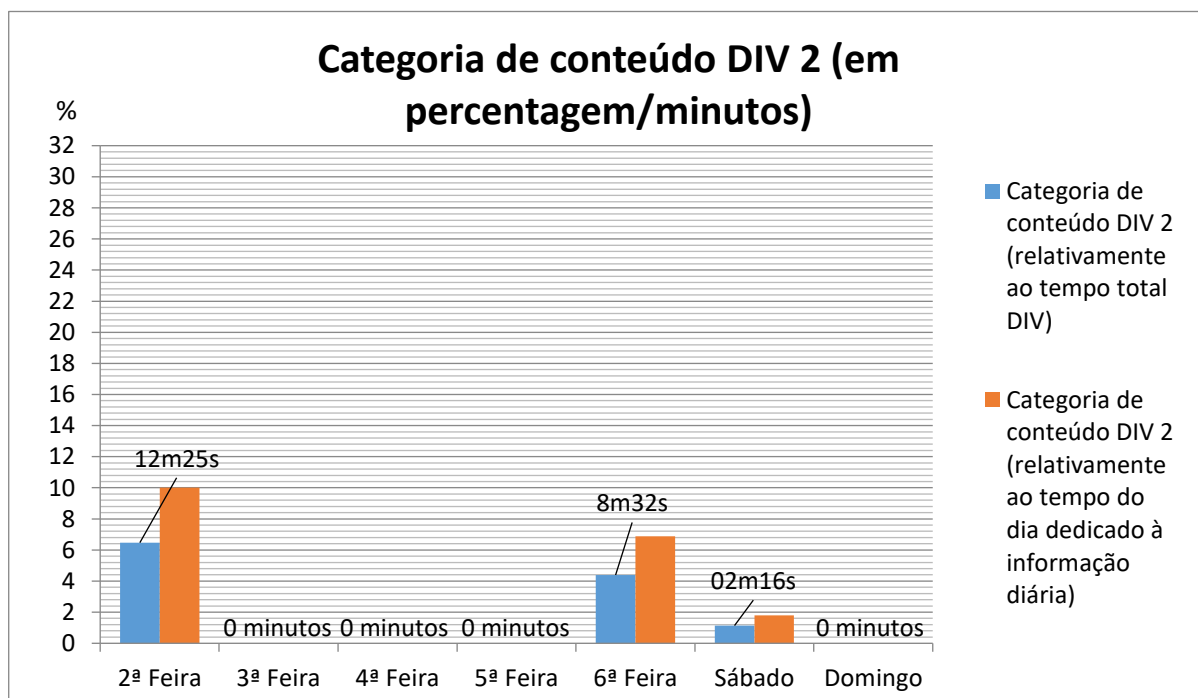


O presente gráfico traduz os registos da categoria menos contabilizada nesta semana de análise. Em “Pluralidade de vozes e expressões” foram assinaladas todas as notícias que contivessem várias vozes representativas de uma só questão, seja opiniões diferentes de várias figuras políticas acerca de um só assunto, ou mais do que uma voz representativa sobre uma determinada matéria. Verifica-se, tendencialmente, que há uma significativa falta de pluralidade de vozes, nomeadamente tendo em consideração que a presente análise abrangeu sete dias de informação divididos em dois programas informativos diários – “Jornal da Tarde” e “Telejornal”. Nesta categoria foram contabilizadas somente duas notícias (ver ponto 2.1.2) num total de 7m28s. Na quarta-feira esta categoria obteve uma representação de 1% em relação ao tempo DIV global e de 2% em relação ao tempo de informação diária deste dia. Já na sexta-feira os 5m28s de duas notícias divididas entre o “Jornal da Tarde” e o “Telejornal” estabeleceram 2,78% de presença em relação ao tempo DIV global e 4,36% em relação ao tempo de informação deste dia.

1.1.1 Notícias inseridas na categoria:

- Líderes políticos criticam as políticas restritivas de Donald Trump no *World Economic Forum - Davos 2018*. Vozes de Michel Temer- Presidente do Brasil, Angela Merkel, Emmanuel Macron e o Primeiro-ministro italiano Paolo Gentiloni criticaram as políticas de Trump – (2 min) – 4ªfeira – Telejornal – Categoria: Pluralidade de vozes e expressões;
- Cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno na Coreia do Sul fica marcada por aperto de mão histórico entre o Presidente da Coreia do Sul e irmã do líder da Coreia do Norte. Vários líderes mundiais comentam esta possível aproximação entre as duas Coreias. - (2m58s) + (2m30s) – 6ªfeira - Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Pluralidade de vozes e expressões;

1.2 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo (DIV 2)



A categoria DIV 2 foi a terceira mais representada, tendo obtido um total de 23m13s minutos de conteúdos associados a esta temática, ou seja, 12,22% do tempo total DIV (consideradas todas as categorias e todos os dias analisados). Na soma de todo o tempo de informação analisado esta categoria teve uma representação de 3%. Na emissão de segunda-feira obteve o valor mais alto de presença com 10% de conteúdos DIV em relação ao tempo do dia dedicado à informação diária e 6,47% em proporção ao total DIV global. Na sexta-feira foram contabilizados 8m32s, ou seja, 6,87% do tempo de informação diária e 4,39% do tempo DIV global. No caso de sábado, os valores registados dizem respeito a uma única notícia transmitida no “Jornal da Tarde”. Os 2m16s desta notícia constituem 1,8% do tempo de informação diária deste dia, e 1,14% do tempo DIV global.

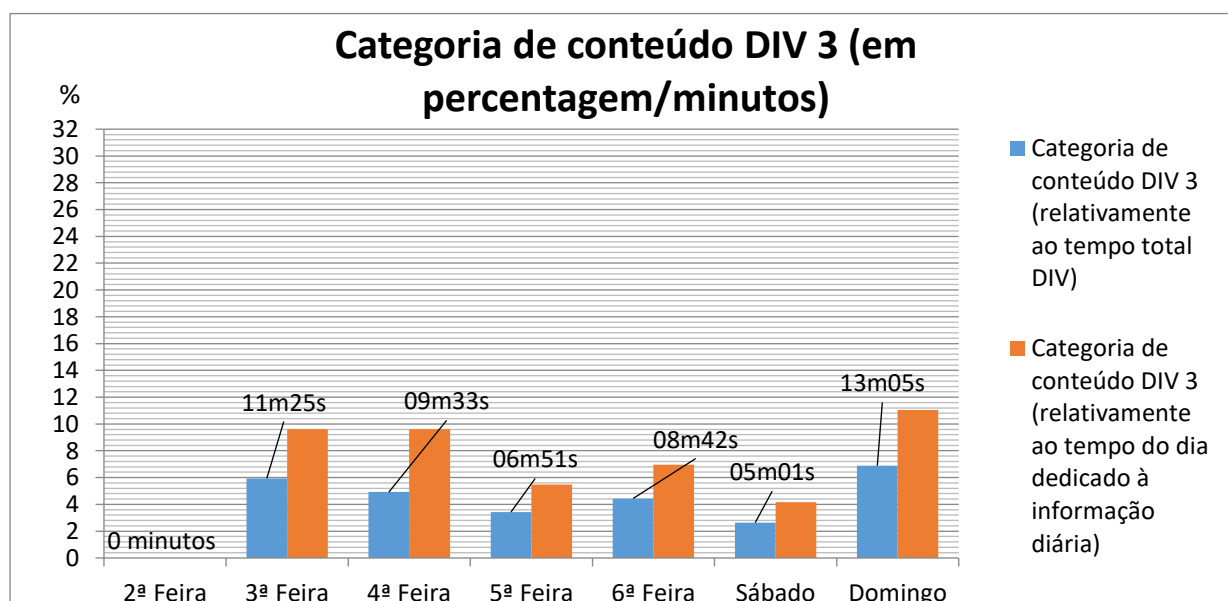
1.2.1 Notícias inseridas na categoria:

- Comemoração dos 20 anos da RTP África com emissões regulares que se iniciaram há vinte anos. O canal aproximou milhões de pessoas e diferentes culturas. Música africana com artistas de países africanos de língua portuguesa - (2m14s) – 2ªfeira – Jornal da Tarde – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Reunião e visita dos Presidentes das televisões dos PALOP's com vista ao desenvolvimento de parcerias e projetos - (30s) – 2ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Presidente Angolano comenta as relações com José Eduardo dos Santos e as exonerações em Angola. – (2m16s) + (1m49s) – 2ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Diversidade étnica;
- Relações entre Portugal e Angola- Caso Manuel Vicente: O que é que é preciso fazer para que as relações entre Angola e Portugal voltem aos níveis anteriores? Presidente angolano diz que o tratamento da justiça portuguesa é “uma ofensa”

para Angola – (2m30s) + (3min) – 2ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal Categoria: Diversidade Étnica e Multiculturalismo;

- O Carnaval no Rio de Janeiro atrai turistas de todo o mundo pela sua especificidade e caráter único, uma representação da cultura brasileira. - (2m54s) + (2m54s) – 6ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- O Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária elogiou o trabalho de Portugal e de Jorge Sampaio na Plataforma de Apoio a Estudantes Sírios e no acolhimento de estudantes sírios refugiados em Portugal e declara que é um exemplo a seguir por outros países. - (02m44s) – 6ªfeira Telejornal – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo;
- Início do Ano Novo tibetano, uma data importante para a filosofia budista, data que é também celebrada em Portugal há cerca de 40 anos no Restaurante “Os Tibetanos” em Lisboa com diversas atividades relacionadas com esta filosofia. - (02m16s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo.

1.3 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis (DIV 3)



Contabilizado o tempo DIV global dos sete dias analisados, verificamos que esta categoria foi a segunda mais presente com um total de 54m37s, ou seja, uma percentagem de 28,72% do tempo DIV. Perfez-se como uma categoria de presença assídua nos informativos diários, com exceção na emissão de segunda-feira onde não foram registadas notícias deste teor. Na emissão de domingo que registaram-se os valores mais altos de presença, com 6,8% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e 11,05% do tempo de informação deste dia. Com valores imediatamente abaixo, registou-se na terça-feira um total de 5,94% do tempo total DIV e 9,61% do tempo de informação deste dia. Já na quarta-feira, o tempo DIV total representou 4,92% e o tempo DIV em relação à informação desse dia teve um peso de 9,61%. Na sexta-feira o tempo DIV total foi pouco mais baixo do que na quarta-feira, com 4,44% e 6,95% de tempo DIV em proporção ao tempo de informação deste dia. Por último, os valores mais baixos foram registados na quinta-feira e no sábado, com cerca de dois minutos de diferença. Na quinta-feira o tempo de relação com o valor DIV global foi de 3,43%, enquanto no sábado este valor corresponde a 2,64%. Em relação ao tempo de informação de cada dia, na quinta a percentagem sobe para 5,47% e no sábado desce para 4,17%.

1.3.1 Notícias inseridas na categoria:

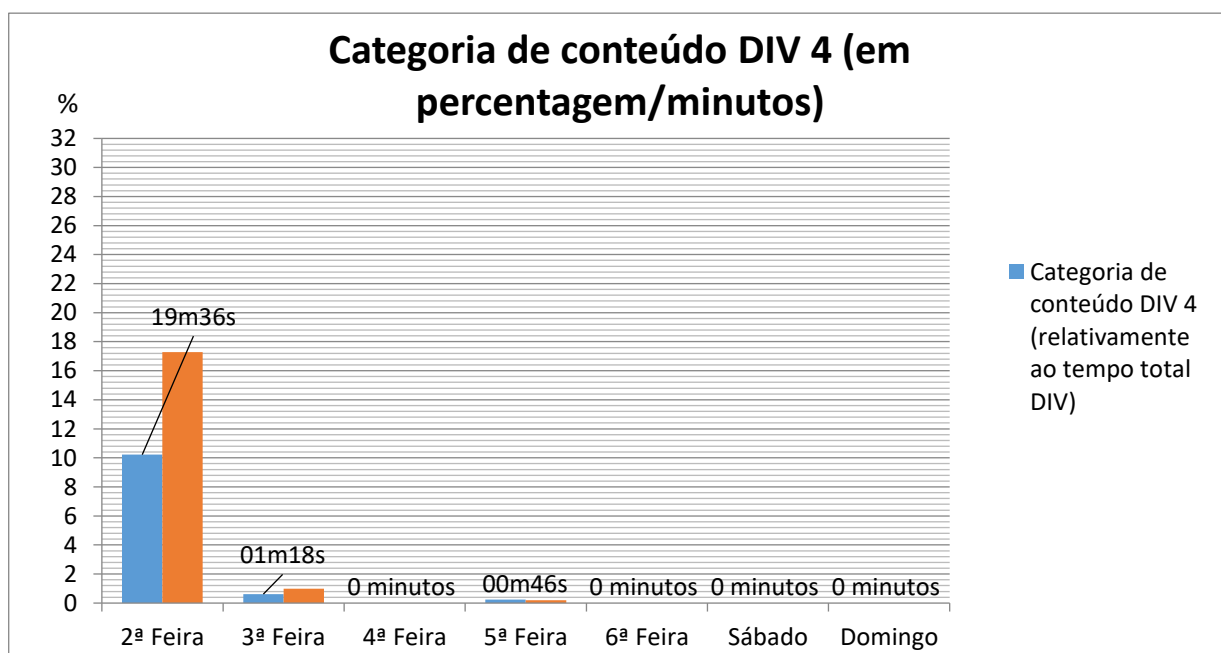
- A visita do Papa Francisco ao Chile fica marcada pelos protestos dos povos indígenas e pelas denúncias dos casos de pedofilia e de abusos sexuais cometidos por padres chilenos - (2m47s) + (3m) – 3ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Questões da Juventude; Exclusão/inclusão sociocultural;
- Notícia sobre um casal em Peris, na Califórnia, que foi detido por manter em cativeiro os treze filhos que foram encontrados subnutridos e amarrados. Uma das filhas, com dezassete anos, conseguiu fugir e lançar o alerta – (3m43s) + (1m55s) – 3ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Questões da Juventude;
- No dia em que se assinalam dois anos de mandato de Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente visita uma escola em Camarate onde promove uma aula-debate

- com jovens estudantes sobre política e outros assuntos da atualidade. Reportagem com ligação em direto (4m30s+2m55s+1m40s) – 4ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Questões da juventude;
- Antigo médico da Seleção dos EUA condenado a 175 anos de prisão por abusos sexuais praticados a jovens atletas ao longo de vinte anos - (28s) – 4ªfeira Telejornal – Categoria: Questões da Juventude;
 - Marcelo Rebelo de Sousa visita um grupo de ex sem-abrigo no âmbito do projeto “Habitação Primeiro”. O Presidente diz que este problema é de todos e tem de ser resolvido - (2m20s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Inclusão/exclusão sociocultural;
 - No processo de assédio sexual pelo antigo médico Larry Nassar, acusado de assediar ginastas americanas, foram identificadas 265 vítimas entre crianças e adolescentes - (1m59s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Questões da Juventude;
 - As Câmaras Municipais de Vimioso e de Vila Flor incentivam à natalidade com apoios municipais para as crianças nascidas no concelho do interior. Ao longo de dezasseis anos nasceram apenas 350 crianças em Vimioso. Esta iniciativa pretende fixar a população jovem no concelho. – (2m32s) – 5ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Questões da Juventude;
 - No âmbito do plano de contingência para o frio na cidade de Lisboa, quase 400 pessoas foram atendidas nos centros de acolhimento montados no Largo da Graça para apoiar cidadãos sem-abrigo. – (58s) – 6ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural;
 - O Governo pretende alargar a autonomia e a flexibilidade curricular a todas as escolas públicas e privadas do país, depois de iniciativa piloto estar em curso há 6 meses em diversas escolas nacionais – (2m38s) – 6ªfeira Telejornal – Categoria: As questões da juventude;

- Alunos do Liceu Camões em Lisboa queixam-se da evidente falta de condições de comodidade e segurança da escola e exigem que sejam feitas obras urgentes. – (2m48s) – 6ªfeira Telejornal – Categoria: As questões da juventude;
- Foi definitivamente eliminada a Hepatite C nas cadeias do Porto, resultado de um projeto pioneiro iniciado há 1 ano que consistiu na visita regular de profissionais de saúde para combater e prevenir a doença entre os reclusos. – (02m18s) – 6ªfeira Telejornal – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural;
- A Entidade Reguladora da Saúde vai apurar a situação da Associação Pica Pau, uma comunidade terapêutica para crianças e jovens com dependências diversas situada em Santarém que, alegadamente, não tem registo de valência de internamento. Reportagem exclusiva da RTP – (01m21s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural
- Início do Festival Play – Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil, dedicado aos mais novos e que conta com uma programação variada em torno do cinema. – (1m50s) + (1m50s) – Sábado Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: As questões da juventude;
- Uma menina de 7 anos escreveu uma carta ao presidente dos EUA onde pede que mantenha as crianças longe das armas, depois de ter assistido a um tiroteio na escola que frequentava e ter visto o seu melhor amigo ser baleado. - (2m33s) + (2m33s) – Domingo Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: As questões da juventude;
- Na sequência da grave crise económica e social que atravessa o país, milhares de venezuelanos estão a fugir para o norte do Brasil e estão a sobrecarregar o sistema de saúde da província de Roraima que está quase a atingir o ponto de rutura. - (2m46s) + (3min) – Domingo Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Exclusão/inclusão social;
- A *Refood* do Parque das Nações apoia 155 pessoas com refeições diárias a partir de produtos não consumidos em restaurantes e hotéis da zona. O projeto visa

combater o desperdício alimentar e combater a fome nos bairros urbanos. -
(3m13s) – Domingo Telejornal – Categoria: Exclusão/inclusão social;

1.4 Género e discriminação (DIV 4)

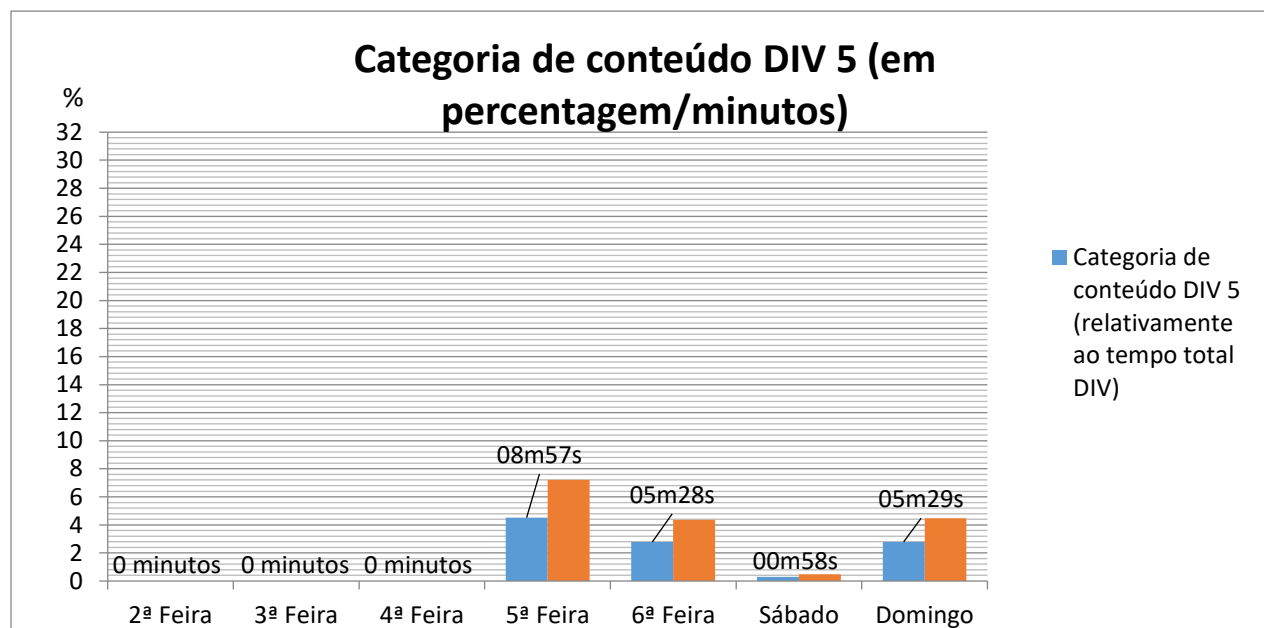


A presença desta categoria destacou-se, maioritariamente, na informação de segunda-feira. Neste dia, 8 de janeiro, os noticiários colocaram em destaque notícias de discriminação face ao papel da mulher, e notícias de assédio sexual. Na ordem do dia estavam assuntos como a cerimónia dos Globos de Ouro 2018 e um caso de assédio sexual da parte do médico responsável pela seleção norte-americana de ginástica. Ao longo destes sete dias de análise foram registados 21m40s de notícias sobre género e discriminação. Na segunda-feira, esta categoria contribuiu em 10,22% para o total global de conteúdos DIV e com 17,28% para o total de conteúdos somente deste dia. Os valores de terça-feira e de quinta-feira descem de forma discrepante com 0,62% na terça-feira, em relação ao total global DIV, e 0,24% na quinta-feira. O valor de conteúdos relativamente ao tempo do dia dedicado à informação diária é de 1% na terça-feira e de 0,2% na quinta-feira.

1.4.1 Notícias inseridas na categoria:

- Cerimónia dos Globos de Ouro 2018 – Discursos e apresentação abordam o tema do assédio sexual na indústria cinematográfica – (2m48s + 2m35s) + (2m48s + 2m35s) – 2ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Género e discriminação;
- Mário Augusto comenta a noite de atribuição dos Globos de Ouro, frisa a importância dos discursos de revolta sobre o assédio sexual e o movimento das mulheres vestidas de negro - (5min) – 2ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Género e discriminação;
- Eurovisão 2018: divulgação das apresentadoras escolhidas e contextualização sobre o género dos apresentadores escolhidos ao longo dos anos – (00m52s) + (2m58s) - 2ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal - Categoria Género e discriminação;
- Notícia sobre a Ginasta Simone Biles que confessou ter sido abusada sexualmente pelo ex-médico da seleção Norte Americana. O médico foi condenado a 60 anos de prisão por abusar sexualmente de várias atletas - (00m39s) + (00m39s) – 3ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Género e discriminação;
- No Irão um movimento feminino está a desafiar as regras de uso do véu (*hijab*). Nos últimos dias algumas mulheres retiraram o véu na rua e colocaram-no num pau como símbolo da resistência feminina contra as regras islâmicas. O Irão culpa a influência estrangeira por este protesto. – (00m46s) – 5ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Género e discriminação.

1.5 Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento (DIV 5)



Em sete dias de análise a dois programas de informação, contabilizaram-se 20m52s de conteúdos relacionados com esta temática. A quinta-feira foi o dia que mais a evidenciou, totalizando-se em 08m57s logo 4,52% do tempo total DIV e 7,2% do tempo de informação deste dia. Na sexta-feira e no domingo registaram-se valores idênticos, para o valor total DIV a emissão de sexta contribuiu com 2,78% e a emissão de domingo com 2,79%. Já nos valores relativos ao tempo do dia de informação diária, na sexta alcançou-se 4,36% de presença e no domingo 4,48%. Já no sábado foi registado o valor mais baixo desta categoria com, somente, uma notícia deste teor. Assim, no sábado os valores de presença foram de 0,3% para o tempo total DIV e 0,48% para o total da informação deste dia.

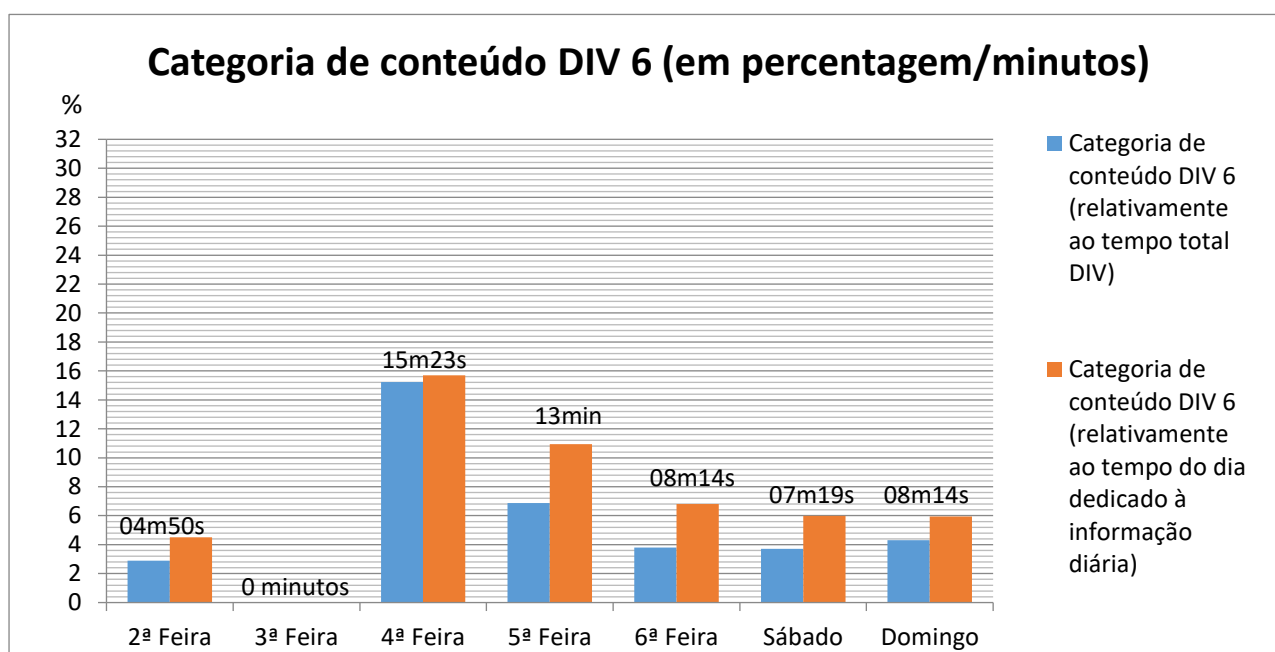
1.5.1 Notícias inseridas na categoria:

- A Caixa Geral de Depósitos vai voltar a subir as comissões e este agravamento vai penalizar reformados. É o 3º aumento de comissões no espaço de um ano – (03min) + (03min) – 5ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Idosos;

- Foi lançada uma petição que pede a flexibilização das leis do trabalho a sobreviventes de cancro. Esta petição pede que a lei laboral distinga os doentes crónicos reduzindo dez horas de trabalho semanal e promovendo a reforma aos 60 anos sem penalizações. – (02m57s) – 5ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Pessoas com necessidades especiais;
- Como plano de contingência para o frio, a GNR da Póvoa do Lanhoso tem em curso um plano de vigilância e prevenção junto à população idosa. Só nesta área de intervenção, mais de 500 pessoas vivem sozinhas ou isoladas da restante população. – (01m40s) – 6ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento;
- No Parlamento o CDS PP e o PAN defendem que o abandono de pessoas idosas seja julgado como crime. A proposta foi chumbada pelos partidos à esquerda que acreditam que essa medida seja uma criminalização da classe mais pobre. – (03m04s) + (00m44s) – 6ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento;
- O Banco Farmacêutico promove uma iniciativa em que 230 farmácias do país vão doar medicamentos para apoiar utentes de cerca de 100 IPSS de todo o país, entre as quais lares de idosos. – (30s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento;
- Mais de 8 mil e 800 doentes de Hepatite C foram curados em Portugal nos últimos 3 anos. Portugal torna-se, assim, num dos primeiros países do mundo a avançar para a eliminação da hepatite C. - (28s) – Sábado Telejornal – Categoria: Pessoas com necessidades especiais;
- Investigadores do Instituto de Saúde Pública na Universidade do Porto criaram um programa comunitário com exercício físico para doentes com diabetes tipo 2. “Diabetes em Movimento” com resultados positivos para o controlo dos diabetes, programa de saúde pública que concilia o exercício físico com o carácter social.- (03m17s) – Domingo Jornal da Tarde – Categoria: Pessoas com necessidades especiais;

— Uma bengala eletrónica destinada a invisuais está a ser desenvolvida por investigadores da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Esta bengala dá indicações aos utilizadores, tem um sistema de visão artificial que pretende dar mais autonomia aos invisuais. - (02m12s) – Domingo Jornal da Tarde – Categoria: Pessoas com necessidades especiais;

1.6 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 6)



A presente categoria foi a que alcançou o maior valor de presença nos sete dias de análise. Contabilizada num total de 57 minutos e com valores estáveis de presença em todos os dias em que foi registada. Destaca-se, contudo, a quarta-feira onde com um total de 15m23s se atingiu os 15,23% em relação ao tempo total DIV e 1,07% em relação ao tempo de informação transmitido neste dia. Na quinta-feira os valores foram pouco mais baixos, com um total de 6,88% no tempo DIV global e 1,94% relativamente ao tempo de informação. De seguida, os valores alcançados na emissão de sexta-feira, sábado e domingo são bastante semelhantes com oscilações de cerca de um minuto, na emissão de sábado. Assim, mantendo a ordem decrescente, na sexta-feira os 08m14s contribuíram para 3,79% do tempo DIV total e com 6,8% do tempo de informação diária.

No domingo, com o mesmo valor de minutos transmitidos, obteve-se um total de 4,3% no tempo DIV global e 5,94% relativamente à informação diária. Já no sábado, com 07m19s obteve-se um peso de 3,7% no tempo DIV global e 5,99% no tempo DIV relativamente à informação deste dia. Por último, surgem os valores de segunda-feira com 4m50s, com 2,9% de percentagem para o tempo DIV global e 4,5% em relação ao total da informação diária.

1.6.1 Notícias inseridas na categoria:

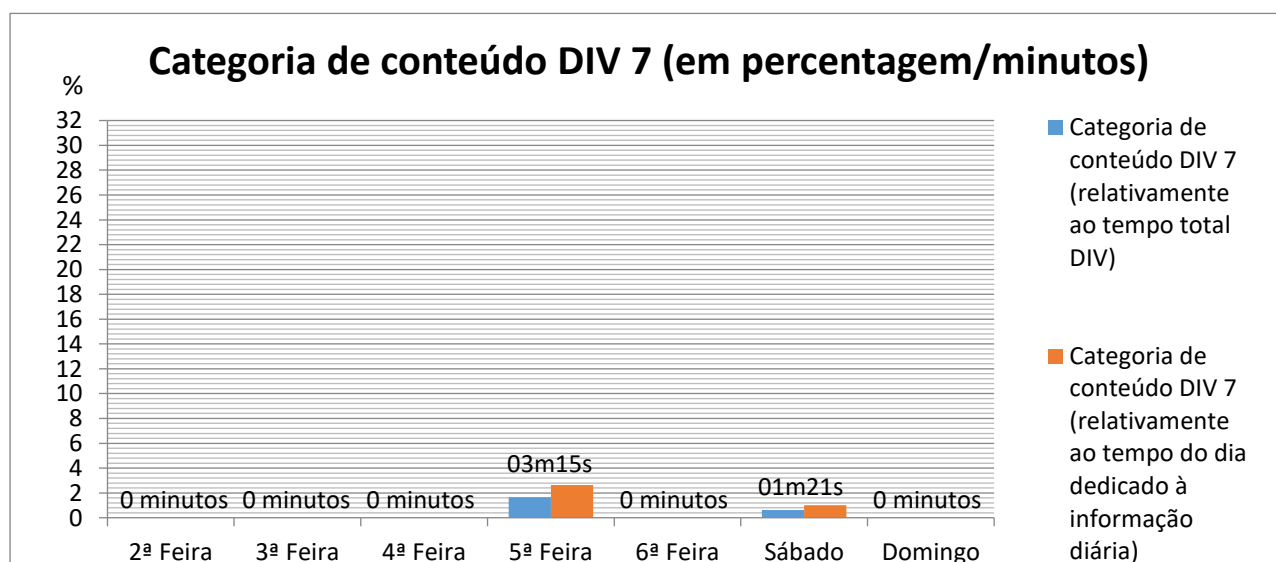
- IMI desce resultado das eleições autárquicas. 52 Concelhos vão reduzir o Imposto Municipal sobre os Imóveis para atrair habitantes para novas zonas. Desconto aplicado pela primeira vez desde 2016. – (2 minutos) – 2ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/ local;
- Concelho de Mação queixa-se de falta de apoios face à luta contra os incêndios/ discriminação face aos outros concelhos e falta de apoios para a reflorestação – (01m28s) – 2ªfeira Telejornal – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Construção de um muro entre o Mosteiro da Batalha e a estrada que o circunda, uma medida que visa a proteção do monumento. Testemunhos dos habitantes e do Presidente da Câmara Municipal da Batalha - (01m22s) – 2ªfeira Telejornal – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;
- Visitas abertas ao público ao Palácio de Belém para conhecer os diversos espaços do palácio e quotidiano do presidente que, nesta visita, esteve junto do público - (06m20s) + (06m20s) – 4ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da Cultura nacional/local;
- Ministro do ambiente, João Pedro Matos Fernandes, diz que os portugueses têm de se habituar a viver com menos água. Até ao fim de 10 anos as barragens vão ser dragadas. 58% do país está em seca severa e 6% em seca extrema – (02m43s)

- 4ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- A RTP teve acesso a imagens exclusivas que mostram o estado do fundo do Rio Tejo e do local onde são feitas as descargas das indústrias locais. O Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, afirma que essa parte do Rio Tejo está morta. Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente mandou fechar a fábrica Fabrióleo, uma Fábrica de reciclagem que trabalha com uma licença ilegal. - (02m54s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- O Primeiro-ministro, António Costa, defende que é necessário proceder a uma alteração das licenças de descarga das fábricas que estão a prejudicar o caudal do Rio Tejo. Por enquanto está em vigor uma medida cautelar que visa reduzir em 50% a produção dessas fábricas durante 10 dias - (02m35s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- A Serra da Estrela é candidata a Património Mundial da Unesco. O maior parque natural do país perdeu 30% do território com os incêndios. A Reportagem “No coração da Estrela” transmitida no programa “Linha da Frente” mostra de que forma se pode salvar o maior parque natural do país. - (01m13s) + (02m23s) – 5ªfeira Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- A Agência Portuguesa do Ambiente confirma que as indústrias de pasta de papel são as principais responsáveis pela poluição no Rio Tejo. As análises detetaram cinco mil vezes mais celulose do que capacidade de carga que a água pode assimilar. Este impacto significativo e negativo na qualidade da água do Rio Tejo contribuiu para a diminuição do caudal do rio. Neste sentido, as licenças das fábricas de pasta de papel vão ser revistas. – (02m30s) – 5ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- De 20 a 24 de Fevereiro tem lugar a 19ª edição do festival literário “Correntes d'Escritas” que leva a Póvoa do Varzim mais de 80 escritores nacionais e

- internacionais, evento que pretende promover a língua e literatura. - (02m25s)
 – 5ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- Em Paris abriu uma loja de produtos portugueses que pretende mostrar a arte portuguesa aos parisienses. – (02m23s) – 6ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;
- O Carnaval na Madeira é, este ano, dedicado aos 600 anos do descobrimento do arquipélago. – (02m31s) – 6ªfeira Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/ local. – Jornal da Tarde de 9 de Fevereiro;
- O plano de recuperação do Pinhal de Leiria conta com o auxílio de 9 funcionários para uma área de cerca de 10 mil hectares. Deste plano de recuperação faz parte a plantação de 25 milhões de plantas. - (03m30s) – 6ªfeira Telejornal – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;
- O Primeiro-ministro visita Caminha e as áreas onde decorrem ações de limpeza da floresta com vista à prevenção de incêndios e insiste na importância destas ações para evitar incêndios como os de 2017. - (01m25s) + (01m25s) – Sábado Jornal da Tarde e Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local;
- A Ordem dos Médicos Veterinários decidiu investir com animais no repovoamento das áreas afetadas pelos incêndios na região centro. - (02m11s)
 – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local;
- Câmara Municipal de Silves promove ações de dinamização em torno da produção e utilização da laranja e afirma-se como a “Capital da Laranja” em Portugal. - (02m18s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local;

- Inaugurado o Centro Interpretativo do Vale do TUA – construído para promover toda a área, espaço dedicado ao vale e à ferrovia. – (02m08s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local;
- Paredes de Coura inaugurou o projeto Mata Viva da Associação Portugal Mata Viva com o objetivo de valorizar o património local. Projeto mundial baseado na remuneração de serviços de ecossistemas. - (02m20s) – Domingo Jornal da Tarde – Categoria: Proteção do Património e da Cultura Nacional/local;
- Milhares de pessoas participam na Procissão do Sr. dos Passos que percorre as ruas de Lisboa, uma das tradições religiosas mais antigas da cidade e do país que conta já com 431 anos. – (02m33s) – Domingo Telejornal – Categoria: Proteção do Património e da cultura nacional/local;

1.7 Diversidade de géneros de informação televisiva, em particular peças de jornalismo de investigação e/ou exclusivos (DIV 7)



O presente gráfico demonstra os resultados da categoria DIV com menos representação nesta semana de análise. Num total de 04m36s referentes a três reportagens que, de alguma forma, demonstraram ser diversificadas em género relativamente às restantes notícias enquadradas nos informativos diários. Duas reportagens na emissão de quinta-

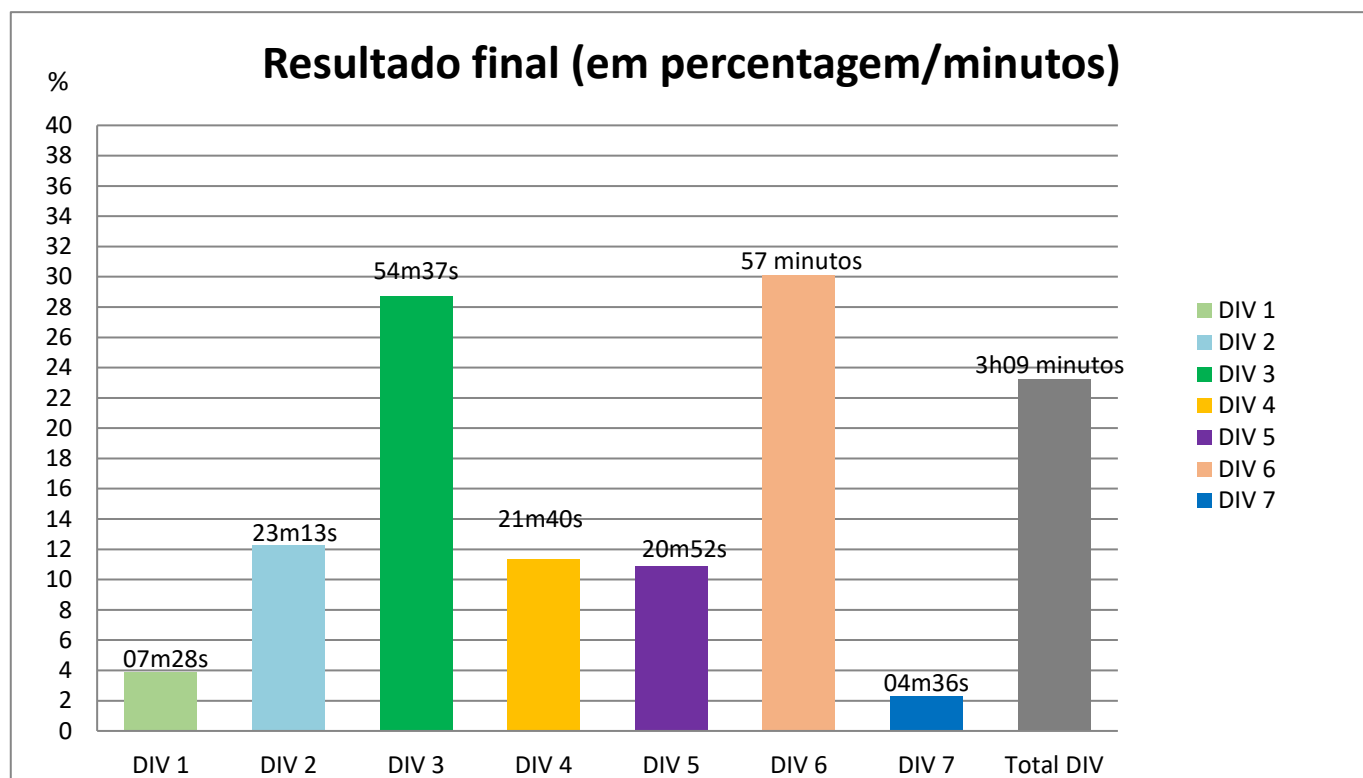
feira e uma na emissão de sábado perfizeram o total desta categoria. Na quinta-feira, os 03m15s contribuíram com 1,66% para o tempo DIV total e com 2,64% relativamente ao tempo de informação diária. Já no sábado, com 01m21s obteve-se 0,63% para o tempo DIV global e 1% relativamente ao tempo dedicado à informação diária.

1.7.1 Notícias inseridas na categoria:

- A RTP teve acesso a imagens exclusivas que mostram o estado do fundo do Rio Tejo e do local onde são feitas as descargas das indústrias locais. O Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, afirma que essa parte do Rio Tejo está morta. Neste âmbito, A Agência Portuguesa do Ambiente mandou fechar a fábrica Fabrióleo, uma Fábrica de reciclagem que trabalha com uma licença ilegal. - (02m02s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Diversidade de géneros de informação televisiva;
- A Serra da Estrela é candidata a Património Mundial da Unesco. O maior parque natural do país perdeu 30% do território com os incêndios. A Reportagem “No coração da Estrela” transmitida no programa “Linha da Frente” mostra de que forma se pode salvar o maior parque natural do país. - (01m13s) – 5ªfeira Telejornal – Categoria: Diversidade de géneros de informação televisiva;
- Entidade Reguladora da Saúde vai apurar a situação da Associação Pica Pau, uma comunidade terapêutica para crianças e jovens com dependências diversas situada em Santarém que, alegadamente, não tem registo de valência de internamento. Reportagem exclusiva da RTP – (01m21s) – Sábado Jornal da Tarde – Categoria: Diversidade de géneros de informação televisiva.

2 Tempo total de emissão de conteúdos DIV na informação diária da RTP

2.1 Gráfico com as sete categorias



O presente gráfico é o resultado dos sete dias de análise aos programas de informação diária, “Jornal da Tarde” e “Telejornal”, da RTP1. As sete categorias analisadas são aqui colocadas lado a lado de forma a evidenciar a representação de cada uma delas. É desta forma que podemos logo salientar que a categoria DIV 6 – “Proteção do Património e da Cultura nacional/ local” foi a que obteve o maior valor de representação neste período em análise. No total, foram contabilizados 57 minutos de notícias deste teor, o que, em termos percentuais, corresponde a 30% dos conteúdos DIV. A terça-feira, 16 de janeiro, foi o único dia em que esta categoria não foi contabilizada e na informação de quarta-feira, 24 de janeiro, chegou a alcançar os 8% de representação.

Em segundo lugar surge a categoria DIV 3 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis” contabilizada em 54m37s, logo 29% do total. Destaca-se nesta categoria a falta de conteúdos informativos dedicados

às “subculturas juvenis”, em detrimento das outras duas subcategorias que estiveram presentes em todos os dias de análise, com exceção da segunda-feira, 8 de janeiro. Nos informativos de domingo, 25 de fevereiro, chegou a alcançar os 7% de presença, o valor mais alto que atingiu.

Mantendo a ordem decrescente, contabilizámos em terceiro lugar a categoria DIV 2 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo” totalizada em 23m13s, o equivalente a 12% dos conteúdos DIV da informação diária. Ainda que esta categoria surja em terceiro lugar, note-se que foi evidenciada somente na segunda-feira, na sexta-feira e no sábado analisado. Contudo, a sua representação na segunda-feira alcançou os 6,47% (12m25s) o que em muito contribuiu para o nível de representação desta categoria.

Em quarto lugar surge, precisamente, a categoria DIV 4 – “Género e Discriminação” com uma diferença pouco significativa em relação à categoria DIV 2. Foram contabilizados 21m40s de questões de género e de discriminação, correspondentes a 11% do tempo total analisado. Na segunda-feira de análise foram transmitidos 19m36s (10%) de conteúdos aqui categorizados, sendo o dia em que esta categoria esteve mais representada.

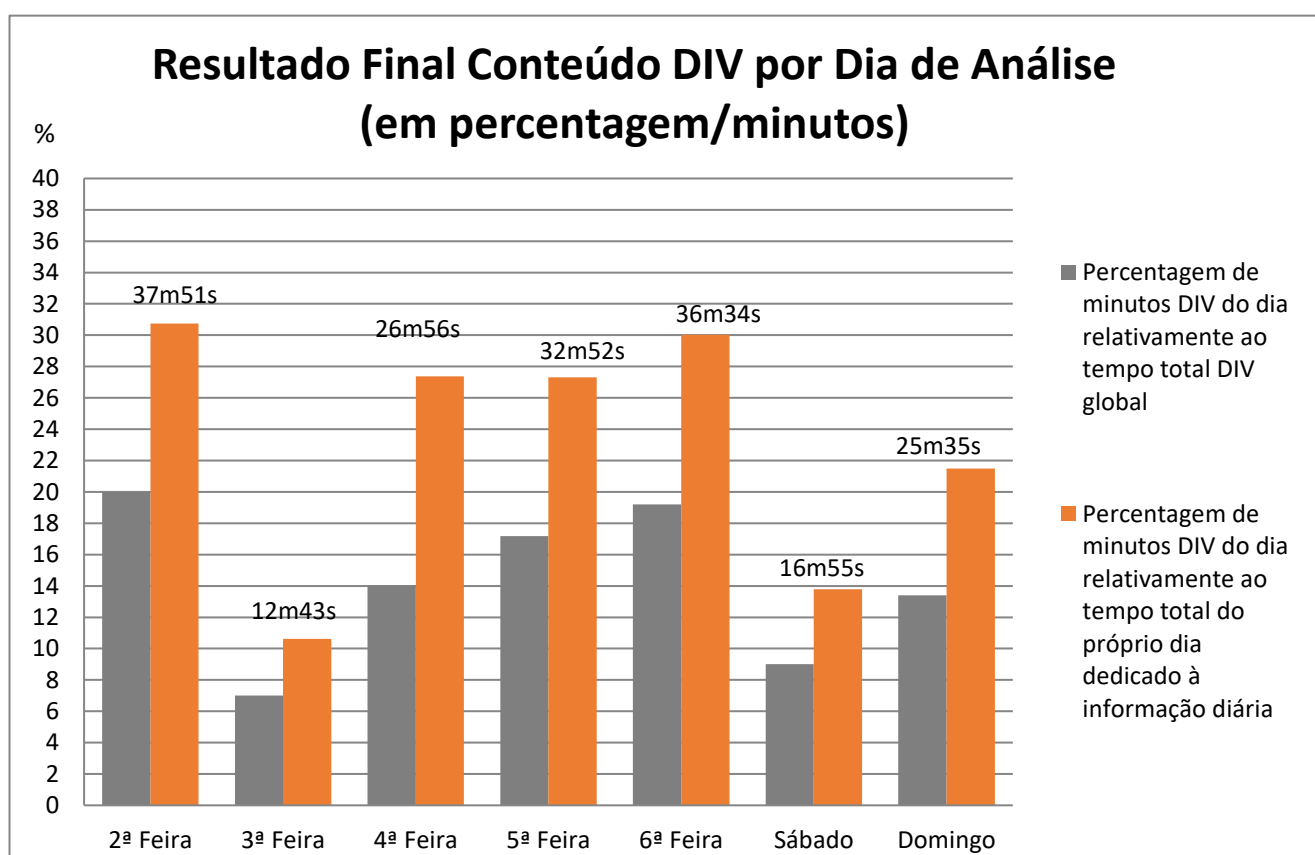
De seguida surge imediatamente a categoria DIV 5 – “Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento” com um total de 20m52s, em termos percentuais 11% de representação. Esta categoria esteve presente nas emissões de quinta-feira a domingo – dia em que alcançou o valor mais alto de presença (2,79%). Destaca-se, ainda, a total abrangência de todas as subcategorias deste grupo.

Por último, com as duas barras mais baixas deste gráfico, surgem as categorias DIV 1 – “Pluralidade de vozes e expressões” com 07m28s contabilizados, correspondentes a 4% dos conteúdos DIV, e a categoria DIV 7 – “Diversidade de géneros de informação televisiva” com 04m36s, ou seja, 2,3%. Estas duas últimas categorias apresentam valores muito discrepantes em comparação às categorias restantes. As duas estiveram presentes somente em dois dias, na análise de quarta e de sexta-feira a DIV 1 e de quinta-feira e sábado a DIV 7. Estes valores permitem-nos constatar que existe falta

de recurso à diversidade e pluralidade de vozes e falta de alguma heterogeneidade na própria diversidade de géneros informativos.

Relativamente ao total de conteúdos DIV, foram contabilizadas 3h09m, o que correspondente a uma representação de 23,25% do tempo total de emissão dos conteúdos informativos analisados no Telejornal e Jornal da Tarde.

2.2 Gráfico com os sete dias



O presente gráfico permite-nos perceber qual o peso dos conteúdos DIV diários para o total DIV global (barra cinzenta) e qual a percentagem de minutos DIV em relação ao tempo de informação diária (barra laranja). Observemos primeiramente a barra cinzenta, de forma a entendermos qual a relevância que cada dia de análise teve para o total de minutos DIV semanais. Com esta barra podemos perceber que a segunda-feira foi o dia que mais contribuiu para o total de conteúdos DIV, com um contributo de 20% resultado dos 37m51s de notícias categorizadas. Neste dia foram sinalizadas catorze notícias com elementos DIV, mas somente três categorias foram abrangidas.

Imediatamente a seguir surge a sexta-feira com 19,2% de conteúdos DIV no total semanal, contabilizados a partir dos 36m34s categorizados nesse dia. Em 2h01m de informação diária (contabilizadas neste dia), foram transmitidas quinze notícias com algum vestígio ou matéria DIV. Este dia constituiu-se, assim, como o dia em que foram transmitidas mais notícias categorizadas como DIV. No conjunto das quinze notícias, denotámos cinco categorias diferentes. Já a informação de quinta-feira fez-se como o terceiro dia que mais contribuiu para o total de conteúdos DIV, com 17,1% resultado dos 32m52s calculados a partir de treze notícias aqui sinalizadas. No total, foram registadas cinco categorias diferentes.

Mantendo a ordem decrescente, observamos que a informação diária de quarta-feira surge em quarto lugar com 14,03% de conteúdos, calculados a partir dos 26m56s de notícias com elementos DIV. Neste dia foi contabilizado o valor mais baixo de conteúdos informativos (1h37min), nos quais categorizámos sete notícias em três categorias diferentes. Já a emissão de domingo, ainda que tenha tido 1h58 minutos de informação diária, registou somente 25m35s de notícias DIV. Este dia de análise contribuiu com 13,4% para o total de conteúdos DIV, no qual foram classificadas dez notícias divididas em três categorias distintas. A informação diária transmitida no sábado obteve um contributo de 9% de elementos DIV, registados em 16m55s. À semelhança da análise de domingo, também neste dia denotámos elementos DIV em dez notícias diferentes e com um total de cinco categorias. Por último, observamos que a terça-feira foi o dia que menos contribuiu para o total de conteúdos DIV. Neste dia analisámos 1h57 minutos de informação diária, dos quais 12m43s foram de notícias DIV. Em termos percentuais, este dia contribuiu com 7% para o total DIV global, sendo que foram categorizadas oito notícias ao todo. Ainda que não tenha sido o dia com menos notícias DIV, foi o dia de análise em que se registaram menos categorias – somente duas.

A segunda barra (laranja) permite-nos visualizar qual a percentagem de minutos DIV de cada dia em relação aos minutos analisados nesse mesmo dia. À semelhança dos valores apresentados na barra cinzenta, verifica-se que a emissão de segunda-feira foi a que obteve o valor mais alto (30,74%). Tendo também sido o dia em que se registou o maior tempo de informação diária, com 2h02 minutos divididos entre o “Jornal da Tarde” (66 minutos) e o “Telejornal” (56 minutos). Em segundo lugar, surge a sexta-feira

com um total de 30% de elementos DIV em relação às 2h01 minuto de informação diária transmitida nesse dia. À semelhança da emissão de segunda-feira, o “Jornal da Tarde” obteve um peso na programação superior ao “Telejornal”. O terceiro lugar diz respeito à emissão da informação de quarta-feira. Confrontando este valor com o da barra cinzenta, é nos permitido concluir que a informação de quarta-feira foi classificada com 27,38% de conteúdos DIV diários, em contraste com o total DIV global de 14%. Conforme referido acima, a análise deste dia foi a que registou o valor mais baixo de informação diária nos quais constam 34 minutos do “Jornal da Tarde” e 1h03 minutos de “Telejornal”. Na quinta-feira foi possível registar 27,32% de conteúdos DIV num total de 1h59 minutos de informação diária. Já na emissão de domingo registámos 21,48% de notícias com conteúdos DIV, num total de 1h58 minutos de informação analisada. Por último, a emissão de sábado pôde contribuir com 13,79% de notícias DIV para o total diário de 2h00 de informação. Sendo que, mais uma vez, coube à análise de terça-feira obter o valor mais baixo de elementos DIV, totalizados em 10,62% em 1h57 minutos de informação diária.

Através deste gráfico podemos, por fim, observar que os valores das duas barras são idênticos sendo que a única variável corresponde aos valores encontrados na análise de quarta-feira. Percebe-se, ainda, que a proporção de conteúdos DIV no total de informação diária de cada dia é superior aos valores registados no tempo de conteúdos DIV global. O que acontece devido aos baixos valores de informação diária registada em contraste com o valor total da semana de análise. Pode-se também verificar que a informação diária na RTP1 tem uma média de 1h58 a 2h00 nos dois serviços de notícias, sendo que estes valores se alteram nos dias em que por razões de programação o tempo de informação diária tem de ser reduzido.

Tempo total de emissão: 168h

Tempo total da informação diária em análise: 13h34 minutos

Tempo total dedicado a conteúdos DIV: 3h09 minutos

Por categoria:

- Pluralidade de vozes e expressões: 7m28s = 3,84% de conteúdos DIV;

- Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo: 20m19s = 12,22% de conteúdos DIV;
- As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis: 58m59s = 28,72% de conteúdos DIV;
- Género e Discriminação: 23m53s = 11,30% de conteúdos DIV;
- Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento: 20m52 minutos = 10,84% de conteúdos DIV;
- Proteção do património e da cultura nacional/local: 55m47s = 30,11% de conteúdos DIV;
- Diversidade de géneros de informação televisiva: 04m36s = 2,3% de conteúdos DIV.

Por Dia:

2ª Feira = 37m51s (20%)

14 notícias com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

3ª Feira = 12m43s (7%)

8 notícias com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4ª Feira = 26m56s (14,03%)

7 notícias com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

5ª Feira = 32m52s (17,18%)

13 notícias com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

6ª Feira = 36m34s (19,20%)

15 notícias com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

Sábado = 16m55s (9%)

10 notícias com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

Domingo = 25m35s (13,4%)

10 notícias com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

3 Considerações Finais

Para a presente análise foram considerados 13h34m de informação diária distribuídos em dois programas: o “Jornal da Tarde” com um total de 7h21 minutos de análise e o “Telejornal” com 6h13 minutos. Os dois programas têm uma média de duração de 60 minutos para o “Telejornal” e de 1h56 minutos para o “Jornal da Tarde”. Deste total de minutos analisados, 3h09 minutos correspondem a conteúdos que classificámos como DIV. Em termos percentuais corresponde a 23,25% distribuídos por sete categorias: a categoria DIV 1 – “Pluralidade de vozes e expressões” com 3,84% de presença; a categoria DIV 2 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo” com 12,22%; a categoria DIV 3 – “As questões da juventude; exclusão/ inclusão sociocultural; subculturas juvenis” com uns significativos 28,72%; a DIV 4 – “Género e Discriminação” com 11,30%; a DIV 5 – “Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento” com 10,84%; a DIV 6 – “Proteção do património e da cultura nacional/ local” com 30,11%, o valor mais alto entre as restantes categorias; por último, a categoria DIV 7 – “Diversidade de géneros de informação televisiva” com 2,3% de presença, o valor mais baixo registado.

Nos dois programas informativos convém referir que há diversos conteúdos que se repetem entre a tarde e a noite, pelo que o tempo de algumas notícias foi contabilizado a dobrar consoante o tempo de repetição da mesma notícia. Contudo, verificou-se que no “Jornal da Tarde” houve mais conteúdos DIV do que no “Telejornal”.

Com uma diferença de somente um minuto no total dos conteúdos DIV identificados, o “Jornal da Tarde” obteve um total de tempo de emissão de 1h35 minutos DIV (50,26%) e o “Telejornal” de 1h34 minutos (49,73%).

Entre todos os dias analisados a segunda-feira, dia 8 de janeiro, fez-se como o dia em que mais minutos DIV foram contabilizados, com um total de 37m51s. No entanto, a sexta-feira dia 9 de fevereiro foi o dia de análise com mais notícias contabilizadas, um total de quinze notícias (uma a mais do que segunda-feira) e cinco categorias distribuídas ao longo de 36m34s. Já na análise de terça-feira registou-se o total de minutos DIV mais baixo (12m43s) e com o menor número de notícias (oito notícias) e categorias contabilizadas (duas categorias).

Para além das referidas categorias, há que salientar o recurso a intérpretes de língua gestual que está sempre presente em ambos os programas informativos, que não foi contabilizado como conteúdo DIV em si mesmo, mas cuja relevância deve ser destacada.

Finalizando, analisados os sete dias de informação diária, tendo em conta que em todos os dias houve conteúdos DIV a serem transmitidos e todas as categorias foram, de alguma forma, abrangidas nos noticiários, não obstante, destaca-se a necessidade de haver uma maior diversidade de géneros de informação televisiva, assim como uma maior pluralidade de vozes e de expressões. A falta de conteúdos englobados nestas categorias reforça o quão importante é que um programa informativo saiba incorporar não somente a diversidade e o pluralismo, mas as diferentes perspetivas, isto é, outras vozes representativas da multiplicidade de pontos de vista que podem ser focados numa só notícia, sobre um só acontecimento.

4. Análise da programação da RTP2 (2016-2017)

4.1 Análise da programação da RTP2 de 24/06 a 30/06 de 2016

Introdução

A RTP2 é tipicamente o canal aberto do serviço público mais associado ao aparecimento de conteúdos com características de diversidade cultural, inclusão, etc., dada a tradicional especificidade do canal ao longo de toda a história da RTP, praticamente. Numa primeira abordagem da variedade da oferta de programação deste canal e dos seus conteúdos específicos na série temporal em causa é possível encontrar alguns programas que se enquadram desde logo na tipologia definida pelo nosso estudo: *Visita Guiada*, *A Fé dos Homens* e *Olvido* (filme transmitido exclusivamente nesta série temporal), entre outros.

Tal como é referido no Contrato de Concessão da RTP, o “segundo serviço de programas” (Cláusula 7.^a – Âmbito – alínea b), tem características generalistas, dever ser distribuído em simultâneo em todo o território nacional e deve ter uma forte componente cultural e formativa aberta à sociedade civil. O que é reforçada na Cláusula 10.^a, exatamente sobre o “Segundo Serviço de Programas Generalista de Âmbito Nacional”. Recordem-se nomeadamente os seguintes pontos desta cláusula 10.^a:

2. O segundo serviço de programas generalista de âmbito nacional deve assegurar de forma coerente uma programação cultural de qualidade e distinta dos demais serviços de programas televisivos de serviço público.
3. A programação do serviço de programas a que se refere a presente cláusula constitui uma alternativa à oferta do primeiro serviço de programas generalista de âmbito nacional, bem como às ofertas de programação cultural do mercado, difundindo conteúdos audiovisuais que confirmem visibilidade a temas, causas e ideias com interesse para segmentos diversificados do público e que desta forma constituam um meio complementar de cumprimento da vocação universal do serviço público.
4. O segundo serviço de programas generalista concede particular relevo na sua programação ao princípio da inovação, privilegiando a criatividade, a originalidade e o sentido crítico.
5. O segundo serviço de programas generalista deve valorizar a educação, a ciência, a investigação, a ação social, a divulgação de causas humanitárias, o desporto amador e o desporto escolar, as confissões religiosas, o ambiente e a defesa do consumidor, entre outros, com abertura à participação das entidades correspondentes na sua programação.

(...)

7. Junto do segundo serviço de programas funciona um órgão consultivo representativo dos parceiros da Administração Pública e dos agentes culturais e da sociedade civil que com ele se relacionem.

8. O segundo serviço de programas generalista assegura espaços de informação que, de um modo contextualizado e aprofundado, desenvolvam o tratamento de matérias da atualidade nacional, regional e internacional, nomeadamente culturais.

Está assim basicamente salvaguardado, do ponto de vista legal e contratual, o princípio da diversidade neste segundo serviço de programas da RTP. Vejamos então, agora na prática, e ao longo das séries temporais em que procedemos à análise, que tipo de programas e conteúdos foram identificados no quadro da nossa tipologia DIV, procurando também confirmar a aplicação efetiva do quadro regulatório a que o serviço público está obrigado por via nomeadamente do Contrato de Concessão e também da Lei da Televisão.

1 Descrição geral da programação da RTP2 durante o período

Com o propósito de descrever a programação da RTP2, procedemos à classificação dos 423 programas contabilizados em várias categorias relacionadas com o seu género ou conteúdo. A primeira categoria, “Infantil”, inclui apenas desenhos animados (séries infantis/juvenis pertencem à categoria “Ficção”, enquanto programas educativos – à exceção de “Zig Zag” e “Ilha das Cores”, considerados programação infantil – são contabilizados como “Outros”, devido à sua presença mais reduzida na grelha de programação nesta primeira série temporal). Em seguida, a categoria “Documentário” inclui todos os programas inseridos neste género televisivo, independentemente do tema tratado. Ainda tendo em conta apenas os géneros televisivos, optámos por juntar “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” na mesma categoria, dado que apresentam semelhanças consideráveis. Na categoria “Informação” (subdividida em “Informação Diária” e “Informação Não-diária”) incluímos, essencialmente, espaços noticiosos, nacionais e estrangeiros, cujo propósito principal é divulgar acontecimentos da atualidade. Por fim, a categoria “Ficção” abrange séries e filmes, nacionais e estrangeiros, independentemente do género ficcional ou público-alvo.

Por outro lado, optámos pelo estabelecimento de categorias baseadas no conteúdo dos programas, independentemente do seu género, de forma a reunir

programas exibidos com frequência e cuja semelhança reside no tema tratado. Definimos, assim, três categorias a partir deste critério: “Religioso”, para programas de cariz marcadamente religioso e cuja produção é responsabilidade de entidades religiosas; “Cultural”, uma designação estabelecida para agregar os programas dedicados à cultura que não se integram completamente nas categorias definidas em função do género; e “Musical”, categoria que se destina, por sua vez, a abranger programas onde a música se destaca, ou seja, os concertos, essencialmente. Foi necessário, ainda, diferenciar os programas que, além de não pertencerem totalmente aos géneros televisivos apresentados, também não podem ser reunidos de forma sólida através do conteúdo. Como tal, surge a categoria “Outros” onde se enquadram, por exemplo, concursos, programas educativos, entre outros.

Importa destacar aqui uma importante parte da programação da RTP2, constituída pelos programas infantis. Esta é talvez a marca mais forte do canal, a sua principal especificidade, para além da programação cultural e de divulgação que apresenta em geral. Por este motivo, justifica-se um tratamento especial a este grande bloco diário da programação deste segundo serviço de programas. Assim, ainda que não possamos identificar liminarmente esta programação infantil com a tipologia DIV do estudo, podemos sistematizar e contabilizar essa programação genericamente, identificando o tempo dedicado à programação infantil em cada dia das séries temporais em análise e referindo casos esporádicos em que consideramos que a mesma se destaca pela positiva ou pela negativa no que se refere a questões pedagógicas e à valorização de conteúdos DIV adaptados ao público mais jovem.



Gráfico 2: Géneros Televisivos (Sábado: 25/6)

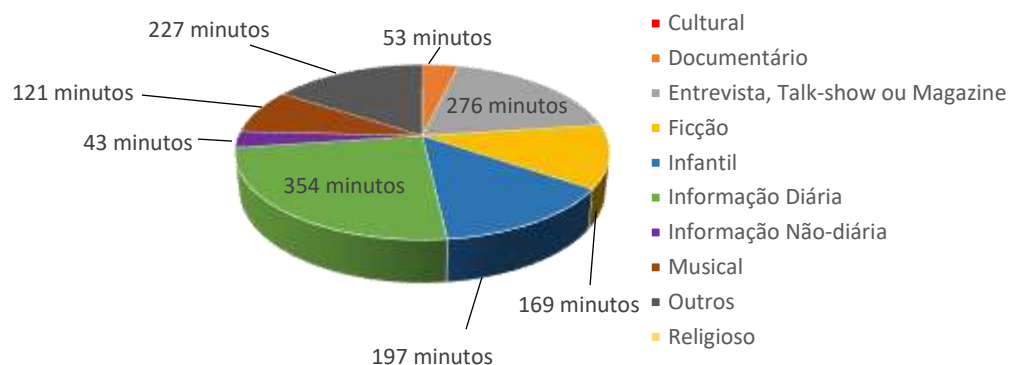


Gráfico 3: Géneros Televisivos (Domingo: 26/6)

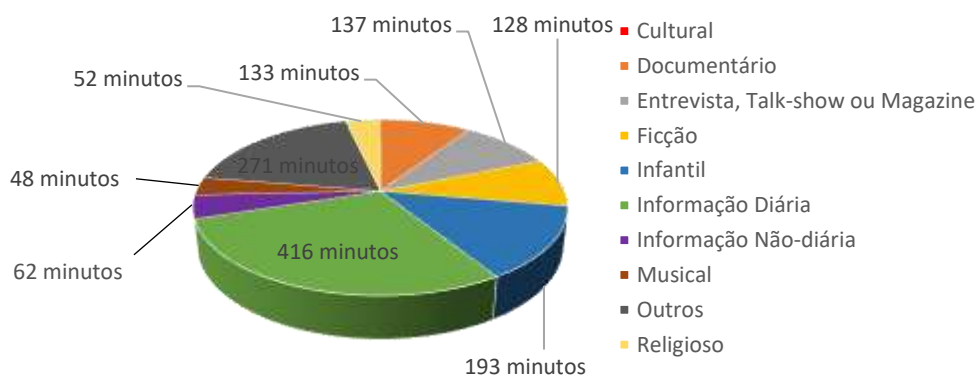


Gráfico 4: Géneros Televisivos (2ª feira: 27/6)

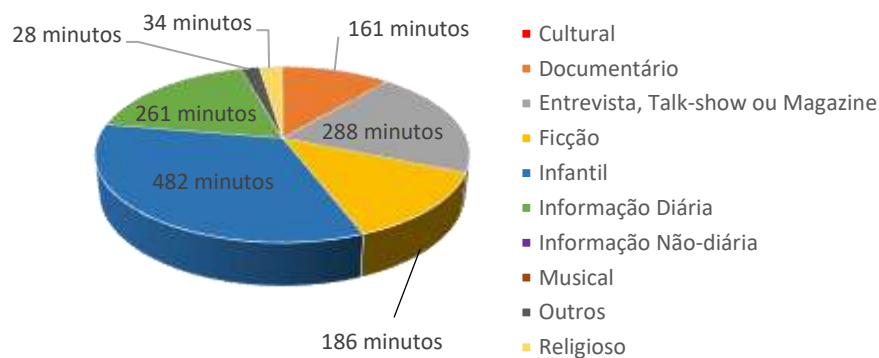


Gráfico 5: Géneros Televisivos (3ª feira: 28/6)

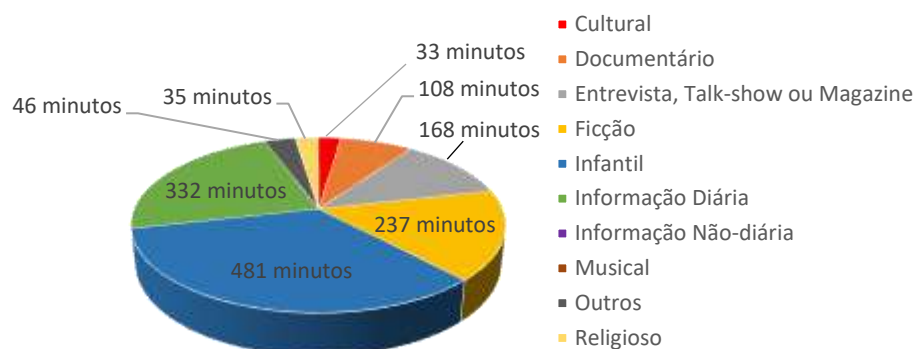


Gráfico 6: Géneros Televisivos (4ª feira: 29/6)

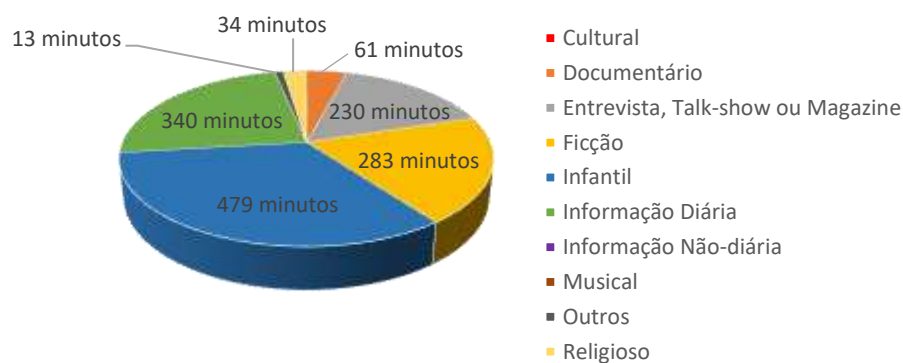


Gráfico 7: Géneros Televisivos (5ª feira: 30/6)

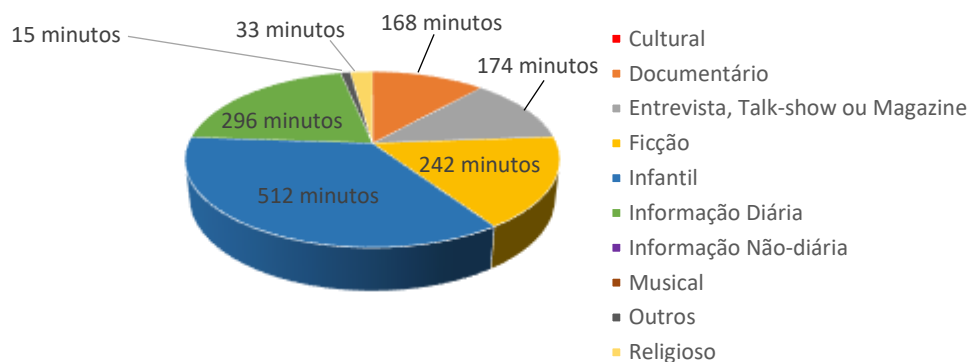
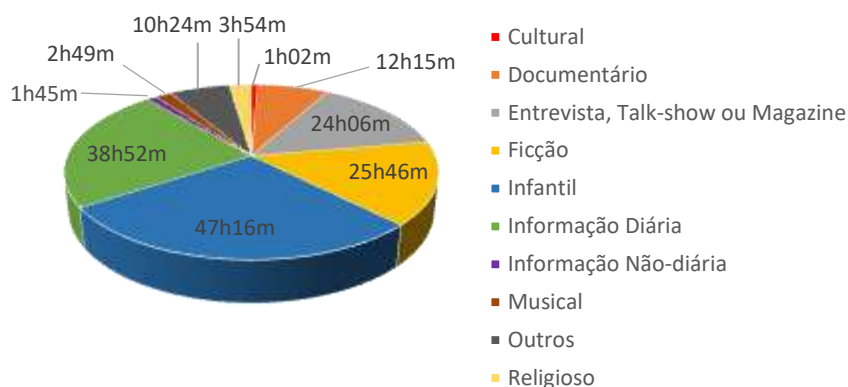


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total da Série Temporal)



Através da observação dos gráficos circulares acima apresentados, é possível concluir que a categoria com maior expressão na grelha de programação, considerando o tempo total da série temporal (gráfico 8), é “Infantil”: ocupou 28,1% do tempo total de emissão da mesma, correspondente a 47 horas e 16 minutos. De segunda a sexta-feira, esta foi a categoria mais presente na grelha, variando entre os 33% e os 36% do tempo de emissão (cerca de 8 horas e 10 minutos diários, como mostram os gráficos 1, 4, 5, 6 e 7). A programação infantil concentrou-se, nos dias úteis, em dois grandes blocos: de manhã entre as 07h e as 12h e à tarde entre as 17h00 e as 21h00, aproximadamente. No fim de semana esta categoria constituiu apenas cerca de 14% da programação de cada dia, sendo a terceira mais presente na grelha de domingo e a quarta na grelha de sábado. Por outras palavras, ocupou 3 horas e 17 minutos no sábado e 3 horas e 13 minutos no domingo (gráficos 2 e 3), sendo transmitida no período da manhã, entre as 08h00 e as 12h40. No ponto 2 serão destacados alguns desenhos animados, pela positiva, na descrição correspondente à categoria DIV a que dizem respeito.

É de salientar, no entanto, que nem todos os desenhos animados transmitidos têm o mesmo valor didático e educativo, pelo que o tempo de “Infantil” desta série temporal que preenche os requisitos para ser considerado DIV é de 46 horas e 52 minutos (27,9% do tempo total do dia). O caso em que o não cumprimento destas condições é mais evidente é “Drama Total All-Stars”, transmitido na 5ª feira (30 de junho) de manhã. Trata-se de um desenho animado que imita um *reality show*, no qual os concorrentes

são incentivados a prejudicar os demais para evitar a expulsão no final de cada episódio. Além do elevado perigo associado a todos os desafios lançados aos concorrentes, é lamentável a associação que é feita logo na música inicial entre o programa e “ser famoso”, inculcando valores inapropriados para crianças que assistam ao referido espaço televisivo.

A segunda categoria mais representada, no que respeita ao tempo total durante a série temporal, é “Informação diária” (38 horas e 52 minutos ou 23,1%). A sua expressão variou ao longo da mesma, embora os valores sejam sempre elevados. O menor valor registou-se na segunda-feira (gráfico 4), dia em que a categoria representou 4 horas e 21 minutos ou 18,1% do tempo total. Pelo contrário, domingo (gráfico 3) foi o dia que registou maior expressão da presente categoria com 6 horas e 56 minutos (28,9%), o que significa que se tratou da categoria mais representada neste dia. De segunda a sexta-feira, a informação começa ao início da tarde com notícias internacionais (“Euronews”), continua à noite com as principais notícias do dia (“Jornal 2”) e termina já de madrugada com “Euronews” e com uma atualização sobre a realidade africana (“Repórter África”). A principal diferença verificada ao fim de semana é o horário de “Euronews” que, nestes dias, é transmitido de manhã, antes do início da programação infantil (como foi referido acima, aos sábados e domingos esta começa às 08h00 e não às 07h00). Ao fim de semana não é transmitido o programa “Repórter África”.

Mantendo a ordem decrescente, a terceira categoria é “Ficção”, dado que constituiu 15,3% da grelha de programação da série temporal, o que equivale a 25 horas e 46 minutos (gráfico 8). Aparece distribuída ao longo do dia e é constituída principalmente por séries estrangeiras, cujos géneros são: drama, comédia, infantil/juvenil e policial. As variações percentuais devem-se, essencialmente, à exibição de filmes (na sua maioria estrangeiros – há apenas uma curta-metragem portuguesa) que fazem subir a proporção da categoria “Ficção”, já que as séries geralmente têm uma duração menor. Assim sendo, o dia em que a expressão desta categoria foi menor é domingo (gráfico 3). Foram exibidas três séries estrangeiras que perfazem um total de 2 horas e 8 minutos, ou seja, 8,9% do tempo de emissão diário. Pelo contrário, o dia em que a categoria esteve mais representada foi 6ª feira (gráfico 1). Para tal, contribuiu a

transmissão de um filme estrangeiro e de cinco séries estrangeiras, num total de 5 horas e 1 minuto ou 20,9%.

Com menos cem minutos do que a categoria acima referida, a quarta posição pertence a “Entrevista, *Talk-show* e Magazine” (24 horas e 6 minutos ou 14,4%). Todavia, foi transmitido apenas um *Talk-show* e os momentos de entrevista também não foram frequentes (um programa com cerca de 15 minutos de segunda a sexta e outro programa no sábado), pelo que o género Magazine, exibido ao longo dos dias em horários diversificados, é o responsável por este valor elevado na grelha da série temporal. Os principais temas foram informação, educação/ensino e cultura. O dia em que esta categoria teve menor tempo de emissão foi domingo (gráfico 3), já que constituiu 9,5% da programação, ou seja, 2 horas e 17 minutos. No extremo oposto, 2ª feira (gráfico 4) foi o dia em que a categoria teve maior destaque: representou cerca de 20% da grelha de programação, o que equivale a 4 horas e 48 minutos.

A próxima categoria é “Documentário” com 7,3% do tempo total, ou seja, 12 horas e 15 minutos (gráfico 8). Embora a expressão da categoria seja relativamente reduzida (um a três documentários exibidos em cada dia), encarando a série temporal como um todo consideramos que houve diversidade no que concerne aos temas abordados: cultura, música, investigação, natureza/vida selvagem, história, sociedade, desporto, civilização, biografia, armamento. Da mesma forma, os horários de exibição deste género televisivo foram distribuídos de forma aceitável, pelo que é possível assistir a documentários não só no período da noite/madrugada, mas também durante a manhã, em vários dias. Assim, o dia em que a expressão da categoria foi menor é 6ª feira (gráfico 1), com 51 minutos, equivalentes a 3,5% do tempo diário. Por outro lado, a expressão mais elevada foi verificada na 5ª feira (gráfico 7). Neste dia a sua percentagem ascendeu a 11,7%, o que corresponde a 2 horas e 48 minutos.

A categoria menos representada entre as que foram estabelecidas atendendo aos géneros televisivos é “Informação Não-diária”. Esteve presente durante 1 hora e 45 minutos do total da grelha de programação da série temporal (aparecendo apenas no fim de semana), o que equivale a 1% do tempo de emissão da mesma (gráfico 8). No sábado (gráfico 2), “Olhar o Mundo” teve uma duração de 43 minutos que conferiu à

categoria uma expressão de 3% nesse dia. No domingo (gráfico 4), além do programa já referido, foi transmitido “Sabia Que?”, o que aumentou a expressão da categoria neste dia para 62 minutos ou 4,3%.

Relativamente às categorias constituídas por programas com conteúdos semelhantes (e presentes em todos os dias da série temporal, salvo raras exceções), verifica-se a prevalência da classificação “Religioso”. Os conteúdos inseridos nesta categoria representaram 2,3% do tempo total, ou seja, 3 horas e 54 minutos (gráfico 8). Nesta classificação incluem-se, essencialmente, espaços de divulgação e autopromoção das várias religiões reconhecidas em Portugal (com clara predominância temporal para a Igreja Católica). O programa mais frequente chama-se “A Fé dos Homens” e tem a duração média de 33 minutos (2,3%), tempo habitualmente dedicado a conteúdos religiosos em cada dia. Porém, no sábado não houve qualquer espaço inserido nesta categoria, enquanto no domingo a sua expressão subiu para os 3,6% (52 minutos). Neste dia, foram transmitidos dois programas religiosos ao início da tarde: “Caminhos”, um programa dedicado à Igreja Adventista do Sétimo Dia em Portugal, onde é realizada uma entrevista com 26 minutos, e “70x7”, um programa de reportagem dedicado à Igreja Católica, onde a responsabilidade editorial pertence ao Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa) e que tem como objetivo descobrir “sinais do religioso nas pessoas”.

A categoria “Musical”, por sua vez, constituiu 1,7% do tempo total da série temporal, ou seja, 2 horas e 49 minutos (gráfico 8). Representada exclusivamente na programação de fim de semana, a categoria contou com um programa em cada um dos dois dias. No sábado (gráfico 2), a RTP2 transmitiu, no período da noite, o “Concerto de Paris” que perfaz um total de 2 horas e 1 minuto ou 8,4% da emissão diária para a categoria. No domingo (gráfico 3), por sua vez, assistimos ao “Concerto de Ricardo Deus Trio” durante a madrugada, o qual durou 48 minutos, significando uma expressão de 3,3% para a categoria.

Em seguida, a categoria “Cultural” representou cerca de 0,6% da grelha de programação da série temporal, o equivalente a 62 minutos, tendo tido expressão em apenas dois dias (gráfico 8). Na sexta-feira (gráfico 1), foi exibido o programa “Contentor 13” (durante a madrugada) que, ao ter uma duração de 29 minutos, ocupou 2% da

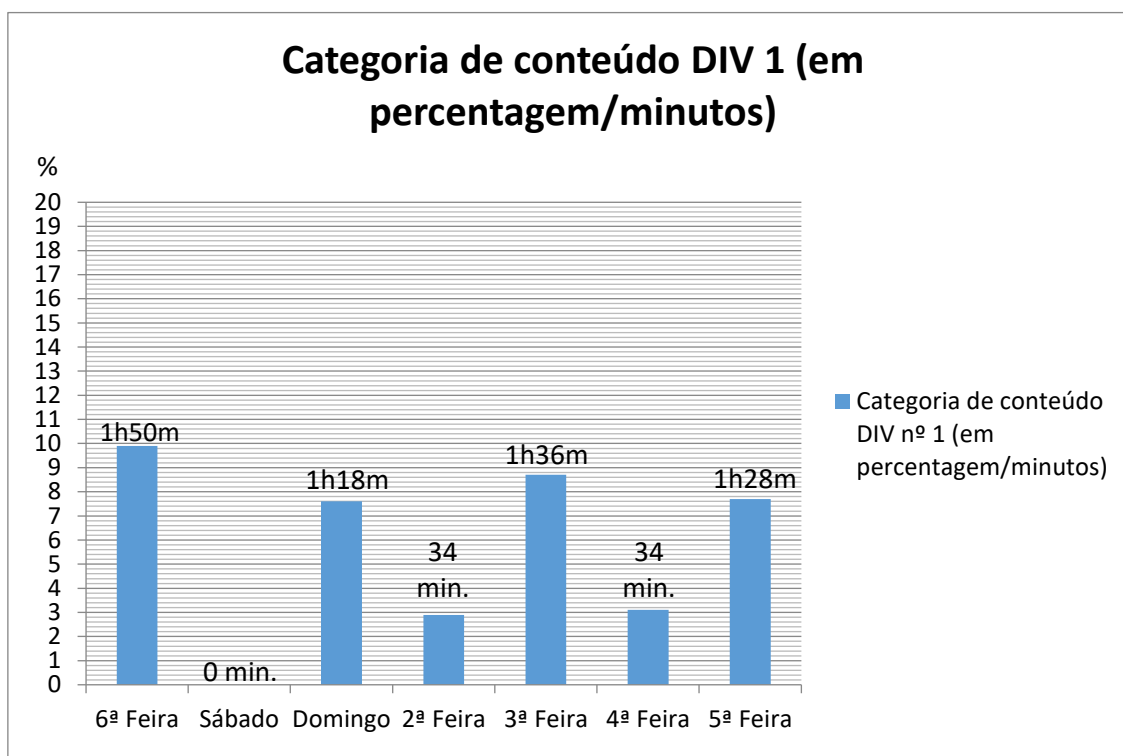
programação do dia. Já na terça-feira (gráfico 5), foi a transmissão, à noite, do programa “Literatura Aqui” (33 minutos) que atribuiu uma percentagem de 2,3% à categoria.

Por fim, com 6,2% do tempo total da série temporal (10 horas e 24 minutos), surgem os programas agrupados na categoria “Outros” (gráfico 8) por não seguirem os géneros televisivos acima descritos nem os conteúdos convencionados como categorias alternativas (“Religioso”, “Cultural” e “Musical”). Os espaços incluídos nesta categoria são: “Design Ah! Um Olhar sobre o Design” (programa educativo sobre design, transmitido de 2ª a 6ª feira); “Já vi este Filme” (espaço de comentário realizado por uma figura conhecida sobre o filme que é transmitido em seguida – 6ª feira); “Testes em Série” (programa educativo sobre ciência que põe os princípios científicos à prova, com o propósito de confirmar ou refutar mitos comuns sobre a ciência – transmitido no sábado e no domingo); “Taça do Mundo de Ginástica Artística 2016” (espetáculo desportivo transmitido no sábado e no domingo); “Parlamento” (espaço destinado ao debate transmitido no domingo); “Hora da Sorte – Lotaria” (2ª feira); “Eurodeputados” (espaço de discussão exibido na 3ª feira). O dia em que esta categoria teve maior expressão foi domingo (gráfico 3), onde ocupou 4 horas e 31 minutos, correspondentes a 18,8% da programação diária. Por outro lado, quarta-feira (gráfico 6) foi o dia onde a proporção desta categoria foi menos significativa: 13 minutos, ou seja, 0,9% do tempo total.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Euronews”, “Jornal 2” e “Repórter África” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes



Observando os valores apresentados pelas várias categorias ao longo dos dias, é possível verificar que a presente categoria é a que, no total, apresenta a segunda maior expressão (ver ponto 4.1). As subcategorias mais presentes foram “Diversidade Cultural”, “Diversidade Étnica” e “Pluralidade de Expressões e Vozes”. Tal deve-se a presença constante de diversas visões religiosas, assim como ao destaque dado (através de vários géneros como documentário, magazine e ficção) à presença de pessoas com diversas origens e culturas no ecrã, o que permite conhecer e valorizar pontos comuns e diferenças verificadas, já que os programas possibilitam a construção de um pensamento crítico, uma vez que são ouvidas diferentes vozes de forma construtiva e não superficial. As restantes subcategorias têm uma expressão mais baixa ou inexistente, muito devido às características das (muitas) séries estrangeiras transmitidas, as quais contribuem pouco para a existência de diversidade cultural na programação.

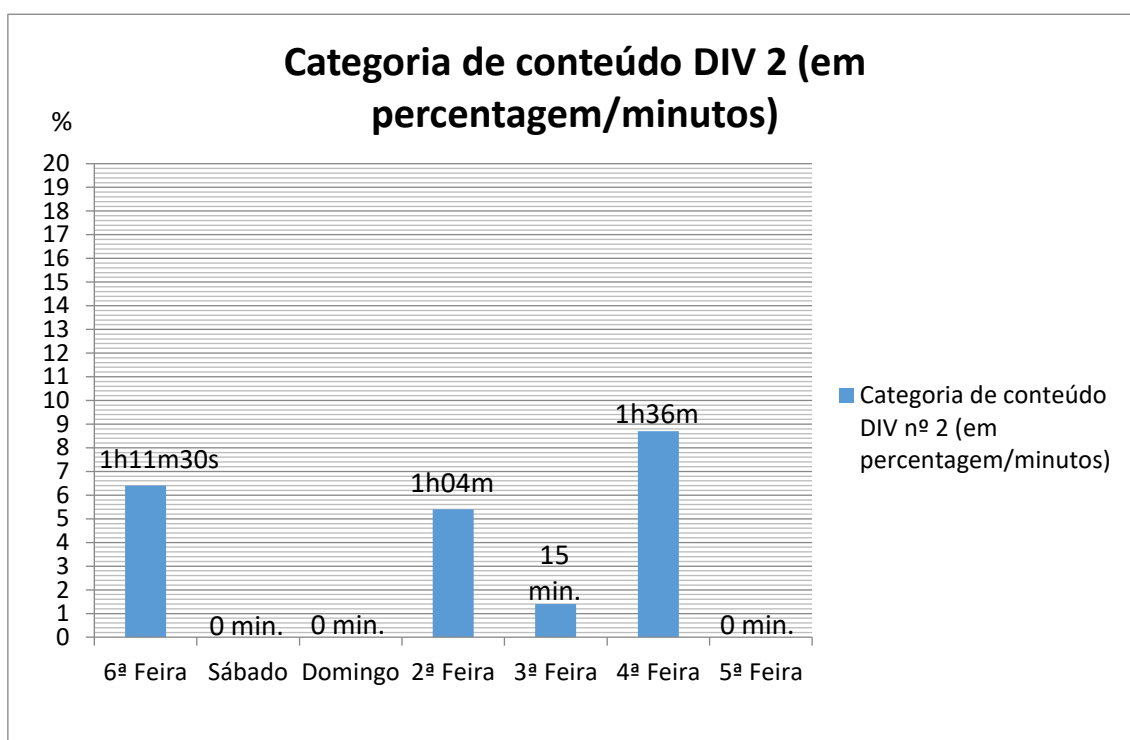
Também a programação “Infantil” contribui para a representação desta categoria: na 6ª feira (24 de junho), o episódio de “Zig Zag” revela “Diversidade Cultural” ao dar a

conhecer monumentos, gastronomia e curiosidades de Atenas, capital da Grécia. No dia seguinte (sábado – dia 25 de junho), é o episódio de “Cleo” que apresenta “Diversidade Cultural, Étnica e Linguística”. Cleo é uma cadela e Elsa é a sua dona. Elsa recebe um amigo indiano e como não conseguem entender-se com palavras, ele ensina danças do seu país – a cadela percebe que existem várias línguas no mundo e dizem algumas palavras em diversas línguas. Na quinta-feira, dia 30 de junho, a presente categoria encontra-se em dois momentos: na “Ilha das Cores” é feita uma abordagem à existência, e respetiva importância, de diversas línguas e costumes em diferentes países (“Diversidade Cultural e Linguística”); por fim, em “Zig Zag”, o minuto sobre capitais é, desta feita, dedicado a Paris, capital de França, explicando curiosidades, gastronomia e monumentos emblemáticos da cidade (“Diversidade Cultural”).

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Fé dos Homens (6ª feira; 2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 36/34/35/34/33 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Olvido (6ª feira): 90 minutos no total – Diversidade cultural, étnica e linguística (22m30 segundos) + Pluralidade das Expressões e Vozes (22m30 segundos);
- Contentor 13 (6ª feira): 29 minutos – Diversidade Étnica;
- 70x7 (domingo): 26 minutos – Diversidade Étnica;
- Terras de Monção (domingo): 52 minutos – Diversidade Cultural e Étnica;
- Sociedade Civil (3ª feira): 61 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- O Mundo de Cá (5ª feira): 55 minutos – Diversidade Cultural, Étnica e Linguística; Conteúdo Intercultural; Multiculturalismo.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação



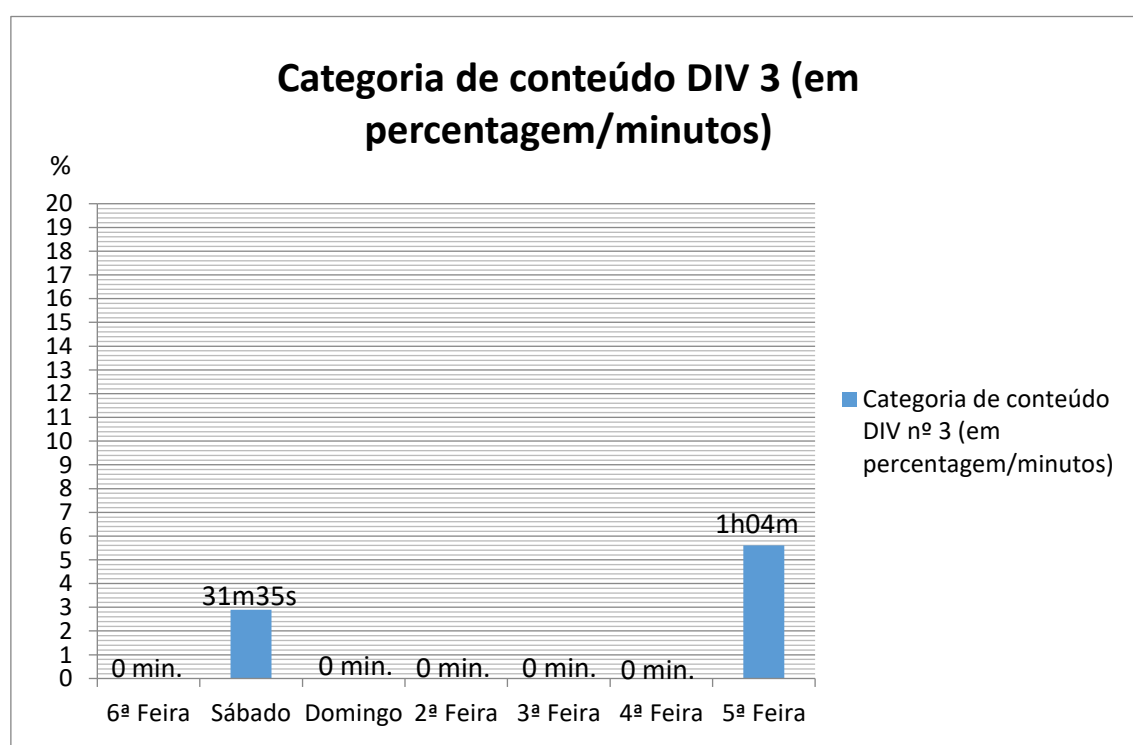
Considerando o panorama geral, trata-se da terceira categoria mais presente (ver ponto 4.1). É representada por poucos programas, havendo uma subcategoria sem expressão: “Subculturas Juvenis”. “Género e Discriminação”, por sua vez, aparece em apenas um programa: “Página 2”. Catarina Marcelino, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, foi a convidada deste programa de entrevista diário, já que havia sido divulgado um estudo que revelava a existência de diferentes tempos de trabalho para homens e mulheres, quer no emprego, quer em casa. A “Exclusão/inclusão Sociocultural” está presente em dois espaços: no filme documental sobre o Perú, “Olvido”, onde somos confrontados com a exclusão social derivada do nível de pobreza preocupante e do elevado fosso entre ricos e pobres; mas também no filme “Terra Firme” onde vemos a tentativa de refugiados de chegar à ilha siciliana (Itália) e a forma desumana como são recebidos. A Subcategoria mais presente é, então, “Questões da Juventude”. Podemos encontra-la no filme “Olvido”, nomeadamente através da denúncia do trabalho infantil, mas igualmente na série francesa “Pais Desesperados”, onde questões do dia-a-dia são expostas de uma forma realista e atual. Está, ainda,

presente no programa “Sociedade Civil” pois o tema da conversa foi a participação dos jovens na política.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Pais Desesperados (6ª feira; 4ª feira): 53/54 minutos no total – Questões da Juventude (26m30 segundos + 5 minutos);
- Olvido (6ª feira): 90 minutos no total – Questões da Juventude (22m30 segundos) + Exclusão/inclusão sociocultural (22m30 segundos);
- Sociedade Civil (2ª feira): 64 minutos – Questões da Juventude;
- Página 2 (3ª feira): 15 minutos – Género e Discriminação;
- Terra Firme (4ª feira): 91 minutos – Exclusão/inclusão Sociocultural.

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento



Trata-se da categoria menos representada na programação da série temporal (ver ponto 4.1). Ainda assim, embora estejamos a falar de uma presença muito baixa, é necessário realçar que as três subcategorias aparecem na grelha da série temporal. “Pessoas com necessidades especiais” surge em dois momentos. O primeiro é uma

breve rubrica do programa “Design PT” sobre uma designer portuguesa radicada em Londres que se dedica à joalheria medicamente prescrita, transformando simples próteses em obras de arte que os pacientes podem usar. O segundo é um episódio do programa “Corpo Clínico” dedicado a explicar as implicações da obesidade e formas de a combater, com recurso a testemunhos de quem passa ou passou pela doença. As subcategorias “Idosos” e “Experiências de Envelhecimento” estão presentes num dos episódios de “Sociedade Civil”, já que o mesmo teve como propósito tratar o tema “Viver na Terceira Idade”, sendo a questão fundamental “Como se vive em Portugal na terceira idade?”. Assim, pretendeu-se dar a conhecer melhor a vida dos idosos no nosso país, abordando-se as diversas questões inerentes à problemática.

Optámos, ainda, por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas 25 programas, dos 397 transmitidos (sem contar com os programas de informação diária), apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

No que concerne à programação classificada como “Infantil”, a subcategoria “Pessoas com necessidades especiais” tem uma expressão considerável. Destacamos a transmissão, de segunda a sexta-feira, de “Paula”, um desenho animado em que a protagonista é uma menina com Síndrome de Down. Também o desenho animado “Bombeiro Sam” (exibido no sábado, dia 26 de junho) apresenta uma personagem que utiliza uma cadeira de rodas, estando a mesma plenamente inserida pelo que nos episódios nem é necessário mencionar esse facto. Na quinta-feira (30 de junho), a subcategoria em análise está presente em dois espaços: no episódio de “Ilha das Cores”, através do ensino do alfabeto em língua gestual portuguesa, e no episódio de “As Aventuras de Duarte, o Grande”, quando um cão que havia sido abandonado é recolhido e treinado, tornando-se no “ouvido” de uma senhora surda para a ajudar no seu dia-a-dia, nomeadamente para a alertar quando o filho a chama ou a campainha toca.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Design PT (Sábado): 30 minutos no total – Pessoas com necessidades especiais (02m35 segundos);
- Corpo Clínico (Sábado): 29 minutos – Pessoas com necessidades especiais;
- Sociedade Civil (5ª feira): 64 minutos – Idosos/experiências de envelhecimento.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

Sociedade Civil T12 (6ª feira; 2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 66+63/58+64/65+61/63+63/65+64 minutos – Magazine (de informação). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa.

A Fé dos Homens (6ª feira; 2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 36/34/35/34/33 minutos – Religioso. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras.

Página 2 (6ª feira; 2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 19/13/15/14/17 minutos – Entrevista. Neste programa, entrevistar um convidado é a forma escolhida para analisar um tema da atualidade.

Visita Guiada (Sábado): 44 minutos – Magazine (cultural). Programa sobre peças da história da arte e da cultura portuguesas. Em cada emissão o programa elege uma peça-protagonista, num arco temporal de cerca de 800 anos e abrangendo todo o território nacional, ilhas incluídas. A peça-protagonista pode ser um pequeno cálice ou uma catedral, um conjunto de esculturas, uma pintura, um jardim botânico ou um complexo de arquitetura industrial. O que conta é a sua excecionalidade. Para cada uma das emissões conta com as explicações de um especialista diferente.

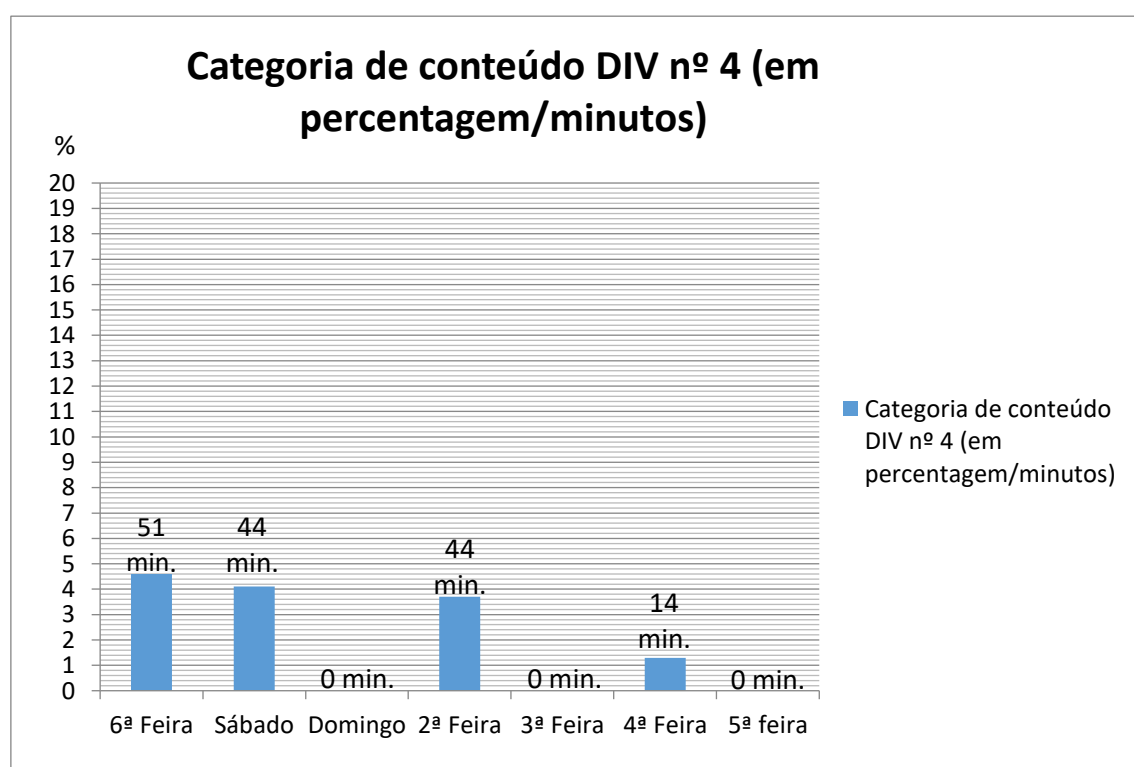
Voz do Cidadão (Domingo): 13 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública.

Caminhos (Domingo): 26 minutos – Religioso. Programa informativo semanal dedicado às atividades das diversas Igrejas representadas em Portugal.

Parlamento (Domingo): 44 minutos – Outros (debate). Programa destinado ao debate, entre deputados dos vários partidos com assento parlamentar, sobre temas importantes da atualidade.

Universidade Aberta (5ª feira): 28 minutos – Magazine (ensino superior). Este espaço pretende ser uma universidade de ensino público à distância, acompanhando situações da atualidade relacionadas com o ensino superior.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local



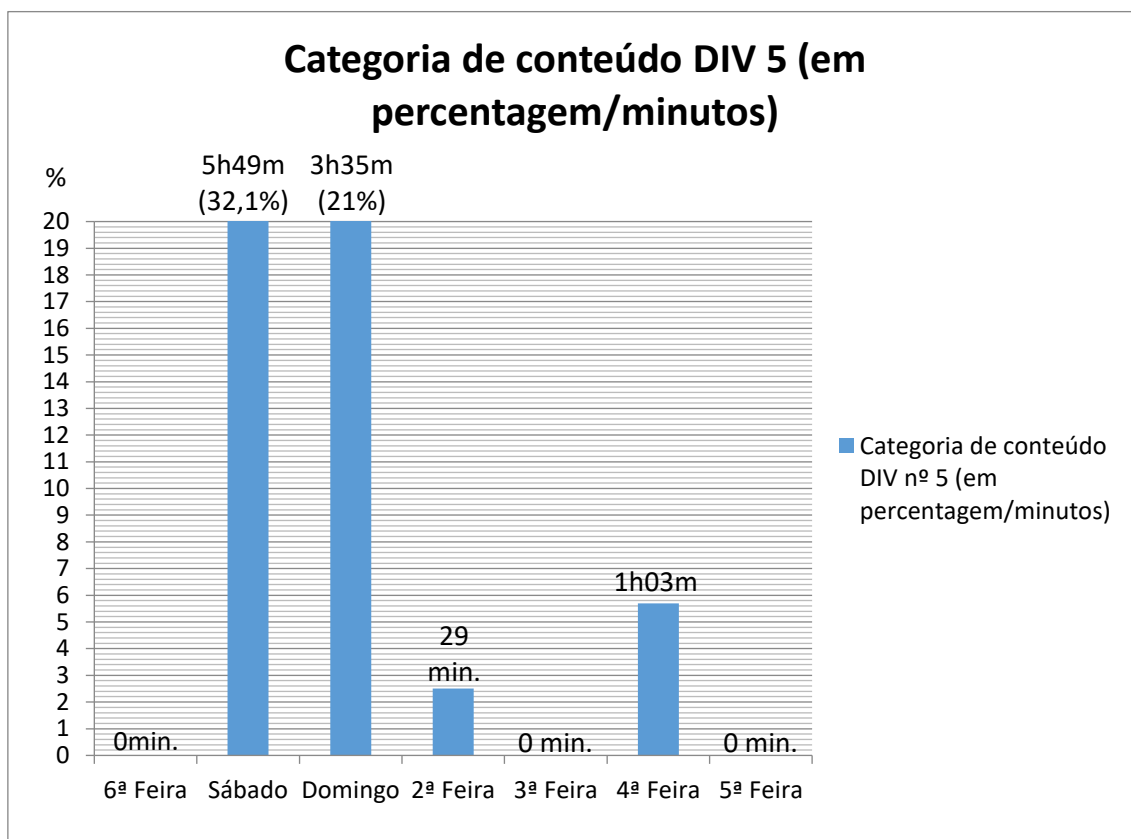
A expressão desta categoria é baixa, comparativamente às restantes, sendo a quarta mais presente na grelha de programação da série temporal (ver ponto 4.1). O programa

que melhor a representa é “Visita Guiada”, do qual foram exibidos dois episódios durante esta série temporal e que, em cada um, leva os espectadores a um local do país, dando a conhecer património arquitetónico, artístico, cultural e/ou ambiental a ele associado. Foram, ainda, transmitidos um documentário sobre a tradição do São João, designado “O São João é de Braga” e uma entrevista sobre a contribuição da Fundação Millennium BCP para a preservação do património edificado português, em “Página 2”. A programação “Infantil” contribuiu com uma rubrica do programa “Zig Zag” sobre o Museu do Teatro, em Lisboa, construído para preservar as ruínas de um antigo teatro romano.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- O São João é de Braga (6ª feira): 51 minutos;
- Visita Guiada (Sábado; 2ª feira): 44/44 minutos;
- Página 2 (4ª feira): 14 minutos.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva



É a categoria com maior expressão entre as cinco consideradas (ver ponto 4.1), embora nenhuma das categorias tenha expressão todos os dias. Uma parte considerável dos programas aqui incluídos coincide com os espaços acima descritos como “Outros”, já que, uma vez mais, procuramos destacar os géneros menos habituais em televisão, considerando, desta vez, apenas aqueles que vemos como mais importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva. Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos para um público jovem (mas também adulto), apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, presença de desportos menos habituais em televisão (Ginástica Artística Feminina e Masculina) e de música clássica e erudita e divulgação de investigação científica.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Taça do Mundo de Ginástica Artística 2016 (Sábado; domingo): 175/175 minutos;

- Isto é Ópera (Sábado): 53 minutos;
- Concerto em Paris 2015 (Sábado): 121 minutos;
- Voz do Cidadão (Domingo): 13 minutos;
- A Minha Tese (Domingo): 27 minutos;
- Esec-tv (2ª feira): 29 minutos;
- Cinemax Curtas (4ª feira): 63 minutos.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 07h00 e decorre até às 06h59, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 6ª Feira (24 de junho)

11h22: O São João é de Braga – Documentário (cultura) – 51 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: Proteção do património e da cultura local/nacional). Documentário dedicado à explicação e contextualização da mais antiga celebração comunitária da cidade de Braga, o São João.

13h07: Pais Desesperados – Série (comédia) – 53 minutos (cerca de metade do programa, ou seja, 26m30 segundos, é DIV – Categoria: Questões da Juventude). Neste episódio, uma das crianças apresenta resultados mais baixos na escola e é suscitada a dúvida sobre se será sobredotada ou não. O episódio mostra a reação da criança, da escola e dos pais perante os acontecimentos. O teste de QI acaba por revelar que o rapaz não é sobredotado e que precisa de se aplicar para ter bons resultados, pelo que os pais decidem acompanhá-lo enquanto faz os trabalhos de casa. Por outro lado, um casal com 18 anos quer dormir junto e tenta convencer os pais, enfrentando a relutância dos mesmos. Ao longo do episódio, os pais, quer do rapaz, quer da rapariga, apresentam argumentos contra a situação mas acabam por concordar mais perto do final.

15h06: A Fé dos Homens – Religioso – 36 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica e sublinha, com convidados em estúdio, a análise dos textos bíblicos escolhidos pela liturgia para as celebrações que aconteceriam no domingo seguinte. A segunda parte, por sua vez, é dedicada à Aliança Evangélica Portuguesa e fala sobre acampamentos levados a cabo por esta Igreja, destinados a várias faixas etárias, para que toda a família possa passar as férias de verão “com Deus”.

23h06: Olvido – Filme (documental) – 90 minutos (todo o programa é DIV – várias categorias). O programa em análise é de 2008, um filme documental da realizadora Heddy Honigmann que se desenrola em Lima, no Peru. É contada ao espetador a história do passado recente do Perú ao mesmo tempo que é feito um retrato da situação atual do país. Para a construção do enredo contribuem histórias e experiências de vida, verificando-se uma alternância entre as promessas políticas e a realidade que se vive nas ruas, as condições miseráveis de um povo esquecido. A crise económica, a falsa democracia, a corrupção política, os golpes de estado, o terrorismo, o contraste alarmante entre ricos e pobres, marcam profundamente este filme documental, mas, mais que tudo, marcam uma nação. Ao longo de todo o programa verifica-se a presença de conteúdos DIV. Contudo, para efeitos de contagem, será considerado que cada uma das quatro subcategorias está presente em cerca de um quarto do filme. A diversidade cultural, étnica e linguística é clara, uma vez que somos confrontados com diferentes costumes e formas de viver, da mesma forma que, ao não ser dobrado, ouvimos o idioma original: espanhol (22m30 segundos). São múltiplas as vozes presentes no documentário, pelo que podemos considerar que existe uma pluralidade das expressões e das vozes considerável (22m30 segundos). No programa surgem também as questões

da juventude, por exemplo, o trabalho infantil (22m30 segundos). A exclusão social, inserida na subcategoria “Exclusão/inclusão sociocultural” é visível, o nível de pobreza preocupante, o fosso entre ricos e pobres elevado (22m30 segundos).

00h43: Contendor 13 – Cultural – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade étnica). Contendor 13, uma viagem pelo mundo cultural falado em português, pretende revelar, ao longo de 13 episódios, o percurso artístico e pessoal dos seus entrevistados. Nesta temporada, serão entrevistados 13 músicos, assim como amigos dos mesmos e especialistas em Música. No presente episódio, conhecemos Aline Frazão, um dos nomes sonantes da nova geração de músicos angolanos. Cantora, compositora, guitarrista e produtora, nasceu e cresceu em Luanda, em 1988, e vive atualmente em Lisboa. Em 2011 lançou o seu álbum de estreia, "Clave Bantu". "Movimento", editado em 2013, é o seu segundo álbum, no qual assina a produção musical. Em dezembro de 2015 editou, em Portugal e Angola, "Insular", o seu terceiro disco de originais. Gravado na pequena ilha escocesa de Jura, "Insular" conta com a produção do britânico Giles Perring e com a participação do guitarrista Pedro Geraldes (Linda Martini). Em "Insular" apresentam-se as novas parcerias, com a poetisa angolana Ana Paula Tavares e a rapper portuguesa Capicua, bem como uma versão de "Susana", de Rosita Palma, com a participação especial de Toty Sa"Med. A diversidade de influências e parcerias torna-se, assim, evidente.

3.2 Sábado (25 de junho)

13h07: Design PT – Magazine (cultura) – 30 minutos – Disponível em RTP Play (conteúdo DIV entre os 18m38s e os 21m13s (02m35s) – Categoria: Pessoas com necessidades especiais). Um magazine cultural sobre a temática do Design, nas suas várias vertentes, e exclusivamente dedicado à criatividade "made in Portugal". Este programa privilegia a informação visual e direta do design português e difunde notícias sobre o design feito em Portugal, seja no domínio de marcas, produtos, da comunicação e das pessoas, nomeadamente os seus principais criadores e agentes, seja no campo da reflexão e do ensino da disciplina. Visa demonstrar a sua crescente importância na indústria e na exportação, bem assim como no reconhecimento externo do país e destina-se não apenas aos profissionais do setor como a toda a sociedade, procurando elevar o

conhecimento que os portugueses têm do design produzido em Portugal. Além dos valores consagrados, pretende também destacar novos talentos e apresentar projetos e conceitos inovadores nas diversas áreas do design (design gráfico, design de interiores, de comunicação, de produto, bio-design, design social, etc.), dimensionando o papel cada vez mais importante do design na sociedade atual. Neste episódio, destaca-se a presença de Olga Noronha, designer portuguesa radicada em Londres, que se dedica à joalheria medicamente prescrita, transformando simples próteses em obras de arte que os pacientes podem usar.

13h37: Corpo Clínico – Magazine (saúde) – 29 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: Pessoas com necessidades especiais). Magazine semanal dedicado à saúde, onde se debatem não só doenças específicas com especial prevalência na sociedade portuguesa, como também se cria um espaço de debate com especialistas em temas com impacto na prática da medicina, na utilização dos cuidados de saúde e na própria organização do Serviço Nacional de Saúde (SNS). No presente episódio, fala-se sobre implicações da obesidade, formas de a combater e ouvem-se testemunhos de quem passa ou passou pela doença.

15h00: Taça do Mundo de Ginástica Artística 2016 – Outros (Desporto) – 175 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Transmissão, em direto, da Taça do Mundo de Ginástica Artística (masculina e feminina), realizada em Portugal, no Centro de Alto Rendimento de Anadia. A ginástica é um desporto pouco representado na programação dos canais de televisão portugueses, pelo que esta transmissão contribui para a cultura desportiva dos telespetadores, fomentando a atribuição de relevo a modalidades para além do futebol (principalmente devido ao facto de se tratar de uma exibição em direto de uma competição importante disputada no nosso país).

19h36: Visita Guiada – Magazine (cultura) – 44 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, com tradução para Língua Gestual Portuguesa no ecrã, Paulo Almeida Fernandes, historiador de arte, leva-nos a conhecer a primeira representação conhecida de um galo em Barcelos, ou seja, a estátua que poderá estar na origem da lenda do galo

de Barcelos, tornada célebre pelos obreiros do imaginário do Estado Novo. Dá-nos igualmente a conhecer outras histórias relacionadas com Barcelos enquanto território pertencente aos caminhos de peregrinação que levam a Santiago de Compostela.

21h50: Isto é Ópera – Documentário (ópera) – 53 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Série documental que dá a conhecer aspetos importantes da ópera, cruzando-os a época em que as mesmas foram compostas, com as vivências do compositor e com aspetos psicológicos e comportamentais que se ligam aos nossos dias. Neste episódio, compreendemos melhor a ópera D. Giovanni, de Wolfgang Amadeus Mozart.

22h43: Concerto em Paris 2015 – Musical – 121 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Concerto em Paris, gravado a 14 de julho de 2015, a partir do Campo de Marte (Champs de Mars), na cidade de Paris, com a participação de mais de 250 músicos, incluindo a Orquestra Nacional de França, sob a direção de Daniele Gatti. Uma viagem pela ópera e por todos os continentes escutando obras-primas de Mozart, Puccini, Orff, Rachmaninov, Leonard Bernstein, Verdi, Kreisler, Offenbach, Massenet, Berlioz, Strauss e Gershwin.

3.3 Domingo (26 de junho)

13h05: Voz do Cidadão – Magazine (informação) – 13 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública. Neste dia, mereceu atenção o atendimento ao telespetador pela RTP, tendo os responsáveis da televisão pública sido chamados a responder às dúvidas dos espetadores sobre o assunto.

13h44: 70x7 – Religioso – 26 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade étnica). Trata-se de uma reflexão semanal das atividades e assuntos relacionados com a igreja católica, da responsabilidade editorial do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa). Em cada Domingo, é transmitida uma reportagem que “procura descobrir sinais do religioso na pessoa humana”. A partir de acontecimentos que a Igreja Católica

promove e, sobretudo, a partir de ações individuais ou de diferentes instituições ou empresas, foca a sua atenção na denúncia ao que não dignifica a pessoa humana e amplia iniciativas que querem contribuir para uma vida com qualidade. O presente episódio é considerado DIV porque aborda a situação de crise em Angola, do ponto de vista da Conferência Episcopal de Angola, mencionando desafios e procurando soluções para os problemas que o país enfrenta, nomeadamente a pobreza e o aumento das desigualdades sociais.

15h00: Taça do Mundo de Ginástica Artística 2016 – Outros (Desporto) – 175 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Transmissão, em direto, da Taça do Mundo de Ginástica Artística (masculina e feminina), realizada em Portugal, no Centro de Alto Rendimento de Anadia. A ginástica é um desporto pouco representado na programação dos canais de televisão portugueses, pelo que esta transmissão contribui para a cultura desportiva dos telespetadores, fomentando a atribuição de relevo a modalidades para além do futebol (principalmente devido ao facto de se tratar de uma exibição em direto de uma competição importante disputada no nosso país).

19h41: A Minha Tese – Documentário (investigação) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Trata-se de um programa dedicado a teses de doutoramento feitas em Portugal e por portugueses no estrangeiro, apresentando aqueles que se tornaram doutores e dando a conhecer o seu trabalho. O episódio transmitido foi sobre uma tese de doutoramento na área da Biologia apresentada por Nuno Monteiro, um biólogo de 41 anos. O programa destaca-se sobretudo área da disseminação da ciência.

20h08: Terras de Monção – Documentário (natureza/vida selvagem) – 52 minutos (conteúdo DIV entre os 13m41s e os 18m57s, ou seja, 05m16s – Categoria: diversidade cultural e étnica). A vida selvagem e a cultura do sul da Ásia foram moldadas por um dos maiores fenómenos da Terra: os ventos de monção que sopram pela vasta região, transformando seca em dilúvio. Toda a vida, humana e animal, é afetada por esse fenómeno meteorológico. Da costa norte da Austrália até os picos mais altos do Himalaia, dos desertos do norte da Índia às exuberantes florestas equatoriais de Bornéu, esta série documental viaja através das terras das monções. Ao longo do caminho,

temos uma amostra da variedade de espécies e cores dos animais selvagens, assim como da cultura de diferentes regiões e da forma como ambos lidam com o clima desordenado. Esta é a história de uma relação entre seres humanos e natureza que se desenvolveu ao longo de milhares de anos, todos vivendo à sombra das monções. O presente episódio é sobre a estação seca, quando as chuvas da monção só chegam em anos excepcionais. Um dos locais mencionados é o deserto do Rajastão, na Índia. Aqui, pastores nómadas, oriundos de diversos pontos distantes, concentram-se em Pushkar, uma cidade situada num oásis, para a maior feira de dromedários do mundo. O dinheiro conseguido com a venda dos mesmos permitirá às famílias terem dinheiro para se alimentarem durante os sete meses que dura a estação seca e durante os quais andarão a deambular pela areia, sujeitos a altas temperaturas.

3.4 2ª Feira (27 de junho)

14h58: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e consiste numa conversa sobre a importância da “inteligência espiritual”. A segunda parte, por sua vez, é dedicada ao budismo e conta com a presença de um monge budista que compartilha ensinamentos relevantes para conhecer melhor esta religião.

23h10: Visita Guiada – Magazine (cultura) – 44 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, a irmã Ana Maria leva-nos numa visita guiada ao Convento dos Cardais, em Lisboa, o qual dirige desde 1976. Este convento foi construído no século XVII, por ordem de dona Luísa de Távora, tendo sido um dos poucos edifícios que escapou ao

terramoto de 1755. Desde a sua criação, alberga freiras dominicanas e mulheres com necessidades especiais.

02h28: Esec-tv – Magazine (cultura) – 29 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), com o objetivo de divulgar iniciativas da instituição e da cidade de Coimbra. O episódio dá a conhecer Takami Nakamoto e Sebastien Benoits, que estiveram em Coimbra para apresentar o projeto musica "Reflections", no Convento São Francisco. Em seguida, é apresentado o projeto "Limites Invisíveis" – Programas "Casa da Mata", que pretende criar programas de educação outdoor, em ambiente natural, como complemento à educação formal, para crianças entre os 3 e os 10 anos. Conhecemos, ainda, a programação da iniciativa "Sons da Cidade", para acompanhar em Coimbra até ao dia 4 de julho.

02h57: Sociedade Civil – Magazine (informação) – 64 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: questões da juventude). O programa foi inteiramente dedicado aos jovens, particularmente à sua participação na política. O episódio emitido foi uma repetição. Existe a ideia de que os jovens estão cada vez mais afastados da política. Porém, essa é uma crença que deve ser contrariada. O programa apresentou exemplos de jovens, a nível internacional, que contrariam esta tendência. Os convidados do programa são, também eles, três exemplos de jovens portugueses que estão ligados à política, sendo estes o centro da conversa do programa. Os convidados são Vanessa Fernandes, presidente da junta de freguesia de Avô (Oliveira do Hospital); João Santos, líder da Juventude Socialista Democrata de Pombal; e, por fim, Pedro Cabrita, CEO da plataforma Reset.

3.5 3ª Feira (28 de junho)

15h05: A Fé dos Homens – Religioso – 35 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja

própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e começa por fazer uma síntese sobre os temas da “atualidade religiosa”. Em seguida, fala-se sobre as origens do cristianismo com a presença de um padre franciscano, Isidro Lamelas, em estúdio. A segunda parte, por sua vez, é dedicada à Aliança Evangélica Portuguesa e acompanha a 86ª edição da Feira do Livro, em Lisboa, onde a Sociedade Bíblica Portuguesa promoveu um espaço de leitura da Bíblia.

21h48: Página 2 – Entrevista – 15 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: Género e Discriminação). Neste programa, entrevistar um convidado é a forma escolhida para analisar um tema da atualidade. O presente episódio teve como convidada Catarina Marcelino, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, já que, neste dia, foi divulgado um estudo que revelava a existência de diferentes tempos de trabalho para homens e mulheres, quer no emprego, quer em casa.

01h39: Sociedade Civil – Magazine (informação) – 61 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: Pluralidade das expressões e vozes). Trata-se de um programa que visa debater temas atuais com a presença de convidados em estúdio. O presente episódio fala sobre a função de embaixador que constitui o cargo de topo da carreira diplomática. Conhecemos os embaixadores em Portugal de Angola, Israel, França, Tunísia, Paquistão, Marrocos e Emirados Árabes Unidos. Estes falam sobre a sua experiência e sobre os seus países, contribuindo para um debate alargado sobre o tema escolhido.

3.6 4ª feira (29 de junho)

13h06: Pais Desesperados – Série (comédia) – 54 minutos (conteúdo DIV ao longo do episódio num total de 5 minutos – Categoria: Questões da Juventude). No presente episódio desta série francesa, uma das personagens (uma adolescente) enfrenta a dificuldade de não se sentir integrada com os colegas da escola por ser diferente das

jovens populares que ditam a inclusão ou exclusão das restantes jovens. No entanto, a jovem (e os pais que entretanto percebem o problema) acaba por perceber como lidar melhor com a situação.

15h03: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da Aliança Evangélica Portuguesa e acompanha a festa de celebração do Dia Mundial da Criança levada a cabo pelo Centro Cristão Vida Abundante de Moscavide. Em seguida, a emissão é dedicada à Igreja Católica Portuguesa que sintetiza a atualidade religiosa para depois voltar ao estúdio com o convidado André Costa Jorge, Diretor do Serviço Jesuíta aos refugiados, que falará da sua viagem ao Líbano e da situação dos refugiados.

21h49: Página 2 – Entrevista – 14 minutos – Disponível em RTP Play (cerca de metade do tempo total do programa é centrado em questões DIV, ou seja, 7 minutos – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local). No presente episódio, o entrevistado foi Fernando Nogueira, presidente da Fundação Millennium BCP. O convidado falou sobre a importância de preservar o património cultural e edificado, salientando intervenções apoiadas pela fundação a que preside, nomeadamente para restauro de edifícios com elevado valor histórico e/ou patrimonial.

23h00: Terra Firme – Filme (drama) – 91 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Este premiado filme de origem italiana aborda a exclusão (ditada pelas leis italianas e pela ganância de alguns habitantes da própria ilha siciliana que exploram o turismo na mesma) de seres humanos catalogados como “ estrangeiros ilegais”, por serem imigrantes de origem africana que chegam em botes após longas viagens. Temos também a visão que os referidos imigrantes têm da vida e

das dificuldades por que passaram para conseguir uma vida melhor. Por outro lado, outros estrangeiros (os turistas) são bem-vindos porque têm dinheiro para gastar na ilha.

00h31: Cinemax Curtas – Magazine (cinema: apresentação/exibição de curtas-metragens) – 63 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado a enfatizar o valor do formato de curta-metragem como forma de descoberta de novos talentos nacionais, assim como de valorização de autores clássicos. Garante a exibição regular de curtas-metragens complementada por breves entrevistas que apresentam os seus autores.

3.7 5ª feira (30 de junho)

15h05: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da Comunidade Islâmica Portuguesa e é dedicada às celebrações do mês do Ramadão. A segunda parte, por sua vez, foi destinada à Igreja Católica Portuguesa e teve como tema as Jornadas de História sobre os Dominicanos em Portugal. O assunto foi tratado com recurso a uma entrevista, em estúdio, após terem sido dadas as notícias referentes à atualidade religiosa.

23h00: O Mundo de Cá – Documentário (Cultura/História) – 55 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural; multiculturalismo). O programa começa em Goa, a cidade onde os portugueses quiseram fazer um espelho de Portugal. Alguns templos perdidos no interior mostram o passado próprio do território e uma viagem até às belíssimas

arquiteturas de Bijapur, no interior da Índia, introduz a cultura muçulmana e a obra dos sultões Adil – Shah que dominavam Goa antes da chegada dos portugueses. No Passo de Benastarim, referem-se os contactos entre portugueses e muçulmanos.

02h18: Sociedade Civil – Magazine (informação) – 64 minutos – Disponível em RTP (todo o programa é DIV – Categoria: Idosos/experiências de envelhecimento). Espaço de debate com tradução em Língua Gestual Portuguesa por um intérprete (no ecrã) sobre assuntos com importância social destinado, neste episódio, a tratar o tema “Viver na Terceira Idade”, sendo a questão fundamental “Como se vive em Portugal na terceira idade?”. Assim, pretendeu-se dar a conhecer melhor a vida dos idosos no nosso país, abordando-se as diversas questões inerentes à problemática. Os convidados do programa foram: Teresa Tomás (fisioterapeuta), Mário Ceitil (presidente da Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas) e Gentil Martins (médico cirurgião).

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP2 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 7 horas e 20 minutos = 27,7% dos conteúdos DIV e 5,7% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 4 horas e 7 minutos = 15,5% dos conteúdos DIV e 3,2% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 1 hora e 36 minutos = 6% dos conteúdos DIV e 1,2% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 2 horas e 33 minutos = 9,6% dos conteúdos DIV e 2% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 10 horas e 56 minutos = 41,2% dos conteúdos DIV e 8,5% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 168 horas

4.2.2 De emissão (sem programas de informação diária): 129 horas e 8 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 26 horas e 31 minutos = 20,5%

4.2.3.1 6ª Feira = 3 horas e 53 minutos (21%)

6 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 Sábado = 7 horas e 5 minutos (39,1%)

6 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 Domingo = 4 horas e 53 minutos (28,6%)

5 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 2ª Feira = 2 horas e 51 minutos (14,5%)

4 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 3ª Feira = 1 hora e 51 minutos (10%)

7 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 4ª Feira = 3 horas e 27 minutos (18,8%)

5 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 5ª Feira = 2 horas e 32 minutos (13,3%)

3 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil (considerada DIV): 46 horas e 52 minutos = 27,9% do tempo total da série temporal

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 17 horas e 17 minutos = 13,4%

4.2 Análise da programação da RTP2 de 31/10 e 18/12 de 2016

1 Descrição geral da programação da RTP2 durante o período

Com o propósito de descrever a programação da RTP2, procedemos à classificação dos 427 programas contabilizados em várias categorias relacionadas com o seu género ou conteúdo. A primeira categoria, “Infantil”, inclui apenas desenhos animados (séries infantis/juvenis pertencem à categoria “Ficção”, enquanto programas educativos – à exceção de “Zig Zag”, considerado programação infantil – são contabilizados como “Outros”, devido ao seu carácter esporádico na grelha de programação). Em seguida, a categoria “Documentário” inclui todos os programas incluídos neste género televisivo, independentemente do tema tratado. Ainda tendo em conta apenas os géneros televisivos, optámos por juntar “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” na mesma categoria, considerando que apresentam semelhanças consideráveis. Na categoria “Informação” (subdividida em “Informação Diária” e “Informação Não-diária”) incluímos, essencialmente, espaços noticiosos, nacionais e estrangeiros, cujo propósito principal é divulgar acontecimentos da atualidade. Por fim, a categoria “Ficção” abrange séries e filmes, nacionais e estrangeiros, independentemente do género ficcional ou público-alvo (foi transmitida, também, uma peça de teatro que contabilizámos como “Cultural”).

Por outro lado, optámos pelo estabelecimento de categorias baseadas no conteúdo dos programas, independentemente do seu género, de forma a reunir programas exibidos com frequência e cuja semelhança reside no tema tratado. Definimos, assim, três categorias a partir deste critério: “Religiosos” para programas de cariz marcadamente religioso e cuja produção é responsabilidade de entidades religiosas; “Cultural”, uma designação estabelecida para agregar os programas dedicados à cultura que não se integram completamente nas categorias definidas em função do género; e “Musical”, categoria que se destina, por sua vez, a abranger programas onde a música se destaca, ou seja, os concertos, essencialmente. Foi necessário, ainda, diferenciar os programas que, além de não pertencerem totalmente

aos géneros televisivos apresentados, também não podem ser reunidos de forma sólida através do conteúdo. Como tal, surge a categoria “Outros” onde enquadramos concursos, programas educativos e de culinária, entre outros.

Gráfico 1: Géneros Televisivos (2ª feira: 31/10)

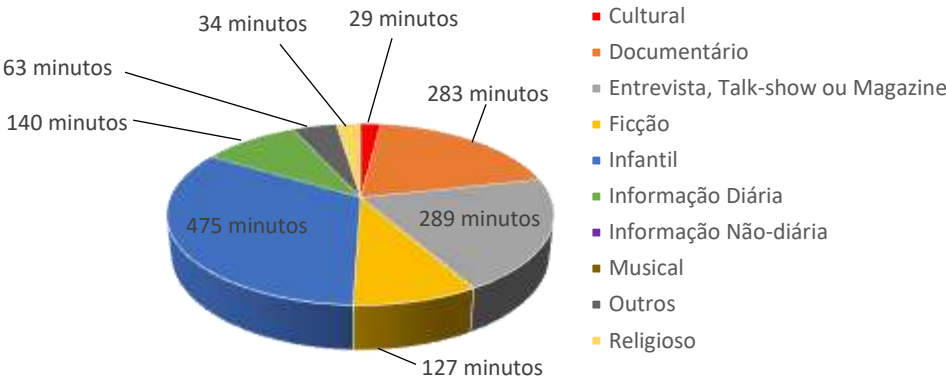


Gráfico 2: Géneros Televisivos (3ª feira: 8/11)

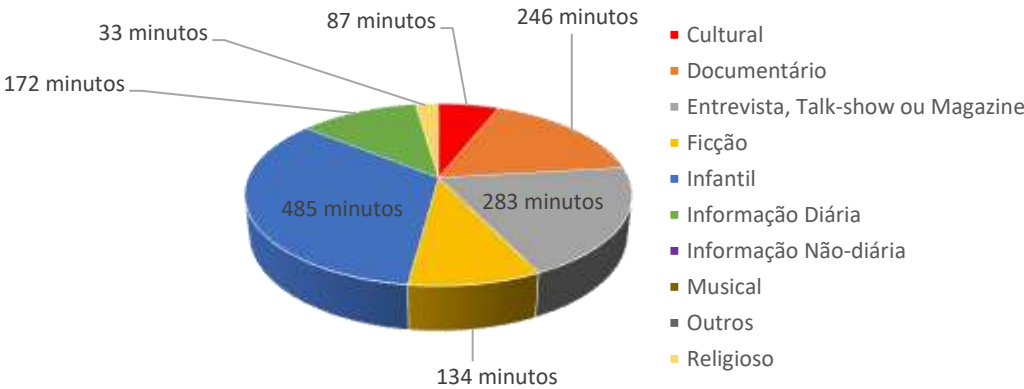


Gráfico 3: Géneros Televisivos (4ª feira: 16/11)

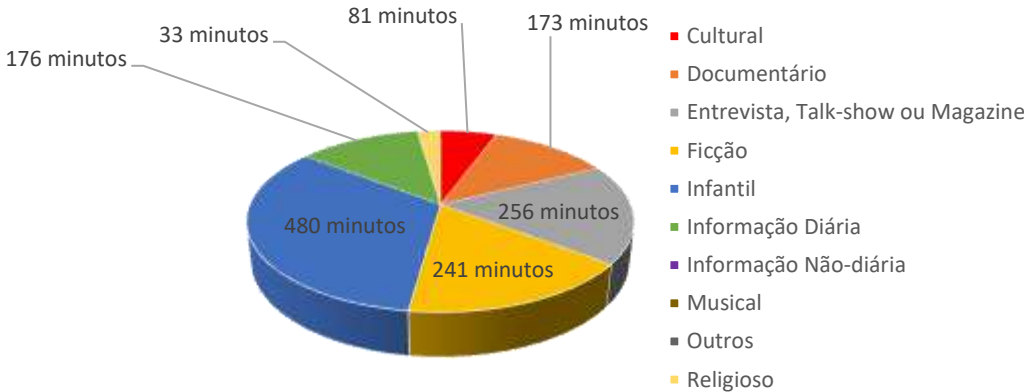


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 24/11)

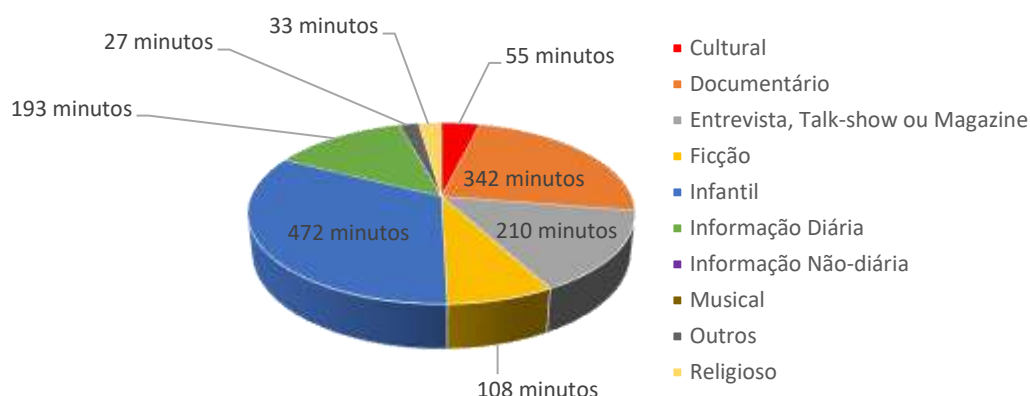


Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 2/12)

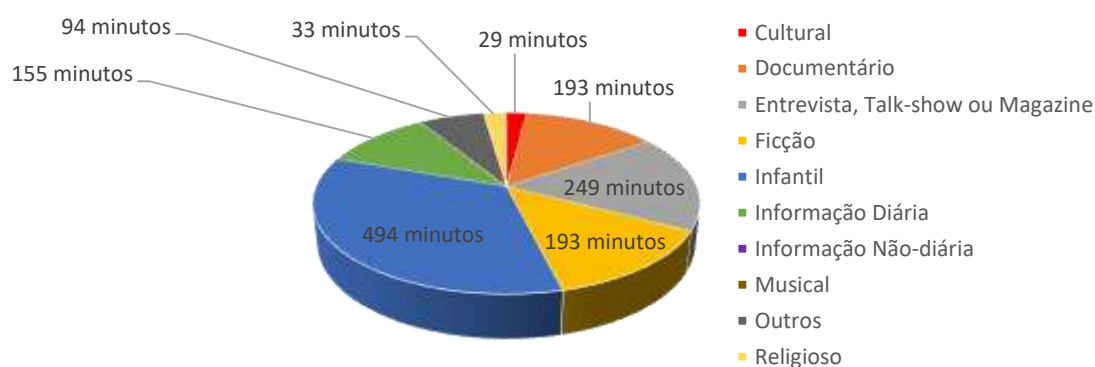
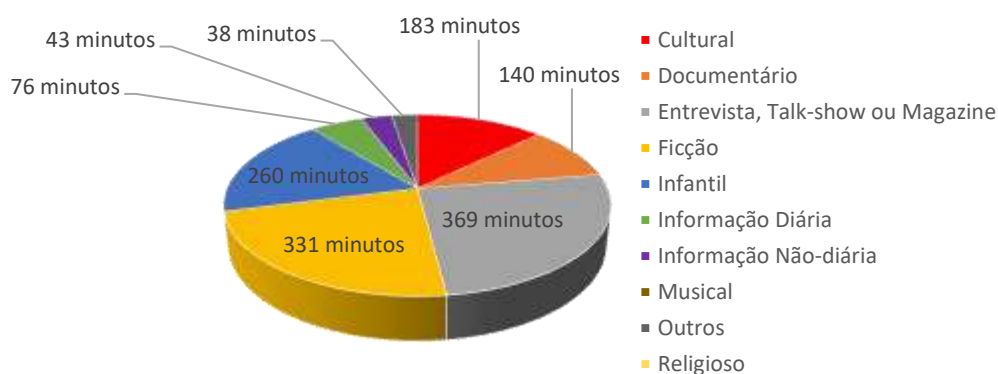
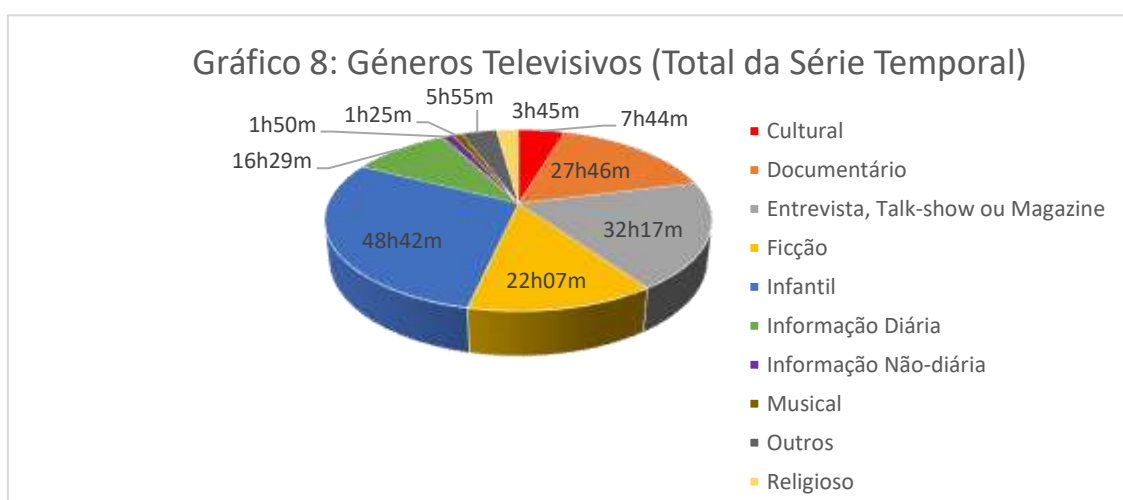


Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 10/12)





Através da observação dos gráficos circulares acima apresentados, é possível concluir que a categoria com maior expressão na grelha de programação, considerando o tempo total da série temporal (gráfico 8), é a “Programação infantil” que ocupou 29% do tempo total de emissão da série temporal, correspondente a 48 horas e 42 minutos. De segunda a sexta-feira, esta foi a categoria mais presente na grelha, variando entre os 33% e os 34% do tempo de emissão (cerca de 8 horas diárias, como mostram os gráficos 1 a 5). A programação infantil concentrou-se, nos dias úteis, em dois grandes blocos: de manhã entre as 07h e as 11h e à tarde entre as 16h30 e as 20h20, aproximadamente. No fim de semana, esta categoria constituiu apenas cerca de 18% da programação de cada dia, sendo a terceira mais presente na grelha dos referidos dias. Por outras

palavras, ocupou perto de 4 horas e 20 minutos em ambos os dias (gráficos 6 e 7), sendo transmitida no período da manhã, entre as 07h50 e as 12h20.

Embora a sua expressão tenha sofrido variações consideráveis ao longo da série temporal, “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” é a segunda categoria mais presente no somatório dos sete dias com 19,2% do tempo de emissão (32 horas e 17 minutos). Aparece com especial incidência no período da noite/madrugada e tem como assuntos principais a cultura (ex. “Visita Guiada”, “Portugal 3.0” e “No Ar”) e questões da atualidade (ex. “Sociedade Civil” e “Página 2”). O dia em que esta categoria teve menor tempo de emissão foi 6ª feira, já que constituiu 17,3% da programação, ou seja, 4 horas e 9 minutos (gráfico 3), tendo sido a segunda mais representada. No extremo oposto, sábado foi o dia em que a categoria teve maior destaque, dado ter sido aquela a que foi dada maior expressão. Representou 25,6% da grelha de programação, o que equivale a 6 horas e 9 minutos (gráfico 6). O aumento deve-se, em grande medida, à significativa presença do género “Magazine” neste dia. Tal formato começa a ser exibido pela hora do almoço e continua até madrugada, com vários temas abordados (ex. agricultura, ambiente, desporto, cultura, moda, etc.).

A terceira categoria mais representada na série temporal é “Documentário”, com 16,5% do tempo total de emissão, ou seja, 27 horas e 46 minutos (gráfico 8). Trata-se de uma categoria com uma variação maior do que a anterior, no que diz respeito à sua posição nos diferentes dias. Ocupou o primeiro lugar no domingo, com 20,1% do tempo total, o que, de acordo com o gráfico 7, corresponde a 4 horas e 49 minutos. No entanto, este não foi o melhor tempo atribuído a esta categoria ao longo da série temporal: na 5ª feira (gráfico 4), os documentários constituíram 23,7% da programação, com 5 horas e 42 minutos (tendo sido apenas superados pela programação infantil, como já foi referido). Nestes dias, consideramos que houve diversidade de temas abordados. Relativamente ao horário de transmissão destes programas, podemos afirmar que esteve concentrado no final da manhã/hora de almoço e no período noite/madrugada. Os temas abordados foram História, Vida animal, Música portuguesa, Madeira, Desporto (surf) e Ambiente (ecologia), havendo outros temas, esporadicamente, ao longo dos vários dias. Passando para os outros dias, salta à vista uma tendência para a exibição de documentários durante a madrugada (principalmente naqueles em que

ocupam uma menor percentagem de tempo). Sábado foi o dia em que esta realidade mais se evidenciou: a categoria referida ocupou apenas 9,7% da grelha, o que equivale a 2 horas e 20 minutos. Na mesma linha, também 4ª feira foi um dia em que os documentários tiveram uma expressão baixa: representaram 12% da programação, ou seja, 2 horas e 53 minutos.

Mantendo a ordem decrescente, a categoria seguinte é “Ficção”, dado que constituiu 13,2% da grelha de programação da série temporal, o que equivale a 22 horas e 7 minutos. É muito frequente no horário da noite e constituída principalmente por séries, quer portuguesas quer estrangeiras, cujos géneros são variados, abrangendo desde fantasia até comédias e reconstituições históricas, havendo também lugar para séries infantis/juvenis. O espaço dedicado a esta categoria apresenta, à semelhança do que se verificou nas anteriores, diferenças consideráveis ao longo dos vários dias. Estas devem-se, essencialmente, à exibição de filmes (na sua maioria estrangeiros) que fazem subir exponencialmente a percentagem da categoria “Ficção”, já que as séries geralmente têm uma duração menor. Na segunda e na terça-feira, são exibidas três séries, pelo que a percentagem dedicada à ficção é 9%, ou seja, cerca de 2 horas e 10 minutos (também na 5ª feira são transmitidas três séries, mas estas perfazem um total de 7,5% ou 1 hora e 48 minutos, constituindo o valor mais baixo da série temporal). Pelo contrário, na 4ª feira, a exibição de um filme e duas séries eleva esse valor para 16,7% (4 horas e 1 minuto), o que também acontece na 6ª feira, embora de forma menos evidente (13,4% ou 3 horas e 13 minutos – exatamente o mesmo número de minutos dedicados à ficção no domingo). Sábado, com cinco programas incluídos nesta categoria, é o dia que mais se afasta da média da série temporal (23% que equivalem a 5 horas e 31 minutos).

A próxima categoria, continuando a ter em conta a classificação baseada no género dos programas, é “Informação Diária” com 9,8% do tempo total (16 horas e 29 minutos). Ao contrário das anteriores, apresenta uma amplitude baixa no que se refere à variação da percentagem a ela destinada. Na maioria dos dias, situa-se entre os 10% e os 12%, o que corresponde a cerca de 2 horas e 30 minutos diários. As exceções são sábado e domingo, dias em que 5,3% do tempo equivale a 1h16 e 1h17 minutos respetivamente, devido à presença de informação não diária. Por outro lado, destaca-

se e 5ª feira, onde 13,4% do tempo equivale a 3 horas e 13 minutos. De segunda a sexta-feira, a informação começa ao início da tarde com notícias internacionais (“Euronews”), continua à noite com as principais notícias do dia (“Jornal 2”) e termina já de madrugada com uma atualização sobre a realidade africana (“Repórter África”), sendo estes os programas de informação mais frequentes. A principal diferença verificada ao fim de semana é o horário de “Euronews” que, nestes dias, é transmitido de manhã, antes do início da programação infantil que, como foi referido acima, aos sábados e domingos começa às 07h50 e não às 07h00.

A categoria menos representada, entre aquelas que foram definidas atendendo aos géneros televisivos, é a “Informação Não-diária”. Surge apenas no fim de semana e ocupa 1 hora e 50 minutos da grelha de programação da série temporal, ou seja, 1,1% do tempo total. O programa “Olhar o Mundo” (43 minutos) surge em ambos os dias, enquanto no domingo é transmitido também o espaço “Sabia que?”, destinado a esclarecer curiosidades sobre a atualidade científica.

Relativamente às categorias constituídas por programas com conteúdos semelhantes (e presentes em todos os dias da semana, salvo raras exceções), verifica-se a prevalência da classificação “Cultural”. Os conteúdos inseridos nesta categoria representaram 4,6% da grelha de programação da série temporal, equivalente a 7 horas e 44 minutos. Domingo foi o único dia no qual a referida categoria não teve expressão. Segunda e sexta-feira, por sua vez, apresentaram um programa que se inclui nesta classificação e que se mantém em vários dias: “Literatura Aqui”, um espaço de 29 minutos (2% do tempo de emissão) sobre questões literárias, com leitura de excertos de prosa e/ou poesia, consoante o tema do programa. Esporadicamente, outros programas semelhantes elevaram a percentagem total para cerca de 6% ou 1 hora e 25 minutos (aquele que teve transmissão durante mais dias foi “Contentor 13”, onde, a cada episódio, é traçada a biografia de um artista português de uma área diferente). Todavia, no sábado, a RTP2 transmitiu também uma peça de teatro escrita por Shakespeare, “Tanto Barulho para Nada”, pelo que o espaço total desta categoria subiu para os 12,7% (3 horas e 3 minutos), o valor mais elevado da série temporal.

A categoria “Religioso” constituiu, por sua vez, 2,2% da programação da série temporal, ou seja, 3 horas e 45 minutos. Nesta classificação incluem-se espaços de divulgação e autopromoção das várias religiões reconhecidas em Portugal (com predominância temporal das Igrejas Católica e Evangélica). O programa mais frequente chama-se “A Fé dos Homens” e tem a duração de 33 ou 34 minutos (2,3%), tempo habitualmente dedicado a conteúdos religiosos em cada dia. Porém, no sábado não houve qualquer espaço inserido nesta categoria, enquanto no domingo a sua expressão subiu para os 4,1% (59 minutos). Neste dia, foram transmitidos dois programas religiosos ao início da tarde: às 12h47, vemos “Caminhos”, um programa dedicado à Aliança Evangélica Portuguesa, onde é realizada uma entrevista com 28 minutos; e, em seguida, às 13h15, assistimos a “70x7”, um programa de reportagem, dedicado à Igreja Católica, cuja responsabilidade editorial pertence ao Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa) e que tem como objetivo de descobrir “sinais do religioso nas pessoas”.

Foi, ainda, transmitido um programa que incluímos na categoria “Musical” para diferenciar dos restantes espaços dedicados à cultura. Tratou-se de um concerto dado pelos vencedores do Prémio Jovens Músicos 2016, promovido anualmente pela RTP através da Antena 2, com o objetivo de descobrir novos talentos e promover os jovens intérpretes nacionais (ou residentes em Portugal) na área da música erudita e do *jazz*. O concerto foi transmitido no domingo, perfazendo um total de 1 hora e 25 minutos (0,9%) para esta categoria.

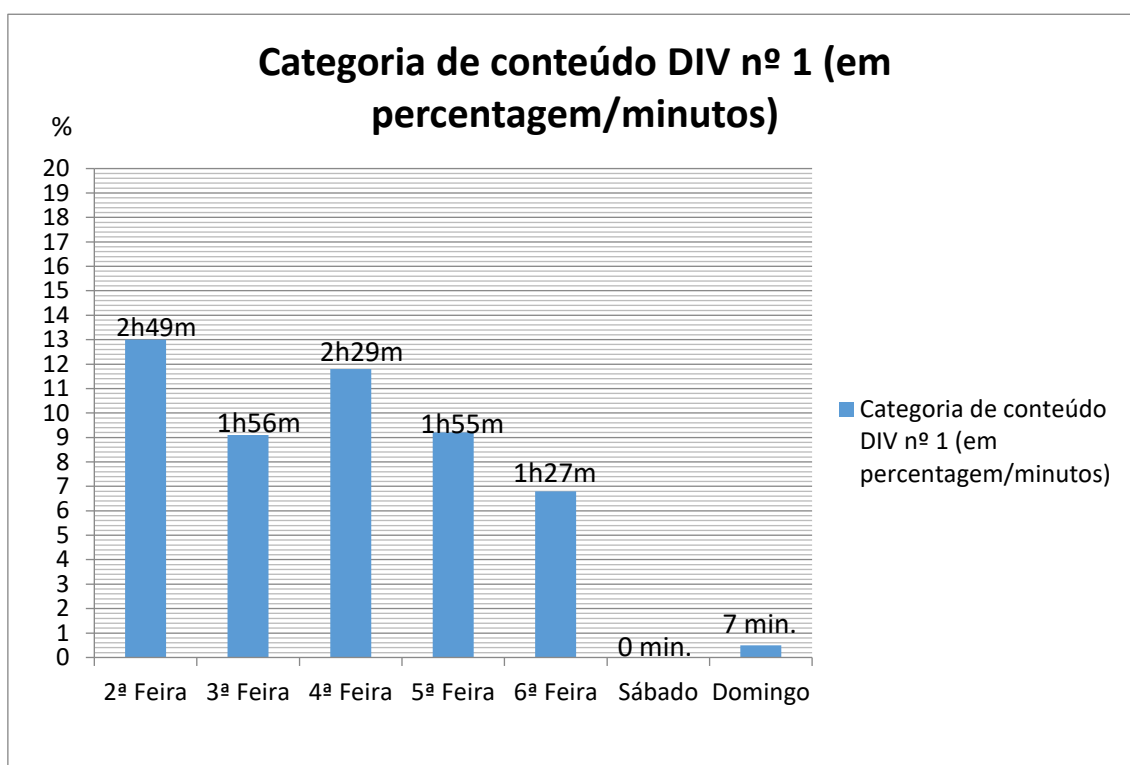
Por fim, com 3,5% do tempo total da série temporal (5 horas e 55 minutos), surgem os programas agrupados na categoria “Outros” por não seguirem os géneros televisivos acima descritos nem os conteúdos convencionados como categorias alternativas (“Religioso”, “Cultural” e “Musical”). Na 2ª feira, um espaço sobre viagens e o concurso “Hora da Sorte”, ocupam cerca de 4% da programação (63 minutos). Na 3ª e na 4ª feira não há qualquer programa inserido nesta categoria. Quinta-feira conta, por sua vez, com um programa desta categoria, “Ingrediente Secreto”, que dura 27 minutos (1,9%) e continua presente nos restantes dias a partir daqui. A expressão desta categoria é maior na 6ª feira, com 6,5% (1 hora e 34 minutos), e no domingo, com 9,2% (2 horas e 13 minutos). No primeiro dia (6ª feira), destacamos “Onde está o Tesouro”, um

programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão, do qual foram transmitidos dois episódios. No segundo dia, domingo, é relevante a transmissão do programa “Parlamento”. No meio da programação infantil surge, ainda, “Pensa como um Corvo!”. Trata-se de um espaço onde o método científico é exposto com exemplos práticos, para interessar aos mais jovens (este programa e “Ingrediente Secreto” são os espaços que representam a categoria referida no sábado, constituindo 2,6% da sua programação ou 38 minutos). Por fim, da parte da tarde, “Testes em Série” volta a pôr os princípios científicos à prova, com o propósito de confirmar ou refutar mitos comuns sobre a ciência.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor relativo ao tempo de emissão dos programas de informação diária, que, como dissemos, não se enquadram na metodologia de análise da programação em geral. Desta forma, os programas como “Euronews”, “Jornal 2” e “Repórter África” foram subtraídos do valor total de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes



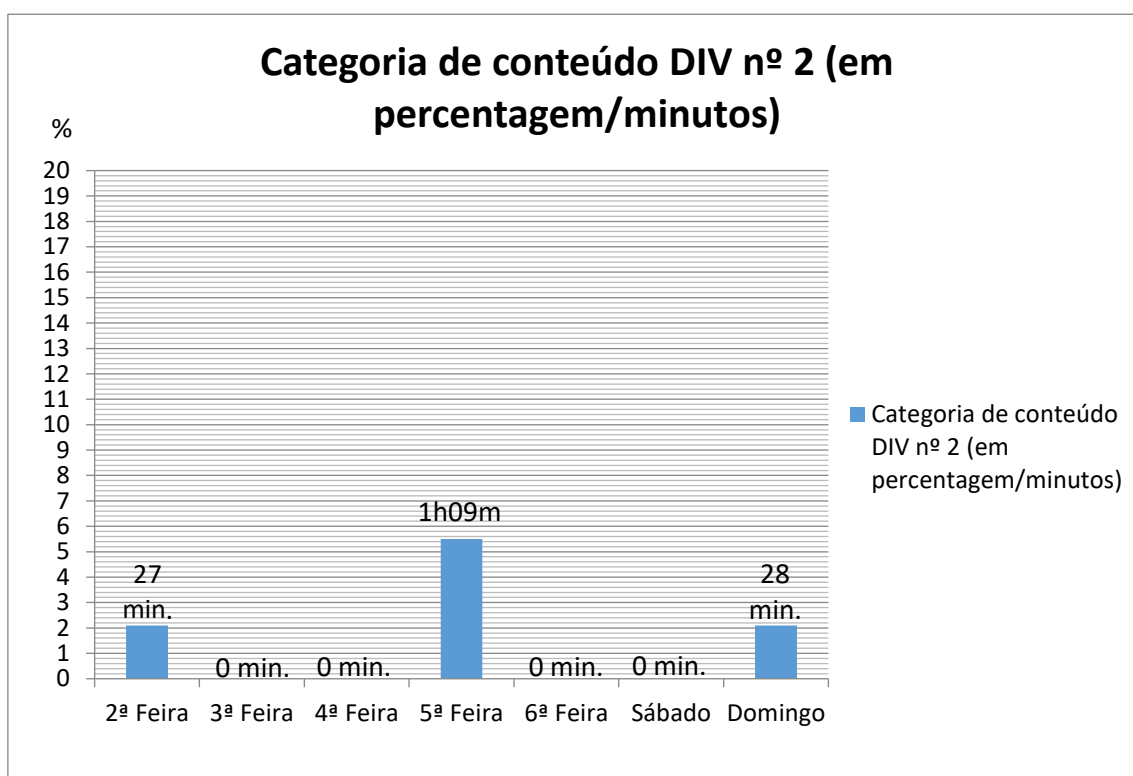
Observando os valores apresentados pelas várias categorias ao longo dos dias, é possível verificar que a presente categoria é a que, no total, apresenta a maior expressão (ver ponto 4.1). Todavia, os números elevados da presente categoria devem-se, em grande medida, à exibição considerável de filmes e séries em vários idiomas, nomeadamente Inglês, Francês, Hebraico ou Japonês, o que contribui para a “diversidade linguística” (embora nem todos sejam contabilizados como “DIV”, uma vez que o seu contributo a nível de qualidade para a expressão de diversidade cultural não é significativo em todos os casos. Esta situação é particularmente visível no caso de sábado: foram exibidos 170 minutos de ficção estrangeira mas a percentagem de conteúdos DIV é nula, ou seja, esta categoria não tem expressão no dia referido em nenhuma das subcategorias apresentadas). A “pluralidade das expressões e vozes” e a “diversidade étnica” têm também alguma expressão devido, por um lado, ao espaço dado a várias religiões, e, por outro, à existência de alguma representatividade de pessoas oriundas de países africanos, em programas onde são convidados, não se tratando, portanto, de uma presença regular. Relativamente às outras subcategorias,

podemos afirmar que a sua presença é muito baixa ou inexistente, o que revela uma considerável falta de diversidade cultural nos programas da RTP2.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Afinidades (2ª feira): 44 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 34 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- O Bairro T1 (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 23 minutos – Diversidade Linguística;
- Agência Clandestina T1 (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira): 61 minutos – Diversidade Linguística;
- Efeito Borboleta T1 EP8 (4ª feira): 32 minutos – Diversidade Cultural;
- Portugal 3.0 (5ª feira): 56 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Vidas de Chapa, Vidas com Sonhos T1 EP6 (6ª feira): 29 minutos – Diversidade Étnica;
- Wru? (domingo): 7 minutos – Conteúdo Intercultural.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação



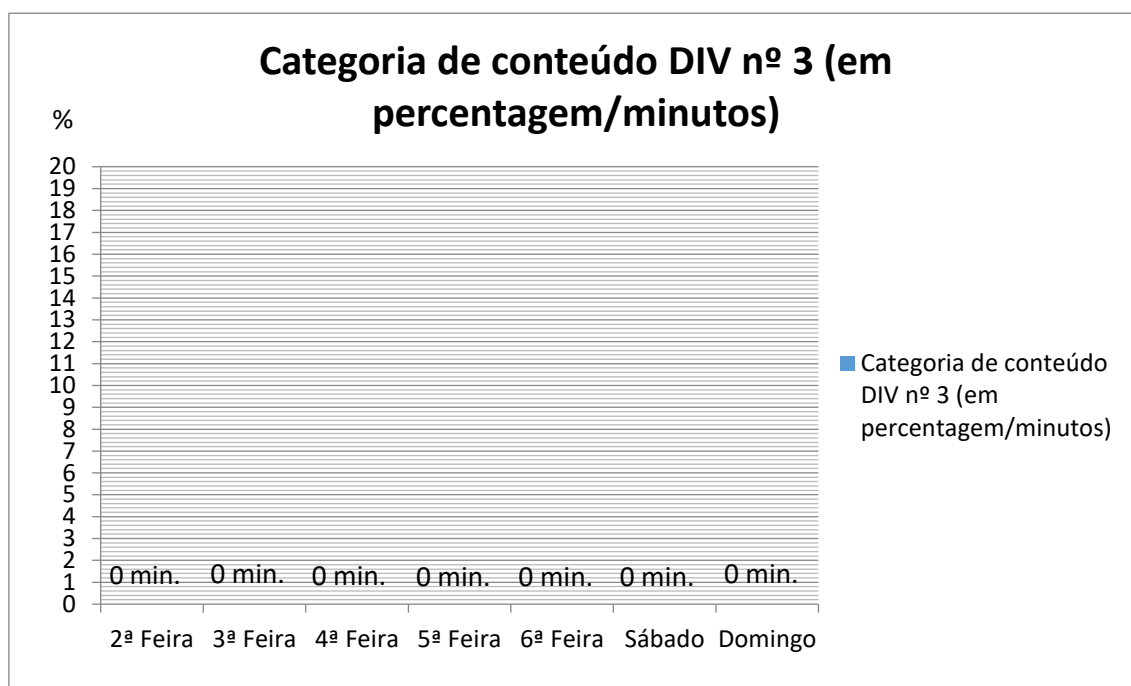
Das quatro categorias representadas na grelha de programação da série temporal analisada, esta é a que apresenta menor expressão (conforme demonstra o ponto 4.1). Durante a série temporal foram transmitidos apenas três programas inseridos nesta classificação, uma representação demasiado abaixo do que seria desejável em serviço público. “Questões da juventude” ou “subculturas juvenis” são subcategorias sem qualquer expressão na grelha de programação. Por outro lado, apenas um programa é enquadrável em “género e discriminação”, já que exalta a luta histórica que mulheres pioneiras travaram pela igualdade de género, destacando a vida de Beatriz Ângelo. Finalmente, “exclusão/inclusão sociocultural” é a subcategoria mais representada, tendo havido um debate sobre o tema e uma entrevista com voluntários de uma instituição que luta pela inclusão social.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- À Porta da História T1 EP6 (2ª feira): 27 minutos – Género e Discriminação;

- Sociedade Civil T12 EP164 (5ª feira): 69 minutos – Exclusão/inclusão Sociocultural;
- Caminhos (domingo): 28 minutos – Exclusão/inclusão Sociocultural.

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento



Não há nenhum conteúdo específico para esta categoria. Optámos apenas por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal, apenas 18 programas, dos 399 transmitidos (sem contar com os programas de informação diária), apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 34/33/33/33/33 minutos
 – Religioso. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade

Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras.

Sociedade Civil T12 (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 62/68/64/69/64 minutos – Magazine (de informação). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa.

ESEC-TV T8 (2ª feira): 34 minutos – Magazine (cultural; sobre cidade de Coimbra). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC).

Universidade Aberta (5ª feira): 28 minutos – Magazine (sobre ensino superior). Este espaço pretende ser uma universidade de ensino público à distância, acompanhando situações da atualidade relacionadas com o ensino superior.

Onde está o Tesouro T1 (6ª feira): 32+30 minutos – Outros (artes/cultura). Programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

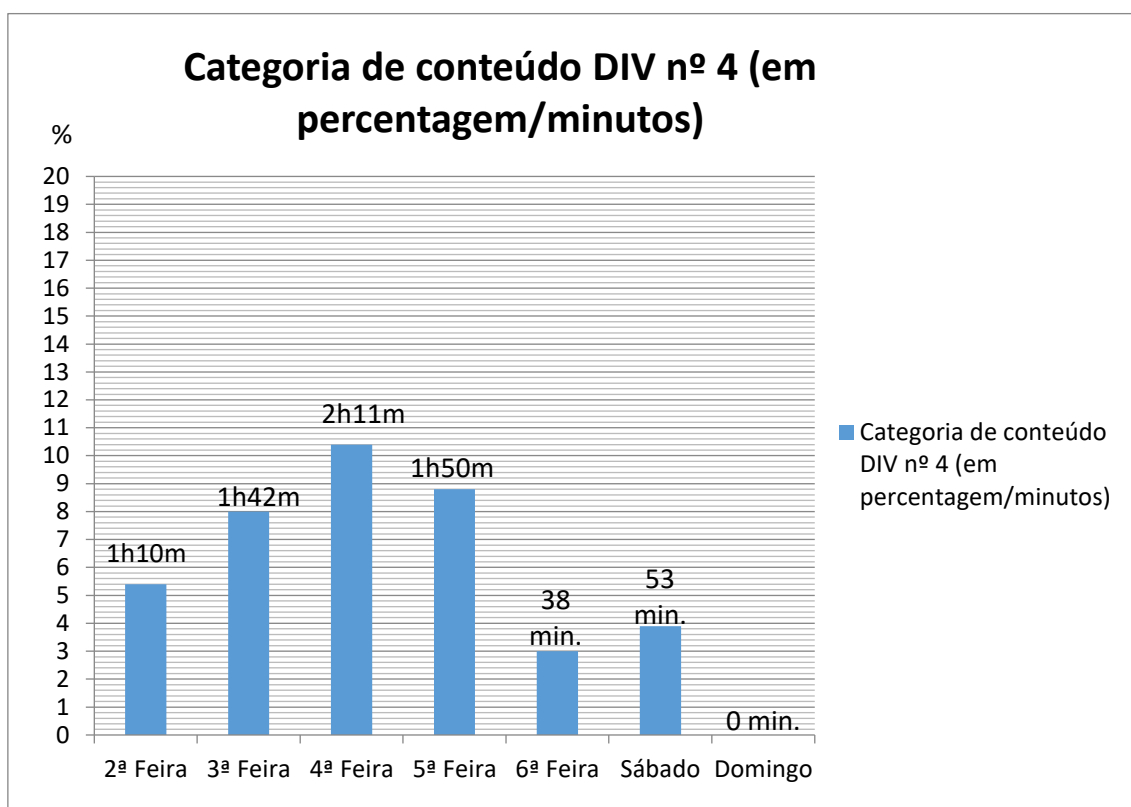
Biosfera (sábado): 30+33 minutos – Magazine (informação; ambiente). O presente espaço é um magazine semanal onde é dado relevo a questões ambientais.

Página 2 (sábado; domingo): 21/20 minutos – Entrevista. Neste programa, entrevistar um convidado é a forma escolhida para analisar um tema da atualidade.

Caminhos (domingo): 28 minutos – Religioso. Programa informativo semanal dedicado às atividades das diversas Igrejas representadas em Portugal.

Parlamento (domingo): 43 minutos – Debate. Programa destinado ao debate, entre deputados dos vários partidos com assento parlamentar, sobre temas importantes da atualidade.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local



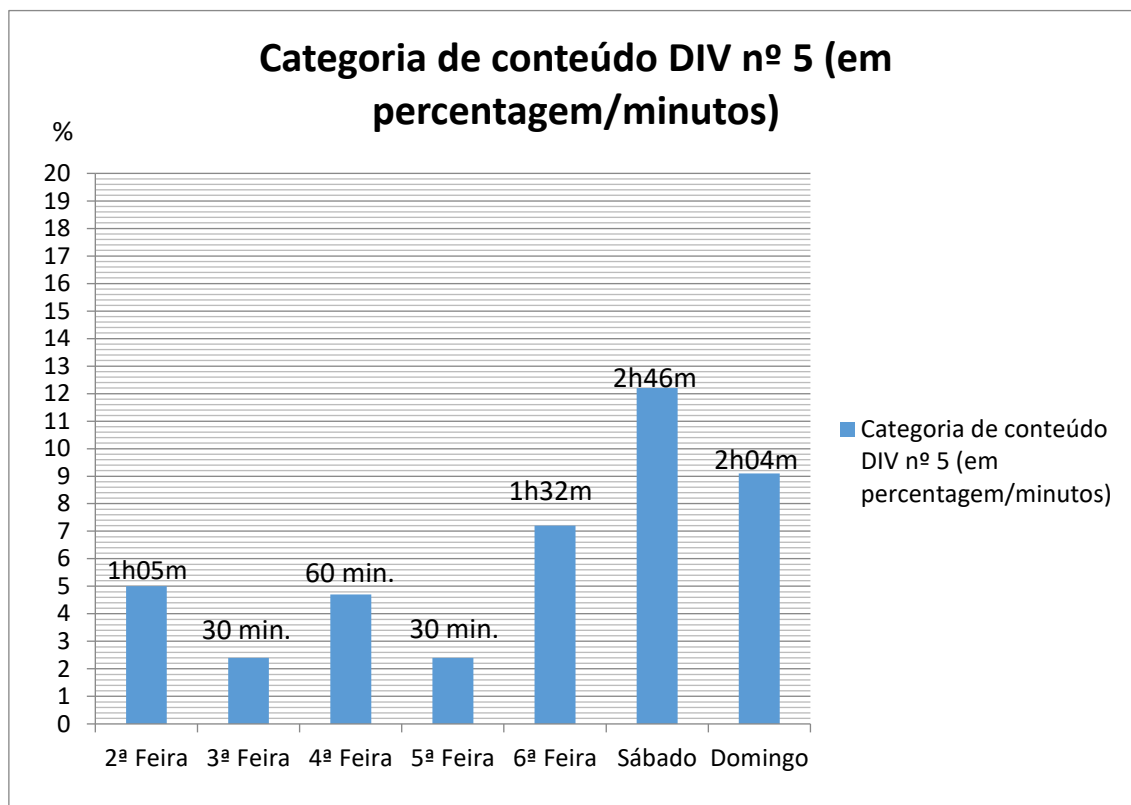
A expressão desta categoria é significativa, considerando o panorama geral (ver ponto 4.1). Embora seja representada por poucos programas (documentários e um magazine), há dias em que são transmitidos dois episódios ou em que são exibidos vários espaços diferentes. Desta forma, o número de minutos no ar torna-se considerável, já que se tratam de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico, ambiental, etc.) de vários pontos do país e as tradições que se mantêm ao nível da música popular (canto e instrumental), também em diversos pontos do território nacional.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Visita Guiada (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira; sábado): 37+33/37+31/44/27/38/53 minutos;
- O Povo que ainda Canta (3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 34/27/32 minutos;
- Júlio Pereira e os Homens do Cavaquinho (4ª feira): 60 minutos;

- O Sabor da Despedida (5ª feira): 51 minutos.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva



O gráfico apresentado permite constatar que a presença de programas com géneros televisivos alternativos, ou seja, diferentes daqueles que são mais frequentes, acontece com maior expressão ao fim de semana. Porém, também existem programas inseridos nesta classificação nos dias úteis, pelo que a categoria tem representação em todos os dias, o que nem sempre aconteceu, conforme enunciado anteriormente. Uma parte considerável dos programas aqui incluídos coincide com os espaços acima descritos como “Outros”, já que, uma vez mais, procuramos destacar os géneros menos habituais em televisão, considerando, desta vez, apenas aqueles que vemos como mais importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva. Podemos apontar, como exemplos relevantes (embora sejam transmitidos, na sua maioria, durante a madrugada), magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), uma peça de teatro, um magazine que avalia objetos em segunda mão, aludindo, muitas vezes, a factos históricos, entre outros.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- ESEC-TV (2ª feira): 34 minutos;
- Super Diva – Ópera para todos (2ª feira): 31 minutos;
- E2 – Escola Superior de Comunicação Social (3ª feira): 30 minutos;
- Cinemax Curtas T1 (4ª feira): 60 minutos;
- No Ar T2 (5ª; 6ª feira; domingo): 30 minutos;
- Onde está o Tesouro T1 (6ª feira): 32 minutos + 30 minutos;
- Pensa como um Corvo! (sábado; domingo): 10 minutos;
- Shakespeare, 400 Anos de Espanto (sábado): 156 minutos;
- Prémio Jovens Músicos 2016 – Concerto Vencedores de *Jazz Combo* (domingo): 85 minutos.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 07h00 e decorre até às 06h59, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (31 de outubro)

11h04: À Porta da História T1 EP6 – Beatriz Ângelo Biografia – Documentário (histórico) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: género e discriminação). Episódio dedicado a recordar a luta de Carolina Beatriz Ângelo pelos direitos das mulheres em Portugal, nomeadamente o direito ao voto e ao exercício pleno de medicina. Efetivamente, tornou-se na primeira mulher portuguesa a votar e a operar no Hospital de São José, entrando para a História. Ao longo do documentário, é reforçada a condenação da discriminação em função do género e a luta das mulheres pela igualdade legal entre homens e mulheres.

13h00: Afinidades T1 EP7 – Entrevista (a Kalaf Epalanga) – 44 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e vozes). Neste

episódio, Maria João Seixas entrevista o músico angolano Kalaf Epalanga. A conversa tem como temas principais o seu percurso enquanto músico e pensador, passando por perguntas sobre África de uma forma mais geral. É uma voz diferente na área da música pela nacionalidade angolana e por ser menos conhecido que outros músicos habitualmente mais mediáticos (entrevista traduzida para língua gestual portuguesa por uma intérprete no canto do ecrã, outro fator de elevada importância).

14h56: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. O presente episódio começa com um espaço dedicado à Aliança Evangélica Portuguesa que acompanha o Encontro Nacional das Igrejas Evangélicas dos Irmãos. A segunda parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e apresenta convidados em estúdio para conversar sobre a reforma protestante, já que se assinalam os 500 anos da mesma.

20h23: O Bairro T1 EP11 – Série (infantil/juvenil) – 30 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem, mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

20h53: Visita Guiada T6 EP27 – Magazine (cultura) – 37 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, a historiadora de arte Raquel Seixas e o antropólogo Aurélio Lopes, levam-nos numa visita guiada a Viana do Castelo para conhecer o Santuário de Nossa Senhora de Aires. Este apresenta uma escala monumental e uma erudição arquitetónica inesperadas. Além disso, o opulento baldaquino, ao centro da capela-mor da igreja, é único em Portugal.

22h25: Agência Clandestina T1 EP8 – Série (drama) – 61 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série francesa sobre um agente secreto que passou vários anos infiltrado no estrangeiro. Venceu o prémio *Syndicat Français de la Critique de Cinéma* 2015. Sem dobragem (falado em francês) e com legendas em português.

01h18: ESEC-TV T8 EP41 – Magazine (cultural; sobre cidade de Coimbra) – 34 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). O episódio acompanha a inauguração da 17ª Festa do Cinema Francês, assiste à celebração do Dia da ESEC e à Abertura Solene das aulas do Politécnico de Coimbra, lembra os símbolos da República, com "O Republicário", e apresenta os alunos vencedores do concurso Fiat Second Skin, do curso de Arte e Design da ESEC. É sempre traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã.

03h26: Super Diva – Ópera para todos T1 EP10 – Documentário (Musicais e eruditos) – 31 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Esta série de documentários procura explicar as características da ópera em geral e de óperas específicas, procurando aproximar o público de um género de música normalmente afastado da programação televisiva. Este episódio aborda a ópera do compositor napolitano Ruggero Leoncavallo, *Pagliacci*, estreada em 1892, em Milão, com a direção do maestro Arturo Toscanini.

03h57: Visita Guiada T2 EP11 – Magazine (cultura) – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, é José Meco, o maior especialista em azulejaria barroca

portuguesa, quem guia uma visita à Igreja de São Lourenço, em Almancil (Loulé, Algarve), um caso da História da Arte Barroca Europeia.

3.2 3ª Feira (8 de novembro)

11h32: O Povo que ainda Canta T1 EP5 – Documentário sobre música portuguesa (Viola Campaniça e Pedro Mestre) – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste conjunto de documentários, são mostradas várias facetas da música portuguesa através dos seus protagonistas. De Norte a Sul do país, Tiago Pereira e a sua equipa, partilham a criatividade de um povo que não quer ser esquecido. O presente episódio tem como centro a viola campaniça e as pessoas que se dedicam a tocá-la e a cantar acompanhadas por ela, em várias zonas do Alentejo.

13h00: Visita Guiada T6 EP27 (repetição) – Magazine (cultura) – Santuário de nossa Senhora de Aires, Viana do Castelo – 37 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio (já transmitido no anterior dia de análise – 2ª feira, 31/10/2016), a historiadora de arte Raquel Seixas e o antropólogo Aurélio Lopes, levam-nos numa visita guiada a Viana do Castelo para conhecer o Santuário de Nossa Senhora de Aires. Este apresenta uma escala monumental e uma erudição arquitetónica inesperadas. Além disso, o opulento baldaquino, ao centro da capela-mor da igreja, é único em Portugal.

14h57: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. O presente episódio começa com um espaço dedicado à Aliança Evangélica Portuguesa onde é abordada a disciplina de Educação Moral e Religiosa Evangélica, opcional nas escolas públicas desde o 1º ao

12º ano, e uma formação sobre o tema “Contar a História”, relacionada com a mesma. A segunda parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e assinala os 150 anos de presença em Portugal dos Missionários Espiritanos com uma entrevista em estúdio ao seu Provincial. Para além disso, são dadas notícias referentes à atualidade religiosa.

15h30: Sociedade Civil T12 EP152 – Magazine (informação) – 68 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pessoas com necessidades especiais). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa. O presente episódio tinha como tema algumas profissões em extinção e é considerado DIV porque é traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã.

20h37: O Bairro T1 EP11 – Série (infantil/juvenil) – 23 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

22h13: Agência Clandestina T1 EP14 – Série (drama) – 60 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série francesa sobre um agente secreto que passou vários anos infiltrado no estrangeiro. Venceu o prémio *Syndicat Français de la Critique de Cinéma* 2015. Sem dobragem (falado em francês) e com legendas em português.

01h26: E2 – Escola Superior de Comunicação Social – Magazine (variedades) – 30 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação

televisiva). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte vídeo.

04h10: Visita Guiada T2 EP19 – Magazine (cultura) – Episódio sobre Idanha-a-Velha, na Beira Baixa – 31 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Alexandre Alves Costa é o convidado escolhido para realizar esta visita guiada a uma aldeia histórica que cobre um arco temporal de dois mil anos e que foi objeto de uma intensa campanha de requalificação: Idanha-a-Velha. Isolada na raia beirã, a aldeia é romana, sueva, visigoda, muçulmana e cristã portuguesa.

3.3 4ª Feira (16 de novembro)

11h00: Júlio Pereira e os Homens do Cavaquinho T1 EP1 – Documentário sobre as origens do cavaquinho – 60 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Este documentário explora as origens do cavaquinho como um instrumento tipicamente português e que chegou até à Indonésia. Marca, ainda, o regresso do compositor e multi-instrumentista Júlio Pereira ao universo do cavaquinho, instrumento que, há mais de 30 anos, levou ao seu reconhecimento nacional e internacional.

14h57: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. O presente episódio destaca-se da maioria dos restantes devido ao espaço atribuído à Comunidade Israelita. O tema abordado é os 480 anos da Inquisição que, em Évora (local escolhido para a reportagem devido ao vasto património edificado que recorda o Santo Ofício e à exposição de

documentos que se encontra na biblioteca do município), perseguiu especialmente os judeus (88% dos processos) A segunda parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e apresenta as notícias da atualidade religiosa. Em seguida, o tema abordado em estúdio é o fim do Ano da Misericórdia.

20h34: O Bairro T1 EP11 – Série (infantil/juvenil) – 24 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

20h58: Efeito Borboleta T1 EP8 – Documentário (histórico) – 32 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade cultural). Esta série de documentários aborda acontecimentos da História que parecem pequenos mas que mudaram o mundo de alguma forma. Neste episódio, viajamos até ao início da civilização chinesa, onde o pensamento de um homem, Confúcio, cria uma filosofia que influencia milhares de pessoas até aos nossos dias. Um importante contributo que permite pensar para além dos paradigmas ocidentais, com os quais temos um contacto permanente, mas que não são os únicos do mundo.

22h12: Agência Clandestina T1 EP20 – Série (drama) – 60 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série francesa sobre um agente secreto que passou vários anos infiltrado no estrangeiro. Venceu o prémio *Syndicat Français de la Critique de Cinéma* 2015. Sem dobragem (falado em francês) e com legendas em português.

01h49: Cinemax Curtas T1 EP10 – Magazine (Cinema: apresentação/exibição de curtas-metragens) – 60 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado a enfatizar o valor do formato de curta-metragem como forma de descoberta de novos talentos nacionais, assim como de valorização de autores clássicos. Garante a exibição regular de curtas-metragens complementada por breves entrevistas que apresentam os seus autores.

04h10: Visita Guiada T4 EP1 – Magazine (cultura) – Torre do Tombo – 44 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Silvestre Lacerda é o convidado escolhido para abrir as portas da Torre do Tombo e guiar os telespetadores pelo cofre-forte de documentos-testemunhos que cobrem um arco temporal de 1100 anos e mobilizam investigadores dos quatro cantos do mundo.

04h54: O Povo que ainda Canta T1 EP12 – Documentário sobre música portuguesa (Chamarritas do Faial e do Pico) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste conjunto de documentários, são mostradas várias facetas da música portuguesa através dos seus protagonistas. De Norte a Sul do país, Tiago Pereira e a sua equipa, partilham a criatividade de um povo que não quer ser esquecido. O presente episódio tem como centro as pessoas que mantêm vivo o som das Chamarritas nas ilhas açorianas do Faial e do Pico.

3.4 5ª Feira (24 de novembro)

10h57: O Sabor da Despedida – Documentário sobre ambiente/ecologia – 51 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Documentário que expõe as consequências da construção da Barragem do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes, num dos poucos rios selvagens da Europa (Rio Sabor). Património histórico e natural é destruído, o que afetará a vida da população local, em nome do progresso energético.

14h57: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às

diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. O presente episódio começa com um espaço dedicado à Igreja de Jesus Cristo que aborda a capacidade criadora do ser humano e afirma a necessidade de pedir a Deus para descobrir a verdade. A segunda parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e começa com as notícias sobre a atualidade religiosa. Posteriormente, em estúdio, a entrevista é sobre o movimento de jovens “Eu Acredito”, o qual procura divulgar a espiritualidade mariana e promover a proximidade com o Papa.

15h30: Sociedade Civil T12 EP164 – Magazine (informação) – Episódio sobre inclusão social – 69 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Espaço de debate com tradução em Língua Gestual Portuguesa por um intérprete (no ecrã) sobre assuntos com importância social destinado, neste episódio, a responder à questão: “O que é inclusão e como se consegue obtê-la?”. É recuperada uma reportagem do programa “Portugal em Direto” sobre a NECI (Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo) para introduzir o tema e a sua importância. Depois, a emissão volta para o estúdio onde Teresa Mendes (Presidente da CRINABEL – cooperativa com estatuto de utilidade pública sem fins lucrativos, fundada em 1975 para promover a reabilitação de crianças e jovens com atraso no desenvolvimento) e Diogo Simões Pereira (Secretário-Geral da EPIS – Associação Empresários pela Inclusão) partilham a sua visão sobre o tema e as soluções que encontraram para tornar a sociedade mais inclusiva.

20h34: O Bairro T1 EP11 – Série (infantil/juvenil) – 26 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de

um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

00h28: No Ar T2 EP11 – Magazine (Musical/entrevista) – 30 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Parceria entre a RTP e a Antena 3, com a adoção do modelo ao vivo em estúdio. Semanalmente, bandas/artistas são convidados a tocar ao vivo as suas canções e a participar numa entrevista focada nas suas ideias. Além da raridade das parcerias entre rádio e televisão, o destaque maior é para a existência de música ao vivo regular, característica pouco frequente no dia-a-dia da televisão. Neste episódio, marcou presença a banda Golden Slumpers.

02h48: Portugal 3.0 – *Talk-show* – 56 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e vozes). Versão televisiva do programa de rádio da Antena 3. O objetivo é mostrar música ao vivo com convidados diversificados e divulgar novos projetos em várias áreas. Este episódio é um “best of”, uma oportunidade para rever todos os melhores momentos, o que garante a existência de convidados diversificados.

03h44: Visita Guiada T4 EP9 – Magazine (cultura) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, somos levados a conhecer Foz Côa e guiados por António Martinho Baptista (diretor do Parque Arqueológico do Vale do Côa). Situada na fronteira da Beira Alta com Trás-os-Montes, Foz Côa guarda o maior museu de arte paleolítica do mundo.

04h11: O Povo que ainda Canta T1 EP20 – Documentário sobre música portuguesa – Planalto Mirandês – 32 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste conjunto de documentários, são mostradas várias facetas da música portuguesa através dos seus protagonistas. De Norte a Sul do país, Tiago Pereira e a sua equipa, partilham a

criatividade de um povo que não quer ser esquecido. O presente episódio tem como centro os habitantes de Miranda do Douro e as suas tradições musicais.

3.5 6ª Feira (2 de dezembro)

13h00: Onde está o Tesouro T1 EP11 – Outros (artes/cultura) – 32 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão e traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete no ecrã. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

14h57: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. O presente episódio começa com um espaço dedicado à Aliança Evangélica Portuguesa, onde assistimos à iniciativa “Chá com Graça”. Trata-se de um encontro de mulheres, realizado na Igreja Batista de Queluz, com o objetivo de conviver, fazer peças de artesanato e aprender sobre um tema. O tema escolhido para esse encontro foi “Como lidar com a Ansiedade”. A segunda parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e analisa, com convidados em estúdio, o itinerário (inspirado em textos bíblicos) proposto pela liturgia católica para as quatro semanas anteriores ao Natal, com vista à preparação do mesmo.

20h35: O Bairro T1 EP11 – Série (infantil/juvenil) – 25 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

21h00: Onde está o Tesouro T1 EP12 – Outros (artes/cultura) – 30 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para ver todo o tipo de antiguidades que têm, avaliadas. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

02h34: Visita Guiada T1 EP5 – Magazine (cultura) – 38 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, o Historiador de Arte Francisco Queiroz leva-nos numa visita guiada a Lisboa para conhecer o Cemitério dos Prazeres. Exponente do romantismo em Portugal, é um dos maiores do país e tem mais de 7000 jazigos, incluindo aristocratas, escritores, políticos e artistas. Contém, ainda, um dos maiores e mais importantes cemitérios privados da Europa: o do 1º Duque de Palmela (Pedro de Sousa Holstein, 1781-1850) e sua família e criados. Este distingue-se pela escala imponente da construção e pelas obras de arte que acompanham as lápides.

03h38: No Ar T1 EP4 – Magazine (Musical/entrevista) – 30 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação

televisiva). Parceria entre a RTP e a Antena 3, com a adoção do modelo ao vivo em estúdio. Semanalmente, uma banda ou artista é convidado(a) a tocar ao vivo as suas canções e a participar numa entrevista focada nas suas ideias. Além da raridade das parcerias entre rádio e televisão, o destaque maior é para a existência de música ao vivo regular, característica pouco frequente no dia-a-dia da televisão. Neste episódio, marcou presença o cantor Benjamim.

04h08: Vidas de Chapa, Vidas com Sonhos T1 EP6 – Documentário sobre Sociedade – Episódio dedicado a Sara Judite – 29 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade étnica). Documentário sobre uma cidadã moçambicana: Sara Judite, de 44 anos. Vive no Bairro da Urbanização, arredores de Maputo. O pai abandonou-a quando ainda estava na barriga da mãe. Cresceu, casou, começou a vender roupa usada no mercado e de porta em porta. Encontrou no álcool um refúgio, mas superou tudo, com a ajuda da Igreja. Hoje, quer ser cantora. Já gravou um disco, mas não tem posses financeiras para o finalizar.

3.6 Sábado (10 de dezembro)

11h31: Pensa como um Corvo! – Outros (educativo) – 10 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Com o título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, esta série educacional tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação. É importante incentivar as crianças a pensar sobre ciência de forma apelativa, mas esta preocupação é rara na programação dos canais generalistas portugueses.

22h17: Shakespeare, 400 Anos de Espanto T1 EP3 – Cultural (teatro) – Tanto Barulho para Nada – 156 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). No ano em que se comemoram os 400 anos da morte do vulto maior do teatro mundial, a RTP homenageia William Shakespeare com a exibição de peças suas, produzidas pelo *Globe Theater: Romeu e Julieta, A Tempestade, Tanto Barulho Para Nada, Noite de Reis* e o documentário *Shakespeare: Last Will & Testament*. Neste episódio, é exibida a terceira peça *Tanto Barulho para Nada*, o que é importante atendendo à fraca presença do teatro na televisão portuguesa.

04h21: Visita Guiada T5 EP13 – Magazine (cultura) – 53 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, o historiador de arte, Nuno Saldanha, leva-nos numa visita guiada ao Museu do Fado, em Lisboa, para falar sobre a pintura “O Fado”, de José Malhoa, assim como de outras pinturas sobre o fado que se encontram no local.

3.7 Domingo (18 de dezembro)

11h28: Pensa como um Corvo! – Outros (educativo) – 11 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Com o título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, esta série educacional tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação. É importante incentivar as crianças a pensar sobre ciência de forma apelativa, mas esta preocupação é rara na programação dos canais generalistas portugueses.

12h47: Caminhos – Religioso – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Neste programa, dedicado à Aliança Evangélica Portuguesa, ficamos a conhecer a Associação REMAR e uma família de voluntários desta instituição. O objetivo da associação é promover a inserção social de pessoas sem-abrigo, toxicodependentes ou com outro tipo de problemas que as afastam da sociedade. O motor da mudança é, para as pessoas ligadas à instituição, a crença em Jesus Cristo. Além disso, existe um intérprete no canto do ecrã que traduz o que é dito para Língua Gestual Portuguesa.

17h55: Wru? – Série (infantil/juvenil) – 7 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural). Nesta série, destinada principalmente a um público jovem, dois adolescentes contam as suas viagens pelo mundo, mostrando interação com os locais e com os hábitos e atividades mais importantes das zonas visitadas. A exposição da informação é feita de forma simples e apelativa, na forma de uma conversa entre os jovens. Este episódio deu a conhecer Marrocos e Moçambique.

23h33: Prémio Jovens Músicos 2016 (Concerto Vencedores de *Jazz Combo*) – Musical – 85 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação

televisiva). Concerto com os vencedores do Prémio Jovens Músicos, promovido anualmente pela RTP através da Antena 2, com o objetivo de descobrir novos talentos e promover os jovens intérpretes nacionais (ou residentes em Portugal) na área da música erudita e do *jazz*. O programa distingue-se pelo destaque dado aos géneros musicais referidos, assim como pelo enfoque na descoberta de novos talentos.

05h10: No Ar T1 EP17 – Magazine (Musical/entrevista) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Parceria entre a RTP e a Antena 3, com a adoção do modelo ao vivo em estúdio. Semanalmente, uma banda ou artista toca ao vivo as suas canções e participa numa entrevista focada nas suas ideias. Além da raridade das parcerias entre rádio e televisão, o destaque maior é para a existência de música ao vivo regular, característica pouco frequente no dia-a-dia da televisão. Neste episódio, marcou presença a banda *Ghost Hunt*.

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP2 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 10 horas e 43 minutos = 35% dos conteúdos DIV e 7,1% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 2 horas e 4 minutos = 6,8% dos conteúdos DIV e 1,4% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 0 minutos

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 8 horas e 24 minutos = 27,4% dos conteúdos DIV e 5,5% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 9 horas e 27 minutos = 30,8% dos conteúdos DIV e 6,2% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 168 horas

4.2.2 De emissão (sem programas de informação diária): 151 horas e 31 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 30 horas e 38 minutos = 20,2%

4.2.3.1 2ª Feira = 5 horas e 31 minutos (25,5%)

9 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 4 horas e 8 minutos (19,6%)

8 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 5 horas 40 minutos (26,9%)

8 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 5 horas e 24 minutos (26%)

8 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 3 horas e 37 minutos (16,9%)

7 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 3 horas e 39 minutos (16,1%)

3 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 2 horas e 39 minutos (11,7%)

5 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil: 48 horas e 42 minutos = 29%

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 12 horas e 10 minutos
= 8%

4.3 Análise da programação da RTP2 de 5/6 e 23/7 de 2017

1 Descrição geral da programação da RTP2 durante o período

Com o propósito de descrever a programação da RTP2, procedemos à classificação dos 430 programas contabilizados em várias categorias relacionadas com o seu género ou conteúdo. A primeira categoria, “Infantil”, inclui apenas desenhos animados (séries infantis/juvenis pertencem à categoria “Ficção”, enquanto programas educativos – à exceção de “Zig Zag”, considerado programação infantil – são contabilizados como “Outros”, devido à sua presença mais reduzida na grelha de programação na semana exploratória). Em seguida, a categoria “Documentário” inclui todos os programas inseridos neste género televisivo, independentemente do tema tratado. Ainda tendo em conta apenas os géneros televisivos, optámos por juntar “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” na mesma categoria, dado que apresentam semelhanças consideráveis. Na categoria “Informação” (subdividida em “Informação Diária” e “Informação Não-diária”) incluímos, essencialmente, espaços noticiosos, nacionais e estrangeiros, cujo propósito principal é divulgar acontecimentos da atualidade. Por fim, a categoria “Ficção” abrange séries e filmes, nacionais e estrangeiros, independentemente do género ficcional ou público-alvo.

Por outro lado, optámos pelo estabelecimento de categorias baseadas no conteúdo dos programas, independentemente do seu género, de forma a reunir programas exibidos com frequência e cuja semelhança reside no tema tratado. Definimos, assim, três categorias a partir deste critério: “Religiosos”, para programas de cariz marcadamente religioso e cuja produção é responsabilidade de entidades religiosas; “Cultural”, uma designação estabelecida para agregar os programas dedicados à cultura que não se integram completamente nas categorias definidas em função do género; e “Musicais”, categoria que se destina, por sua vez, a abranger programas onde a música se destaca, ou seja, os concertos, essencialmente. Foi necessário, ainda, diferenciar os programas que, além de não pertencerem totalmente aos géneros televisivos apresentados, também não podem ser reunidos de forma sólida através do conteúdo. Como tal, surge a categoria “Outros” onde se enquadram, por exemplo, concursos, programas educativos, entre outros.

Gráfico 1: Géneros Televisivos (2ª feira: 5/6)

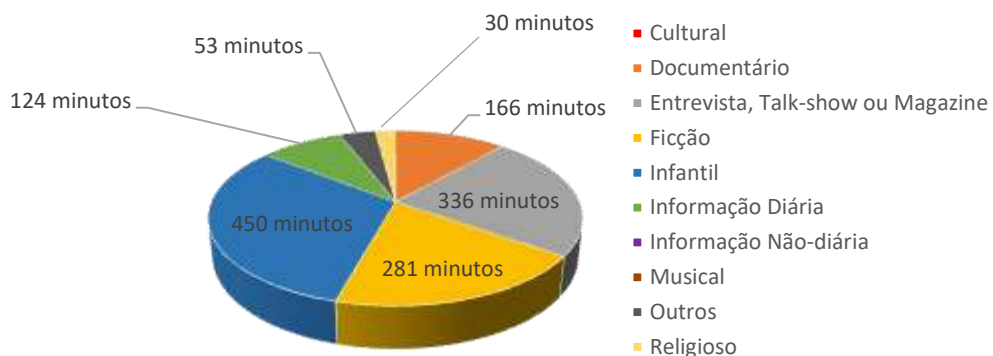


Gráfico 2: Géneros Televisivos (3ª feira: 13/6)

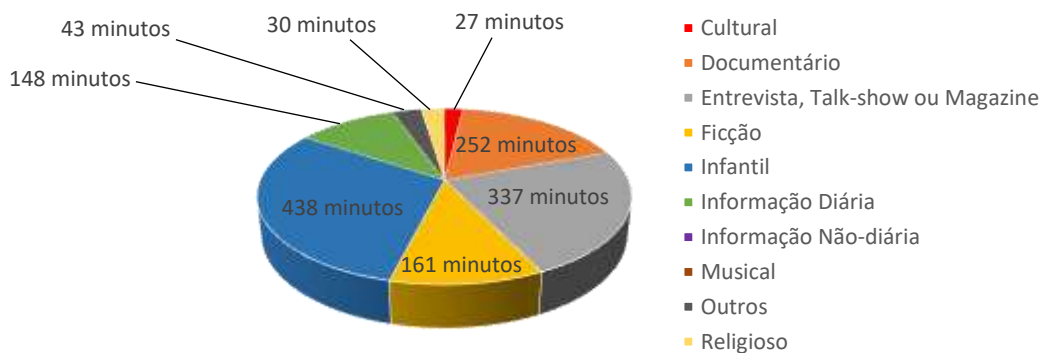


Gráfico 3: Géneros Televisivos (4ª feira: 21/6)

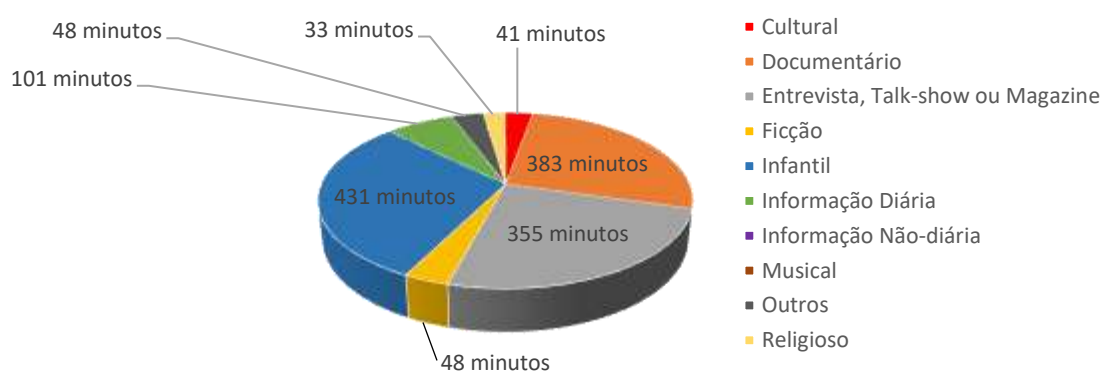


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 29/6)

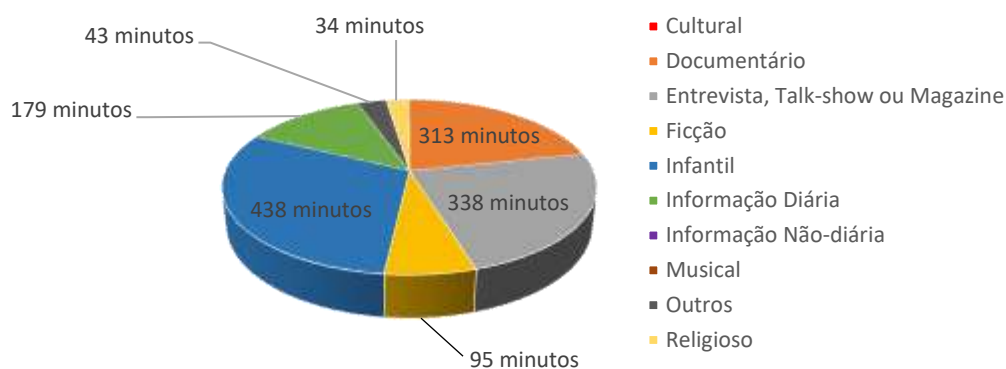


Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 7/7)

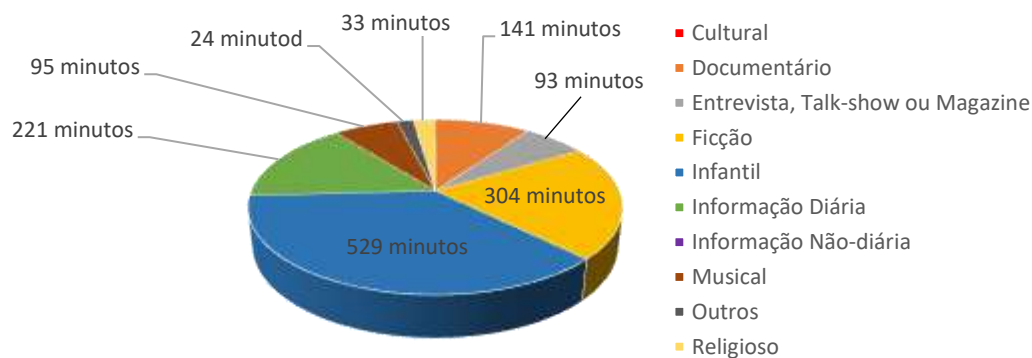


Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 15/7)

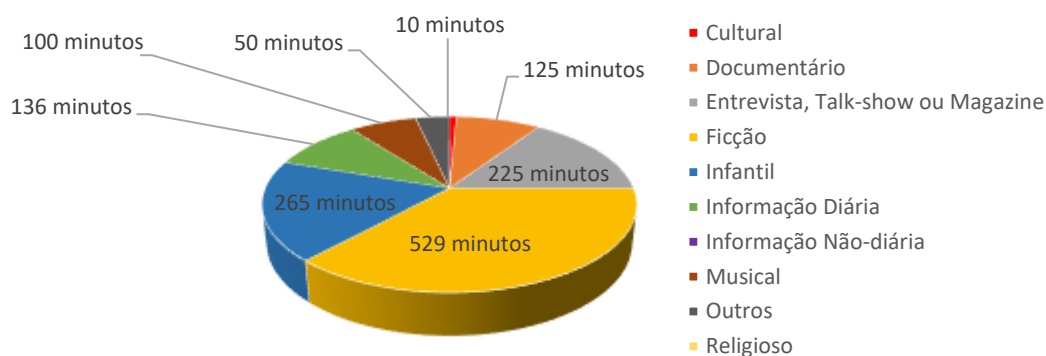


Gráfico 7: Géneros Televisivos (Domingo: 23/7)

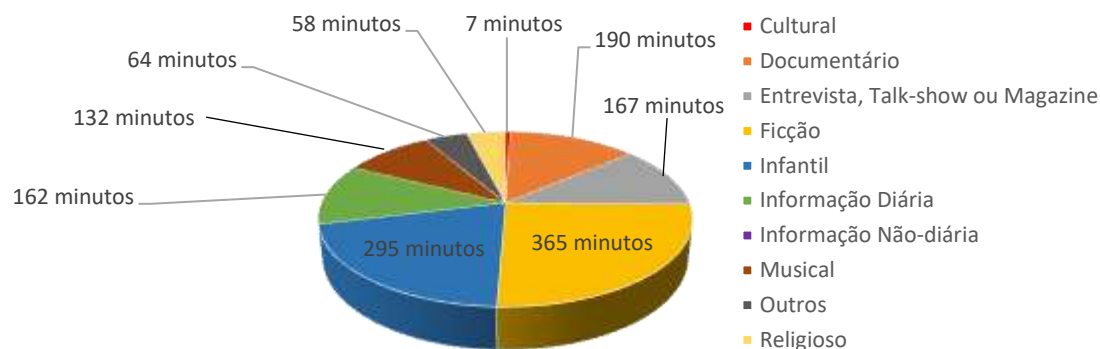
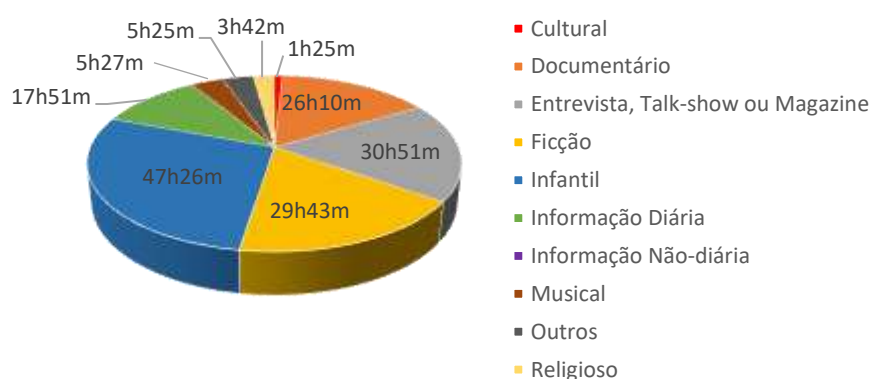


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total da Série Temporal)



Através da observação dos gráficos circulares acima apresentados, é possível concluir que a categoria com maior expressão na grelha de programação, considerando o tempo total da série temporal (gráfico 8), é a dos programas infantis: ocupou 28,2% do tempo total de emissão da série temporal, correspondente a 47 horas e 26 minutos. De segunda a sexta-feira, esta foi a categoria mais presente na grelha, variando entre os 30% e os 37% do tempo de emissão (cerca de 7 horas e 37 minutos diários, como mostram os gráficos 1 a 5). A programação infantil concentrou-se, nos dias úteis, em dois grandes blocos: de manhã entre as 07h e as 12h e à tarde entre as 17h00 e as 21h00, aproximadamente. No fim de semana esta categoria constituiu apenas cerca de 19% da programação de cada dia, sendo a segunda mais presente na grelha dos referidos dias. Por outras palavras, ocupou 4 horas e 25 minutos no sábado e 4 horas e 55 minutos no

domingo (gráficos 6 e 7), sendo transmitida no período da manhã, entre as 08h00 e as 12h40.

É de salientar, no entanto, que nem todos os desenhos animados transmitidos têm o mesmo valor didático e educativo, pelo que o tempo total da série temporal ocupado pela categoria “Infantil” que preenche os requisitos para ser considerado DIV é de 37 horas e 49 minutos (22,5%). O caso em que o não cumprimento destas condições é mais evidente é “Drama Total na Ilha Pahkitew”, transmitido na 5ª feira (29 de junho) à noite e na 6ª feira (15 de julho) de manhã e à noite. Trata-se de um desenho animado que imita um *reality show*, no qual os concorrentes são incentivados a prejudicar os demais para evitar a expulsão no final de cada episódio. Além do elevado perigo associado a todos os desafios lançados aos concorrentes, é lamentável a associação que é feita logo na música inicial entre o programa e “ser famoso”, incutindo valores inapropriados para crianças que assistam ao referido espaço televisivo. Um outro aspeto negativo é o episódio de “Invasão Plâncton” emitido na 3ª feira, uma vez que promove a luta contra a proteção do meio ambiente e apresenta os humanos apenas como responsáveis por práticas positivas, enquanto o plâncton (protagonista da história) é o vilão que pretende prejudicar o planeta. No ponto 2 serão destacados outros desenhos animados, quer pela positiva, quer pela negativa, na descrição da série temporal correspondente à categoria DIV a que dizem respeito.

A segunda categoria mais representada, atendendo ao tempo total durante a série temporal, é “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” (30 horas e 51 minutos ou 18,4%). Todavia, não foi transmitido qualquer *Talk-show* e os momentos de entrevista também não foram frequentes, pelo que o género Magazine, exibido ao longo dos dias em horários diversificados, é o responsável por este valor elevado na grelha da série temporal. Os principais temas foram cultura, informação e ciência (para um público infantojuvenil). O dia em que esta categoria teve menor tempo de emissão foi 6ª feira (dia 7 de julho), já que constituiu 6,5% da programação, ou seja, 1 hora e 33 minutos (gráfico 5). No extremo oposto, 4ª feira (dia 21 de junho) foi o dia em que a categoria teve maior destaque: representou cerca de 24,7% da grelha de programação, o que equivale a 5 horas e 55 minutos (gráfico 3).

Embora a sua expressão tenha sofrido variações consideráveis ao longo da série temporal, “Ficção” é a terceira categoria mais presente no somatório dos sete dias com 17,7% do tempo de emissão (29 horas e 43 minutos). Aparece com especial incidência no período da noite/madrugada (embora nos dias em que ocupa uma percentagem maior também surja no período da tarde) e é constituída principalmente por séries estrangeiras, cujos géneros são variados, abrangendo desde *thriller* e crime até comédias e reconstituições históricas, havendo ainda lugar para séries infantis/juvenis. As variações percentuais devem-se, essencialmente, à exibição de filmes (na sua maioria estrangeiros) que sobem exponencialmente a percentagem da categoria “Ficção”, já que as séries geralmente têm uma duração menor.

Na segunda-feira são exibidas duas séries e um filme, pelo que a percentagem dedicada à ficção é 19,5%, ou seja, cerca de 4 horas e 41 minutos. Já as três séries exibidas na terça-feira (uma delas portuguesa) perfazem um total de 2 horas e 41 minutos (11,2%). Os dias onde a categoria apresenta uma menor expressão são quarta-feira, sendo apenas exibida uma série (ou seja, 48 minutos que correspondem a 3,3% da grelha diária), e quinta-feira: 1 hora e 35 minutos, através de duas séries (6,6%). Pelo contrário, na sexta-feira, a exibição de quatro séries e de um filme estrangeiro eleva esse valor para 21,1% (5 horas e 4 minutos). Sábado, com sete séries estrangeiras, um filme estrangeiro e um filme português, é o dia que mais se afasta da média da série temporal (36,7% que equivalem a 8 horas e 49 minutos). Domingo, por sua vez, apresenta o segundo valor mais elevado com 25,3% do tempo total de emissão dedicado à ficção (6 horas e 5 minutos).

Mantendo a ordem decrescente, a quarta categoria é “Documentário”, dado que constituiu 15,6% da grelha de programação da série temporal, o que equivale a 26 horas e 10 minutos (gráfico 8). Encarando a série temporal como um todo, consideramos que houve diversidade no que concerne aos temas abordados: natureza/mundo animal/ecologia; história; arte; civilização/cultura; atualidade/sociedade; música. Da mesma forma, os horários de exibição deste género televisivo foram melhor distribuídos, em comparação com o que havia acontecido na anterior série temporal (de 31-10 a 18-12 de 2016), pelo que é possível assistir a documentários não só no período da noite/madrugada, mas também durante a tarde. Segunda, sexta, sábado e domingo

apresentam uma média para esta categoria a rondar as 2 horas e 34 minutos (10,7%), sendo sábado (15 de julho) o dia onde a sua expressão é mais reduzida, de acordo com o gráfico 6 (2 horas e 5 minutos ou 8,7% do tempo total). Pelo contrário, os restantes dias afastam-se muito deste valor médio, sendo a expressão da categoria superior nos mesmos: 3ª feira (13 de junho) apresenta 4 horas e 12 minutos (17,5%); 4ª feira (21 de junho) conta com 6 horas e 23 minutos (26,6%) e, por fim, 5ª feira (29 de junho) regista 5 horas e 13 minutos (21,7%).

A próxima categoria é a “Informação Diária” com 10,6% do tempo total (17 horas e 51 minutos). Ao contrário das anteriores, apresenta uma amplitude baixa no que se refere à variação da percentagem a ela destinada. Na maioria dos dias, situa-se entre os 9% e os 12%, o que corresponde a cerca de 2 horas e 30 minutos diários. As exceções são quarta-feira (gráfico 3), onde 7% do tempo equivale a 1 hora e 41 minutos, e sexta-feira (gráfico 5), onde 15,3% do tempo equivale a 3 horas e 41 minutos. De segunda a sexta-feira, a informação começa ao início da tarde com notícias internacionais (“Euronews”), continua à noite com as principais notícias do dia (“Jornal 2”) e termina já de madrugada com uma atualização sobre a realidade africana (“Repórter África”) e, em alguns dias, novamente com “Euronews”. A principal diferença verificada ao fim de semana é o horário de “Euronews” que, nestes dias, é transmitido de manhã, antes do início da programação infantil (como foi referido acima, aos sábados e domingos esta começa às 08h00 e não às 07h00). Durante a presente série temporal não foi transmitido qualquer programa de “Informação Não-diária”.

Relativamente às categorias constituídas por programas com conteúdos semelhantes (e presentes em todos os dias da série temporal, salvo raras exceções), verifica-se a prevalência da classificação “Musical”. Os conteúdos inseridos nesta categoria representaram 3,3% do tempo total, ou seja, 5 horas e 27 minutos (gráfico 8). Tratam-se de concertos de diversos artistas, transmitidos na 6ª feira, no sábado e no domingo e que ocuparam, em média, 1 hora e 49 minutos por dia (7,6%): “Festival ao Largo 2016” (concerto da Orquestra Sinfónica Portuguesa e Coro do Teatro Nacional de São Carlos, com Cristiana Oliveira como soprano, Carlos Cardoso como tenor e Dinis Sousa enquanto diretor musical, como comemoração da passagem de 400 anos após a morte de Shakespeare – exibido na 6ª feira e no sábado); “Paulo de Carvalho no Coliseu

dos Recreios de Lisboa” (domingo); “Festival Músicas do Mundo Sines 2017” (diário de um festival de música onde atuam cantores de vários países: Portugal, Moçambique, Brasil e Angola – exibido no domingo).

A categoria relativa aos programas religiosos, por sua vez, representou 2,2% da grelha de programação da série temporal, equivalente a 3 horas e 42 minutos. Nesta classificação incluem-se, essencialmente, espaços de divulgação e autopromoção das várias religiões reconhecidas em Portugal (com clara predominância temporal para a Igreja Católica). O programa mais frequente chama-se “A Fé dos Homens” e tem a duração de 34 minutos (2,3%), tempo habitualmente dedicado a conteúdos religiosos em cada dia. Porém, no sábado não houve qualquer espaço inserido nesta categoria, enquanto no domingo a sua expressão subiu para os 4% (58 minutos). Neste dia, foram transmitidos dois programas religiosos ao início da tarde: às 13h12, vemos “Caminhos”, um programa dedicado à Igreja Católica, onde é realizada uma entrevista com 28 minutos; e, em seguida, às 13h38, assistimos a “70x7”, um programa de reportagem também dedicado à Igreja Católica, onde a responsabilidade editorial pertence ao Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa) e que tem como objetivo descobrir “sinais do religioso nas pessoas”.

Em seguida, a categoria “Cultural” constituiu cerca de 1% da programação da série temporal, ou seja, 1 hora e 25 minutos (gráfico 8). Ao contrário do que acontecera na anterior série temporal, houve três dias em que esta categoria não teve qualquer expressão: 2ª feira, 5ª feira e 6ª feira. Na 3ª feira, por sua vez, a transmissão do programa “Literatura Aqui”, um espaço de 27 minutos sobre questões literárias, com leitura de excertos de prosa e/ou poesia, relacionados com o tema do programa, significou uma presença da categoria em 1,9% do tempo de emissão total diário. Quarta-feira foi o dia da série temporal onde a expressão da categoria foi mais elevada (2,8% ou 41 minutos), devido à exibição dos programas “Literatura Aqui” e “É um Clássico” (espaço curto que aborda temas relacionados com Filosofia de forma simples). No fim de semana apenas o segundo programa referido foi exibido, o que representa cerca de 10 minutos ou 0,7% do tempo de programação diário.

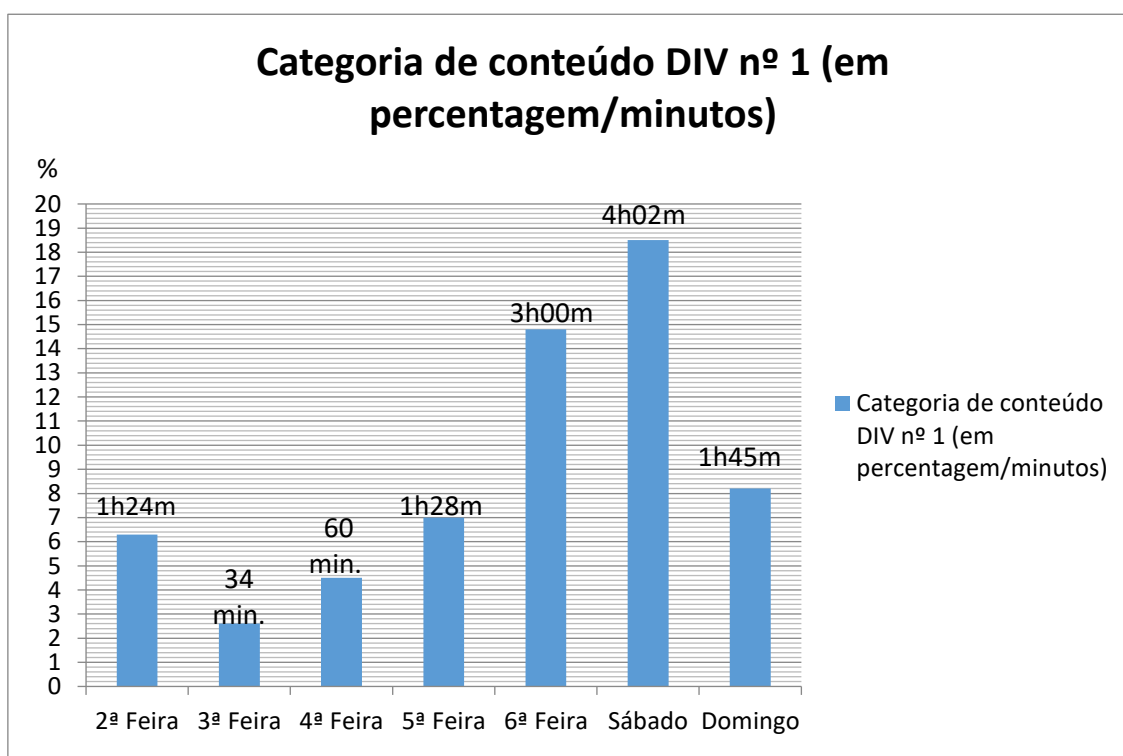
Por fim, com 3,2% do tempo total da série temporal (5 horas e 25 minutos), surgem os programas agrupados na categoria “Outros” por não seguirem os géneros televisivos acima descritos nem os conteúdos convencionados como categorias alternativas (“Religioso”, “Cultural” e “Musical”). Os espaços incluídos nesta categoria são: “Descobrir a Ciência” (programa educativo sobre ciência, transmitido na 2ª feira, na 3ª feira, na 4ª feira e na 5ª feira); “Hora da Sorte – Lotaria” (2ª feira); “SMS – Ser Mais Sabedor” (repetição de um concurso de 2003, transmitido de 2ª feira a 6ª feira); “Jogos Reais” (concurso onde jovens entre os 10 e os 13 anos se juntam em equipas e realizam vários jogos ao ar livre, transmitido no sábado); “Vídeos Vencedores Film4Climate” (exibição dos vídeos que venceram a *Global Video Competition* 2016 no sábado e no domingo); “Testes em Série” (programa educativo sobre ciência que põe os princípios científicos à prova, com o propósito de confirmar ou refutar mitos comuns sobre a ciência – transmitido no domingo).

Posto isto, o dia em que esta categoria teve maior expressão foi domingo (gráfico 7), onde ocupou 64 minutos, o que corresponde a 4,4% da programação diária. Por outro lado, sexta-feira (gráfico 5) foi o dia onde a proporção desta categoria foi menos significativa: 24 minutos, ou seja, 1,7% do tempo total.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Euronews”, “Jornal 2” e “Repórter África” foram subtraídos do valor total do tempo de emissão, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas em avaliação. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes

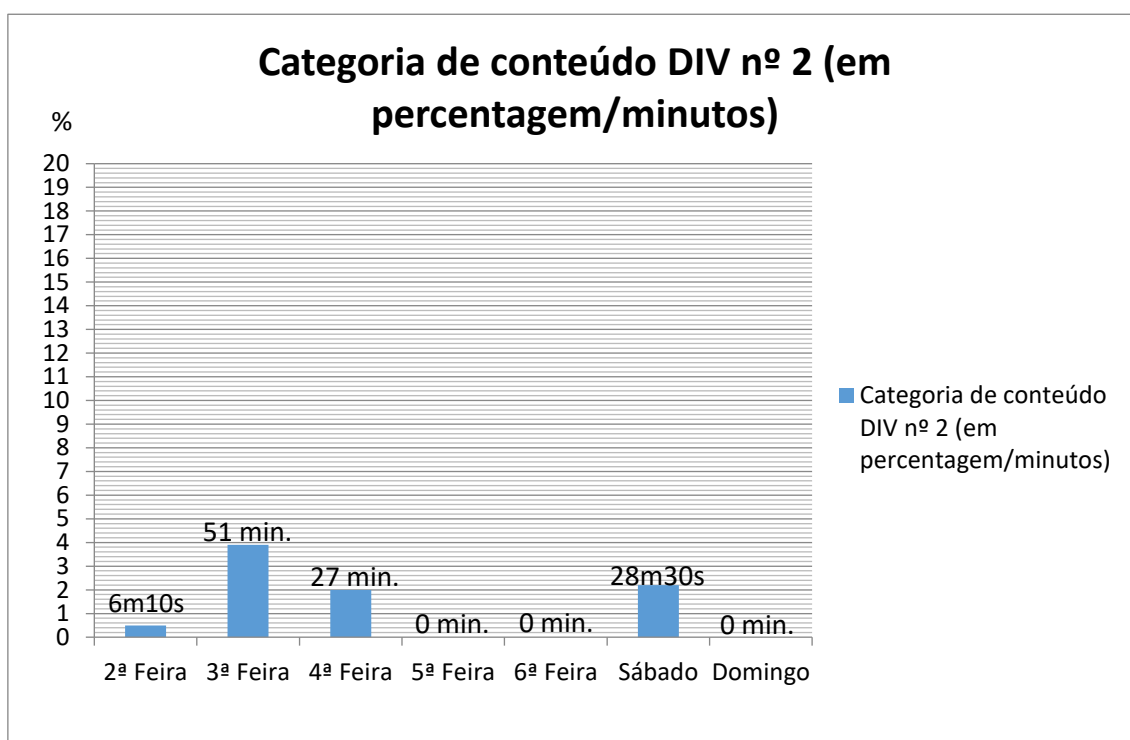


Observando os valores apresentados pelas várias categorias ao longo dos dias, é possível verificar que a presente categoria é a que, no total, apresenta a segunda maior expressão (ver ponto 4.1). Estes números elevados devem-se, em boa medida, à exibição de filmes e séries em vários idiomas (nomeadamente Francês, Dinamarquês, Hebraico ou Japonês), o que contribui para a “diversidade linguística” (embora nem todos sejam contabilizados como “DIV”, uma vez que o seu contributo, a nível de qualidade, para a expressão de diversidade cultural não é significativo em todos os casos). “Pluralidade das expressões e vozes”, “diversidade cultural e étnica” e “conteúdo intercultural” têm também uma expressão significativa devido, por um lado, ao espaço dado a várias religiões e, por outro, à exibição de documentários, concertos e séries, onde coabitam costumes e crenças diversificados e através dos quais somos confrontados com realidades culturais diferentes da nossa.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 30/34/33/34/33 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Agência Clandestina T1 (2ª feira): 54 minutos – Diversidade linguística;
- Mulheres do Mundo T1 EP5 (4ª feira): 54 minutos no total – Diversidade cultural, étnica e linguística (27 minutos);
- Nexos T1 EP8 (5ª feira): 54 minutos – Diversidade cultural/multiculturalismo;
- Bem-vindo (6ª feira): 58 minutos – Diversidade cultural;
- O Circo no Mundo (6ª feira): 29 minutos – Diversidade cultural;
- A Fraude (6ª feira; sábado): 60/59 minutos – Diversidade linguística;
- Pais Desesperados (FR) T9 EP3 (sábado): 57 minutos no total – Conteúdo intercultural (28m30 segundos);
- WRU? (sábado; domingo): 6/6 minutos – Conteúdo intercultural;
- O Bairro (sábado; domingo): 24/24 minutos – Diversidade linguística;
- As Asas do Vento (sábado): 124 minutos – Diversidade linguística;
- A Criança Roubada (domingo): 56 minutos – Pluralidade das expressões e vozes;
- Festival Músicas do Mundo Sines 2017 T5 EP2 (domingo): 19 minutos – Pluralidade das expressões e vozes.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação



Ao longo de toda a série temporal foram transmitidos apenas quatro programas inseridos nesta classificação, a segunda representação mais baixa no que respeita às várias categorias consideradas (ver ponto 4.1) e que se encontra demasiado abaixo do que seria desejável em serviço público. “Subculturas juvenis” é uma subcategoria sem qualquer expressão na grelha de programação. Por outro lado, apenas um programa é enquadrável em “género e discriminação”, já que, durante alguns minutos, é abordada a ascensão das mulheres *designers* na Suécia, entre 2000 e 2010. A profissão era tipicamente masculina mas aqui é contado como, neste país, as mulheres conquistaram reconhecimento, provando ter um talento semelhante àquele que tinham os homens e trazendo novas ideias para o setor. O mesmo acontece com as “questões da juventude”: numa série, uma das personagens é um adolescente que não se sente motivado para continuar a escola mas que ganha dinheiro a fazer vídeos para publicar *online*.

Finalmente, “exclusão/inclusão sociocultural” é a subcategoria mais representada, tendo havido um documentário sobre a exclusão social dos homossexuais e dos portadores de VIH nos EUA, durante os anos 80, e outro em que é apresentada

uma prática ancestral entre os Kuria (Quénia): o casamento entre duas mulheres. Este permite que uma mulher sem filhos (rapazes) se case com uma jovem com filhos ou com idade suficiente para ter. Tal união permite a emancipação das mulheres tornando-as chefes de família que assumem as responsabilidades da casa. Embora persista alguma discriminação relativamente aos direitos do sexo feminino (daí o documentário integrar-se na subcategoria “género e discriminação”), trata-se de uma tradição emancipatória que permite às mulheres escapar à violência masculina, referida pelas mesmas, e merecer prosperidade e um lugar considerado na sociedade (daí a classificação na subcategoria “exclusão/inclusão sociocultural”), sendo uma segunda oportunidade para ter filhos do sexo masculino.

Houve, ainda, três momentos da programação “infantil” ligados à subcategoria “género e discriminação”. O episódio de “Cavaleiro Ferrugem” transmitido na segunda-feira (às 20h11) é ambíguo uma vez que perpétua alguns estereótipos de género, enquanto supera outros: aparece um cavaleiro misterioso por quem a princesa se apaixona. Esta acredita que está perante um homem, embora a armadura não permitisse perceber se isso era verdade, o que revela o preconceito que associa o heroísmo às figuras masculinas (nestes desenhos animados todos os cavaleiros são homens e as mulheres apenas esperam para serem salvas). No entanto, as outras personagens percebem que se trata de uma mulher que quis provar que podia ser “cavaleiro”, enquanto o cavaleiro habitual (personagem masculina) tratava das tarefas domésticas. Este é o aspeto positivo, uma vez que as crianças veem que a personagem feminina pode exercer esta função. Todavia, o aspeto negativo é o facto de a princesa não chegar a saber a verdade, continuando a acreditar que o cavaleiro era um homem. O objetivo foi evitar a decepção desta princesa egocêntrica, assim como o “escândalo”. Desta forma, o cavaleiro misterioso, noticiado como herói por ajudar quem precisava há várias semanas não foi reconhecido, a partir do momento em que foi descoberto que era uma personagem feminina. Além disso, foi-lhe pedido que deixasse de aparecer como cavaleiro misterioso para voltar a ser uma donzela (mas que podia competir em torneios).

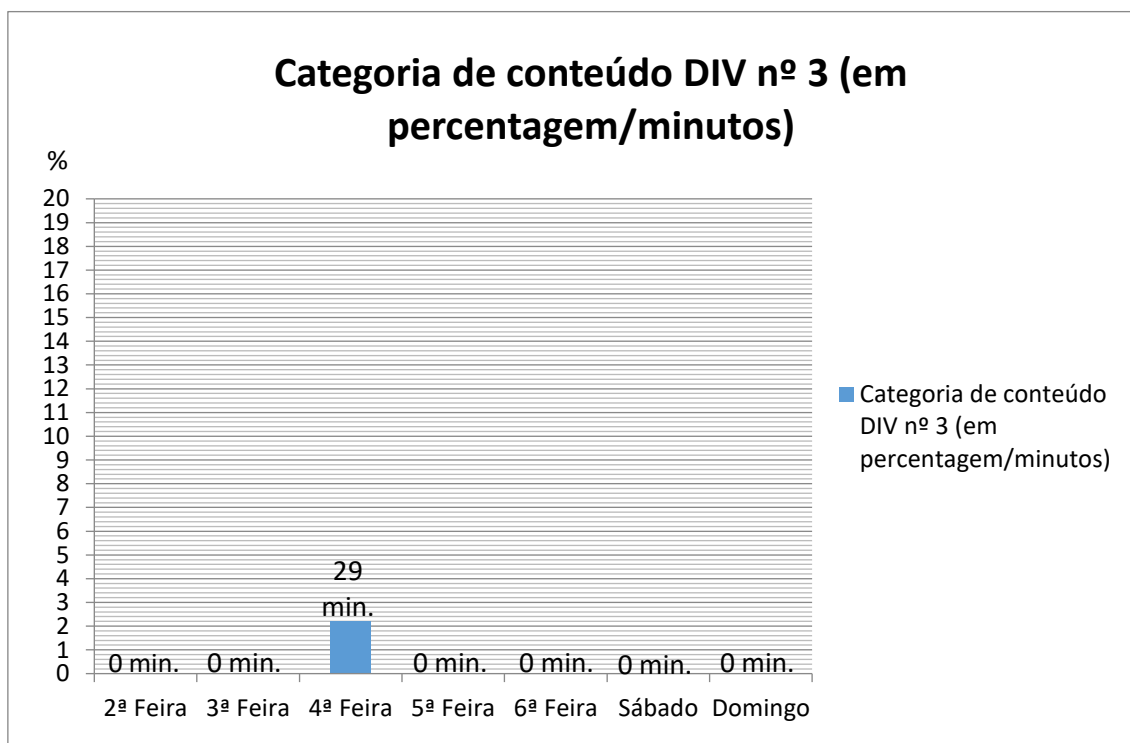
O episódio transmitido no dia seguinte (terça-feira, às 10h21) continua a exibir conteúdo discriminatório ao nível de género, sem qualquer mensagem positiva, pelo

que nem sequer é contabilizado como DIV. Por fim, no episódio de “Zé e o Kantropo”, exibido no sábado, às 12h43, é “natural” que os homens mandem sempre e que as mulheres obedeçam. O problema reside no facto de um homem escolher fazer testes físicos para ser considerado apto para casar com a filha do chefe e esta ser obrigada a casar caso ele consiga ultrapassá-los (como se de um troféu se tratasse). A solução passou por outro homem também fazer os testes e, após ser bem-sucedido, conseguir que o chefe mudasse de ideias e não permitisse o casamento (tratava-se de um amigo que apenas queria evitar que a amiga se casasse sem querer), o que piora a mensagem do episódio.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- CHIC (2ª feira): 06m10 segundos – Género e discriminação;
- Os Anos 80, Mestres do Universo (3ª feira): 51 minutos – Exclusão/inclusão sociocultural;
- Mulheres do Mundo T1 EP5 (4ª feira): 54 minutos no total – Exclusão/inclusão sociocultural; género e discriminação (27 minutos);
- Pais Desesperados T9 EP3 (sábado): 57 minutos no total – Questões da juventude (28m30 segundos).

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento



Lamentavelmente, apenas uma das subcategorias definidas neste tópico é brevemente abrangida pela programação da série temporal. O único programa inserido nesta categoria pertence, então, à subcategoria “pessoas com necessidades especiais”, pois dá a conhecer a evolução científica que tem permitido construir próteses cada vez mais confortáveis e próximas dos membros que substituem, no que toca à sua utilidade e eficácia, mostrando como a vida de muitas pessoas pode ganhar qualidade e como podem conquistar autonomia.

Na 4ª feira é necessário destacar, pela positiva, o episódio dos desenhos animados “Bia Cautela” (às 09h11), uma vez que entram personagens que se encontram em cadeiras de rodas (uma delas temporariamente para mostrar a dificuldade de adaptação a uma nova realidade e outra permanentemente), evidenciando as dificuldades e os obstáculos diários que as pessoas com mobilidade reduzida enfrentam e criticando comportamentos das outras pessoas que lhes criam ainda mais dificuldades, por vezes sem ter consciência disso.

Optámos, ainda, por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua

duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas 17 programas, dos 398 transmitidos (sem contar com os espaços de informação diária), apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Vamos à Descoberta T1 EP6 (4ª feira): 29 minutos – Pessoas com necessidades especiais.

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 30/34/33/34/33 minutos – Religioso. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras.

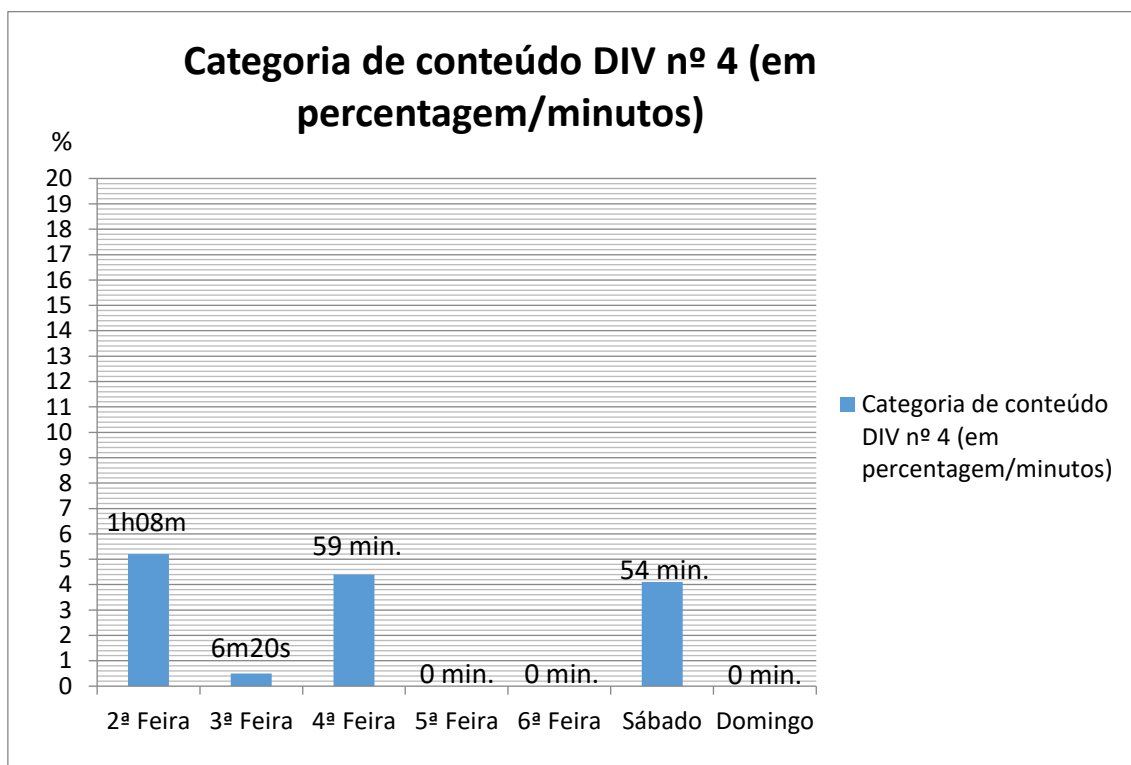
Sociedade Civil (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 94+94/94+94/94+99/99+93 minutos – Magazine (de informação). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa.

ESEC-TV T9 (2ª feira; sábado): 25/26 minutos – Magazine (cultural). Programa integralmente produzido profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), com o objetivo de divulgar iniciativas da instituição e da cidade de Coimbra.

Biosfera (sábado): 28 minutos – Magazine (informação; ambiente). O presente espaço é um magazine semanal onde é dado relevo a questões ambientais.

Caminhos (domingo): 26 minutos – Religioso. Programa informativo semanal dedicado às atividades das diversas Igrejas representadas em Portugal.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local

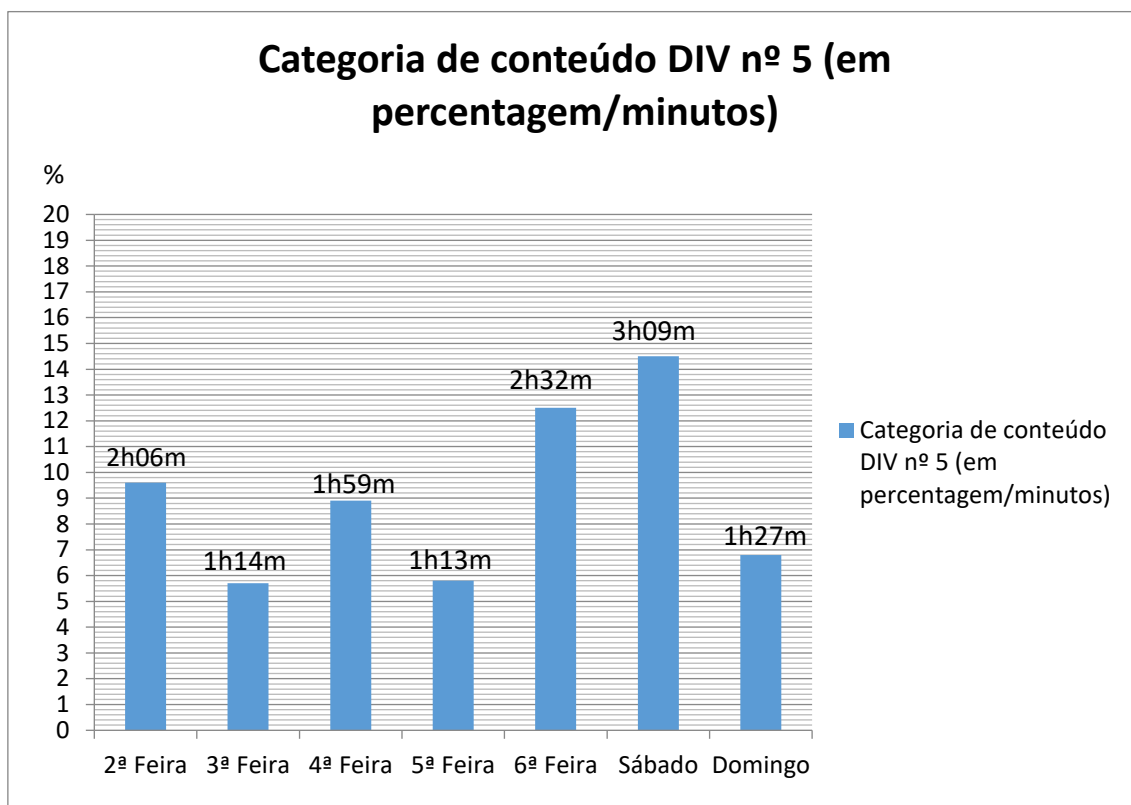


A expressão desta categoria é pouco significativa, considerando o panorama geral (ver ponto 4.1). É representada por poucos programas (documentários e magazines), e não tem expressão todos os dias, havendo apenas um dia em que são transmitidos dois espaços diferentes. Desta forma, o número de minutos no ar é reduzido, embora se tratem de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico e ambiental) de vários pontos do país e algumas tradições que se mantêm ou que regressaram.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Paraíso T1 EP12 (2ª feira): 34 minutos;
- Visita Guiada T7 (2ª feira; 3ª feira): 34 minutos;
- Palcos Agora T1 EP5 (3ª feira): 06m20 segundos;
- Guia de Portugal T1 EP12 (4ª feira): 59 minutos;
- Regresso ao Campo (sábado): 54 minutos.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva



É a categoria com maior expressão (ver ponto 4.1) e uma das duas categorias com presença na programação todos os dias. Uma parte considerável dos programas aqui incluídos coincide com os espaços acima descritos como “Outros”, já que, uma vez mais, procuramos destacar os géneros menos habituais em televisão, considerando, desta vez, apenas aqueles que vemos como mais importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva. Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), concertos (ópera e músicas de vários países), apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, um concurso com atividade física para crianças e jovens, entre outros.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Liberdade T1 EP1 (2ª feira): 61 minutos;
- Descobrir a Ciência T1 (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira): 15/15/15/14 minutos;

- ESEC-TV T9 (2ª; sábado): 25/26 minutos;
- No Ar T1 (2ª feira): 25 minutos;
- Vamos à Descoberta T1 (3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 29/29/28+31/27+30 minutos;
- E2 – Escola Superior de Comunicação Social (3ª feira; domingo): 30/25 minutos;
- Cinemax Curtas T5 EP24 (4ª feira): 75 minutos;
- Festival ao Largo 2016 (6ª feira): 95 minutos;
- Jogos Reais (sábado): 47 minutos;
- #Hashtag T1 EP3 (sábado): 16 minutos;
- Festival ao Largo 2017 (sábado): 100 minutos;
- Voz do Cidadão (domingo): 17 minutos;
- Isto é Ópera T1 EP4 (domingo): 45 minutos.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 07h00 e decorre até às 06h59, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (5 de junho)

10h32: CHIC – Magazine (cultura) – 31 minutos (conteúdo DIV entre os 2m00s e os 8m10s, ou seja, 6m10s – Categoria: género e discriminação). Durante os minutos descritos, é abordada a ascensão das mulheres *designers* na Suécia, entre 2000 e 2010. Trata-se de uma profissão tipicamente masculina mas onde, neste país, as mulheres conquistaram espaço e reconhecimento, provando ter um talento semelhante àquele que tinham os homens e trazendo novas ideias para o setor. O programa tem como objetivo apresentar várias tendências em diversas áreas (algumas fora do vulgar), de forma a propor aos espetadores um “novo ângulo para descodificar as nossas atitudes culturais e sociais”.

11h03: Liberdade T1 EP1 – Documentário (Sociedade) – 61 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Série documental onde, ao longo de cinco episódios, são descritas situações que condicionam a liberdade de quem as vive, de várias formas. A importância do género documental e a relevância do tema para compelir os espetadores a refletir sobre o respeito dos direitos humanos são os fatores que explicam a inclusão deste conjunto de documentários na categoria apresentada. O primeiro episódio, “Liberdade na Casa da Estrela”, leva-nos à Casa da Estrela para apresentar quatro jovens, retiradas às suas famílias e que viviam com outras 41 meninas na mesma casa, à data de realização do documentário (2011).

12h57: Paraíso T1 EP12 – Magazine (Cultura) – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, o paraíso visitado é o Jardim da Lagoa Formosa, na Praia do Pego, Comporta (Alcácer do Sal). A proprietária é Maria Antónia Almeida, uma arquiteta paisagista que projetou o jardim para conter exclusivamente as plantas autóctones desta região, ligando o mesmo à paisagem local que fica valorizada e protegida.

15h00: A Fé dos Homens – Religioso – 30 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é dedicada à Igreja Católica e aborda, numa conversa em estúdio, o tema da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, disponível nas escolas. Na segunda parte destaca-se o tempo de antena dado à Comunidade Israelita, através da apresentação da obra de Esther Mucznik sobre o regresso dos judeus à terra prometida e sobre a criação do estado de Israel, uma vez que a expressão do judaísmo no programa não é frequente.

20h30: Descobrir a Ciência T1 EP7 – Outros: Educativo (infantil/juvenil) – 15 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa dedica-se a realizar experiências, com o objetivo de explicar princípios científicos através de acontecimentos habituais do dia-a-dia. É importante para dar a conhecer ao público mais jovem a explicação de fenómenos naturais e de ações quotidianas.

23h14: Visita Guiada T7 EP10 – Magazine (cultura) – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e cultura nacional/local). O programa pretende dar a conhecer o património cultural português. Em cada emissão é eleita uma peça-protagonista, num arco temporal de mais de 800 anos, abrangendo todo o território nacional (ilhas incluídas). Este episódio leva-nos a conhecer a Sala dos Brasões, do Palácio de Sintra, espaço que permite conhecer o imaginário real do século XV e XVI, através da compreensão da heráldica (representações imagéticas). O guia da visita é Miguel Metelo de Seixas, investigador da Universidade Nova de Lisboa.

02:33 Agência Clandestina T1 EP16 – Série (drama) – 54 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série francesa sobre um agente secreto que passou vários anos infiltrado no estrangeiro. Venceu o prémio *Syndicat Français de la Critique de Cinéma* 2015. Sem dobragem (falado em francês) e com legendas em português. Repetição da temporada exibida na série temporal anterior (entre 31 de outubro e 18 de dezembro de 2016).

03h27: ESEC-TV T9 EP22 – Magazine (cultura) – 25 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã, integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), com o objetivo de divulgar iniciativas da instituição e da cidade de Coimbra. O episódio dá a conhecer um projeto do IPDJ para prevenir a violência no namoro (“Namorar com *Fair Play*”) e a sua implantação na cidade; uma exposição do Centro de Artes Visuais, em Coimbra (“*Un Certain Regard*”); o facto de a Escola Superior de Educação de Coimbra ter recebido uma aula aberta sobre a importância da rádio e da grande reportagem em zonas de conflito e catástrofe, dada

pelo jornalista da RTP e RDP Joaquim Reis que partilha a sua experiência profissional em zonas com estas características; recordação do concerto com Pensão Flor e Orquestra do Quarto 21, no Festival das Artes, e anúncio do evento deste ano (nona edição). É sempre traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã.

05h24: No Ar T1 EP26 – Magazine (Musical/entrevista) – 25 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Parceria entre a RTP e a Antena 3, com a adoção do modelo ao vivo em estúdio. Semanalmente, uma banda ou artista é convidado(a) a tocar ao vivo as suas canções e a participar numa entrevista focada nas suas ideias. Além da raridade das parcerias entre rádio e televisão, o destaque maior é para a existência de música ao vivo regular, característica pouco frequente no dia-a-dia da televisão. Neste episódio, marcou presença a banda *The Sunflowers*.

3.2 3ª Feira (13 de junho)

12h42: Visita Guiada T7 EP10 – Magazine (cultura) – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). O programa pretende dar a conhecer o património cultural português. Em cada emissão é eleita uma peça-protagonista, num arco temporal de mais de 800 anos, abrangendo todo o território nacional (ilhas incluídas). Este episódio leva-nos a conhecer a Sala dos Brasões, do Palácio de Sintra, espaço que permite conhecer o imaginário real do século XV e XVI, através da compreensão da heráldica (representações imagéticas). O guia da visita é Miguel Metelo de Seixas, investigador da Universidade Nova de Lisboa. Repetição do episódio transmitido no último dia analisado (2ª feira, dia 5 de junho de 2017).

14h56: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade

Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio destaca-se a referência aos festejos relacionados com Santo António, em Lisboa. A segunda metade do programa foi da responsabilidade da Aliança Evangélica Portuguesa e assinalou a conferência que comemorou os quinhentos anos da reforma protestante.

20h37: Descobrir a Ciência T1 EP13 – Outros: Educativo (infantil/juvenil) – 15 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa dedica-se a realizar experiências, com o objetivo de explicar princípios científicos através de acontecimentos habituais do dia-a-dia. É importante para dar a conhecer ao público mais jovem a explicação de fenómenos naturais e de ações quotidianas.

21h01: Vamos à Descoberta T1 EP4 – Magazine (infantil/juvenil) – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma interessante e apelativa para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio, é destacada a dificuldade e o tempo que demorava a realização de viagens marítimas para lugares longínquos, antes de existirem aviões.

23h41: Os Anos 80, Mestres do Universo T1 EP4 – Documentário (histórico) – 51 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). O documentário aborda os primeiros anos da luta contra o VIH/SIDA e a forma como o vírus foi descoberto e associado a “grupos de risco” (principalmente homossexuais masculinos) que passaram a ser fortemente discriminados na América.

01h21: E2 – Escola Superior de Comunicação Social – Magazine (variedades) – 30 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte

vídeo. O presente episódio teve as seguintes rubricas: panorâmica (conversa com a guionista Inês Gomes); 20 valores (espaço sobre marketing experiencial); repórter E2 (festa dos 31 anos do Instituto Politécnico de Lisboa); Marca Digital (conversa com a *blogguer* Vanessa Martins sobre a sua marca *Frederica*).

05h04: Palcos Agora T1 EP5 – Magazine (cultura) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (conteúdo DIV entre os 04m10s e os 10m30s, ou seja, 06m20s – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Durante os minutos referidos é contada a história e outras curiosidades sobre o teatro São Carlos, em Lisboa. O tema do episódio é Richard Wagner, cujas obras chegaram a este teatro, o que justifica a abordagem ao passado do mesmo.

3.3 4ª Feira (21 de junho)

10h38: Vamos à Descoberta T1 EP6 – Magazine (infantil/juvenil) – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pessoas com necessidades especiais). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Embora no último dia analisado (3ª feira, dia 13 de junho de 2017) este programa tenha sido incluído na categoria “diversidade de géneros de programação televisiva”, este episódio é categorizado como “pessoas com necessidades especiais”, uma vez que aborda o tema das próteses disponíveis para pessoas amputadas, enfatizando os avanços científicos que permitem a estas pessoas melhorar cada vez mais a sua mobilidade e movimentos.

14h03: Mulheres do Mundo T1 EP5 – Documentário (Civilização/cultura) – 54 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade cultural, étnica e linguística; exclusão/inclusão sociocultural; género e discriminação). “Mulheres do Mundo” é uma série documental que, ao longo de dez episódios, descreve o papel das mulheres na sociedade em vários países do mundo, entre os quais se encontra o Quênia, tema do presente documentário. Este conjunto de testemunhos permite conhecer a diversidade civilizacional e cultural em vários pontos do globo, salientando a existência

de diversas tradições e crenças. Além disso, conhecer o papel atribuído às mulheres é importante para avaliar os seus direitos e a existência ou não de discriminação. No caso particular deste documentário, é apresentada uma prática ancestral entre os Kuria, grupo étnico do sudoeste do Quênia: o casamento entre duas mulheres. Tem o nome de *Nyumba Ntobu* ou *Nyumba Mboké* e permite que uma mulher sem filhos (rapazes) se case com uma jovem rapariga com filhos ou com idade suficiente para ter. Esta união permite a emancipação das mulheres tornando-as, como os homens, chefes de família, assumindo elas próprias as responsabilidades da casa. Para uma mulher sem filhos, é uma forma de começar uma família, para escapar da solidão e, especialmente, para perpetuar uma linhagem. Embora persista alguma discriminação relativamente aos direitos do sexo feminino, trata-se de uma tradição emancipatória que permite às mulheres escapar à violência masculina, referida pelas mesmas, e continuar a merecer prosperidade e um lugar considerado na sociedade (daí a classificação na categoria de exclusão/inclusão sociocultural), constituindo uma segunda oportunidade para ter filhos do sexo masculino.

14h57: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio João Pereira, secretário-geral da Cáritas, é o entrevistado e fala sobre a iniciativa “Mais próximo”, da Cáritas portuguesa, que têm como objetivo contribuir para a estruturação de um modelo nacional para a intervenção social da Igreja Católica em Portugal. A segunda metade do programa foi dedicada à Comunidade Islâmica Portuguesa (situação que acontece com pouca frequência) e debruçou-se sobre a celebração do mês do Ramadão, explicando as práticas que a celebração implica.

20h27: Descobrir a Ciência T1 EP19 – Outros: Educativo (infantil/juvenil) – 15 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa dedica-se a realizar experiências, com o objetivo de explicar princípios científicos através de acontecimentos habituais do dia-a-dia. É importante para dar a conhecer ao público mais jovem a explicação de fenómenos naturais e de ações quotidianas.

20h53: Vamos à Descoberta T1 EP10 – Magazine (infantil/juvenil) – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma interessante e apelativa para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio, vamos ao Museu Nacional de Paris para compreender as várias teorias sobre a evolução das espécies.

00h42: Cinemax Curtas T5 EP24 – Magazine (Cinema: apresentação/exibição de curtas-metragens) – 75 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado a enfatizar o valor do formato de curta-metragem como forma de descoberta de novos talentos nacionais, assim como de valorização de autores clássicos. Garante a exibição regular de curtas-metragens complementada por breves entrevistas que apresentam os seus autores.

01h57: Guia de Portugal T1 EP12 – Documentário (cultura) – 59 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Série documental que, ao longo de doze episódios, do Alto Douro ao Centro do país, faz um itinerário pela evolução paisagística e urbanística do interior de Portugal nas últimas décadas, recuperando imagens antigas e atuais das terras visitadas, alterações essas que não só moldaram a paisagem como também a mentalidade e modo de vida português. O presente episódio leva-nos a Trás-os-Montes e Beiras.

3.4 5ª Feira (29 de junho)

10h43: Vamos à Descoberta T1 EP12 – Magazine (infantil/juvenil) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de

programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio, o camião vai até à ilha de La Palma (arquipélago das Canárias) para conhecer o observatório astronómico “El Roque de los Muchachos” e saber mais sobre os planetas do sistema solar.

11h11: Nexos T1 EP8 – Documentário (Civilização) – 54 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade cultural/multiculturalismo). Nesta série documental conhecemos vários países que pela sua situação, tanto geográfica como geopolítica, constituem uma fronteira ideológica entre diferentes civilizações, sendo que todos eles fazem parte do Islão. São os casos do Uzbequistão, Tadjiquistão, Cazaquistão, Quirguistão, Azerbaijão, Turquemenistão e Afeganistão que fazem fronteira com a Rússia, Mongólia e China. O presente episódio leva-nos ao Cazaquistão, permitindo aos espetadores perceber algumas semelhanças e diferenças entre este país e Portugal, mas também a forma como diferentes nacionalidades e costumes convivem no mesmo espaço.

14h56: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa foi da responsabilidade da Comunidade Islâmica Portuguesa e dedicou-se a explicar as formas de celebrar o mês do Ramadão (à semelhança do que aconteceu no último dia analisado – 4ª feira, dia 21 de junho). A segunda parte foi dedicada à Igreja Católica, com a presença do padre Manuel Barbosa, secretário da Conferência Episcopal Portuguesa, que fala sobre propostas para combater os incêndios.

20h31: Descobrir a Ciência T1 EP25 – Outros: Educativo (infantil/juvenil) – 14 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa dedica-se a realizar experiências, com o objetivo de explicar princípios científicos através de acontecimentos habituais do dia-a-dia. É importante para dar a conhecer ao público mais jovem a explicação de fenómenos naturais e de ações quotidianas.

20h59: Vamos à Descoberta T1 EP16 – Magazine (infantil/juvenil) – 31 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio aprendemos sobre medusas.

3.5 6ª Feira (7 de julho)

12h36: Vamos à Descoberta T1 EP18 – Magazine (infantil/juvenil) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma interessante e apelativa para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio, o camião vai até à base aérea 709 de Cognac, em França, para ficarmos a saber mais sobre drones.

14h02: Bem-vindo – Documentário (cultura – artes marciais) – 58 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade cultural). Neste documentário ficamos a conhecer melhor a Austrália e uma luta tradicional aborígine do seu território, a Coreeda, atualmente recuperada.

15h00: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às

diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. A primeira parte do programa é da responsabilidade da Igreja Católica, tratando-se de uma análise dos convidados, em estúdio, aos textos da Bíblia. A segunda parte, por sua vez, é dedicada à Aliança Evangélica Portuguesa que destaca a Convenção das Assembleias de Deus em Portugal.

16h36: O Circo no Mundo – Documentário (cultura – circo) – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade cultural). Neste documentário entramos em contacto com um dos aspetos mais importantes da cultura do Camboja: o circo. Percebemos as suas particularidades e a relevância que tem para a educação das crianças, da mesma forma que vemos como permite ultrapassar a repressão sentida durante o regime ditatorial que vigorou no país nos anos 70 do século XX.

21h00: Vamos à Descoberta T1 EP22 – Magazine (infantil/juvenil) – 30 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma interessante e apelativa para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio somos transportados até à floresta da bacia do Congo, único lugar do mundo onde vivem gorilas em natureza.

00h48: A Fraude T1 EP10 – Série (crime) – 60 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Trata-se de uma série dinamarquesa, onde o idioma utilizado é o dinamarquês, sendo a legendagem feita em português. É relevante enquanto conteúdo DIV uma vez que aborda o mundo do crime económico nos bancos e bolsas de valores, levando os espetadores a pensar sobre esta questão que geralmente é ignorada, e trazendo à superfície a história da caça à riqueza e da ambição sem limites.

03h31: Festival ao Largo 2016 T1 EP2 – Musical – 95 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Exibição de um concerto da Orquestra Sinfónica Portuguesa, Coro do Teatro Nacional de São Carlos, Cristiana Oliveira (soprano), Carlos Cardoso (tenor) e Dinis Sousa (diretor musical), como comemoração da passagem de 400 anos após a morte de Shakespeare. Romeu e Julieta, indubitavelmente a mais popular obra de Shakespeare, inspirou os compositores deste programa. Ouvimos, então, a Abertura Romeu e Julieta de Tchaikovsky, Árias e duetos de Romeu e Julieta de Charles Gounod e as Suites 1 e 2 de Romeu e Julieta de Prokofiev.

3.6 Sábado (15 de julho)

11h56: Jogos Reais T1 EP6 – Concurso – 47 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Neste concurso, jovens entre os 10 e os 13 anos juntam-se em equipas e realizam vários jogos ao ar livre, com o objetivo de passarem à fase seguinte mas também de terem dias com uma atividade física considerável, importante para combater a predominância dos ecrãs e do sedentarismo nas férias dos mais novos.

14h03: Pais Desesperados (FR) T9 EP3 – Série (comédia) – 57 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural/questões da juventude). Neste episódio, um casal francês vai até à Índia para que os pais da noiva aprovelem o casamento da mesma com o seu filho, mas as diferenças culturais ao nível de comportamentos e expectativas entre as duas famílias são notórias, o que complica a situação. Por outro lado, um outro casal tem de lidar com a rebeldia do filho de 16 anos que parece não ter adquirido conhecimentos na escola, e que não mostra interesse em seguir qualquer curso para prosseguir os estudos, mas que passa o tempo a ver vídeos fúteis e a filmar-se em várias situações, de forma a conseguir visualizações *online*, o que confunde os pais que não detêm conhecimentos sobre o funcionamento das redes sociais, deixando-os preocupados com o futuro do filho que apenas se preocupa com a gravação do seu quotidiano.

17h04: WRU? – Série (infantil/juvenil) – 6 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural). Nesta série, destinada principalmente a um público jovem, dois adolescentes contam as suas viagens pelo mundo, mostrando interação com os locais e

com os hábitos e atividades mais importantes das zonas visitadas. A exposição da informação é feita de forma simples e apelativa, na forma de uma conversa entre os jovens. Este episódio deu a conhecer Vietnam e Zâmbia.

17h10: #Hashtag T1 EP3 – Documentário (atualidade/sociedade) – 16 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Vários jovens falam sobre os problemas e preocupações que têm enquanto cidadãos do primeiro mundo (longe da condição de pobreza) e são levados a compará-los com o que acontece nas regiões mais pobres do mundo em desenvolvimento. Este tipo de programas é importante porque aborda problemas atuais de uma forma que é apelativa para um público jovem, com outros jovens a falar sobre os mesmos. Além disso, a referência a *hashtags* e o apelo para que os jovens partilhem publicações sobre causas que defendem nas redes sociais, com os respetivos *hashtags*, contribuem para os fazer pensar sobre temáticas importantes e para formar cidadãos informados, conscientes e com intervenção na sociedade.

17h26: O Bairro T1 EP47 – Série (infantil/juvenil) – 24 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

17h53: As Asas do Vento – Filme (animação) – 124 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Nomeado para o Globo de Ouro de Melhor Filme Estrangeiro e para o Óscar de Melhor Filme de Animação, *As Asas do Vento* debruça-se sobre a maior parte da vida de Jiro Horikoshi, retratando eventos históricos do Japão que afetaram a sua vida, incluindo o grande terramoto de Kanno de 1923, a Grande Depressão, a epidemia de tuberculose e a entrada do Japão na guerra. Ele conhece Nahoko, por quem se apaixona, dedica-se à amizade com o seu colega Honjo, e inova constantemente, levando o mundo da aviação para o futuro. Hayao Miyazaki (argumentista e realizador do filme) combina as personalidades do engenheiro Jiro

Horikoshi e do autor Tatsuo Hori, que foi contemporâneo do período abordado em *As Asas do Vento*, para criar Jiro, um personagem fictício no centro de um conto épico de amor, perseverança e os desafios de conseguir viver e fazer as escolhas certas num mundo tumultuoso. Jiro sonha em voar e criar belos aviões, inspirado pelo famoso criador de aeronáutica Caproni. A usar óculos desde tenra idade e impossibilitado de se tornar piloto, Jiro integra a divisão de aeronáutica de uma grande empresa japonesa em 1927. A sua genialidade é cedo reconhecida e torna-se um dos mais respeitados engenheiros aeronáuticos. O filme é falado em japonês e legendado em português.

19h57: ESEC-TV T9 EP28 – Magazine (cultura) – 26 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), com o objetivo de divulgar iniciativas da instituição e da cidade de Coimbra. O episódio começa com uma visita ao Museu Multimédia Portugal Romano em Sícó que pretende ser um complemento às ruínas romanas de Conimbriga e um espaço interativo, dinâmico e interpretativo que permita a divulgação da memória histórica da romanização e a transmissão de conhecimentos, além de proporcionar uma experiência interessante aos visitantes. Em seguida, a passagem de 100 anos após a Revolução Russa de 1917, que lançou o país no caminho para a modernidade e para o século da energia atómica e das viagens no cosmos, é celebrada com uma passagem pela galeria do Colégio das Artes, a qual promoveu um conjunto de iniciativas sobre o envolvimento político da vanguarda futurista russa na dinâmica revolucionária (exposição “Revolução”). A rubrica “Sítios”, onde uma personalidade ligada a Coimbra mostra o seu lugar preferido na cidade, encerra o programa. José António Bandeirinha, professor catedrático do departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, leva-nos ao miradouro do Vale do Inferno. O programa é sempre traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã.

22h00: Festival ao Largo 2017 T1 EP2 – Musical – 100 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Exibição de um concerto da Orquestra Sinfónica Portuguesa (soprano: Rachel Nicholls; direção musical: Justin Brown; maestrina titular: Joana Carneiro), dedicado a composições de Richard Wagner.

Programa: Die Meistersinger von Nurnberg, Abertura; Tristan und Isolde, Prelude e Liebestod: Mild und leise (Prelúdio e Cena final); Parsifal: Karfreitagszauber (O encantamento de Sexta-feira Santa); Gotterdammerung: Siegfried's Rheinfahrt (A viagem de Siegfried pelo Reno); Gotterdammerung - Schlusszene: Scheite schichtet mir dort (Cena Final, Imolação de Brunnhilde).

04h19: A Fraude T2 EP1 – Série (crime) – 59 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Trata-se de uma série dinamarquesa, onde o idioma utilizado é o dinamarquês, sendo a legendagem feita em português. É relevante enquanto conteúdo DIV uma vez que aborda o mundo do crime económico nos bancos e bolsas de valores, levando os espetadores a pensar sobre esta questão que geralmente é ignorada, e trazendo à superfície a história da caça à riqueza e da ambição sem limites.

05h18: Regresso ao Campo – Documentário (atualidade/sociedade – novos rurais) – 54 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Ao longo deste documentário ficamos a conhecer histórias de pessoas que, pelos mais variados motivos, optaram pelo êxodo urbano, contribuindo para a requalificação e revitalização de espaços rurais anteriormente abandonados ou muito despovoados, nomeadamente as aldeias de Xisto do interior do país, que ganham habitantes, novos e velhos, os quais promovem o desenvolvimento da sua nova morada, nomeadamente através do turismo de natureza ou de negócios sustentáveis.

3.7 Domingo (23 de julho)

12h55: Voz do Cidadão – Magazine (informação) – 17 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações dos espetadores sobre os programas emitidos pela estação pública. Neste dia, mereceu atenção o programa Preço Certo, sobre o qual foram pedidos vários esclarecimentos.

17h05: WRU? – Série (infantil/juvenil) – 6 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural). Nesta série, destinada principalmente a um público jovem, dois adolescentes contam as suas viagens pelo mundo, mostrando interação com os locais e com os hábitos e atividades mais importantes das zonas visitadas. A exposição da

informação é feita de forma simples e apelativa, na forma de uma conversa entre os jovens. Este episódio deu a conhecer Vietnam e Minorca.

18h09: O Bairro T1 EP49 – Série (infantil/juvenil) – 24 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

20h06: E2 – Escola Superior de Comunicação Social – Magazine (variedades) – 25 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte vídeo. O presente episódio teve as seguintes rubricas: Panorâmica (conversa com o administrador da SP Televisão Jorge Marecos Duarte); 20 valores (em frente ao Museu da Presidência da República para testar o conhecimento dos portugueses sobre a história do país); É cultura, pá! (visita à FIL para a 3ª edição do Lisboa Games Week); Ativismo (presença na marcha pelo fim da violência contra as mulheres, em Lisboa).

00h05: A Criança Roubada – Documentário (atualidade/sociedade) – 56 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e vozes). Documentário inserido no programa DOC TV, uma iniciativa do Programa CPLP Audiovisual para divulgar produções independentes e inéditas, realizadas nos países da CPLP através das suas televisões públicas, numa tentativa de promover intercâmbio cultural e explorar a diversidade do mundo da língua portuguesa. O presente documentário é timorense e conta a história de “José”, uma criança de oito anos aquando da invasão de Timor-Leste pela Indonésia. Um avião lançou uma bomba que matou 22 dos seus familiares e ele foi forçado a viver na Indonésia. Quarenta anos depois, descobre que tem familiares vivos na sua terra natal e regressa para o reencontro.

02h54: Festival Músicas do Mundo (Sines 2017) T5 EP2 – Musical – 19 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e vozes). Exibição do diário de um festival de música onde atuam cantores de vários países, com diferentes culturas, mas também com semelhanças: Portugal, Moçambique, Brasil e Angola.

03h13: Isto é Ópera T1 EP4 – Documentário (ópera) – 45 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Série documental que dá a conhecer aspetos importantes da ópera, cruzando-os a época em que as mesmas foram compostas, com as vivências do compositor e com aspetos psicológicos e comportamentais que se ligam aos nossos dias. Neste episódio, compreendemos melhor a ópera La Bohème, de Puccini.

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP2 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 13 horas, 12 minutos e 30 segundos = 40,8% dos conteúdos DIV e 8,8% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 1 hora e 53 minutos = 5,8% dos conteúdos DIV e 1,3% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 29 minutos = 1,5% dos conteúdos DIV e 0,3% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 3 horas e 8 minutos = 9,6% dos conteúdos DIV e 2,1% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 13 horas e 40 minutos = 42,2% dos conteúdos DIV e 9,1% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 168 horas

4.2.2 De emissão (sem programas de informação diária): 150 horas e 9 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 32 horas, 21 minutos e 30 segundos = 21,5%

4.2.3.1 2ª Feira = 4 horas e 44 minutos (21,6%)

9 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 2 horas, 45 minutos e 20 segundos (12,8%)

7 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 4 horas e 54 minutos (22%)

7 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 2 horas e 41 minutos (12,8%)

5 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 5 horas e 32 minutos (27,2%)

7 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 8 horas e 33 minutos (39,3%)

10 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 3 horas 12 minutos (15%)

7 programas com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil (considerada DIV): 37 horas e 49 minutos = 22,5%

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 17 horas e 10 minutos
= 11,4%

4.4 Análise da programação da RTP2 de 4/9 e 22/10 de 2017

1 Descrição geral da programação da RTP2 durante o período

Com o propósito de descrever a programação da RTP2, procedemos à classificação dos 422 programas contabilizados em várias categorias relacionadas com o seu género ou conteúdo. A primeira categoria, “Infantil”, inclui apenas desenhos animados (séries infantis/juvenis pertencem à categoria “Ficção”, enquanto programas educativos – à exceção de “Zig Zag”, considerado programação infantil – são contabilizados como “Outros”, devido à sua presença mais reduzida na grelha de programação na semana exploratória). Em seguida, a categoria “Documentário” inclui todos os programas inseridos neste género televisivo, independentemente do tema tratado. Ainda tendo em conta apenas os géneros televisivos, optámos por juntar “Entrevista, *Talk-show* ou Magazine” na mesma categoria, dado que apresentam semelhanças consideráveis. Na categoria “Informação” (subdividida em “Informação Diária” e “Informação Não-diária”) incluímos, essencialmente, espaços noticiosos, nacionais e estrangeiros, cujo propósito principal é divulgar acontecimentos da atualidade. Por fim, a categoria “Ficção” abrange séries e filmes, nacionais e estrangeiros, independentemente do género ficcional ou público-alvo.

Por outro lado, optámos pelo estabelecimento de categorias baseadas no conteúdo dos programas, independentemente do seu género, de forma a reunir programas exibidos com frequência e cuja semelhança reside no tema tratado. Definimos, assim, três categorias a partir deste critério: “Religiosos”, para programas de cariz marcadamente religioso e cuja produção é responsabilidade de entidades religiosas; “Cultural”, uma designação estabelecida para agregar os programas dedicados à cultura que não se integram completamente nas categorias definidas em função do género; e “Musical”, categoria que se destina, por sua vez, a abranger programas onde a música se destaca, ou seja, os concertos, essencialmente. Foi necessário, ainda, diferenciar os programas que, além de não pertencerem totalmente aos géneros televisivos apresentados, também não podem ser reunidos de forma sólida

através do conteúdo. Como tal, surge a categoria “Outros” onde se enquadram, por exemplo, concursos, programas educativos, entre outros.

Gráfico 1: Géneros Televisivos (2ª feira: 4/9)

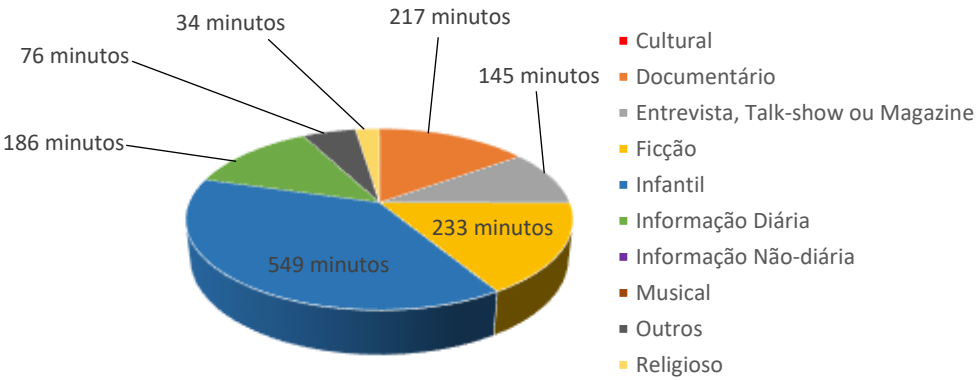


Gráfico 2: Géneros Televisivos (3ª feira: 12/9)

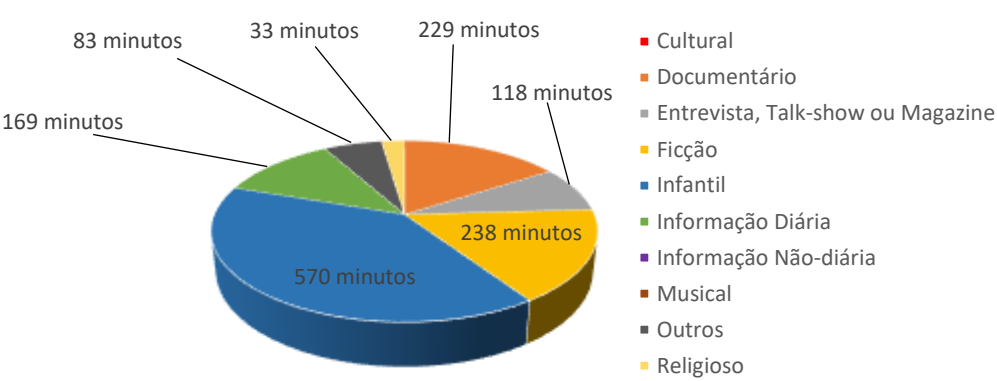


Gráfico 3: Géneros Televisivos (4ª feira: 20/9)

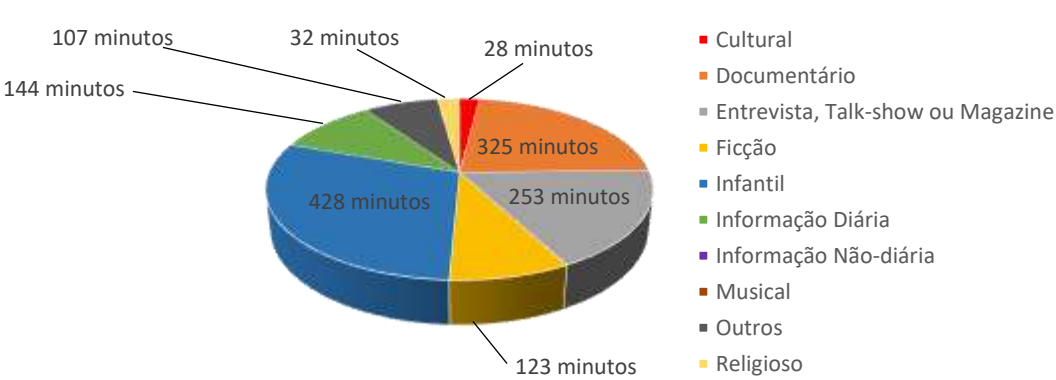


Gráfico 4: Géneros Televisivos (5ª feira: 28/9)

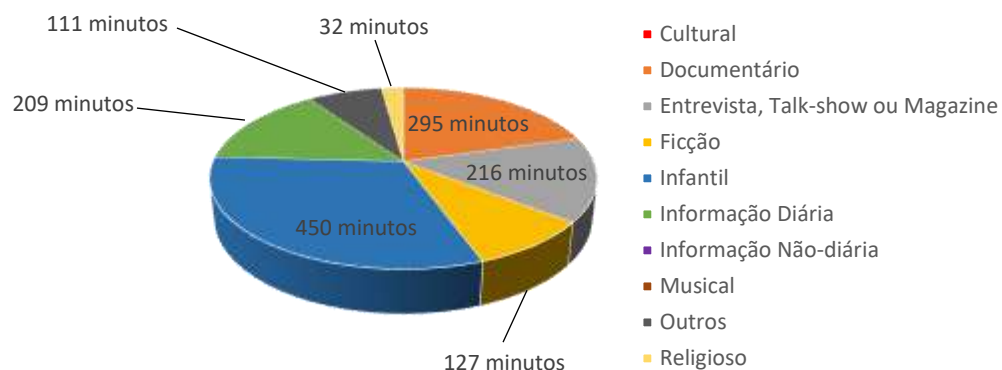


Gráfico 5: Géneros Televisivos (6ª feira: 6/10)

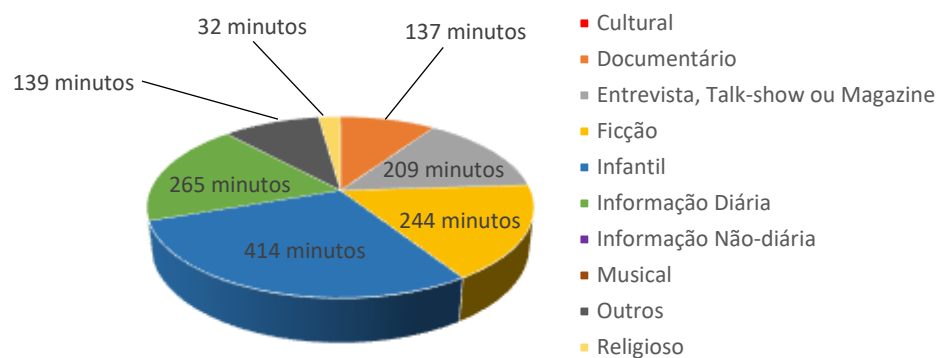


Gráfico 6: Géneros Televisivos (Sábado: 14/10)

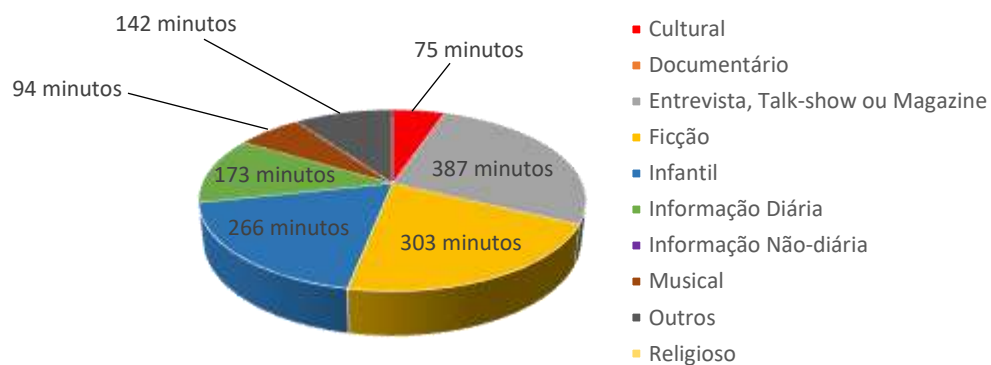


Gráfico 7: Géneros Televisivos (Domingo: 22/10)

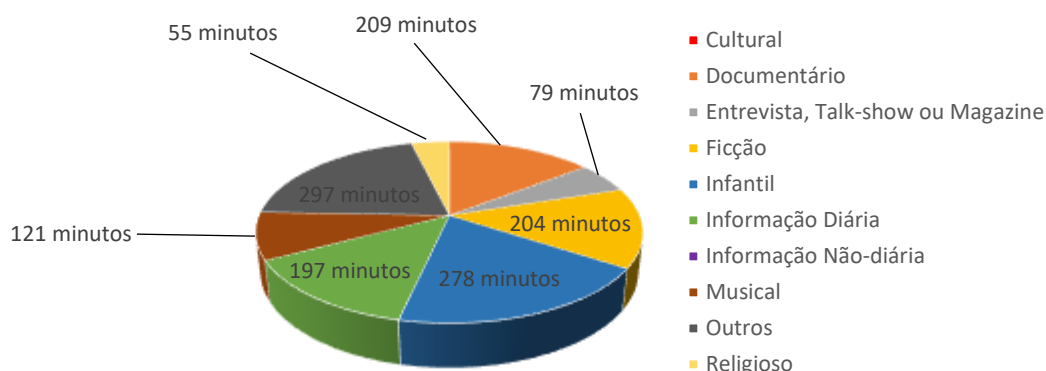
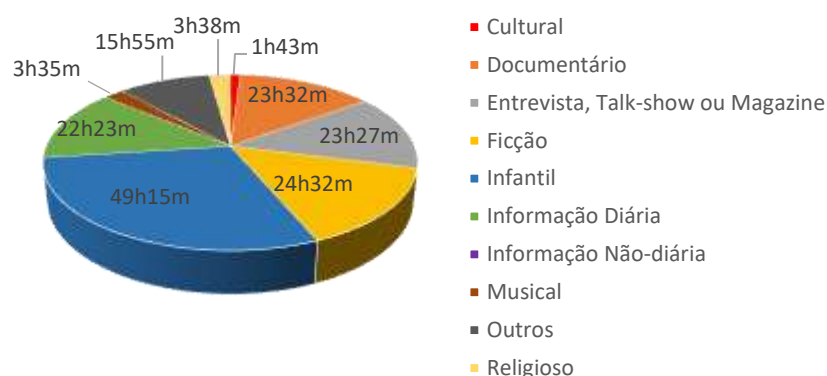


Gráfico 8: Géneros Televisivos (Total da Série Temporal)



Através da observação dos gráficos circulares acima apresentados, é possível concluir que a categoria com maior expressão na grelha de programação, considerando o tempo total da série temporal (gráfico 8), é a dos programas “Infantis”: ocupou 29,3% do tempo total de emissão da série temporal, correspondente a 49 horas e 15 minutos. De segunda a sexta-feira, esta foi a categoria mais presente na grelha, variando entre os 29% e os 40% do tempo de emissão (cerca de 8 horas e 2 minutos diários, como mostram os gráficos 1 a 5). A programação infantil concentrou-se, nos dias úteis, em dois grandes blocos: de manhã entre as 07h e as 12h e à tarde entre as 17h00 e as 21h00, aproximadamente. No fim de semana esta categoria constituiu apenas cerca de 19% da programação de cada dia, sendo a segunda mais presente na grelha de domingo e a terceira na grelha de sábado. Por outras palavras, ocupou 4 horas e 26 minutos no sábado e 4 horas e 38 minutos no domingo (gráficos 6 e 7), sendo transmitida no período da manhã, entre as 08h00 e as 12h40. No ponto 2 serão destacados alguns desenhos

animados, quer pela positiva, quer pela negativa, na descrição da série temporal correspondente à categoria DIV a que dizem respeito.

Ao contrário daquilo que se verificara nas séries temporais anteriores, as restantes quatro categorias definidas atendendo ao género dos programas têm expressões semelhantes que variam apenas entre os 14,6% e os 13,3% do tempo total de programação da série temporal (gráfico 8). A segunda categoria mais representada, no que respeita ao tempo total durante a série temporal, é, então, “Ficção” (24 horas e 32 minutos ou 14,6%). Aparece com especial incidência no período da noite/madrugada (embora nos dias em que ocupa uma percentagem maior também surja nos períodos da manhã e da tarde) e é constituída principalmente por séries estrangeiras (apesar de haver séries portuguesas, em menor número), cujos géneros são variados, abrangendo desde *thriller* e crime até comédias e dramas, havendo ainda lugar para séries infantis/juvenis. As variações percentuais devem-se, essencialmente, à exibição de filmes (na sua maioria estrangeiros) que sobem exponencialmente a percentagem da categoria “Ficção”, já que as séries geralmente têm uma duração menor. Assim sendo, o dia em que a expressão desta categoria foi menor é 4ª feira (dia 20 de setembro). Foram exibidas duas séries estrangeiras que perfazem um total de 2 horas e 3 minutos, ou seja, 8,5% do tempo de emissão diário. Pelo contrário, o dia em que a categoria esteve mais representada foi sábado (dia 14 de outubro). Para tal, contribuiu a transmissão de uma longa-metragem portuguesa e de cinco séries estrangeiras, num total de 5 horas e 3 minutos ou 21%.

Mantendo a ordem decrescente, a terceira categoria é “Documentário”, dado que constituiu 14% da grelha de programação da série temporal, o que equivale a 23 horas e 32 minutos (gráfico 8). Encarando a série temporal como um todo, consideramos que houve diversidade no que concerne aos temas abordados: natureza/mundo animal/ecologia; história; arte; civilização/cultura; atualidade/sociedade; música. Da mesma forma, os horários de exibição deste género televisivo foram distribuídos de forma aceitável, pelo que é possível assistir a documentários não só no período da noite/madrugada, mas também durante a manhã e/ou a tarde, na maioria dos dias. Observando o gráfico 6, podemos constatar que no sábado (14 de outubro) não foi exibido qualquer programa inserido nesta categoria, o que não tinha acontecido nas

anteriores séries temporais. Em compensação, na 4ª feira (20 de setembro) esta percentagem ascendeu a 22,6%, o que corresponde a 5 horas e 25 minutos.

Com apenas menos cinco minutos do que a categoria acima referida, a quarta posição pertence a “Entrevista, *Talk-show* e Magazine” (23 horas e 27 minutos ou 14%). Todavia, foi transmitido apenas um *Talk-show* e os momentos de entrevista também não foram frequentes, pelo que o género Magazine, exibido ao longo dos dias em horários diversificados, é o responsável por este valor elevado na grelha da série temporal. Os principais temas foram cultura, informação e ciência (para um público infantojuvenil). O dia em que esta categoria teve menor tempo de emissão foi domingo (dia 22 de outubro), já que constituiu 5,5% da programação, ou seja, 1 hora e 19 minutos (gráfico 5). No extremo oposto, sábado (dia 14 de outubro) foi o dia em que a categoria teve maior destaque: representou cerca de 26,9% da grelha de programação, o que equivale a 6 horas e 27 minutos (gráfico 3).

A próxima categoria é “Informação Diária” com 13,3% do tempo total (22 horas e 23 minutos). Ao contrário das anteriores, apresenta uma amplitude baixa no que se refere à variação da percentagem a ela destinada. Na maioria dos dias, situa-se entre os 12% e os 15%, o que corresponde a cerca de 3 horas e 12 minutos diários. As exceções são quarta-feira (gráfico 3), onde 10% do tempo equivale a 2 horas e 24 minutos, e sexta-feira (gráfico 5), onde 18,4% do tempo equivale a 4 horas e 25 minutos. De segunda a sexta-feira, a informação começa ao início da tarde com notícias internacionais (“Euronews”), continua à noite com as principais notícias do dia (“Jornal 2”) e termina já de madrugada com uma atualização sobre a realidade africana (“Repórter África”) e, em alguns dias, novamente com “Euronews”. A principal diferença verificada ao sábado é o horário de “Euronews” que, neste dia, é transmitido de manhã, antes do início da programação infantil (como foi referido acima, aos sábados e domingos esta começa às 08h00 e não às 07h00). No domingo, por sua vez, a informação surge apenas durante a noite/madrugada. Ao fim de semana não é transmitido o programa “Repórter África”. Durante a presente série temporal não foi transmitido qualquer programa de “Informação Não-diária”.

Relativamente às categorias constituídas por programas com conteúdos semelhantes (e presentes em todos os dias da semana, salvo raras exceções), verifica-se a prevalência da classificação “Religioso”. Os conteúdos inseridos nesta categoria representaram 2,2% do tempo total, ou seja, 3 horas e 38 minutos (gráfico 8). Nesta classificação incluem-se, essencialmente, espaços de divulgação e autopromoção das várias religiões reconhecidas em Portugal (com clara predominância temporal para a Igreja Católica). O programa mais frequente chama-se “A Fé dos Homens” e tem a duração de 33 minutos (2,3%), tempo habitualmente dedicado a conteúdos religiosos em cada dia. Porém, no sábado não houve qualquer espaço inserido nesta categoria, enquanto no domingo a sua expressão subiu para os 4% (55 minutos). Neste dia, foram transmitidos dois programas religiosos ao início da manhã: às 07h00, vemos “Caminhos”, um programa dedicado à Igreja Adventista do Sétimo Dia em Portugal, onde é realizada uma entrevista com 27 minutos; e, em seguida, às 07h27, assistimos a “70x7”, um programa de reportagem dedicado à Igreja Católica, onde a responsabilidade editorial pertence ao Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa) e que tem como objetivo descobrir “sinais do religioso nas pessoas”.

A categoria “Musical”, por sua vez, representou 2,1% da grelha de programação da série temporal, equivalente a 3 horas e 35 minutos (gráfico 8). Os conteúdos inseridos nesta categoria tratam-se de concertos transmitidos no sábado (14 de outubro) e no domingo (22 de outubro) e que ocuparam, em média, 1 hora e 48 minutos por dia (7,5%): “O nosso Fado Hoje é do Mundo, Miguel Rebelo” (Concerto de Miguel Rebelo no Teatro da Trindade, gravado no dia 22 de Fevereiro de 2014 e exibido no sábado. Miguel Rebelo é um cantor e intérprete que já recebeu prémios da Sociedade Portuguesa de Autores e da RFM. Lançou em fevereiro o seu segundo disco de fados, intitulado “O Nosso Fado é Hoje do Mundo” com o selo de “Fado Património Imaterial da Humanidade”); “Constantino Cardoso no B.Leza, Carnaval de São Vicente” e “Concerto de Ricardo de Deus Trio”, transmitidos no domingo.

Em seguida, a categoria “Cultural” constituiu cerca de 1% da programação da série temporal, ou seja, 1 hora e 43 minutos (gráfico 8). Ao contrário do que acontecera nas anteriores séries temporais, a presente categoria teve expressão em apenas dois dias:

4ª feira (20 de setembro) e sábado (14 de outubro). Na 4ª feira, a transmissão do programa “Literatura Aqui”, um espaço de 28 minutos sobre questões literárias, com leitura de excertos de prosa e/ou poesia, relacionados com o tema do programa, significou uma presença da categoria em 1,9% do tempo de emissão total diário. Sábado foi o dia da série temporal onde a expressão da categoria foi mais elevada (5,2% ou 1 hora e 15 minutos), devido à exibição do “Bailado, Pedro e Inês”. Trata-se de um bailado sobre um tema histórico português, o amor proibido entre o príncipe D. Pedro e Inês de Castro. “Pedro e Inês” é uma coreografia original de Olga Roriz para a Companhia Nacional de Bailado, que recebeu o Prémio Almada 2003 atribuído pelo Instituto das Artes. O espetáculo foi gravado em novembro de 2004 no Teatro Camões em Lisboa.

Por fim, com 9,5% do tempo total da série temporal (15 horas e 55 minutos), surgem os programas agrupados na categoria “Outros” por não seguirem os géneros televisivos acima descritos nem os conteúdos convencionados como categorias alternativas (“Religioso”, “Cultural” e “Musical”). Os espaços incluídos nesta categoria são: “Design Ah! Um Olhar sobre o Design” (programa educativo sobre design, transmitido na 2ª feira); “Hora da Sorte – Lotaria” (2ª feira); “SMS, Ser Mais Sabedor” (repetição de um concurso de 2003, transmitido de 2ª feira a 6ª feira); “Génio de Rua” (programa educativo, transmitido na 3ª feira, na 4ª feira, na 5ª feira e na 6ª feira, onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, provando e dando a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples); “Pensa como um Corvo!” (Com um título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, este programa educacional, transmitido na 4ª feira, na 5ª feira e na 6ª feira, tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação); “Onde está o Tesouro” (programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão, transmitido na 6ª feira e no sábado. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história); “Testes em Série” (programa educativo sobre ciência que põe os princípios científicos à prova, com o propósito de

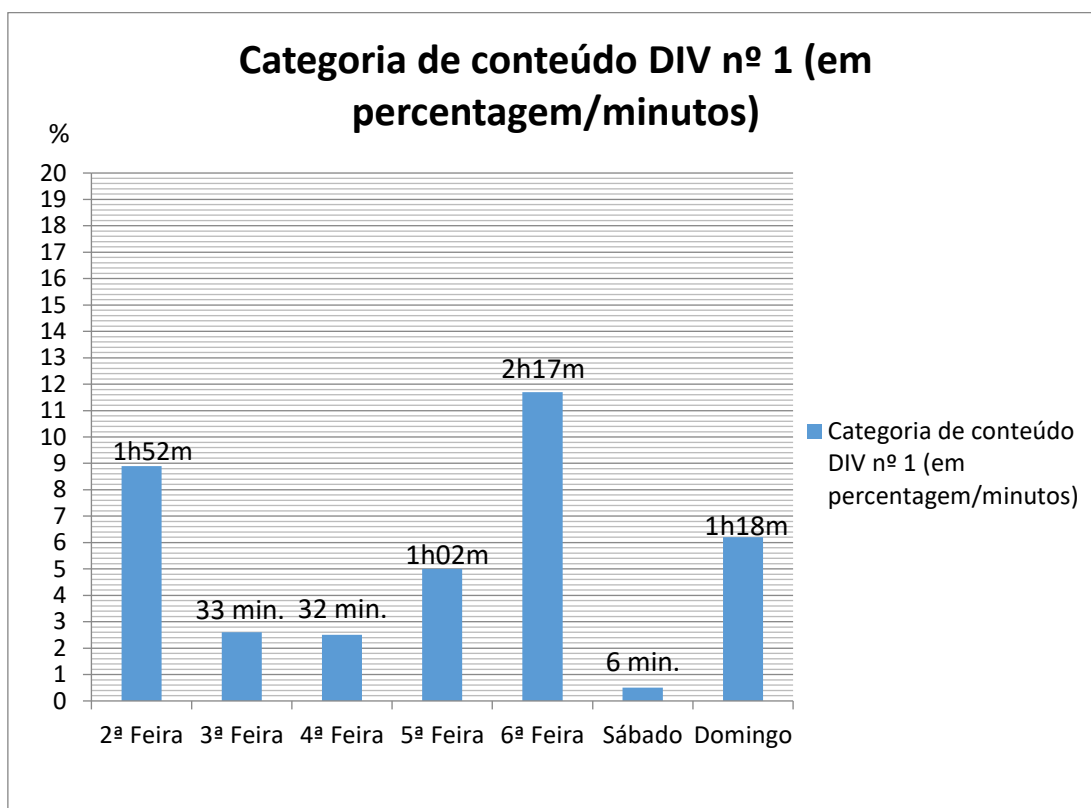
confirmar ou refutar mitos comuns sobre a ciência – transmitido no sábado); “Qualifica (compacto)” (Qualifica é um projeto financiado pela ANQEP, tendo o objetivo de divulgar conteúdos relacionados com o ensino profissional, revelando o sucesso que pode ter quem opta pelo mesmo, o que contribui para pôr fim a estereótipos relacionados com este tipo de ensino – programa transmitido no sábado); “Automobilismo, European Le Mans Series 2017” (transmissão de um evento desportivo no domingo); “A Mentira da Verdade” (neste programa exibido no domingo e através da simulação de situações que poderiam acontecer no dia-a-dia, uma personagem recorre a conceitos filosóficos e sociológicos para pensar sobre assuntos atuais ou questões sociais apresentadas habitualmente como culturais).

Posto isto, podemos afirmar que a representação desta categoria na programação aumentou sempre de dia para dia, pelo que o dia em que esta categoria teve maior expressão foi domingo (gráfico 7), onde ocupou 4 horas e 57 minutos, correspondentes a 20,6% da programação diária. Por outro lado, segunda-feira (gráfico 1) foi o dia onde a proporção desta categoria foi menos significativa: 1 hora e 16 minutos, ou seja, 5,3% do tempo total.

2 Categorias de conteúdo DIV e sua expressão na programação

Para a análise dos conteúdos DIV presentes na grelha de programação foram contabilizados todos os programas transmitidos nos dias de análise, subtraindo o valor dos programas de informação diária. Desta forma, os programas como “Euronews”, “Jornal 2” e “Repórter África” foram subtraídos do valor total do tempo de cada emissão diária, a fim de contabilizarmos somente o valor de emissão correspondente aos restantes programas. A partir do valor calculado diariamente obtemos a percentagem de conteúdos DIV transmitidos nesse mesmo dia (ver ponto 4.2).

2.1 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes



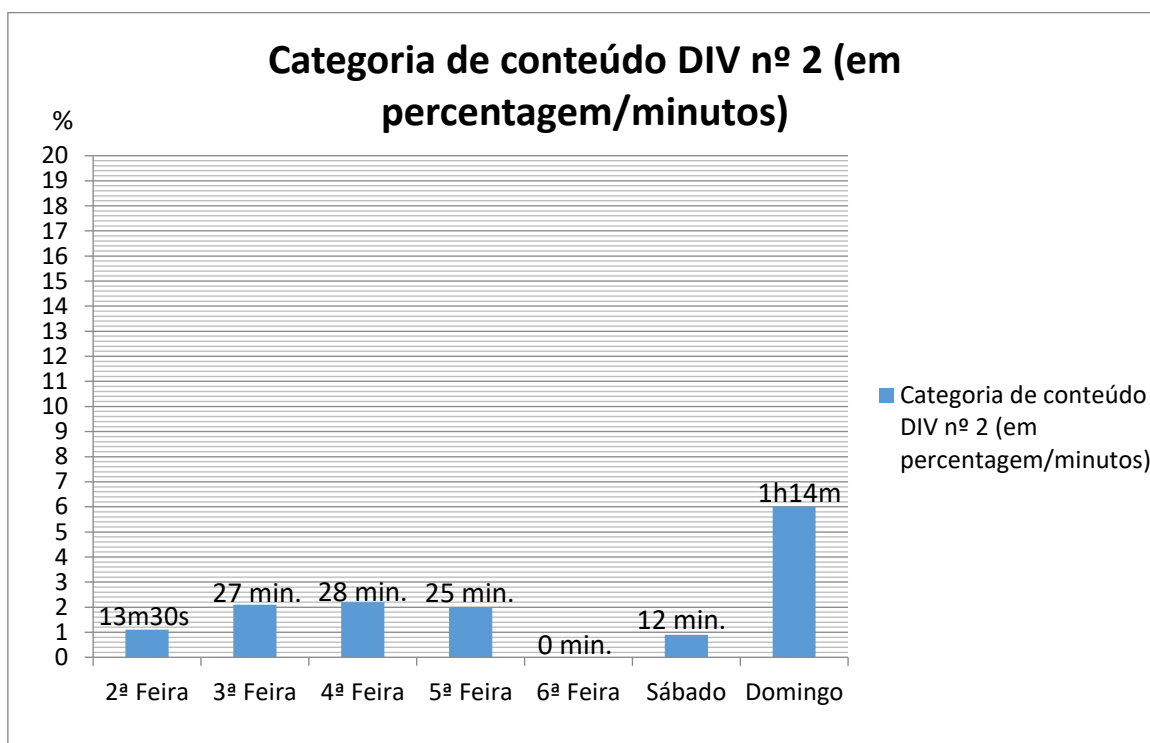
Observando os valores apresentados pelas várias categorias ao longo dos dias, é possível verificar que a presente categoria é a que, no total, apresenta a segunda maior expressão (ver ponto 4.1), à semelhança do que aconteceu na anterior série temporal. Estes números elevados devem-se, em boa medida, à exibição de filmes e séries em vários idiomas (nomeadamente Francês, Espanhol ou Japonês), o que contribui para a “diversidade linguística” (embora nem todos sejam contabilizados como “DIV”, uma vez que o seu contributo, a nível de qualidade, para a expressão de diversidade cultural não é significativo em todos os casos). “Pluralidade das expressões e vozes”, “diversidade cultural e étnica” e “conteúdo intercultural” têm também uma expressão significativa devido, por um lado, ao espaço dado a várias religiões e, por outro, à exibição de programas educativos, concertos e séries, onde coabitam costumes e crenças diversificados e através dos quais somos confrontados com realidades culturais diferentes da nossa.

Também a programação “Infantil” contribui para a representação desta categoria: na 5ª feira (28 de setembro), o episódio de “Zig Zag” revela “Diversidade cultural” ao dar a conhecer monumentos e gastronomia de Santiago, capital do Chile. No mesmo dia, vemos um dos episódios de “Vipo, as Aventuras do Cão Voador”, um desenho animado no qual um cão voador dá a volta ao mundo dando a conhecer alguns pontos-chave do país visitado em cada episódio, através da mistura entre fantasia e realidade.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Design Ah! Um Olhar sobre o Design (2ª feira): 15 minutos – Diversidade étnica/linguística;
- A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 34/33/32/32/32 minutos – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Agência Clandestina T3 (2ª feira): 63 minutos – Diversidade Linguística;
- O Livro dos Negros T1 EP4 (5ª feira): 50 minutos no total – Diversidade Étnica (25 minutos);
- Chic (5ª feira): 32 minutos no total – Diversidade Cultural e Étnica (5 minutos);
- Outubro (6ª feira): 105 minutos – Diversidade Linguística;
- Wru? (Sábado): 6 minutos – Conteúdo Intercultural;
- Príncipe T2 EP18 (Domingo): 78 minutos – Conteúdo Intercultural.

2.2 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação



Ao longo de toda a série temporal foram transmitidos seis programas inseridos nesta classificação, a segunda representação mais baixa no que respeita às várias categorias consideradas (ver ponto 4.1) e que se encontra demasiado abaixo do que seria desejável em serviço público, não obstante o facto de ter aumentado ligeiramente a sua representação, comparativamente à série temporal anterior. “Subculturas juvenis” é uma subcategoria sem qualquer expressão na grelha de programação. Por outro lado, apenas um programa é enquadrável em “género e discriminação”, já que, em “Literatura Aqui”, é abordada a diferença entre adultério feminino e masculino, no que toca à sua gravidade e aceitação, na literatura ao longo do tempo. O mesmo acontece com as “questões da juventude”: no programa “Consigo”, foi dado a conhecer o projeto “Deixa o bullying só” desenvolvido pela Associação Anti Bullying de Crianças e Jovens em parceria com o músico João Só.

Finalmente, “exclusão/inclusão sociocultural” e “discriminação” são as subcategorias mais representadas, através de vários espaços que enfatizam diferentes aspetos destas questões, importantes para a reflexão sobre os mesmos.

No que concerne à programação classificada como “Infantil”, destacamos o episódio de “CJ a DJ” de 4ª feira (20 de setembro), dado estar relacionado com a subcategoria “Género e discriminação”, na medida em que expõe e contraria estereótipos de género: o pai da CJ tem uma banda mas o baixista vai para o hospital. CJ sugere que a mãe o substitua mas o pai recusa ter uma “fêmea” na banda, por considerar que lhe falta capacidade para tal. A mãe tenta juntar a sua banda da juventude para participar no concurso de bandas contra a banda do pai (que prefere procurar outro baixista) mas descobre uma das colegas com oito filhos e outra a trabalhar como polícia, pelo que isso não será possível. Resolve formar a banda com as duas filhas e vencem o concurso, provando que têm capacidade para estar numa banda de rock e o pai é forçado a mudar de ideias e no final tocam os quatro juntos.

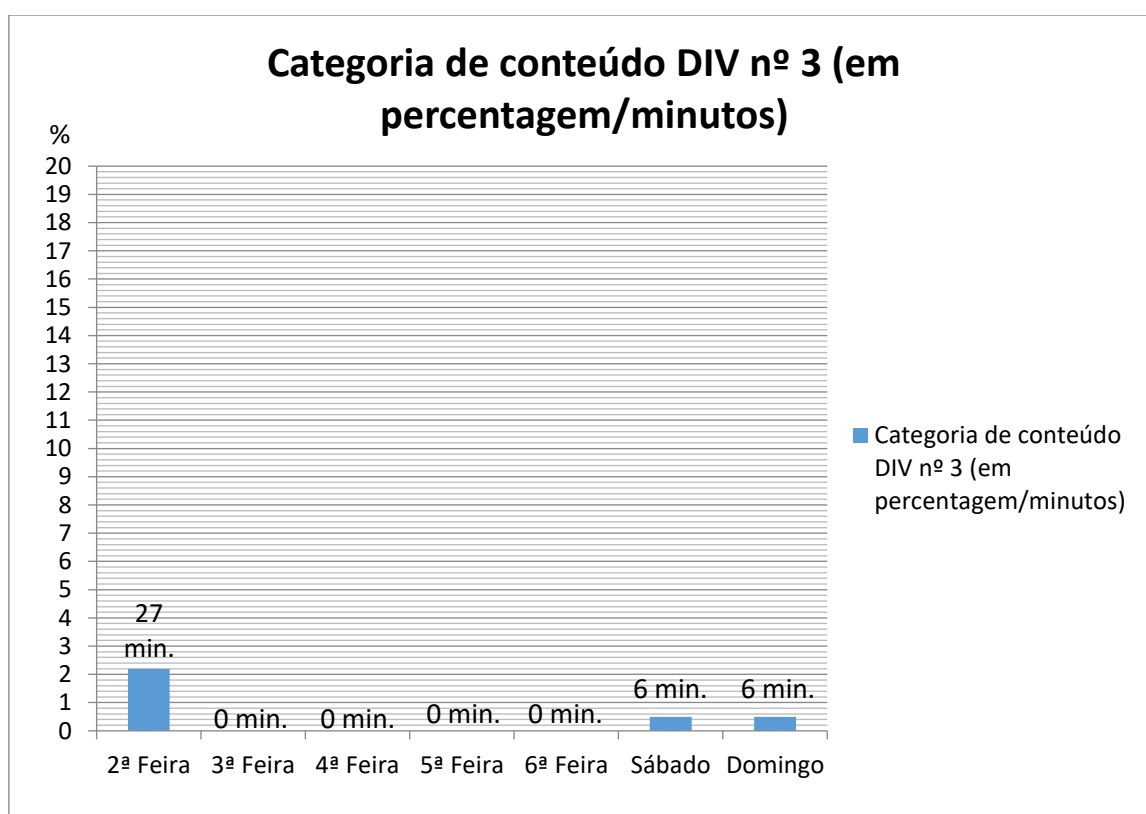
No dia de análise seguinte, 5ª feira (28 de setembro), a subcategoria referida volta a estar presente de forma semelhante no episódio de “Histórias do Lucas”: um rapaz diz que a rapariga não tem pontaria para jogar com arco e flecha mas acabam por jogar e terminam chegando à conclusão que meninos e meninas podem ter as mesmas capacidades (pelo que não devemos julgar alguém apenas pelo género à partida) e de que todos devem ser tratados com igualdade de direitos e oportunidades). Além disso, o episódio de “Zig Zag” também enfatiza questões relacionadas com a presente categoria, ao exemplificar situações de *bullying* na escola, sugerindo as formas mais corretas de as combater: a Filó fala sobre a sua mudança de escola e conta as diferenças que sentiu e que a estão a incomodar. Assim, o episódio é importante para a representação da subcategoria “Questões da juventude” em espaços pensados para o público infantil.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Elsa T1 EP2 (2ª feira): 29 minutos no total – Exclusão/inclusão Sociocultural (13m30 segundos);
- Elsa T1 EP9 (3ª feira): 27 minutos – Exclusão/inclusão Sociocultural;

- Literatura Aqui T3 EP26 (4ª feira): 28 minutos – Género e Discriminação;
- O Livro dos Negros T1 EP4 (5ª feira): 50 minutos no total – Discriminação (25 minutos);
- Consigo T3 EP3 (Sábado; domingo): 29/27 minutos no total – Questões da Juventude (5+5 minutos) + Exclusão/inclusão Sociocultural (7+7 minutos)
- 70x7 (Domingo): 28 minutos – Exclusão/inclusão Sociocultural
- História a História África T1 EP2 (Domingo): 34 minutos – Discriminação e Exclusão/inclusão Sociocultural

2.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento



Lamentavelmente, apenas uma das subcategorias definidas neste tópico é brevemente abrangida pela programação da série temporal. Os únicos dois programas inseridos nesta categoria pertencem, então, à subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. O primeiro é o magazine “Vamos à Descoberta” que, no episódio de 2ª feira

(4 de setembro), aborda o tema da dislexia e da dispraxia nas crianças, dando destaque à forma como estas podem afetar a sua aprendizagem. No fim de semana, o mesmo episódio do magazine “Consigo” é transmitido nos dois dias e duas das suas rubricas podem inserir-se nesta categoria: foi transmitida uma reportagem sobre o musical “A Fada Juju e a Festa dos Sentidos” protagonizado pela intérprete de língua gestual Paula Teixeira, o qual tem por objetivo a inclusão de todos os espetadores desde crianças audiovisuais a surdas. Na rubrica “Mais Inclusão” foi apresentado o livro “Cidade Amarela”, escrito por Mónica Chaves Afonso e ilustrado por Inês Ribeiro, uma obra adaptada para daltónicos.

Optámos, ainda, por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. Nesta série temporal apenas 26 programas, dos 393 transmitidos (sem contar com os programas de informação diária), apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Vamos à Descoberta T1 EP63 (2ª feira): 27 minutos – Pessoas com necessidades especiais;
- Consigo T3 EP3 (Sábado; domingo): 29/27 minutos no total – Pessoas com necessidades especiais (6+6 minutos).

Programas com tradução em Língua Gestual Portuguesa e respetiva descrição:

A Fé dos Homens (2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 34/33/32/32/32 minutos
– Religioso. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras.

ESEC-TV T8 (2ª feira; sábado): 26/28 minutos – Magazine (cultural; sobre cidade de Coimbra). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC).

Visita Guiada (2ª feira): 32 minutos – Magazine (cultural). Programa sobre peças da história da arte e da cultura portuguesas. Em cada emissão o programa elege uma peça-protagonista, num arco temporal de cerca de 800 anos e abrangendo todo o território nacional, ilhas incluídas. A peça-protagonista pode ser um pequeno cálice ou uma catedral, um conjunto de esculturas, uma pintura, um jardim botânico ou um complexo de arquitetura industrial. O que conta é a sua excecionalidade. Para cada uma das emissões conta com as explicações de um especialista diferente.

E2, Escola Superior de Comunicação Social (3ª feira; domingo): 30/30 minutos – Magazine (variedades). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte vídeo.

Literatura Aqui (4ª feira): 28 minutos – Cultural. Programa de literatura que procura focar todos os géneros e estilos em que é usada a palavra. Aos textos literários escolhidos para serem lidos, juntam-se reportagens e a análise de grandes temas e figuras da história da literatura.

Sociedade Civil (4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 65/63/76 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa.

Biosfera (5ª feira; sábado): 30/35 minutos – Magazine (informação; ambiente). O presente espaço é um magazine semanal onde é dado relevo a questões ambientais.

Universidade Aberta (5ª feira): 25 minutos – Magazine (sobre ensino superior). Trata-se de um magazine que acompanha acontecimentos e questões atuais ligadas ao ensino superior em Portugal.

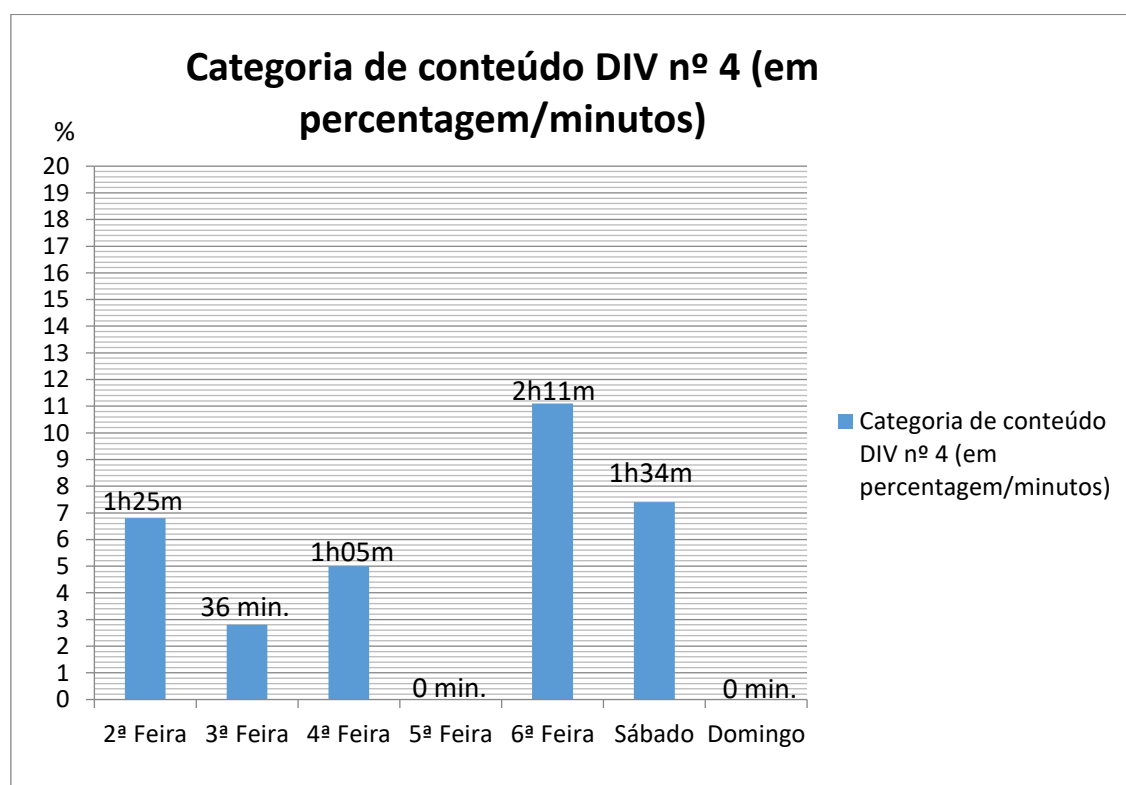
Onde está o Tesouro (6ª feira; sábado): 27/26 minutos – Outros (artes/cultura). É um programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão. A particularidade é que os

peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

Consigo (Sábado; domingo): 29/27 minutos – Magazine (Sociedade). É um magazine dedicado à inclusão sociocultural através da partilha de histórias sobre pessoas com necessidades especiais.

Voz do Cidadão (Domingo): 21 minutos – Magazine (informação). Trata-se de um programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública.

2.4 Proteção do património e da cultura nacional/local



Considerando o panorama geral, trata-se da terceira categoria mais representada (ver ponto 4.1). É representada por poucos programas (essencialmente

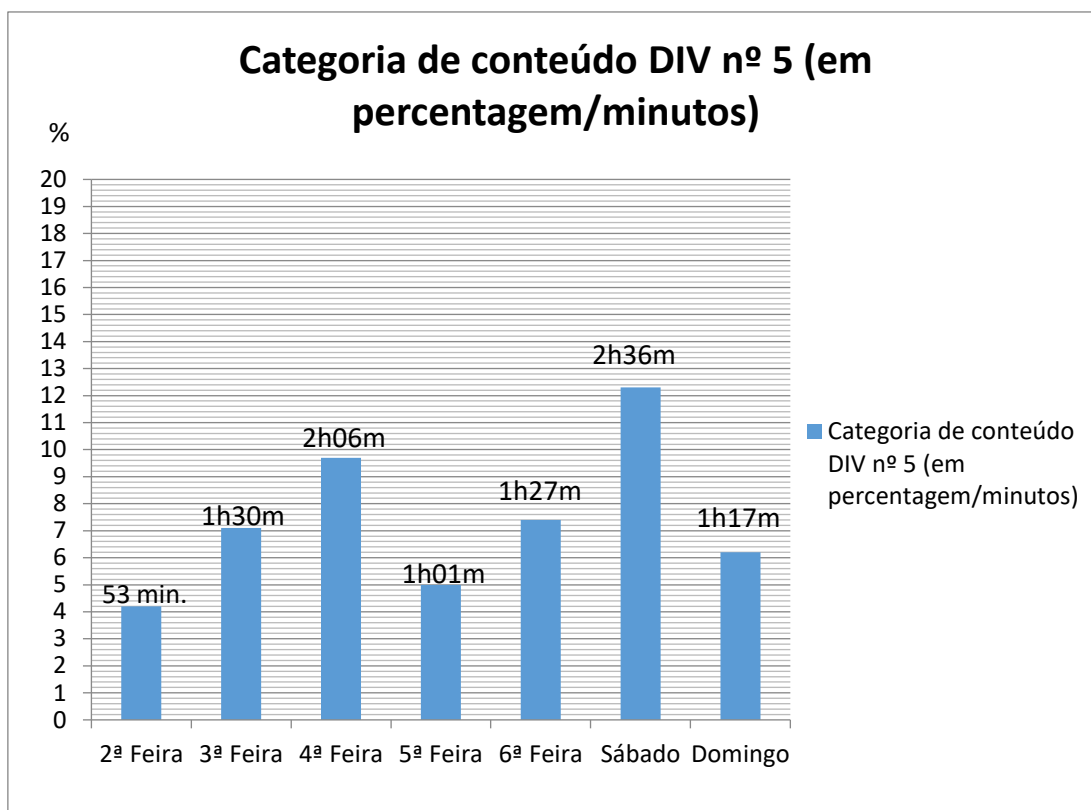
documentários e magazines), e não tem expressão todos os dias, havendo apenas um dia em que são transmitidos vários espaços diferentes (três). Desta forma, o número de minutos no ar não é muito elevado (apesar de ter aumentado comparativamente à série temporal anterior), embora se tratem de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico, cultural e ambiental) de vários pontos do país e algumas tradições que se mantêm ou que regressaram.

No que se refere à programação considerada “Infantil”, destacamos o episódio de “Zig Zag”, transmitido na 3ª feira (12 de setembro), uma vez que na rubrica “Capitais de Distrito” deu informações sobre a cidade de Aveiro, mencionando gastronomia, tradições e património da mesma. Na 6ª feira (6 de outubro), o “Zig Zag” volta a ter conteúdos relevantes para esta categoria ao explicar a origem do hino nacional adotado com a implantação da república.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Visita Guiada T5 (2ª feira; 3ª feira): 32/36 minutos;
- Histórias de Mar T1 EP8 (2ª feira): 25 minutos;
- O Povo que ainda Canta T1 EP2 (2ª feira): 28 minutos;
- Sociedade Civil T13 EP119 (4ª feira; 5ª feira): 65/76 minutos;
- Enquanto a Língua for Cantada (6ª feira): 55 minutos;
- O nosso Fado Hoje é do Mundo, Miguel Rebelo (Sábado): 94 minutos.

2.5 Diversidade de géneros de programação televisiva



Apesar de ter uma percentagem total inferior à registada na série temporal anterior, passou a ser a categoria com maior expressão (ver ponto 4.1) e mantém-se como uma das duas categorias com presença na programação todos os dias. Uma parte considerável dos programas aqui incluídos coincide com os espaços acima descritos como “Outros”, já que, uma vez mais, procuramos destacar os géneros menos habituais em televisão, considerando, desta vez, apenas aqueles que vemos como mais importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva. Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), um bailado, apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, um programa que avalia objetos em segunda mão, entre outros.

Programas inseridos na categoria (questão desenvolvida no ponto 3):

- Vamos à Descoberta T1 (2ª feira; 3ª feira): 27/28 minutos;

- ESEC-TV T9 (2ª feira; sábado): 26/28 minutos;
- Génio de Rua T1 (3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 32/22+28/24+27/24+26 minutos;
- E2, Escola Superior de Comunicação Social (3ª feira; domingo): 30/30 minutos;
- Pensa como um Corvo! T1 (4ª feira; 5ª feira; 6ª feira): 10/10/10 minutos;
- Cinemax T6 (4ª feira): 66 minutos;
- Onde está o Tesouro (6ª feira; sábado): 27/26 minutos;
- ABC Direito T2 (Sábado): 15 minutos;
- Qualifica - compacto (Sábado): 12 minutos;
- Bailado, Pedro e Inês (Sábado): 75 minutos;
- Voz do Cidadão (Domingo): 21 minutos;
- A Mentira da Verdade T1 (Domingo): 26 minutos.

3 Programas DIV que se destacaram e sua especificidade/conteúdo

Observações sobre a análise da programação: A análise diária da programação inicia-se às 07h00 e decorre até às 06h59, período assinalado na grelha de programação do canal. Para efeitos de contagem dos elementos DIV não foram contabilizados programas repetidos no mesmo dia.

3.1 2ª Feira (4 de setembro)

10h33: Design Ah! Um Olhar sobre o Design – Outros (Educativo) – 15 minutos – Disponível em RTP Play (conteúdo DIV entre os 12m40s e os 15m40s, ou seja, 3 minutos – Categoria: diversidade étnica/linguística). O presente programa é de origem japonesa, tendo personagens japonesas e palavras escritas com caracteres do alfabeto utilizado neste idioma que permitem evidenciar diferenças étnicas e linguísticas de forma positiva. Este tem como objetivo ensinar aos mais jovens como o design está presente em diversos aspetos da vida quotidiana e, neste episódio, a rubrica “designers” dá a conhecer o designer futurista Junichi Rekimoto que desenha novas formas de permitir que o Homem interaja com os computadores.

12h40: Vamos à Descoberta T1 EP59 – Magazine (infantil/juvenil) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio ficamos a saber mais sobre aranhas.

15h00: A Fé dos Homens – Religioso – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução simultânea para Língua Gestual Portuguesa, no ecrã, realizada por um intérprete. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio destaca-se a referência a acampamentos para crianças e jovens em Portugal, num espaço da responsabilidade da Aliança Evangélica Portuguesa. A segunda metade do programa foi dedicada à Igreja Católica Portuguesa e consistiu numa conversa em estúdio sobre a Colômbia.

20h50: Vamos à Descoberta T1 EP63 – Magazine (infantil/juvenil) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pessoas com necessidades especiais). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Embora habitualmente este programa seja incluído na categoria “diversidade de géneros de programação televisiva”, este episódio é categorizado como “pessoas com necessidades especiais”, uma vez que aborda o tema da dislexia e da dispraxia nas crianças.

22h14: Agência Clandestina T3 EP10 – Série (drama) – 63 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade linguística). Série francesa sobre um agente secreto que passou vários anos infiltrado no estrangeiro. Venceu o prémio *Syndicat Français de la Critique de Cinéma* 2015. Sem dobragem (falado em francês) e com legendas em português.

00h39: ESEC-TV T9 EP6 – Magazine (cultura; sobre cidade de Coimbra) – 26 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) e que conta com tradução simultânea para Língua Gestual Portuguesa, realizada por um intérprete, no ecrã. O episódio dá a conhecer o projeto fotográfico e de entrevistas “Este país não é para artistas”, resume a primeira edição em Coimbra do festival Sofar Sounds e recebe em estúdio o músico e compositor Gabriel Salgado que fala sobre os seus projetos mais recentes.

01h05: Visita Guiada T5 EP1 – Magazine (cultura) – 32 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, é o arquiteto Nuno Távora quem guia uma visita ao Portugal dos Pequeninos, em Coimbra, uma obra construída quinze anos antes da primeira Disneyland, na Califórnia. O programa conta com tradução simultânea para Língua Gestual Portuguesa, realizada por um intérprete, no ecrã.

02h25: Histórias de Mar T1 EP8 – Documentário (património/natureza) – 25 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Série documental sobre o património, natural e edificado, existente na Península de Setúbal e explicitação da sua relação com o mar e com o rio Sado.

03h52: O Povo que ainda Canta T1 EP2 – Documentário (sobre música portuguesa) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste conjunto de documentários, são mostradas várias facetas da música portuguesa através dos seus protagonistas. De Norte a Sul do país, Tiago Pereira e a sua equipa, partilham a criatividade de um povo que não

quer ser esquecido. O presente episódio tem como centro os habitantes da Beira Serra e as suas tradições musicais.

05h10: Elsa T1 EP2 – Série portuguesa (drama) – 29 minutos (conteúdo DIV entre os 15:00 e os 28:30 minutos, ou seja 13:30 minutos – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Esta série, produzida no ano de 2001, tem como cenário principal um posto de atendimento da segurança social. Neste episódio, aparece uma senhora a lamentar-se porque alguém queria matar o seu companheiro Vladimir, de nacionalidade moldava. Percebemos depois que se trata de um trabalhador clandestino, vítima de uma agressão de mafiosos russos (aqueles que o tinham trazido para Portugal) que lhe partiram as pernas por se recusar a pagar proteção. A assistente social procura ajudar estas pessoas que não conheciam os seus direitos, lembrando a existência de uma lei anti discriminação, a qual permitia que fossem assistidos, mesmo sem documentos, e que a legalização fosse concretizada, de forma a integrar o homem em Portugal, onde trabalha e constituiu família. No final, descobrimos que Vladimir fora campeão de voleibol e é-lhe sugerido que trabalhe como treinador numa escola, devidamente legalizado.

3.2 3ª Feira (12 de setembro)

12h38: Vamos à Descoberta T1 EP65 – Magazine (infantil/juvenil) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). O programa tem como objetivo transmitir factos sobre vários temas (Terra, saúde, universo, história, cultura ou tecnologia) de forma a ser interessante e apelativo para um público jovem. A bordo do seu camião-laboratório, três jornalistas percorrem locais incomuns para fornecer uma melhor compreensão sobre o que nos rodeia, com explicações acessíveis a todos. Neste episódio aprendemos sobre os perigos das estradas para condutores e peões, assim como sobre as melhores formas de os evitar e quais são os comportamentos corretos para diferentes situações.

15h00: A Fé dos Homens – Religioso – 33 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução simultânea para Língua Gestual Portuguesa, no ecrã, realizada por um intérprete. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e

instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio, a primeira parte é dedicada à Aliança Evangélica Portuguesa e consiste numa entrevista a Ed René Kivitz, um pastor, teólogo e escritor. A segunda, por sua vez, é da responsabilidade da Igreja Católica e tem como tema a morte recente de D. António Francisco dos Santos, bispo do Porto.

20h58: Génio de Rua T1 EP2 – Outros (Educativo) – 32 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

01h18: Visita Guiada T5 EP9 – Magazine (cultura) – 36 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Neste episódio, é a investigadora Ana Paula Rebelo Correia quem guia uma visita ao imponente convento de São Paulo, em Évora, cujas origens remontam ao século IV.

01h54: E2, Escola Superior de Comunicação Social – Magazine (variedades) – 30 minutos todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte vídeo. O presente episódio teve as seguintes rubricas: panorâmica (conversa com o produtor de audiovisual José Mineiro); 20 valores (espaço sobre design multimédia); cultura pá! (visita a Gulbenkian para uma exposição de Almada Negreiros); p'marmita (a chef Marta Caldeirão ensina a fazer uma sobremesa simples e económica: tarte de maçã e canela).

05h29: Elsa T1 EP9 – Série portuguesa (drama) – 27 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Esta série, produzida no ano de 2001, tem

como cenário principal um posto de atendimento da segurança social. Neste episódio, o principal destaque vai para a ida ao posto de um homem que viera para Portugal há vários anos, mas que continuava ilegal porque o patrão se recusava a assinar um contrato. O seu filho estava doente e precisava de ser internado. No final, a assistente social consegue que um contrato seja assinado e que o filho deste trabalhador, até aí ilegal, seja internado. Além desta questão, é importante a caricatura à burocracia dos serviços públicos e a chamada de atenção para expressões discriminatórias que muitas pessoas utilizam no dia-a-dia.

3.3 4ª Feira (20 de setembro)

10h35: Génio de Rua – Outros (Educativo) – 22 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

12h30: Literatura Aqui T3 EP26 – Cultural – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: género e discriminação). Programa de literatura traduzido simultaneamente para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã, que procura focar todos os géneros e estilos em que é usada a palavra. Aos textos literários escolhidos para serem lidos, juntam-se reportagens e a análise de grandes temas e figuras da história da literatura. O tema do presente episódio é o adultério e a forma como a literatura expressa o sentimento (e lei) vigente ao longo da história que desculpabiliza e aceita o adultério masculino, mas rejeita e condena o adultério feminino, entendido como proibido e como fonte de grandes desgraças e conflitos.

14h00: Sociedade Civil T13 EP119 – Magazine (informação) – 65 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa, sendo traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã. No presente episódio, o tema são as confrarias e o seu papel na divulgação e preservação da doçaria tradicional de vários lugares do país.

15h05: A Fé dos Homens – Religioso – 32 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio destaca-se a presença do Hinduísmo e a explicação da sua filosofia, assim como a divulgação de um musical e de um livro-resumo sobre questões importantes para esta religião, a existir em Portugal em breve. A segunda parte do programa é dedicada à Igreja Católica Portuguesa, nomeadamente ao tema da perseguição a Cristãos em várias partes do mundo e ao papel da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre na luta contra esta situação no terreno. São apresentados, ainda, um livro sobre a vida do Papa Francisco e outro sobre os Três Pastorinhos, e a possibilidade de descarregar gratuitamente uma aplicação que permite ver mais conteúdos depois da compra do livro físico, através de uma entrevista em estúdio à autora.

20h50: Pensa como um Corvo! T1 EP3 – Outros (Educativo) – 10 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Com o título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, esta série educacional tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação.

21h02: Génio de Rua T1 EP8 – Outros (Educativo) – 28 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

00h18: Cinemax T6 EP1 – Magazine (Cinema: apresentação/exibição de curtas-metragens) – 66 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros

de programação televisiva). Programa dedicado a enfatizar o valor do formato de curta-metragem como forma de descoberta de novos talentos nacionais, assim como de valorização de autores clássicos. Garante a exibição regular de curtas-metragens complementada por breves entrevistas que apresentam os seus autores.

3.4 5ª Feira (28 de setembro)

10h36: Génio de Rua – Outros (Educativo) – 24 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

13h10: O Livro dos Negros T1 EP4 – Série (guerra) – 50 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categorias: diversidade étnica, 25 minutos + discriminação, 25 minutos). O presente episódio pertence a uma minissérie cujo propósito é mostrar a luta dos escravos negros americanos pela sua liberdade, tendo como pano de fundo a oportunidade que se formou quando apoiaram a Inglaterra na guerra contra os EUA. Todavia, os ingleses perderam a guerra e os americanos ganharam o direito a reaver os seus escravos, situação que os negros tentam evitar.

15h05: A Fé dos Homens – Religioso – 32 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio destaca-se a presença da Igreja Ortodoxa Grega, através do padre Alexandre Bonito que reflete sobre a interpretação de Deus e da fé nesta religião. A segunda parte do programa é dedicada à Igreja Católica Portuguesa, dividindo-se entre a exposição da atualidade religiosa em

forma de noticiário e uma conversa em estúdio sobre o Fórum Wahou dedicado à Teologia do Corpo.

16h26: Chic – Magazine (cultura) – 32 minutos – Disponível em RTP Play (conteúdo DIV entre os 02m43s e os 07m43s, ou seja, 5 minutos – Categoria: diversidade cultural, diversidade étnica). O programa tem como objetivo apresentar tendências em diversas áreas (algumas fora do vulgar), de forma a propor aos espetadores um “novo ângulo para descodificar as nossas atitudes culturais e sociais”. Neste episódio vemos um pouco da cultura japonesa e as técnicas tradicionais associadas à produção de quimonos, cuja manutenção e ensinamento valem aos seus promotores a distinção de “Tesouro Nacional Vivo do Japão”.

20h48: Pensa como um Corvo! – Outros (Educativo) – 10 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Com o título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, esta série educacional tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação. É importante incentivar as crianças a pensar sobre ciência de forma apelativa, mas esta preocupação é rara na programação dos canais generalistas portugueses.

21h03: Génio de Rua T1 EP14 – Outros (Educativo) – 27 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

3.5 6ª Feira (6 de outubro)

10h36: Génio de Rua – Outros (Educativo) – 24 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

11h40: Enquanto a Língua for Cantada – Documentário (cultura – planalto de Miranda) – 55 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). O presente documentário faz-nos viajar até ao planalto de Miranda, único em língua, geografia e tradições, para conhecermos a sua riqueza musical e o Mirandês, pela voz de Catarina Wallenstein, acompanhada pelo acordeão de Gabriel Gomes.

12h35: Onde está o Tesouro T1 EP2 – Outros (artes/cultura) – 27 minutos – (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão, traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete no ecrã. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

14h00: Sociedade Civil T13 EP131 – Magazine (informação) – 76 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: proteção do património e da cultura nacional/local). Trata-se de um espaço de debate sobre temas relevantes do quotidiano, com convidados diferentes em estúdio, a cada programa, sendo traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete, no ecrã. No presente episódio, o tema é o ensino da História de Portugal às crianças para assinalar a comemoração do dia dos Castelos, através de uma emissão gravada junto ao Castelo de Guimarães.

15h16: A Fé dos Homens – Religioso – 32 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: pluralidade das expressões e das vozes). Programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa por intérprete, no ecrã. Espaço dedicado às diferentes religiões reconhecidas em Portugal e instituídas através de uma Igreja própria. Uma produção da responsabilidade da Artémis, Logomedia e Neva, este programa diário integra as participações de Aliança Evangélica Portuguesa, Igreja Ortodoxa, Igreja Adventista do 7º Dia, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Bahai de Portugal, Igreja Vetero-Católica, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja Católica Romana, Comunidade Hindu de Portugal, entre outras. Neste episódio, a primeira parte

é dedicada à Aliança Evangélica Portuguesa: vamos a uma concentração de motards no Barreiro para conhecer os Motards Cristãos Evangélicos e o seu papel para a divulgação da sua religião. A segunda parte é da responsabilidade da Igreja Católica Portuguesa e consiste numa conversa, em estúdio, sobre a interpretação a fazer sobre alguns textos da Bíblia.

20h51: Pensa como um Corvo! T1 EP15 – Outros (Educativo) – 10 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Com o título baseado numa das fábulas de Esopo, na qual um corvo usa habilmente seixos para beber água a partir do fundo de um jarro, esta série educacional tem como objetivo ensinar às crianças as quatro etapas do método científico: observação, hipótese, experiência e avaliação. É importante incentivar as crianças a pensar sobre ciência de forma apelativa, mas esta preocupação é rara na programação dos canais generalistas portugueses.

21h04: Génio de Rua T1 EP20 – Outros (Educativo) – 26 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde são realizadas experiências com objetos quotidianos para desconstruir a física e a engenharia, obtendo resultados surpreendentes que permitem provar e dar a conhecer leis científicas de forma apelativa e simples.

23h10: Outubro – Filme (histórico) – 105 minutos (todo o programa é DIV – categoria: diversidade linguística). Quando passam 100 anos sobre a Revolução de Outubro na Rússia, a primeira revolução comunista marxista do século XX que deu o poder aos bolcheviques, a RTP apresenta o filme documental “Outubro” dos cineastas Sergei Eisenstein e Grigori Aleksandrov. O filme é de 1928 e retrata os acontecimentos que conduziram à revolução bolchevique de outubro de 1917, partindo da queda da monarquia até à dissolução do governo provisório e a tomada do poder pelos bolcheviques. Em fevereiro de 1917, com a deposição do czar, é instaurado o primeiro governo provisório. Lenine regressa do exílio e lidera uma revolta mas é derrubado e preso. Entretanto os mencheviques hesitam entre deixar os bolcheviques avançar sozinhos ou liderar uma revolução mais moderada. No final de outubro, os bolcheviques estão prontos para entrar em cena. Anatov Oveyenko lidera o ataque final ao palácio de inverno de Petrogrado e assina a proclamação que dissolve o governo provisório.

Serguei Mikhailovitch Eisenstein (Riga, 23 de janeiro de 1898 - Moscovo, 11 de fevereiro de 1948) foi um dos mais importantes cineastas soviéticos. Relacionado com o movimento de arte de vanguarda russa, participou ativamente na Revolução de 1917 e na consolidação do cinema como meio de expressão artística. Notabilizou-se pelos seus filmes mudos "A Greve", "O Encouraçado Potemkin" e "Outubro", assim como os épicos históricos "Alexandre Nevski" e "Ivan, O Terrível". A sua obra influenciou fortemente os primeiros cineastas devido ao seu uso inovador de escritos sobre montagem.

3.6 Sábado (14 de outubro)

12h46: Consigo T3 EP3 – Magazine (sociedade) – 29 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV: várias categorias) – Programa com recurso a intérprete de língua gestual. Magazine dedicado à inclusão sociocultural através da partilha de histórias sobre pessoas com necessidades especiais. Neste episódio foi dado a conhecer o projeto “Deixa o bullying só” desenvolvido pela Associação Anti Bullying de Crianças e Jovens em parceria com o músico João Só (5 minutos – Questões da Juventude). De seguida, foi transmitida uma reportagem sobre o musical “A Fada Jujú e a Festa dos Sentidos” protagonizado pela intérprete de língua gestual Paula Teixeira. Este musical tem por objetivo a inclusão de todos os espetadores desde crianças audiovisuais a surdas (5 minutos – Exclusão/Inclusão sociocultural). Na rubrica “Mais Inclusão” foi apresentado o livro “Cidade Amarela”, escrito por Mónica Chaves Afonso e ilustrado por Inês Ribeiro, uma obra adaptada para daltónicos (2 minutos – Exclusão/Inclusão sociocultural). Andreia Paes de Vasconcelos, autora do blogue “Tomás my special baby” falou sobre a sua experiência enquanto mãe de uma criança com Trissomia 21. Tomás, de três anos, faz cinco terapias diárias que contribuem para a sua hiperestimulação sensorial (6 minutos – Pessoas com necessidades especiais). Episódio repetido na RTP1 durante a madrugada no mesmo dia.

13h15: ABC Direito T2 EP1 – Magazine (atualidade) – 15 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva). Programa que pretende dar a conhecer aos telespetadores os seus direitos, através da explicação de diversas leis cujo conhecimento é importante para todos os

cidadãos. O presente episódio tinha como tema o esclarecimento sobre as semelhanças e diferenças perante a lei portuguesa entre um casamento e uma união de facto.

17h08: Wru? – Série (infantil/juvenil) – 6 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural). Nesta série, destinada principalmente a um público jovem, dois adolescentes contam as suas viagens pelo mundo, mostrando interação com os locais e com os hábitos e atividades mais importantes das zonas visitadas. A exposição da informação é feita de forma simples e apelativa, na forma de uma conversa entre os jovens. Este episódio deu a conhecer Butão e Canadá.

19h53: Qualifica (compacto) – Outros (institucional) – 12 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva). Qualifica é um projeto financiado pela ANQEP, tendo o objetivo de divulgar conteúdos relacionados com o ensino profissional, revelando o sucesso que pode ter quem opta pelo mesmo, o que contribui para pôr fim a estereótipos relacionados com este tipo de ensino que tem vindo a ganhar notoriedade.

20h05: ESEC-TV T9 EP35 – Magazine (cultura) – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa sobre a cidade de Coimbra, integralmente produzido por profissionais, alunos e estagiários da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) e que recorre a intérprete de Língua Gestual Portuguesa, no ecrã. O episódio leva-nos a um concerto da banda CBF Trio no Quebra Jazz, cujo estilo e sonoridade é peculiar devido à utilização do órgão como instrumento principal. Em seguida, vamos à festa organizada pelo Instituto Politécnico de Coimbra para dar as boas-vindas aos novos alunos. Por fim, a rubrica “Sítios” transporta-nos até aos lugares eleitos por João Moreira, guionista e criador responsável pela personagem Bruno Aleixo, nos quais passou muito tempo durante a sua infância.

22h17: Bailado, Pedro e Inês – Cultural (dança) – 75 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: Diversidade de géneros de programação televisiva). Trata-se de um bailado sobre um tema histórico português, o amor proibido entre o príncipe D. Pedro e Inês de Castro. "Pedro e Inês" é uma coreografia original de Olga Roriz para a Companhia

Nacional de Bailado, que recebeu o Prémio Almada 2003 atribuído pelo Instituto das Artes. O espetáculo foi gravado em novembro de 2004 no Teatro Camões em Lisboa.

03h49: Onde Está o Tesouro T1 EP3 – Outros (arte/cultura) – 26 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa dedicado à avaliação de objetos em segunda mão, traduzido para Língua Gestual Portuguesa por um intérprete no ecrã. A particularidade é que os peritos do programa vão à procura de mais-valias perdidas em feiras, mercados e exposições de antiguidades. Há também pessoas comuns a procurar este espaço para verem avaliadas todo o tipo de antiguidades que têm. Trata-se de uma forma menos formal de aprender sobre arte e história, onde nunca se pode ter a certeza do valor/origem da próxima peça mostrada.

04h15: O nosso Fado Hoje é do Mundo, Miguel Rebelo – Musical – 94 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: Proteção da cultura e do património nacional/local). Concerto de Miguel Rebelo no Teatro da Trindade, gravado no dia 22 de Fevereiro de 2014. Miguel Rebelo é um cantor e intérprete de grande qualidade que já recebeu prémios da Sociedade Portuguesa de Autores e da RFM. Lançou em fevereiro o seu segundo disco de fados, intitulado "O Nosso Fado é Hoje do Mundo" com o selo de "Fado Património Imaterial da Humanidade".

3.7 Domingo (22 de outubro)

07h27: 70x7 – Religioso – 28 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: exclusão/inclusão sociocultural). Programa da responsabilidade editorial do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa). Em cada Domingo, apresenta-se uma reportagem que procura descobrir “sinais do religioso na pessoa humana”. O presente episódio destaca-se na medida em que dá a conhecer a Instituição Social 6 de Maio, na Damaia, Amadora. A instituição é gerida pelas Irmãs Dominicanas do Rosário e apoia as populações migrantes, vindas maioritariamente de países africanos, que se têm estabelecido na zona nas últimas décadas. Através do apoio de voluntários e de um projeto que leva jovens universitários a viver no bairro durante um semestre, a associação presta apoio a pessoas com dificuldades a nível económico, a nível de inserção social e de educação. Recebe crianças

na creche e pré-escolar, dá formação a jovens e adultos (exemplo: alfabetização, aulas de inglês, ajuda ao estudo), presta apoio psicológico, atende quem procura o seu centro de apoio social. Tudo com o objetivo de capacitar a população, contribuindo para evitar a marginalidade e para melhorar a vida num bairro associado a drogas e carências, notórias até no nível de degradação dos edifícios.

12h35: Voz do Cidadão – Magazine (informação) – 21 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Programa onde o provedor do telespetador da RTP responde às questões e reclamações sobre os programas emitidos pela estação pública. Neste dia, mereceu atenção a próxima edição do Festival da Canção e a próxima edição do Festival Eurovisão da Canção, tendo os responsáveis da televisão pública sido chamados a responder às dúvidas dos espetadores sobre o assunto.

17h28: A Mentira da Verdade T1 EP2 – Outros (didático) – 26 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Através da simulação de situações que poderiam acontecer no dia-a-dia, a personagem recorre a conceitos filosóficos e sociológicos para pensar sobre assuntos atuais ou questões sociais apresentadas habitualmente como culturais. Neste episódio, percebemos como a “ordem” social se revela numa ida ao supermercado.

19h58: E2, Escola Superior de Comunicação Social – Magazine (variedades) – 30 minutos (todo o programa é DIV – Categoria: diversidade de géneros de programação televisiva). Neste espaço, vários temas são abordados pelos alunos da Escola Superior de Comunicação Social sob múltiplas formas editoriais, nomeadamente: documentário, debate, reportagem, entrevista, vox pop, videoclip, ficção, anúncio publicitário ou arte vídeo. O presente episódio teve as seguintes rubricas: “panorâmica” (conversa com o presidente da Escola Superior de Comunicação Social, Jorge Veríssimo); “20 valores” (espaço sobre marketing experiencial); “repórter E2” (início do ano letivo do Instituto Politécnico de Lisboa: reportagem na cerimónia de abertura da ESCS); “.Mov” (reportagem sobre queda de cabelo e técnicas utilizadas nos implantes capilares) Marca Digital (conversa com a *blogguer* Vanessa Martins sobre a sua marca *Frederica*).

20h56: História a História África T1 EP2 – Documentário (histórico) – 34 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV: Categorias – discriminação e exclusão/inclusão sociocultural – 17 minutos cada). A Diamang foi a maior companhia colonial do ciclo africano do Império e um dos cinco maiores produtores de diamantes do mundo. Em meados dos anos 50, ocupava na Lunda em Angola, o equivalente a quase um terço da superfície de Portugal Continental. Governava com poderes majestáticos uma população de 80 mil pessoas. Era um Estado dentro do Estado. Aqui, os africanos eram sujeitos a trabalho forçado e viam ser-lhes recusados todo o tipo de direitos humanos, num “apartheid não oficializado”.

22h15: Príncipe T2 EP18 – Série (Thriller) – 78 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV – Categoria: conteúdo intercultural). Inspirada numa história real, esta é uma história de amor impossível que mistura espionagem e terrorismo. Um agente policial é enviado para o bairro de El Príncipe, na fronteira com Marrocos, para investigar uma possível colaboração da polícia com uma célula terrorista, mas encontra o amor inesperado na pessoa mais inesperada: a irmã de um barão da droga. A série contempla aspetos da cultura ocidental e do islamismo radical, destacando pontos negativos no contacto intercultural.

02h27: Consigo T3 EP3 – Magazine (sociedade) – 27 minutos – Disponível em RTP Play (todo o programa é DIV: várias categorias) – Programa com recurso a intérprete de língua gestual. Magazine dedicado à inclusão sociocultural através da partilha de histórias sobre pessoas com necessidades especiais. Neste episódio foi dado a conhecer o projeto “Deixa o bullying só” desenvolvido pela Associação Anti Bullying de Crianças e Jovens em parceria com o músico João Só (5 minutos – Questões da Juventude). De seguida, foi transmitida uma reportagem sobre o musical “A Fada Juju e a Festa dos Sentidos” protagonizado pela intérprete de língua gestual Paula Teixeira. Este musical tem por objetivo a inclusão de todos os espetadores desde crianças audiovisuais a surdas (5 minutos – exclusão/inclusão sociocultural). Na rubrica “Mais Inclusão” foi apresentado o livro “Cidade Amarela”, escrito por Mónica Chaves Afonso e ilustrado por Inês Ribeiro, uma obra adaptada para daltónicos (2 minutos – exclusão/inclusão sociocultural). Andreia Paes de Vasconcelos, autora do blogue “Tomás my special baby” falou sobre a sua experiência enquanto mãe de uma criança com Trissomia 21. Tomás,

de três anos, faz cinco terapias diárias que contribuem para a sua hiperestimulação sensorial (6 minutos – Pessoas com necessidades especiais). Episódio já transmitido no sábado (dia 14 de outubro).

4 Tempo total de emissão de conteúdos DIV por categoria na RTP2 durante a série temporal

4.1 Por categoria

4.1.1 Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes: 7 horas e 40 minutos = 26,5% dos conteúdos DIV e 5,3% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.2 Questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação: 2 horas e 59 minutos = 10,3% dos conteúdos DIV e 2,1% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.3 Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento: 39 minutos = 2,2% dos conteúdos DIV e 0,4% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.4 Proteção do património e da cultura nacional/local: 6 horas e 51 minutos = 23,6% dos conteúdos DIV e 4,7% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.1.5 Diversidade de géneros de programação televisiva: 10 horas e 50 minutos = 37,4% dos conteúdos DIV e 7,4% do tempo total de emissão (sem informação diária)

4.2 Tempo total

4.2.1 De emissão: 168 horas

4.2.2 De emissão (sem os programas de informação diária): 145 horas e 37 minutos

4.2.3 De conteúdos DIV: 28 horas e 59 minutos = 19,9%

4.2.3.1 2ª Feira = 5 horas e 6 minutos (24,4%)

10 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.3.2 3ª Feira = 3 horas e 6 minutos (14,6%)

6 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.3 4ª Feira = 4 horas e 11 minutos (19,4%)

7 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.3.4 5ª Feira = 2 horas e 55 minutos (14,2%)

6 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.5 6ª Feira = 5 horas e 55 minutos (30,2%)

8 programas com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

4.2.3.6 Sábado = 4 horas e 45 minutos (22,5%)

8 programas com conteúdos DIV

5 categorias DIV abrangidas

4.2.3.7 Domingo = 4 horas e 4 minutos (19,6%)

7 programas com conteúdos DIV

4 categorias DIV abrangidas

4.2.4 De programação infantil (considerada DIV): 49 horas e 15 minutos = 29,3%

4.2.5 De conteúdos traduzidos para Língua Gestual Portuguesa: 15 horas e 57 minutos
= 10,7%

4.5 Análise da informação diária da RTP2 de 8/1 a 25/2 de 2018

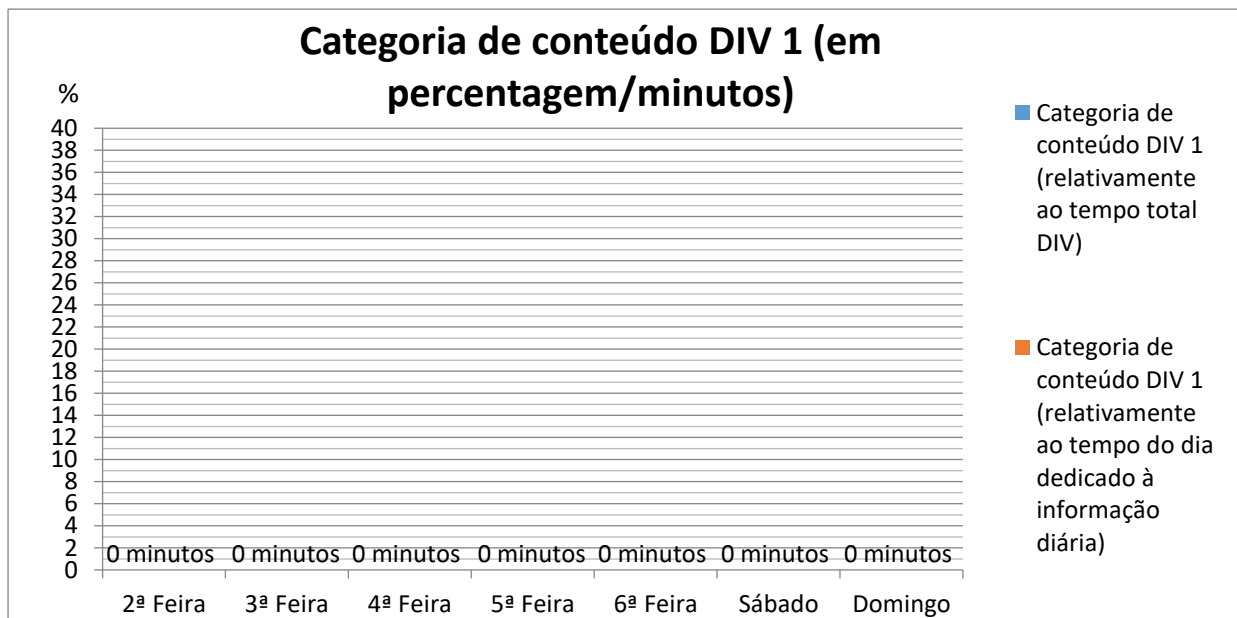
A presente análise constitui um estudo exploratório pontual e suplementar à presente investigação. Trata-se de uma série temporal constituída por sete dias de observação do programa de informação diária mais relevante no panorama informativo da RTP2. Analisámos o programa “Jornal 2” durante sete dias, distribuídos ao longo de sete semanas, de 8 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018. As categorias de conteúdo e a estratégia metodológica é em geral idêntica ao procedimento adotado para o estudo da programação já apresentado, embora com metodologia adaptada à especificidade da informação diária. A cada visualização procurámos identificar os conteúdos, o tempo, em minutos e percentagem (relativamente ao tempo total da informação diária), dedicado às categorias DIV distribuídas do seguinte modo:

- Pluralidade de vozes e expressões (DIV 1).
- A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo (DIV 2).
- As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis (DIV 3).
- Género e discriminação (DIV 4).
- Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento (DIV 5).
- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 6).
- Diversidade de géneros de informação televisiva, em particular peças de jornalismo de investigação e/ou exclusivos (DIV 7).

Em cada segmento informativo visualizado procurámos identificar uma expressão, referência ou propriedade específica de cada uma das sete categorias acima enunciadas, de forma a definirmos os conteúdos e percentagens do tempo de informação difundido que se relacionam com as categorias centrais da análise, nomeadamente as questões da diversidade cultural e da pluralidade de expressões que são, ou não, enunciadas nos blocos informativos do canal em questão.

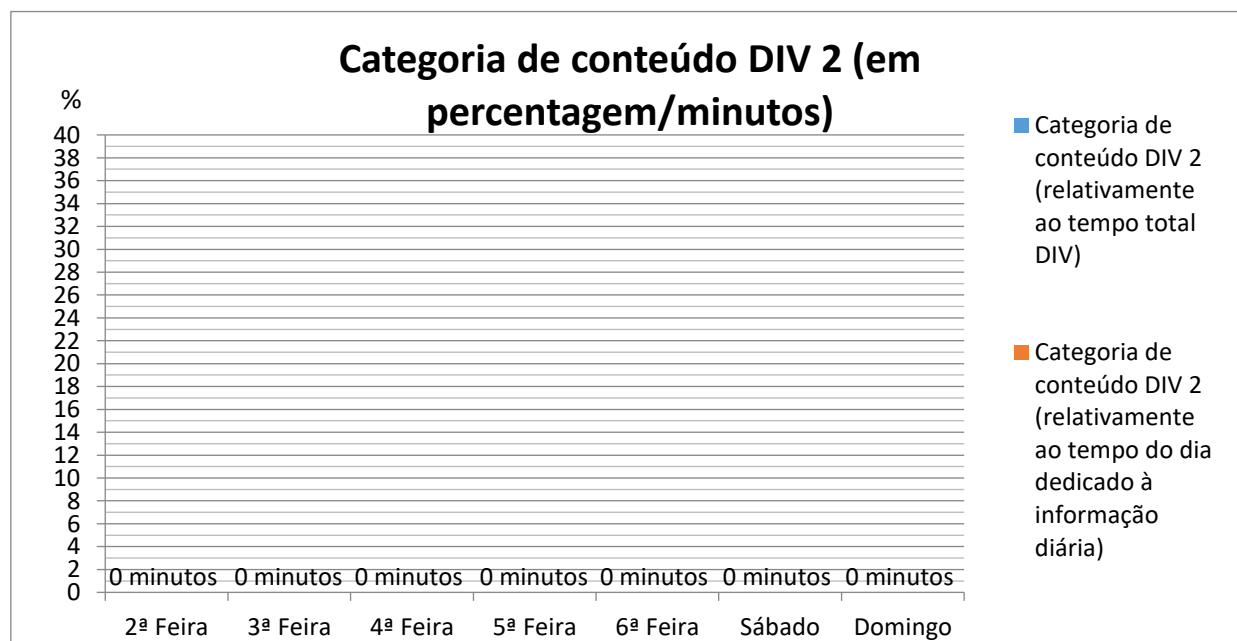
1 Categorias de conteúdo DIV e a sua expressão na informação diária

1.1 Pluralidade de vozes e expressões (DIV 1)



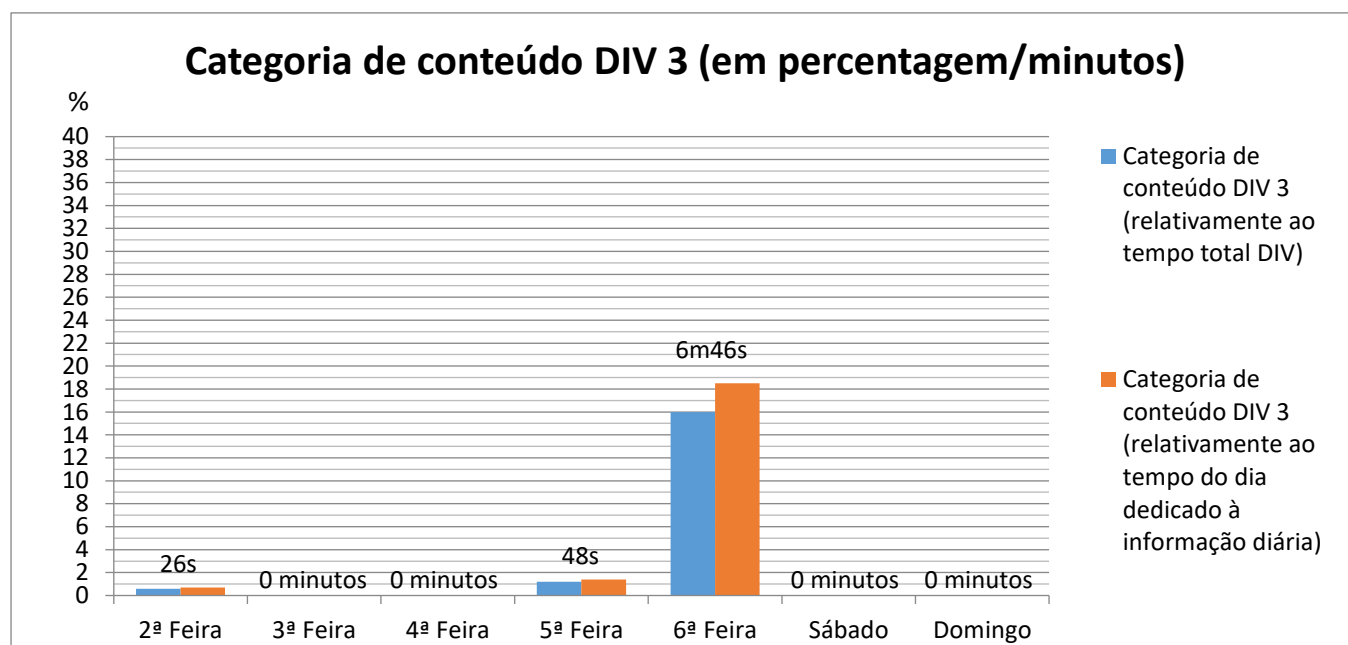
Não há notícias inseridas nesta categoria.

1.2 A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo (DIV 2)



Não há notícias inseridas nesta categoria.

1.3 As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis (DIV 3)

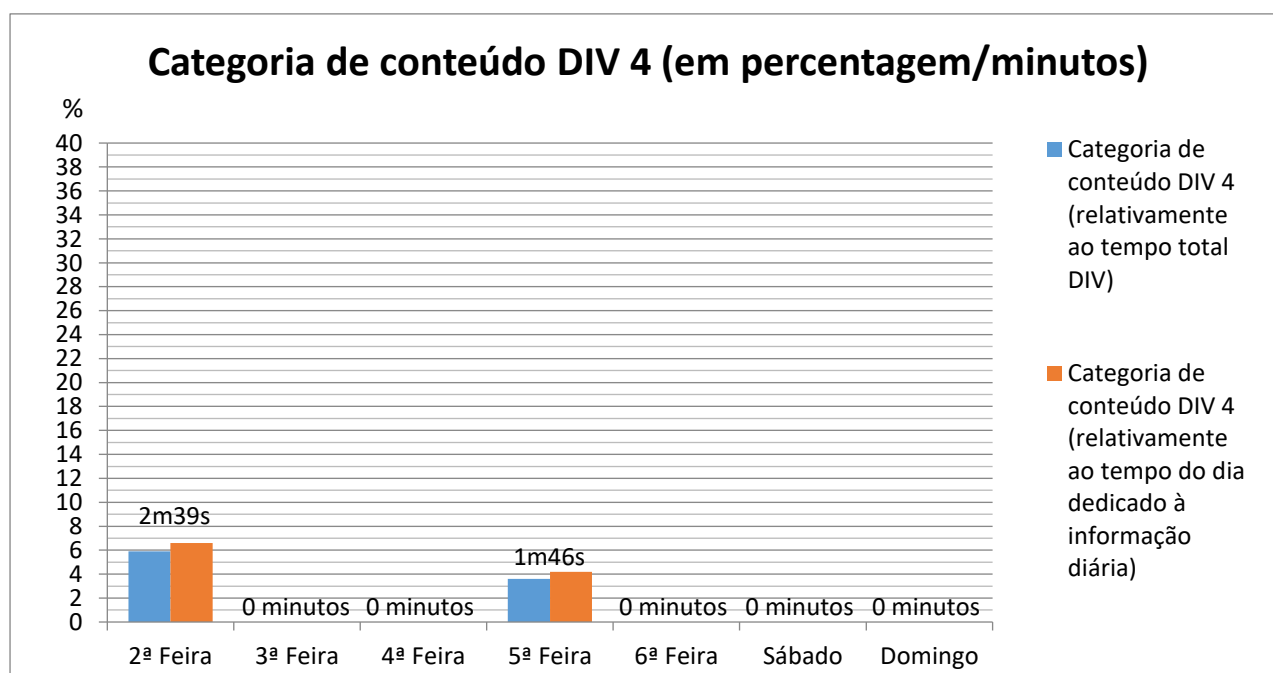


Considerando a série temporal como um todo, é possível afirmar que a presente categoria é a que apresenta a terceira maior expressão. Observando os valores obtidos em cada dia vemos que sexta-feira é aquele em que a categoria DIV 3 esteve mais representada. Neste dia, os conteúdos DIV inseridos na categoria em análise ocuparam 6m46s, ou seja, 16% do tempo total DIV (consideradas todas as categorias e todos os dias analisados) e 18,5% do tempo dedicado à informação diária no presente dia. Também segunda e quinta-feira apresentaram notícias que se enquadram na categoria DIV 3. Contudo, os valores são baixos não ultrapassando os 1,2% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e os 1,4% do tempo concedido à informação diária nos respetivos dias. Através da descrição das notícias incluídas na presente categoria (apresentada abaixo), é possível concluir que houve três notícias relacionadas com a mesma, as quais se inserem nas subcategorias “Exclusão/inclusão sociocultural” e “Questões da Juventude”, o que significa que a subcategoria “Subculturas juvenis” fica sem expressão.

1.3.1 Notícias inseridas na categoria:

- Atribuição de 300 000 euros às sete ideias vencedoras do Orçamento Participativo Jovem, promovido pelo Ministério da Educação (26s) – Categoria: Questões da Juventude (2ª feira);
- Marcelo Rebelo de Sousa conhece pessoas que foram sem-abrigo mas que já voltaram a ter casa e emprego e afirma que é necessário encontrar uma solução para que os atuais sem-abrigo saiam da rua (48s) – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural (5ª feira);
- Num protejo inovador e de carácter voluntário, foi erradicada a Hepatite C das cadeias do Porto. Não havendo meios para os reclusos se deslocarem ao hospital, o “hospital” deslocou-se até aos estabelecimentos prisionais, contribuindo para o combate às doenças infecciosas e para a saúde dos reclusos. Entrevista ao líder desta equipa, Guilherme Macedo, diretor do serviço de Gastrenterologia Hospital de São João. (6m46s) – Categoria: Exclusão/inclusão sociocultural (6ª feira).

1.4 Género e discriminação (DIV 4)



Considerando a série temporal como um todo, é possível afirmar que a presente categoria é a que apresenta a quarta maior expressão (a representação mais baixa entre as categorias contabilizadas, já que três categorias não obtiveram qualquer expressão). Observando os valores obtidos em cada dia vemos que segunda-feira é aquele em que a categoria DIV 4 esteve mais representada. Neste dia, os conteúdos DIV inseridos na categoria em análise ocuparam 2m39s, ou seja, 5,9% do tempo total DIV (consideradas todas as categorias e todos os dias analisados) e 6,6% do tempo dedicado à informação diária no presente dia. Também quinta-feira apresentou uma notícia que se enquadra na categoria DIV 4. Contudo, o valor é ligeiramente mais baixo, situando-se em 3,6% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e 4,2% do tempo concedido à informação diária no referido dia. Através da descrição das notícias incluídas na presente categoria (apresentada abaixo), é possível concluir que houve duas notícias relacionadas com a mesma, as quais se referem às temáticas do assédio sexual e dos papéis associados ao género no que respeita à educação de crianças.

1.4.1 Notícias inseridas na categoria:

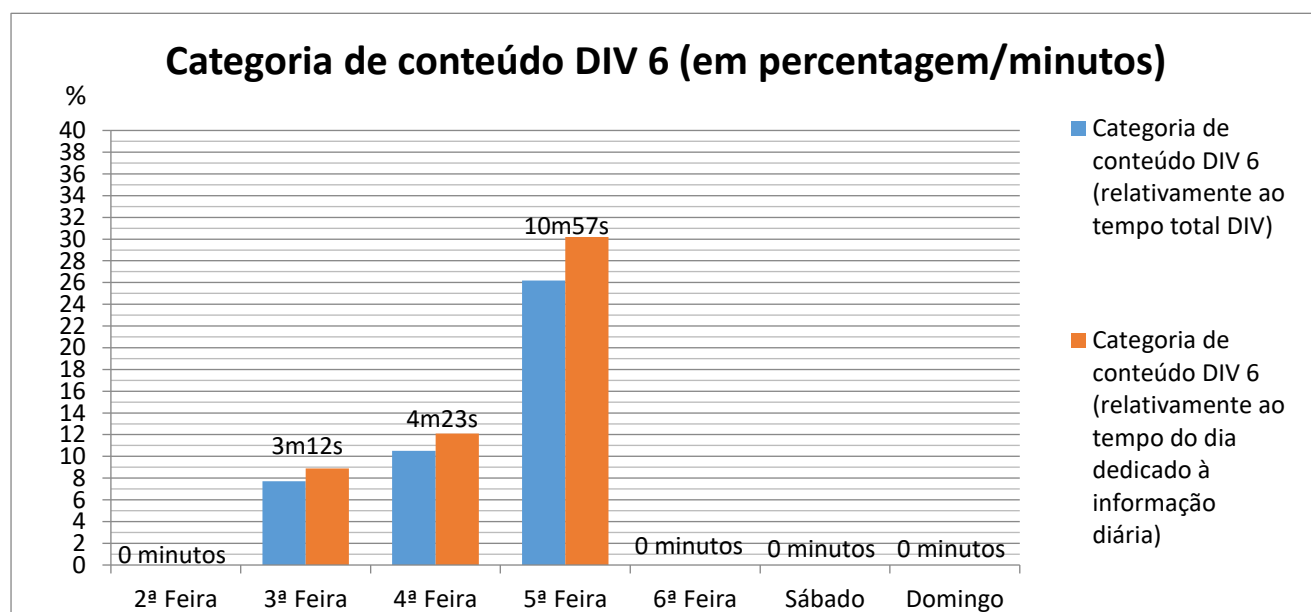
- Cerimónia dos Globos de Ouro 2018 – Discursos e apresentação abordam o tema do assédio sexual na indústria cinematográfica (02m39s) – Categoria: Género e discriminação (2ª feira);
- Análise de temas que marcaram a semana com Felisbela Lopes, um dos quais o papel do homem e da mulher, em casa, na educação das crianças. O mote para a conversa é a capa da revista L’OBS que dá destaque à possibilidade de licença parental para os pais, o que seria um passo para a igualdade de direitos entre homens e mulheres (01m46s) – Categoria: Género e discriminação (5ª feira).

1.5 Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento (DIV 5)



Não há notícias inseridas nesta categoria.

1.6 Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 6)



Considerando a série temporal como um todo, é possível afirmar que a presente categoria é a que apresenta a maior expressão. Observando os valores obtidos em cada dia vemos que quinta-feira é aquele em que a categoria DIV 6 esteve mais representada.

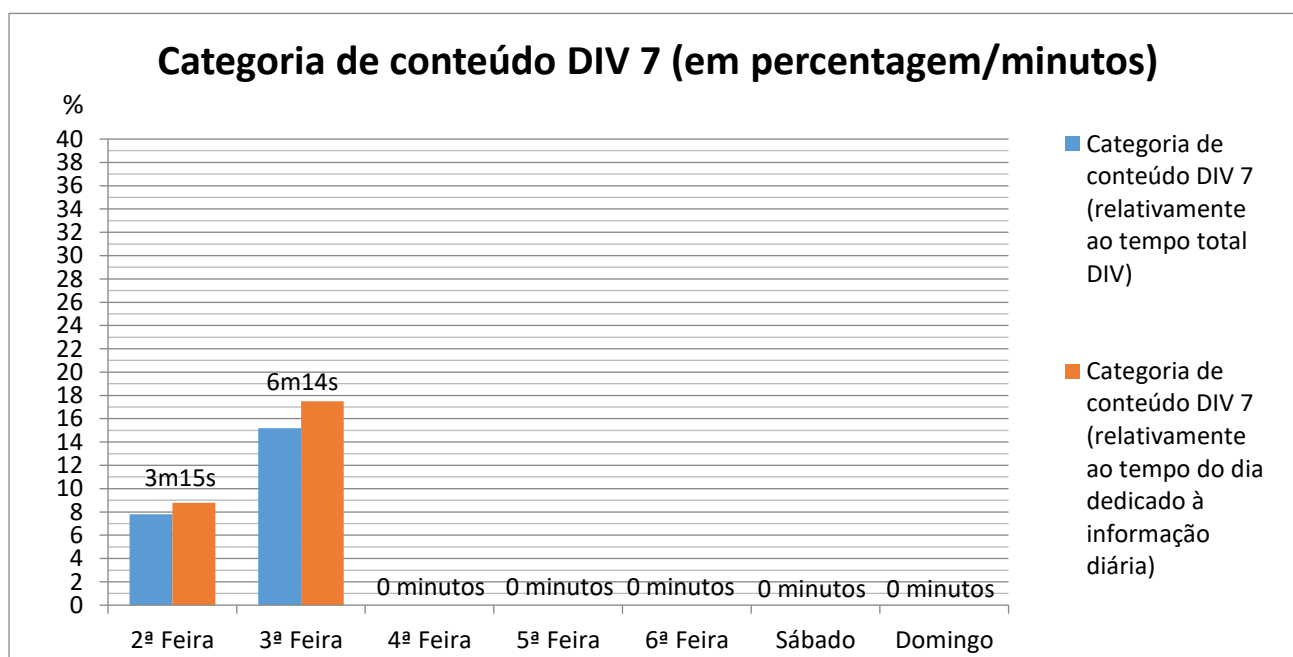
Neste dia, os conteúdos DIV inseridos na categoria em análise ocuparam 10m57s, ou seja, 26,2% do tempo total DIV (consideradas todas as categorias e todos os dias analisados) e 30,2% do tempo dedicado à informação diária no presente dia. Estamos perante o valor mais elevado entre todos os dias/categorias considerados. Também terça e quarta-feira apresentaram notícias que se enquadram na categoria DIV 6 e, embora sejam valores bem mais baixos, em comparação com as restantes categorias são médios/elevados. No caso de terça-feira, o valor situa-se em 7,7% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e 8,9% do tempo concedido à informação diária nos respetivos dias. Já na quarta-feira, ascende a 10,5% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e a 12,1% do tempo concedido à informação diária no dia considerado. Através da descrição das notícias incluídas na presente categoria (apresentada abaixo), é possível concluir que houve três notícias relacionadas com a mesma, as quais se referem à necessidade de reflorestação, à recuperação urbana em zona histórica e à poluição no rio Tejo.

1.6.1 Notícias inseridas na categoria:

- Anúncio de novas diretivas no apoio comunitário à floresta portuguesa que preveem um teto máximo mais reduzido para os apoios, de forma a apoiar mais projetos, e alterações na definição de prioridades para beneficiar em primeiro lugar regiões de alto risco. Neste dia abriu o primeiro concurso regido por estas novas regras, onde serão atribuídos 17 milhões de euros para projetos ligados à prevenção de incêndios (03m12s) – Categoria: Proteção do património e da cultura local/nacional (3ª feira);
- Notícia sobre o facto de o artista Vhils ter desistido da intervenção que estava a ser estudada para a zona do Foco, no Porto. Tal possibilidade abriu o debate sobre os limites a respeitar no que toca à reabilitação urbana (para respeitar o valor patrimonial dos edifícios) e ao papel da arte na mesma, tema debatido com a presença de Carlos Guimarães, diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (04m23s) – Categoria: Proteção do património e da cultura local/nacional (4ª feira);

- Ministro do Ambiente admite que o Rio Tejo está morto na zona de Vila Velha de Rodão. Notícia sobre as causas, implicações e consequências desta tragédia ambiental, com recurso a imagens exclusivas do fundo do rio. Análises apontam a responsabilidade para as empresas de celulose e para uma indústria de transformação de óleos que foi encerrada neste dia, sendo possível que a lei que regulamenta as descargas no Tejo sofra alterações num futuro próximo. Entrevista a Duarte Marques, deputado do PSD que tem vindo a denunciar esta situação de poluição (10m57s) – Categoria: Proteção do património e da cultura local/nacional (5ª feira).

1.7 Diversidade de géneros de informação televisiva, em particular peças de jornalismo de investigação e/ou exclusivos (DIV 7)



Considerando a série temporal como um todo, é possível afirmar que a presente categoria é a que apresenta a segunda maior expressão. Observando os valores obtidos em cada dia vemos que terça-feira é aquele em que a categoria DIV 7 esteve mais representada. Neste dia, os conteúdos DIV inseridos na categoria em análise ocuparam 6m14s, ou seja, 15,2% do tempo total DIV (consideradas todas as categorias e todos os dias analisados) e 17,5% do tempo dedicado à informação diária no presente dia.

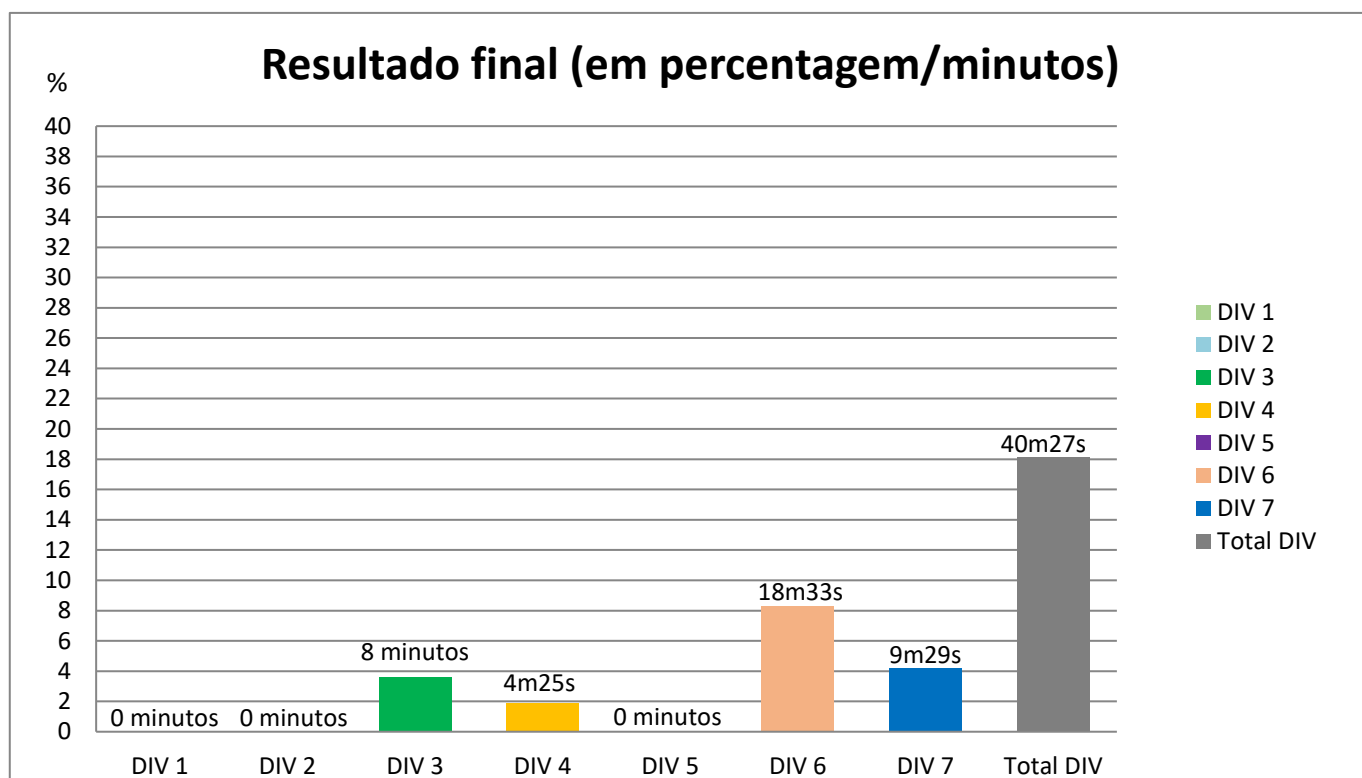
Também segunda-feira apresentou uma notícia que se enquadra na categoria DIV 7. Comparativamente às restantes categorias trata-se de um valor médio: 7,8% do tempo total dedicado a conteúdos DIV e os 8,8% do tempo concedido à informação diária no respetivo dia. Através da descrição das notícias incluídas na presente categoria (apresentada abaixo), é possível concluir que houve duas notícias relacionadas com a mesma, as quais constituem informação histórica e uma entrevista exclusiva.

1.7.1 Notícias inseridas na categoria

- Postal da Grande Guerra: 1917 – Insatisfação com o Governo de Afonso Costa culmina com revolta a 5 de dezembro liderada por Sidónio Pais – Informação histórica (03m15s) – Categoria: Diversidade de géneros de informação televisiva (2ª feira);
- Entrevista exclusiva de Rui Rio à RTP depois da sua eleição como novo líder do PSD (06m14s) – Categoria: Diversidade de géneros de informação televisiva (3ª feira).

2 Tempo total de emissão de conteúdos DIV na informação diária da RTP2

2.1 Gráfico com as sete categorias



O presente gráfico é o resultado da soma de todas as categorias DIV ao longo da série temporal analisada. Como resultado, conclui-se que a categoria DIV mais representada no principal espaço de informação diária na RTP2 (“Jornal 2”), somando o tempo dos sete dias considerados, é a DIV 6 – “Proteção do património e da cultura nacional/local”, com um total de 18m33s, ou seja, 8,3% do tempo de emissão que, nos mesmos, é dedicado à informação diária (3h42 minutos). Trata-se da única categoria com expressão na quarta-feira e da categoria com maior expressão na quinta-feira.

A segunda categoria mais representada, no conjunto da presente série temporal, é a DIV 7 – “Diversidade de géneros de informação televisiva” que perfez um total de 9m29s, correspondentes a 4,2% do tempo dedicado à informação diária nos sete dias analisados. A categoria considerada surge apenas em dois dias (segunda e terça-feira), sendo, todavia, aquela que se encontra mais representada nos referidos dias.

Em terceiro lugar, no que respeita à representação total, surge a categoria DIV 3 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis”, a

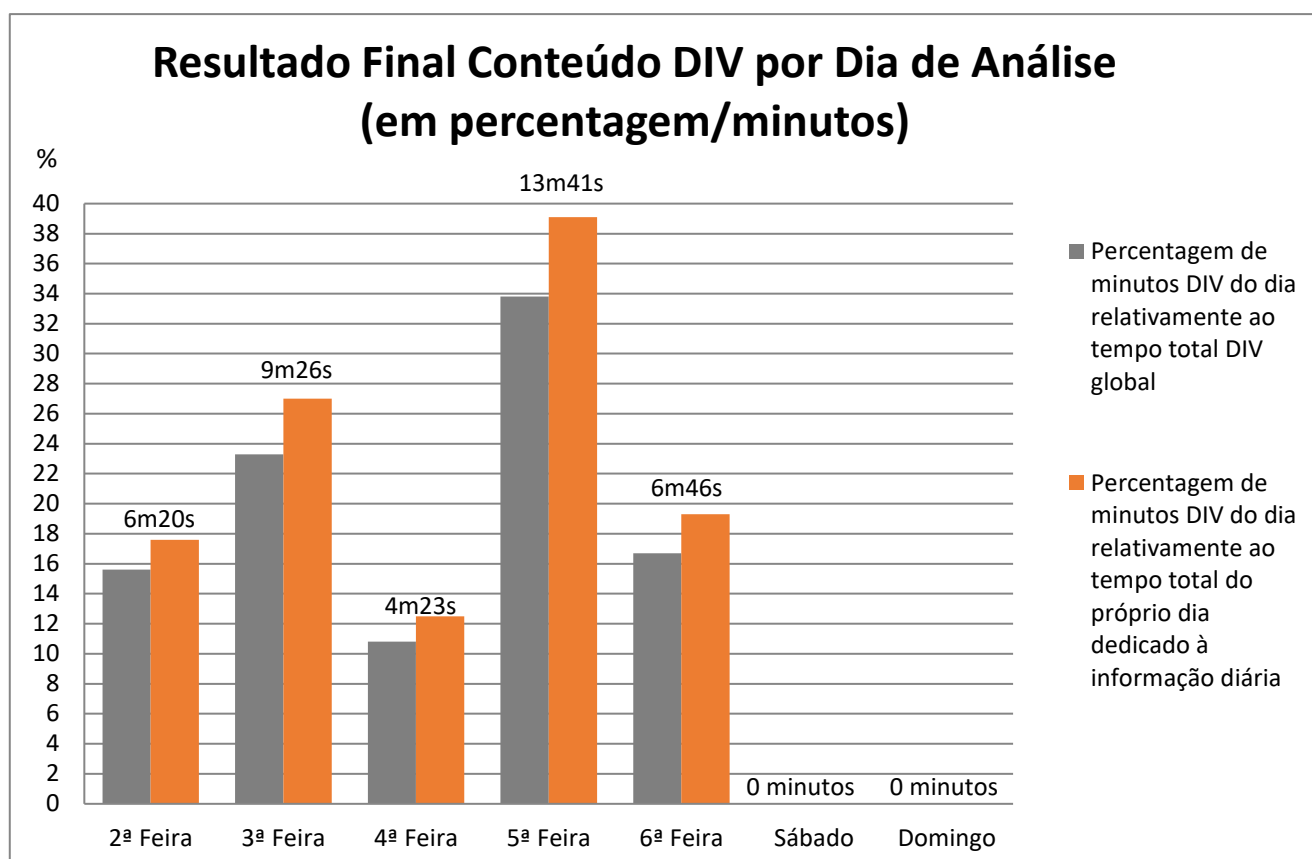
qual totalizou 8 minutos, equivalentes a 3,6% do tempo total dedicado à informação diária no decorrer da série temporal. É a única categoria com expressão na sexta-feira.

Em quarto lugar, temos, por fim, a categoria DIV 4 – “Género e discriminação”, com um total de 4m25s, ou seja, 1,9% do tempo de emissão que, nos mesmos, é dedicado à informação diária. A categoria está presente em dois dias (segunda e quinta-feira), não sendo a categoria com maior expressão em nenhum dos dias referidos.

No fim de semana não foi contabilizado qualquer conteúdo DIV, assim como não foram encontradas notícias enquadráveis nas seguintes categorias: DIV 1 – “Pluralidade de vozes e expressões”; DIV 2 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo” e DIV 5 – “Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento”. Cada categoria aparece no mínimo em zero dias (três categorias) e no máximo em três dias (duas categorias), pelo que não é significativo calcular a média do tempo em que aparecem em cada dia, da mesma forma que não é possível afirmar quer estamos perante uma distribuição equilibrada dos conteúdos DIV, já que os valores são, salvo raras exceções, muito baixos.

Relativamente a valores totais, é possível concluir que, das 3h42 minutos de informação diária transmitidos na série temporal, 40m27s foram dedicados a notícias pertencentes a uma das sete categorias DIV estabelecidas, o que significa que 18,1% do tempo dos noticiários analisados é DIV.

2.2 Gráfico com os sete dias



A primeira barra (cinzenta) permite perceber em que medida é que cada dia contribuiu para o tempo total DIV registado ao fim da série temporal (40m27s). Concluimos, assim, que o conteúdo DIV registado na quarta-feira teve um peso de 10,8% no total dos conteúdos DIV observados na série temporal. Tal significa que, ao registar 4m23s, o presente dia foi aquele que menos contribuiu para o tempo total dedicado a conteúdos DIV na informação diária (entre aqueles que tiveram expressão, ou seja, no fim de semana não houve notícias com conteúdos DIV). Conforme referido acima, a única categoria que teve expressão neste dia foi a DIV 6 – “Proteção do património e da cultura nacional/local”, através de uma notícia.

Em sentido contrário, o dia que apresentou o maior peso no total de conteúdos DIV observados na série temporal foi quinta-feira (33,3%), com um total de 13m41s. Neste dia, encontramos representação de três categorias DIV (uma notícia associada a cada): DIV 3 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis” (subcategoria: “Exclusão/inclusão sociocultural”); DIV 4 – “Género e

discriminação” e DIV 6. Com 10m57s, o valor registado para a DIV 6 na quinta-feira é o mais elevado entre todas as categorias/dias, constituindo 26,2% do total de conteúdos DIV e 30,2% do tempo que nesse dia foi dedicado à informação diária.

Mantendo a ordem decrescente, o dia que teve a segunda maior contribuição para o total de conteúdos DIV final foi terça-feira com 9m26s (23,3%). No presente dia foram representadas duas categorias (uma notícia para cada): DIV 6 e DIV 7 – “Diversidade de géneros de informação televisiva”. Coube a sexta-feira ter a terceira maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos na série temporal, com um peso de 16,7%, ou seja, 6m46s. Apenas a categoria DIV 3 (subcategoria: “Exclusão/inclusão sociocultural”) teve expressão neste dia. Por fim, segunda-feira teve a quarta maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos na série temporal, com 6m20s, equivalentes a 15,6% desse tempo total. Neste dia tiveram expressão três categorias (uma notícia para cada): DIV 3 (subcategoria: “Questões da juventude”); DIV 4 e DIV 7.

A segunda barra (laranja) tem como objetivo evidenciar a proporção do tempo DIV de cada dia no tempo total de informação diária desse dia. Desta forma, observa-se que 17,6% do tempo de informação diária de segunda-feira (36 minutos) foi ocupado por conteúdos DIV (6m20s). No caso de terça-feira, foram transmitidos 35 minutos de informação diária, dos quais 9m26s foram DIV, o que se traduz numa expressão de 27% do tempo do noticiário. Quarta-feira totalizou 35 minutos de informação diária, dos quais 4m23s foram DIV. Desta forma, 12,5% do tempo dedicado à informação diária foi DIV. Na quinta-feira foram contabilizados 35 minutos de informação diária, dos quais 13m41s foram DIV. Tal traduz-se numa expressão de 39,1% do total de informação diária exibida. Finalmente, na sexta-feira foram transmitidos 35 minutos de informação diária, dos quais 6m46s apresentaram conteúdos DIV (19,3%). No sábado não houve conteúdos DIV durante os 27 minutos de noticiário. O mesmo aconteceu no domingo, onde, em 19 minutos de noticiário, nenhuma notícia se enquadra numa das sete categorias DIV definidas.

Olhando para as duas barras, é possível concluir que os dias que contribuem mais para o total de conteúdos DIV coincidem com aqueles em que os conteúdos DIV apresentam maior proporção para o tempo total dedicado à informação diária nesse

dia. Tal deve-se à baixa amplitude no que respeita ao tempo atribuído aos noticiários em cada dia, o qual não leva a oscilações significativas no peso dos conteúdos DIV nos vários dias. Assim, em todos os dias onde foram encontrados conteúdos DIV, os noticiários tiveram uma duração de 35 ou 36 minutos.

Tempo total de emissão: 168 horas

Tempo total da informação diária em análise: 3h42 minutos

Tempo total dedicado a conteúdos DIV: 40m27s

Por Categoria:

- Pluralidade de vozes e expressões: 0 minutos = 0% de conteúdos DIV;
- Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo: 0 minutos = 0% de conteúdos DIV;
- As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis: 8 minutos = 19,9% de conteúdos DIV;
- Género e Discriminação: 04m25s = 10,6% de conteúdos DIV;
- Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento: 0 minutos = 0% de conteúdos DIV;
- Protecção do património e da cultura nacional/local: 18m33s = 45,5% de conteúdos DIV;
- Diversidade de géneros de informação televisiva: 09m29s = 23,1% de conteúdos DIV.

Por Dia:

2ª Feira = 6m20s (17,2%)

3 notícias com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

3ª Feira = 9m26s (26,5%)

2 notícias com conteúdos DIV

2 categorias DIV abrangidas

4ª Feira = 4m23s (12,1%)

1 notícia com conteúdos DIV

1 categorias DIV abrangida

5ª Feira = 13m41s (38,3%)

3 notícias com conteúdos DIV

3 categorias DIV abrangidas

6ª Feira = 6m46s (18,5%)

1 notícia com conteúdos DIV

1 categoria DIV abrangidas

Sábado = 0 minutos (0%)

0 notícias com conteúdos DIV

0 categorias DIV abrangidas

Domingo = 0 minutos (0%)

0 notícias com conteúdos DIV

0 categorias DIV abrangidas

3 Considerações Finais

Para a presente análise visionámos 3h42 minutos de informação diária (programa “Jornal 2”, transmitido todos os dias, às 21h30) que correspondem a uma série temporal observada ao longo de janeiro e fevereiro de 2018. Deste total, concluímos que houve conteúdos DIV em 40m27s (18,1%), ou seja, 10 notícias, distribuídos da seguinte forma: 0 minutos para a categoria DIV 1 – “Pluralidade de vozes e expressões”; 0 minutos para a categoria DIV 2 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo”; 8 minutos para a categoria DIV 3 (3,6%) – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural; subculturas juvenis” (três notícias); 4m25s para a categoria DIV 4 (1,9%) – “Género e discriminação”

(duas notícias); 0 minutos para a categoria DIV 5 – “Pessoas com necessidades especiais; idosos; experiências de envelhecimento”; 18m33s para a categoria DIV 6 (8,3%) – “Proteção do património e da cultura nacional/local” (três notícias) e 9m29s para a categoria DIV 7 (4,2%) – “Diversidade de géneros de informação televisiva” (duas notícias).

O conteúdo DIV registado na quarta-feira teve um peso de 10,8% no total dos conteúdos DIV observados na série temporal. Tal significa que, ao registar 4m23s, o presente dia foi aquele que menos contribuiu para o tempo total dedicado a conteúdos DIV (uma notícia). Em sentido contrário, o dia que apresentou o maior peso no total de conteúdos DIV observados na série temporal foi quinta-feira (33,8%), com um total de 13m41s (três notícias). Mantendo a ordem decrescente, o dia que teve a segunda maior contribuição para o total de conteúdos DIV final foi terça-feira com 9m26s (23,3% – duas notícias). Coube a sexta-feira ter a terceira maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos na série temporal, com um peso de 16,7%, ou seja, 6m46s (uma notícia). Segunda-feira, por sua vez, teve a quarta maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos na série temporal, com 6m20s (15,6% – três notícias). No fim de semana não houve notícias com conteúdos DIV.

Além de se ter verificado a existência de três categorias DIV (1, 2 e 5) sem qualquer expressão nos noticiários analisados, as categorias representadas apresentaram apenas uma notícia em cada dia (ou nenhuma), estando presentes no máximo em três dias. O maior número de notícias foi verificado, então, na segunda e na quinta-feira (três notícias), o que significa a presença de três categorias DIV nos referidos dias. Sendo quinta-feira o dia com maior presença DIV e a categoria DIV 6 aquela que apresenta a expressão mais elevada, não surpreende que o valor absoluto mais elevado tenha sido registado nesse dia e categoria. No referido dia, dos 35 minutos de duração do noticiário, 10m57s foram atribuídos a questões relacionadas com a DIV 6, categoria que teve uma expressão total de 13m41s. Assim, 26,2% dos conteúdos DIV encontrados na série temporal concentram-se neste dia/categoria.

Em termos qualitativos, torna-se necessário destacar algumas questões em cada categoria. Na categoria DIV 3 as subcategorias presentes foram “Exclusão/inclusão

sociocultural” e “Questões da Juventude”, o que significa que a subcategoria “Subculturas juvenis” ficou sem expressão. As três notícias registadas abordaram o Orçamento Participativo Jovem, uma visita do Presidente da República a pessoas que já foram sem-abrigo e um projeto que curou doentes com hepatite C na prisão. Associadas à categoria DIV 4 estão duas notícias que se referem às temáticas do assédio sexual e dos papéis associados ao género no que respeita à educação de crianças. A categoria DIV 6, por sua vez, apresenta três notícias que se referem à necessidade de reflorestação em Portugal, à recuperação urbana em zona histórica e à poluição no rio Tejo. Por fim, na categoria DIV 7 estão inseridas duas notícias, as quais constituem informação histórica e uma entrevista exclusiva a um político português.

5. A RTP online (1998-2018). Questões de legitimação, usabilidade, acessibilidade e diversidade

5.1 Introdução

No quadro do Projeto DIVinTV, e com o objetivo principal de analisar o tipo de conteúdos *online* gerados pela programação da RTP, questão que está prioritariamente em avaliação neste projeto de investigação, propomo-nos agora estruturar um conjunto de reflexões teóricas, jurídicas, com revisão da literatura e estudo empírico de caso, de forma a ficarmos com uma imagem o mais rigorosa possível dessa projeção de conteúdos televisivos específicos, que trabalhamos nas diferentes séries temporais em análise, no domínio do *online*, com atenção particular à *homepage*, e em diferentes páginas da plataforma da RTP.

Assim, vamos começar por fazer uma revisão do problema da legitimação do PSM (*Public Service Media*) no contexto do digital, procurando atualizar a informação no contexto europeu, desde a definição do modelo jurídico-administrativo da Comissão Europeia à sua aplicação nos diferentes Estados membros, e ver depois os impactos dessas realidades e o estado da arte no caso português e na RTP em particular.

Na sequência, consideramos de grande relevância abordar em profundidade a evolução da situação em Portugal. Faremos aqui também um enquadramento teórico, começando por fazer o estado da arte em termos das questões centrais neste modelo de avaliação, isto é, as questões de usabilidade e de acessibilidade em particular – esta uma das questões centrais também para o tema da diversidade, que é o eixo prioritário neste nosso projeto de investigação. No fundo, procuraremos sistematizar de que forma se foram constituindo as boas e as menos boas práticas *web* da RTP em ambiente digital: dos anos 90 até à atualidade.

Com esse modelo analítico e o seu estado da arte mais claro agora, avançaremos para uma análise extensiva das grandes opções, versões das *homepages*, e evolução das múltiplas páginas que sobretudo emanam do sistema televisivo (o caso da rádio não será aqui avaliado). Tratar-se-á, mais em particular, de uma análise da evolução da *Homepage do website* da RTP, de 1998 a 2018.

Posteriormente trataremos com algum detalhe o *corpus* que irá ao encontro das questões específicas deste projeto de investigação e que se prendem, portanto, com a questão da diversidade no *website* da RTP. Será, então, um estudo de caso do *online* nas mesmas séries temporais definidas para o estudo dos conteúdos televisivos propriamente ditos e procurando sistematizar a forma como os conteúdos analógicos referentes à programação diária da RTP1 e RTP2 e as suas dimensões da diversidade reemergem depois no digital.

Por fim, um conjunto de conclusões a partir da avaliação global realizada nos diferentes capítulos deste tópico sobre o digital, uma breve análise *Swot*, e algumas recomendações no sentido de serem supridas algumas das práticas menos conseguidas por parte desta importante área multimédia da RTP para uma melhor consecução da missão do serviço público de média em Portugal.

5.2 Revisão do problema da Legitimação do PSM no contexto digital

A questão da legitimidade e/ou da legitimação do PSM (*Public Service Media*), como tudo na vida e na história, muda com a evolução dos tempos e da ciência. Se há 30 anos atrás, aquando da publicação do Livro Verde do Audiovisual de 1984 – da então Comunidade Económica Europeia (CEE), o foco da legitimidade e legitimação do então serviço público de radiodifusão centrava-se, muito em particular, na defesa da produção europeia, em particular da produção “de stock” (filmes, séries e documentários) e das quotas de programas europeus face à presença esmagadora de produção norte-americana nos ecrãs europeus, o certo é que, 30 anos depois, este “foco principal” terá aparentemente mudado.

É, provavelmente, menos claro do que no passado, ou terá mesmo vários focos conflituais entre si, isto porque os objetivos estratégicos europeus, para além de não terem sido prosseguidos adequadamente ao longo das últimas décadas, tornam-se agora mais difusos e complexos. De facto, hoje podemos dizer que emerge um conceito de legitimação muito ligado, por um lado, à questão da diversidade (na sua multiplicidade conceptual – da programação às etnias e às minorias, passando naturalmente pelos próprios recursos humanos das empresas) e, por outro, a uma maior exigência da questão da distinção, diríamos mesmo do carácter fortemente distintivo que importa afirmar sem tergiversações, designadamente entre os *media* públicos e os *media* privados.

Esta necessidade de redefinição da legitimação da “missão” do serviço público e das suas atribuições e competências face aos financiamento públicos que lhe são concedidos, é mais evidenciada ainda pelo facto dos média públicos se terem estado a transformar de serviço público de radiodifusão em multiplataformas de difusão de conteúdos, com impactos sobre uma variedade de empresas de comunicação social, em plataforma digitais de diferente configuração, e em terceiros, o que também tem originado múltiplos processos e reclamações junto da Comissão Europeia, com remédios, digamos assim, interpostos por esta ainda em 2009, na sua *Broadcasting Communication* (CE, 2009).

Nesta revisão deste problema, gostaríamos de começar por analisar algumas das propostas surgidas na criteriosa e muito bem estruturada investigação de doutoramento de Nuno Conde (2017) sobre o caso português, ao longo dos últimos três grandes ciclos políticos. É, de facto, uma contribuição excelente – muito relevante – para este debate e para uma melhor perceção dos dados do passado recente e dos problemas que temos necessariamente de ir superando ao longo dos próximos anos, decisivos para a consolidação, ou não, do sistema público de média. Ou, diríamos, da sua reconfiguração numa plataforma digital de conteúdos públicos, conforme nossa proposta em obra anteriormente publicada (Cádima e Faustino, 2013): “Daí que na própria redefinição do serviço público de televisão se deva pensar num melhor acesso a canais/plataformas móveis *online* de elevada qualidade e diversidade, de forma a

poder garantir uma alternativa de grande acessibilidade à mediocridade em que a TDT se está a tornar.”

Uma das questões centrais para a atualização do debate é bem enunciada por Nuno Conde na tese já referida ou seja, nos novos contextos de forte migração para o digital, importará pensar e discutir, por um lado, “(...) de que forma a RTP, enquanto concessionária da missão de serviço público, influenciou e/ou condicionou o comportamento dos operadores privados no mercado da comunicação social” ... e, em acréscimo, saber “qual é a perceção por parte de atores representativos dos campos político, regulatório, dos *media* e da sociedade civil relativamente ao âmbito da missão” (Conde, 2017: 3-4), sendo que, naturalmente, as questões relativas ao financiamento e à governação do serviço público de media não podem estar ausentes deste debate.

Na nossa perspetiva, já longamente enunciada na nossa obra sobre o tema da crise do audiovisual europeu (Cádima, 2007) uma primeira consequência da inépcia – ou mesmo da demissão da antiga CEE – e depois da Comissão Europeia –, de uma regulação assertiva, clara, do “public interest” do audiovisual europeu e do seu sistema público de média em geral – é justamente a configuração do modelo dos anos 1980/1990 aludido por Nuno Conde (2017) a pp. 22 da sua dissertação: “A conciliação de uma lógica de pendor mais economicista com os princípios tradicionais do serviço público não se afigurou uma tarefa fácil, gerando inclusive situações paradoxais”.

Isto é, tal como é reconhecido em geral, gerou, nomeadamente, uma crescente mimetização dos operadores comerciais por parte dos serviços públicos de televisão, distorcendo em absoluto as regras do jogo e contribuindo para aquilo que muitos analistas e académicos têm vindo a referir, que é – também em consequência disso mesmo – uma progressiva perda de referências e de identidade da grande casa europeia e, por conseguinte, a alienação da Ideia de Europa na linha de pensamento do filósofo George Steiner (2005) na sua obra com esse mesmo título, e tal como nós próprios abordámos em específico designadamente numa outra publicação de nossa autoria (Cádima, 2016). Aliás, essa degradação da unidade e da disseminação da cultura europeia na sua diversidade tem estado – tragicamente, diríamos nós – demasiado patente ao longo dos últimos anos (o caso do Brexit, da reemergência dos

nacionalismos e populismos são um exemplo gritante disso mesmo) estando a gerar dificuldades muito preocupante à consolidação do projeto da União Europeia.

Daí concordarmos em absoluto com o conceito de serviço público enunciado a na mesma dissertação (Conde, 2018: 44), que, aliás, nos parece uma muito feliz caracterização, por sublinhar explicitamente impactos sociais e culturais relativos ao desempenho de um operador público com uma tão elevada responsabilidade cívica e societal, se bem que raramente assumida pelos próprios sistemas públicos e pelas autoridades europeias e nacionais enquanto tal: “O serviço público, para além da dimensão normativa e da sua influência enquanto instituição política e social, desempenha um papel influente enquanto instituição cultural, projetando uma imagem da sociedade e das suas realizações”. Da mesma forma nos parece muito correta a perceção de Bardoel e Lowe (2007: 12), citada na tese de Nuno Conde (2017: 63), quando referem o facto de a Comissão Europeia ser censurada justamente “por não ter em consideração as especificidades culturais do serviço público, imputando-lhe uma visão redutora do papel do serviço público assente em determinismos de natureza económica e tecnológica”.

Acresce que a caracterização normativa e a aplicação na prática do conceito de serviço público ilude uma realidade de algum modo omissa e que, praticamente, não tem tido debate ao longo destes 30 anos de políticas europeias para o audiovisual. Refiro-me ao facto de nunca ser reconhecido aos operadores privados (quando presentes em mercados onde existem operadores públicos, que é o quadro geral europeu) os investimentos que estes fazem em programas e/ou programação qualitativamente distintiva, emitida pelos seus canais generalistas comerciais. No caso português há várias experiências muito significativas, refiro, por exemplo, o caso da SIC generalista e da sua programação de documentários de grande interesse público que ao longo dos últimos anos tem colocado – de forma muito irregular, é certo – na sua grelha de programação, em prime time, ou também nas manhãs de domingo.

Ora, este exemplo evidencia claramente uma arbitrariedade e uma hipocrisia inaceitáveis das políticas europeias e das políticas públicas dos Estados-membros nos mercados duais público/privado em geral, que apenas reconhecem aos operadores públicos “competência” para produzir “serviço público”, mesmo quando, em múltiplas

situações do dia-a-dia, e com financiamento público, apenas fazem serviço comercial e mimetizam as grelhas dos privados. Quando isso sucede com os operadores comerciais, por muito investimento que façam na produção de conteúdos ou na compra de programas de relevante interesse público, esse óbvio “serviço público” nunca lhes é reconhecido, muito menos ressarcido... E, curiosamente, nunca lhes é reconhecido, tão somente isso, nem pelo Estado, nem tão pouco pela sociedade em geral, ou mesmo pela academia.

Uma outra questão, que é lamentavelmente outra tremenda hipocrisia europeia – leia-se: da União Europeia – prende-se com a demissão generalizada, em todos os operadores públicos europeus, do ponto fundamental e estratégico para a cultura europeia, enunciado claramente, como referimos, na Diretiva de 1989: a efetiva não programação de programas de origem europeia (que não os de origem nacional) nas grelhas de programação dos operadores público europeus, nos seus canais generalistas de âmbito nacional e abertos. Isto é, a quase irrelevante presença de documentários, séries, filmes e mesmo alguma programação de fluxo relevante das televisões dos Estados-membros terceiros – e em particular dos operadores públicos –, tem sido, nas últimas décadas, e é ainda hoje, absolutamente fatal, no contexto da disseminação da diversidade da cultura europeia, para a consolidação de uma identidade forte da Europa e para o prosseguimento do seu projeto.

Como dissemos numa investigação anterior (Cádima, 2016), essa obrigatoriedade foi imposta logo na primeira Diretiva, em 1989, mas a verdade é que progressivamente esse importante objetivo económico, político e cultural para a Europa, o projeto europeu, e os seus cidadãos, foi sendo lateralizado para emergir uma conceção destruidora desse grande património audiovisual europeu, ou seja, com a substituição, em cada Estado-membro, da programação de conteúdos europeus por conteúdos estritamente nacionais, e isto, naturalmente, com o inaceitável beneplácito da Comissão Europeia.

Mas para além deste absolutamente trágico contexto de compartimentações nacionais em que a União Europeia permitiu que se transformassem os média públicos na Europa, emerge agora uma outra questão determinante para a redefinição e o

repensar do problema da legitimação desses mesmos sistemas públicos de média (PSM): o novo ambiente digital.

Em primeiro lugar, a emergência do digital no contexto do PSM merece também aqui uma atenção particular, do nosso ponto de vista, no que se refere à potencial concorrência desleal público/privado, facto muito discutido e regulado no período em análise no contexto europeu, sobretudo em matéria de *Public Value Test* e *Three Step Test*. O próprio Nuno Conde (2017: 71) na sua dissertação refere-se a este tópico do no novo contexto digital, embora não o aprofundando tal como mereceria do nosso ponto de vista: (a Comissão Europeia) “sugere na Comunicação de 2009 que os Estados-Membros implementem um procedimento de avaliação prévia do impacto dos novos serviços audiovisuais dos operadores públicos”. Mais à frente refere, também, que cabe aos operadores públicos desenvolverem as suas estratégias de produção e programação de modo a não provocarem “efeitos desproporcionados no mercado, entenda-se, perturbadores da livre concorrência” (Conde, 2017: 75). Ora, este é, de facto, um novo problema no contexto das políticas públicas europeias do audiovisual já que surgiu, de forma muito clara, esta instrução de não colisão de projetos digitais públicos com projetos privados já existentes nos mercados europeus, onde quer que eles viessem a surgir com financiamento público.

Exatamente por isso surgiram em diversos países europeus os *Public Value Test* e os *Three Step Test*. Ainda que essa experiência não tenha sido bem sucedida globalmente, por questões que se prendem com a hiperburocratização e complexidade desnecessária que na prática foi dada em muitos Estados-membros a esta solução; ou, numa outra perspetiva, ainda que tenha sido uma oportunidade perdida por não ser esse eventualmente o melhor método para evitar os impactos negativos no mercado, ou outros; a verdade é que, conforme refere Nuno Conde, e como salientam outros autores, nomeadamente Donders e Pauwels, estes testes de avaliação prévia de interesse público “falharam os seus objetivos últimos, dado que raramente propiciaram uma discussão em profundidade sobre a especificidade e mais-valia do serviço público relativamente à oferta dos operadores comerciais” (Conde, 2017: 115). Por outro lado, não permitiram que a análise fosse extensiva e global, incluindo o digital, naturalmente, dado que foi a partir dele que se levantou o

problema, mas também o analógico, isto é, colocando em cima da mesa exatamente no mesmo plano de avaliação a própria programação de televisão e rádio do serviço público tradicional, que essa sim, continua a levantar sérios problemas, nomeadamente, como referimos, com a gritante ausência de conteúdos europeus (nomeadamente filmes, séries e documentários) nas grelhas de programas dos Estados-membros.

A estratégia da BBC, no contexto da aplicação do *Public Value Test* (PVT), por exemplo, em projetos como o *iPlayer* ou o *BBC Creative Archive*, não se fez sem problemas, sobretudo se pensarmos numa perspetiva institucionalista e, em particular, ao longo do período de renovação da Carta da BBC, entre 2002 e 2007. De acordo com Page (2015), que vem defender a cultura de inovação da BBC (“incumbente”) face aos “insurgentes” do mercado protegidos pelo princípio do *Public Value Test*, esse foi um período muito marcado, quer por aquilo a que se chamou uma captura do regulador, que por uma crise complexa centrada, quer na questão da relevância e do permanente confronto com o problema da “mercantilização”, sobretudo em contexto de lançamento de novos serviços digitais, quer na questão da missão e da legitimidade do serviço público de radiodifusão. Mas, tal como Page refere (2015: 123) “*by accommodating the logic of marketisation in the heart of the definition of public service, the Corporation may have created problems that it will have to address at a later date.*”

Para todos os efeitos, o modelo de PVT, na análise extensiva feita por Moe e Donders (2011), ou nos exemplos estudados por Castro e Freire (2017), inscrevem-se numa nova conceção de reforço da legitimidade ou de reconceptualização do serviço público, tendo de facto a BBC sido pioneira na aplicação deste princípio religitimador, que acabou por ter diferentes aplicações e conceções consoante os operadores e os Estados-membros: “*Un intento de legitimar su existencia y su actividad, como indican las argumentaciones recogidas en los informes estudiados en relación a la necesidad de cubrir fallos de mercado, o incluso la implantación de una prueba de valor público para aprobar nuevos servicios. Por otro lado, también obedece a una voluntad por establecer un marco de referencia a un nivel de gestión y autoevaluación*” (Castro e Freire (2017: 7).

Numa versão mais crítica do modelo, Michalis (2012) sustenta que o PVT serviu em boa parte para resolver preocupações da indústria em vez do interesse público propriamente dito. Veja-se ainda o ponto de vista de Erik Svendsen (2011), que sugeriu, tal como nós já abordámos neste mesmo texto, mas a partir da análise do caso da Dinamarca, que uma certa hiper-regulamentação da política de concorrência através da implementação das avaliações *ex-ante* não é coerente com um certo abandono (“soft law”) da política central da Diretiva do audiovisual relativa justamente à aplicação da quota de 50 por cento de obras europeias na programação das televisões públicas e privadas europeias.

Diga-se, no entanto, que sobre esta matéria se mantém como referência principal o estudo de Meike Ridinger, por nós também já referido longamente em trabalhos anteriores (Cádima, 2017). Desde que o BBC Trust e a BBC Strategy Review sugeriram mudanças de comportamento e cultura à BBC enquanto *public service media* britânico, procurando fundar uma nova cultura, maior transparência em termos de custo/benefício (*value for money*) do serviço e conteúdo difundido (inovador e diferenciado) de tal forma que a qualidade se sobrepusesse à audiência, desde essa altura que o estudo de Ridinger veio aprofundar toda esta questão em torno da responsabilidade do serviço público face ao novo contexto digital.

Para Meike Ridinger, aliás, na senda da jurisprudência do TPICE – Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, era muito claro que a oferta *online* dos media de serviço público que vão além do *simulcast* (divulgação simultânea e completa de conteúdo na Internet), tinham limites jurídicos e de mercado óbvios. Aliás, a própria Comissão Europeia, na sua comunicação de 2009 (*Broadcasting Communication*) também era taxativa nessa matéria uma vez que considerava que conteúdos *premium*, sob certas condições de proporcionalidade, sem distorcerem as condições de mercado, ou, por exemplo, as ofertas pagas, poderiam ser consideradas como parte integrante da missão de serviço público, mas desde que claramente diferenciadas das ofertas comerciais. No fundo, importaria manter o princípio geral, e esse é, fundamentalmente, a questão de considerar que os conteúdos do PSM, seja em que plataforma for, não podem senão destinar-se a satisfazer as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade, sem nunca colocarem em causa a sua

legitimidade devido a efeitos desproporcionais introduzidos no mercado, e, portanto, não adequados ao cumprimento da sua missão.

A avaliação da aplicação do PVT e dos MIA (*Market Impact Assessments*) em diferentes países europeus (refira-se que, em Portugal, este sistema de avaliação nunca foi aplicado pela RTP, pelo menos por instituições independentes, de que se tenha conhecimento público), foi posteriormente feita pela Observatório Europeu do Audiovisual na sua publicação *Iris Special* de 2015, genericamente intitulada *Online activities of public service media: remit and financing*. Verifica-se, através dos exemplos dados neste estudo comparativo, que na Europa são, em regra, aplicados aqueles instrumentos específicos no sentido de garantir que aquilo que podemos considerar como o valor do serviço público nos novos serviços e lançar, ou mesmo de serviços existentes, prevaleça sobre o perigo de distorção de mercado, como se pode ver, por exemplo, com o caso da Dinamarca (*Iris Special*, 2015 : 52), onde se procurava essencialmente cumprir os objectivos enunciados na *Broadcasting Communication* de 2009, isto é, as necessidades culturais, sociais e democráticas do país.

Assim, o certo é que este princípio – e, também, de um ponto de vista conceptual – a avaliação *ex-ante* da especificidade, proporcionalidade e adequação da oferta dos *media* públicos continua a fazer todo o sentido, se bem que necessite ser reconvertida num modelo mais simples, funcional, menos caro e, portanto, mais assertivo em todos os planos. Aliás, já em 2015, Rona Fairhead, Chairman do BBC Trust, considerava que muitos dos exemplos e das situações práticas conhecidas até então aconselhavam a uma reflexão sobre este sistema de avaliação no seu conjunto: “*The system of Public Value Tests, which take at least six months each, was designed for a different world – and needs revisiting*”, como lembrava Richard Burnley no seu texto “*Public value test: fit for purpose?*” (*Iris Special*, 2015: 90), e acrescentava: “*However, given the very dynamic and fast-moving audiovisual markets, it may legitimately be questioned whether the public value test is really fit-for-purpose any more*”.

Em todo o caso, a verdade é que nem sempre estamos perante um modelo pesado e oneroso. Veja-se o recente exemplo da ORF, cujo interesse num canal

próprio no YouTube foi recusado pela KommAustria – a autoridade reguladora do audiovisual na Áustria ²¹, numa decisão relativamente rápida e consensual.

De qualquer modo, e apesar dos avanços e recuos registados com o novo modelo de avaliação, os riscos mantêm-se. Essa é, também, a opinião de Ross Biggam, da ACT, no seu texto *“The ex ante test and its characteristics in national legislation”* (Iris Special, 2015: 96): *“For commercial operators, ex ante scrutiny in markets where the public broadcaster is financially and politically secure may become mere legitimisation of the public broadcasters’ expansion plans, if carried out by regulators that are less than fully independent of the public broadcasters themselves. For public broadcasters, and indeed member states, there is a risk that further cases will be filed at DG Competition from those markets which do not have ex ante scrutiny.”*

Evidentemente que o perigo da captura dos mercados por reguladores próximos dos incumbentes, sejam eles públicos ou privados, tem sido também infelizmente um dado fatal, não somente para a transparência dos mercados, como também para a robustez das economias nacionais, como o próprio caso português o demonstra em múltiplas situações ao longo das últimas décadas, como também tem sido extremamente negativo para a própria economia europeia no seu conjunto dado que estamos perante práticas que a própria Comissão aceita – veja-se o exemplo citado das quotas de programas europeus nas televisões europeias; ou vejam-se ainda os procedimentos *ex-ante* emergentes, estranhamente pouco ou nada debatidos no plano europeu na sua dimensão mais alargada cobrindo todo o sistema público de média, uma vez que estes emergiram fundamentalmente no contexto dos novos serviços – leia-se: sobre a oferta dos media públicos na Internet – e não propriamente onde essa mesma oferta tem impactos mais complexos, que é justamente – e ainda – na televisão tradicional.

As lições que retiramos das políticas e das práticas da regulação europeia do audiovisual já nos habituaram há muito a estes paradoxos, sendo que ainda prevalece

²¹ PUBLIC VALUE TEST: KOMMAUSTRIA REJECTS ORF PLANS FOR EXCLUSIVE YOUTUBE CHANNEL posted on 14 May, 2018. https://www.epra.org/news_items/public-value-test-kommaustria-rejects-orf-plans-for-exclusive-youtube-channel.

aquele que tem pairado ao longo destes últimos 30 anos e que tem tido consequências nefastas para a experiência europeia – quer pela adulteração do princípio da diversidade de programas e culturas europeias, quer pela impossibilidade de ser criado o tão desejado “segundo mercado” europeu entre os Estados-membros (e nomeadamente, diríamos nós, de preferência entre os serviços públicos de *media* da União Europeia).

Ou seja, no fundo, as televisões continuam a cumprir quotas de programação europeias não com os programas dos outros Estados membros mas com a sua própria programação de fluxo – o que não gera de todo a tão necessária pluralidade de expressões culturais europeias, não gera o conhecimento do outro e a identidade europeia na sua diversidade, nem tão pouco gera valor de stock, sendo em geral diminuta a possibilidade dessa produção de fluxo ser distribuída ou mesmo permutada em segundos mercados.

Ora, daqui se deduz que a possibilidade de legitimação do serviço público de media no contexto europeu está claramente afetada fundamentalmente por uma ineficiência, uma falta de assertividade, e claramente uma demissão da Comissão Europeia numa questão estratégica para a Europa e para o seu modelo de comunicação social, onde os média públicos acabam por ver muito limitada a sua ação, não somente enquanto potenciais reguladores de mercado, mas sobretudo enquanto potenciadores de uma ideia de Europa contruída na diversidade e assente na sua imensa herança cultural:

i) Quer, portanto, pela diversidade da oferta circunscrita a uma forte compartimentação nacional, ou nacional/norte-americana/brasileira da oferta televisiva, neste caso em Portugal;

ii) Quer pela alienação de mecanismos de regulação *ex-ante*, sobre a oferta pública com impactos desleais no mercado, ou um reduzido empenho político e regulatório no acompanhamento *ex-ante* da oferta com impactos negativos no mercado, causando uma concorrência desleal do sector público face aos múltiplos operadores no mercado – sejam eles da TV ou da Internet;

iii) Quer, ainda, pelas implicações negativas que estes fatores têm tido na impossibilidade de criação de um forte mercado europeu do audiovisual diferenciado entre sistema público e comercial. E, por consequência, uma pouco clara distinção da oferta pública face à oferta comercial em muitos segmentos da programação do operador público, sobretudo em matéria de televisão tradicional.

Daqui se deduz, do nosso ponto de vista, que está claramente diminuída a possibilidade de legitimação do sector público do audiovisual europeu e isto justamente num momento em que importaria reforçar sem equívocos essa mesma legitimidade.

Certo é que, seguindo ainda a inspiradora reflexão de Nuno Conde, não é através de uma legitimação pelo procedimento (Luhmann) que o operador público legitimará a sua ação. Isto é, não basta o conjunto de instâncias legitimadoras e normativas (Tribunal de Contas, CGI da RTP, ERC, Provedores dos espectadores, Conselho de Opinião, etc.) para garantir a legitimidade do concessionário. É preciso ir mais além, e esse mais além é aqui decisivo. Daí termos de voltar ao modelo de avaliação *ex-ante*, podendo ser possível fazê-lo também em fase *ex-post* e de forma bem mais flexível e independente do que a experiência mostrou em diversos casos europeus. Mas de alguma maneira tem de ser feito, sob pena da legitimação também não poder ser de todo garantida, com todas as implicações que daí se têm, naturalmente, daí retirar. A revisão do problema da legitimação do PSM no contexto digital, passa ainda também, finalmente, e paradoxalmente, pela relegitimação da sua ação no contexto da televisão tradicional na assunção não eufemística do cumprimento das quotas de programas europeus, procurando contribuir, ou dar o seu importante contributo, para a reconstrução da Ideia de Europa na diversidade.

5.3 A RTP em ambiente digital: dos anos 90 à atualidade – enquadramento teórico

Não sendo nosso objetivo fazer aqui, no contexto desta investigação, um levantamento global e exaustivo da evolução do serviço público de televisão na sua componente *online*, procuraremos neste capítulo sistematizar um conjunto de informações disponíveis que nos permitam estruturar uma genealogia e avaliar as características do serviço da RTP em matéria de conteúdos *online*, quer subordinados à programação propriamente dita, quer novos serviços para plataformas digitais e Internet.

Começaremos justamente por invocar alguns dos trabalhos anteriores conhecidos, onde nós mesmos e outros investigadores portugueses ou não foram desenvolvendo análises diversas, com diferentes metodologias, mas que nos permitem agora fazer uma primeira avaliação dessa breve arqueologia, especificamente sobre o tema em apreço, e que importa retomar nas principais linhas conclusivas a que se foi chegando nesta matéria. Procuraremos fazer esta apresentação dos dados existentes de forma cronológica.

Num primeiro estudo por nós desenvolvido sobre a especificidade dos conteúdos culturais do sistema público nacional e de algumas das suas principais instituições em geral, fizemos então uma primeira abordagem aos *websites* dos media públicos portugueses conhecidos à data. As conclusões que então retirámos relativamente ao ainda embrionário website da RTP (Cádima, 2000: 187-188), nesse início do ano 2000, foram essencialmente as que reproduzimos de seguida:

“Na página de abertura, em <http://www.rtp.pt>, podemos aceder às grandes rubricas do site, isto é, Programação, Destaques, Informação em Real Vídeo, Teletexto e Outra Informação, e ainda, por exemplo, ao Regulamento do Festival RTP da Canção ou ao serviço Press Line.

“Em Programação (<http://www.rtp.pt/prog/lyprog.htm>) temos as grelhas diárias da RTP1 e da RTP2 com alguns destaques, bem como a possibilidade de aceder a grelhas dos outros canais da RTP – da semana e das duas semanas seguintes.

“Em Informação em Real Vídeo (<http://www.rtp.pt/telejornal/lytelej.htm>) pode escolher-se o dia da semana em que se pretende ver o Telejornal *online*, ainda que tenhamos tido problemas no acesso nas diferentes consultas realizadas.

“Em Outra informação (<http://www.rtp.pt/home.htm>) é possível aceder aos sites dos diferentes canais da RTP, a saber: RTP1, RTP2, RTPi, RTP África, RTP Açores e RTP Madeira, bem como ao site da TV Guia e da RTC. Desta página também se

accede a outras iniciativas da empresa, como a promoção de livros e de vídeos RTP comercializados a partir da programação da própria empresa.

“Também desta última página se acede ao serviço de última hora Press Line (<http://www.rtp.pt/pressline/lypress.htm>), com informação sobre programas em produção, últimas estreias, e outro tipo de informação, como por exemplo relativo à própria empresa. Exemplo: o texto sobre a Autonomização Empresarial do Centro de Produção de Lisboa da RTP, ou as Conclusões Finais da Conferência de Serviço Público recentemente realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, donde se acede também à programação em geral da RTP1 e RTP2, bem como aos destaques da programação, classificados ainda por géneros e com informação variada sobre programas. Possibilidade ainda a partir desta página de um link para o Telejornal em vídeo através de Real Player.

“Para além de uma apreciação estética do site, que denota desde logo pouca homogeneidade global, nesta presença da RTP na net, o grau de interactividade relativamente aos conteúdos é ainda muito reduzido, tendo-se registado ainda impossibilidade técnica de aceder ao Telejornal *online* quando por diversas vezes se pretendeu aceder às principais peças do Telejornal da véspera. Do nosso ponto de vista é precisamente neste âmbito do acesso aos conteúdos televisivos que nos parece haver uma das maiores lacunas do site, na medida em que ainda não é possível o visionamento de outros programas do arquivo da RTP, arquivo histórico ou mesmo arquivo mais recente, nem tão pouco se abriu ainda a possibilidade de importar ficheiros úteis em regime de *e-comm*, ou com facilidades para a investigação.”

Um dos pontos relevantes que analisámos também neste estudo foi a questão do Arquivo da RTP, que tem relevância para a presente contextualização. A Direção de Arquivos e Documentação da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) tinha, à data, como principais competências, assegurar a gestão arquivística dos fundos documentais existentes da RTP e ainda garantir o acesso público àqueles fundos, ainda que com diversas restrições inadequadas a um serviço público *online*, facto que viria a ser mais recentemente ultrapassado com o acesso disponível através da Internet. Sabia-se que a RTP tinha já iniciado processos de digitalização do seu arquivo, muito embora não tivéssemos uma ideia clara da dimensão do trabalho realizado à data, no ano 2000, nos três tipos de arquivos existentes (fotográfico, audiovisual e bibliográfico/documental).

Segundo o nosso levantamento junto da empresa, os arquivos estavam subdivididos em fotográfico, com 240 mil peças, e audiovisual, com 330 mil peças dispersas por diversos tipos de suportes (filme 16 mm negativo/internegativo,

Vídeo/Analógico PAL, vídeo digital e microfilmes). Alguns projetos de restauro estavam em implementação, havendo a referir o programa Aurora (Automated Restoration on Original Film and Video Archives), aplicado na RTP durante a Expo'98, com a recuperação de várias horas de arquivos documentais televisivos sobre o tema dos oceanos, e ainda parcerias pontuais com o ANIM-Arquivo Nacional de Imagens em Movimento para a recuperação pontual de sequências em película.

Foram identificados também projetos de digitalização em curso para uma maior facilitação da consulta para rede interna (dois projetos em Intranet) e outro para acesso público (Internet). Foram-nos ainda referidos à época os Projetos Vidion Digital, que disponibilizaria para consulta cerca de 5 mil horas de material informativo e desportivo recente e a Emissão RTP 1 e RTP 2 para verificação, descrição de conteúdos de Arquivo e Estatística; e o Projecto Alert (Alert System for Selective Dissemination of Multimedia Information), projeto este que visava disponibilizar um sistema de Difusão Seletiva de Informação Multimédia. Esperava-se, entretanto, a partir do ano 2000, um aumento de produções já em formato digital a partir da produção de informação baseada num Centro de Emissão digital e com suporte de vídeo-servers e uma futura operacionalização da infraestrutura do Arquivo Digital desenvolvido no âmbito de um projecto PRAXIS XXI: Vidion - Vídeo Digital On-line.

Importa referir, de acordo com António Granado (2002) que a RTP foi o primeiro meio de comunicação social a registar oficialmente o seu domínio, justamente em 28 de Maio de 1993 (rtp.pt), sendo que, segundo Granado também, em Novembro de 1995 a RTPi inaugurou uma sua página na Internet.

Desde então, e baseando-nos na periodização proposta por Helder Bastos (2010) específica dos websites com informação jornalística, mas que é relevante também para esta nossa análise pela sua exclusividade, podem identificar-se três grandes períodos na história do jornalismo português *online*, muito embora não se trate de períodos absolutamente estanques, dada a diversidade de situações então existentes: i) o período de 1995–1998, de implementação, que corresponde à criação dos primeiros websites dos media; ii) uma segunda fase (1999-2000) considerada de “expansão”, em que se verifica uma forte aposta dos media tradicionais no digital; e a terceira (2001–2010) intitulada como de “depressão”, esta sobretudo associada ao

facto de muitos dos investimentos bastante significativos então feitos em Portugal não terem gerado qualquer tipo de rentabilidade, ou trazido novos públicos, pelo que houve uma clara recessão no modelo de migração com o fecho de alguns portais que haviam gerado alguma expectativa por parte dos grupos de media (veja-se por exemplo o caso do portal da Abril/Controljornal – o Directo.co.pt).

Ora, convirá acrescentar a este quadro uma outra proposta (Cunha, 2017) que nos sugere que no início, ainda nos anos 90, há um modelo de publicação que podemos referir como “shovelware”, de mera reprodução do que se faz no analógico, passando-se a uma fase de adaptação ao digital, em que são introduzidas hiperligações e peças multimédia ainda com os conteúdos muito próximos do media tradicionais, sendo que no final da década de 1990, se verifica uma clara rutura com uma cada vez maior atualização dos conteúdos para a Net, podendo chamar-se a esta fase a da “web first”.

De referir, ainda, as conclusões de Fernando Zamith (2008) com a sua avaliação da situação genérica dos media *online* portugueses cerca de 10 anos após o arranque do ciberjornalismo em Portugal, em que este investigador considerava, a partir de uma sua grelha de análise de conteúdos, que eram ainda algo limitadas as opções utilizadas pelos media *online* não chegando a um quarto das potencialidades disponibilizadas pela nova tecnologia: “O nível de aproveitamento global das potencialidades da Internet situa-se em 21,5% nos conteúdos e dispositivos de acesso livre, que constitui o tipo de acesso claramente dominante (92%). Juntando os conteúdos e dispositivos acessíveis mediante registo gratuito, o nível de aproveitamento sobe ligeiramente para 22,2%.” (Zamith, 2008: 182). Para este investigador, o jornal Público, com 43%, era então a publicação online que tirava maior partido das potencialidades ciberjornalísticas da Internet, seguindo-se o Portugal Diário e a RTP, respetivamente com 38% e 36%. No conjunto, se a multimedialidade (áudio, vídeo, imagem fixa, infografia) era uma das categorias que ultrapassava a média, com 26,5%, uma outra das categorias centrais neste processo – a interatividade – não passava dos 17,5%, o que para o autor confirmava a “grande distância” a que os ciberjornais ‘mainstream’ mantinham visitantes e utilizadores no contexto do processo de produção de informação, facilitação de e-mail dos jornalistas, disponibilização de fóruns de

discussão, salas de “chat”, blogs ou wikis aberto à participação do público, etc., de forma a que os leitores pudessem integrar mais facilmente o processo de interação com a redação.

Entre as obras que nos ajudam a compreender todo o contexto em que os media públicos, nomeadamente, foram desenvolvendo as suas estratégias para a Internet, está o estudo de Tânia de Moraes Soares, intitulado “Cibermedi@: Os Meios de Comunicação Social Portugueses Online”, baseado na sua tese de mestrado sobre a presença *online* dos meios de comunicação social portugueses, procurando analisar, em particular, fatores de mudança associados ao âmbito específico da informação televisiva *online*. O estudo abarca um conjunto alargado de meios de comunicação social portugueses no início do seu processo de migração para o digital, sobretudo no período entre 1998 e 2003, sendo que, relativamente ao período 1998-2000 a obra inclui dados obtidos no contexto do Projecto Ciberfaces: A Sociedade de Informação em Análise - Internet, Interfaces do Social, do Programa PRAXIS XXI da FCT, desenvolvido por uma equipa de investigação coordenada por José Manuel Paquete de Oliveira e por José Jorge Barreiros, ambos do ISCTE.

De acordo com a autora, “Os meios de comunicação social portugueses online evoluíram, entre 1999 e 2003, na tomada de consciência relativamente à necessidade de criar interfaces com o seu público electrónico, conferindo a este a sensação de poder interagir com os conteúdos e com os emissores e rentabilizando a capacidade de identificar e fidelizar esse mesmo público” (Soares, 2006:225), reconhecendo, muito embora, que já então era observável que as características sociográficas do público dos media *online* eram diferenciadas face aos dos media tradicionais.

Outra tendência observável neste contexto emergente de migração para o digital pela autora prendia-se com a recolha de dados, opiniões, comentários, com o objetivo de registar e fidelizar os novos “consumidores online” tendo em vista as estratégias de viabilização económica dos novos serviços. Neste caso, verificava-se já a existência de publicidade comercial em geral e também de publicidade mais direccionada para bens culturais, indústrias culturais em geral, ou para as áreas tecnológicas, de lazer, turismo, etc.

Sob o ponto de vista da apresentação e organização da informação, usabilidade dos interfaces, etc., a autora considerava que o modelo era em geral muito “analógico”, baseado no modelo clássico dos jornais: “o facto é que a maioria das páginas Web de televisões, jornais, revistas e algumas de rádio, se aproximam verdadeiramente da lógica do jornal tradicional, ao organizarem os seus conteúdos seguindo as suas categorias e o seu padrão, e ao recorrerem ao texto escrito e à imagem estática como forma dominante de disponibilização de informação” (2006: 229-230). E acrescenta:

“O meio líder que domina tradicionalmente em termos de audiência e em termos de lançar a agenda do dia dos media que os outros seguirão, que é a televisão, surge agora online subordinado às formas de apresentação e organização da informação mais próxima das lógicas da imprensa escrita, dando-se, num suporte que é multimédia, uma clara dominação do texto escrito como modo fundamental de comunicação. A incorporação de suportes existe, o texto, a imagem e o som aparecem integrados na Internet. Mas, em termos de organização formal das páginas, as lógicas, as categorias e o modo de comunicação escrito parecem liderar novamente. Aquilo que parecia estar a perder audiência – “a escrita”, dita agora as regras na última das novidades tecnológicas.” (2006:230).

O diagnóstico então produzido por Tânia de Moraes Soares aborda também a questão comparativa entre imprensa e meios audiovisuais. Este aspeto é relevante porque é justamente a imprensa, meio mais tradicional, que parece adaptar-se melhor, nesta primeira fase da migração, às exigências do digital:

“É entre os jornais que se encontram as páginas Web tecnologicamente mais desenvolvidas, nas quais se antevê uma preocupação em criar algo que se estabeleça como um modelo de futuro. Já os restantes media, como as páginas de televisão e de rádio, apresentam-se com características menos definidas e mais experimentais, como se procurassem adaptar-se às actuais possibilidades tecnológicas da Rede, mas admitindo desde já que, num futuro próximo, novos desenvolvimentos darão lugar a novos modos de apresentação e configuração online, parecendo por isso modelos mais provisórios e menos instalados do que os dos jornais.” (2006: 231).

Daí que a análise dos meios televisivos refira também um “acentuar da negligência face à função entretenimento na maioria dos media online, remetida agora para um plano secundário, quando no suporte tradicional e, nomeadamente, na

televisão tradicional offline, ela se assume como a rainha dos géneros televisivos” (2006: 230).

Em síntese, se, por um lado, os media portugueses legitimavam, de certo modo, as novas estratégias para o *online* sobre uma relação de credibilidade de que a imprensa em geral sempre desfrutou relativamente às suas audiências, por outro lado, estavam “claramente a inserir-se em lógicas de apresentação na Internet mediadas por representações clássicas ou tradicionais, inerentes às próprias características dos meios de comunicação (2006: 233).

De um modo geral podemos concluir, no âmbito desta análise, que houve uma evolução positiva dos meios de comunicação social portugueses *online* ao longo deste primeiro período aqui em análise (1998-2003) e, depois, com Zamith (2006-2007), passando-se de uma fase em que tipicamente importava estar online, a par dos concorrentes, e seguindo a tendência internacional, para uma fase intermédia em que eram já patentes objetivos mais exigentes, quer do ponto de vista da produção de conteúdos de informação, usabilidade, grafismos e estrutura geral das páginas, quer ainda no plano do acesso à emissão *online* (sobretudo na rádio), acesso a arquivo e inclusive alguns modelos embrionários de interatividade.

Vejamos agora uma outra análise de síntese, de nossa autoria, posterior a estas últimas, de Fernando Zamith e de Tânia Soares, em que pretendíamos fazer um ponto de situação relativamente à evolução entretanto ocorrida nos websites dos canais da televisão pública existentes na Web. Do nosso ponto de vista, em particular a evolução dos sites “televisivos” desde finais dos anos 90 não registava “dinâmicas substancialmente diferentes daquelas que seria expectável prever” (Cádima, 2008) dez anos antes, tendo em conta o modelo da RTP que considerávamos então “insuficiente” na altura, isto porque não se compaginava já com atribuições e competências que se exigiam ao operador público nos ambientes web emergentes:

“Referiremos de novo o caso da RTP, que hoje tem um site incomparavelmente mais poderoso, embora permaneçam, no essencial, muitos dos problemas já identificados há oito anos, o que confere a este site uma espécie de “novo riquismo” ciberespacial, com uma frágil afirmação das dimensões da cidadania e de prestação de serviço público, sobretudo em áreas onde a afirmação das suas atribuições e competências são específicas:

“1. Uma muito discutível gestão da emissão broadcast dos canais em aberto (é habitualmente a RTPN que está online), no plano da sua disponibilização na Net, aparecendo em regra alternativas de tipo VOD.

“2. Secundarização da área de vídeo, num movimento contrário ao que se está a observar nos sites dos media escritos, onde o acesso aos players e mais recentes ficheiros vídeo ganham destaque na entrada da página web.

“3. Na pesquisa feita sobre os conteúdos dos programas do dia, o detalhe é muito insuficiente (por exemplo, numa segunda-feira, durante a tarde, a 21 de Abril de 2008, o site da RTP dava apenas o tema do Prós e Contras da noite, sobre a crise no PSD, mas não avançava nenhum nome dos participantes no programa).

“4. Indisponibilidade de sistemas de comunicação interactiva entre os editores e/ou jornalistas e os cidadãos e/ou telespectadores.

“5. Reduzida disponibilidade de arquivo em consulta aberta, limitada a um conjunto restrito de programas recentes, ainda que o arquivo do “Em Reportagem” (RTP1) apareça disponível assim como muitas outras peças na área do desporto; mas a indisponibilidade de áreas relativas ao arquivo histórico continua a ser negativa.”

Pensávamos então que “aquilo que se espera dos novos media (...) emergentes será a construção de um modelo de comunicação que se venha a configurar como estruturante na consolidação de um novo projecto da experiência democrática” (Cádima, 2008), e a verdade é que, curiosamente, esse viria a ser o princípio prevalecente da Communication Broadcasting de 2009 da Comissão Europeia quando esta referia que importava manter os conteúdos do Public Service Media (PSM) relevando prioritariamente das necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade.

Outro tipo de avaliação que foi já feita no passado e que importa ter agora presente – e, naturalmente, que importaria continuar –, prende-se com o estado da acessibilidade dos conteúdos Web à luz das WCAG do W3C (Web Content Accessibility Guidelines, do World Wide Web Consortium (sobre este ponto mais específico veja-se também a tese de Carlos Raposo, 2017). Para este efeito vamos basear-nos, essencialmente, no estudo pioneiro da autoria de Jorge Fernandes (2011), onde, após uma análise aos conteúdos de primeira página dos websites das televisões generalistas portuguesas se começava por concluir genericamente o seguinte:

“Os conteúdos da TVI são os que melhor respondem aos requisitos de acessibilidade do *World Wide Web Consortium (W3C)*. A afirmação condicional não é mero efeito estilístico literário. Na verdade, fruto de estudos anteriores, o melhor dos resultados, o da TVI, se relativamente é o melhor dos 3, em termos absolutos ele não reflete uma prática excecional. Afinal **nenhum** dos sítios analisados do lote da imprensa televisiva lograram sequer alcançar o nível mínimo de conformidade do *W3C*: **o nível de conformidade A.**” (Fernandes: 2011: 9).

Basicamente, no que diz respeito ao telejornalismo *online* das três televisões generalistas portuguesas, e em particular ao caso da RTP, que no presente contexto mais nos interessa, e começando justamente pelo menu principal, era referido que a RTP optava então no período em análise (Março a Agosto de 2011) por um menu principal em “painel”, que são em geral menus bastante “pesados”, declinando depois, em simultâneo, múltiplas opções ao utilizador. Ora, de acordo com a análise feita, desaconselhava-se o uso de painéis para cada uma das opções do menu principal dado tratar-se de uma técnica que gerava menus enormes, difíceis de gerir, o que dificultava, portanto, as questões de acessibilidade: “Num sítio Web grande é fundamental cuidar da estrutura da informação para dar a possibilidade aos utilizadores de tecnologias de apoio a possibilidade de saltar por listas, cabeçalhos, parágrafos, tabelas, formulários, imagens, etc. A estrutura enriquece as possibilidades de navegação pelas páginas.” (2011: 13).

Outros problemas identificados: i) inserção no website de “molduras de informação” de terceiros sem padrões de acessibilidade (módulos directos do Facebook via *iframe*, ou informação da meteorologia e trânsito via *javascript*); ii) *links* não encontrados, vídeos que não funcionam, motores de busca bastante fracos; iii) as dificuldades de utilização do vídeo por pessoas com deficiência (os vídeos propriamente ditos e a interface do *player* que permite controlar o vídeo) estando baseado em Flash não permitia o uso do teclado, sendo então fundamental aqui, por um lado, o uso de *players* que sejam controláveis com rato e com teclado, e, por outro, a disponibilização de alternativas à imagem e ao som: legendagem, língua gestual portuguesa, áudio-descrição e mesmo transcrição textual (o que no caso da RTP1 sucedia com o Bom Dia Portugal e com o Jornal da Tarde quando repetia à tarde na

RTP2). Claramente positivo era o facto de o website da RTP ter uma funcionalidade de acessibilidade relevante que permitia a leitura de artigos através de um sintetizador de fala em Português, considerado de “alta qualidade” e ainda o facto de estar a ser então já desenvolvido entre RTP, Priberam e INESC-ID, um motor de busca avançado para pesquisas de informação nas peças de vídeo. Numa rápida síntese sobre a RTP, no âmbito da avaliação do website associado ao registo televisivo, o estudo de Jorge Fernandes apontava o seguinte (2011: 17):

“A RTP é o único operador que usa o símbolo de acessibilidade no seu sítio e é o único que tem uma página a descrever as funcionalidades de acessibilidade disponíveis na *Web* e na emissão televisiva.

“Nenhum dos operadores disponibiliza programas *online* com legendagem. A RTP, porque faz legendagem automática dos telejornais, poderia aproveitar para a afinar e ao disponibilizar os jornais *online* fazê-los acompanhar de legendagem – mesmo com a diferença temporal que isto poderia acarretar, quando estivessem disponíveis, seriam úteis, inclusivamente para efeitos de pesquisa *online* do arquivo.

“A LGP (Língua Gestual Portuguesa) é o único equivalente alternativo que marca presença *online*. Contudo tem a desvantagem de ser uma cópia do vídeo que passa em televisão. Deveriam de “descolar” o *frame* de LGP e dar-lhe, no mínimo, metade do ecrã.”

Outras investigações a que faremos agora também referência prendem-se com pesquisas relacionadas com formação avançada, nomeadamente teses de mestrado. Veremos, em primeiro lugar, a tese de mestrado em Novos Media e Práticas Web de Sónia Santos Dias (NOVA FCSH, 2010) intitulada WEB TV – ANÁLISE E MELHORES PRÁTICAS EM OCS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Os objetivos deste trabalho de projeto eram, nomeadamente, os seguintes: analisar vídeos e Web TV dos media e as reportagens em vídeo realizadas especificamente para a Internet e também identificar as melhores práticas a serem utilizadas numa Web TV; finalmente, problematizar as estratégias adotadas pelos media na disponibilização de conteúdos de informação na Internet tendo em atenção o carácter jornalístico dos conteúdos colocados *online*. Dado que, nomeadamente a RTP, o nosso estudo de caso, não pôde ser considerada no âmbito desta investigação de mestrado, uma vez que não produzia à altura

informação em exclusivo para a Net, não considerámos, portanto, as conclusões desta tese neste nosso trabalho.

Uma outra tese, esta sim com dados relevantes para este nosso enquadramento, é a de Diana Bernardo, intitulada AS TELEVISÕES GENERALISTAS PORTUGUESAS ONLINE – ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS NOS SITES DA RTP, SIC E TVI (ESCS, 2012). Neste caso, Diana Bernardo faz uma avaliação qualitativa dos websites das televisões generalistas portuguesas procurando analisar diferentes parâmetros, nomeadamente o número de peças diárias, respetiva categoria, recurso a elementos de áudio, vídeo e fotografia, hiperligações, atualizações, etc.

Complementarmente, é aplicada a grelha de análise inicialmente desenvolvida por Schultz e posteriormente revista por Fernando Zamith (2008), avaliando outras dimensões, a saber: a interatividade, a hipertextualidade, a multimedialidade, a instantaneidade, a ubiquidade, a memória, a personalização e a criatividade. De acordo com os resultados apresentados por Diana Bernardo (2012: 37) a RTP posiciona-se ligeiramente acima das suas concorrentes privadas: “A conclusão mais evidente a tirar destes resultados é que apenas a RTP ultrapassa metade da pontuação máxima possível (100), com 58 pontos. Todos os outros sites analisados situam-se aquém desse valor, o que demonstra que não estarão a utilizar todas as potencialidades que a web oferece.” E como bem refere Diana Bernardo, entre os principais aspetos a serem melhorados, encontramos claramente a questão da pesquisa em arquivo e o problema do aprofundamento da interatividade, designadamente entre os jornalistas e o seu público, uma velha pecha da profissão há muito identificada em estudos idênticos e que ainda nos dias de hoje não está resolvida.

Para além dos objetivos estarem centrados no modelo mais tradicional de website, são agora identificadas também novas aplicações estratégicas por parte de todos os operadores de televisão generalistas como, nomeadamente, a mobile TV e as redes sociais. As versões de *mobile* TV são, no entanto, consideradas “relativamente pobres” quando comparadas com as aplicações para *Smartphone*. Em relação às redes, a RTP surgia com várias páginas no Facebook e contas no Twitter associadas a vários

canais, a programas em específico e à própria redação, como era o caso da conta “@rtpnoticias”, gerida pela redação multimédia da RTP.

Após a análise das notícias disponibilizadas nos sites da RTP, SIC e TVI ao longo de um período de sete dias, Diana Bernardo apresenta os seguintes resultados relevando ainda o facto de a RTP potenciar recursos vídeo, e também deter a área da Rádio, o que sucedia menos com SIC e TVI, que se limitam mais ao formato tradicional da informação (2012: 51):

“(…) A TVI produz um número de notícias maior que a RTP e, sobretudo, que a SIC, sendo que esta última aparece como a marca que menos notícias disponibiliza online. No geral, as notícias começam a ser disponibilizadas nos sites por volta das 7h/8h da manhã (a RTP é o operador que tem a informação disponível mais cedo) e continuam, regularmente, até cerca da meia-noite (um pouco mais cedo na RTP). (...) A RTP é o operador cujo site faz mais uso de conteúdos de vídeo, 58% das notícias produzidas têm vídeos que as acompanham, sendo que esses vídeos são quase exclusivamente transposições das notícias emitidas nos serviços informativos do canal (contendo, algumas vezes, até a parte do *pivot*).

No quadro dos estudos já referidos, aquele que, entretanto, veio acrescentar algum valor ao atual estado da arte é o relatório de Diogo Silva da Cunha (2017) sobre as transformações da presença dos jornais portugueses na web (1996-2016). A partir do portal Arquivo.pt, que permite fazer pesquisas exaustivas da web portuguesa desde 1996 (por endereço, por termo, etc.) Diogo Cunha desenvolveu um interessante projeto de investigação em torno da análise da evolução dos websites de jornais portugueses nos últimos 20 anos, trabalhando parâmetros diversos como por exemplo a arquivabilidade do *website*, o estado técnico atual de preservação digital, a evolução das versões, dos *layouts*, etc. Não abordando o caso da RTP, consideramos, apesar disso, o interesse deste estudo no âmbito do nosso estudo.

Veja-se, para o caso, o eloquente exemplo da questão da preservação digital (que envolve questões de acessibilidade, coesão, meta-dados e conformidade de padrões). A análise feita através do sistema ArchiveReady deu os seguintes resultados (à data de 22 de Julho de 2017): cmjornal.pt – 79%; dn.pt – 62%; expresso.sapo.pt – 56%; e publico.pt – 64%.

Significa isto que os media fazem, fundamentalmente, uma acumulação descontrolada da informação que geram, deitando a perder todo o seu valioso património. De acordo com o autor, CM, DN, Expresso e Público “não têm uma cultura de preservação digital desenvolvida e informada, nem possuem políticas de preservação digital estruturadas. Graças a isso, o que esteve nos seus websites pode estar perdido para sempre e o que ainda neles se encontra pode estar prestes a perder-se. Parece assim justificar-se que se fale de problemas de memória no jornalismo português”. (Cunha, 2017: 49). Ora, como bem sintetiza o autor no seu estudo:

“Estas evidências mostram que a ideia de “arquivo” dos jornais está ainda muito focada num modelo de shovelware e que, ainda assim, nem todos os materiais impressos dos jornais foram digitalizados e disponibilizados nos respectivos websites. Quanto aos conteúdos dos websites propriamente ditos, nada garante que estão todos nos websites e desde quando estão nos websites, visto que não há colecções dos conteúdos dos websites organizadas. Mais claro é o facto de que muito embora alguns desses conteúdos mais antigos (não parece haver nada anterior a 2000), até possam estar nos websites, os websites actuais não reproduzem as condições de leitura digital que os websites onde tais conteúdos foram primeiramente colocados tinham. Em resumo: não parece possível ter acesso a conteúdos anteriores a 2000, mas mesmo quando tal possa acontecer não é possível ter a mesma experiência de utilização que se teria à época porque os websites estão completamente diferentes. (Cunha, 2017: 47):”

Interessante é também a análise das diferentes versões de endereços que foram sendo criadas ao longo dos últimos 20 anos. No primeiro levantamento do investigador, os resultados conseguidos aparentavam já ter uma relevância significativa, mas verificou-se, entretanto, que pecavam por defeito: A primeira análise da evolução dos media portugueses feita até 2015 sugeria os seguintes valores: Correio da Manhã - 1996-2015: 1016 versões; Diário de Notícias - 2001-2015: 783 versões; Público - 2005-2015: 630 versões; Expresso - 2007-2015: 737 versões. Posteriormente, Diogo Cunha aprofunda o estudo, utilizando o sistema de pesquisa por endereço do Arquivo.pt para procurar os endereços dos websites dos quatro jornais em estudo até final do período em análise (de 01/01/1996 a 31/12/2016), tendo chegado aos seguintes valores: CM: 3128 versões; DN: 5568; Expresso: 4144; e

Público: 8308 versões. Portanto, essa diferença abissal das 3166 versões dos websites dos jornais arquivados no Arquivo.pt para as 21148 versões detetadas das páginas principais dos websites dos quatro jornais com a atualização do estudo, mostra o nível da extensão e, portanto, quão complexos são os dados, as versões, atualizações, etc., e portanto, o tipo de arquivo em análise.

Ainda outro aspeto de grande interesse tem a ver com a comparação entre os diferentes *layouts* que permitiu identificar algumas tendências gerais de desenvolvimentos dos websites em análise (Cunha, 2017: 108):

- “- as páginas web são cada vez mais extensas, sobretudo na vertical;
- “- as páginas web vão tendo progressivamente uma orientação verticalizada com grandes barras de scroll, embora sejam inseridos pequenos espaços com galerias ou pequenas barras de scroll;
- “- as páginas web vão apresentando um acréscimo de estabilidade estética, consolidando a identidade visual do jornal;
- “- as mudanças são cada vez mais difíceis de assinalar na medida em que deixam ser gradualmente menos “macro” e mais “micro”, o que implica uma certa adaptação da perspectiva de análise;
- “- vão surgindo cada vez mais imagens e vídeos, muitas vezes enquadradas em galerias, aumentam também o número de hiperligações, botões, menus e barras de scroll.”

Mas é o contexto da preservação que nos parece merecer uma maior atenção face aos dados disponibilizados. É um facto, de acordo com Diogo Cunha, que “o que hoje é notícia amanhã poderá estar esquecido”, daí ser importante reter aquela sua conclusão como um alerta para toda a área Web portuguesa, em particular para o sector dos media *online* – é imperioso, de um ponto de vista da preservação deste património fundamental da *web* portuguesa que os média e muito em particular o serviço público de média, neste caso a RTP, dê o exemplo relativamente à aplicação de políticas – e práticas – de preservação de preservação digital estruturada e dedicada, sendo absolutamente certo, tal como refere Cunha (2017: 106) que a conceção e a

ideia de que basta organizar a preservação de “conteúdos” não é adequada porque o essencial é preservar toda a estrutura das páginas *web*.

Análise da evolução da *Homepage* do *website* da RTP (1998-2018)

Voltamos então de novo ao site da RTP através do arquivo da primeira página que podemos encontrar em Arquivo.pt. A imagem mais antiga que nos é disponibilizada neste portal é de 15 de Junho de 1998, que não era certamente muito diferente da que observámos em 2000 e referimos no início deste texto (<http://arquivo.pt/wayback/19980615080454/http://www.rtp.pt/home.htm>):

Começámos então por procurar os resultados que contêm o endereço principal da RTP – '<http://www.rtp.pt/>', mas também a respetiva lista de versões ao longo de período que o Arquivo.pt nos permite, isto é, de 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Dezembro de 2017.

Foram encontradas 1492 versões deste endereço <http://www.rtp.pt/>, reportando a primeira delas a 27 de Janeiro de 1998, ainda que dessa data o Arquivo.pt só reproduza *frames* sem conteúdo. A primeira imagem da *homepage* que aparece do site da RTP é relativa à data de 15 de Junho de 1998 (8h04):

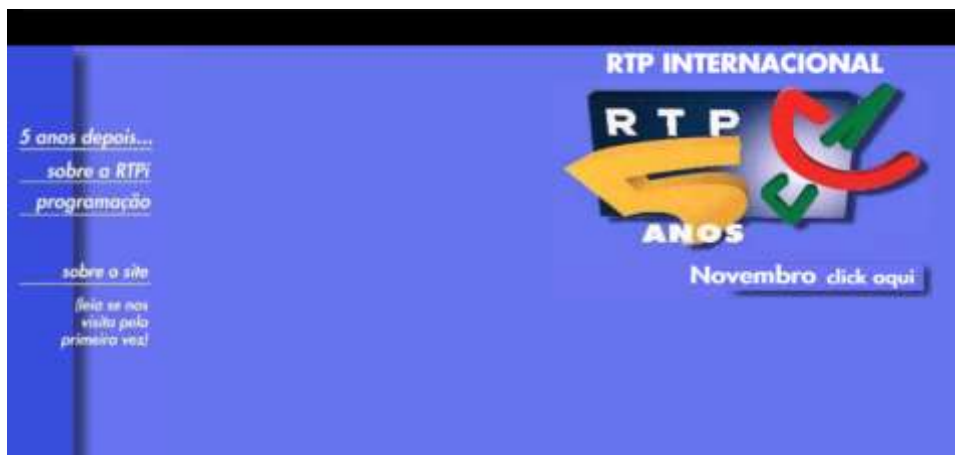


Curiosamente, esta não terá sido a página principal, uma vez que se procurarmos o botão “Home” e clicarmos, somos direcionados para uma outra página com várias redundâncias, e com a mesma data e a mesma hora de publicação – 15 de Junho de 1998 (8h04), e com o seguinte *layout*, mais institucional, onde se destacava o edifício da anterior sede da RTP da Av. 5 de Outubro:



Refira-se que, em simultâneo com a *homepage* da RTP, surge também a *homepage* da RTPi, então dirigida por Afonso Rato, que procurou densificar toda a informação

disponibilizada neste website da RTP1, tendo aparecido justamente a 10 de Janeiro de 1998, mas sendo dito que estes são “os segundos passos”, pelo que se supõe ter existido uma primeira versão deste, já aludida por Granado (2002) não disponível no entanto nos arquivos da Internet Archive ou do Atquivo.pt:



Sobre este site, a RTPi dava, entre muitas outras informações relevantes seguinte enquadramento:

“Com este novo site, a RTPi dá os seus segundos passos numa presença na Internet, que se pretende útil no diálogo entre a estação e os seus espectadores.

“Com um potencial de acesso a nível mundial - tal como a própria RTPi - esta nova tecnologia vai permitir uma informação cada vez mais actualizada sobre a nossa programação, bem como uma melhor análise das opiniões dos que nos acompanham a todas as horas, em qualquer parte do mundo.

“Entretanto, o modelo interactivo que agora damos a conhecer está longe de ser o definitivo. Um site na internet é não só um trabalho de informática e design, mas também um elaborado e novo processo de expressão pessoal e colectiva.

“A par com as imensas novidades com que a RTPi continuará a fazer a sua emissão de televisão, estamos certos que também o iremos surpreender com o nosso trabalho na internet.

“Apenas algumas informações técnicas, para terminar: utilize um Browser na sua última versão - 3 ou 4, nos casos do Explorer ou do Netscape - e procure trabalhar com resoluções de 800x600 ou superiores. No que respeita a cores, veja se tem placa gráfica para a reprodução de 32.000 ou mais variantes de cor. São baratas, hoje em dia, e permitem outra qualidade de reprodução visual.

“Para podermos trazer a presente informação até si, o mais cedo possível, preterimos a finalização de certos aspectos técnicos. Em breve estarão normalizados. Boa navegação na RTPi.”

A partir da *homepage* da RTP atrás citada tínhamos também acesso à Informação e às grelhas de programação da RTP 1 e RTP2, entre outras opções. No caso da Informação, somos remetidos no Arquivo.pt para esta página (também de 15 de Junho de 1998), podendo ser vista também aqui -

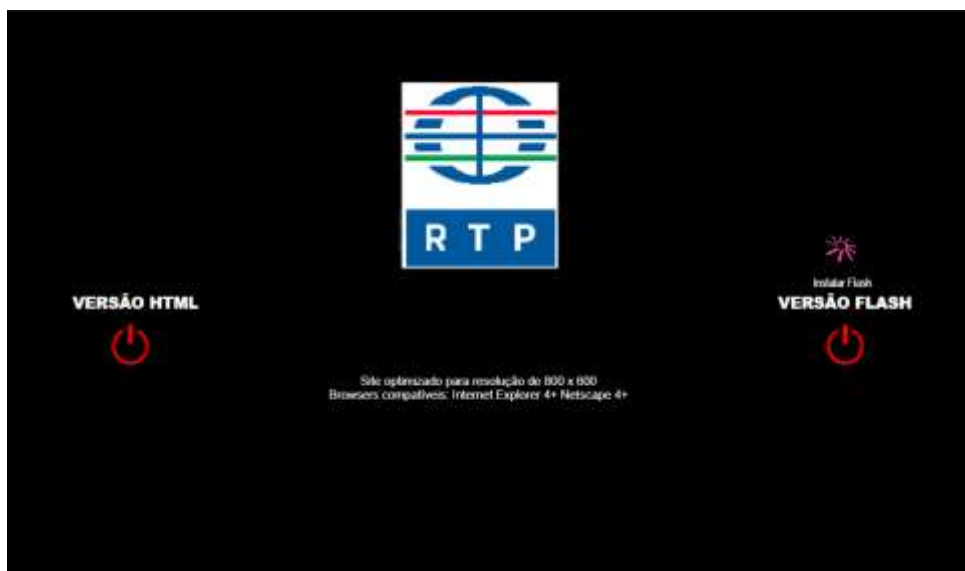
(<https://web.archive.org/web/19980615080514/http://www.rtp.pt:80/inf/lyinf.htm>):



Aquela página Home vai manter-se durante algum tempo. A pesquisa de 2 de Março de 2000 ainda nos dá a mesma página de entrada. A maior parte das versões deste website principal da RTP – rtp.pt, a que temos acesso, por data, no Arquivo.pt, encontram-se por vezes só com os *frames* visíveis mas sem conteúdos e/ou sem hiperligações. Só a 16 de Agosto de 2000 nos aparece uma nova imagem, ainda que não estando completa nem parecendo ser uma nova imagem da *homepage*, como se pode ver em baixo:



A 19 de Junho de 2001 surge-nos aquela que está como uma nova página Home (<http://arquivo.pt/wayback/20010801152716/http://www.rtp.pt/index.htm>), com opções para HTML e Flash, associada a uma segunda página (<http://arquivo.pt/wayback/20010619060649/http://www.rtp.pt/html/index.htm>) com as características de *homepage* e que colocamos em sequência:





A novidade aqui é, essencialmente, a introdução de uma nova área com possibilidade de pesquisa de vídeos – a área RTP VÍDEO, que integra aquilo a que a RTP chamava o “vídeo-on-demand da RTP” através de RealPlayer. Colocando numa caixa de pesquisa a palavra(s) a pesquisar era possível aceder a vídeos do Telejornal, ou, por exemplo, ao Acontece da RTP2, sendo que por defeito o período para pesquisa eram 20 dias. Para além do que vinha de trás – acesso a canais e programas, a RTP mantinha o Teletexto e introduzia a Pesquisa, uma “Visita Virtual” à empresa e também uma área de opinião, onde pretendia receber avaliações dos visitantes relativamente a vários aspetos do website

(<http://arquivo.pt/wayback/20010708230747/http://www.rtp.pt/opiniao.htm>):

Obrigado pela sua visita !
A sua opinião é importante.

Conteúdos:		Navegabilidade:	
Muito bom	☐	Muito Bom	☐
Bom	☐	Bom	☐
Razoável	☐	Razoável	☐
Fraco	☐	Fraco	☐
Design:		Velocidade:	
Muito Bom	☐	Muito Rápido	☐
Bom	☐	Rápido	☐
Razoável	☐	Razoável	☐
Fraco	☐	Fraco	☐

Versão que preferiu : ☐ FLASH ☐ HTML

O seu e-mail:

A sua Opinião

Depois de uma primeira tentativa ainda incompleta em Junho de 2002, a 2 de Agosto de 2002 surge uma nova *homepage* mas com uma mudança de endereço, de rtp.pt para noticias.rtp.pt

(<http://arquivo.pt/wayback/20020802101225/http://noticias.rtp.pt/>):



Como se pode ver acima, há aqui algumas atualizações relevantes, como, nomeadamente, Infografismo, área de SMS, e ainda as rubricas Termos e Condições, e Política de Privacidade. O copyright era agora imputado à RTP Multimédia ©2002.

Mas onde houve uma inovação clara foi, de facto, na área das Acessibilidades. Nesta área “RTP Acessibilidades” era referido o seguinte: “A RTP possui vários serviços que tornam mais fácil aos cidadãos com deficiências o acesso a conteúdos de multimédia e à própria programação. Esta área é especialmente dirigida a esses cidadãos e pretende divulgar a oferta disponível nas várias plataformas utilizadas e que abrange a Televisão, Teletexto, SMS e internet.”

No caso do Teletexto era referido o seguinte: “O teletexto da RTP disponibiliza toda a sua oferta de conteúdos em modo de Texto. Este serviço permite aos invisuais terem acesso a um total de mais de 1000 páginas, 50% das quais com actualização diária. A programação, a meteorologia ou a bolsa são alguns dos conteúdos que pode encontrar no teletexto, acessível através de qualquer um dos canais da RTP.”

Sobre a Legendagem de programas em português referia esta área do site: “O teletexto assegura a legendagem de mais de 1100 horas por ano de programas em português, um serviço dirigido especialmente a cidadãos surdos ou com deficiências auditivas. Veja a programação legendada em português no Teletexto da RTP. Pode consultar a grelha de programas legendados em português no teletexto, na página 188.”

A RTP disponibilizava ainda a área de TVchat, que permitia conversar via telemóvel e fazer amigos nos chats. A RTP tinha diversas salas de chat no teletexto sendo possível participar por SMS através do telemóvel. Através da simbologia SMS a RTP propunha usar smiles para “expressar emoções (...) e tornar as mensagens mais atrativas”.

Entretanto, novas rubricas iam aparecendo: Pesquisa, RTP Crianças, Newsletter, Concursos com a TV Guia, Spots de promoção, etc.

Ao longo de 2004, sobretudo a partir de 24 de Maio, a RTP faz nova revisão da *homepage* (<http://arquivo.pt/wayback/20040524192921/http://noticias.rtp.pt/>), que em termos de Arquivo.pt só fica com maior legibilidade na sua versão de 2005, de 23 de Janeiro (<http://arquivo.pt/wayback/20050123140601/http://noticias.rtp.pt/>), integrando agora um menu principal com leitura mais coerente e melhor usabilidade, como se pode ver aqui:



Áreas novas (acima) relativamente ao que já era conhecido eram basicamente a área Multimédia, com um melhor *layout* para acesso a programas e informação; o destaque à Rádio, idêntico à TV; o Mobile onde se podia saber como utilizar os serviços SMS e ver como participar em Programas Interativos, e ainda a área de responsabilidade social – Solidariedade, direcionando o utilizador para instituições essencialmente de apoio social. Novo era também o Mapa do Site, e a reconfiguração do acesso ao Guia de Programas, incluindo agora a programação de A a Z. E ainda o botão Grupo RTP no menu principal.

Em 2007 era também lançado o site do **Livro 50 Anos da RTP** – que teria tido 3 versões entre 2007 e 2008 – <http://ww2.rtp.pt/50anos/> e que é então descrito desta forma pela RTP *online* : “Esta é a versão integral do Livro que conta toda a história da RTP. São histórias que fazem parte da História da sua televisão. Factos do país e do

mundo, personalidades, figuras e tantas horas de emissão ao longo de 50 anos de televisão em Portugal”, não se encontrando, porém, no Arquivo.pt a partir do link da *homepage* existente em “Grupo RTP”, embora sendo ainda possível encontrá-lo *online* em <https://museu.rtp.pt/livro/default.htm>, mas não na última versão do website do Museu registada em Arquivo.pt (a 9 de Novembro de 2016):

<http://arquivo.pt/wayback/20161109004832/https://museu.rtp.pt/>. No website do livro refere-se em ‘lead’: “Esta é a versão integral do Livro que conta toda a história da RTP. São histórias que fazem parte da História da sua televisão. Factos do país e do mundo, personalidades, figuras e tantas horas de emissão ao longo de 50 anos de televisão em Portugal.”

A partir da nova versão de base de 10 de Janeiro de 2007 (em baixo a versão de 9/5) o menu principal surge agora com o modelo de cascata, sendo possível declinar cada um dos botões principais.

(<http://arquivo.pt/wayback/20070110140720/http://www.rtp.pt/>). Esta nova versão vai ter algumas pequenas atualizações até estabilizar no ano de 2007 neste modelo que aqui reproduzimos com data de 9 de Maio de 2007

(<http://arquivo.pt/wayback/20070509093639/http://www.rtp.pt/>)

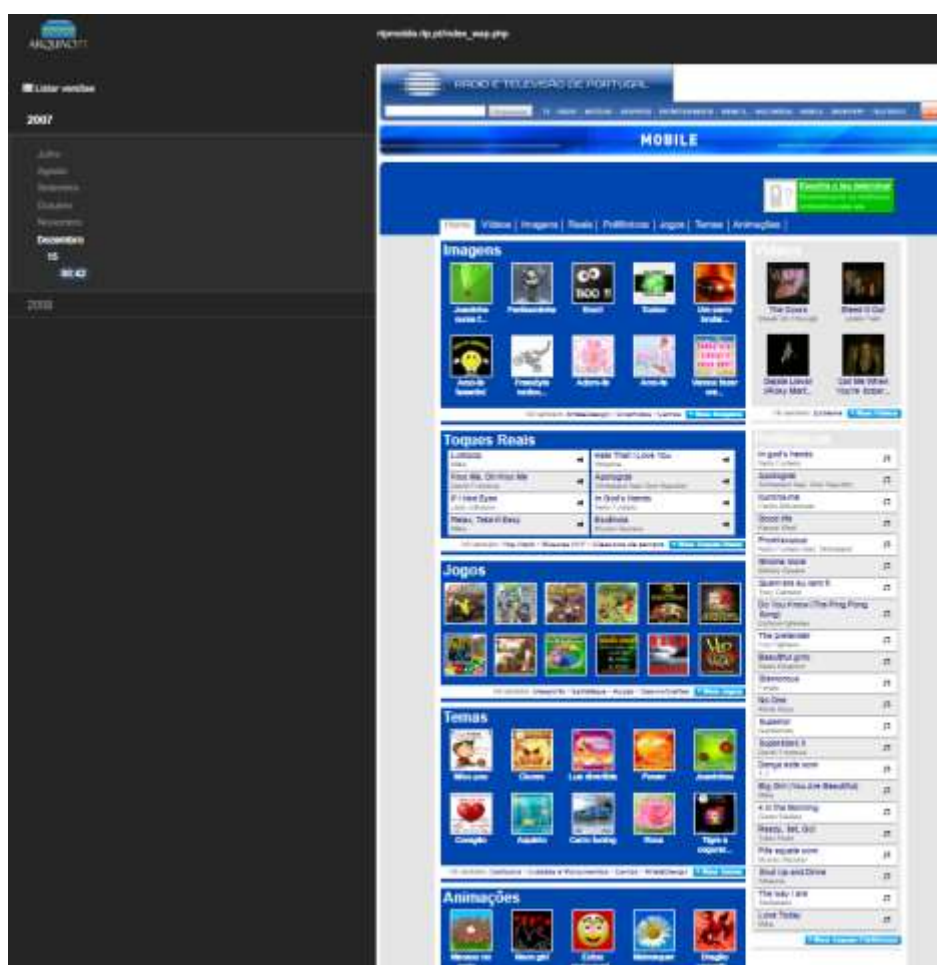


Uma dessas atualizações relevantes é a inclusão, na página de entrada da RTP, das áreas dos Provedores de Rádio e Televisão, que haviam sido introduzidos na legislação através da Lei n.º 2/2006, de 14 de Fevereiro – que veio alterar a Lei n.º 33/2003, criando os Provedores do Ouvinte e do Telespectador.

A pesquisa Google já havia sido introduzida em fase de atualização do modelo anterior, assim como um footer, um rodapé de *hiperlinks* para os diferentes canais de rádio e televisão do serviço público. Novidade significativa, não somente em termos

formais, era também a introdução de *banners* de acesso à TV/Rádio *online* e a Podcasts (tal como o botão RTP Toolbar, em baixo), bem ainda como *banners* comerciais e de promoção de programas em destaque logo por baixo do menu principal em linha horizontal, procurando justamente potenciar o programa que estava então com grande popularidade – no caso, os Gato Fedorento, que aliás acabaram por marcar uma época da história recente da RTP. Na mesma linha, um quarto *banner*, não visível na reprodução da imagem, convidava à visita da Exposição dos 50 anos da RTP, patente na sede da empresa. E ainda o botão de feeds RSS, novo, também.

A partir de 24 de Agosto de 2007 a RTP passa a inserir na *homepage* um botão de destaque com hiperlink para o Portal WAP da RTP – “um mundo diversificado de conteúdos” (http://rtpmobile.rtp.pt/index_wap.php), com jogos, imagens, temas e toques para telemóvel, cuja imagem, a 15 de Dezembro de 2007, era a seguinte:



Algumas pequenas alterações vão sendo introduzidas, como uma linha de pequenos destaques de programação por baixo do menu principal, e ainda um destaque especial para os vídeos da informação televisiva da RTP (14 de Março de 2008 - <http://arquivo.pt/wayback/20080314154117/http://www.rtp.pt/>):



Nova alteração do *layout* surge a partir de 21 de Outubro de 2008 (<http://arquivo.pt/wayback/20081021163216/http://ww1.rtp.pt/homepage/>): (Por questões técnicas no acesso a Arquivo.pt não foi possível guardar como imagem total pelo que se fez montagem de duas imagens a partir de dois *print screen* justapostos)





Como se pode ver, passa a constar um rodapé alargado que é simultaneamente um menu principal de áreas fundamentais do site para a empresa. Onde se visualiza também a entrada de acesso e partilhas nas **Redes Sociais**: Delicious, Google, You Tube da RTP, Vídeos no Sapo, etc. Destaque ainda para o blogue **Estado de Sítio**

(<http://arquivo.pt/wayback/20081026065146/http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/estadositio/?k=Paginas-de-programas-RTP-a-caminho-do-meio-milhao-de-visualizacoesmes.rtp&post=4040>):

“Este é o blogue por onde passam as notícias, novidades, esclarecimentos e dicas sobre o melhor que pode encontrar no sítio da RTP. Por aqui passam também os temas, dúvidas e sugestões de quem diariamente nos visita. Os novos serviços disponibilizados, a tecnologia usada no sítio, bem como genericamente a presença da RTP na internet serão, assim, o eixo central deste elo de comunicação.” Era ainda dada a seguinte informação aos utilizadores: “O número de pageviews/mês está a caminho do meio milhão, e os valores de tempo despendido na página, bounce rate ou mesmo o feedback directo que nos têm feito chegar, são muito positivos. Estão prometidas melhorias. E as vossas ideias continuam, por isso, a fazer todo o sentido. Podem enviar-nos através da caixa de comentários aqui abaixo.”

De referir ainda o maior destaque dado nesta *homepage* ao **Conselho de Opinião** e também às **Acessibilidades** com três tópicos principais:

[RTP Acessibilidades](#) Serviço informativo para cidadãos com necessidades especiais

[Legendagem Automática nos vídeos de informação RTP](#)

[Mapa do Site](#) Encontre de forma fácil e rápida a área do site que procura!

Na atualização de 20 de Maio de 2009 a RTP anuncia estar já no **Twitter**.
(<http://arquivo.pt/wayback/20090520151027/http://ww1.rtp.pt/homepage/>). E surgem novas opções de relevo, uma das principais é “O Meu Telejornal”.



Era referido no arranque desta nova área que estavam disponíveis nesta área 685 horas correspondendo a 29 dias de vídeo ininterrupto. Os mais vistos então podem ser encontrados aqui:

<http://arquivo.pt/wayback/20090927032940/http://tv1.rtp.pt/noticias/?headline=20&visual=9&vistos=1#mvistos>

Pequenas atualizações entretanto realizadas em Maio e Junho de 2009 colocam na *homepage* mais algumas iniciativas relevantes como se pode ver de seguida (<http://arquivo.pt/wayback/20090622225905/http://ww1.rtp.pt/homepage/>):

PAÍS SOLIDÁRIO Contra a Pobreza!

760 307 307 (0,60€ +IVA - 0,48€ donativo)

[Empregos e Currícula](#) Divulgue o seu currículo ou encontre o candidato ideal para a sua empresa.

[Loja RTP](#) Visite a loja virtual de merchandising das marcas RTP, Televisão e Rádio.

[SITE RTP DE NOTÍCIAS PARA IPHONE](#) Todas as Notícias RTP no seu IPHONE!

[Livros - Grandes Lançamentos](#) Descubra os livros e autores em destaque.

[Loja RTP Os vídeos RTP:](#) Documentários, Musicais, Livros e Música

[Inquérito de Opinião sobre o site www.rtp.pt](#) Responda ao inquérito, dê-nos a sua opinião »

[AJUDE-NOS A AJUDAR! - Nº Verde 800 208 342](#) ("Porque este é um ano de dificuldades para muitos portugueses, a RTP decidiu criar um número verde. A ideia é fazer a ponte entre quem precisa e quem ajuda, disponibilizando informação útil quer sobre instituições de solidariedade social e aconselhamento, quer sobre departamentos oficiais e empresas de crédito consolidado. A linha é gratuita e pode ser utilizada livremente, quer por trabalhadores da RTP, quer por pessoas externas à empresa. Segue-se uma lista de organizações e contactos de entidades ligadas à solidariedade social, que actuam em Portugal)

2010

Entretanto, estamos já em 2010 e nova alteração da *homepage* é feita. A 3 de Agosto de 2010 é colocada online a página que reproduzimos em baixo –

(<http://arquivo.pt/wayback/20100803164845/http://www.rtp.pt/homepage/>)

sendo que a grande alteração registada prende-se com o menu principal, que agora, também em cascata, introduz as grandes áreas da RTP: TV, Rádio, Notícias, Desporto, Multimédia, ZIG ZAG (destaque para a programação infantil). É também introduzido um *slider*, com promoção de programas e chamadas institucionais (os 75 anos da RDP). E ainda novas rubricas como por exemplo Língua Portuguesa, Mundial de 2010, Meteorologia. É colocado também debaixo do *slider* um segundo menu com Notícias, Vídeos, Áudios e Blogues; e Desporto, Vídeos, Áudios e Volta.

Uma nova área no menu principal – “Mais” – dava acesso ao Museu & Documentação, Estúdio Virtual, Arquivo Histórico, Centro de Documentação, Exposição 50 Anos e Carro de Exteriores. Sucede que por problemas técnicos não conseguimos aceder a esta informação por link directo, ou por não estar arquivado ou por outro problema que não descortinámos. Por exemplo, relativamente ao Museu Virtual – a primeira imagem que aparece indicando o título da área é de 6 de Novembro de 2013, aqui:

<http://arquivo.pt/wayback/20131106011820/http://museu.rtp.pt/>. Verdadeiramente a informação estava aqui: <https://museu.rtp.pt/>

Aplicações móveis

Ainda em 2010 (24 de Junho) a área de Multimédia anuncia conteúdos otimizados para o iPhone e detecção automática do tipo de dispositivo móvel (http://arquivo.pt/wayback/20100624234811/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/emulador/emulador_i.php): “Apesar de oferecermos esta versão própria para o iPhone, considerámos a possibilidade de poder ver o sítio de informação da RTP como o encontra quando navega no computador. Por essa razão, no menu inicial foi criado um link no final da página que, ao clicar, redireciona a página para a versão normal(web) do sítio da RTP. Em caso de dificuldade em aceder ao site utilize o endereço i.rtp.pt.”

A 19 de Março de 2011 a RTP anuncia também a sua aplicação para Android, embora através da *homepage* não conseguíssemos aceder a nenhuma informação:

<http://arquivo.pt/wayback/20110319022656/http://www0.rtp.pt/homepage/>

E a 22 de Julho de 2011, anuncia o lançamento de “Aplicação para iPhone e iPad” (<http://arquivo.pt/wayback/20110722060638/http://www0.rtp.pt/homepage/>).

2011

2011 (22 de Janeiro) traz-nos uma das mais importantes novidades da história da RTP online – o **RTP Play** – tal como podemos ver aqui:

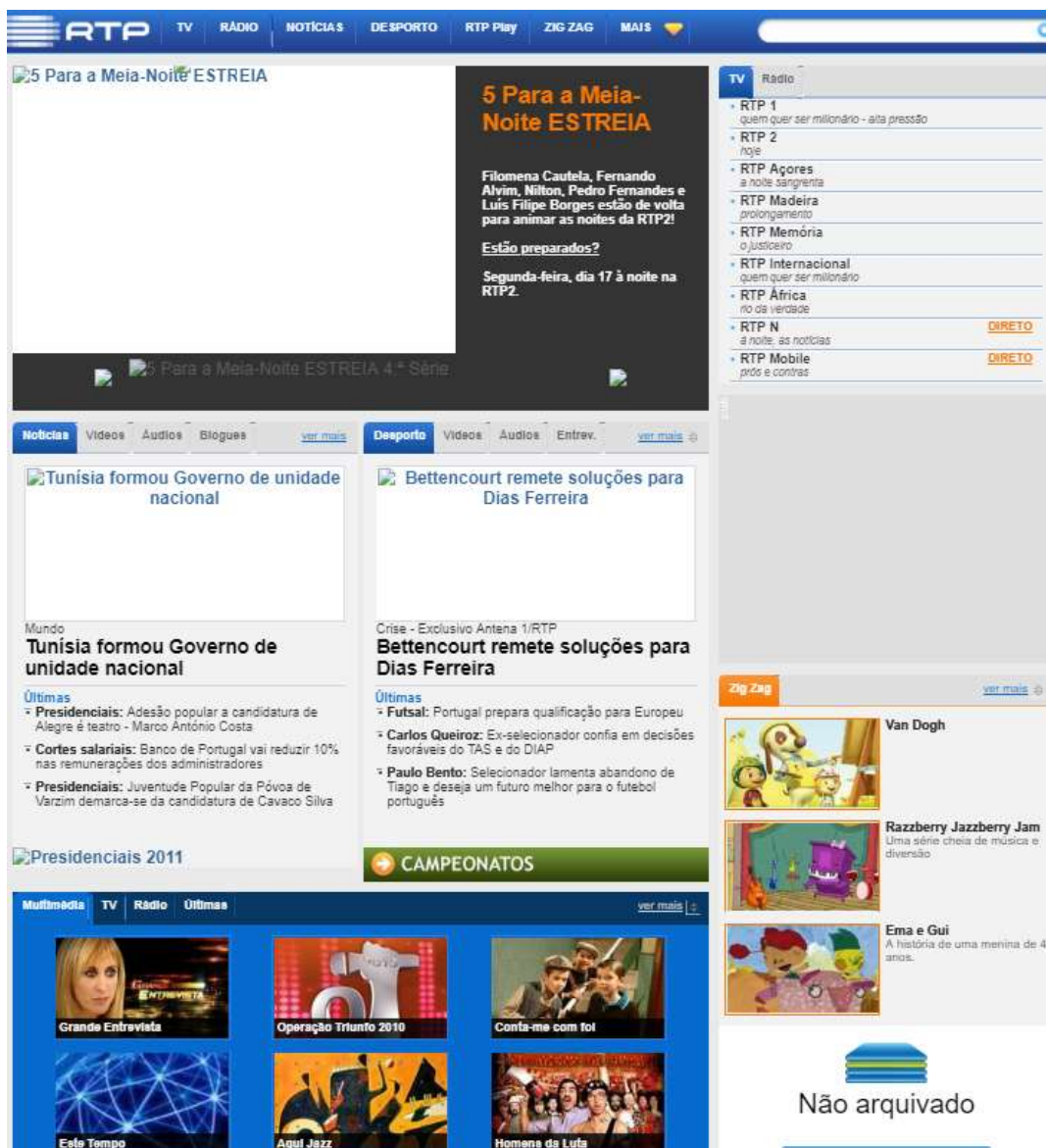
<http://arquivo.pt/wayback/20110122220012/http://www.rtp.pt/multimedia/rtpplay.php>

Dizia-se na RTP nesta página:

“A área até aqui designada “Multimédia”, com emissões em direto e programas on-demand, ganha agora novo nome: RTP Play. Convidamo-lo a experimentar esta versão, com novas funcionalidades e qualidade de imagem e som melhoradas, clicando em RTP Play. A sua opinião ajuda-nos a fazer melhor. Envie-nos o seu feedback para novositertp@rtp.pt”. E acrescenta: “A nova área RTP Play utiliza o Adobe Flash V.10, gratuito e que pode instalar em adobe.com caso ainda não tenha a nova versão. A qualidade da experiência de visionamento e escuta está dependente das suas condições de ligação à internet. Faça Aqui o download do Adobe Flash Player”.

Esta área RTP Play substitui no menu principal o botão Multimédia que podemos ver no écran anterior. O novo écran passa a ser este (17/1/2011)

<http://arquivo.pt/wayback/20110117222303/http://www0.rtp.pt/homepage/>:

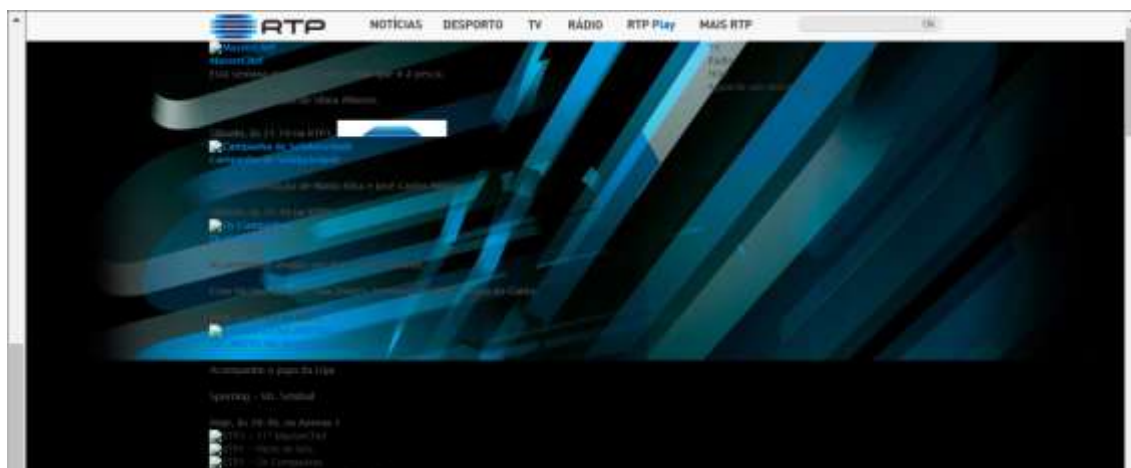


A criação do RTP Play deu logo bons resultados: a 7 de Julho de 2011 a RTP anuncia na primeira página: RTP vence 6ª edição do Prémio Nacional Multimédia. RTP Play, distinguido com prémio 2011 da APMP

(<http://arquivo.pt/wayback/20110707021333/http://www0.rtp.pt/homepage/>)

Em 24 de Setembro de 2011, nova versão da *homepage*, onde se verifica sobretudo um rearranjo do menu principal, dando maior relevo às notícias e desporto, seguindo-se os canais e a RTP Play. O acesso a esta página é muito limitado no Arquivo.pt.

(<http://arquivo.pt/wayback/20110924163019/http://www.rtp.pt/homepage/>)



Academia RTP

Projecto de 2011, da Administração de Guilherme Costa, tratava-se de um laboratório de formação contínua de jovens estagiários para novas competências e produção de conteúdos audiovisuais inovadores para as diferentes plataformas de media. Surge então em

<http://arquivo.pt/wayback/20110526181013/http://www.rtp.pt/academia/index.php> (933 versões de 2011 a 2016 <http://www.rtp.pt/academia/>), mas no entanto não aparecia visível nas *homepages* em Arquivo.pt dessa altura:

<http://arquivo.pt/wayback/20110623041333/http://www0.rtp.pt/homepage/>;

<http://arquivo.pt/wayback/20110529063048/http://www0.rtp.pt/homepage/>

A página estará já bastante melhor, sobretudo em termos de visualização no Arquivo.pt em janeiro de 2012, como se pode ver em baixo, onde se destaca o segundo menu e novas áreas: Cidadania, renovado destaque para RTP Play,

<http://arquivo.pt/wayback/20120130014621/http://www.rtp.pt/homepage/>:



Redes Sociais, novas Aplicações e Widgets

Por esta altura (Janeiro de 2012) as redes sociais a que a RTP estava ligada eram as seguintes, muito embora não se consiga aprofundar esta informação através do Arquivo.pt: Redes Sociais: Facebook, Twitter, Sapo Vídeos, Youtube, Flickr, Pinterest e RTP on .

Nesta mesma página anteriormente referida, destaque ainda para o **Widget SONY** (28 de Janeiro de 2012):

“No seguimento do trabalho que temos vindo a desenvolver com outros fabricantes, finalizámos o projeto de Internet@TV com a Sony, o que permite à RTP disponibilizar conteúdos nos novos televisores compatíveis com este sistema. Com mais este importante passo, a RTP reforça o seu carácter de inovação na medida em que é a primeira entidade em Portugal a disponibilizar conteúdos neste sistema, e aumenta o espectro de distribuição de conteúdos numa perspectiva multiplataforma. A partir de um equipamento Sony compatível com o sistema BRAVIA@Internet Vídeo é agora possível aceder aos principais programas de informação da RTP. A oferta é constituída pelos programas Bom Dia Portugal, Jornal da Tarde e Telejornal cujas últimas edições estão disponíveis on-demand. O conceito de Internet Vídeo, permite aceder a conteúdos disponíveis via web a partir do televisor da sala e está a mudar a forma como nos relacionamos com a televisão.”

(<http://arquivo.pt/wayback/20120128091710/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/sony.php>)

Outro é o **Widget MEO** "O Meu Telejornal" (26 de Janeiro de 2012):

“Toda a atualidade informativa da RTP está agora acessível a partir do widget "O Meu Telejornal" onde poderá consultar as últimas notícias e criar o seu próprio telejornal. Escolha as notícias que quer ver. Acompanhe as notícias mais recentes. Visualize as notícias consoante os seus interesses (Política, Mundo, Desporto, etc). Pesquise e encontre rapidamente aquela notícia de que todos falam. Crie o seu Telejornal e veja apenas as notícias que lhe interessam. Para aceder, prima o botão azul do comando e selecione MEO Interativo > Informação > O Meu Telejornal ou Prima o botão vermelho do comando sobre a emissão dos canais RTP: (RTP 1, RTP 1 HD, RTP 2, RTP N, RTP Madeira* e RTP Açores*). * Canais apenas disponíveis nas respetivas Regiões Autónomas. NOTA: a aplicação "O Meu Telejornal" está igualmente disponível aqui no sítio da RTP, na área de vídeo de notícias, em www.rtp.pt/noticias. (<http://arquivo.pt/wayback/20120126214240/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/meo.php>)

E ainda o **Widget SAMSUNG**: (26 de Janeiro de 2012):

“A plataforma de Internet@TV é um sistema que permite o acesso a conteúdos multimédia on-line a partir do televisor. Os utilizadores destes equipamentos poderão aceder a diversos conteúdos nos seus televisores nos formatos vídeo e áudio, com actualização em tempo real. Os conteúdos disponibilizados, de carácter informativo, dão especial destaque às notícias, ao desporto e à cultura, assim como a programas de interesse público nomeadamente o Jornal da Tarde, Telejornal e Câmara Clara. Todas as notícias/programas são acompanhadas por uma breve descrição, data de publicação e um vídeo. <http://arquivo.pt/wayback/20120126174053/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/samsung.php>

Aplicação RTP para o Windows 8

Surgiu também a primeira aplicação portuguesa na área dos Media para Windows 8

(http://arquivo.pt/wayback/20140429214552/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/apps_Windows8.php):

“A aplicação RTP para Windows 8 oferece de forma gratuita o acesso às emissões da RTP1 e RTP2, para acompanhar em direto alguns dos principais programas preferidos dos portugueses na informação, entretenimento, documentários, desportivos, entre outros. Com esta aplicação o acesso às emissões é mais rápido e permite que o utilizador esteja a ver em fullscreen ou em modo 'snap-view', enquanto noutra janela navega na web, responde a emails, etc. Ao mesmo tempo, a APP disponibiliza todas as últimas notícias do dia - em vídeo, texto e áudio - produzidas nas redações da rádio, televisão e online da RTP, e organizadas de forma simples pelas principais secções. Veja e instale a app na

Windows 8 Store Windows Phone 8. Produção: Desenvolvimento da App pela RTP e Create.it Parceria RTP & TOSHIBA - todos os devices Toshiba trazem a aplicação RTP pré-instalada.”

2013

No final de 2013 o website está mais consolidado e equilibrado em todos os aspectos. <http://arquivo.pt/wayback/20131107085945/http://www.rtp.pt/homepage/>.

Nesta versão de 7 de Novembro de 2013 anuncia a colocação de Cookies:

“A RTP utiliza "cookies" no seu sítio. Este uso serve para lhe proporcionar uma experiência mais agradável e personalizada. Se o seu navegador de internet estiver definido para aceitar cookies quando visita as nossas páginas consideramos que está a aceitar a nossa política de cookies.”

Mais info era dada aqui:

<http://arquivo.pt/wayback/20140430041637/http://www.rtp.pt/wportal/utlizacao/cookies.php>

A imagem da parte superior do website era então esta (7 de Novembro de 2013) <http://arquivo.pt/wayback/20131107085945/http://www.rtp.pt/homepage/> :



Alguns programas com maior destaque têm, entretanto, websites próprios com alguma relevância no contexto do portal da RTP:

<http://arquivo.pt/wayback/20131106010931/http://media.rtp.pt/blogs/5meianoite/>
<http://arquivo.pt/wayback/20131106012408/http://media.rtp.pt/blogs/bemvindosabeirais/>
<http://arquivo.pt/wayback/20141111011041/http://media.rtp.pt/blogs/thevoiceportugal>
<http://arquivo.pt/wayback/20141004025157/http://media.rtp.pt/blogs/agoranos/>

De trás vinha já, por exemplo, o blogue de um dos clássicos da RTP - o Prós e Contras, cuja primeira versão no Arquivo.pt data de 2009, muito irregular no seu endereço identificador, com as primeiras 13 versões de 2009 em <http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/pros-contras/> e, por exemplo, mais 2 versões de 2011 em <http://arquivo.pt/wayback/20110126162516/http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/pros-contras/index.php> .

E ainda um blogue do Telejornal com 37 versões entre 2012 e 2014 <http://www.rtp.pt/blogs/programas/telejornal/index.php>:
<http://arquivo.pt/wayback/20120126221403/http://www.rtp.pt/blogs/programas/telejornal/index.php>. Mais atrás encontrámos ainda (mas não a partir das *homepages* consultadas neste estudo) outros sites de programas como é o caso de Câmara Clara da RTP2: <http://camaraclara.rtp.pt/>. 94 versões de 2007 a 2016: <http://camaraclara.rtp.pt/94> versões de <http://camaraclara.rtp.pt/>

2014

A inovação verificada neste ano prende-se essencialmente com a introdução de elementos mais específicos das atribuições do serviço público, em particular nas áreas do Arquivo. São assim criados e divulgados conteúdos em **Sites de arquivo histórico**:

RTP Arquivo

<http://arquivo.pt/wayback/20140502065746/http://www.rtp.pt/arquivo/index.php> (595 versões de 2014-2016) <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php>):

“O Arquivo da RTP constitui um verdadeiro repositório da memória coletiva nacional, com um património cujas origens remontam ao início das emissões regulares da Rádio e da Televisão, respetivamente em 1936 e 1957. O seu acervo congrega diferentes suportes e formatos e uma grande diversidade de conteúdos, da ficção ao documentário, da informação ao entretenimento, do institucional ao desporto. A sua permanente salvaguarda e valorização têm sido objetivos estratégicos da RTP, no cumprimento da sua missão de serviço público de rádio e televisão.

“O Portal RTP Arquivo é uma janela aberta para o acervo, organizado em grandes Coleções Temáticas permanentemente atualizadas, contendo vários tipos de documentos (imagem em movimento, fotografia, registos sonoros, textos digitalizados) e que se pretendem tanto quanto possível representativas da riqueza do património arquivado.

“Por outro lado, constitui-se igualmente como uma porta para a sociedade civil aceder à totalidade do fundo documental audiovisual da RTP, podendo qualquer cidadão ou organismo interessado num determinado conteúdo - estando este já disponível ou não neste Portal - solicitar a sua aquisição mediante o preenchimento do formulário específico existente na página dos [Serviços](#), sempre no respeito da política de acesso em vigor, e dos normais termos e condições que a regulam.”

Como se verifica pelo número de versões deste RTP Arquivo, a RTP irá introduzindo sucessivos trabalhos e documentos com base no seu importante espólio, e isto ao longo dos meses seguintes nesta área.

Criada também uma área sobre o **25 de Abril** em:

<http://arquivo.pt/wayback/20140502020515/http://media.rtp.pt/blogs/25deabril/> (336 versões de 2014-2016) e uma outra sobre o **Museu da RTP** - <https://museu.rtp.pt/> 10 versões de <http://museu.rtp.pt/> de 2009 a 2016, estando só tecnicamente visível em Arquivo.pt em 2016: <http://arquivo.pt/wayback/20161109004832/https://museu.rtp.pt/>

2015

Uma pequena atualização da *homepage* é feita em Julho de 2015, com a introdução de um menu por baixo do *slider* com acesso a diretos dos canais no RTP Play : <http://arquivo.pt/wayback/20150720170232/http://www.rtp.pt/homepage/> - que em todo o caso estavam disponíveis desde 7 de Novembro de 2013 (1 407 versões desde

essa altura até 2016) de <http://www.rtp.pt/play/direto/rtp1>, sendo que em baixo voltava a haver grande destaque para o RTP Play (“Ver todos os programas em RTP Play”):

<http://arquivo.pt/wayback/20150824171123/http://www.rtp.pt/play/>



Toda a restante *homepage* mantinha a lógica que já vinha do modelo anterior de 2013. Volta aqui a ser destacado o módulo Ensina RTP (10 versões de 2014 a 2016)

<http://ensina.rtp.pt/sobre/>:

<http://arquivo.pt/wayback/20150827044741/http://ensina.rtp.pt/>:

“Ao longo das últimas décadas, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) produziu inúmeros conteúdos cujo interesse não se esgotou na sua divulgação televisiva ou radiofónica. Entrevistas com figuras notáveis das letras, das artes, das ciências, bem como documentários sobre o património e a história, frequentemente procurados por professores e estudantes, têm tido acesso limitado ou caem até no esquecimento. Esses conteúdos são um complemento relevante para o trabalho feito na sala de aula, e passam agora a estar disponíveis online, através das várias plataformas digitais que o Ensina utiliza. Pretendemos construir um espaço de consulta fácil para os utilizadores, através de computadores, tablets ou smartphones, em permanente construção e – dentro em breve – com o contributo de entidades externas à própria RTP. Nos próximos meses esperamos conseguir apresentar, com elevada frequência, novos materiais trabalhados a partir do arquivo do serviço público de rádio e televisão, ou produzidos especificamente para este projeto.”

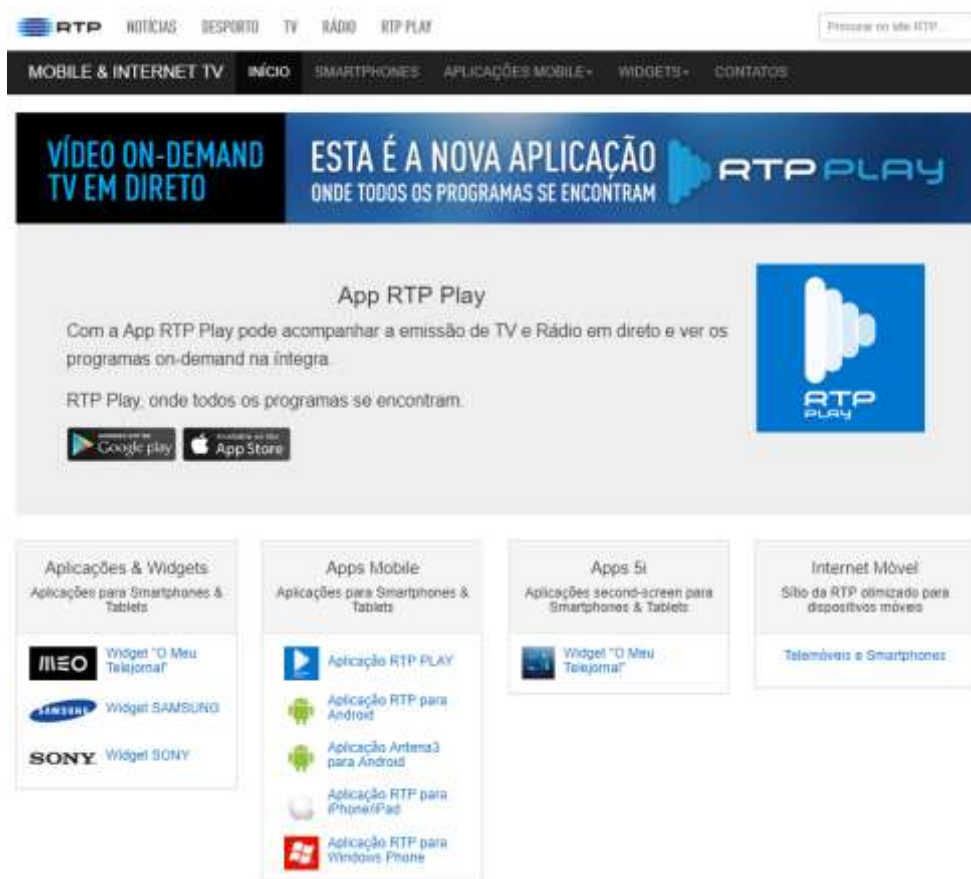
APPs RTP

As APPs da RTP que em Agosto de 2010 de apresentavam de uma forma ainda muito embrionária

(<http://arquivo.pt/wayback/20100803180903/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/index.php>) foram crescendo ao longo dos anos como referimos até ganharem este modelo de apresentação em finais de 2015 (631 versões de 2010 a 2016 de

<http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/index.php>). Em 2015 era esta a imagem desta área mobile

<http://arquivo.pt/wayback/20151231184018/http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/mobile/index.php>:



2016

A 7 de Março de 2016 dá-se uma nova atualização da *homepage* da RTP, de que vemos aqui a parte superior e que se vai manter ao longo de todo o ano de 2016.

<http://arquivo.pt/wayback/20160307180209/http://www.rtp.pt/>:



Esta atualização é significativa desde logo pelo destaque dado à imagem na entrada do *site*. Os diretos sobem para um segundo menu em cima, e logo após a imagem de destaque o leitor é remetido para Notícias e Desporto e ainda para as “Mais lidas” (não visível na imagem). Logo após, dois grandes destaques a toda a largura do site: Programação, RTP Play e Zig Zag (“Vídeos, atividades e jogos para os mais pequenos”). E ainda, no mesmo modelo, a toda a largura: Festivais de Verão; Vale a pena ver, Podcasts, Em Destaque, História, Institucional:

“A RTP integra um universo rico e diversificado de marcas de televisão, rádio e online, sendo uma referência cultural para todos os portugueses. Na sua missão de serviço público assume relevância pela qualidade e diversidade da oferta, tanto na rádio como na televisão, bem como nos conteúdos que disponibiliza online.”

Neste último caso os links acesso permitias aceder a: Ensina RTP, Museu RTP, Acessibilidades e RTP Arquivo. E finalmente um rodapé de remissão.

2017

(O website Arquivo.pt ainda não está a divulgar as diferentes versões deste ano)

2018 (análise do website online)

A imagem de Agosto de 2018 não é, em termos de estrutura de base, de layout e de arquitectura de informação, substancialmente diferente da de 2016

(<https://www.rtp.pt/>):



Principais diferenças que registamos: a introdução de banner de **publicidade** no topo do website (Banco Invest);

Um destaque para a **APP RTP Notícias**, logo após os destaques da Programação, com o botão “Instale agora”: “APP RTP Notícias: os temas mais importantes em texto, vídeo ou áudio, acessíveis a partir do seu smartphone ou tablet. As notícias na sua mão, a qualquer hora e em qualquer lugar”, que nos reenvia para página própria (reproduzida abaixo):

http://www.rtp.pt/appnoticias?utm_source=HP-RTP&utm_campaign=APP-Noticias&utm_medium=Button



Novo é também o **RTP Lab**, que vem na *homepage* a seguir a uma secção “Extra” (que remete para uma consulta de conteúdos audiovisuais). RTP Lab é definido assim na página própria (<http://media.rtp.pt/rtplab/o-que-e/>):

“A RTP, enquanto serviço público de media, procura estimular a criatividade e a inovação. E, por isso, de forma pioneira, criou o RTP Lab, um laboratório criativo e experimental, com novas formas de produção de conteúdos, pensadas numa lógica multiplataformas.

“Assim, foi feita uma consulta de conteúdos, dirigida a todo o público, na procura de géneros de ficção e humor que utilizem novas formas de narrativa em ambientes exclusivamente digitais. Depois da candidatura de vários projetos, a RTP escolheu quatro que nascem e vivem unicamente no meio digital.

“Foram selecionados projetos que integrem interação com o conteúdo na forma como a história é contada ou distribuída e que sejam totalmente desenvolvidos num ambiente digital” – João Pedro Galveias, Direção de Multimédia da RTP.”



Os 500 Dias do Fim do Império

No quadro do cumprimento da missão de serviço público merece uma nota especial um novo projecto da RTP online, agora divulgado: trata-se de um novo website sobre o processo de descolonização português, intitulado “Os 500 Dias do Fim do Império”. De acordo com as informações divulgadas em Julho de 2018, A RTP e o Instituto de História Contemporânea (IHC), unidade de investigação da NOVA FCSH, lançavam precisamente a 9 de Julho de 2018 o novo site:

“Este projeto promete levar os visitantes "a reviver um tempo recheado de guerras e conquistas, sonhos e esperanças, afetos, desespero e saudade", compilando sons, imagens e textos, num trabalho conjunto e integrado de vários arquivos, que permitirá reconstruir a história da descolonização portuguesa.

“Este trajeto é descrito desde os princípios firmados na Conferência de Berlim, no século XIX, até 8 de junho de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas decide, em reunião plenária, o cessar-fogo imediato no Ultramar.

“Pedro Aires de Oliveira, presidente do IHC, descreve o portal como tendo "uma estrutura muito interessante, muito dinâmica, aliando mapas, cronologias, estruturando a informação de uma forma atraente para o público e também proporcionando várias ligações a outro tipo de materiais audiovisuais, vários deles baseados no rico arquivo da RTP".

“No site, através de vários recursos multimédia, é possível aceder a uma narração detalhada do percurso de descolonização nos territórios outrora

ocupados por Portugal, e é ainda possível ter acesso a várias fontes bibliográficas que complementam a informação.

“O projeto foi coordenado por Rosário Lira, jornalista da RTP, contando com a revisão científica de Pedro Aires de Oliveira e Inácia Rezola, do IHC - NOVA FCSH.”

5.4 A questão da diversidade no website da RTP – estudo de caso

1 Introdução e metodologia

A presente análise ao ambiente digital associado aos canais e programas de televisão da RTP, bem como a outros outputs digitais da empresa pública, pretende agora abordar essencialmente as formas como a diversidade cultural está, ou não, presente no *online*.

Para a concretização deste relatório começámos por analisar o site da RTP (durante a primeira série temporal de análise à programação, em 2016) sob o olhar de um utilizador comum, de forma a perceber as funcionalidades, a arquitetura de informação e a usabilidade que o site tem para oferecer.

Procurámos através de um olhar crítico, baseado fundamentalmente nas metodologias de análise específicas para este campo e já referidas em capítulos anteriores, onde nomeadamente a proposta de análise de Zamith (2008) ganha relevância, desvendar potencialidades, forças e fraquezas, e fazer uma análise específica mais aprofundada de como os conteúdos da RTP1 e da RTP2 surgem no *website*, basicamente em termos de acesso/usabilidade, navegação intuitiva, *webdesign*, acesso a arquivo/conteúdo do programa, etc. Outras categorias, igualmente importantes, também foram analisadas sempre que aplicável, nomeadamente as questões no âmbito da interatividade e as ligações a redes sociais. Procurámos também identificar questões associadas à informação genérica sobre os programas, as suas respetivas hiperligações e outras informações, tal como a remissão para outras plataformas ou arquivos.

Numa segunda fase desta análise, correspondente ao início da segunda série temporal de análise da programação da RTP1 e da RTP2 (2016), recolhemos todas as publicações efetuadas no *website* da RTP e nas principais redes sociais associadas aos programas produzidos pelos dois canais. Em todas as publicações recolhidas procurámos encontrar conteúdos relacionados com a diversidade cultural de acordo com as categorias estipuladas:

DIV 1 - A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes;

DIV 2 - As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação;

DIV 3 - Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento;

DIV 4 - Proteção do património e da cultura nacional/local;

DIV 5 - Diversidade de géneros de programação televisiva.

Recolhidas as publicações consideradas DIV conseguimos, então, estruturar as tendências gerais deste universo *online* específico da RTP com o objetivo final de sistematizar este conjunto de informação e de entender se existem traços, elementos, que denotem alguma preocupação com a questão da diversidade e a pluralidade de expressões culturais no ambiente digital da RTP.

Este relatório encontra-se estruturado de acordo com as fases de análise ao *online* do serviço público de média em Portugal. Assim, desenvolvemos primeiramente as principais questões estruturantes do *website*: *webdesign* e navegação; arquivo e informação genérica; pesquisas/ arquitetura da informação; acesso/ usabilidade; exemplos de boas práticas; e, por fim, a análise às publicações e aos conteúdos específicos da RTP1 e da RTP2.

2 Webdesign e Navegação

Numa primeira abordagem ao site da RTP, abrangendo essencialmente as duas últimas versões referidas no capítulo anterior (basicamente a versão de 2016 com algumas das atualizações daí decorrentes e que já foram identificadas nesse mesmo capítulo) verifica-se a importância que é conferida ao carácter informativo do canal. Desta forma, surge sempre em destaque uma notícia de abertura que pretende salientar o que de mais significativo se passa no panorama noticioso, fazendo-se acompanhar pelos principais destaques do dia.

Em termos genéricos, a navegação no site é relativamente intuitiva e desenrola-se verticalmente, com todos os assuntos predispostos por ordem de relevância editorial. A *homepage* é apresentada, tanto em *tablet* como no dispositivo móvel, unicamente em *skroll* vertical, tornando-se, assim, mais intuitiva e facilitando a navegação do utilizador.

Podemos também verificar que o site é responsivo, ou seja, todo o conteúdo é adaptável independentemente da resolução utilizada, seja em *pc*, *tablet* ou *smartphone*. Não obstante, a pesquisa de programas exige a necessidade de fazer *skroll* horizontal e vertical, o que contribui para a confusão dentro da pesquisa de conteúdos. Ainda na página inicial, é importante referir que a programação do canal só é apresentada já a meio da página o que lhe retira alguma relevância dentro do site. Podemos, portanto, assumir que o teor informativo no *website* é prioritário.

Verifica-se ainda alguma dificuldade no acesso aos *websites* específicos de programas. Veja-se o caso de A Praça, a partir do Guia de Programas (<https://www.rtp.pt/rtp1/>) reenvia-nos para o RTP Play ou o direto (se for o caso): <https://www.rtp.pt/play/direto/rtp1>, ou então para uma página que nem sequer é a página web específica do programa -<https://www.rtp.pt/programa/tv/p35185>. Deveria, sim, remeter-nos para a página oficial do programa, que, portanto, não é nada fácil de aceder... Só com muita dificuldade lá chegaremos. No caso, encontra-se aqui: <http://media.rtp.pt/praca/>

No que diz respeito ao *design* Web, constata-se que o mesmo não difere consoante o canal de televisão e segue os padrões, assim como as cores e o tipo de letra, de cada canal televisivo. Assim, a cada pesquisa o *layout* altera-se de acordo com as cores e as imagens do programa pesquisado. Verificou-se também que cada página dedicada a um programa de entretenimento (talk-shows, telenovelas e séries nacionais)

utiliza sempre o *template* genérico da RTP modificando somente o *banner* e o fundo da página.

Em cada uma dessas páginas o conteúdo apresentado não parece alterar-se. Disponibiliza-se a sinopse e algumas informações técnicas sobre o programa e, eventualmente, um atalho de acesso ao RTP Play. Em alguns programas de entretenimento tais como nas séries “Bem-vindos a Beirais” e “Os nossos dias”, e nos programas “A Praça” e “Agora Nós” são disponibilizados diversos conteúdos específicos da web de acordo com o carácter do programa. Desde “receitas”, a “dicas” e a “artigos”, denota-se uma preocupação em contribuir com conteúdos personalizados para o *online*.

Ganha particular destaque a página de acesso ao talk-show “5 para a Meia-noite”, pela frequência com que são partilhadas matérias exclusivas para o *website*. Há, portanto, uma notória preocupação pela expansão dos conteúdos programáticos para o ambiente digital.

Nalguns casos, como no “The Big Picture”, a página serve como complemento à aplicação do programa, com a disponibilização do regulamento e das regras do concurso. Para o programa “RTP Arena” (<http://arena.rtp.pt/>) é disponibilizada uma página de acesso independente ao *website* do canal. A página dedicada ao programa disponibiliza artigos exclusivos, tabelas de resultados de jogos virtuais, vídeos de crítica e acesso à subscrição de uma *newsletter*. Já nas páginas dedicadas aos programas de informação, o *webdesign* utilizado permanece igual ao *template* da RTP (ver ponto 6.3.), sem recursos adicionais.

O mesmo se pode constatar a partir do *website* da RTP2, com um *template* personalizado para os programas “Visita Guiada”, “Povo que ainda canta”, “Cinemax”, “História a História África” e “Zig Zag”, de acordo com o público-alvo do programa. A página Zig Zag evidencia uma notória preocupação em disponibilizar conteúdos para o público infantil, não só pelo *layout* e o design da página, como também pelos conteúdos disponíveis e pelo acesso direto através do menu de títulos da página da RTP. Já o magazine “Consigo” tem à disposição um blogue (<http://magazineconsigo.blogspot.pt/>) desatualizado desde 2015 mas com conteúdos direcionados para a inclusão sociocultural.

3 Arquivo e informação genérica

Na maioria dos programas analisados há um acesso livre e direto ao arquivo, nomeadamente ao RTP Play. No entanto, para a visualização dos conteúdos disponíveis é necessário que o utilizador tenha Adobe Flash e que assista a um anúncio publicitário de vinte segundos (invariável consoante o género e a idade do espetador). Pode-se constatar que em alguns programas mais antigos, e que ainda são transmitidos na RTP 1 e na RTP 2, não há qualquer tipo de arquivo multimédia do programa e é apenas disponibilizada a sua sinopse. É o caso dos programas “O Mundo de Cá”, “Universidade Aberta” e “Cinemax”. A pesquisa pelo programa “A Fé dos Homens” encaminha o utilizador para o arquivo da Antena 1, pelo facto de existir um programa neste canal de rádio com o mesmo nome.

Regra geral, nas páginas de todos os programas analisados, estão disponíveis algumas informações genéricas do programa, tais como a sinopse, a ficha técnica, o formato em que o programa é transmitido, a calendarização do programa e a faixa etária com que é permitida a sua visualização. Note-se que a grande maioria dos programas permite a visualização a todas as faixas etárias.

Ao analisarmos as possibilidades interativas que o *website* nos oferece, verificou-se em todos os casos a hipótese concedida ao utilizador de comentar aquilo que foi partilhado. Para tal, é exigido o início de sessão através de uma das Redes Sociais (Twitter, Facebook, Google+ ou a rede de debates Diskus). Para além disso, o utilizador pode ainda partilhar o conteúdo e entrar para um *ranking* de melhores comentadores. Verificou-se somente nos programas “A Praça” e “Agora Nós”, a possibilidade interativa de se entrar em contacto com a produção do programa através da cedência de um *e-mail* para esse efeito.

Para mais funcionalidades, todos os conteúdos em arquivo têm disponíveis diversas utilidades técnicas para a reprodução do vídeo. Seja através do aumento/diminuição do volume de áudio, ou até da escolha da velocidade de reprodução. Ainda assim, pode-se constatar que em todos os casos analisados, o nível de acessibilidade é bastante baixo, como se pode confirmar na tabela onde é colocada

a pontuação, segundo o portal www.acessibilidade.gov.pt. Em todos os casos verifica-se a ausência de audiodescrição e de recursos de língua gestual.

Há bastantes variáveis numa análise ao site do canal, nomeadamente pela falta de páginas personalizadas e dedicadas a cada programa. Na sua maioria, cada programa faz-se acompanhar por uma página genérica com informações técnicas sobre o programa, contribuindo, assim, para que o conteúdo em análise seja em larga escala variável. Neste contexto se compararmos a página do programa *Agora Nós* à página do *Prós e Contras* notamos que, neste último caso, a pesquisa efetuada remete-nos unicamente para o RTP Play.

Com acesso na página principal do canal, a RTP disponibiliza um arquivo audiovisual que procura constituir-se como um “repositório da memória coletiva nacional”²². Deste arquivo fazem parte documentários, conteúdos de informação e de entretenimento que estão em permanente atualização até aos dias de hoje. Tal como é referido na página: “O arquivo audiovisual da RTP constitui-se como um verdadeiro repositório da memória coletiva nacional, com um património cujas origens remontam ao início das emissões regulares da Rádio e da Televisão, respetivamente em 1936 e 1957. O seu acervo congrega diferentes suportes e formatos e uma grande diversidade de conteúdos, da ficção ao documentário, da informação ao entretenimento, do institucional ao desporto. A sua permanente salvaguarda, valorização e acesso público têm sido objetivos estratégicos da RTP, no cumprimento da sua missão de serviço público de rádio e televisão”. Esta plataforma está disponível para qualquer pessoa aceder, contudo o pedido de cópia de algum conteúdo está sujeito a um registo mediante um pagamento anual de licenciamento de imagens e de sons. Esta ferramenta, catalogada consoante a década e o género do programa, tem como principal incidência os programas de teor informativo.

4 Pesquisas/arquitetura da informação

²² Informação disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/sobre-o-arquivo/> [Consultado a 23-05-2017].

Numa primeira abordagem às páginas dos programas analisados, constata-se que há uma desorganização na arquitetura da informação, assim como dos próprios conteúdos apresentados. Tal questão pode dever-se ao facto do site da RTP abarcar todos os conteúdos do grupo RTP, inclusivamente os canais de rádio.

A pesquisa de conteúdos, sensível a erros ortográficos, apresenta-se de acordo com o fator de relevância atribuído pelo canal. Não há filtros de pesquisa para a diferenciação do canal televisivo ou radiofónico, ou qualquer ordem cronológica nos resultados. Cada resultado é apresentado em confluência com todos os conteúdos associados à RTP independentemente de serem relativos à Rádio ou da RTP 2. Denota-se, aqui, uma desordem na confluência de resultados que, ora por vezes nos direciona para uma página de informações sobre o programa pesquisado, ora nos remete para o RTP Play, sem qualquer aviso ou sinalização. Ainda que a pesquisa de conteúdos possa parecer intuitiva, por vezes o utilizador é redirecionado para a *homepage* em vez de apresentar os resultados da pesquisa.

A acompanhar o campo das pesquisas é disponibilizado um menu de opções para uma triagem daquilo que é procurado, seja “todos”, “programação”, “notícias”, “RTP play” e “arquivo”. Todos os resultados são organizados por ordem cronológica (do mais recente para o mais antigo) e é possível pesquisar por palavra-chave (Ex: Câmara Municipal) aparecendo todas as ocorrências relacionadas com a temática. Sempre que entender, o utilizador pode regressar à *homepage* do site através do *footer* que permanece sempre inalterado. A pesquisa no site limita os resultados consoante a data da sua publicação inibindo, assim, a visualização de conteúdos publicados há mais tempo. Verificou-se ainda que os resultados de pesquisa não contêm data de publicação.

5 Acesso/Usabilidade

Do ponto de vista da acessibilidade, sendo a RTP um canal público, a sua avaliação é fraca. Com uma pontuação de 5.4 (18/8/2018) numa escala de 1 a 10, em web 2.0 de acordo com o site www.acessibilidade.gov.pt validador de acesso da

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pelo que a página da RTP.pt não passa a bateria de testes do AccessMonitor de nível "A", como se pode ver aqui:<http://www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor/?cD04NTgyNTg,&wcag20>

a. Principais erros a nível de acessibilidade:

O mesmo site enumerou seis erros de acessibilidade que contribuíram para uma classificação de nível A (classificação mínima atribuída de acordo com os critérios de prioridade A, AA e AAA), são eles:

- i) “Marcação de cabeçalhos”: Falta de diferenciação entre as secções de cabeçalho e de texto;
- ii) “Marcação de hiperligações, menus e texto dos links”: Falta de contextualização/propósito ao inserir uma hiperligação;
- iii) “Hiperligações para contornar blocos de informação”: Barreira de acesso à acessibilidade, inviabilizada pela ausência de mecanismos que permitam aceder diretamente ao conteúdo principal da página;
- iv) “Marcação de formulários sem botão de envio, sem etiquetas associadas e sem o atributo title”: Enumerado pelo “Observatório Português da Acessibilidade Web” como um dos erros mais comuns de prioridade A²³. Traduz-se pela ausência de botões de envio nos formulários de interação e sem o elemento ‘title’ devidamente inserido;
- v) “25 erros de validação na linguagem de marcação (HTML + CSS)”: Erros de programação na estrutura do *website* (HTML 5 e CSS);
- vi) A página reinicia automaticamente sem aviso prévio, limita o tempo que o utilizador pode necessitar para ler a página;

(Para uma análise mais detalhada dos principais programas de conteúdo DIV veja-se a tabela Excel anexa – ANEXO 1).

²³ Disponível em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/observatorio/sitios/116> [Acedido no dia 30/05/2017]

6 Boas práticas

Na sua generalidade, abordando agora alguns aspetos da sua usabilidade, o site é intuitivo e prático. A *homepage* não é dispersa, está dividida por segmentos consoante a relevância editorial e a periodicidade de cada programa. Os conteúdos encontram-se sintetizados de forma sumária e direta, e todos os botões apresentam uma mensagem informativa de cada vez que o rato passa por cima.

A RTP encontra-se presente nas redes sociais mais relevantes, seja em nome do próprio canal ou numa conta exclusiva a um determinado programa. Seja com o Facebook ou com o Instagram há uma preocupação em adaptar os seus conteúdos e explorá-los de acordo com o carácter da rede social. A partir do Twitter é diariamente publicado um vídeo ou uma fotografia promocional dos programas transmitidos durante esse dia.

Verifica-se que a plataforma se encontra direcionada para a RTP enquanto instituição e não tanto para o canal de comunicação. Não obstante, este fator não invalida que o site consiga abranger uma notória variedade de formas e de conteúdos seguindo sempre a mesma linha narrativa.

a. RTP – Museu Virtual

O museu virtual da RTP foi criado no âmbito das comemorações dos 50 anos do canal. Possibilitou-se, assim, que o espólio de conteúdos multimédia que marcaram a história portuguesa fosse preservado num arquivo digital virtualmente disponível. Esta plataforma disponibiliza uma visita virtual ao museu da RTP, conteúdos dedicados à comemoração dos 50 anos, jogos didáticos dedicados ao jornalismo e uma base de dados com ficheiros pedagógicos. De fácil navegação e avaliado em 3.7 na escala de acessibilidade criada pela FCT, a plataforma do museu virtual é de fácil utilização e permite ao utilizador interagir com a sua opinião acerca dos objetos expostos.

b. Zig Zag

O Zig Zag surge também como uma plataforma distinta do padrão da RTP e em destaque no menu de categorias do site. É dirigido ao público juvenil, evidenciando um cuidado especial na apresentação, na linguagem e na acessibilidade, como se pode verificar pela escassez de conteúdos escritos em substituição por figuras representativas que suportam o vocabulário. A página disponibiliza jogos, músicas, vídeos e atividades pedagógicas que motivam a participação do utilizador. Foi avaliada pelo validador de conteúdos web em 6.5.

i. RTP ZIG ZAG Play – Aplicação

A aplicação ZIG ZAG Play, também direcionada para o público infantil, desenvolve-se em redor do universo da programação ZIG ZAG. É, essencialmente, uma aplicação que, tal como o RTP Play, permite visualizar os programas infantis a partir de um dispositivo móvel. A escolha do *layout* segue os mesmos padrões e cores da página dedicada ao ZIG ZAG e só difere nos conteúdos disponíveis: Rádio ZIG ZAG e vídeos. Ao nível da interatividade é permitido que os utilizadores façam *download* de episódios de programas infantis e de *podcasts*.

c. Informação

Num segmento unicamente dedicado a notícias – a RTP Notícias, surge de cada vez que selecionamos um conteúdo informativo no site. Todas as notícias apresentadas exploram as potencialidades do digital, seja através do recurso a hiperligações contextualizadas no texto, ou através de vídeos, fotografias e da opção interativa de comentar a notícia.

Disponibiliza-se ainda o acesso a duas *newsletters* de informação: 1) “O Essencial” e 2) “O Essencial da Manhã”. No âmbito dos parâmetros da diversidade em análise, cada notícia faz-se acompanhar por um botão de áudio que permite ao leitor ouvir a notícia na íntegra e, ainda, fazer *download* desse mesmo áudio. Está também disponível a opção de aumentarmos ou diminuirmos o tamanho da fonte de cada texto. Há,

portanto, uma evidente preocupação em explorar as potencialidades do digital de forma a se adequarem às necessidades de cada leitor. Aquando da existência de acontecimentos determinantes no panorama noticioso, a RTP coloca em destaque um cabeçalho informativo com hiperligação direta para a notícia destacada. Neste sentido, na última semana de Junho (2017), devido à ocorrência de incêndios em Portugal, o site da RTP destacou a vermelho um acesso imediato a uma página informativa acerca dos incêndios.

i. RTP Notícias – Aplicação

Em conformidade com o *layout* do *website* da RTP, seguindo as mesmas tonalidades e com os mesmos destaques informativos disponibilizados por ordem cronológica. De fácil usabilidade, organizado consoante as categorias: notícias, desporto, direto, vídeo e áudio. Permite ao utilizador definir as notificações que deseja receber, sejam elas sobre desporto ou os destaques do editor, guardar notícias, subscrever *newsletters* da RTP e partilhar histórias pelas principais redes sociais. Podendo ainda acompanhar em direto o canal televisivo RTP 3 e a estação radiofónica Antena 1. Na categoria áudio são disponibilizadas notícias no formato áudio, acompanhadas por uma notícia escrita. A única possibilidade interativa desta categoria é a integração da funcionalidade de retroceder o áudio em 30 segundos e de retirar o som à notícia.

d. RTP Play

A plataforma RTP Play possibilita a visualização dos conteúdos da RTP em direto ou rever um programa que já tenha sido emitido. Um arquivo digital que reúne rádio e televisão em mais de vinte canais disponíveis distribuídos cronologicamente. Do RTP Play faz ainda parte uma aplicação móvel com o mesmo nome e com as mesmas funcionalidades do formato *online*. Ao nível da acessibilidade, o RTP Play disponibiliza somente reguladores auditivos. Importa salientar que os conteúdos da RTP são moldados ao universo do digital na medida em que são exploradas as potencialidades

que daqui podem advir. Desde conteúdos exclusivos, antestreias disponibilizadas, opções de partilha e de interação. A convergência para o RTP Play prolonga o prazo de validade estabelecido pela televisão, ultrapassando as limitações impostas pelos horários da programação/difusão e concedendo, portanto, ao espetador uma total liberdade de visualização.

7 Síntese conclusiva

Pela crescente necessidade de adaptação dos conteúdos programáticos ao ambiente digital, acresce a necessidade de explorar todas as ferramentas que podem conceder ao mundo virtual uma linguagem universal, de fácil acesso e utilidade. Pela análise efetuada ao *website* da RTP concluiu-se que há uma evidente preocupação na disponibilização de conteúdos de diferentes matérias: seja informação, entretenimento, história ou institucional.

A variedade de conteúdos publicados é disposta numa arquitetura de fácil navegação que permite a diferenciação entre cada segmento do canal. Ainda assim, numa primeira visualização não aparenta ser linear, pois integra elementos de programação do canal juntamente com informação noticiosa. É uma aparente mistura de conteúdos heterogéneos.

É evidente também a reduzida utilização do potencial da interatividade, nomeadamente na área da informação, entre os editores e/ou produtores de informação, ou os jornalistas, que elaboram e editam o material noticioso que vai surgindo *online*, e os leitores, ou utilizadores do *website* da RTP.

Destaca-se a preocupação em preservar os conteúdos históricos e de arquivo da RTP. Na página inicial do canal surgem destacados os menus “RTP Arquivos”, “RTP Museu Virtual” e “História”. São três elementos que evidenciam a liberdade de acesso ao arquivo, e que de alguma maneira procuram conservar a história da comunicação audiovisual do serviço público ao mesmo tempo que a transpõem para a atualidade.

Por último, verificou-se a falta de desenvolvimento de ferramentas e dispositivos tecnológicos com maior amplitude de adaptação às especificidades de cada espetador.

É neste sentido que se salientam os poucos recursos auditivos e de legendagem (nomeadamente no RTP Play). Para além disso, para um utilizador comum o *website* apresenta bastantes restrições ao nível de acessibilidade, em destaque:

- Campo de pesquisa de resultados: falta de filtros de pesquisa e de uma arquitetura na apresentação de resultados;
- Programação televisiva: A programação do canal RTP 1 só se encontra a meio da página inicial. A pesquisa da programação dos outros canais televisivos é de difícil acesso;
- Acesso às páginas da RTP2 e RTP 3: na página inicial da RTP está disponível um menu de títulos para todos os canais de televisão e de rádio pertencentes à RTP. No entanto, cada um destes atalhos encaminha o utilizador para o RTP Play desse mesmo canal. O acesso às páginas diretas de cada canal não é claro.

Ainda que a RTP disponibilize bastantes conteúdos a nível digital (aplicações móveis, RTP Play, elementos interativos e adequados a diferentes faixas etárias), a navegação no *website* não é, ainda, intuitiva. Pelo que a multiplicidade de matérias não substitui a necessidade básica de existirem elementos que potencializem a usabilidade do site.

8 Conteúdos Online da RTP1 entre 31/10 e 18/12 de 2016

Esta análise dos conteúdos *online* da RTP1 pretende explorar de que forma é que a diversidade cultural é também colocada em evidência no site da RTP (www.rtp.pt), no Facebook do canal e nas páginas alusivas aos programas em análise (desde que a produção dos programas seja da responsabilidade da RTP). Para este efeito foram analisadas todas as publicações feitas durante os dias de análise de três séries temporais e, posteriormente, foram considerados os elementos DIV pertencentes a cada publicação.

a. 2ª Feira (31 de outubro)

— A Praça (Facebook): Publicação em vídeo a promover o tema discutido durante a emissão do programa: envelhecimento ativo. É incentivada a interação com os utilizadores da rede social levantando a questão: “Tem dúvidas sobre a saúde?” – Categoria: Experiências de envelhecimento;

— Agora Nós (Facebook): Publicação de fotografias ilustrativas de uma jovem vítima de atropelamento que lhe paralisou as pernas. Com o seu testemunho procurou expor as dificuldades que as pessoas com necessidades especiais enfrentam na inclusão sociocultural - Categoria: Pessoas com necessidades especiais;

— Prós e Contras: Recurso à aplicação PaxVoice como forma de interação com os espectadores. A aplicação, disponível para qualquer pessoa através de um registo, permite que o debate seja alargado às plataformas digitais. No decorrer do programa a apresentadora, Fátima Campos Ferreira, recorre às sondagens da aplicação para que através de dados estatísticos possa perceber qual é a opinião pública – Categoria: Pluralidade de expressões e vozes;

b. 3ª Feira (8 de novembro)

— A Praça (Facebook): Publicação de fotografias alusivas à cultura do linho no âmbito da divulgação do livro “Linho de Cerva e Limões. Tecendo o futuro” de Sandra Teixeira. A presença da autora no programa procurou divulgar o artesanato da região de Cerva e Limões, em terras de Basto - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

c. 4ª Feira (16 de novembro)

— A Praça (Facebook): Publicação em fotografia a promover as celebrações do Dia Nacional do Mar na Póvoa do Varzim. O apresentador Jorge Gabriel assinalou esta data comemorativa a bordo da embarcação de S. Lázaro procurando promover as histórias alusivas à data - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

— A Praça (Website): Página no site da RTP alusiva ao programa. Promoveu-se a presença do apresentador Jorge Gabriel nas comemorações do Dia Nacional do Mar. Nesta publicação foi incorporado um excerto de uma reportagem do apresentador na Póvoa do Varzim destacando as histórias de quem vive do mar

(<http://media.rtp.pt/praca/videos/dia-nacional-do-mar-jorge-gabriel-segui-viagem-barco/>) -

Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

d. 5ª Feira (24 de novembro)

— Agora Nós (Facebook): Publicação a promover a participação de Luíz Thadeu no programa. Nesta publicação, com recurso a uma fotografia, testemunha-se a limitação física de Luíz que após um acidente de aviação passou a depender do uso diário de muletas. Com o seu testemunho, Luíz pretende comprovar que é possível viajar com as limitações que tem - Categoria: Pessoas com necessidades especiais;

e. 6ª Feira (2 de dezembro)

— Agora Nós (Facebook): Publicação de fotografias da ativista Mafalda Ribeiro com a descrição: “Sorrir sobre Rodas”. A presença de Mafalda Ribeiro no programa procurou promover a criação de uma agenda alusiva a pessoas com necessidades especiais - Categoria: Pessoas com necessidades especiais;

— Agora Nós (Website): Página no site da RTP alusiva ao programa. No âmbito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência é publicado na página do programa um vídeo retirado da emissão desse dia com o título: “A cadeira é uma extensão de mim, mas não me define” e com uma breve descrição sobre a presença da ativista Mafalda Ribeiro, portadora de uma deficiência congénita, cujo projeto “Todos Diferentes, Corações Iguais” procura alertar à consciência das pessoas com necessidades especiais (<http://media.rtp.pt/agoranos/videos/cadeira-extensao-mim-nao-me-define>) - Categoria: Pessoas com necessidades especiais.

Observação: no decorrer dos dias 10 e 18 de dezembro não foi feita nenhuma publicação nem no *Website* nem no Facebook a promover conteúdos DIV. A RTP tem ainda uma conta de Facebook oficial do canal mas cujos conteúdos publicados, maioritariamente de teor desportivo, servem de antevisão à programação.

Dias da Semana	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação
2ª Feira (31/10)	2	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3); - Pluralidade de expressões e vozes (DIV 1);

3ª Feira (08/11)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4);
4ª Feira (16/11)	2	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4);
5ª Feira (24/11)	1	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3);
6ª Feira (02/12)	2	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3);
Sábado (10/12)	0	
Domingo (18/12)	0	
Total	8	-----

9 Conteúdos Online da RTP1 entre 05/06 e 23/07 de 2017

a. 2ª Feira (5 de junho)

— A Praça (Facebook): Divulgação do Festival do Pão de Portugal com recurso a uma fotografia e legenda ilustrativa. Incentivo à interação com os utilizadores da rede social através do levantamento de questões sobre preferências de pão português - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local; Publicação sobre a participação da avó Laura na rubrica “Avós d’A Praça”, esta publicação recorreu ao uso de uma fotografia como forma de incentivar os espetadores a visualizarem a segunda parte do programa - Categoria: Idosos/ experiências de envelhecimento;

— Agora Nós (Facebook): Divulgação da rubrica “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”: Promoção da Zambujeira do Mar com recurso a uma fotografia alusiva à aldeia e incentivo à participação dos utilizadores da rede social (“Já conheciam esta bela localidade?”) - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

— Agora Nós (Website): Divulgação de um excerto de vídeo da fadista Carolina no programa (<http://media.rtp.pt/agoranos/videos/carolina-falar-amor>) - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

— Prós e Contras: Recurso à aplicação PaxVoice como forma de interação com os espetadores. A aplicação, disponível para qualquer pessoa através de um registo, permite que o debate seja alargado às plataformas digitais. No decorrer do programa a

apresentadora, Fátima Campos Ferreira, recorre às sondagens da aplicação para que através de dados estatísticos possa perceber qual é a opinião pública – Categoria: Pluralidade de expressões e vozes;

b. 3ª Feira (13 de junho)

— A Praça (Facebook): Publicação sobre um atleta com 77 anos de idade concorrente na corrida de S. João no Porto - Categoria: Idosos/ experiências de envelhecimento;

c. 5ª Feira (13 de junho)

— Agora Nós (Facebook): Publicação com recurso a fotografia alusiva à presença de Mafalda Lira no programa (“Mafalda Lira é uma mulher cheia de garra que, sendo doente oncológica, com 70% de incapacidade, veio ao “Agora Nós” contar a sua história de superação de dois linfomas. Criou uma petição pública em defesa das pessoas com incapacidade, mas que querem continuar ativas. Saiba como a assinar, aqui.”) - Categoria: Pessoas com necessidades especiais; Promoção da aldeia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira, como uma das aldeias participantes no concurso “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias” - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

d. 6ª Feira (7 de julho)

— A Praça (Facebook): Duas publicações em vídeo de promoção à participação do grupo coral de jovens de Vancouver, no Canadá. Os dois vídeos são uma demonstração do grupo a cantar - Categoria: A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo.

— Agora Nós (Facebook): Publicação sobre a presença de Tomás, um bebé com trissomia 21, no programa. Recurso a uma fotografia e legenda que traduz o incentivo da mãe, Andreia Paes de Vasconcelos, em contribuir para a qualidade de vida do filho - Categoria: Pessoas com necessidades especiais; Género e discriminação.

Observação: No decorrer dos dias 15 e 23 de Julho não foi feita nenhuma publicação nem no *Website* nem no Facebook a promover conteúdos DIV. A RTP tem ainda uma

conta de Facebook oficial do canal mas cujos conteúdos publicados, maioritariamente de teor desportivo, servem de antevisão à programação.

Dias da Semana	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação
2ª Feira (5/6)	5	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4); - Idosos e experiências de envelhecimento (DIV 3); - Pluralidade de expressões e vozes (DIV 1);
3ª Feira (13/6)	1	- Idosos e experiências de envelhecimento (DIV 3);
4ª Feira (21/6)	0	
5ª Feira (29/6)	2	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3); - Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4);
6ª Feira (7/7)	3	- A diversidade cultural, étnica e linguística; O conteúdo intercultural, multiculturalismo (DIV 1) - Género e discriminação (DIV 2); - Pessoas com necessidades especiais (DIV 3);
Sábado (15/7)	0	
Domingo (23/7)	0	
Total	11	-----

10 Conteúdos Online da RTP1 entre 04/09 e 22/10 de 2017

a. 2ª Feira (4 de setembro)

— Agora Nós (Facebook): Publicado um vídeo de um excerto do programa com o grupo “Os Vocalistas” a cantarem cante alentejano. Legenda: “Diversão e música alentejana, com Os Vocalistas - A Capella!” - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

b. 3ª Feira (12 de setembro)

— Agora Nós (Facebook): Publicação de uma fotografia alusiva à participação no programa de dois participantes do “The Voice Portugal”: “Do The Voice Portugal vieram dois amigos de 74 e 76 anos que se aventuraram a participar no programa: António Correia e Alfredo Carvalho!” - Categoria: Idosos e experiências de envelhecimento;

c. 4ª feira (20 de setembro)

— A Praça (Facebook): Vídeo em direto com a banda “Os Vocalistas” a cantarem cante alentejano - Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

d. 6ª feira (6 de outubro)

— Agora Nós (Facebook): Vídeo da fadista Carolina Rodrigues a cantar fado – Categoria: Proteção do património e da cultura nacional/local;

e. Sábado (14 de Outubro)

— Agora Nós (Facebook): Publicação sobre uma estudante de medicina de 23 anos que sofria de obesidade e que se viu obrigada a mudar o seu estilo de vida – Categoria: As questões da juventude;

— Agora Nós (Website): Publicação de um artigo sobre a obesidade infantil no âmbito da participação no programa da estudante de medicina de 23 anos – (<http://media.rtp.pt/agoranos/medico-de-familia/portugal-quinto-pais-europeu-criancas-sofrer-obesidade>): “Portugal é o quinto país europeu com mais crianças a sofrer de obesidade” – Categoria: As questões da juventude;

Observação: Nos dias de análise segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e domingo não foi publicado nenhum conteúdo DIV no *website* da RTP, nomeadamente nas páginas dos programas transmitidos nesse mesmo dia. Nas publicações de domingo não foi evidenciado nenhum conteúdo DIV. Em todas as publicações evidenciou-se o uso de fotografias alusivas a cada publicação, bem como o recurso a hiperligações para contextualizar cada publicação.

Dias da Semana	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação

2ª Feira (4/9)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local
3ª Feira (12/9)	1	- Idosos e experiências de envelhecimento (DIV 3)
4ª Feira (20/9)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local
5ª Feira (27/9)	0	
6ª Feira (6/10)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local
Sábado (14/10)	2	- Questões da Juventude (DIV 2)
Domingo (22/10)	0	
Total	6	-----

11 Total de publicações DIV da RTP1

Categorias DIV/ Série temporal	Série temporal 2 (31-10 a 18-12 de 2016)	Série temporal 3 (5-6 a 23-7 de 2017)	Série temporal 4 (4-9 a 22-10 de 2017)	Total
DIV 1	1	2	0	3
DIV 2	0	1	1	2
DIV 3	4	4	1	9
DIV 4	3	4	4	11
DIV 5	0	0	0	0
Total	8	11	6	26

12 Considerações finais

Finda a análise aos conteúdos publicados pela RTP1 durante as três séries temporais, podemos concluir que o valor de conteúdos DIV é consideravelmente baixo. Contabilizaram-se no total 26 publicações DIV entre as quais se encontram quatro publicações no *website* da RTP (foram todas contabilizadas nas páginas exclusivas aos programas “A Praça” e “Agora Nós”), duas publicações consideradas pelo recurso à plataforma PaxVoice (disponível para o programa “Prós e Contras”) e, as restantes vinte, exclusivas do Facebook ora da RTP1, ora d’ “A Praça” e do “Agora Nós”. Constata-se, portanto, que há uma clara potencialização desta rede social.

Destas vinte e seis publicações categorizadas como DIV percebemos que se dividiram, maioritariamente, entre as seguintes categorias: DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”; DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação”; DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento”; e DIV 4 – “Proteção do património e da cultura nacional/local”. Durante as séries temporais em análise não foi publicado nenhum conteúdo referente à categoria DIV 5 – “Diversidade de géneros de programação televisiva”.

A terceira série temporal foi a que obteve o maior número de publicações DIV, com um total de onze publicações. Neste valor estão englobadas duas publicações DIV 1, uma publicação DIV 2, quatro publicações DIV 3 e quatro publicações DIV 4. Para além disso, foi também a série temporal que mais categorias englobou. A segunda série temporal de análise obteve um total de oito publicações cuja incidência remete maioritariamente para a categoria DIV 3, com um total de quatro publicações, três publicações para a DIV 4 e uma publicação para a DIV 1. Por último, na quarta e última série de análise contabilizaram-se sete publicações. Neste grupo de sete estão reunidas quatro sobre a DIV 4, uma sobre a DIV 2 e uma sobre a DIV 3.

Conclui-se, portanto, que a categoria que obteve maior predominância no *online* foi a DIV 4 - “Proteção do património e da cultura nacional/ local”, com um total de onze publicações e cuja abordagem foi efetuada maioritariamente através de fotografias e duas vezes com recurso a vídeos publicados. Imediatamente abaixo, a categoria DIV 3 ficou registada como a segunda mais presente com nove publicações deste teor. Já a categoria DIV 1 registou três publicações e, por último, a categoria DIV 2 registou duas publicações.

13 Conteúdos Online da RTP2 entre 31/10 e 18/12 de 2016

a. 3ª Feira (8 de novembro)

— Visita Guiada (Facebook) – Chamada de atenção para a possibilidade de assistir ao programa que nos leva ao Museu Nacional Rodoviário em RTP Play. Conteúdo DIV: proteção da cultura e do património nacional/local.

b. 4ª Feira (16 de novembro)

— Sociedade Civil (Facebook): Chamada de atenção para o tema discutido no programa do presente dia: inclusão social. É anunciada a pergunta-chave que guia a discussão: “o que é inclusão social e como se faz?”. A publicação termina dizendo que a “diferença não é defeito”, pelo que a “inclusão social é fundamental”. Conteúdo DIV: inclusão/exclusão sociocultural.

c. 6ª Feira (2 de dezembro)

— Visita Guiada (Facebook): Sinopse em texto e em vídeo do programa que nos transporta para o Museu Nacional de Arte Antiga, com factos interessantes e referência à repetição do programa com tradução para Língua Gestual Portuguesa: “A ‘Adoração dos Magos’, a pintura de Domingos Sequeira, protagonizou um momento alto da vida cívica em Portugal. Entre 2015 e 2016, milhares de pessoas mobilizaram-se para reunir o dinheiro necessário para que o Museu Nacional de Arte Antiga pudesse adquirir esta obra. Domingos Sequeira merecia este gesto. É um dos maiores pintores da História da Arte Portuguesa. Um homem que nasceu 12 anos depois do Terramoto de 1755, que viveu as Invasões Francesas e a Guerra Civil em Portugal. Foi pobre, foi preso e morreu no exílio. Mas pintou para reis e foi convidado para ensinar pintura numa grande academia de Roma. A historiadora de arte Alexandra Gomes Markl é a nossa guia pela vida e obra de Domingos Sequeira. RTP2, 2ª feira, 5 dezembro, pelas 20h 58m; 3ª feira, 13 dezembro, pelas 13h (repetição, com língua gestual)”. Conteúdo DIV: proteção do património e da cultura nacional/local.

Observação: No decorrer dos dias 31 de outubro (2ª feira), 24 de novembro (5ª feira), 10 de dezembro (sábado) e 18 de dezembro (domingo) não foi feita nenhuma publicação, nem em *Website* s nem no Facebook, a promover conteúdos DIV.

Dias da Série Temporal	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação
2ª Feira (31/10)	0	
3ª Feira (8/11)	1	– Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
4ª Feira (16/11)	1	– Exclusão/inclusão sociocultural (DIV 2)
5ª Feira (24/11)	0	
6ª Feira (2/12)	1	– Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
Sábado (10/12)	0	
Domingo (18/12)	0	
Total	3	-----

14 Conteúdos Online da RTP2 entre 05/06 e 23/07 de 2017

a. 2ª Feira (5 de junho)

— RTP2 (Facebook): Antevisão do programa Visita Guiada, com referência em texto e vídeo a um monumento nacional: “Mandado erguer por D. Dinis há 700 anos, o Palácio da Vila foi acrescentado por sucessivos reis. A Sala dos Brasões é a peça mais impressionante e a imagem perfeita da centralização do poder do rei que D. Manuel fixa inequivocamente. 'Visita Guiada' - esta segunda-feira às 23:10, na sua RTP2”.
Conteúdo DIV: proteção do património e da cultura nacional/local.

b. 3ª Feira (13 de junho)

— Visita Guiada (Facebook): Chamada de atenção para a possibilidade de assistir ao programa sobre o Museu Nacional da Música em RTP Play. Conteúdo DIV: proteção da cultura e do património nacional/local.

c. 4ª Feira (21 de junho)

- Zig Zag (Facebook): A sugestão do DJ Gabi para este dia é um fado de Mariza: “É ou Não É”. Conteúdo DIV: proteção da cultura e do património nacional/local.

Observação: No decorrer dos dias 29 de junho (5ª feira), 7 de julho (6ª feira), 15 de julho (sábado) e 23 de julho (domingo) não foi feita nenhuma publicação, nem em *Website* s nem no Facebook, a promover conteúdos DIV.

Dias da Série Temporal	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação
2ª Feira (5/6)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
3ª Feira (13/6)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
4ª Feira (21/6)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
5ª Feira (29/6)	0	
6ª Feira (7/7)	0	
Sábado (15/7)	0	
Domingo (23/7)	0	
Total	3	-----

15 Conteúdos Online da RTP2 entre 04/09 e 22/10 de 2017

a. 2ª Feira (4 de setembro)

- RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para o facto de o espaço “Folha de Sala”, do dia 4 de setembro, se encontrar em RTP Play (embora não seja referido na programação do dia em análise). Frase: “Conheça a agenda cultural dos próximos dias, com a jornalista Manuela Silva Reis”. A imagem funciona como um link que remete diretamente para a gravação do episódio na RTP Play. É importante porque

dá a conhecer eventos culturais de diversas áreas, a acontecer em vários pontos do país. Conteúdo DIV: Proteção do património e da cultura nacional/local.

b. 3ª Feira (12 de setembro)

— RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para o facto de o próximo espaço “Folha de Sala” ser transmitido no dia 18 de setembro, encontrando-se posteriormente em RTP Play (embora não seja referido na programação). Frase: “Conheça as sugestões culturais para os próximos dias, com a jornalista Manuela Silva Reis”. A imagem funciona como um link que remete diretamente para a RTP Play. É importante porque dá a conhecer eventos culturais de diversas áreas, a acontecer em vários pontos do país. Conteúdo DIV: Proteção do património e da cultura nacional/local.

c. 4ª Feira (20 de setembro)

— RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para a estreia de um programa no canal (“Consigo”). Frase: “Não perca o regresso do magazine que nos desafia a olhar de frente para a diferença, que acrescenta novas palavras ao conceito de ‘deficiência’, que partilha histórias de pessoas raras pela determinação e coragem. ‘Consigo’ – este Sábado às 13:00, na sua RTP2”. A publicação é acompanhada por um vídeo que constitui uma apresentação do programa. É importante porque atribui ênfase a pessoas e questões habitualmente ignoradas em televisão, mas às quais é necessário dar relevância e voz. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais.

d. 6ª Feira (6 de outubro)

— RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para o facto de o espaço “Folha de Sala” transmitido neste dia se encontrar em RTP Play (embora não seja referido na programação). Frase: “Conheça algumas sugestões culturais para os próximos dias, com a jornalista Manuela Silva Reis”. A imagem funciona como um *link* que remete diretamente para a RTP Play. É importante porque dá a conhecer eventos culturais

de diversas áreas, a acontecer em vários pontos do país. Conteúdo DIV: proteção do património e da cultura nacional/local.

- Sociedade Civil (Facebook): Chamada de atenção para o tema do episódio a ser transmitido neste dia, o qual se insere nos conteúdos considerados DIV, uma vez que promove a História de Portugal através do debate sobre o seu ensino e da presença física do Castelo de Guimarães. Frase: “Mais do que histórico, simbólico - do que somos, das lutas que travámos e do que conquistámos. Amanhã é dia dos castelos. Hoje, viemos ao berço celebrá-los. Sociedade Civil, de Guimarães, já daqui a pouco.” A imagem mostra o Castelo de Guimarães, palco desta transmissão televisiva. Conteúdo DIV: Proteção do património e da cultura nacional/local.

e. Sábado (14 de outubro)

- RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para a transmissão do programa “Consigo”. Consideramos esta publicação DIV devido ao carácter inclusivo do programa, pelo que as histórias que nele são contadas se inserem em várias das categorias que definimos. Frase: “‘Consigo’ é um magazine informativo sobre (d)eficiência e inclusão. Não perca, este Sábado às 12:45, na sua RTP2”. A publicação é acompanhada de um curto vídeo que apresenta o programa. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais + inclusão/exclusão sociocultural.
- RTP2 (Facebook): Chamada de atenção para a transmissão do bailado “Pedro e Inês”. Consideramos esta publicação DIV uma vez que é muito raro encontrar este género artístico representado na grelha de programação, sendo também pouco frequente, por consequência, a sua divulgação na página do canal. Frase: “A mais bela e trágica história de amor portuguesa revisitada num extraordinário bailado da coreógrafa e bailarina Olga Roriz, interpretado pela Companhia Nacional de Bailado. Pedro e Inês - este Sábado às 22:05, na sua RTP2”. A publicação é acompanhada por uma imagem que contém um *link* para a secção do site da RTP designada por “RTP Extra”. Aqui encontramos informação mais detalhada sobre o bailado. Conteúdo DIV: Diversidade de géneros de programação televisiva.

f. Domingo (22 de outubro)

- Consigo (Facebook): O programa “Consigo” conta histórias de pessoas que superaram dificuldades e deficiências de vários tipos. As publicações *online* do programa também procuram divulgar iniciativas e exemplos de várias entidades e personalidades, ligadas à inclusão social. Frase: “A V Semana da Visão, vai decorrer de 23 a 27 de outubro, e tem como objetivos sensibilizar a comunidade para a deficiência visual, através da realização de várias atividades, como rastreios visuais junto das IPSS, ações de sensibilização sobre a deficiência visual junto da comunidade escolar, oficina de Braille aberta à comunidade, atividades desportivas (torneio de Goalball) e atividades sociais/culturais”. A imagem funciona como link para a notícia que se encontra na página da Câmara Municipal de Torres Vedras sobre a V Semana da Visão. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais.
- Consigo (Facebook): O programa “Consigo” conta histórias de pessoas que superaram dificuldades e deficiências de vários tipos. As publicações *online* do programa também procuram divulgar iniciativas e exemplos de várias entidades e personalidades, ligadas à inclusão social. Frase: “O designer norte-americano Tommy Hilfiger vai lançar uma linha de roupa para adultos com deficiência. Depois da coleção infantil lançada há um ano, é a vez de chegar aos adultos, até porque a primeira teve grande sucesso, diz a Bloomberg”. A imagem funciona como *link* para a notícia do Público que dá conta da iniciativa. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais.
- Consigo (Facebook): O programa “Consigo” conta histórias de pessoas que superaram dificuldades e deficiências de vários tipos. As publicações *online* do programa também procuram divulgar iniciativas e exemplos de várias entidades e personalidades, ligadas à inclusão social. Frase: “Foi entregue à comunidade na passada segunda-feira, dia 16 de outubro, mais um projeto vencedor da edição 2015 do OP-Águeda: o Gabinete de Apoio à Pessoa com Deficiência. Este projeto resulta da primeira edição do Orçamento Participativo de Águeda, e é o 16.º projeto dessa edição a ser entregue à comunidade. A proposta apresentada consistia na criação de um gabinete que efetuasse um apoio mais dedicado às pessoas que apresentam algum grau de incapacidade física ou mental ajudando-os a resolver os problemas do dia-a-dia junto do município”. A imagem funciona como *link* para o *site* onde se

encontra a notícia: Cidades.com.pt. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais.

- Consigo (Facebook): O programa “Consigo” conta histórias de pessoas que superaram dificuldades e deficiências de vários tipos. As publicações *online* do programa também procuram divulgar iniciativas e exemplos de várias entidades e personalidades, ligadas à inclusão social. Frase: “Uma paragem cardiorrespiratória quando tinha apenas um mês de vida causou danos irreversíveis a Guilherme Custódio, que passou a viver com uma surdez bilateral. A vida nem sempre tem sido fácil para este jovem, com raízes familiares na Benedita, que descobriu no rugby a forma de conseguir o ensaio mais que perfeito para driblar as contrariedades”. A imagem funciona como *link* para o site onde o atleta é apresentado: RegiãodeCister.pt. Conteúdo DIV: Pessoas com necessidades especiais.

Observação: no decorrer do dia 28 de setembro (5ª feira) não foi feita nenhuma publicação, nem em *Website* s nem no Facebook, a promover conteúdos DIV. Por outro lado, no sábado (14 de outubro), foram descritas 11 publicações que contêm conteúdos DIV. No entanto, uma das publicações foi contabilizada na tabela duas vezes, dado ter conteúdos inseridos em duas categorias DIV distintas. Assim, o número total de publicações DIV registadas na tabela é 12.

Dias da Série Temporal	Nº de Publicações com conteúdo DIV	Categoria DIV em que se insere a publicação
2ª Feira (4/9)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
3ª Feira (12/9)	1	- Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4)
4ª Feira (20/9)	1	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3)
5ª Feira (28/9)	0	
6ª Feira (6/10)	2	- Proteção do património e da cultura nacional/local – dois (DIV 4)

Sábado (14/10)	3	- Pessoas com necessidades especiais (DIV 3) + exclusão/inclusão sociocultural (DIV 2) - Diversidade de géneros de programação televisiva (DIV 5)
Domingo (22/10)	4	- Pessoas com necessidades especiais – quatro (DIV 3)
Total	12	-----

16 Total de publicações DIV da RTP2

Categorias DIV/ Série temporal	Série temporal 2 (31-10 a 18-12 de 2016)	Série temporal 3 (5-6 a 23-7 de 2017)	Série temporal 4 (4-9 a 22-10 de 2017)	Total
DIV 1	0	0	0	0
DIV 2	1	0	1	2
DIV 3	0	0	6	6
DIV 4	2	3	4	9
DIV 5	0	0	1	1
Total	3	3	12	18

17 Considerações finais RTP2

Contabilizado o número total de publicações *online* relacionadas com conteúdos DIV, no caso da RTP2 é possível afirmar que são poucas as publicações que podemos considerar DIV. Ao longo das três séries temporais em que analisámos esta questão, encontrámos, então, 18 publicações que aludem a tópicos inseridos numa das cinco categorias DIV estabelecidas. Atendendo ao facto de estarmos a analisar o *website* da RTP (no caso da RTP2 o *website* não contribui com nenhuma publicação), assim como páginas de Facebook (da RTP2 e dos programas cuja produção é da responsabilidade da RTP e que apresentaram conteúdos DIV na grelha de programação televisiva), conclui-se que a expressão DIV é baixa relativamente ao total de publicações, já que a maioria das páginas publica numa base diária. Assim, mesmo que considerássemos apenas a

página de Facebook da própria RTP2 (a qual é atualizada entre três a cinco vezes por dia), teríamos cerca de 84 publicações realizadas.

A série temporal que mais contribui para este total é a quarta (entre 4 de setembro e 22 de outubro de 2017), com 12 publicações inseridas nas seguintes categorias DIV: “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação” (DIV 2 – uma publicação); “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” (DIV 3 – seis publicações); “Proteção do património e da cultura nacional/local (DIV 4 – quatro publicações); “Diversidade de géneros de programação televisiva” (DIV 5 – uma publicação). As restantes séries temporais contam apenas com três publicações. No caso da segunda série temporal estas incluem-se na categoria DIV 2 (uma publicação) e na categoria DIV 4 (duas publicações). Na terceira série temporal todas as publicações contabilizadas (três) pertencem à categoria DIV 4.

Relativamente à presença de cada categoria, concluímos que a categoria DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes” não tem expressão em nenhuma das séries temporais analisadas. Pelo contrário, a categoria DIV 4 é a mais representada com nove publicações, sendo a única que tem expressão nas três séries temporais consideradas. Olhando para a categoria DIV 2, torna-se necessário salientar que a única subcategoria representada é “Exclusão/inclusão sociocultural”, enquanto na categoria DIV 3 a única subcategoria com expressão é “Pessoas com necessidades especiais”.

Das 18 publicações consideradas DIV, oito foram identificadas na página de Facebook da RTP2 e consistem em chamadas de atenção para a transmissão, na televisão, de programas que consideramos DIV ou para o facto de os mesmos já se encontrarem disponíveis em RTP Play. Assim, o texto é acompanhado de uma imagem alusiva ao programa (no primeiro caso) ou de um link para o RTP Play (no segundo caso). As restantes dez publicações foram encontradas nas páginas de Facebook dos seguintes programas: “Visita Guiada” (três publicações), “Sociedade Civil” (duas publicações), “Zig Zag” (uma publicação) e “Consigo” (quatro publicações). Destarte, o conteúdo deste tipo de publicações relaciona-se com o tema/conteúdo dos programas referidos.

6. Discussão da questão da diversidade e dos resultados: grupos focais, entrevistas e conferência internacional

6.1 Grupos focais e entrevistas

Concluídas as fases de análise quantitativa e qualitativa às grelhas de programação da RTP1 e RTP2, apresentámos as conclusões do estudo a dois grupos de espetadores da RTP, escolhidos aleatoriamente, e fizemos algumas entrevistas com responsáveis da RTP, com o propósito de confrontar os dados obtidos com a sua experiência prévia enquanto espetadores e profissionais de televisão.

Os grupos focais

No caso dos grupos focais, que veremos em primeiro lugar, estes foram distribuídos de forma a garantir a presença de representantes, do sexo masculino e feminino, dos seguintes escalões etários: 16-17 anos (1 participante); 18-24 anos (2 participantes); 25-34 anos (2 participantes); 35-44 anos (2 participantes); 45-54 anos (1 participante); mais de 55 anos (1 participante). Assim, contámos com um total de 9 participantes, ou seja, 5 mulheres e 4 homens.

Em cada um dos grupos reunidos a discussão foi baseada num conjunto de perguntas genéricas que serviram de mote para o desenvolvimento do debate. Perguntámos aos participantes o que entendiam por diversidade no contexto de uma grelha de programação televisiva, o que permitiu confrontar o conceito de diversidade considerado no projeto com aquele que cada espetador identificou. Em seguida, procurámos perceber se, tendo em conta o seu próprio conceito de diversidade, os participantes consideravam a RTP1 e a RTP2 canais atentos à questão da diversidade. O próximo passo foi a explicitação das categorias que constituem diversidade no âmbito do projeto, de forma a verificar quais é que os participantes, de acordo com a sua experiência como espetadores, identificavam como estando mais e menos presentes

nestas grelhas de programação. A pergunta seguinte teve como objetivo medir a acessibilidade dos programas transmitidos nos dois canais a vários tipos de pessoas (como, por exemplo, surdos ou invisuais), de acordo com a perceção dos participantes. Posteriormente, a discussão centrou-se em formas de melhorar a grelha de programação dos referidos canais, com o objetivo de a tornar mais diversificada do ponto de vista das categorias abrangidas pelo projeto. Por fim, a última reflexão visou perceber se os participantes, enquanto cidadãos portugueses residentes em Portugal e espetadores da RTP, se sentiam ou não representados nas grelhas de programação da RTP1 e RTP2.

Passamos, agora, a apresentar as principais conclusões sobre cada ponto debatido. Os participantes serão identificados por uma letra de “A” a “I”, sendo a sua caracterização apresentada em anexo. Em primeiro lugar, importa salientar que a visão prévia que os participantes traziam, relativamente à definição de diversidade, está maioritariamente centrada na promoção de diversidade de géneros de programação televisiva e de diversidade temática ao nível dos conteúdos exibidos quer no interior de um canal, quer através da existência de vários canais onde seja possível ver diferentes conteúdos à mesma hora. Para além disso, é também mencionada a necessidade de dar voz e presença no ecrã a diferentes tipos de pessoas, nomeadamente a minorias:

Participante F – “Quando falaram em diversidade pensei em saber se os jornalistas são homens e mulheres, de diferentes etnias, mas afinal parece que tem a ver com podermos ligar a televisão ao longo do dia e vermos séries, informação, etc. O que mais se entenderia por diversidade seria: ter vários canais à mesma hora com diferentes tipos de conteúdos. Nos conteúdos propriamente ditos definiria diversidade como linhas editoriais distintas. Uma, informativa especializada, outra mais generalista num formato mais informal para que pudesse ser apreendida por um público mais específico”.

Participante E – “Para além da diversidade de canais, diversidade ao nível do formato dos programas e ao nível do conteúdo. Não encontrar só artes ou informação, ou um talk-show que trate a vida social em Portugal. Mas também que possa encontrar ciências e artes nas várias alturas do dia. Uma programação que não esteja tão distribuída e segmentado por canais (neste momento vou à RTP1 à procura de informação e à RTP2 à procura de um espetáculo de dança ou teatro, por exemplo), em que uma pessoa que

tenha acesso à RTP1 e à RTP2 consiga nos dois canais ter uma maior diversidade ao nível de conteúdo”.

Participante D – “Por diversidade entenderia que se eu, num determinado dia às cinco da tarde, ligasse a televisão, vários canais me davam conteúdos e tipos de programas diferentes. Os canais generalistas normalmente seguem a mesma programação, sempre da mesma forma. Ou seja, normalmente é o mesmo tipo de programa, os conteúdos também são os mesmos e, pelo menos para mim, falha aí a diversidade. Há três canais a fazer o mesmo e a RTP2, se calhar, está a fazer uma coisa diferente. E diversidade vai também de encontro à ideia de um programa ter de tocar vários conteúdos e não ser limitado ou fechado nos conteúdos. Se calhar tirava o futebol da televisão porque tira muita da diversidade em muitas alturas”.

Participante I – “Cada canal devia ser mais especializado para eu saber quando quero um filme ligo para um canal, quando quero informação ligo para outro. A televisão generalista obriga-nos mais a fazer *zapping* por isso não sei se gosto da ideia de diversidade num canal generalista porque não quero ver tudo, e isso ia obrigar-me a desligar a televisão. Diversidade vista como diversidade de conteúdos numa grelha”.

Participantes A, B, D e H – “Deve abranger o maior número de pessoas e ter de tudo um pouco para agradar ao máximo de pessoas possível, dentro da população portuguesa, como, por exemplo, vários temas: culturais, desportivos, diferentes séries, etc.”

Participante C – “Se for diversidade ao nível da programação tem a ver com programas diversos, conteúdos diversos. Se for diversidade ao nível das pessoas, deve haver uma aposta em mostrar minorias que normalmente não são mostradas, seja minorias raciais, sexuais ou outras”.

Participante B – “Diversidade é dar voz a pessoas comuns, por exemplo. Sendo assim, é um misto de pessoas que estão presentes nos programas, e também diversidade de programação”.

Em segundo lugar, os participantes reconhecem que existe mais diversidade na RTP do que nos restantes canais generalistas, salientando a existência de géneros televisivos praticamente transmitidos em exclusivo pela RTP. Todavia, apontam falhas relacionadas com a falta de rotatividade de conteúdos/horários ao longo da semana, com a injusta

representação de mulheres e minorias nas notícias/programas e com a diferente representatividade das várias modalidades desportivas no serviço público:

Participante E – “Numa ótica de comparação com os outros canais podemos dizer que é diversificada. Se for na ótica daquilo que poderia utilizar, podemos dizer que há muito mais coisas que poderiam ser utilizadas”.

Participante D – “Eu acho que a própria grelha de programação, por muito diversificada que seja, torna-se pouco diversificada. Ou seja, se quiser ver a RTP2 tenho de a ligar depois do meio-dia quando já acabaram os desenhos animados todos. Se quiser ver um documentário ou um filme, e normalmente sigo a RTP2 para o ver, sei que tenho de esperar pela meia-noite. Poderia haver uma programação rotativa, ou seja, durante uma semana haver mais rotatividade nos próprios conteúdos. Não ser somente a grelha infantil de manhã, idosos à tarde e restante público à noite, acho que seria preferível. Eu percebo que algumas coisas não possam passar às quatro da tarde, mas se calhar às dez da noite poderiam passar em vez de existir aquele grande bloco informativo até às onze da noite. Se calhar até no próprio talk-show deveria haver mais diversidade, pode ser um formato interessante. Se calhar estamos há dez anos com a mesma estrutura de talk-show e sempre a ver o mesmo tipo de concurso e poderia haver inovação aí, até com a participação do público. Na informação muitas vezes os comentadores nem são pessoas que estudaram aquele assunto a fundo, e há pessoas que fazem esse estudo e que poderiam estar a ser convidadas. Mas não. É só um mediador que fala de todos os assuntos e que tem todas as opiniões”.

Participante F – “Na RTP os pivôs de informação são, maioritariamente, homens. Não há negros, ou pessoas com deficiência. Não há diversidade aí. Curiosamente, a SIC e a TVI têm mais mulheres como pivôs. Ao nível dos conteúdos há mais variedade na tipologia dos programas mas não temos questões de diversidade ao nível do multiculturalismo. A não ser para dizer que um preto atingiu alguém, que um cigano fez alguma coisa, que um ucraniano é carteirista. Quando esse tipo de diferença aparece é para dizer que o diferente é mau. Depois temos a Eucaristia Dominical que é sempre católica. Nós queremos mostrar a diferença? Não. A RTP1 não demonstra essa preocupação em diversificar, é tudo igual aos outros com os preconceitos da sociedade atual. Até ao nível

dos comentadores. Porque é que não temos uma pessoa sénior a comentar conteúdos? Porque é que são sempre pessoas ligadas a um partido ou figuras públicas?”.

Participante B – “A RTP não é diversificada. Podemos dar o exemplo da participante A [jovem que não encontra o que procura na programação da RTP], podemos dar o exemplo do desporto (já sem falar do orçamento que a RTP gasta para cada desporto). Comparando percentagens entre o futebol e o ténis de mesa, se calhar 80% é futebol e 5% é ténis de mesa ou nem isso, até deve ser muito menos. Mas vá, 5% são os outros desportos e não estão todos ali retratados. O futebol é que é mais virado para as massas, para entreter e fazer passar o tempo. Eles não fazem um bom trabalho em termos de diversidade cultural ou de programação. Enquanto serviço do Estado, a RTP tinha a obrigação de passar o máximo de desportos diferentes que conseguisse. Como caso exemplificativo temos, acho que foi o ano passado, que a RTP não quis gastar um valor para ter os direitos de transmissão dos mundiais de atletismo porque esse orçamento estava guardado para que fossem gastos milhões para transmitir o Campeonato da Europa de Futebol. Por isso acho que a questão nem é só o orçamento, eles querem é agradar às massas e não se preocupam com as minorias, como as pessoas que gostam de atletismo. Eles passam atletismo mas são principalmente maratonas, provas de pista passam com pouca frequência, por exemplo. Apenas algumas provas da *Diamond League* [circuito mundial de meetings de atletismo] estão a passar na Sport TV”.

Participante C – “Por acaso discordo porque a RTP1 e a RTP2, sobretudo a RTP2, são praticamente os únicos canais sem ser aqueles que são específicos de desporto, que passam outras modalidades para além do futebol. Uma coisa é certa: o dinheiro que existe no futebol é sempre maior, portanto o investimento que é preciso fazer para garantir a transmissão do futebol há de ser sempre maior do que para qualquer outro desporto. De qualquer forma, penso que a RTP2 faz um esforço muito grande, até porque, mesmo ao nível de futebol, a RTP1 não tem a liga nacional, tem é a UEFA *Champions League*, o Mundial e o Euro, por isso não é completamente dominada pelo futebol, até pelo contrário. Penso que, a nível de tempo de antena, consigam ter mais tempo de outras modalidades do que de futebol. Eu penso que a RTP tem apostas interessantes. A RTP será, talvez, o único serviço televisivo português que passa documentários, por exemplo. É o único que produz séries que fazem concorrência às

telenovelas. Apesar de ter programas mais banais e de ter telenovelas a seguir ao almoço, tem coisas que mais nenhum canal português tem”.

Participante G – “Eu acho que diversificada é. Pode é não agradar a toda a gente, mas também é impossível agradar a toda a gente”.

Participante H – “Concordo que a RTP é a que faz um esforço maior”.

Em seguida, os participantes refletiram sobre a sua experiência concreta enquanto espetadores e identificaram exemplos de diversidade, ou de falta da mesma, em conteúdos e programas concretos, assim como de uma forma mais geral. Começamos por apresentar as reflexões mais gerais e comuns a outros canais generalistas:

Participante I – “Ao nível de desporto eu gosto, por exemplo, de automobilismo e as notícias sobre este tema são muito limitadas, quase que é preciso andar à procura do segundo em que são transmitidas na box. Os canais alinham todos pelo mesmo padrão. E não é só porque falam todos do futebol: é do mesmo tema do futebol, do mesmo golo ou do mesmo jogador ou treinador. É muito limitado”.

Participante F – “Acho que a lógica da televisão generalista tem sido a de seguir a concorrência em vez de gerar tendências. Todos os canais dão programas informativos às 13h e às 20h e ainda fazem a notícia de abertura com as mesmas coisas. Eu tenho de apanhar uma hora e meia para tentar caçar uma peça que me interessa. E por isso desisti de caçar, vou mais tarde à box. A lógica é que estão todos a dar a mesma coisa. À noite estamos todos na moda da ficção portuguesa, a SIC e a TVI com as telenovelas. A RTP2 associa mais a programas culturais e a RTP1 depois do noticiário, que se torna muito longo, já não me interessa. Por isso, para mim, a televisão vejo-a para as séries e depois a informação vou buscar a espaços muito segmentados”.

Para além disso, foram referidos vários programas concretos, por vezes de forma antagónica nos dois *focus groups*. Os principais visados são “Prós e Contras”, “Portugal em Direto” e “O Preço Certo”:

Participante F – “Curiosamente eu gosto de ver os programas da manhã (entre as 7h e as 10h). Acho esses programas informativos com mais qualidade e aí vemos os especialistas. Nos outros blocos informativos os comentadores, regra geral, são sempre

de Lisboa, Porto e Braga. Na categoria 4 é onde está inserido o programa “Visita Guiada”, da RTP2, e as festarolas que vão a várias terras que de outra forma não apareciam. O modelo informativo de magazine do “Prós e Contras” é extremamente agressivo e eu ligaria mais a uma imagem de marca de uma televisão sensacionalista. Sobre aquilo que estamos a dizer, de ouvirmos português e inglês, até não estamos muito mal. Em Espanha é muito pior, é tudo dobrado para espanhol. Portanto se calhar aqui ainda há mais diversidade. Já temos inglês, francês, italiano e japonês”.

Participante B – “Diversidade é, por exemplo, o que faz o programa “Prós e Contras” ao dar voz a pessoas comuns, do dia-a-dia, enquanto, se calhar, a maioria dos programas da SIC ou da TVI só dão voz aos famosos para falar, apresentar *shows*, etc.”

Participante H – “Temos um programa na RTP1 que é muito abrangente em relação a estes temas todos [categorias DIV apresentadas] que é o “Prós e Contras” que, de facto, reflete sempre várias opiniões e dá voz a várias pessoas. Já têm debatido esses assuntos todos dos idosos e outros”.

Participante D – “Sobre a categoria 4, há um programa de informação na RTP1 que é mais regional em que uma senhora apresenta o que está a acontecer em várias zonas do país [Portugal em Direto]. Acho que uma vez por semana a RTP2 tem um filme português, o que dada a nossa realidade eu acho que é ótimo”.

Participante G – “Basta pensar no programa “Portugal em Direto” que vai sempre a zonas menos faladas, vai a feiras, por exemplo, em sítios que estão mais ‘escondidos’, por isso acho que há diversidade na RTP. Por exemplo, outro programa que abrange muitos destes temas é o “Sociedade Civil”, da RTP2. Isso acontece mais, normalmente, em dias especiais, como o dia de alguma deficiência, mas geralmente até há vários temas dos quais não se ouve falar na RTP1 ou noutros canais”.

Participante C – “Apesar de ter programas mais banais como “Portugal em Direto”, que também há em outros canais, a RTP tem coisas que mais nenhum canal português tem”.

Participante A – “O que eu vejo mais são séries que não costumam dar na RTP, portanto eu veria mais se houvesse esse tipo de séries, mas agora o que eu vejo principalmente na RTP é o “Got Talent” que é também o único programa que conheço que não limita os talentos a cantar e dançar, por isso dá oportunidades a mais pessoas”.

Participante F – “Ainda relativamente à diversidade, podemos-nos referir ao concurso “O Preço Certo” que se mantém no ar há imensos anos, apesar de ser terrível, porque se há audiência, há publicidade”.

Participante E – “Eu acho que pode ser por duas razões: uma porque há uma certa religiosidade até por vezes por causa do programa seguinte que é o “Telejornal”. Depois há pessoas que vêm desde sempre. Também se deveria aproveitar esse horário para se oferecer outro tipo de conteúdo”.

Participante D – “Isso também tem a ver com hábitos de consumo”.

Participante B – “Eu acho que é porque não há só famosos no programa. Há contato da população com pessoas famosas. Se fosse um “Preço Certo” só com famosos não tinha tanta audiência” e se o Fernando Mendes apresentasse um programa mais cultural no mesmo horário não sei se mantinha a audiência porque ele é comediante, apesar de o programa do Vasco Palmeirim “Sabe ou não sabe” ter conciliado cultura com comédia”.

Participante G – “Mas não é só isso, é também a empatia que o Fernando Mendes tem com as pessoas. Não é só o programa, é ele também. Podia manter a mesma audiência, isso depende porque se calhar ele ia tornar a cultura mais acessível a pessoas que, de outra forma, possivelmente não iriam entender. O programa do José Armando Saraiva, por exemplo, havia se calhar pessoas que não entendiam o que ele dizia e que viam o programa. A maneira como ele expunha as coisas, a expressão corporal, tudo. Podia não ser pelo tema, era por ele. E eram pessoas de várias faixas etárias a ver. Se calhar se o Fernando Mendes fizesse outro tipo de programas iam ver por ele”.

Apresentadas as categorias consideradas no projeto para descrever a diversidade, “diversidade de géneros de programação televisiva” e “proteção do património e da cultura nacional/local” foram as categorias que os participantes, de acordo com a sua perceção como espectadores, consideraram estarem mais presentes nas grelhas de programação da RTP1 e RTP2. “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” foi uma categoria simultaneamente apontada como estando mais e menos presente, enquanto “Questões da Juventude” foi apontada como a categoria menos presente. As opiniões dividiram-se da seguinte forma:

Participante G – “Proteção do património acho que há bastante na RTP2. Em relação à parte dos idosos, acho que se começa a ver mais diversidade por causa de alguns programas. Não sei se é a categoria que existe menos, só reparei que está a aumentar”.

Participante C – “Penso que talvez a diversidade de géneros de programação televisiva esteja mais presente nos dois canais. E menos, talvez questões da juventude”.

Participante B – “Eu concordo com o participante C na parte da diversidade de programação e da juventude, mas acrescentava a parte das pessoas com necessidades especiais como menos presente”.

Participante A – “Eu concordo com a questão de haver diversidade de géneros de programação. Realmente, não oiço falar muito de pessoas com necessidades especiais e de programas destinados principalmente a jovens, por exemplo sobre a adolescência, nunca ouvi falar e acho que seria interessante”.

Participante E – “Achei que as categorias mais abordadas seriam “pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” e “proteção do património e da cultura nacional/local”. Eu não acompanho a programação diretamente. Se calhar pensei que a categoria ligada às pessoas com necessidades especiais e aos idosos fosse a mais presente numa ótica do público a que se destinam os programas: de os programas da manhã terem mais como foco as pessoas idosas, por isso pensava, sinceramente, que o tema abordado fosse mais relacionado com isso, algumas situações sobre pessoas com necessidades especiais, apresentação de casos específicos, mesmo que seja histórias de vida, etc. Então o que isso quer dizer é que nem sempre significa que seja abordado o tema em si, no fundo depois se calhar não é mesmo explorado o tema. Acaba por ser só a história triste da senhora e do seu filho e depois o que é que vem daí e explicar isso para quem está a ver, se calhar não acontece. Mas também se percebe que, para quem está a ver, pode ser importante ter, não é bem um exemplo, mas alguém que não seja só o especialista, para se perceber melhor. O que era importante é que o assunto fosse dissertado e não apenas apresentado como o “coitadinho” e “não há soluções”.

Participante I – “Eu acho que para sair desse ambiente da lamechice, as pessoas que falam sobre os problemas não têm necessariamente de ser as pessoas que têm os

problemas. Se for uma pessoa sem problemas a falar dos problemas talvez tenha um ar mais sério do que a lamechice que é desmotivante”.

A reflexão seguinte conclui que há falhas na RTP no que diz respeito à adaptação de conteúdos para vários tipos de pessoas com limitações, sendo as mais visadas aquelas que têm deficiências auditivas e visuais. Os principais problemas estão relacionados com a falta de legendagem em muitos programas (ou, por vezes, legendagem incorreta), com a rara presença de intérpretes de língua gestual portuguesa no ecrã e com a ausência de uma descrição áudio mais frequente e pensada especialmente para transmitir pormenores importantes sobre aquilo que está a acontecer na televisão, tendo verdadeiramente em conta que há pessoas que não podem ver o conteúdo. Neste ponto foram discutidos não apenas problemas, como também possíveis soluções:

Participante B – “Em relação às pessoas invisuais, elas conseguem ouvir por isso em princípio sim [a programação é acessível]. Para as pessoas surdas, acho que no Telejornal havia a prática de ter um intérprete de língua gestual no ecrã, mas não tenho a certeza porque não vejo o Telejornal (principalmente da RTP) muitas vezes. Penso que ainda o fazem e que em certos programas também. Também temos que ver que não faz sentido haver sempre um intérprete de língua gestual quando o número de pessoas surdas é tão menor, comparativamente àquelas que ouvem. Mas penso que o mais importante, que é o Telejornal, tem sempre um intérprete”.

Participante H – “Acho que ainda é possível pôr legendas no Teletexto, sempre é uma oportunidade”.

Participante B – “Sim, mas para isso a pessoa tem de saber como funciona o Teletexto. Os meus pais devem saber, mas eu por acaso não sei como é que se põe legendas assim. E as legendas que há muitas vezes não são precisas em termos linguísticos, têm muitos erros. Ou “comem” palavras ou elas estão mal escritas. Por exemplo, num programa em inglês, às vezes a tradução não é bem aquilo que eles disseram, principalmente expressões idiomáticas que, quando traduzem, perdem o significado ou fica estranho. Não sei se é falta de cuidado (não sei o que é que eles pensam), mas penso que deviam ter uma pessoa dedicada só a esta parte da tradução. O Youtube, por exemplo, que é

onde eu estou sempre a ver coisas, melhorou muito as traduções no espaço de um ano. Talvez o orçamento também seja maior, mas a verdade é que eles melhoraram imenso a ferramenta das legendas, principalmente para outras línguas além do inglês”.

Participante H – “Em relação à acessibilidade por parte de invisuais acho que nenhum de nós pensou ainda muito nisso. E se calhar a RTP também não pensou...”

Participante B – “Nunca pensei mesmo e nem sequer sei de que forma é que eles podiam melhorar. Para os deficientes auditivos, acho que podia haver mais programas com tradução, principalmente ao nível de entretenimento. Mas deveria ser em todos os canais senão também é limitativo.

Participante A – “Por acaso quando surgiu esta pergunta comecei a pensar como é que a acessibilidade se verifica ou não no Got Talent e eu acho que, por exemplo, agora nas finais, quando eles anunciam as pessoas, não dizem propriamente o que é que elas vão fazer. Quando vão cantar, é claro que uma pessoa invisual vai ouvir a voz, mas quando é uma coisa diferente, que depende da visão, eu acho que eles não sabem logo o que é que está a acontecer, só devem ficar a saber no final, na parte dos comentários, quando os júris estão a falar sobre as atuações. O programa não está feito a pensar que as pessoas não estão a ver. Para quem não está a ouvir, o programa não tem língua gestual...”

Participante B – “Por acaso nos programas de música, acho que devia aparecer sempre a letra, pelo menos”.

Participante D – “Ou no caso de crianças cegas ou com visibilidade reduzida deviam ter uns desenhos animados com uma narrativa muito mais descritiva, a nível de áudio que ajude a perceber o que está a acontecer nas imagens. E devia haver programas onde com falas mas também com linguagem gestual, assim seriam mais direcionados, mas eu sei que é caro fazer desenhos animados”.

Participante I – “Mas é mais fácil cumprir essa função na rádio do que na televisão, se calhar...”

Participante D – “Mesmo assim, às vezes seria preciso traduções específicas para invisuais. Por exemplo no Teatro Nacional há uma sessão em cada peça que é destinada a pessoas com pouca ou nenhuma visibilidade. Essas pessoas vão uma hora mais cedo e sentem o palco, ou seja, é um trabalho muito específico que é feito de propósito. Na televisão seria alterar a forma como descrevemos, pensar num conteúdo para este público”.

No que respeita ao primeiro grupo focal reunido, a última questão teve como objetivo reunir propostas dos participantes sobre que mudanças fariam para tornar a RTP mais diversificada, tendo em conta tudo aquilo que fora dito sobre diversidade ao longo da conversa. A primeira reação partiu do participante I que revelou ter dificuldade em compreender a necessidade de mudança nos canais existentes, sugerindo a criação de um canal especialmente pensado para responder às necessidades de representação de minorias específicas que, na sua visão, também podem ser definidas pelo facto de terem “gostos” diferentes. Para os restantes participantes do grupo (D, E, F), criar um novo canal não é solução, devendo a diversidade ser potenciada no contexto dos canais já existentes, principalmente no que concerne à representação de minorias na informação e na ficção, atualmente aquém do que seria espectável quando se observa a composição da população em Portugal. Tal seria possível, nomeadamente, através da maior rotatividade no que respeita aos géneros dos programas transmitidos ao longo da semana (reforço do jornalismo de investigação e da produção de documentários, por exemplo) e ao seu conteúdo ou público-alvo. Os participantes também não concordam com o excesso de importância que os noticiários concedem a certos temas e com a falta de informação rigorosa e esclarecedora sobre temas mais complexos e, na sua visão, mais importantes. Por fim, a unanimidade é evidente quanto à responsabilidade que cabe ao serviço público de divulgar nos seus canais (e não apenas na RTP2) as iniciativas culturais levadas a cabo em infraestruturas públicas, mesmo que não seja possível às mesmas pagar pelo respetivo tempo de antena para manter os preços baixos para o público. A publicidade institucional é entendida como sendo fundamental, assim como a necessidade de recuperar a função cívica da RTP, recordada pelos participantes como uma mais-valia para a consciencialização da sociedade portuguesa relativamente a vários temas.

Participante F – “Acho que poderia haver mais serviço público na televisão se começássemos a olhar para a sociedade de um ponto de vista mais abrangente. Se repararmos naquilo que tem estado a acontecer na Europa, os problemas de falta de integração dos muçulmanos têm dado origem a atentados porque a sociedade nunca os soube integrar. A televisão pública poderia ter esta faceta de mostrar-nos a nós, portugueses, quem são os ucranianos, quem são os negros, quem são os ciganos e que não vêm para roubar os nossos empregos, que são pessoas com as mesmas necessidades que nós. Também deveria acabar esse monopólio dos programas que estão no ar há 11 anos para se avaliar a qualidade do serviço que se está a prestar”.

Participante D – “Como é que se trabalha essa diversidade ao nível dos conteúdos? Às vezes podíamos ter uma novela ou uma série qualquer a trabalhar a diversidade, mas não acontece. Estamos a ver um conteúdo de entretenimento completamente discriminatório. Muitas vezes, também nos canais de informação parece que não existe esse cuidado. Por exemplo, a semana tem sete dias. De manhã, há sempre um bloco informativo, depois há um programa que também se repete em cinco dias. Se houvesse alguma rotatividade nestes programas, se não houvesse um programa transmitido durante cinco dias seguidos, sempre o mesmo tipo de programa à mesma hora, era possível criar coisas diferentes. Assim ia ser possível para alguém saber que na sexta-feira à noite, por exemplo, havia um programa sobre ele. A nível informativo podia-se apostar muito mais em documentários, que é um tipo de formato que pode ser repetido em várias visualizações, mesmo após vários anos, e que é informativo mas proporciona entretenimento ao mesmo tempo”.

Participante F – “Em relação aos formatos estava a lembrar-me também, no caso do jornalismo, do jornalismo de investigação onde há programas que estão a fazer sucesso como o “Sexta às Nove”. Havendo audiência e sendo temas que tocam os portugueses parece que tem havido alguma aposta da RTP em voltar-se para o jornalismo de investigação. Agora, a grelha poderia refletir a nossa diversidade, em Portugal: de etnia, de género, as dificuldades dos portugueses, a questão da receção aos refugiados. Acho que nenhum de nós foi informado sobre como é que os receberam, onde é que estão, como é que podemos ajudar. Mesmo o acesso à informação sobre como ajudar as vítimas dos incêndios falha. As pessoas fizeram donativos para tudo e mais alguma coisa,

sem ter a certeza de que vão lá chegar. Também não tem havido formação sobre o que fazer em caso de incêndio...”

Participante D – “Há muitos *booms* de informação, de repente há uma notícia, por exemplo Pedrógão, que foi mesmo muito falada e depois se calhar há milhares de assuntos a acontecer na mesma altura e que não vai dar para falar deles. Eu lembro-me de que, quando a Síria foi bombardeada, saiu essa notícia. Eu fui tentar saber mais, mas nesse dia havia um jogo de futebol qualquer e eu fiquei surpreendida porque a notícia que eu queria ver já não estava em lado nenhum. Por exemplo, é muito difícil encontrar notícias sobre política que deixem uma pessoa esclarecida neste país porque, normalmente, quando se fala de política no Telejornal é sobre uma discussão entre políticos. É difícil encontrar notícias neutras e provenientes de especialistas.”

Participante E – “Ou seja, no fundo é: às vezes até pode haver alguma diversidade, o foco e a percentagem que se dedica a essa diversidade é que não é tão elevada como é, se calhar, a que é dada a um jogo de futebol em que, se ganha o Benfica, por exemplo, há os comentadores que falam duas horas sobre esse jogo e depois, durante uma semana, continua a haver comentários sobre esse jogo quando esse tempo podia ter sido melhor aproveitado. E o jogo podia ter dado na mesma e haver depois um resumo e um breve comentário sobre esse jogo e acabava, tal como Pedrógão”.

Participante D – “Em relação às artes, outra coisa que eu também acho que o serviço público devia dar era, por exemplo, no que se refere à promoção de um espetáculo: na RTP2 às vezes aparecem aqueles capítulos que nos dizem o que está a acontecer no nosso país, mas é só na RTP2 porque para chegarem à RTP1 ou têm um marketing ou uma dimensão gigante e isso faz-me questionar. Se a televisão pretende fazer um serviço público, se, por exemplo, temos teatros nacionais, temos infraestruturas públicas tão grandes a nível cultural, porque é que essas infraestruturas não são publicitadas no canal público? Enquanto infraestruturas privadas, que têm dinheiro, podem pagar essa publicidade [e assim têm tempo de antena]”.

Participante F – “A publicidade institucional foi toda remetida para a RTP2, o que é uma pena porque fazia falta. Às vezes digo aos alunos para requisitarem um livro ou verem alguma coisa na internet porque vai haver um concerto, por exemplo e eles dizem que

não podem porque não têm dinheiro. Acham que a cultura é cara. Se calhar há muita oferta cultural em Portugal que até é gratuita ou que é acessível e que não está a ser promovida no canal principal porque essa publicidade institucional implicava que as marcas deixassem de aparecer e são essas que pagam”.

Participante D – “E depois há salas vazias e os públicos não são direcionados. Mesmo ao nível da diversidade, há tanta oferta cultural que às vezes a oferta promovida graças ao marketing é que acaba por não ser muito diversa”.

Participante F – “Num dos critérios, que tem a ver com a defesa da cultura e do património, a RTP que não pense que aquelas festarolas do sábado e domingo à tarde, em que vão ao festival da alheira e da castanha, ou seja lá daquilo que for, promove de alguma forma o nosso património. A cultura está completamente esquecida em Portugal. Outra coisa que eu acho que devia ser considerada era que cabe ao serviço público, que é pago por nós, formar os públicos e formar para essa diversidade porque a nossa visão da sociedade é, em grande parte, dada pelos media. E se nós olhamos para o diferente como o diferente é ser homem ou mulher, ser preto ou branco ou ser chinês, isso é-nos dado pelos media e por aqueles que lá aparecem. E se nós não estamos à espera de ver lá um cigano como pivô, é porque os media não nos têm deixado ver isso. E em Portugal falta esta formação: porque é que não posso ter cinema experimental, porque é que não posso ter desenhos animados mais alternativos e multissensoriais ou documentários comentados que nos ajudem a compreender (nomeadamente comentários mais esclarecidos antes das eleições). O que é que há de esclarecedor nos comentadores? Eu já sei que um é do PS e o outro é do PSD e que, portanto, eles são candidatos também a qualquer coisa”.

Participante I – “Em relação ao papel educativo da RTP, eu lembro que há uns anos houve uns programas de educação a nível da prevenção rodoviária e que isso teve um enorme impacto no ambiente que se vivia nas estradas. As pessoas eram mais cordiais a dar passagem, nas passadeiras, essas coisas todas. E esta função educativa e cívica está esquecida há muitos anos. Não digo que tenha de voltar a ser no âmbito da prevenção rodoviária mas podem ser programas mais culturais com este objetivo”.

Participante D – “Também me lembro de quando se começou a falar de reciclagem haver o Gervásio e o anúncio dizia: “Se o Gervásio consegue, você também vai conseguir fazer reciclagem e dividir o lixo em casa”. Via-se quanto tempo é que o macaco demorava a pôr o plástico no plástico, etc., e depois diziam: “O Gervásio demorou este tempo a aprender, de quanto é que você vai precisar para conseguir fazer o mesmo?”

Participante F – “Nos anos 90 havia muita publicidade institucional sobre diversos temas de natureza cívica que, de repente, deixou de aparecer. E podemos perguntar: será que isso não influenciou a maneira como nos tornámos menos humanos e menos cívicos?”

Os participantes destacaram, ainda, a existência da box que permite uma experiência mais personalizada de visualização e escolha de conteúdos, enfatizando, no entanto, que há muitas pessoas sem acesso a esta possibilidade, pelo que a promoção de diversidade no serviço público continua a ser essencial, assim como a preocupação com os horários de transmissão dos programas. Já no segundo grupo focal, o qual reuniu os participantes A, B, C, G e H, as principais sugestões para diversificar a RTP e chegar a mais espetadores, com a programação já existente, prendem-se com a incrementação de rotatividade nos programas, com a divulgação de programas e possibilidades de participação na definição da grelha nas redes sociais e com a melhoria da diversidade ao nível da representação da população portuguesa no ecrã. São, ainda, tecidas algumas considerações sobre a programação infantil, ou seja, sobre o conteúdo e horário de transmissão dos desenhos animados.

Participante A – “Para que chegasse às pessoas da minha idade [17 anos] devia tentar-se fazer um inquérito que passasse nas redes sociais. Se fosse um inquérito simples iríamos responder, a dizer que tipo de programação preferimos. Há muita coisa que dá e que eu não sei, alguns programas até podiam ser interessantes mas não sei quando dão. Se nós virmos um anúncio do que vai dar no AXN, por exemplo, se for preciso está logo no Instagram também a anunciar”.

Participante C – “Eu penso que a RTP, já por si, tem uma programação muito boa. Se calhar o que falha é na divulgação, enquanto por exemplo os outros canais não se inibem de ter publicações patrocinadas, no Facebook ou no Instagram, a RTP ainda não tem essa prática. Outra coisa que poderia ser interessante ao nível das séries, e de forma a

fazer chegar o conteúdo, era por exemplo, já que a RTP investe muito nas séries e tem um processo de escolha sobre possíveis projetos que vai financiar e produzir, passar essa decisão para o público. Fazer, por exemplo, uma sondagem no Facebook ou no site a apresentar cada projeto e dar a escolher ao público projetos a apoiar”.

Participante G – “Na questão da divulgação, temos um programa que está a ter cada vez mais audiência, e aí acho que o Facebook está a ajudar, é o “Diga Doutor”. É um programa curto, interessante, que foca temas que se calhar as pessoas nem vão falar com médicos e cada vez tem mais gente a seguir e a partilhar. Acho que a RTP ao nível de programas tem muitas vezes os mesmos apresentadores. É a Catarina Furtado, a Sílvia Alberto, e andam sempre ali em círculo. Mesmo que sejam programas diferentes há sempre a mesma postura e é sempre tudo igual. Outra coisa que ajudava a fidelizar pessoas é a questão dos desenhos animados. Normalmente quando há crianças em casa quem manda na televisão são as crianças. Se as crianças comessem a ver os desenhos animados a horas mais normais, se calhar outras pessoas também iam ver. E aliás, há uns que deixam muito a desejar mas isso já é outra história. Alguns assustam”.

Participante H – “O horário de transmissão dos desenhos animados é muito cedo ao fim de semana, as crianças estão todos os dias da semana a levantar-se cedo”.

Participante B – “Eu acho que deveria haver programas mais gerais que passam todos os dias (telejornais, programas da manhã). Depois devia haver atenção ao que as massas e as minorias gostam. Se passam 20 horas mensais de futebol por mês, então deviam passar também 20h de outros desportos. Mas acho que a rotatividade promovia a diversidade mas não promovia as audiências por uma simples razão: as pessoas são animais de hábitos. Sabem que chegam a casa e têm aquele programa àquela hora, se trocasses os horários todos as pessoas deixam de ver porque não se vão dar ao trabalho de puxar para trás para ver. Há mais mulheres a aparecer no ecrã, na RTP para cativar o público. Na minha opinião um homem tem mais tendência a olhar para uma mulher e só depois é que vai ver a notícia. Mas não há mulheres negras ou gordas”.

Participante H – “A RTP1 teve o “5 para a Meia-noite” que todos os dias tinha um tema e um apresentador diferente, entretanto não sei a que conclusão é que eles chegaram para terem acabado com isso”.

Participante A – “Esse programa eu conheço, no Youtube normalmente vão lá parar partes do programa e eu vejo. Foi assim que eu conheci o programa”.

Esta última observação é importante porque as conclusões do estudo apontam para uma lacuna no que respeita à representação de “Questões da Juventude” e de “Subculturas Juvenis”, facto a que os profissionais da RTP entrevistados respondem com a justificação de que estão a ser produzidas e exibidas séries (posteriores ao período de análise deste projeto) para esse segmento. Todavia, verificámos que a participante de 17 anos não tinha conhecimento de nenhuma das séries mencionadas: “Casa do Cais”, “Subsolo” ou “1986”. Para além disso, dois participantes afirmam que não se sentem representados na grelha de programação da RTP, pelo que a promoção de diversidade é uma prioridade não apenas para as “minorias”, como também para cidadãos “comuns”:

Participante H – “Eu representado só me sinto se for na Informação. Mas noutras coisas não, voltamos ao Desporto. Mas posso dar outros exemplos, no tempo em que vocês estiveram a analisar, eu não sei quantas peças de teatro foram transmitidas. Ou um bom concerto, quantas vezes foi transmitido?”

Participante B – “Nós nem sabemos quando é que dão teatros. Cinema tens sempre garantido aos fins de semana, teatro não. Isso é falta de diversidade cultural, deixamos de ter uma coisa para agradar às massas porque a maioria das pessoas gosta de cinema. Era importante haver teatro, apesar das pessoas gostarem mais de cinema”.

Opinião de profissionais da RTP

No período de conclusão da presente investigação efetuámos também entrevistas a trabalhadores profissionais da RTP com o intuito de obter reações e respostas internas à nossa análise. Assim, procurámos entrevistar responsáveis pela programação de conteúdos da RTP1 e da RTP2, bem como dos conteúdos informativos e de multimédia.

Em cada uma das entrevistas elaboradas reunimos um conjunto de perguntas genéricas que serviram de mote para o desenvolvimento da entrevista. Numa segunda fase enquadrámos as nossas questões no âmbito profissional da pessoa em questão. Em

primeiro lugar procurámos perceber de que forma o profissional perceciona as questões da diversidade no âmbito de uma grelha de programação televisiva para, de seguida, entendermos de que forma é que essa perceção é, ou não, utilizada na gestão de conteúdos. Especificamente no contexto das grelhas de programação, questionámos cada entrevistado sobre a sua visão interna dos conteúdos que são transmitidos procurando, enfim, perceber se existe uma heterogeneidade ou homogeneidade na grelha dos canais. Na segunda fase da entrevista foram apresentados os resultados preliminares da nossa investigação com o intuito de obter uma visão interna de cada um dos resultados obtidos.

1. Perceções da diversidade no contexto de uma grelha de programação

Nesta primeira questão as respostas que obtivemos estão essencialmente relacionadas com a diversidade de géneros de programação televisiva. Nuno Artur Silva cumpria no período de análise da presente investigação, e aquando desta entrevista, o seu mandato enquanto vogal do Conselho de Administração da RTP. No âmbito desta questão salientou que as grelhas de programação televisiva estão em fase de mudança em consequência dos novos caminhos que a tecnologia trouxe. Constatou a evidência de que “a própria definição de canal está a mudar e que atualmente as pessoas preferem ver determinado tipo de conteúdos um a um, quando querem, à hora que querem e pelos vários processos que existem”. Por estas circunstâncias afirmou existir uma tendência para que os canais estejam cada vez mais direcionados para os programas em direto, seja para o desporto, informação, talk-shows e grandes espetáculos. Restam as séries, os filmes, os documentários e os programas de humor que, de acordo com Nuno Artur Silva, tendem a ser cada vez mais vistos fora dos canais.

Para o ex-administrador da RTP o serviço público é, numa só palavra, diversidade. “Aquilo que o serviço público deve dar é o que os serviços privados não dão”, referiu. Diversidade surge aqui representada no âmbito da oferta de programas que um canal público oferece em detrimento das grelhas dos canais privados. Exemplo disso é a produção de documentários e séries de ficção nacionais, um investimento que não tem lugar na televisão privada.

Mais objetivamente João Pedro Galveias, Diretor de Multimédia, disse que diversidade no contexto de uma grelha de programação se traduz em vários géneros e vozes televisivas. “No fundo representar a sociedade como um todo. Pode ser no sentido de representar várias gerações, estratos etários, situações culturais ou até diversidade de representação regional.”

Pedro Braumann, Diretor do Núcleo Museológico e de apoio ao Serviço Público, referiu que os critérios de diversidade aplicados à RTP1 e à RTP2 nunca poderão ser iguais para ambos os canais devido à especificidade e às características de cada um. Exemplo disso é, para Pedro Braumann, o facto de a RTP2 desenvolver uma programação desportiva com diferentes componentes e modalidades o que também se traduz numa forma de diversidade.

Em suma, com esta questão cada um dos entrevistados focou-se em larga escala na diversidade de géneros televisivos que uma grelha de um serviço público pode oferecer, e que não tem espaço nos canais privados devido aos interesses económicos que estes acarretam.

2. Pensando numa estratégia de programação, há alguma preocupação prévia com essa diversidade?

Com esta questão procurámos compreender se a perceção de diversidade é utilizada na gestão de conteúdos. Aqui Nuno Artur Silva explicou de que forma é que a programação de cada um dos canais da RTP foi delineada desde o último Contrato de Concessão da RTP, de forma a definir qual a identidade da programação de cada canal. Ficou então estruturado que a RTP1 deve cumprir o seu papel de grande canal generalista “onde toda a gente pode estar, deve estar e tem lugar”. Na sua analogia a RTP1 é “a grande praça onde toda a gente se encontra” devendo, por isso, ser um canal onde se possa ver “futebol, uma série portuguesa, um documentário, o grande debate do “Prós e Contras”, o programa popular de entretenimento do Fernando Mendes, ou a série da BBC “Versalhes”, por exemplo”. Mais uma vez, a perceção de diversidade surge vinculada à variedade de programação. A questão da identidade de cada um dos canais surge em concordância com a visão de Pedro Braumann de que a diversidade deve de ser compreendida em consonância com o canal visualizado. Mas ainda que cada canal

cumpra a sua função de acordo com a sua identidade, cabe à RTP2 cumprir o maior número de setores programáticos. Com a “‘Sociedade Civil’, o desporto amador, a programação infantil e cultural”, estas quatro missões fariam da RTP2 uma “manta de retalhos”. “A grande ambição para a RTP2 é que seja um canal cultural” e que seja liberto dos outros programas, nomeadamente da programação infantil que, para Nuno Artur Silva, teria o direito a ter um canal próprio.

Pedro Braumann refere aqui que internamente a única forma de medição da diversidade é a análise da “quantidade de programas dos vários macro e micro géneros que emitimos comparativamente à SIC ou à TVI e verificamos que a nossa diversidade é maior”. Todas as análises internas da RTP seguem os critérios definidos pela ERC e pela EBU. Noutras vertentes, a análise interna no âmbito da diversidade é investigada pelo pluralismo político partidário nos setores de informação.

O delineamento das grelhas de programação é efetuado por cada diretor de canal de acordo com as estratégias e as obrigações delineadas no Contrato da Concessão do Serviço Público. “Obrigações específicas de cada canal mas, além disso, também a diversidade que querem introduzir na grelha. Mas não há um critério pré-definido que têm de ter X % da programação A, B ou C. Independentemente disso, há uma outra análise mais fina que estabelece alguns tipos de critérios de diversidade dentro dos próprios programas, isso existe genericamente mas não existe no sentido de se medir internamente qual é essa diversidade para depois a aplicar”, referiu Pedro Baumann.

2.1. Como é que essa diversidade a que se refere pode ser aplicada num contexto de multimédia e online?

Para a entrevista a João Pedro Galveias procurámos adaptar a questão da diversidade no âmbito de uma grelha de programação e aplicá-la no contexto multimédia e online. Esclareceu-nos que os conteúdos que a área digital da RTP veicula são produzidos pelas áreas de conteúdos. Assim, o que nos surge no site da RTP é, em suma, uma cópia dos conteúdos televisivos que encontram no RTP Play um espaço de subsistência. “Apenas uma muito pequena franja dos programas que se vêem no RTP Play foram produzidos exclusivamente para o digital”. Não há, portanto, uma diversidade distinta da diversidade da RTP como um todo. “No online estamos basicamente a dar novas janelas

de transmissão a esses conteúdos.” No âmbito da diversidade, concretamente, considera existir projetos como a “Casa do Cais” e o “Subsolo” cuja autoria são cineastas autores ou e novas gerações de escritores que juntos conseguiram escrever, filmar e interpretar. “Portanto, aí eu considero que estamos a cumprir um bocadinho esse papel de diversidade, no sentido de conseguir dar voz a algumas pessoas que, neste momento, não conseguem ser representadas em termos de criação.” Acrescentou ainda que a RTP tem como objetivo atingir todo o público e, como tal, a “pergunta que surge é como fazê-lo para públicos que estão cada vez mais afastados dos meios tradicionais. Os chamados ‘desconectados’, no sentido não digital, mas de não terem sequer televisão em casa. A discussão anda um bocadinho à volta disso e uma coisa que nos pareceu que podia ser interessante era, de facto, que é preciso trazer estas pessoas para dentro do serviço público, para dentro da própria elaboração do serviço público, para, no fundo, incluir quem tem a chave para chegar a um público jovem que são os próprios jovens. Portanto, é trazer diversidade ao nível de abordagem aos próprios problemas da comunicação para dentro do serviço público para depois poder transformar o produto e chegar ao público.”

Neste sentido, questionámos João Pedro Galveias sobre a existência de estratégias capazes de, pelo inverso, aproximar as pessoas que só estão ligadas à televisão ao universo online. “Com toda a certeza ainda vamos precisar de pensar como é que o digital pode chegar a um determinado público que também paga a contribuição do audiovisual.”

3. Em termos de programação considera que a RTP é heterogénea em termos de conteúdos?

Com esta questão pretendemos perceber de que forma é que os profissionais do canal percecionam a diversidade de géneros de programação televisiva que a RTP1 e a RTP2 oferecem. Para Nuno Artur Silva a programação é “incomparavelmente mais diversificada em comparação a qualquer canal privado”. Explicou-nos que a heterogeneidade que considera existir na programação se acentuou no mandato do qual fez parte, chegando a ser uma das estratégias televisivas mais relevantes que os canais sofreram. “Quando nós chegámos, em 2015, a RTP1 tinha uma programação horizontal, todos os dias eram transmitidos os mesmos programas. Nós acabámos com

isso e tornámos a RTP1 numa programação vertical, ou seja, cada dia da semana uma oferta diferente. É este o padrão europeu ocidental. O padrão que existia antes era um padrão sul – americano”.

4. Apresentação e discussão sobre os resultados preliminares

Nesta fase das entrevistas apresentámos a cada entrevistado quais os dados preliminares que tínhamos obtido na investigação até à data. Focámo-nos na apresentação das categorias DIV com maior e menor representação e nas tendências gerais que encontrámos na programação.

Um dos dados mais representativos é que a subcategoria DIV “Subculturas juvenis” não obteve qualquer representação em ambos os canais. Em reação a este dado, Nuno Artur Silva referiu que no RTP Play estrearam quatro séries juvenis em resposta a essa falha. No entanto, a estreia dessas séries foi posterior à nossa análise da programação e é de referir, ainda, que as séries a que se referiu são transmitidas exclusivamente no RTP Play. Em resposta a isso, Nuno Artur Silva esclareceu que “os jovens veem menos canais e veem muito mais online. Portanto, se estivessem a fazer a análise ao RTP Play, provavelmente, iam encontrar mais coisas. Hoje em dia, grande parte da população abaixo dos 25 anos, ou mesmo dos 35 anos vê muito menos televisão no televisor e vê mais conteúdos nos *tablets*, telemóveis e computadores. Portanto, questões como a presença das subculturas juvenis se calhar estarão menos presentes nos canais tradicionais e mais presentes nos novos canais online.”

Tendo em consideração que a programação é padronizada e estipulada de acordo com a regulação da ERC, procurámos perceber se o objetivo da programação passa por cumprir os valores mínimos de representação que a lei exige ou, pelo contrário, se procuram quando possível ultrapassar aquilo que a lei impõe. “Nós procuramos cumprir, temos de cumprir a lei. Se formos além desse mínimo é ótimo, mas há situações que são difíceis. Tudo depende da especificidade dos conteúdos. Devido às variações nas quotas que temos de cumprir, quando estamos a produzir ou a encomendar um programa não pensamos se o mesmo cumpre todos os princípios da diversidade. Há uns que sim e outros que não, mas não é por isso que os deixamos de encomendar.

Em resposta à categoria com menos representação ter sido, em ambos os canais, “Idosos, Experiências de envelhecimento e Pessoas com necessidades especiais” Nuno Artur Silva considerou que, sem dados concretos, os idosos estão bastante representados sobretudo nos programas do day time da RTP1. “Acho que há muitos temas relacionados com esse segmento, e em relação às crianças também”. Em relação à programação infantil Nuno Artur Silva referiu que há um trabalho muito rigoroso que tem em consideração as questões de género e de exclusão sociocultural, “a responsável pela programação infantil na RTP tem essas premissas muito presentes”.²⁴

Importou-nos ainda perceber se há alguma preocupação ao nível do recrutamento de profissionais dos mais variados setores socioculturais. “Ao nível da informação nós temos a preocupação, mas ainda não estamos lá, no que toca à representação da população negra que existe em Portugal e que não está suficientemente presente, até nos ecrãs. De maneira muito concreta há poucos atores e apresentadores negros, pelo menos proporcionalmente ao número de pessoas que existem na sociedade portuguesa”. No que diz respeito a outras comunidades existentes em Portugal, reforçou que está na altura de haver uma maior representação de todas as comunidades que ganham força em território nacional. Paralelamente referiu ser ainda necessário dar um maior destaque às mulheres em programas de debate político e de futebol por serem mundos ainda dominados pelo setor masculino. Em termos de recursos humanos referiu também que as direções da RTP nas áreas que não são de conteúdos já têm muitas mulheres à frente, nomeadamente no Departamento Jurídico e de Recursos Humanos. “A nível de programas só a RTP2 é que é dirigida por uma mulher. Não somos adeptos das quotas, a todo o preço, digamos assim, mas acho que se não fosse a ideia de quotas, demoraríamos muito mais tempo a chegar lá.”

4.1. Apresentação e discussão sobre os resultados preliminares no online

Os dados apresentados no relatório online demonstram que a categoria “Proteção do Património e da Cultura Nacional/ local” está bastante presente tanto no site da RTP como nas principais páginas das redes sociais analisadas. Os dados apresentados para o online e para a programação foram pouco divergentes o que, para João Pedro Galveias,

²⁴ Apesar de múltiplas tentativas a responsável da RTP, Teresa Paixão, não concedeu a entrevista solicitada.

se explica porque “no online nós temos exatamente o mesmo que eles têm. Em programas como “A Praça” a abordagem feita nas redes sociais está em sintonia com a do programa. O que o programa está a tratar vai ser exatamente o que as publicações estão a tratar.” A gestão dos conteúdos online é feita em consonância com a produção de cada programa, juntos decidem como fazer a dinamização social do programa.

Em relação aos conteúdos exclusivos do online, João Pedro Galveias destacou o “RTP Lab porque é pensado de forma diferente, para uma geração específica” e destacou ainda as potencialidades do “arquivo digital da RTP que é incrível em termos de diversidade e de História recente de Portugal, é impagável.”

5. Tendo em conta os resultados apresentados, o que poderia ser feito para potenciar mais esta diversidade?

Esta última questão foi elaborada com o intuito de perceber de que forma os profissionais da RTP idealizam o desenvolvimento da diversidade no âmbito da programação dos canais e internamente nos recursos humanos da empresa. Na opinião de Pedro Braumann, uma grelha de programação pode ser potencializada se existir diversidade de géneros de programas, dos quais destaca a necessidade de transmissão de programas culturais “que sejam transmitidos em horários que possam impactar audiências maiores, como o prime time”.

Nuno Artur Silva destacou a importância de haver uma constante sensibilidade por parte das direcções de programas para poder arriscar cada vez mais e ter representação da diversidade nas várias maneiras possíveis. “Qualquer Diretor de programas da estação pública deve estar muito ciente dessa necessidade de representação. Por isso é que é bom haver os indicadores da ERC e haver sensibilização social para o tema. Ainda assim, minorias há muitas e também não podemos entrar numa lógica de programar, a regra e esquadro, em função da minoria, senão caímos numa situação demasiado esquemática. Peguemos no exemplo de uma série que tem de ter duas mulheres, uma tem de ser de raça negra, outro tem de ser deficiente motor, não é assim que as coisas se fazem. Portanto, tem de haver essa definição de conjunto, para que essas pessoas se sintam integradas e representadas, não digo em todo o lado, mas em geral, no conjunto da programação.”

6.2 Programa da Conferência Internacional sobre Diversidade de Pluralismo nos Média

Local: NOVA FCSH, Av. de Berna, 26-C

Data: 28 e 29 de Setembro de 2018

Organizadores:

ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

CIC.Digital Pólo NOVA FCSH

Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH

Num mundo cada vez mais complexo e polarizado, o repensar dos temas da diversidade e do pluralismo nos meios de comunicação social é hoje fundamental. Estamos na era da “pós-verdade”, existem riscos óbvios de desinformação, de afastamento dos jovens da participação cívica e política e riscos de homogeneização cultural. Muitas expressões culturais estão mal representadas nos media. Por outro lado, a diversidade constitui parte do nosso património nacional e europeu e é fundamental que seja refletida nos meios de comunicação, muito em particular nos meios audiovisuais, tal como a pluralidade de vozes que moldam o mundo em que vivemos.

Parta debater estes grandes temas, o ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA e o CIC.Digital da NOVA FCSH, propõe-se organizar uma Conferência Internacional, apelando desde já a uma forte participação da comunidade neste evento, em particular da comunidade académica e científica.

-- Propostas de comunicações:

Os organizadores convidam a comunidade científica e académica a apresentar propostas de comunicações à Conferência até dia 15 de Junho de 2018 para o seguinte Email: icnova@fcsb.unl.pt. As respostas serão dadas até final do mês de Junho, altura em que ficará definido o Programa da Conferência.

-- Atas da Conferência

A Comissão Científica da Conferência fará uma seleção das comunicações apresentadas e editará as respetivas Atas, previsivelmente até ao final de 2018. Para tanto é fundamental que todos os participantes enviem para o Email icnova@fcsb.unl.pt, até à data da realização da Conferência, os seus “papers”, de acordo com as normas APA.

-- Comissão Científica:

F. Rui Cádima, Carla Baptista, Marisa Torres da Silva, Luís Oliveira Martins, Isabel Ferin, Estrela Serrano, Arons de Carvalho, Anabela Sousa Lopes, Carla Martins e Cláudia Álvares.

-- Comissão Organizadora:

Patrícia Contreiras, Joana Fernandes, Raquel Lourenço, Patrícia Ascensão e Natália Manso.

28 de Setembro de 2018 – Diversidade, Média e Serviço Público

9h30 – Abertura

10h00 – Prof. Myria Georgiou (Department of Media and Communications – London School of Economics and Political Science). *Média* e Diversidade

11h00 – F. Rui Cádima, Carla Baptista, Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins (Apresentação das conclusões do projecto DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal)

14h30 – 17h00 Sessões Paralelas

Média, Diversidade e Pluralismo (Sessão 1)

Moderação: Luís Bonixe e Rita Curvelo

Cláudia Galhardi e Maria Cecília de Souza Minayo (Fundação Oswaldo Cruz: Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP): Análise das produções mediáticas: Apontamentos em detrimento à promoção da diversidade cultural na oferta de programação da TV brasileira face à audiência infanto-juvenil.

Élmano Ricarte (Doutorando em Ciências da Comunicação, Universidade Católica Portuguesa): O Mundo Mediatizado das Marchas Populares de Lisboa.

Inês Branco (Instituto Politécnico de Leiria): Média e Integração de Imigrantes.

Isabel Garcez (FLUL): Democracia da criação e democratização da receção: a importância da diversidade de linguagens artísticas nas indústrias culturais e criativas.

Luís Bonixe (Instituto Politécnico de Portalegre e ICNOVA): Os direitos dos animais nas notícias – as vozes e as temáticas de um debate público

Maria João Cunha (ISCSP) *Media* e Deficiência.

Mateus Moisés Gonçalves Pereira (SENAC-SP): Dialogias da (in)diferença cotidiana na serie Merlí: aproximações entre imaginário trágico, diversidade e educação.

Rita Curvelo (Doutoranda em Ciências da Comunicação, NOVA FCSH): Rádio Musical Privada em Portugal e Espanha: que diversidade na promoção da cultura?

Media, Diversidade e Pluralismo (Sessão 2)

Moderação: Sónia Lamy e Patrícia Ascensão

Ester Amaral de Paula Minga (Doutoranda em Ciências da Comunicação FCSH/ICNOVA): A metonimização da imigrante brasileira nas reportagens sobre prostituição.

Juliana Alcantara: Vamos brincar de índio? Análise da representação indígena no Carnaval de rua pelos média brasileiros.

Kamila Fernandes (Doutoranda em Estudos de Comunicação – UM/CECS): Favelados e cidadãos: o discurso audiovisual dos media alternativos sobre as favelas.

Marina Magalhães e Roberta Matias Simões (Investigadora do ICNOVA e Doutoranda do ISCTE): Pluralismo nos media: as vozes da web no telejornalismo da TVI 24.

Patrícia Ascensão (Doutoranda em Ciências da Comunicação/ICNOVA/NOVA FCSH): As “vozes” na informação noticiosa e o pluralismo no serviço público de televisão através da análise dos protagonistas das notícias no “Telejornal” da RTP.

Raquel Lourenço e Joana Fernandes (ICNOVA/NOVA FCSH): Televisão pública, sociedade e pluralidade de expressões culturais.

Sónia Lamy (Instituto Politécnico de Portalegre/ICNOVA): Caminhos para uma maior diversidade nos média – Ecos da sociedade civil organizada nas notícias.

Susana Barros (Doutoranda em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL) Quando a novidade política assusta os media – a formação da “geringonça” nos jornais.

29 de Setembro de 2018: Pluralismo nos Média

10h00 – Apresentação dos resultados do MPM – Media Pluralism Monitor – Portugal 2017/18 (Equipa ICNOVA)

11h00 – Debate

11h45 – Enrique Bustamante (Universidade Complutense de Madrid). Média, Diversidade e Pluralismo

12h45 - Debate

13h30 – Sessão de Encerramento

Apoios: FCT, FCSH, ICNOVA, CIC.Digital, CMPF/EUI

[6.3 Atas da Conferência](#)

(em fase de entrega de textos e de edição, previsão da publicação: final de 2018)

7 Conclusões

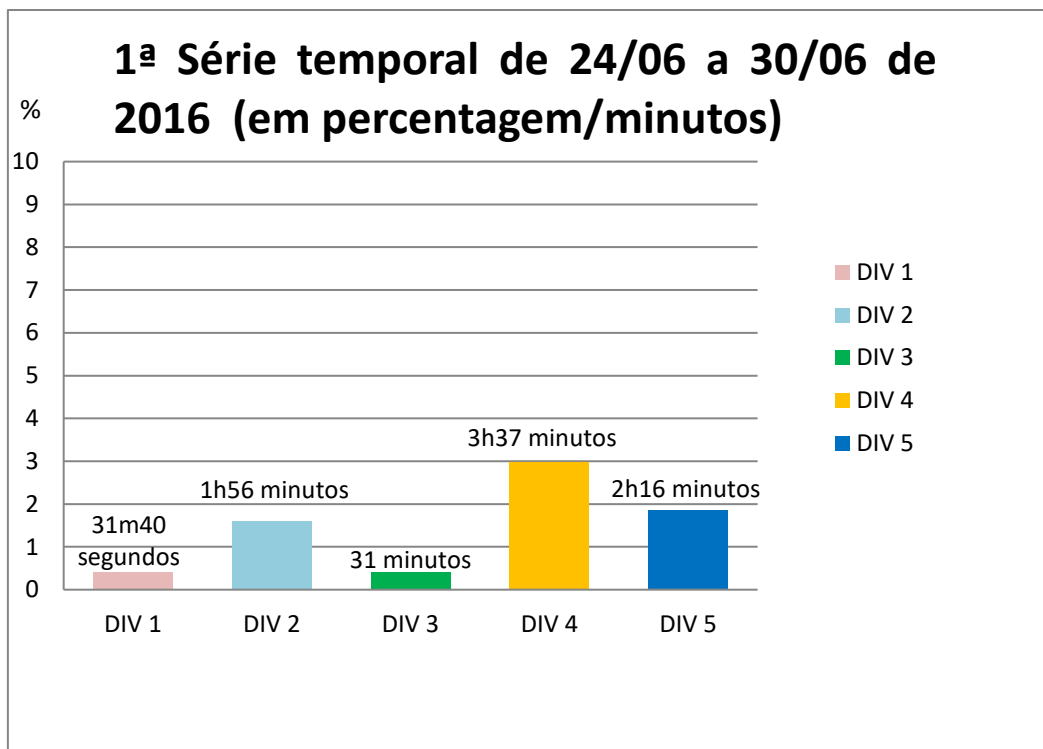
7.1 Síntese conclusiva da análise da programação da RTP1

Vamos proceder à avaliação integrada dos dados finais relativos a este canal fazendo simultaneamente uma síntese final e retirando ainda as principais conclusões e valores finais obtidos a partir do estudo da programação das quatro séries temporais. Nos próximos gráficos serão considerados os valores agregados e finais das diferentes categorias de conteúdo DIV analisadas, que passamos a recordar:

- DIV 1 - A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes;
- DIV 2 – As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação;
- DIV 3 – Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento;
- DIV 4 – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- DIV 5 – Diversidade de géneros de programação televisiva.

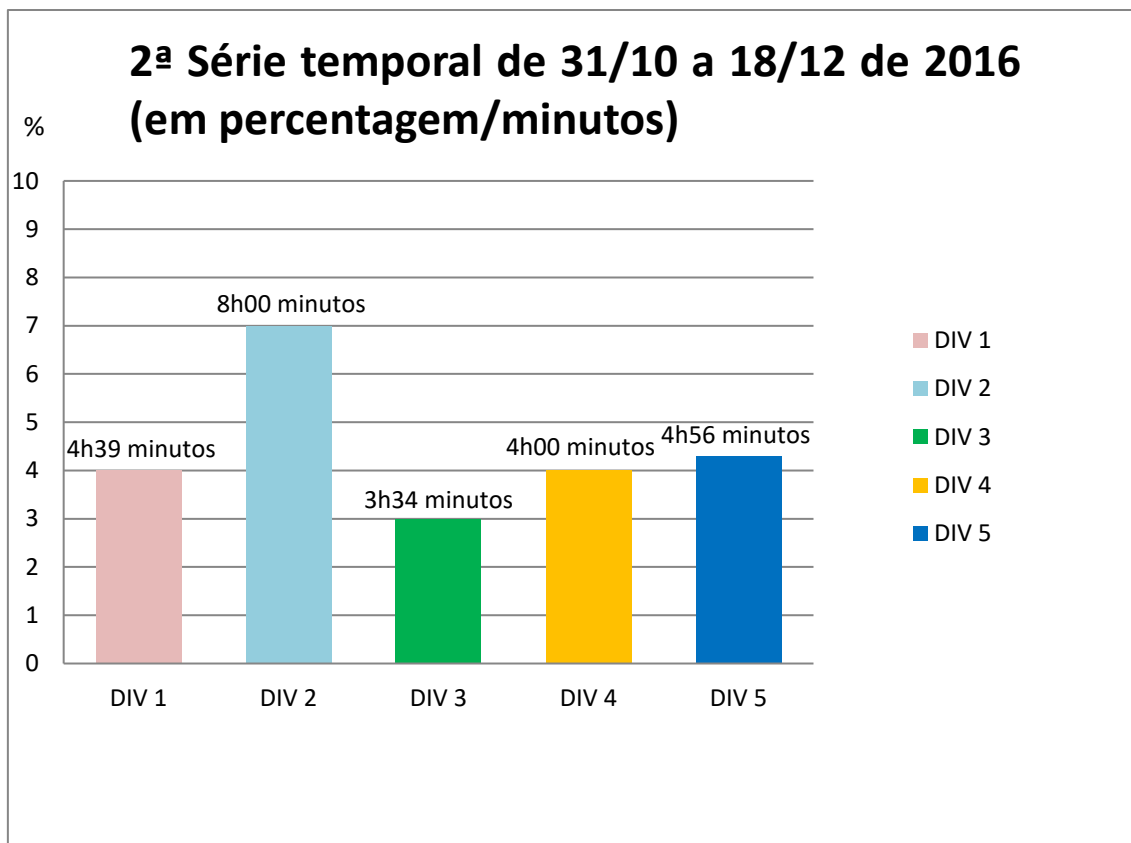
1. Gráficos das categorias DIV por série temporal

1.1 Gráfico da primeira série temporal



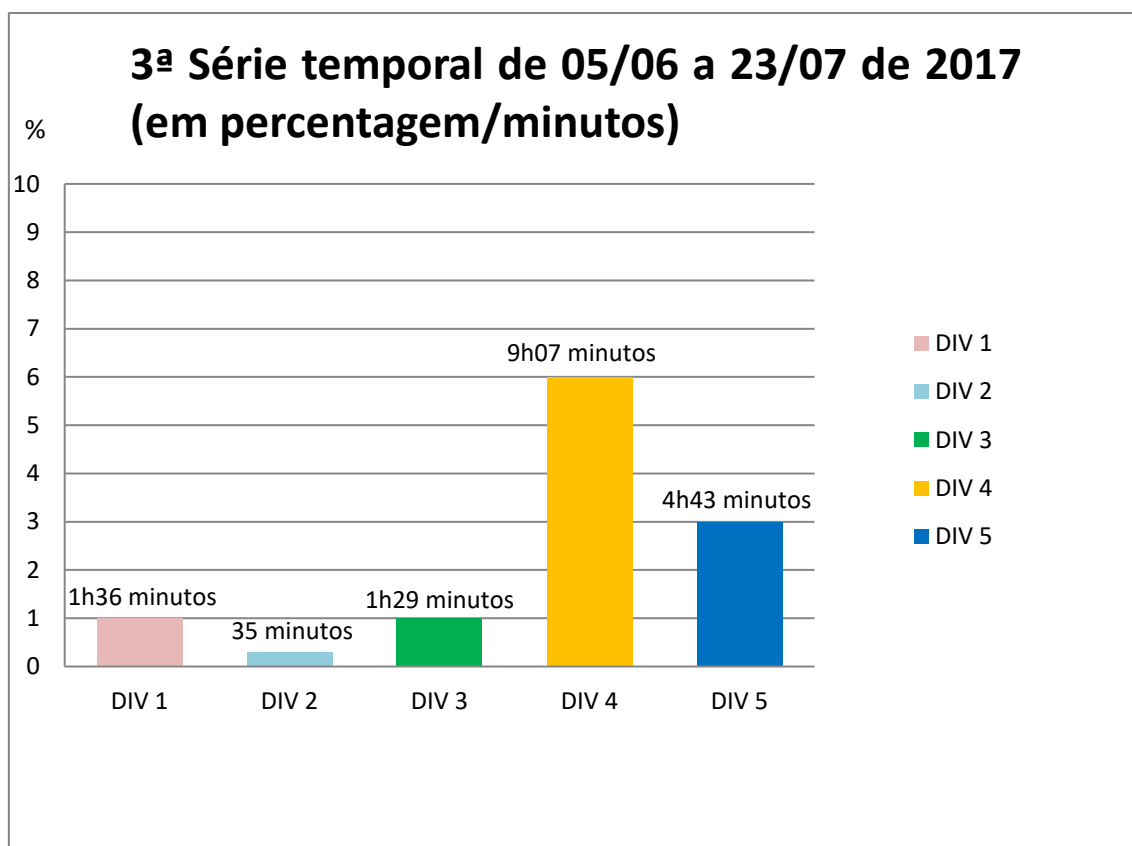
A partir do gráfico acima representado podemos verificar que a categoria DIV que obteve o valor mais alto de presença nesta primeira série temporal foi a DIV 4 – “Proteção do Património e da Cultura nacional/local”. Esta categoria esteve presente em 3% das grelhas de programação, não ficando muito distante da categoria DIV 5 que com 2% de presença foi o segundo elemento mais representativo desta série de análise. Já as categorias DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes” e DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento” apresentaram uma grande discrepância em comparação às categorias restantes. No total desta série temporal contabilizaram-se 8 horas e 52 minutos de conteúdos DIV, o que equivale a 7,2% da programação da mesma. Verificou-se ainda que no decorrer desta série temporal não houve nenhuma presença distintiva, em termos de conteúdos DIV, a ser transmitida.

1.2 Gráfico da segunda série temporal



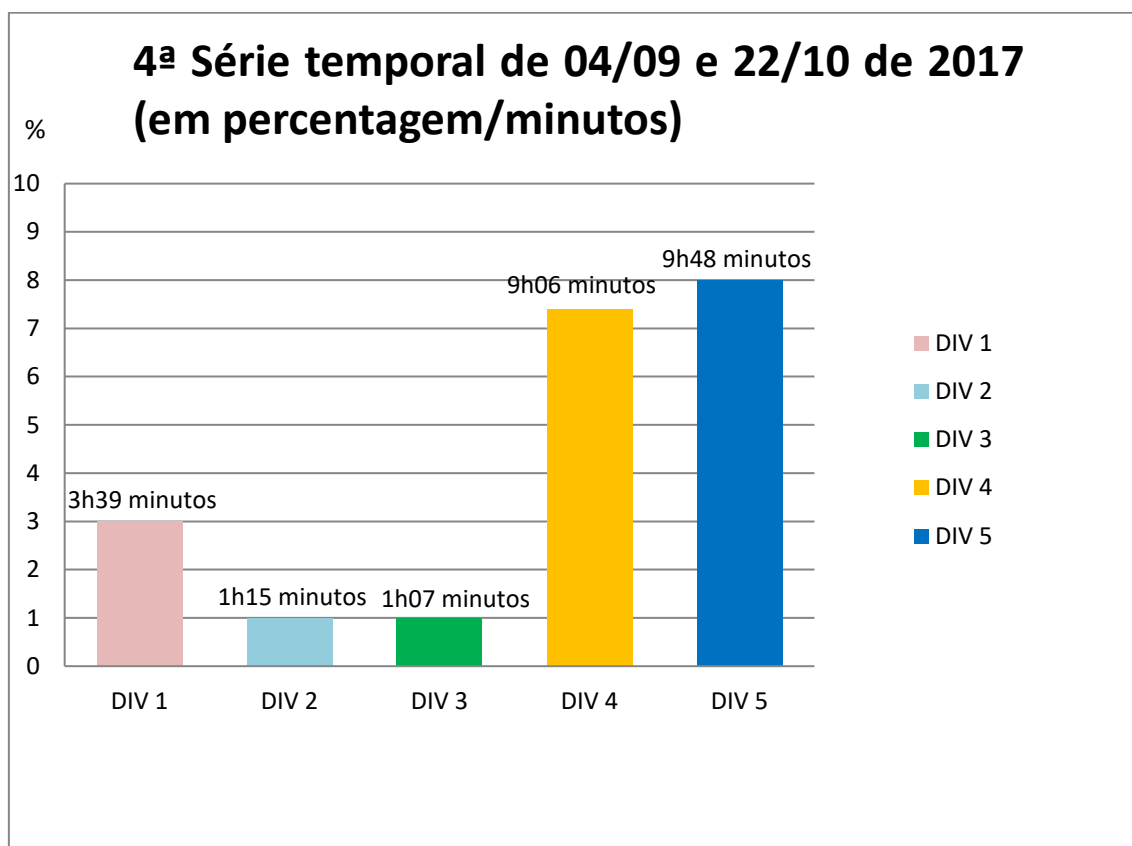
Nesta análise da segunda série temporal da programação da RTP1 foram maioritariamente contabilizados conteúdos pertencentes à categoria DIV 2, especificamente questões de “Exclusão/inclusão sociocultural”. Esta categoria esteve presente num total de dez programas, evidenciando-se, portanto, como a categoria mais distintiva. As oito horas aqui contabilizadas correspondem a um total de 7% da programação. Em comparação, as restantes categorias obtiveram uma representação mais equilibrada entre os 3% (DIV 3) e os 4% (DIV 1, 4 e 5). Foram contabilizados 25 horas e 9 minutos de conteúdos DIV, o que representa 16% da grelha de programação.

1.3 Gráfico da terceira série temporal



No gráfico acima representado verifica-se o aumento percentual da categoria DIV 4 em comparação com as restantes categorias. Esta discrepância deveu-se ao facto de, no decorrer desta série temporal, ter sido transmitida a eleição das “7 Maravilhas de Portugal – aldeias” nomeadamente na emissão de domingo (23/07 de 2017) durante 6 horas e 21 minutos. Para além deste programa, também o debate semanal “Prós e Contrás” contribuiu para o acréscimo da categoria com o tema “Portugal, Porque te Quero!” no qual se discutiram as razões que têm conduzido ao aumento de turistas em território nacional. Pouco representativa surge a categoria DIV 2, somente com 0,3% de presença na série temporal analisada. Este valor entra em contraste direto com os 6% do “DIV 4 – Proteção do Património e da Cultura Nacional/local”. Já as categorias DIV 1 e 3 obtiveram 1% de representação, cada uma delas. Nesta terceira série temporal contabilizaram-se 17 horas e 30 minutos de conteúdos DIV, ou seja, 11% da grelha de programação dessa série temporal.

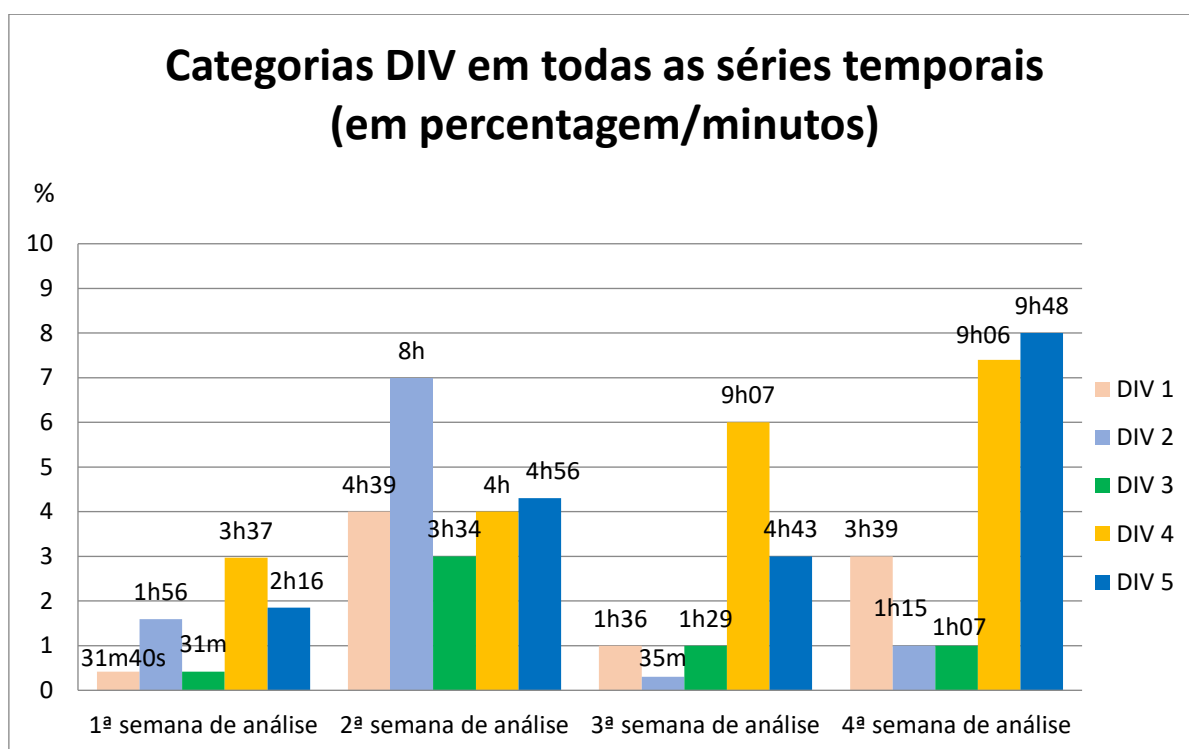
1.4 Gráfico da quarta série temporal



Na quarta série temporal verificou-se um significativo crescimento das categorias DIV 4 e 5, cujos valores percentuais são respetivamente de 7% e 8%. Para o valor da categoria DIV 4 – “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local” contribuiu em larga escala a transmissão do programa de talk-show “Aqui Portugal”, com 5 horas e 21 minutos de emissão. Para esta categoria destaca-se, ainda, o magazine “Hora dos Portugueses” que foi transmitido em quatro dias de análise. Já a categoria DIV 5 – “Diversidade de géneros de programação” obteve o valor mais alto de conteúdos DIV desta série temporal. Nesta categoria foram contabilizadas as transmissões dos programas de cultura e de humor. Os programas de humor foram todos transmitidos na emissão de quinta-feira (27/09 de 2017), enquanto os programas de cultura foram todos transmitidos na sexta-feira (06/10 de 2017). Há aqui uma evidente falta de heterogeneidade na programação, optando-se sempre pelo agrupar de diferentes programas de um só género televisivo no mesmo dia da emissão.

Em oposição, as categorias DIV 2 e 3 surgem com baixos valores de representação, o que se traduz no 1% de presença de cada uma delas. Na categoria DIV 2, destacou-se a transmissão do documentário “A Casa das Mães” na emissão de segunda-feira (04/09 de 2017) no âmbito das “Questões da Juventude”. Já a categoria DIV 3 foi verificada somente nos programas de talk-show “A Praça” e “Agora Nós”, bem como nas séries de ficção nacional “O Sábio”, “A Praça” e “Bem-vindos a Beirais”. Em cada um destes programas a abordagem a temáticas sobre “Pessoas com necessidades especiais” não ultrapassou os vinte minutos. Por último, na categoria DIV 1 destacou-se a transmissão do filme “Os Filhos da Meia-noite” no dia 14/10 de 2016 (sábado).

2. Gráfico comparativo de todas as séries temporais



O presente gráfico é o resultado final da análise das quatro séries temporais relativas à programação da RTP1. A partir daqui surgem algumas considerações finais que nos permitem estipular as tendências gerais do desenvolvimento, exposição e distribuição das categorias DIV. Assim, numa primeira abordagem podemos constatar que os valores da análise da 1ª série temporal são contrastantes com as restantes

análises, nomeadamente com a 4ª série. Uma das razões que justifica este aumento das categorias DIV é a própria programação que foi transmitida na primeira série temporal. Em Junho de 2016 Portugal competia no Campeonato Europeu de Futebol o que condicionou a programação do canal, principalmente à medida que nos aproximámos da final do Campeonato. A maioria dos programas analisados nesta série temporal foi desportivo (na primeira série temporal o género televisivo de “Desporto” ocupou 14 horas e 44 minutos da programação, em termos percentuais 9%), o que, só por si, se traduz numa clara falta de elementos DIV neste género televisivo. O programa “A Culpa é do Ronaldo” foi o único, do género desportivo, com recurso a tradução em Língua Gestual Portuguesa. Ainda que as traduções para Língua Gestual Portuguesa não tenham sido, em nenhuma análise, contabilizadas para a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento”, é importante salientar o pouco uso que é dado a este recurso.

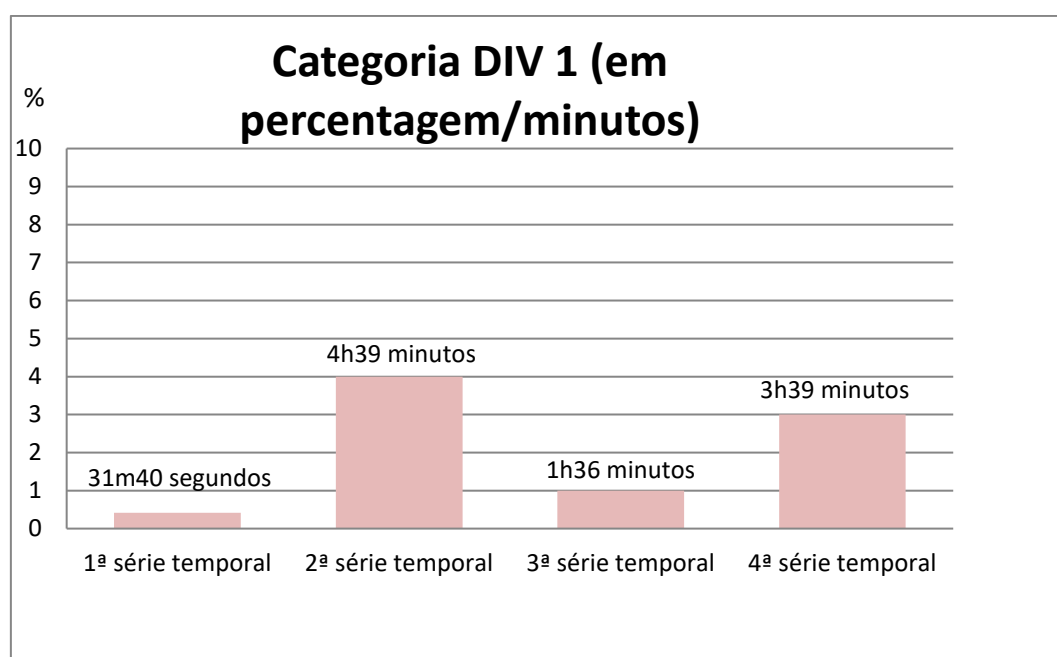
A segunda consideração a retirar do gráfico acima apresentado prende-se com o crescimento da categoria DIV 2 na segunda série temporal. Obtivemos neste período 8 horas de conteúdos DIV, uma diferença nesta categoria de cerca de 6 horas e 40 minutos em relação às restantes séries temporais. Esta segunda análise foi maioritariamente marcada por elementos de “Exclusão/inclusão sociocultural” e de “Questões da juventude” a partir de programas como “Mulheres Assim”, “Dentro”, “Bem-vindos a Beirais”, “No Mundo de Dickens” e “Miúdo Graúdo”.

Verifique-se, ainda, que ao longo das quatro séries temporais, a categoria DIV 4 permaneceu estável. Conforme demonstrado pelo gráfico, esta categoria teve um crescendo contínuo e nunca obteve discrepâncias ou redução do tempo de presença, ao contrário das restantes categorias. Perfez-se assim como a categoria com valores mais altos de presença. Para além disso é, sem dúvida, a única com presença e crescimento significativo. Na verdade, questões relacionadas com a “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local” são das mais assinaláveis em programas como “A Praça” e “Agora Nós”, com convidados fadistas e reportagens, ou diretos, em diferentes locais do património nacional. Para além destes programas, também a “Hora dos Portugueses” e o “Aqui Portugal” se destacaram por serem programas cuja temática, só por si, já se insere nesta categoria e porque, para além disso, são regulares na programação.

Coube à categoria DIV 2 constituir-se como a menos estável, ou como aquela que sofreu mais discrepâncias ao longo das séries de análise. Se na segunda série temporal esta categoria foi a mais presente, com 8 horas de transmissão, já na terceira série obteve somente 35 minutos. Para além disso não houve, em nenhuma série temporal, sinais de presença da subcategoria “Subculturas juvenis”. Destaca-se, ainda, o pouco desenvolvimento e relevância dada à subcategoria “Questões da juventude”, cujos valores contabilizados foram pouco significativos para a relevância que a categoria tem.

Por fim, é possível calcular os valores médios de presença de cada uma das categorias DIV, de forma a assinalarmos a escassez, ou preponderância, que lhes foi/é atribuída. Desta forma, a categoria DIV 1 obteve, ao longo das quatro séries de análise, uma média de 2 horas e 36 minutos de presença por série temporal. Pouco mais obteve a categoria DIV 2, com uma média de 2 horas e 56 minutos em cada série temporal, enquanto a categoria DIV 3 foi calculada com uma média de 1 hora e 40 minutos por série temporal. Já a categoria DIV 4 teve, em média, 6 horas e 27 minutos de frequência ficando equilibrada com a categoria DIV 5 que obteve 5 horas e 25 minutos.

3. Gráfico de todas as séries temporais por categoria DIV



Conforme se pode verificar pelo gráfico acima apresentado, os valores de representação de tudo o que incluía “A diversidade cultural, étnica e linguística” ou “O conteúdo intercultural, multiculturalismo” são pouco significativos, tendo-se verificado que, nas quatro séries temporais, ainda menos se desenvolveu a subcategoria “Pluralidade das expressões e vozes”.

Se na primeira série temporal obtivemos poucos minutos contabilizados para esta categoria, na segunda série pareceu existir um acréscimo exponencial de matérias deste teor. Em termos percentuais, da primeira para a segunda série temporal houve um aumento de cerca de 3% que não se voltou mais a verificar. Na verdade, na terceira série temporal houve sim um decréscimo acentuado desta categoria de, mais uma vez, 3%. Já na última série temporal voltámos a verificar uma subida (2%) de conteúdos aqui classificados.

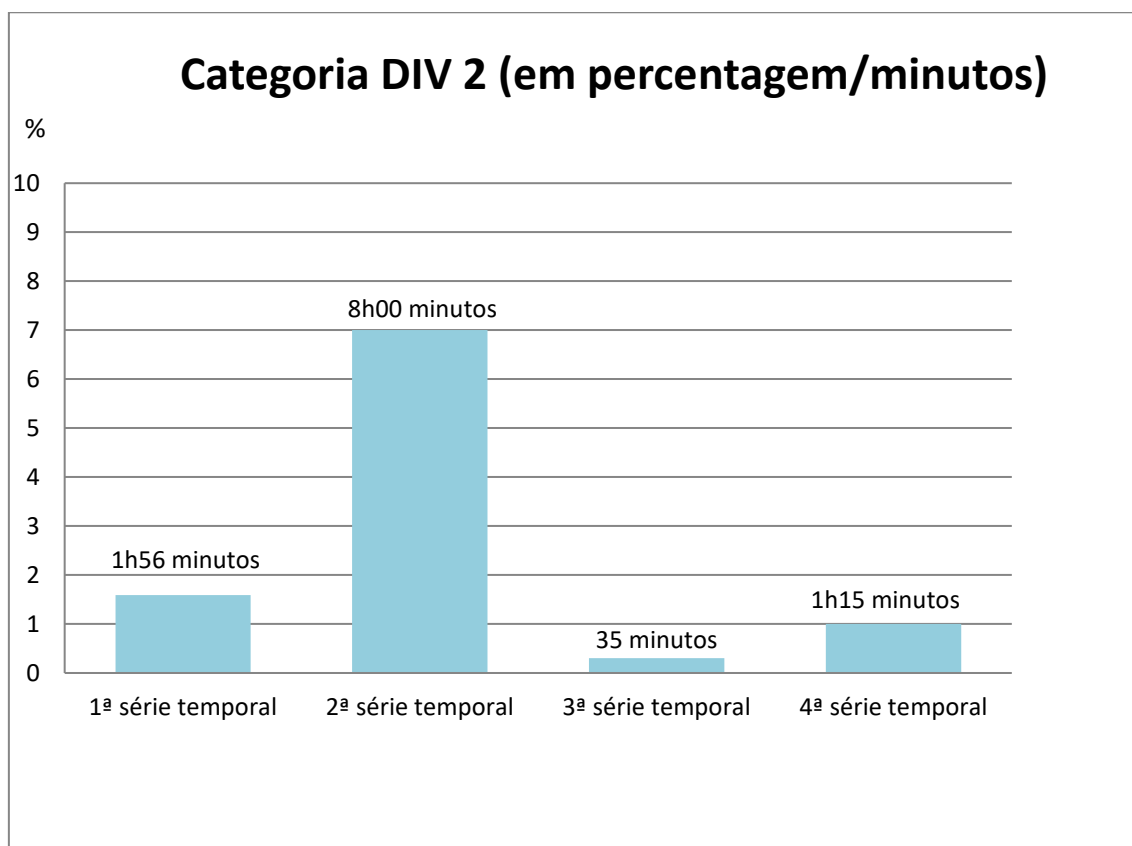
No total foram aqui contabilizados dezasseis programas diferentes, com uma prevalência dos géneros televisivos de talk-show e de ficção.

Programas inseridos na categoria:

- A Praça (Talk-show)
- Agora Nós (Talk-show)
- Alimentação: Verdades e Mentiras (Documentário)
- Aqui Portugal (Talk-show)
- Donos Disto Tudo (Humor)
- Life to Come (Documentário)
- Linha da Frente (Informação Não-diária)
- Mulheres Assim (Ficção)
- O Amor Tudo Vence (Ficção)
- Os Boys (Ficção)
- Os Filhos da Meia-noite (Ficção)
- Portugueses pelo Mundo (Magazine)
- Príncipes do Nada (Documentário)
- Sociedade Recreativa (Talk-show)

—Todas as Palavras (Cultural)

—Volta ao Mundo (Cultural)



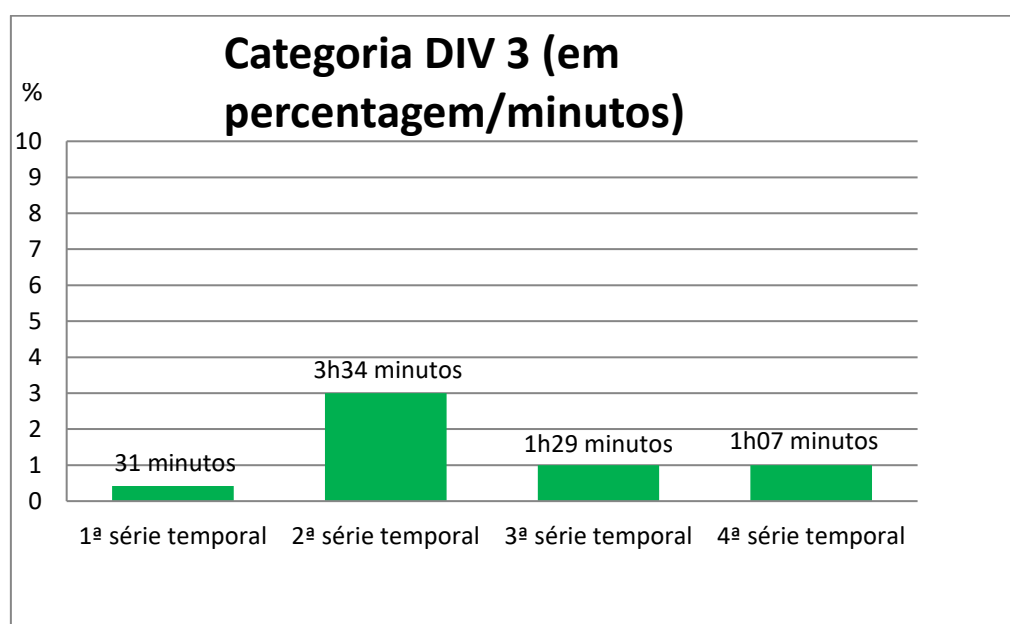
A partir do gráfico acima representado é imediatamente visível o aumento significativo desta categoria na segunda série temporal. Este aumento, de 6% em relação à primeira análise, desenvolveu-se maioritariamente a partir dos programas de ficção que foram transmitidos. Há, de facto, uma prevalência deste género televisivo nesta categoria, com um total de oito programas aqui assinalados.

Na terceira série temporal esta categoria alcançou um valor muito baixo de presença que não chega, sequer, a alcançar 1%. Em 113 horas e 43 minutos de programas analisados ao longo desta série temporal, somente 35 minutos foram sobre “Questões da Juventude; exclusão/inclusão sociocultural” e “Género e discriminação”. Há ainda que lamentar a falta de assuntos dedicados às “Subculturas juvenis”.

Também na quarta série temporal, a programação da RTP1 deu pouca relevância a estas questões com apenas 1% de minutos contabilizados.

Programas inseridos na categoria:

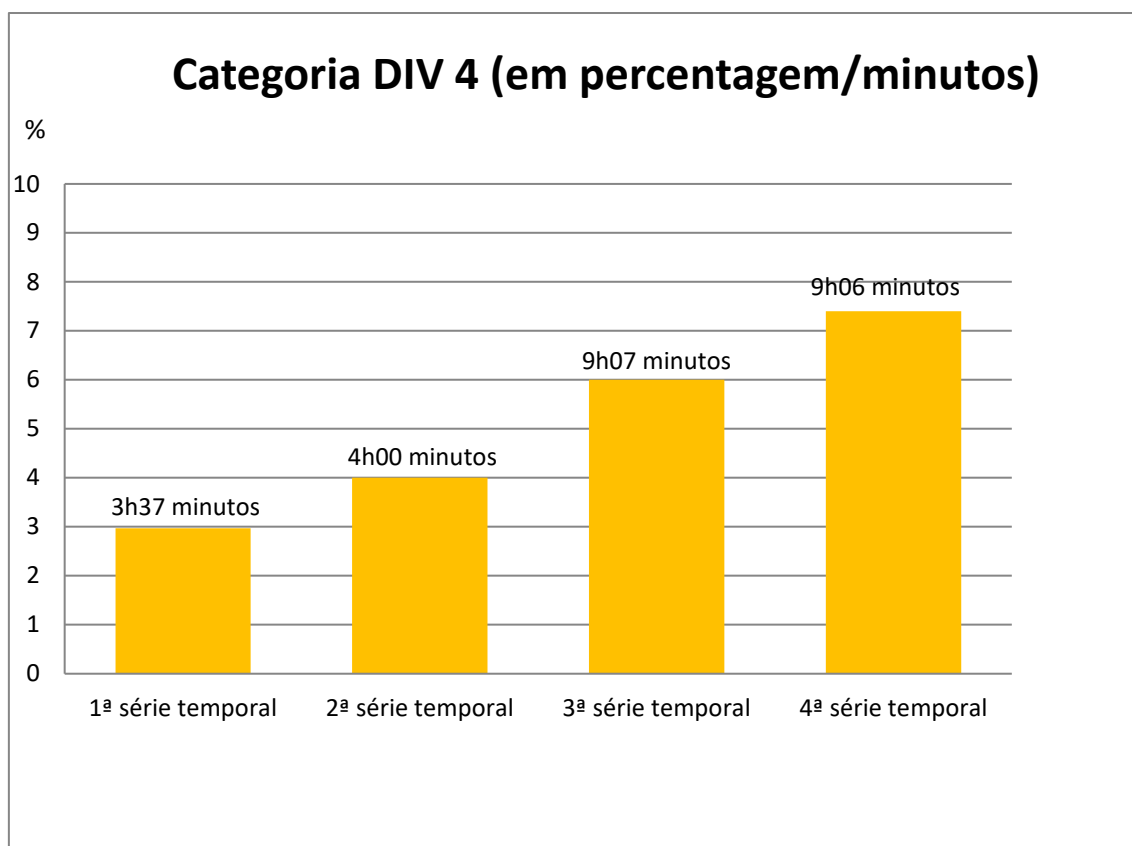
- A Casa das Mães (Documentário)
- A Praça (Talk-show)
- Agora Nós (Talk-show)
- Água de Mar (Ficção)
- Aqui Portugal (Talk-show)
- Bem-vindos a Beirais (Ficção)
- Consigo (Magazine)
- Dentro (Ficção)
- Diga Doutor (Magazine)
- Donos Disto Tudo (Humor)
- Miúdo Graúdo (Ficção)
- Mulheres Assim (Ficção)
- No Mundo de Dickens (Ficção)
- O Sábio (Ficção)
- Os Nossos Dias (Ficção)
- Príncipes do Nada (Documentário)
- Sociedade Recreativa (Talk-show)



O presente gráfico expressa os valores da categoria DIV com menor presença ao longo das quatro séries temporais (ver ponto 4). “Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento” é, por fim, uma categoria que para além de ter sido pouco desenvolvida é, maioritariamente, explorada somente nos programas de talk-show. A escassez de assuntos deste teor é evidente, tendo-se verificado ainda que as abordagens feitas a esta temática são pouco (ou nada) variáveis. Na terceira série temporal, mais precisamente na quarta-feira dia 21 de junho de 2017, o programa “Agora Nós” teve como convidada Andreia Vasconcelos, mãe de uma criança com trissomia 21, que luta diariamente com os preconceitos associados à doença do filho. Na quarta série temporal, no sábado dia 14 de outubro de 2017, o programa “Consigo” fez uma reportagem também sobre Andreia Vasconcelos, centrada na doença do filho. Isto evidencia que, para além da falta de matérias sobre esta temática, por vezes as abordagens feitas são as mesmas. Há, portanto, uma clara falta de desenvolvimento e de abrangência para esta categoria.

Programas inseridos na categoria:

- A Praça (Talk-show)
- Agora Nós (Talk-show)
- Aqui Portugal (Talk-show)
- Bem-vindos a Beirais (Ficção)
- Consigo (Magazine)
- Diga Doutor (Magazine)
- Luís de Matos (Entretenimento)
- O Avô Fugiu de Casa (Concursos)
- O Sábio (Ficção)
- Sociedade Recreativa (Talk-show)



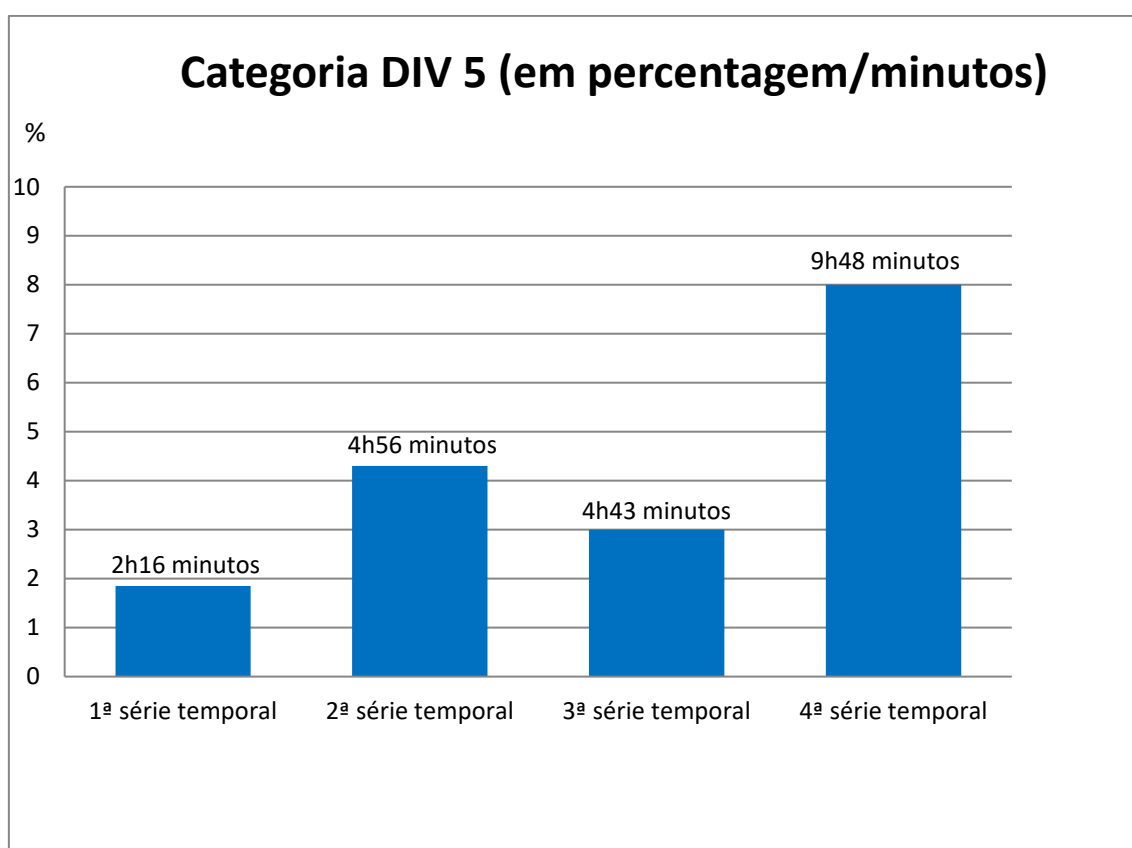
A partir do gráfico acima apresentado podemos depreender que o balanço final desta categoria é positivo. Para além de se ter registado um aumento constante de minutos sobre “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local”, obtivemos valores de presença significativos em comparação às restantes categorias. Da primeira à quarta série temporal houve um aumento de 4% desta categoria.

Verificou-se ainda que a presença desta categoria é variável em género televisivo, ainda que a sua incidência seja maior no género de talk-show.

Programas inseridos na categoria:

- 7 Maravilhas de Portugal – Aldeia (Talk-show)
- A Praça (Talk-show)
- Agora Nós (Talk-show)
- Aqui Portugal (Talk-show)
- As Horas Extraordinárias (Magazine)

- Cá por casa com Herman José (Humor)
- Hora dos Portugueses (Magazine)
- Linha da Frente (Informação Não-diária)
- Network Negócios 2017 (Magazine)
- O Sábio (Ficção)
- Os Nossos Dias (Ficção)
- Prós e Contras (Informação Não-diária)
- Sexta às 9 (Informação Não-diária)
- Sociedade Recreativa (Talk-show)



A presente categoria foi a segunda mais contabilizada nas quatro séries temporais. Para além disso, foi também a que registou uma maior abrangência de programas. Isto aconteceu primeiro porque na “Diversidade de géneros de programação” contabilizámos o valor de cada programa na sua totalidade o que, só por

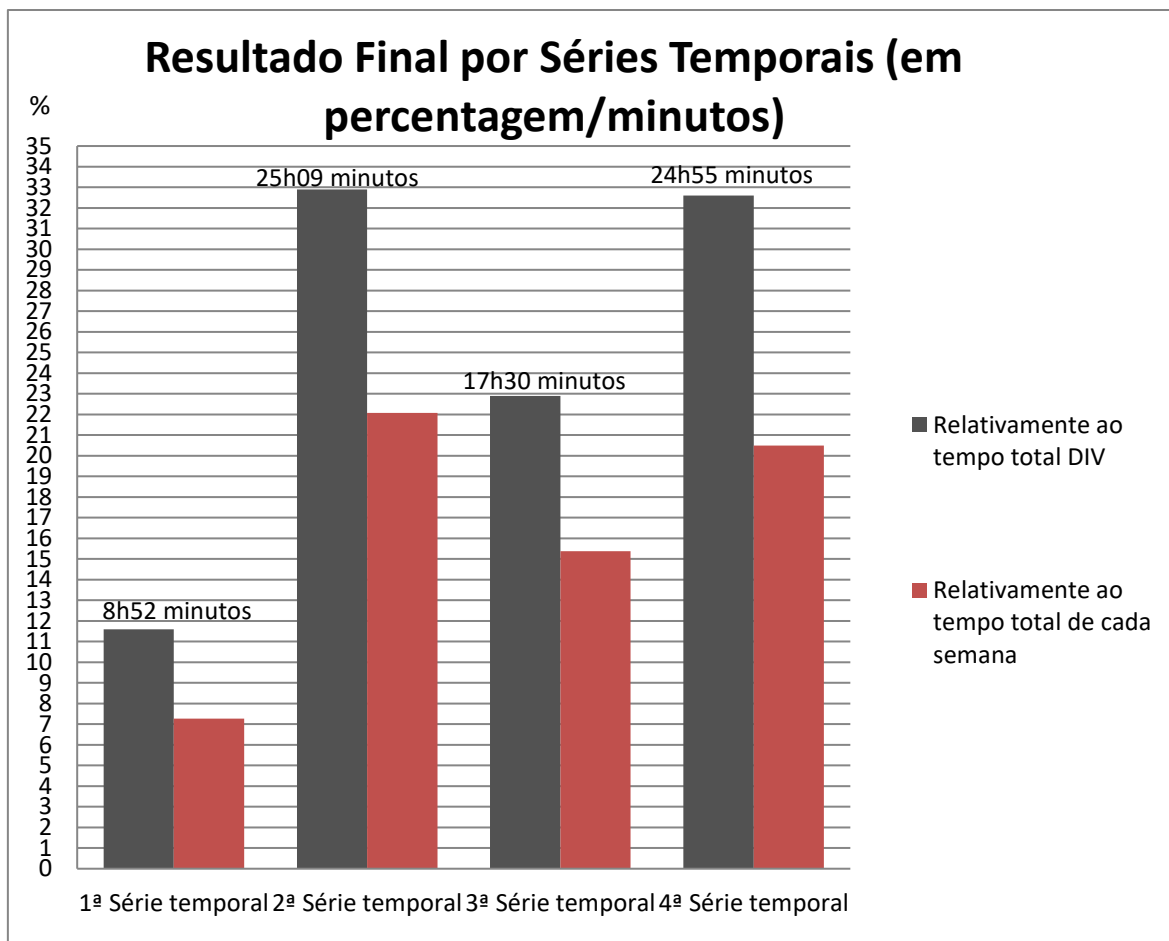
si, reflete o seu grande desenvolvimento. A grande abrangência de programas deve-se ao facto de terem sido aqui inseridos todos os programas que se destacaram em género, ou conteúdo, da restante homogeneização da programação televisiva. Assim, considerámos como “DIV 5” maioritariamente os programas de “documentário”, com pouca frequência na RTP1, programas de “Humor”, “Cultural” e “Musical”. Os restantes programas estão aqui englobados porque de alguma forma se debruçam sobre temáticas que raramente são transpostas para programas televisivos. Exemplo disso foram os programas: “Animais Anónimos”, “Diga Doutor”, “Magazine RTP Arena”, “Magazine RTP Arena eSports”, “Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender” e o programa do provedor, “Voz do Cidadão”.

Programas inseridos na categoria:

- Alimentação: Verdades e Mentiras (Documentário)
- Animais Anónimos (Magazine)
- ARQ. 3 (Cultural)
- BBC Terra (Documentário)
- Before the Flood (Documentário)
- Cá por casa com Herman José (Humor)
- Caminhos da Irmandade (Documentário/ Ficção)
- Colesterol: A Grande Farsa (Documentário)
- Diga Doutor (Magazine)
- Donos disto tudo (Humor)
- Gorongosa Paraíso Renascido (Documentário)
- John Olivier (Humor)
- Life to Come (Documentário)
- Linha da Frente (Informação Não-diária)
- Luís de Matos – Impossível (Entretenimento)
- Magazine RTP Arena (Magazine)

- Magazine RTP Arena eSports (Magazine)
- Marte (Documentário)
- Miguel Araújo ao Vivo no Coliseu do Porto (Musical)
- Nutriciência: Jogar, Cozinhar, Aprender (Documentário)
- Os Boys (Ficção)
- Os Livros (Cultural)
- Príncipes do Nada (Documentário)
- The Daily Show: Global Edition (Humor)
- Todas as Palavras (Cultural)
- Volta ao Mundo (Cultural)
- Voz do Cidadão (Magazine)

O seguinte gráfico traduz a tendência geral para a abordagem de conteúdos sobre “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local” e a escassez de conteúdos sobre “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”. É o retrato da análise a quatro séries temporais às grelhas de programação da RTP1 e a confirmação de que ainda que tenhamos obtido 16% de conteúdos DIV há desafios a ultrapassar e tendências a desenvolver.



A partir do gráfico acima representado podemos obter os valores de tempo DIV (relativos ao total de conteúdos DIV em cada série temporal) em oposição ao tempo total de análise. Assim, a primeira barra (cinzenta) permite-nos perceber em que medida é que cada série temporal contribuiu para o tempo total DIV registado ao fim das quatro séries temporais (76 horas e 26 minutos). Verifica-se, assim, que a segunda série temporal de análise obteve o valor mais alto de conteúdos DIV em termos percentuais, com uma relevância de 33% (25 horas e 9 minutos). A quarta série de análise obteve uma diferença de menos 14 minutos de conteúdos DIV, constituindo-se também com 33% de presença e com um total de 24 horas e 55 minutos. De seguida, seguindo a ordem decrescente, surge a terceira série de análise com 23% de conteúdos DIV (17 horas e 30 minutos). Por último, com valores muito abaixo das restantes séries de análise, coube à primeira série temporal ter a menor contribuição de conteúdos DIV com 12% (8 horas e 52 minutos).

Com a segunda barra (laranja) conseguimos perceber de que forma é que o tempo DIV de cada série temporal contribuiu para o tempo total de programação dessa

mesma série temporal, excluindo a informação diária. Seguindo uma ordem cronológica, observamos que a primeira série temporal teve 21% de conteúdos DIV (8 horas e 52 minutos) num total de 166 horas e 29 minutos de programação analisada. Na segunda série temporal obtivemos 20,2% de conteúdos DIV (25 horas e 9 minutos) num total de 158 horas e 16 minutos de programação. No caso da terceira série temporal, foram transmitidas 154 horas e 12 minutos de programação, das quais 17 horas e 30 minutos corresponderam a conteúdos DIV, traduzindo-se numa presença de 22%. Na última série temporal, (a quarta), contabilizámos 166 horas e 59 minutos de programação, das quais 24 horas e 55 minutos foram DIV. Obtivemos assim 20% de conteúdos DIV nesta série temporal.

A partir destes valores podemos concluir que uma série temporal contribuir mais ou menos para o total de conteúdos DIV não é diretamente proporcional ao facto de a mesma apresentar valores mais altos ou baixos de conteúdos DIV. Esta tendência deve-se, por fim, ao facto de o peso da informação diária ser diferente para cada série de análise temporal.

Em suma, podemos concluir que a segunda série temporal foi a que obteve o valor mais alto de conteúdos DIV com uma média diária entre os 13% (sábado, com 2 horas e 37 minutos) e os 31% (quinta-feira, com 4 horas e 59 minutos). Justifica-se o alto valor de conteúdos DIV deste dia de análise, maioritariamente, pela transmissão de 3 horas do programa “A Praça” dedicados a matérias sobre a “Exclusão/inclusão sociocultural”. A quarta série temporal, a segunda mais representativa de conteúdos DIV, teve uma oscilação entre os 7,4% (4ª feira) e os 59% (sábado). Na emissão de sábado foram contabilizados um total de oito programas com conteúdos DIV, variáveis em categoria. Já a terceira série temporal, surge também em terceiro lugar relativamente ao tempo total DIV, com uma presença de conteúdos variável entre os 2,2% (valor mais baixo contabilizado referente a terça-feira, com 20 minutos) e os 40% (domingo com 7 horas e 17 minutos). Os valores de conteúdos DIV contabilizados nesta terça-feira, 13 de junho de 2016, dividem-se entre a categoria “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” e “Proteção do Património e da Cultura nacional/local”. Já os valores registados na emissão de domingo, 23 de julho de 2016, são também relativos a esta última categoria. Por último, a série

menos representativa de todas foi a primeira série temporal. Aqui obtivemos uma média de conteúdos DIV entre os 3% e os 16%, destacando-se pela negativa os valores de emissão de conteúdos DIV 3 com 0,4% (31 minutos).

A presente investigação analisou na totalidade 471 horas e 8 minutos de programação da RTP1, excluindo os programas de informação diária. Para esta análise selecionámos quatro séries temporais: a primeira série temporal entre 24 e 30 de junho de 2016; a segunda série temporal entre 31 de outubro e 18 de dezembro de 2016; a terceira série temporal entre 5 de junho e 23 de julho de 2017 e, por último, a quarta série temporal entre 4 de setembro e 22 de outubro de 2017.

Destas quatro vagas de análise foram registadas 76 horas e 24 minutos de conteúdos DIV, em termos percentuais o correspondente a 16,21% da programação analisada. Este tempo total divide-se em cinco grandes categorias DIV estabelecidas por temáticas. Assim, obtivemos na categoria DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes” um total de 10 horas 25 minutos, ou seja, 2,2%. Na categoria DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação” contabilizámos 11 horas e 46 minutos, um valor de 2,5%. A categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento” foi verificada num total de 6 horas e 41 minutos, em termos percentuais 1,4%. A categoria com o valor mais alto de presença foi a DIV 4 – “Proteção do Património e da cultura nacional/local” com 25 horas e 48 minutos, ou seja, 5,5%. Por último, a categoria DIV 5 – “Diversidade de géneros de programação televisiva” com 21 horas e 43 minutos, uma presença de 5%.

Todas as categorias estiveram sempre presentes nas quatro séries temporais. A categoria DIV 4, sendo a mais contabilizada, esteve presente em todas as terças, quartas e quintas-feiras analisadas. Há, por fim, uma tendência padrão na distribuição das categorias consoante o dia da semana. Da mesma forma, também as categorias DIV 1 e DIV 2 foram registadas em todos os sábados em análise. Já a categoria DIV 1 não foi nunca encontrada às quintas-feiras, assim como a DIV 5 nunca surgiu às terças-feiras, tendo esta sido maioritariamente verificada em todos os domingos das séries temporais. Tal facto deve-se, essencialmente, para a programação de domingo ser, enfim, mais

diversificada do que nos restantes dias da semana. Existe uma tendência geral para a heterogeneidade da programação ser aos domingos, em oposição aos dias úteis da semana que denotam uma clara homogeneidade programática.

A programação da RTP1 divide-se em três períodos: manhãs, tardes e noites. De segunda a sexta-feira há um padrão de programação distribuído entre um programa informativo diário para iniciar o dia, seguido de um talk-show e para encerrar o período da manhã verificámos que, regra geral, surge um concurso televisivo. O período da tarde inicia-se com o Jornal da Tarde prosseguido por duas, ou três, séries de ficção nacional. Por fim, o período da tarde é finalizado por um concurso televisivo. No período noturno encontramos em primeiro lugar um novo programa informativo – Telejornal – prosseguido por, maioritariamente, um concurso televisivo ou um debate consoante o dia da semana. No resto da noite a programação é reservada a séries de ficção nacional ou internacional, filmes e, por último, televidas. Há exceções programáticas, nomeadamente aquando da transmissão de jogos de futebol (primeira série temporal) ou com a transmissão de programas de entretenimento diversos (quarta série temporal). Durante os fins de semana surgem mais facilmente programas de variedade temática ou de género televisivo diverso. Contudo, verificou-se também que ao domingo há menos programas que abordem as categorias DIV 1, DIV 2 e DIV 3 sendo que nestas duas últimas só houve um domingo que as abordasse.

Verificaram-se também algumas tendências gerais na escolha de horários para a transmissão de conteúdos DIV. O período da tarde concentra o maior número de conteúdos DIV, nomeadamente da categoria DIV 2. O período da manhã fica pouco abaixo do período da tarde, sendo a segunda fase do dia com a maior concentração de conteúdos DIV. Durante este período há um grande aglomerado da categoria DIV 4. Durante o período da noite há uma menor transmissão de conteúdos DIV, ainda assim durante este período é evidente a regularidade da categoria DIV 5. É neste período do dia que são transmitidos os programas por nós classificados de “Diversidade de géneros de programação televisiva”, nomeadamente os programas de “Humor”. Já no período da madrugada, horário escolhido para os programas de “cultura”, destaca-se também a categoria DIV 5. Foi na quarta série temporal que este período englobou o maior número de transmissão de conteúdos DIV.

Horário	Semanas	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Total
Manhã (7h-13h)		5	6	7	10	28
Tarde (13h-19h30)		5	12	7	10	34
Noite (19h30-00h)		2	13	5	3	23
Madrugada (00h-7h)		8	0	2	12	22
Total		20	31	21	35	107

Horário	Semanas	DIV 1	DIV 2	DIV 3	DIV 4	DIV 5	Total
Manhã (7h-13h)		4	9	8	11	8	40
Tarde (13h-19h30)		3	18	7	11	2	41
Noite (19h30-00h)		6	6	1	8	10	31
Madrugada (00h-7h)		2	2	2	10	11	27
Total		15	35	18	40	31	139

Para além da padronização dos horários da programação, evidenciou-se ainda uma maior inclinação para a escolha de temáticas DIV. Foi neste sentido que se verificou que, em todas as séries temporais de análise, há uma tendência para a categoria DIV 4 ser a mais presente, conforme ocorreu na primeira e na terceira vaga de análise. Na segunda série temporal verifica-se que a categoria mais presente é a DIV 2, e na última análise foi a DIV 5. Em segundo lugar na classificação das categorias DIV, verificou-se que a categoria DIV 5 surge em todas as séries de análise com exceção da quarta série de análise em que foi substituída pela categoria DIV 4. Constata-se, assim, que na única vez em que a categoria DIV4 não surgiu em primeiro lugar, foi substituída pela única categoria que ocupa sempre o segundo lugar – DIV 5.

Destaca-se ainda uma predisposição para que a categoria DIV 3 surja mais vezes em último do que as restantes categorias. Foi somente na terceira série temporal que esta categoria não surgiu em último no valor de presença, tendo ultrapassado a categoria DIV 2. Regra geral, também a categoria DIV 1 ocupou o terceiro lugar nas três últimas séries de análise. Em suma, a tabela de classificação das categorias classifica por ordem decrescente a presença das categorias com: DIV 4 em primeiro lugar com 5,5% (25 horas e 48 minutos), DIV 5 em segundo com 5% (21 horas e 43 minutos), DIV 1 em terceiro com 2,2% (10 horas e 25 minutos), DIV 2 em quarto lugar com 2,5% (11 horas e 46 minutos) e, em último, a categoria DIV 3 com 1,4% (6 horas e 41 minutos).

Mantendo a ordem decrescente, destacamos em primeiro lugar a categoria DIV 4 que obteve o maior valor de presença na quarta série temporal de análise com 9 horas e 6 minutos, ou 7,4%. Pelo contrário, na primeira série temporal alcançou o valor mais baixo de presença com 3%, a partir das 3 horas e 37 minutos contabilizados. Verificou-se ainda que esta categoria está presente maioritariamente em programas de talk-show e de magazine. Destaca-se o programa “Hora dos Portugueses” cuja transmissão, quase diária, em muito contribuiu para os valores contabilizados. Para além disso, também os programas “A Praça” e “Agora Nós” demonstraram particular interesse nesta categoria com rubricas, reportagens e convidados assíduos nesta temática.

De seguida, a categoria DIV 5 foi a que conseguiu ser contabilizada no maior número de programas. Tal evidência prende-se pelo facto de esta categoria ser precisamente para programas que se destaquem quer seja pelo género ou pelo conteúdo que apresentam. Pode, portanto, não ter sido a categoria mais presente mas foi a que englobou o maior número de programas desde culturais, humorísticos, documentais ou musicais. Esta categoria obteve o maior valor de presença na quarta série temporal, com 9 horas e 48 minutos contabilizados, logo 8% de presença. Na primeira série temporal alcançou o seu menor valor somente com 2% de presença, ou seja, 2 horas e 16 minutos de programação.

A categoria DIV 1 foi, maioritariamente, evidenciada em programas de talk-show e de ficção. Na segunda série temporal de análise destacou-se com 4 horas e 39 minutos contabilizados, logo 4% de assiduidade. Pelo contrário, na primeira vaga de análise foi menos contabilizada tendo obtido somente 0,4% de presença. Para esta categoria

destaca-se a falta de abrangência da subcategoria – “Pluralidade das expressões e vozes”, e a evidência da categoria “Diversidade linguística” e “Multiculturalismo”. A assiduidade destas duas subcategorias deve-se, em especial, à transmissão de programas de ficção em línguas estrangeiras ou, então, com universos culturais alternativos à realidade nacional. Ainda assim, a diversidade linguística verificada não fugiu à padronização dos conteúdos americanos, tendo-se verificado uma vez um filme indiano e, por vezes, filmes franceses.

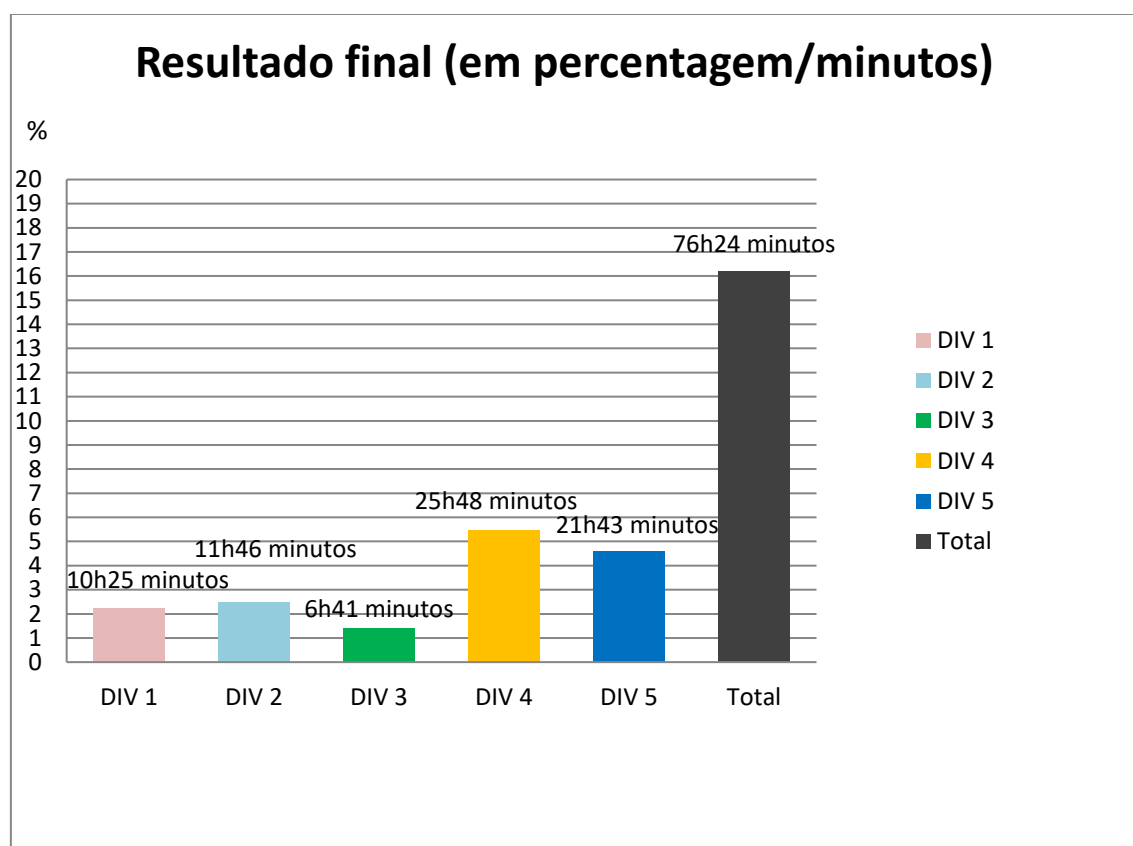
A seguinte categoria, DIV 2, obteve o seu valor mais alto de presença na segunda série temporal (7%) com um total de 8 horas contabilizadas. A terceira série temporal foi contabilizada como a vaga de análise onde esta categoria esteve menos presente obtendo, assim, somente 0,3% (35 minutos). É de salientar que, infelizmente, se verificou uma falta de conteúdos sobre “subculturas juvenis” em oposição à subcultura “inclusão/exclusão sociocultural” que destacou positivamente das restantes subcategorias. Há, ainda, uma tendência para que esta categoria seja abordada em programas de ficção, nomeadamente nas séries nacionais.

Por fim, coube à categoria DIV 3 destacar-se pela negativa devido aos baixos valores aqui contabilizados. Alcançou o maior valor de presença na segunda série temporal, com 3% de conteúdos (3 horas e 34 minutos). Foi na primeira série temporal que se registou o valor mais baixo (31 minutos), perfazendo um total de 1%. Esta categoria foi tendencialmente explorada em programas de talk-show, nomeadamente n’ “A Praça” e “Agora Nós”, notando-se que existe uma grande lacuna nas grelhas de programação em matérias deste teor bem como nas abordagens que lhes são feitas.

Finalizando, a segunda e a quarta série temporal destacam-se pela positiva ao longo destes dois anos de análise. Foram as duas vagas responsáveis pela grande parte dos conteúdos classificados como DIV. Mas ainda que os valores alcançados nas restantes semanas sejam baixos, há que perceber que não houve em nenhuma série temporal um dia com 0% de conteúdos. Todos os dias analisados obtiveram classificações DIV, assim como todas as categorias para esta análise estiveram sempre presentes. Não há valores significativamente negativos a serem destacados, não sendo também uma surpresa que a categoria DIV mais evidenciada diga respeito a questões de “Proteção do Património e da Cultura Nacional/Local”. Para além disso, reforça-se a

necessidade crescente de uma grelha de programação heterogénea em conteúdo e em formato televisivo de forma a englobar uma variedade temática e inclusiva, essencialmente inclusiva na sua génese.

4. Gráfico com a contagem final das quatro séries temporais analisadas



O presente gráfico é o resultado da soma de todas as categorias DIV ao longo das quatro séries temporais. Foram aqui contabilizadas 471 horas e 8 minutos de programação sem informação diária. Como resultado, conclui-se em primeiro lugar que a categoria DIV 4 obteve o maior valor de presença na programação. Há, portanto, uma clara abrangência de temáticas relacionadas com a “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local”. A esta categoria DIV 4 correspondem 25 horas e 48 minutos contabilizados, o que equivale a 5,47% do total da programação.

Em segundo lugar surge a categoria DIV 5, com 21 horas e 43 minutos aqui calculadas que representam 4,6% da programação analisada. Poder-se-ia considerar

que, dados estes valores, existe diversidade de géneros de programação na RTP1, no entanto não se deve esquecer que as grelhas de programação são ainda homogéneas em conteúdo e em género televisivo. Para além disso, existe um dia por semana definido para a transmissão de programas distintos da restante grelha de programação. Desta forma, os programas culturais estão todos agrupados na programação de sexta-feira e os programas humorísticos só são transmitidos à quinta-feira.

A categoria DIV 2 surge em terceiro lugar com 11 horas e 46 minutos contabilizados, ou seja, 2,49% de incidência. Uma diferença de poucos minutos em relação à categoria DIV 1, cujas 10 horas e 25 minutos se refletem em 2,21% das grelhas da programação. Por fim, a categoria DIV 3 foi a menos presente nos programas analisados. Nesta categoria DIV 3 foram somente contabilizadas 6 horas e 41 minutos, o que se traduz em 1,41% da programação. Na generalidade não há valores lineares em todas as categorias, até porque elas evidenciam grandes discrepâncias entre si. Da categoria mais presente (DIV 4), para a menos presente (DIV 3), há uma diferença de 19 horas e 7 minutos. Há, portanto, uma menor exposição de temáticas sobre a “Proteção do Património” ou uma quase omissão de assuntos dedicados a “Pessoas com necessidades especiais e idosos”. Seja qual for o ponto de vista, o intervalo de tempo que vai de uma categoria para a outra é demasiado substancial para ser desvalorizado.

Verifica-se também que a segunda série temporal foi a que mais contribuiu para o valor DIV total. Nesta série temporal contabilizaram-se 25 horas e 9 minutos de conteúdos DIV, dos quais 7% corresponderam à categoria DIV 2 (ver ponto 1.2).

No total, somadas as quatro séries temporais, contabilizámos 76 horas e 24 minutos de conteúdos DIV. Este valor representa 16,2% da programação analisada, o que nos permite constatar que o panorama da televisão pública portuguesa é, regra geral, positivo. Há uma evidente preocupação em articular os conteúdos da diversidade cultural na grelha de programação, favorecendo uma programação inclusiva e diversificada. Todavia, com estes valores não deixa de ser importante realçar que existem ainda algumas fragilidades na abordagem destes assuntos, bem como uma clara tendência para se abordarem sempre as mesmas temáticas DIV.

Para além disso, há também uma forte propensão para que a abordagem dos elementos DIV seja feita a partir de programas dos géneros Talk-show, de Ficção ou de Documentário. Programas de talk-show abordam questões da diversidade através de entrevistas a convidados especialistas, ou de alguma forma relacionados com estas temáticas. Os programas de ficção integram a diversidade cultural no enredo da história ou, no caso de filmes que abordem a DIV 1, a própria génese da ficção pode estar interligada com a diversidade linguística ou com multiculturalismo. Já os programas do género televisivo de documentário estão aqui englobados porque foram sempre rotulados na categoria DIV 5. Dos vinte e seis programas contabilizados para esta categoria, oito são do género “Documentário”. A categoria DIV 1 foi contabilizada em dezasseis programas, dos quais cinco são do género “Talk-show, Magazine e Entrevista” e outros cinco de “Ficção”. Foi também a categoria de “Ficção”, a que mais se evidenciou na categoria DIV 2 na qual contabilizámos dezassete programas no total, oito de ficção. Na categoria DIV 3 foram assinalados onze programas dos quais sete são de “Talk-show, Magazine e Entrevista”. Por último, a categoria DIV 4 foi evidenciada num total de catorze programas, dos quais oito são também do género de “Talk-show, Magazine e Entrevista”.

Desta análise qualitativa pode concluir-se que dos cinquenta programas analisados, ao longo das quatro séries temporais, não houve nunca um programa desportivo a abordar categorias DIV. A abordagem destas questões em programas do género “Concurso” é, também, praticamente nula.

Por fim, há evidências que merecem particular atenção. O presente estudo permitiu-nos concluir que em matéria de diversidade cultural há pouco desenvolvimento ao nível da abordagem de cada uma das temáticas. A maioria das questões contabilizadas foi abordada em programas de talk-show, nomeadamente n’ “A Praça” e no “Agora Nós”. Na sua totalidade, 20% dos conteúdos DIV analisados ao longo deste estudo foram obtidos através da transmissão destes dois programas de talk-show.

Em conclusão, na presente pesquisa, todos os programas da RTP1 foram analisados nas diferentes séries temporais, com exceção dos programas da informação diária, da qual, por questões metodológicas, apenas aqui foi feito um estudo exploratório. O estudo realizado corresponde à observação de quatro séries temporais

e dos respetivos conteúdos analisados entre junho de 2016 e outubro de 2017. No caso da RTP1 - 16,21% do tempo total de emissão é conteúdo genérico "DIV", sendo que os principais resultados da RTP1, por categorias DIV, são, portanto, os seguintes:

- DIV 1 - Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade de expressões e vozes - 2,21%
- DIV 2 - Questões juvenis; exclusão / inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação - 2,49%
- DIV 3 - Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento - 1,41%
- DIV 4 - Proteção do património e cultura nacional / local - 5,47%
- DIV 5 - Diversidade de géneros de programação televisiva - 4.6%

7.2 Síntese conclusiva da análise da programação da RTP2

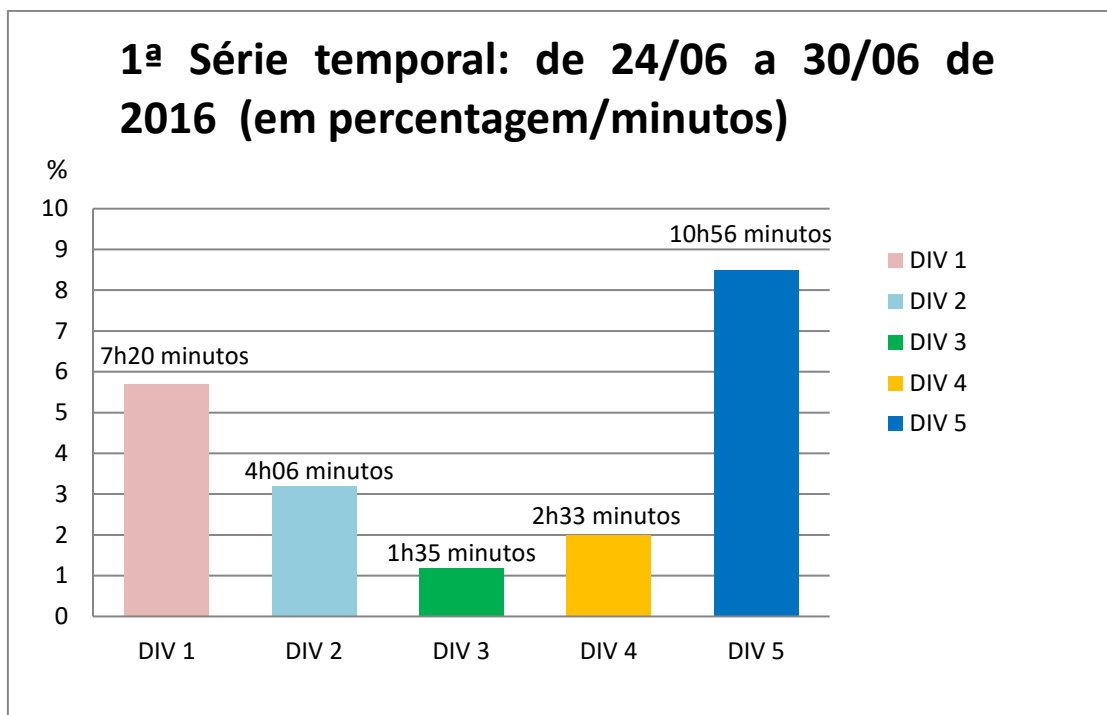
Tal como fizemos em relação à RTP1 vamos proceder à avaliação integrada dos dados finais relativos a este canal fazendo simultaneamente uma síntese final e retirando ainda as principais conclusões e valores finais obtidos a partir do estudo da programação das quatro séries temporais. Nos próximos gráficos serão considerados os valores agregados e finais das diferentes categorias de conteúdo DIV analisadas, que passamos a recordar:

Nos próximos gráficos serão consideradas as seguintes categorias:

- DIV 1 - A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes;
- DIV 2 – As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação;
- DIV 3 – Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento;
- DIV 4 – Proteção do património e da cultura nacional/local;
- DIV 5 – Diversidade de géneros de programação televisiva.

1. Gráficos das categorias DIV por série temporal analisada

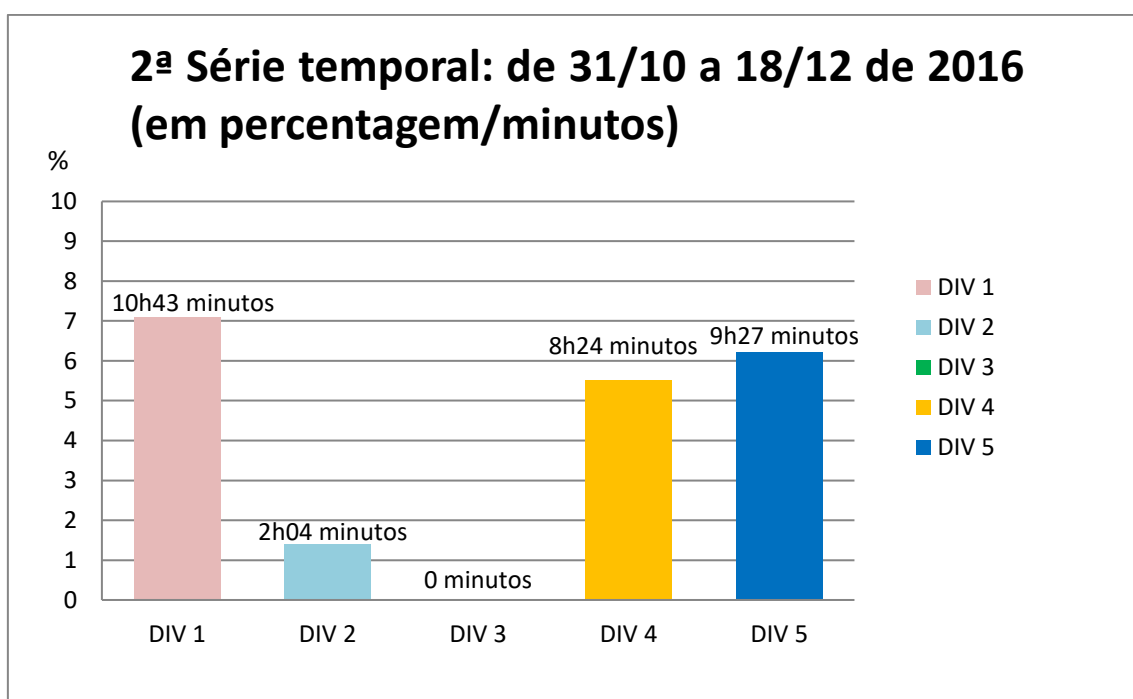
1.1 Gráfico da primeira série temporal analisada



A partir do gráfico acima representado podemos verificar que a categoria DIV que obteve o valor mais alto de presença nesta primeira série temporal analisada foi a DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva”. Esta categoria esteve presente em 8,5% das grelhas de programação analisadas, sendo, de longe, a mais representativa das cinco consideradas (10 horas e 56 minutos). Todavia, embora seja possível afirmar que há diversos programas que se destacam, no que toca ao género ou ao conteúdo, da homogeneização genérica da programação televisiva, torna-se necessário assinalar que perto de metade do tempo total da categoria (5 horas) tem origem na transmissão, em direto, das Finais da Taça do Mundo de Ginástica Artística (Feminina e Masculina) que constituem uma presença bastante atípica na grelha de programação do canal. A segunda mais presente foi a categoria DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”, com um total de 5,7% do tempo de emissão série temporal (7 horas e 20

minutos). As restantes categorias obtiveram valores muito mais baixos, sendo a menos representada a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”, com uma expressão de 1,2% (1 hora e 35 minutos). No ponto 3 será feita uma análise de carácter qualitativo sobre os programas/géneros televisivos que contribuíram para a maior ou menor expressão de cada categoria nas várias séries temporais. No total, nesta série temporal contabilizaram-se 26 horas e 31 minutos de conteúdos DIV, o que equivale a 20,5% da programação da mesma.

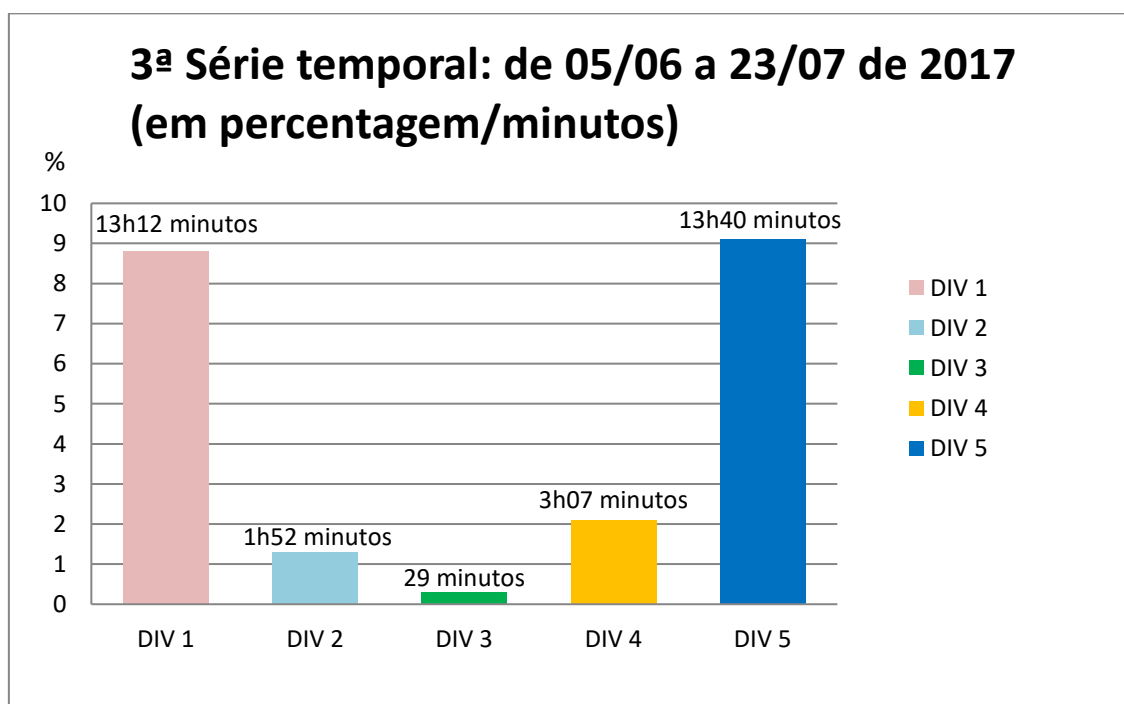
1.2 Gráfico da segunda série temporal analisada



Nesta segunda série temporal foram maioritariamente contabilizados conteúdos pertencentes a três categorias DIV. As primeiras posições inverteram-se comparativamente à anterior série temporal, da mesma forma que as diferenças percentuais entre as três categorias mais representadas se esbateram consideravelmente. Como categoria mais presente temos, então, a DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”, com um total de 7,1% do tempo de emissão série temporal 10 horas e 43 minutos). Em segundo e terceiro lugar aparecem,

respetivamente, a categoria DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva” (6,2% do tempo de emissão ou 9 horas e 27 minutos) e a categoria DIV 4 – “Proteção do património e da cultura nacional/local”, com uma expressão total de 8 horas e 24 minutos, correspondente a 5,5% do tempo de emissão da série temporal. Em sentido contrário, as categorias DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação” e DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” viram a sua expressão diminuir (para um total de 2 horas e 4 minutos, traduzíveis numa percentagem de 1,4%, no caso da DIV 2) ou desaparecer por completo (DIV 3). No total, nesta série temporal contabilizaram-se 30 horas e 38 minutos de conteúdos DIV, o que equivale a 20,2% da programação da mesma.

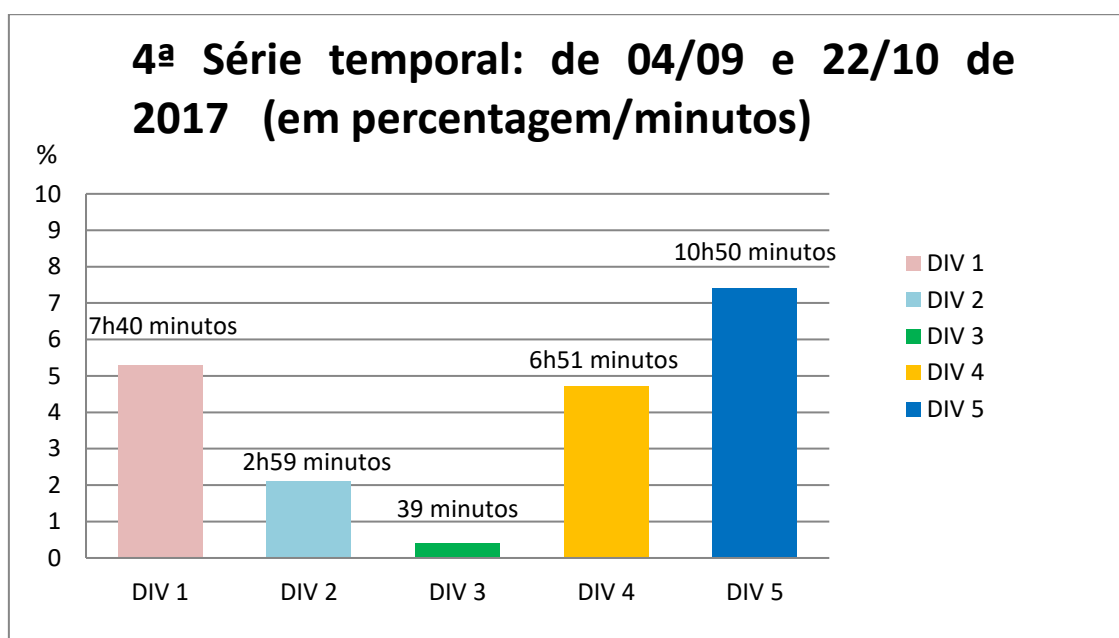
1.3 Gráfico da terceira série temporal analisada



No gráfico acima representado verifica-se que a presente série temporal é a que apresenta a maior disparidade entre as categorias mais e menos representadas. No extremo mais elevado, as categorias DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva” e DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo

intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”, contaram com 13 horas e 40 minutos (9,1% do tempo de emissão série temporal) e 13 horas e 12 minutos (8,8%), respetivamente. A terceira categoria mais representada, DIV 4 – “Proteção do património e da cultura nacional/local” perdeu 5 horas e 17 minutos, comparativamente à sua expressão na série temporal anterior ficando com 3 horas e 7 minutos, ou seja, 2,1% do tempo de programação da série temporal. A categoria DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação” surge em quarto lugar, com uma expressão semelhante àquela que havia registado na segunda série temporal, enquanto a DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” regressa ao gráfico em quinto lugar, com 29 minutos (0,3%), devido à presença de um programa dedicado à temática da evolução das próteses para permitir maior conforto e qualidade de vida às pessoas que precisam de as utilizar. No total, nesta série temporal contabilizaram-se 32 horas e 21 minutos de conteúdos DIV, o que equivale a 21,5% da programação da mesma.

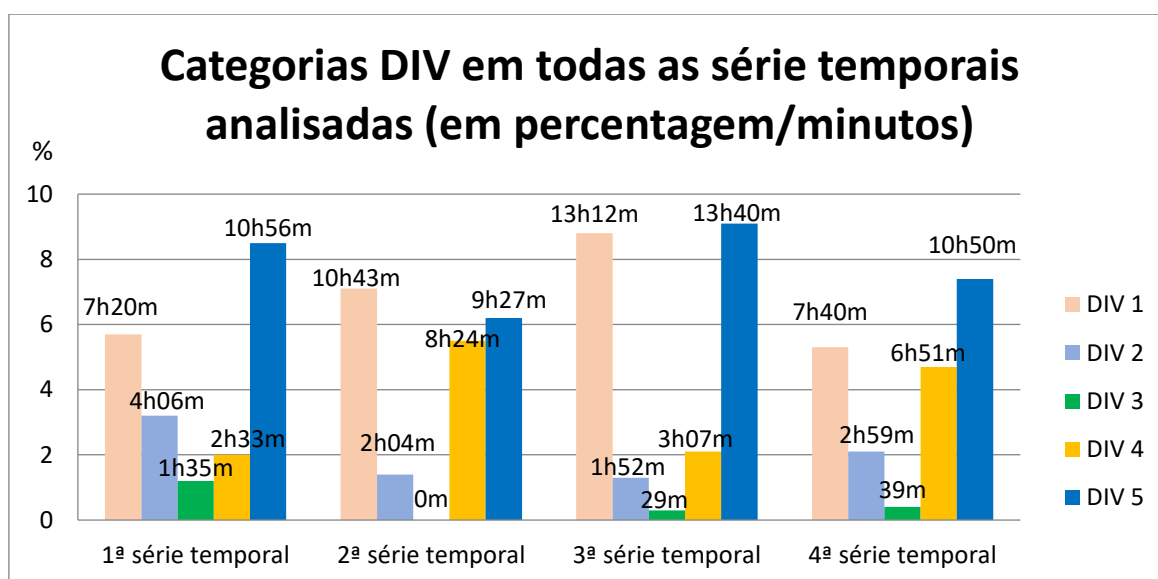
1.4 Gráfico da quarta série temporal analisada



Na quarta série temporal analisada verificou-se novamente um maior equilíbrio entre a expressão das várias categorias, embora as diferenças se mantenham significativas. Em primeiro lugar, surge, uma vez mais, a categoria DIV 5 – “Diversidade

de Géneros de Programação Televisiva”, desta feita com 10 horas e 50 minutos, equivalentes a 7,4% da programação. Em segundo e terceiro lugares aparecem, respetivamente, as categorias DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes” (7 horas e 40 minutos ou 5,3%) e DIV 4 – “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local”, com 6 horas e 51 minutos, total que corresponde a uma expressão de 4,7% do tempo série temporal. As categorias menos representadas (DIV 2 e 3) aumentaram ligeiramente a sua expressão relativamente à série temporal anterior. A quarta posição é ocupada pela DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação”, com um total de 2 horas e 59 minutos que se traduzem numa percentagem de 2,1%. Por fim, encontramos a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”, representada por um programa de 27 minutos e por duas rubricas de 6 minutos noutro programa, o que equivale a uma expressão de 0,4% do tempo total da série temporal. No total, nesta série temporal contabilizaram-se 28 horas e 59 minutos de conteúdos DIV, o que equivale a 19,9% da programação da mesma.

2. Gráfico comparativo de todas as séries temporais analisadas



O presente gráfico é o resultado final das quatro séries temporais de análise à programação da RTP2. A partir daqui surgem algumas considerações finais que nos permitem estipular as tendências gerais do desenvolvimento, exposição e distribuição das categorias DIV. Assim, numa primeira abordagem, podemos constatar que a categoria DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva” é aquela que surge mais vezes em primeiro lugar (em três série temporais), sendo, simultaneamente, a que apresenta o valor absoluto máximo mais elevado. Tal expressão verificou-se na terceira série temporal com 13 horas e 40 minutos (9,1% do tempo total dessa série temporal). A única série temporal em que a referida categoria não surge em primeiro lugar é a segunda série. Nesta série temporal, a categoria mais presente é a DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”, com um total de 10 horas e 43 minutos ou 7,1% do tempo de emissão da mesma (nas restantes séries temporais a categoria DIV 1 é a segunda mais representada). Por outro lado, a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento” é sempre a categoria menos presente, chegando mesmo a não ter qualquer expressão na segunda série temporal. Já a categoria DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação” encontra-se sempre em quarto lugar, sendo a segunda categoria mais estável no que respeita ao tempo que lhe é dedicado e à percentagem relativa que ocupa (com uma média de 2 horas e 46 minutos por série temporal, a soma dos desvios a esse valor em cada série temporal equivale a 3 horas e 9 minutos, ou seja, cada série temporal afasta-se cerca de 47 minutos da média obtida). Em sentido contrário, pese embora o facto de aparecer sempre em terceiro lugar, a categoria DIV 4 – “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local” é a mais instável em termos absolutos, com grandes variações ao nível do tempo ocupado em cada série temporal (a média corresponde a 5 horas e 14 minutos por série temporal, enquanto a soma dos desvios ascende a 9 horas e 35 minutos, ou seja, cada série temporal afasta-se cerca de 2 horas e 24 minutos deste valor médio). Apesar de não ter qualquer expressão na segunda série temporal, a categoria mais estável ao longo das séries temporais é a DIV 3, com uma média de 41 minutos por série temporal e um desvio total de 1 hora e 49 minutos relativamente a este valor (27 minutos em cada série temporal). O valor médio de representação das restantes categorias é de 9 horas e 44

minutos para a DIV 1 (desvio total de 8 horas e 55 minutos e, por série temporal, de 2 horas e 14 minutos) e de 11 horas e 33 minutos para a DIV 5 (desvio total de 4 horas e 53 minutos e, por série temporal, de 1 hora e 13 minutos).

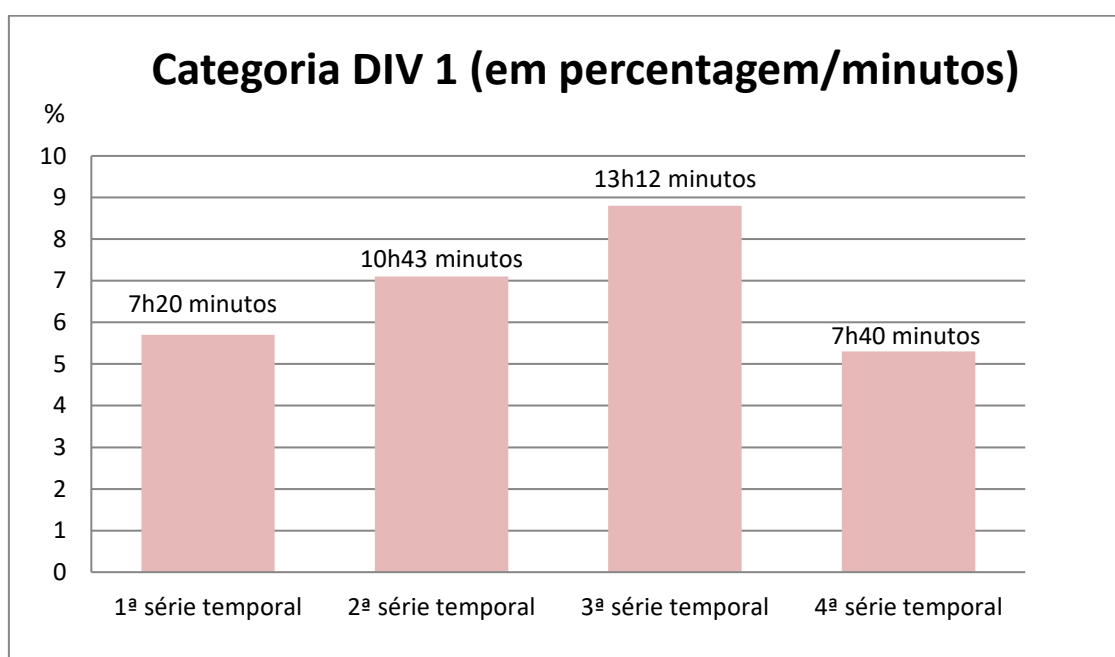
Atendendo à evolução da expressão das várias categorias ao longo das quatro séries temporais, é possível afirmar que as categorias DIV 2 e 3 tiveram a sua expressão máxima na primeira série temporal, já que, não obstante o facto de terem aumentado um pouco na última série temporal, não regressaram à expressão obtida inicialmente. Aqui falamos, contudo, de variações percentuais relativamente baixas. A partir daqui, estamos perante variações mais significativas: a categoria DIV 1 aumenta até à terceira série temporal e depois decresce na quarta. Curiosamente, a série temporal em que é a primeira em termos relativos (segunda série temporal) não coincide com aquela em que tem maior expressão em termos absolutos (13 horas e 12 minutos na terceira série temporal). Tal é explicado através da observação da oscilação dos valores apresentados pela categoria DIV 5, a qual vê a sua expressão reduzir consideravelmente na segunda série temporal, de tal forma que perde o primeiro lugar (na segunda série temporal temos, então, 10 horas e 43 minutos para a DIV 1 e 9 horas e 27 minutos para a DIV 5). A presença da categoria DIV 5 volta, depois, a aumentar na terceira série temporal (atingindo o valor máximo já referido) para diminuir, uma vez mais, na quarta série temporal (desta vez não o suficiente para deixar o primeiro lugar). A DIV 4, por sua vez, evolui de forma contrária: aumenta na segunda série temporal (para o valor máximo), decresce na terceira e volta a aumentar na quarta.

Quanto à distribuição dos conteúdos DIV no interior de cada série temporal, verifica-se que as mesmas não são homogéneas, dado que apresentam grandes desequilíbrios. Calculando o valor médio atribuído aos conteúdos DIV das cinco categorias em cada série temporal torna-se possível perceber que, se as várias categorias tivessem uma expressão semelhante, cada uma teria uma percentagem próxima dos seguintes valores médios: 5 horas e 18 minutos para cada categoria na primeira série temporal; 6 horas e 8 minutos na segunda série temporal; 6 horas e 28 minutos (terceira-série temporal); e 5 horas e 48 minutos (quarta-série temporal). Todavia, a observação do gráfico torna evidente o facto de que os valores existentes se afastam significativamente deste valor médio.

A série temporal mais desequilibrada é, então, a terceira, já que, somando os valores apresentados pelas cinco categorias, percebemos que se afastam do valor médio em 27 horas e 51 minutos, o que significa que cada categoria se afasta cerca de 5 horas e 34 minutos do valor médio. Nesta série temporal, em particular, aumentou significativamente a expressão da categoria DIV 1 graças à mais regular exibição de filmes e séries de qualidade em vários idiomas (nomeadamente Francês, Dinamarquês, Hebraico ou Japonês), o que contribui para a “diversidade linguística”. Tal deve-se, ainda, à maior presença das subcategorias “Pluralidade das expressões e vozes”, “diversidade cultural e étnica” e “conteúdo intercultural” devido, por um lado, ao espaço dado a várias religiões e, por outro, à exibição de documentários, concertos e séries, onde coabitam costumes e crenças diversificados e através dos quais somos confrontados com realidades culturais diferentes da nossa. Aumentou, igualmente, a expressão da categoria DIV 5, dado que foram transmitidos mais programas em géneros habitualmente menos presentes na grelha ou dedicados a conteúdos alternativos. Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), concertos (ópera e músicas de vários países), apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, um concurso com atividade física para crianças e jovens, entre outros. Contrariamente, a categoria DIV 4 perdeu expressão nesta série temporal por ser representada por poucos programas (documentários e magazines), e não ter expressão todos os dias. Desta forma, o número de minutos no ar é reduzido, embora, em geral, se tratem de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico e ambiental) de vários pontos do país e algumas tradições que se mantêm ou que regressaram. No que respeita à categoria DIV 2, é possível afirmar que a subcategoria “Subculturas Juvenis” não teve qualquer expressão ao longo das quatro séries temporais, enquanto as restantes apareceram em poucos momentos, nomeadamente breves rubricas em magazines, presença em séries e, raramente, documentários sobre os temas inseridos nas mesmas. Por fim, a categoria DIV 3 surgiu em pouquíssimas ocasiões, sendo que as subcategorias “Idosos” e “Experiências de Envelhecimento” tiveram expressão exclusivamente na primeira série temporal através da transmissão de um magazine cujo tema foi “Como se vive a terceira idade em

Portugal?”. Em sentido inverso, a série temporal mais equilibrada é a primeira, embora o valor do desvio em relação ao valor médio também seja considerável neste caso (15 horas e 19 minutos ou cerca de 3 horas e 4 minutos de afastamento para cada categoria).

3. Gráficos de todas as séries temporais analisadas por categoria DIV



A presente categoria é aquela que apresenta a segunda maior expressão, somando as quatro séries temporais analisadas. Conforme se pode verificar pelo gráfico acima apresentado, a primeira série temporal é aquela que apresenta uma menor expressão absoluta da categoria aqui considerada, com um total de 7 horas e 40 minutos (5,7% do tempo de programação da série temporal). As subcategorias mais presentes foram “Diversidade Cultural”, “Diversidade Étnica” e “Pluralidade de Expressões e Vozes”. Tal deve-se a presença constante de diversas visões religiosas, assim como ao destaque dado (através de vários géneros como documentário, magazine e ficção) à presença de pessoas com diversas origens e culturas no ecrã, o que permite conhecer e valorizar pontos comuns e diferenças verificadas, já que os programas possibilitam a construção de um pensamento crítico, uma vez que são ouvidas diferentes vozes de

forma construtiva e não superficial. As restantes subcategorias têm uma expressão mais baixa ou inexistente, muito devido às características das (muitas) séries estrangeiras transmitidas, as quais contribuem pouco para a existência de diversidade cultural na programação. A quarta série temporal, com uma expressão absoluta um pouco superior (7 horas e 40 minutos), surge com uma percentagem menor (5,3%), uma vez que, nesta série temporal, o tempo dedicado à informação diária foi muito inferior (questão explicada no ponto 4). Ainda assim, apesar da semelhante expressão total das duas séries temporais, torna-se necessário assinalar a maior presença da subcategoria “Conteúdo intercultural”, presente em duas séries nesta última série temporal.

A maior expressão (relativa e absoluta) registou-se, então, na terceira série temporal analisada, com 13 horas e 12 minutos (8,8% do tempo de programação da série temporal). Houve, aqui, uma maior diversidade no que se refere aos géneros televisivos onde a categoria esteve presente (incluindo um concerto) e às temáticas/conteúdos abordados que passam a abranger todas as subcategorias. A segunda série temporal, com 10 horas e 43 minutos (7,1%) tem a segunda maior expressão. Todavia, ao nível da abrangência de géneros televisivos presentes e de temáticas abordadas, esta série temporal apresenta mais semelhanças com as séries temporais onde a expressão da categoria é menor.

É necessário, ainda, enfatizar alguns programas que se destacaram na representação da presente categoria, quer devido à sua presença constante, quer devido à relevância do seu conteúdo para a promoção de diversidade na grelha de programação da RTP2. São eles:

- A Fé dos Homens (todas as séries temporais). Transmitido de segunda a sexta-feira em todas as séries temporais, é a expressão da diversidade religiosa existente em Portugal. Embora haja uma predominância clara da Igreja Católica Portuguesa, seguida pela Aliança Evangélica Portuguesa, é visível o esforço de ouvir várias vozes ligadas às diferentes religiões seguidas em Portugal. É-lhes dado tempo de antena, cabendo a responsabilidade sobre os conteúdos exibidos a cada uma das religiões intervenientes.
- Olvido (primeira série temporal). O programa em análise é de 2008, um filme documental da realizadora Heddy Honigmann que se desenrola em Lima, no Peru. É

contada ao espetador a história do passado recente do Perú ao mesmo tempo que é feito um retrato da situação atual do país. Para a construção do enredo contribuem histórias e experiências de vida, verificando-se uma alternância entre as promessas políticas e a realidade que se vive nas ruas, as condições miseráveis de um povo esquecido. A crise económica, a falsa democracia, a corrupção política, os golpes de estado, o terrorismo, o contraste alarmante entre ricos e pobres, marcam profundamente este filme documental, mas, mais que tudo, marcam uma nação. Ao longo de todo o programa verifica-se a presença de conteúdos DIV: A “Diversidade cultural, étnica e linguística” é clara, uma vez que somos confrontados com diferentes costumes e formas de viver, da mesma forma que, ao não ser dobrado, ouvimos o idioma original: espanhol. Além disso, são múltiplas as vozes presentes no documentário, pelo que podemos considerar que existe uma “Pluralidade das expressões e das vozes” considerável.

- O Mundo de Cá (primeira série temporal). O documentário começa em Goa, a cidade onde os portugueses quiseram fazer um espelho de Portugal. Alguns templos perdidos no interior mostram o passado próprio do território e uma viagem até às belíssimas arquiteturas de Bijapur, no interior da Índia, introduz a cultura muçulmana e a obra dos sultões Adil – Shah que dominavam Goa antes da chegada dos portugueses. No Passo de Benastarim, referem-se os contactos entre portugueses e muçulmanos.

- O Bairro (segunda e terceira série temporal). Série israelita escrita por Giora Chamizer e produzida para o *Nickelodeon Israel*. Tem como título original *Shchuna* e a RTP traduziu-o para *O Bairro*. A série conta a história dos *David*, uma família que vive num bairro social situado no meio de uma das cidades mais ricas do país. Ben é um viúvo com cinco filhos que luta para sustentar a família, tarefa difícil uma vez que os seus negócios falham. Trata-se de um conteúdo particularmente interessante por ser uma série destinada a um público jovem, mas num idioma pouco familiar, reforçando nos mais novos a ideia de que os jovens de países distantes podem não ser tão diferentes como por vezes são retratados nos media portugueses, da mesma forma que recorda a existência de várias línguas no mundo ao ser transmitido sem dobragem (e, portanto, em hebraico), com legendas em português.

- Wru? (segunda, terceira e quarta série temporal). Nesta série, destinada principalmente a um público jovem, dois adolescentes contam as suas viagens pelo mundo, mostrando interação com os locais e com os hábitos e atividades mais importantes das zonas visitadas. A exposição da informação é feita de forma simples e apelativa, na forma de uma conversa entre os jovens.

- Festival Músicas do Mundo Sines 2017 (terceira série temporal). Exibição do diário de um festival de música onde atuam cantores de vários países, com diferentes culturas, mas também com semelhanças: Portugal, Moçambique, Brasil e Angola.

Para além dos programas já mencionados, também a programação “Infantil” contribui de forma qualitativa (já que os minutos não são contabilizados) para a expressão desta categoria:

Primeira Série temporal: na 6ª feira (24 de junho de 2016), o episódio de “Zig Zag” revela “Diversidade Cultural” ao dar a conhecer monumentos, gastronomia e curiosidades de Atenas, capital da Grécia. No dia seguinte (sábado – dia 25 de junho de 2017), é o episódio de “Cleo” que apresenta “Diversidade Cultural, Étnica e Linguística”. Cleo é uma cadela e Elsa é a sua dona. Elsa recebe um amigo indiano e como não conseguem entender-se com palavras, ele ensina danças do seu país – a cadela percebe que existem várias línguas no mundo e dizem algumas palavras em diversas línguas. Na quinta-feira, dia 30 de junho de 2016, a presente categoria encontra-se em dois momentos: na “Ilha das Cores” é feita uma abordagem à existência, e respetiva importância, de diversas línguas e costumes em diferentes países (“Diversidade Cultural e Linguística”); por fim, em “Zig Zag”, o minuto sobre capitais é, desta feita, dedicado a Paris, capital de França, explicando curiosidades, gastronomia e monumentos emblemáticos da cidade (“Diversidade Cultural”).

Quarta série temporal: na 5ª feira (28 de setembro de 2017), o episódio de “Zig Zag” revela “Diversidade cultural” ao dar a conhecer monumentos e gastronomia de Santiago, capital do Chile. No mesmo dia, vemos um dos episódios de “Vipo, as Aventuras do Cão Voador”, um desenho animado no qual um cão voador dá a volta ao mundo dando a conhecer alguns pontos-chave do país visitado em cada episódio, através da mistura entre fantasia e realidade.

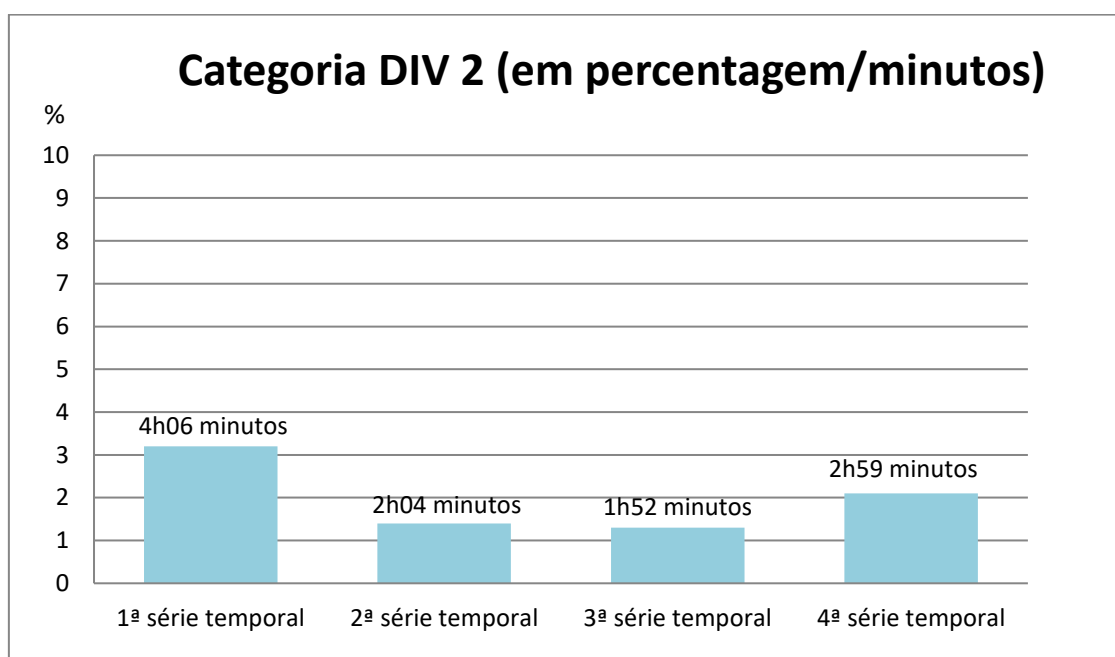
No total foram aqui contabilizados 28 programas diferentes, com uma prevalência dos géneros televisivos ficção, magazine e documentário.

a. Programas inseridos na categoria²⁵:

- A Fé dos Homens – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Olvido – Diversidade cultural, étnica e linguística (22m30 segundos); Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Contentor 13 – Diversidade Étnica;
- 70x7 – Diversidade Étnica;
- Terras de Monção – Diversidade Cultural e Étnica;
- Sociedade Civil – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- O Mundo de Cá – Diversidade Cultural, Étnica e Linguística; Conteúdo Intercultural; Multiculturalismo.
- Afinidades – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- O Bairro – Diversidade Linguística;
- Agência Clandestina – Diversidade Linguística;
- Efeito Borboleta – Diversidade Cultural;
- Portugal 3.0 – Pluralidade das Expressões e Vozes;
- Vidas de Chapa, Vidas com Sonhos – Diversidade Étnica;
- Wru? – Conteúdo Intercultural;
- Mulheres do Mundo – Diversidade cultural, étnica e linguística;
- Nexos T1 EP8 – Diversidade cultural/multiculturalismo;
- Bem-vindo – Diversidade cultural;
- O Circo no Mundo – Diversidade cultural;
- A Fraude – Diversidade linguística;
- Pais Desesperados – Conteúdo intercultural;
- As Asas do Vento – Diversidade linguística;
- A Criança Roubada – Pluralidade das expressões e vozes;
- Festival Músicas do Mundo Sines 2017 – Pluralidade das expressões e vozes;

²⁵ Para informações mais detalhadas sobre os programas contabilizados em cada categoria ver pontos 2 e 3 do relatório da respetiva série temporal.

- Design Ah! Um Olhar sobre o Design – Diversidade étnica/linguística;
- O Livro dos Negros – Diversidade Étnica;
- Chic – Diversidade Cultural e Étnica;
- Outubro – Diversidade Linguística;
- Príncipe – Conteúdo Intercultural.



Observando a soma do tempo obtido pela categoria nas quatro séries temporais analisadas, verifica-se que apresenta a quarta maior expressão. Olhando partir do gráfico acima, é possível concluir que a primeira série temporal é aquela onde a expressão da presente categoria é maior (4 horas e 6 minutos, ou seja, 3,2%). Ainda assim, é notório que esta categoria é representada por poucos programas, havendo uma subcategoria sem expressão: “Subculturas Juvenis” (tal ausência mantém-se em todas as séries temporais consideradas). “Género e Discriminação”, por sua vez, aparece em apenas um programa: “Página 2”. Catarina Marcelino, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, foi a convidada deste programa de entrevista diário, já que havia sido divulgado um estudo que revelava a existência de diferentes tempos de trabalho para homens e mulheres, quer no emprego, quer em casa. A “Exclusão/inclusão Sociocultural” está presente em dois espaços: no filme documental sobre o Perú, “Olvido”, onde somos confrontados com a exclusão social derivada do nível de pobreza

preocupante e do elevado fosso entre ricos e pobres; mas também no filme “Terra Firme” onde vemos a tentativa de refugiados de chegar à ilha siciliana (Itália) e a forma desumana como são recebidos. A Subcategoria mais presente é, então, “Questões da Juventude”. Podemos encontra-la no filme “Olvido”, nomeadamente através da denúncia do trabalho infantil, mas igualmente na série francesa “Pais Desesperados”, onde questões do dia-a-dia são expostas de uma forma realista e atual. Está, ainda, presente no programa “Sociedade Civil” pois o tema da conversa foi a participação dos jovens na política.

A quarta série temporal tem a segunda maior representação, no que a esta categoria diz respeito: conta com um total de 2 horas e 59 minutos, correspondentes a 2,1% do tempo de emissão da série temporal. Apenas um programa é enquadrável em “Género e discriminação”, já que, em “Literatura Aqui”, é abordada a diferença entre adultério feminino e masculino, no que toca à sua gravidade e aceitação, na literatura ao longo do tempo. O mesmo acontece com as “Questões da juventude”: no programa “Consigo”, foi dado a conhecer o projeto “Deixa o bullying só” desenvolvido pela Associação Anti Bullying de Crianças e Jovens, em parceria com o músico João Só. Finalmente, “Exclusão/inclusão sociocultural” e “Discriminação” são as subcategorias mais representadas, através de vários espaços que enfatizam diferentes aspetos destas questões, importantes para a reflexão sobre os mesmos: as séries “Elsa” e “Livro dos Negros”, o programa religioso “70x7” e a série de documentários intitulada “História a História África”.

Com a terceira representação mais expressiva surge a segunda série temporal. Totalizou 2 horas e 4 minutos, equivalentes a 1,4% do tempo de emissão da mesma, uma vez que foram transmitidos apenas três programas inseridos nesta classificação, (mais) uma quota demasiado baixa para o que seria desejável em serviço público. “Questões da juventude” não tem qualquer expressão na grelha de programação, pela primeira vez. Por outro lado, apenas um programa é enquadrável em “Género e discriminação”, já que exalta a luta histórica que mulheres pioneiras travaram pela igualdade de género, destacando a vida de Beatriz Ângelo. Finalmente, “Exclusão/inclusão sociocultural” é a subcategoria mais representada, tendo havido um

debate sobre o tema e uma entrevista com voluntários de uma instituição que luta pela inclusão social.

Em quarto lugar temos, então, a terceira série temporal com um total ligeiramente inferior ao da segunda série temporal. Somou 1 hora e 52 minutos, ou seja, 1,3% do tempo de emissão. Uma vez mais, apenas um programa é enquadrável em “Género e discriminação”, já que, durante alguns minutos, é abordada a ascensão das mulheres *designers* na Suécia, entre 2000 e 2010. O mesmo acontece com as “questões da juventude”: numa série, uma das personagens é um adolescente que não se sente motivado para continuar a escola, mas que ganha dinheiro a fazer vídeos para publicar *online*. Finalmente, “Exclusão/inclusão sociocultural” é a subcategoria mais representada, tendo havido um documentário sobre a exclusão social dos homossexuais e dos portadores de VIH nos EUA, durante os anos 80, e outro em que é apresentada uma prática ancestral entre os Kuria (Quénia): o casamento entre duas mulheres. Este permite que uma mulher sem filhos (rapazes) se case com uma jovem com filhos ou com idade suficiente para ter. Tal união permite às mulheres mais velhas emanciparem-se, tornando-se chefes de família que assumem responsabilidades. Embora persista a discriminação relativamente aos direitos do sexo feminino (daí o documentário integrar-se na subcategoria “Género e discriminação”), trata-se de uma tradição que permite às mulheres escapar à violência masculina, referida pelas mesmas, e merecer prosperidade e um lugar considerado na sociedade (daí a classificação na subcategoria “Exclusão/inclusão sociocultural”), sendo uma segunda oportunidade para ter filhos do sexo masculino.

Para além dos programas já mencionados, também a programação “Infantil” contribui de forma qualitativa para a expressão desta categoria. Contudo, na terceira série temporal há três momentos ligados à subcategoria “Género e discriminação” maioritariamente pela negativa. O episódio de “Cavaleiro Ferrugem” transmitido na segunda-feira, dia 5 de junho de 2017 (às 20h11) é ambíguo uma vez que perpétua alguns estereótipos de género, enquanto supera outros: aparece um cavaleiro misterioso por quem a princesa se apaixona. Esta acredita que está perante um homem, embora a armadura não permitisse perceber se isso era verdade, o que revela o preconceito que associa o heroísmo às figuras masculinas (nestes desenhos animados

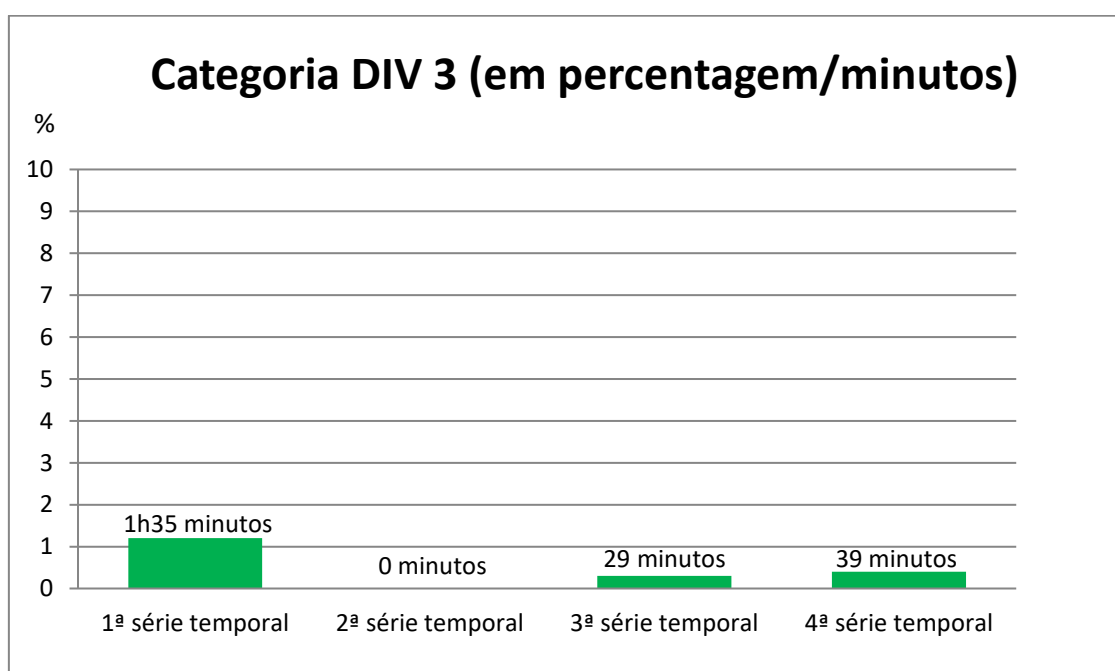
todos os cavaleiros são homens e as mulheres apenas esperam para serem salvas). No entanto, as outras personagens percebem que se trata de uma mulher que quis provar que podia ser “cavaleiro”, enquanto o cavaleiro habitual (personagem masculina) tratava das tarefas domésticas. Este é o aspeto positivo, uma vez que as crianças veem que a personagem feminina pode exercer esta função. Todavia, o aspeto negativo é o facto de a princesa não chegar a saber a verdade, continuando a acreditar que o cavaleiro era um homem. O objetivo foi evitar a decepção desta princesa egocêntrica, assim como o “escândalo”. Desta forma, o cavaleiro misterioso, noticiado como herói por ajudar quem precisava há várias semanas não foi reconhecido, a partir do momento em que foi descoberto que era uma personagem feminina. Além disso, foi-lhe pedido que deixasse de aparecer como cavaleiro misterioso para voltar a ser uma donzela (mas que podia competir em torneios). O episódio transmitido no dia de análise seguinte (terça-feira, dia 13 de junho, às 10h21) continua a exibir conteúdo discriminatório ao nível de género, sem qualquer mensagem positiva, pelo que nem sequer é contabilizado como DIV. Por fim, no episódio de “Zé e o Kantropo”, exibido no sábado (15 de julho de 2017), às 12h43, é “natural” que os homens mandem sempre e que as mulheres obedeçam. O problema reside no facto de um homem escolher fazer testes físicos para ser considerado apto para casar com a filha do chefe e esta ser obrigada a casar caso ele consiga ultrapassá-los (como se de um troféu se tratasse). A solução passou por outro homem também fazer os testes e, após ser bem-sucedido, conseguir que o chefe mudasse de ideias e não permitisse o casamento (tratava-se de um amigo que apenas queria evitar que a amiga se casasse sem querer), o que piora a mensagem do episódio.

No total foram aqui contabilizados 16 programas diferentes, com uma prevalência dos géneros televisivos magazine, entrevista, ficção e, com uma expressão um pouco menor, documentário.

3.2 Programas inseridos na categoria:

- Pais Desesperados – Questões da Juventude;
- Olvido – Questões da Juventude/Exclusão/inclusão sociocultural;
- Sociedade Civil – Questões da Juventude;
- Página 2 – Género e Discriminação;

- Terra Firme – Exclusão/inclusão Sociocultural;
- À Porta da História – Género e Discriminação;
- Caminhos – Exclusão/inclusão Sociocultural;
- CHIC – Género e discriminação;
- Os Anos 80, Mestres do Universo – Exclusão/inclusão sociocultural;
- Mulheres do Mundo – Exclusão/inclusão sociocultural/Género e discriminação;
- Elsa – Exclusão/inclusão Sociocultural;
- Literatura Aqui – Género e Discriminação;
- O Livro dos Negros – Discriminação (25 minutos);
- Consigo – Questões da Juventude/Exclusão/inclusão Sociocultural;
- 70x7 – Exclusão/inclusão Sociocultural;
- História a História África – Discriminação e Exclusão/inclusão Sociocultural.



No conjunto das quatro séries temporais, a presente categoria obteve a quinta maior expressão. O presente gráfico mostra que, à semelhança do que acontecera na categoria DIV 2, é na primeira série temporal que se verifica a percentagem mais elevada da categoria (1,2%, ou seja, 1h35 minutos). Além disso, trata-se da única série temporal em que as subcategorias “Idosos” e “Experiências de Envelhecimento” têm expressão.

“Pessoas com necessidades especiais” surge em dois momentos. O primeiro é uma breve rubrica do programa “Design PT” sobre uma designer portuguesa radicada em Londres que se dedica à joalheria medicamente prescrita, transformando simples próteses em obras de arte que os pacientes podem usar. O segundo é um episódio do programa “Corpo Clínico” dedicado a explicar as implicações da obesidade e formas de a combater, com recurso a testemunhos de quem passa ou passou pela doença. As subcategorias “Idosos” e “Experiências de Envelhecimento” estão presentes num dos episódios de “Sociedade Civil”, já que o mesmo teve como propósito tratar o tema “Viver na Terceira Idade”, sendo a questão fundamental “Como se vive em Portugal na terceira idade?”. A contrastar com a presente série temporal, temos a segunda série temporal em que a categoria não contabilizou qualquer minuto.

A segunda maior expressão da categoria verificou-se na quarta série temporal, com 39 minutos transmitidos (0,4% do tempo total da série temporal). Os únicos dois programas inseridos nesta categoria pertencem, então, à subcategoria “Pessoas com necessidades especiais”. O primeiro é o magazine “Vamos à Descoberta” que aborda o tema da dislexia e da dispraxia nas crianças, dando destaque à forma como estas podem afetar a sua aprendizagem. No fim de semana, o mesmo episódio do magazine “Consigo” é transmitido nos dois dias e duas das suas rubricas podem inserir-se nesta categoria: uma reportagem sobre o musical “A Fada Juju e a Festa dos Sentidos” protagonizado pela intérprete de língua gestual Paula Teixeira, o qual tem por objetivo a inclusão de todos os espetadores desde crianças audiovisuais a surdas; “Mais Inclusão”, onde foi apresentado o livro “Cidade Amarela”, escrito por Mónica Chaves Afonso e ilustrado por Inês Ribeiro, uma obra adaptada para daltónicos.

Desta forma, a terceira série temporal é igualmente aquela em que a presente categoria teve a terceira maior expressão: 29 minutos ou 0,3%. O único programa inserido nesta categoria pertence, uma vez mais, à subcategoria “Pessoas com necessidades especiais”, pois trata-se de um magazine que a conhecer a evolução científica que tem permitido construir próteses cada vez mais confortáveis e eficazes.

Para além dos programas já mencionados, também a programação “Infantil” contribui de forma qualitativa para a expressão desta categoria:

Primeira série temporal: a subcategoria “Pessoas com necessidades especiais” tem uma expressão considerável. Destacamos a transmissão, de segunda a sexta-feira, de “Paula”, um desenho animado em que a protagonista é uma menina com Síndrome de Down. Também o desenho animado “Bombeiro Sam” (exibido no sábado, dia 26 de junho de 2016) apresenta uma personagem que utiliza uma cadeira de rodas, estando a mesma plenamente inserida pelo que nos episódios nem é necessário mencionar esse facto. Na quinta-feira (30 de junho de 2016), a subcategoria em análise está presente em dois espaços: no episódio de “Ilha das Cores”, através do ensino do alfabeto em língua gestual portuguesa, e no episódio de “As Aventuras de Duarte, o Grande”, quando um cão que havia sido abandonado é recolhido e treinado, tornando-se no “ouvido” de uma senhora surda para a ajudar no seu dia-a-dia, nomeadamente para a alertar quando o filho a chama ou a campainha toca.

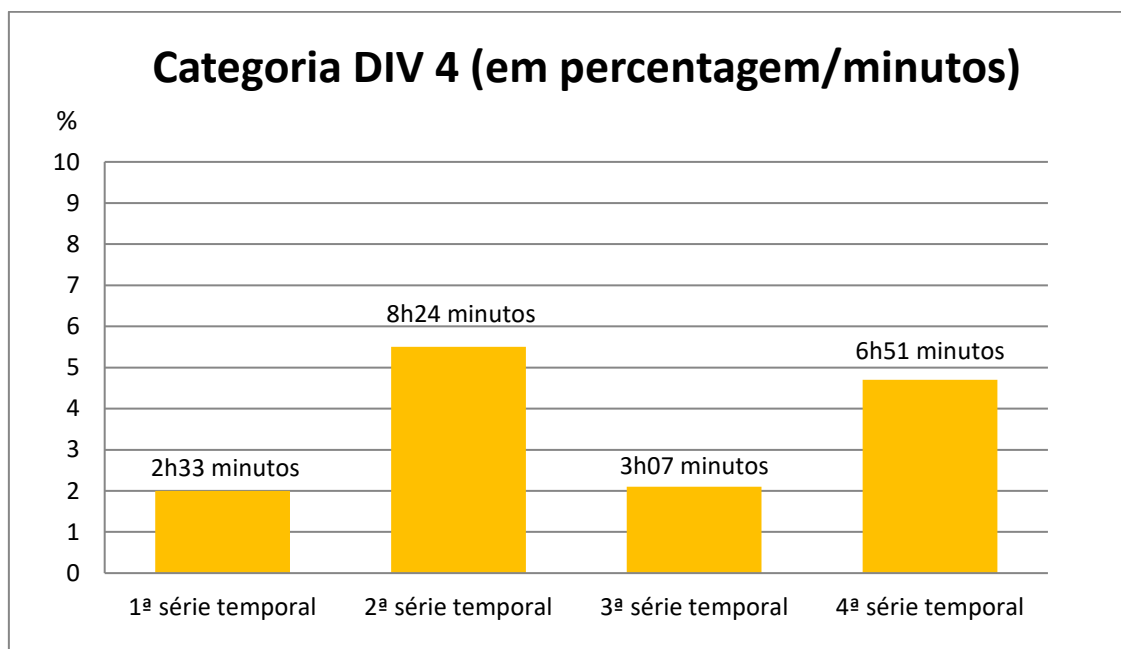
Terceira série temporal: Na quarta-feira (dia 21 de junho de 2017) destacamos, pela positiva, o episódio dos desenhos animados “Bia Cautela” (às 09h11), uma vez que entram personagens que se encontram em cadeiras de rodas (uma delas temporariamente para mostrar a dificuldade de adaptação a uma nova realidade e outra permanentemente), evidenciando os obstáculos diários que as pessoas com mobilidade reduzida enfrentam e criticando comportamentos das outras pessoas que lhes criam ainda mais dificuldades, por vezes sem ter consciência disso.

No total foram aqui contabilizados 5 programas diferentes, com uma prevalência do género televisivo magazine. Optámos, ainda, por referir e descrever o conteúdo dos programas que apresentam tradução em Língua Gestual Portuguesa no ecrã, sem contabilizar a sua duração como tempo dedicado a conteúdos DIV, uma vez que se relacionam indiretamente com a subcategoria “pessoas com necessidades especiais”. No conjunto das quatro séries temporais analisadas, apenas 97 programas, dos 1582 transmitidos (sem contar com os programas de informação diária), apresentaram intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

3.3 Programas inseridos na categoria:

- Design PT – Pessoas com necessidades especiais;
- Corpo Clínico – Pessoas com necessidades especiais;

- Sociedade Civil – Idosos/experiências de envelhecimento;
- Vamos à Descoberta – Pessoas com necessidades especiais;
- Consigo – Pessoas com necessidades especiais.



A categoria aqui analisada foi a que obteve a terceira maior expressão, no conjunto das quatro séries temporais consideradas. A partir do gráfico apresentado podemos depreender que a segunda série temporal foi a que obteve uma maior expressão no que respeita a esta categoria. Foram transmitidas 8 horas e 24 minutos de conteúdos relacionados com a mesma, equivalentes a 5,5% do tempo total de emissão da série temporal. Embora a categoria seja representada por relativamente poucos programas (alguns documentários e um magazine), há dias em que são transmitidos dois episódios ou em que são exibidos vários espaços diferentes. É de assinalar que, na esmagadora maioria dos casos, todo o tempo dos programas inseridos nesta categoria é DIV, ou seja, não se tratam de rubricas no interior de programas. Desta forma, o número de minutos no ar torna-se considerável, já que se tratam de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico, ambiental, etc.) de vários pontos do país e as tradições que se mantêm ao nível da música popular (canto e instrumental), também em diversos pontos do território nacional.

A diferença verificada relativamente às outras séries temporais é puramente quantitativa, já que a variedade temática, assim como a nível de géneros televisivos pouco se altera. A título de exemplo, enquanto na segunda série temporal foram transmitidos oito episódios do programa “Visita Guiada” e três documentários (num total de 8 horas e 24 minutos, como já foi referido), na terceira série temporal foram transmitidos cinco espaços diferentes, com a diferença de que houve menos episódios e outros com uma duração mais reduzida (para um total de 3 horas e 7 minutos, ou seja, uma expressão de 2,1%, que coloca a terceira série temporal como tendo a terceira maior representação). A segunda maior expressão verificou-se na quarta série temporal, com 6 horas e 51 minutos (4,7% do tempo total da série temporal) e a última foi registada na primeira série temporal, com 2 horas e 33 minutos (2% da grelha de programação série temporal).

É necessário, ainda, enfatizar alguns programas que se destacaram na representação da presente categoria, quer devido à sua presença constante, quer devido à relevância do seu conteúdo para a promoção de diversidade na grelha de programação da RTP2. São eles:

- Visita Guiada (todas as séries temporais). Trata-se do programa que melhor representa a categoria, além de ser o mais presente na grelha de programação, combinando as várias séries temporais. Em cada episódio leva os espectadores a um local do país, dando a conhecer património arquitetónico, artístico, cultural e/ou ambiental a ele associado.
- O Povo que ainda Canta (segunda e quarta série temporal). Neste conjunto de documentários, são mostradas várias facetas da música portuguesa através dos seus protagonistas. De Norte a Sul do país, Tiago Pereira e a sua equipa, partilham a criatividade de um povo que não quer ser esquecido.
- Guia de Portugal (terceira série temporal). Série documental que, ao longo de doze episódios, do Alto Douro ao Centro do país, faz um itinerário pela evolução paisagística e urbanística do interior de Portugal nas últimas décadas, recuperando imagens antigas e atuais das terras visitadas, alterações essas que não só moldaram a paisagem como também a mentalidade e modo de vida portugueses.

- O nosso Fado Hoje é do Mundo, Miguel Rebelo (quarta série temporal). Concerto de Miguel Rebelo no Teatro da Trindade, gravado no dia 22 de Fevereiro de 2014. Miguel Rebelo é um cantor e intérprete de grande qualidade que já recebeu prémios da Sociedade Portuguesa de Autores e da RFM. Lançou em fevereiro o seu segundo disco de fados, intitulado "O Nosso Fado é Hoje do Mundo" com o selo de "Fado Património Imaterial da Humanidade".

Para além dos programas já mencionados, também a programação “Infantil” contribui de forma qualitativa para a expressão desta categoria:

Primeira série temporal: uma rubrica do programa “Zig Zag” (dia 24 de junho de 2016) fala sobre o Museu do Teatro, em Lisboa, construído para preservar as ruínas de um antigo teatro romano.

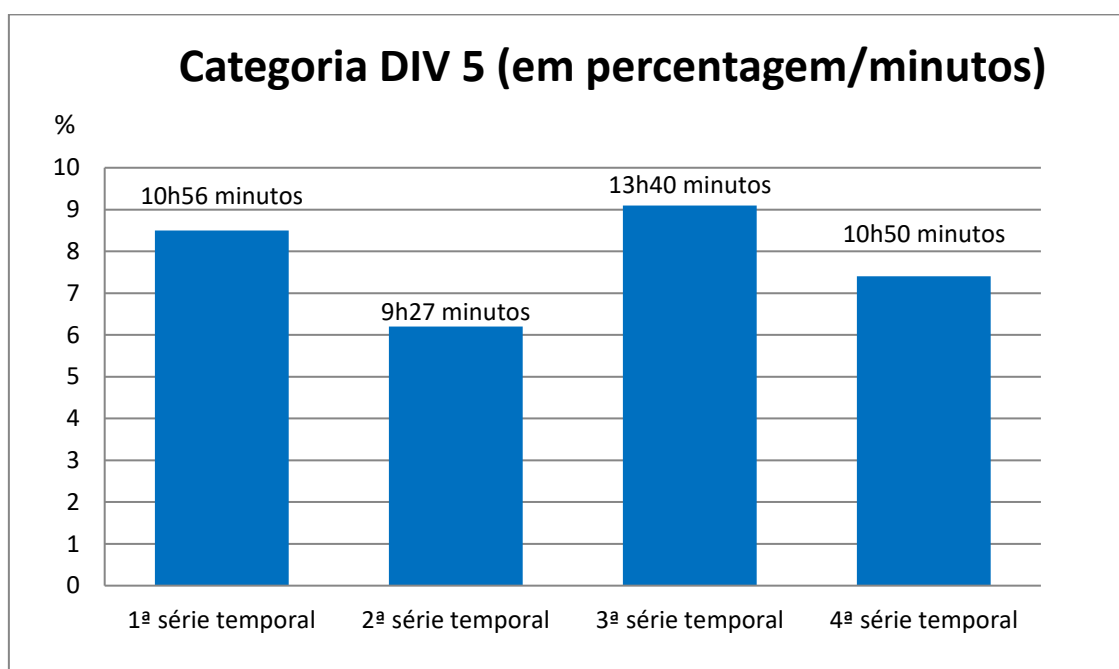
Quarta série temporal: destacamos o episódio de “Zig Zag”, transmitido na 3ª feira (12 de setembro de 2017), uma vez que na rubrica “Capitais de Distrito” deu informações sobre a cidade de Aveiro, mencionando gastronomia, tradições e património da mesma. Na 6ª feira (6 de outubro de 2017), o “Zig Zag” volta a ter conteúdos relevantes para esta categoria ao explicar a origem do hino nacional adotado com a implantação da república.

No total foram aqui contabilizados 14 programas diferentes, com uma prevalência dos géneros televisivos documentário e magazine.

3.4 Programas inseridos na categoria:

- O São João é de Braga;
- Visita Guiada;
- Página 2;
- O Povo que ainda Canta;
- Júlio Pereira e os Homens do Cavaquinho;
- O Sabor da Despedida;
- Paraíso;
- Palcos Agora;
- Guia de Portugal;

- Regresso ao Campo;
- Histórias de Mar;
- Sociedade Civil;
- Enquanto a Língua for Cantada;
- O nosso Fado Hoje é do Mundo, Miguel Rebelo.



A presente categoria foi a mais contabilizada na soma das quatro séries temporais. Para além disso, foi também a que registou uma maior abrangência de programas. Isto aconteceu, primeiro, porque na “Diversidade de géneros de programação” contabilizámos sempre o valor de cada programa na sua totalidade o que, só por si, reflete o seu grande desenvolvimento. A grande abrangência de programas deve-se ao facto de terem sido aqui inseridos todos os programas que se destacaram em género, ou conteúdo, da restante homogeneização da programação televisiva. Desta forma, uma parte considerável dos programas aqui incluídos coincide com os espaços descritos como “Outros”, aquando da descrição das grelhas de programação, atendendo aos géneros televisivos presentes. Contudo, nesta categoria incluimos, apenas, os programas que entendemos serem importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva.

A terceira série temporal foi aquela onde a expressão da categoria se apresentou mais elevada (13 horas e 40 minutos, correspondentes a 9,1% do tempo total da série temporal – percentagem mais elevada entre todas as séries temporais/categorias). Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), concertos (ópera e músicas de vários países), apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, um concurso com atividade física para crianças e jovens, entre outros. A segunda maior expressão pertenceu à primeira série temporal, com 10 horas e 56 minutos, equivalentes a 8,5% do tempo de emissão da mesma. É de assinalar que alguns programas são comuns à série temporal anteriormente descrita, enquanto outros são específicos desta série temporal: perto de metade do tempo atribuído à categoria deve-se à presença de um desporto menos habitual em televisão (Ginástica Artística Feminina e Masculina), através da transmissão em direto (no fim de semana) das finais da Taça do Mundo de Ginástica Artística. Por outro lado, é importante destacar a existência de uma série documental que se evidencia pelo conteúdo: contribui para a divulgação de investigação científica, ao apresentar teses de doutoramento (e os respetivos autores) para um público geral.

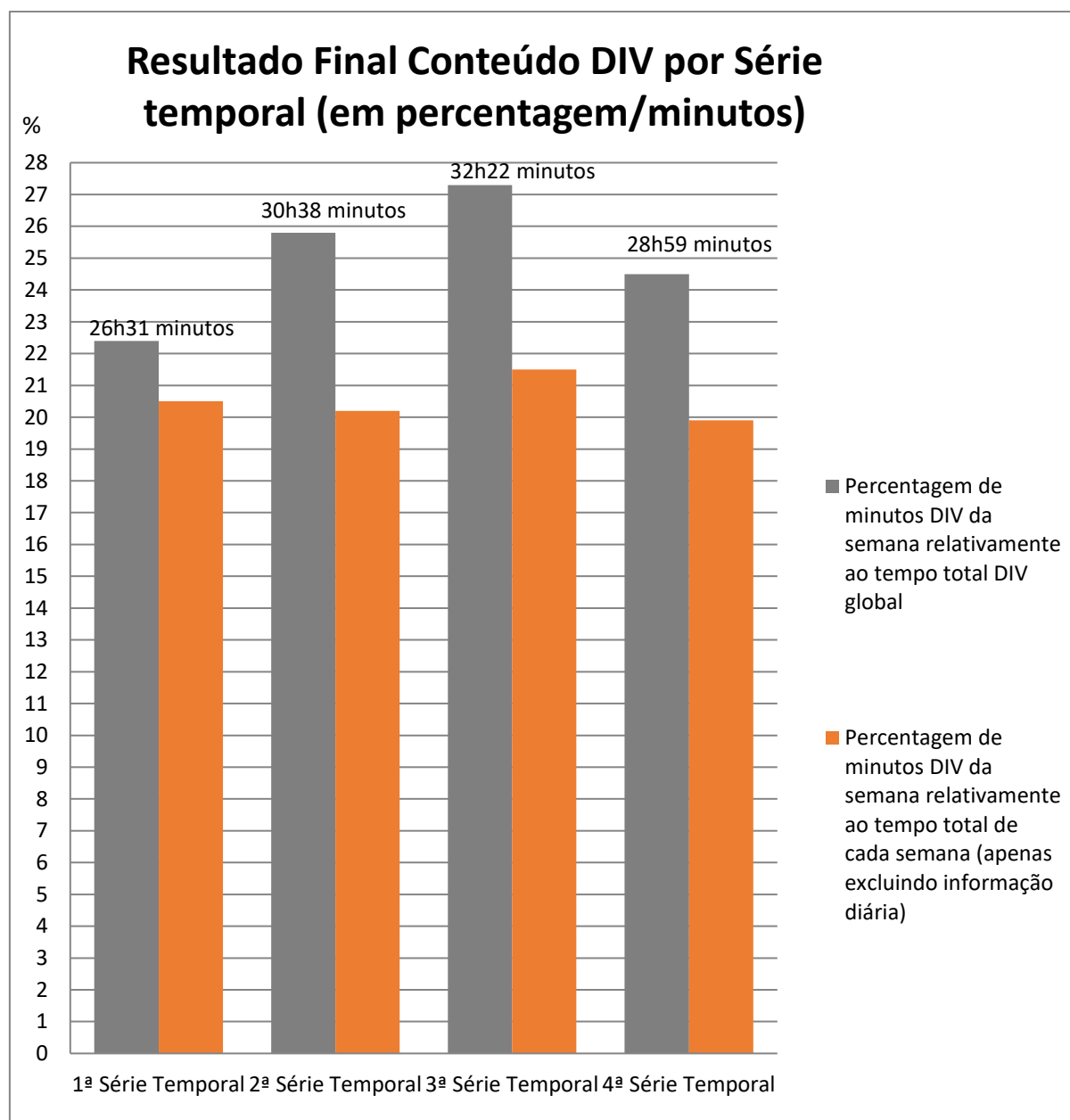
A quarta série temporal obteve a terceira maior expressão (10 horas e 50 minutos ou 7,4% do tempo de emissão da série temporal), embora tenha mais programas inseridos na categoria do que a primeira, a qual obteve 10 horas e 56 minutos com programas de maior duração. Para além de alguns programas já mencionados, é relevante enfatizar os seguintes espaços: exibição de um bailado intitulado “Pedro e Inês” e de um programa que avalia objetos em segunda mão, procurando encontrar pontos de ligação entre as histórias de famílias/vendedores que têm objetos antigos em sua posse e a História de Portugal e do Mundo. Para juntar aos destaques até aqui realizados, a segunda série temporal, com um total de 9 horas e 27 minutos (6,2% do tempo total da série temporal) – o mais baixo das quatro séries temporais – contribui com um programa: foi transmitida uma peça de teatro de Shakespeare, intitulada “Tanto Barulho para Nada”.

No total foram aqui contabilizados 26 programas diferentes, com uma prevalência dos géneros televisivos “outros”, “cultural” e magazine.

3.5 Programas inseridos na categoria:

- Taça do Mundo de Ginástica Artística 2016;
- Isto é Ópera;
- Concerto em Paris 2015;
- Voz do Cidadão;
- A Minha Tese;
- Esec-tv;
- Cinemax Curtas;
- Super Diva – Ópera para todos;
- E2 – Escola Superior de Comunicação Social;
- No Ar;
- Onde está o Tesouro;
- Pensa como um Corvo!;
- Shakespeare, 400 Anos de Espanto;
- Prémio Jovens Músicos 2016 – Concerto Vencedores de *Jazz Combo*;
- Liberdade T1 EP1;
- Descobrir a Ciência;
- Vamos à Descoberta;
- Festival ao Largo 2016;
- Jogos Reais;
- #Hashtag;
- Festival ao Largo 2017;
- Génio de Rua;
- ABC Direito;
- Qualifica - compacto;
- Bailado, Pedro e Inês;
- A Mentira da Verdade.

Relativamente a valores totais, é possível concluir que, das 576 horas e 25 minutos transmitidos nas quatro séries temporais (valor que exclui a informação diária), 118 horas e 30 minutos foram dedicados a conteúdos pertencentes a uma das cinco categorias DIV estabelecidas, o que significa que 20,6% das grelhas de programação analisadas é DIV.



A primeira barra (cinzenta) permite perceber em que medida é que cada série temporal contribuiu para o tempo total DIV registado ao fim das quatro séries temporais

(118 horas e 30 minutos). Concluímos, assim, que o conteúdo DIV registado na primeira série temporal teve um peso de 22,4% no total dos conteúdos DIV observados nas quatro séries temporais. Tal significa que, ao registar 26 horas e 31 minutos, a presente série temporal foi aquela que menos contribuiu para o tempo total dedicado a conteúdos DIV. Em sentido contrário, a série temporal que apresentou o maior peso no total de conteúdos DIV observados nas quatro séries temporais foi a terceira (27,3%), com um total de 32 horas e 22 minutos. Mantendo a ordem decrescente, a série temporal que teve a segunda maior contribuição para o total de conteúdos DIV final foi a segunda com 30 horas e 38 minutos (25,8%). Por fim, coube à quarta série temporal ter a terceira maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos nas quatro séries temporais, com um peso de 24,5%, ou seja, 28 horas e 59 minutos.

A segunda barra (laranja) tem como objetivo evidenciar a contribuição do tempo DIV de cada série temporal para o tempo total de programação dessa série temporal sem informação diária. Desta forma, observa-se que 20,5% do tempo de programação da primeira série temporal (129 horas e 8 minutos) foi ocupado por conteúdos DIV (26 horas e 31 minutos). No caso da segunda série temporal, foram transmitidas 151 horas e 31 minutos de programação, das quais 30 horas e 38 minutos foram DIV, o que se traduz numa expressão de 20,2% do tempo da série temporal. A terceira série temporal totalizou 150 horas e 9 minutos de emissão, dos quais 32 horas e 22 minutos foram DIV. Desta forma, 21,5% da grelha de programação da série temporal foi DIV. Finalmente, na quarta série temporal foram contabilizadas 145 horas e 37 minutos de programação, das quais 28 horas e 59 minutos foram DIV. Tal traduz-se numa expressão de 19,9% no total de emissão da série temporal.

Olhando para as duas barras, é possível concluir que as séries temporais que contribuem mais para o total de conteúdos DIV nem sempre coincidem com aquelas em que os conteúdos DIV contribuem mais para o tempo total de programação dessa série temporal. Tal deve-se ao peso da informação diária ser diferente nas várias séries temporais analisadas. A primeira série temporal é a que contribui menos para a totalidade dos conteúdos DIV, mas, uma vez que nessa série temporal o valor da informação diária foi muito superior ao que foi verificado nas restantes, os conteúdos DIV registados representam uma percentagem maior no tempo total da série temporal.

Assim, 26 horas e 31 minutos em 129 horas e 8 minutos (primeira série temporal) significam uma percentagem maior do que 30 horas e 38 minutos em 151 horas e 31 minutos (segunda série temporal) ou 28 horas e 59 minutos em 145 horas e 37 minutos (quarta série temporal). Por outro lado, quando calculamos o peso de cada série temporal no total de conteúdos DIV comparamos o valor de cada série temporal com um valor único (o total) de 118 horas e 30 minutos, pelo que a questão da informação diária não é tida em conta neste caso.

Por fim, conclui-se que a série temporal mais representada ao nível de contribuição para o tempo total DIV, a terceira, tem conteúdos DIV todos os dias (o mesmo acontece nas restantes), oscilando os valores obtidos entre os 12,8% do tempo de emissão da série temporal (segunda e quinta-feira, com uma média de 2 horas e 43 minutos) e os 39,3% (sábado, com 8 horas e 33 minutos), um valor que se afasta muito dos restantes, já que o segundo maior valor DIV nesta série temporal aconteceu na sexta-feira, com 27,2% (5 horas e 32 minutos). Na segunda série temporal mais representativa (a segunda série temporal), os valores obtidos oscilaram entre os 11,7%, do tempo dessa série temporal, registados no domingo (2 horas e 39 minutos), e os 26,9% registados na quarta-feira (5 horas e 40 minutos). A terceira série temporal mais representativa, ou seja, a quarta série temporal analisada, viu os seus valores DIV variarem entre os 14,2% do tempo de emissão da mesma, registados na quinta-feira (2 horas e 55 minutos), e os 30,2% registados na sexta-feira (5 horas e 55 minutos). No entanto, a maioria dos dias apresenta valores mais próximos da percentagem mínima indicada. A exceção mais importante é o segundo dia com maior valor DIV, segunda-feira, com 24,4%, ou seja, 5 horas e 6 minutos. Para finalizar, a quarta série temporal mais representativa, que corresponde à primeira série temporal analisada, foi a mais desequilibrada. Apresentou valores DIV que variaram entre os 10% da sua programação, registados na terça-feira (1 hora e 51 minutos), e os 39,1% registados no sábado (7 horas e 4 minutos). Todavia, encontramos os restantes quatro valores mais baixos entre os 13% e os 21%, enquanto o segundo maior valor é 28,6% (domingo – 4 horas e 53 minutos).

Para a presente análise foram considerados 576h25 minutos de programação (excluindo o tempo dedicado à informação diária), provenientes de quatro séries

temporais, observadas ao longo de dois anos. Deste total, concluímos que houve conteúdos DIV em 118h30 minutos (20,6%), distribuídos da seguinte forma: 38h55 minutos para a categoria DIV 1 (6,8%) – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”; 11h02 minutos para a categoria DIV 2 (1,9%) – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação”; 2h43 minutos para a categoria DIV 3 (0,5%) – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”; 20h55 minutos para a categoria DIV 4 (3,6%) – “Proteção do património e da cultura nacional/local” e 44h53 minutos para a categoria DIV 5 (7,8%) – “Diversidade de géneros de programação televisiva”. O conteúdo DIV registado na primeira série temporal teve um peso de 22,4% no total dos conteúdos DIV observados nas quatro séries temporais. Tal significa que, ao registar 26h31 minutos, a presente série temporal foi aquela que menos contribuiu para o tempo total dedicado a conteúdos DIV. Em sentido contrário, a série temporal que apresentou o maior peso no total de conteúdos DIV observados nas quatro séries temporais foi a terceira (27,3%), com um total de 32h22 minutos. Mantendo a ordem decrescente, a série temporal que teve a segunda maior contribuição para o total de conteúdos DIV final foi a segunda com 30h38 minutos (25,8%). Por fim, coube à quarta série temporal ter a terceira maior contribuição para o total de conteúdos DIV exibidos nas quatro séries temporais, com um peso de 24,5%, ou seja, 28h59 minutos.

À exceção da categoria DIV 3, que não teve qualquer representação na segunda série temporal analisada (de 31/10 a 18/12 de 2016), todas as categorias estiveram presentes nas quatro séries temporais consideradas. Podemos constatar que a categoria DIV 5 é aquela que surge mais vezes em primeiro lugar (em três séries temporais), sendo, simultaneamente, a que apresenta o valor absoluto máximo mais elevado. Tal expressão verificou-se na terceira série temporal (de 5/6 a 23/7 de 2017) com 13h40 minutos (9,1% do tempo total dessa série temporal). A única série temporal em que a referida categoria não surge em primeiro lugar é a segunda. Nesta série temporal, a categoria mais presente é a DIV 1 (nas restantes séries temporais a categoria DIV 1 é a segunda mais representada). Em sentido contrário, a categoria DIV 3 é sempre a categoria menos

presente. A categoria DIV 4 aparece em terceiro, enquanto a categoria DIV 2 surge em quarto lugar nas quatro séries temporais.

Embora a posição relativa das categorias não sofra grandes alterações nas várias séries temporais, o mesmo não se pode afirmar sobre as variações ao nível do tempo que lhes é atribuído em cada série temporal. As oscilações mais significativas ocorrem na categoria DIV 4: 2h33 minutos, na primeira série temporal (de 24 a 30 de junho de 2016); 8h24 minutos, na segunda série temporal; 3h07 minutos, na terceira série temporal; e 6h51 minutos, na quarta série temporal (de 4/9 a 22/10 de 2017). Assim, em média, seriam transmitidos 5h14 minutos por série temporal desta categoria. No entanto, cada série temporal afasta-se, também em média, cerca de 2h24 minutos deste valor. Além disso, no interior de cada série temporal há, igualmente, grandes discrepâncias entre as categorias mais e menos representadas em cada uma. A série temporal mais desequilibrada é a terceira, já que, somando os valores apresentados pelas cinco categorias, percebemos que cada categoria se afasta do valor médio de 6h28 minutos em cerca de 5h34 minutos.

Em termos qualitativos, torna-se necessário destacar algumas questões em cada categoria. Na categoria DIV 1 as subcategorias mais presentes foram “Diversidade cultural”, “Diversidade étnica” e “Pluralidade de expressões e vozes”. Tal deve-se a presença constante de diversas visões religiosas, assim como ao destaque dado (através de vários géneros como documentário, magazine e ficção) à presença de pessoas com diversas origens e culturas no ecrã, o que permite conhecer e valorizar pontos comuns e diferenças verificadas, assim como construir um pensamento crítico, uma vez que são ouvidas diferentes vozes de forma construtiva e não superficial. Outra subcategoria com alguma expressão é a “Diversidade linguística”, graças à ficção estrangeira que promove a diversidade ou tem uma qualidade considerável. No entanto, atendendo ao elevado número de séries estrangeiras transmitidas, tal valor poderia ser muito superior se as mesmas contribuíssem para a existência de diversidade cultural na programação. O programa que mais se destaca ao nível do tempo ocupado é “A Fé dos Homens”, transmitido de segunda a sexta-feira em todas as séries temporais, num total de 11h09 minutos (28,6% do tempo total da categoria).

Na categoria DIV 2 houve uma subcategoria que não teve expressão em nenhuma das quatro séries temporais analisadas: “Subculturas juvenis”. Além disso, “Questões da juventude” não teve representação apenas na segunda série temporal. As subcategorias “Género e discriminação” e “Exclusão/inclusão sociocultural” tiveram expressão nas quatro séries temporais, sendo a segunda referida a mais presente das quatro subcategorias. Tratando-se de uma expressão globalmente reduzida, é necessário assinalar a existência de filmes e séries (estrangeiros) que abordam temas relevantes para a categoria como o dia-a-dia de jovens, a chegada de refugiados a países onde não são bem-vindos, os fossos entre ricos e pobres, o trabalho infantil, discriminação étnica e dificuldades de integração na sociedade portuguesa. Também nos géneros televisivos “Documentário”, “Entrevista” e “Magazine” surgem questões relevantes: a vida e/ou conquistas de mulheres em várias partes do mundo, a participação dos jovens na política, exemplos de integração e de exclusão social, assim como um debate sobre o tema, e práticas discriminatórias do presente e do passado. Nenhum dos espaços se destaca ao nível do tempo que lhe é atribuído, já que são transmitidos poucas vezes e não aparecem em todas as séries temporais.

No que respeita à categoria DIV 3, é possível constatar que a segunda série temporal não teve qualquer conteúdo inserido na mesma. Já as subcategorias “Idosos” e “Experiências de envelhecimento” apenas têm expressão na primeira série temporal analisada, através de um episódio de “Sociedade Civil” cujo propósito foi debater a questão “Como se vive em Portugal na terceira idade?”. “Pessoas com necessidades especiais” é, então, a subcategoria mais expressiva, embora a sua presença seja também ela baixa. Está presente em três episódios de magazines (apenas um deles especificamente pensado para abordar questões relacionadas com a área – “Corpo Clínico”, enquanto o outro magazine, destinado a crianças e jovens, aborda todo o tipo de assuntos) e em três rubricas do magazine “Consigo”, cujo propósito é divulgar casos de sucesso e iniciativas ligadas à inclusão social em Portugal. Os temas tratados são: evolução de próteses (incluindo o papel da joalheria), crianças com necessidades educativas especiais, adaptação de obras literárias, tendo em vista pensar na inclusão (de surdos e daltónicos, concretamente), e sofrimento/tratamento associados à

obesidade. Devido à reduzida expressão da categoria, volta a não haver destaques ao nível do tempo atribuído a cada programa.

Passando para a DIV 4, verificamos que, embora a categoria seja representada por relativamente poucos programas (documentários, dois magazine e um concerto), há dias em que são transmitidos dois episódios ou em que são exibidos vários espaços diferentes. É de assinalar que, na esmagadora maioria dos casos, todo o tempo dos programas inseridos nesta categoria é DIV, ou seja, não se tratam de rubricas no interior de programas. Desta forma, o número de minutos no ar torna-se considerável (em média), já que se tratam de programas que cobrem bem a categoria, dando a conhecer o património (arquitetónico, artístico, ambiental, etc.) de vários pontos do país e as tradições que se mantêm ao nível da música popular (canto e instrumental) e do fado, também em diversos pontos do território nacional. O programa que mais se destaca ao nível do tempo que ocupou (e também ao nível da qualidade e diversidade apresentada) é o magazine “Visita Guiada” transmitido durante as quatro séries temporais analisadas, num total de 8h44 minutos (41,8% do tempo atribuído à categoria nas quatro séries temporais).

Na “Diversidade de géneros de programação televisiva”, correspondente à categoria DIV 5, contabilizámos sempre o valor de cada programa na sua totalidade o que contribui para o seu grande desenvolvimento. A abrangência de programas verificada deve-se ao facto de terem sido aqui inseridos todos os programas que se destacaram em género, ou conteúdo, da restante homogeneização da programação televisiva. Desta forma, uma parte considerável dos programas incluídos coincide com os espaços descritos como “Outros”, aquando da descrição dos géneros televisivos presentes nas grelhas de programação. Desse conjunto, apenas os programas que entendemos serem importantes para a existência de uma grelha de programação diversa e inclusiva são contabilizados nesta categoria. Podemos apontar, como exemplos relevantes, magazines protagonizados e produzidos por estudantes de comunicação social, programas educativos sobre ciência para um público jovem (mas também adulto), concertos (ópera e músicas de vários países), apresentação de curtas-metragens, esclarecimento de dúvidas de espetadores, um concurso com atividade física para crianças e jovens, presença de um desporto menos habitual em televisão

(Ginástica Artística Feminina e Masculina), uma série documental que promove a divulgação de ciência, um bailado, uma peça de teatro, um programa que avalia objetos em segunda mão, entre outros.

Apesar de haver desequilíbrios no que respeita à maior ou menor presença de conteúdos DIV em cada dia analisado, não houve nenhum dia que tenha registado zero conteúdos DIV. Identificamos, também, alguns padrões/tendências de distribuição dos conteúdos DIV, associados às cinco categorias, pelos vários dias das quatro séries temporais analisadas: existe uma prevalência de conteúdos ligados à categoria DIV 1 aos sábados. Inversamente, o que salta à vista relativamente à categoria DIV 4 é a total ausência de conteúdos, que nela possam ser inseridos, aos domingos. A categoria DIV 2 caracteriza-se por, em cada série temporal, ter cerca de três dias sem expressão, tendo os restantes uma expressão baixa ou média. Os dias sem expressão variam consoante a série temporal, pelo que todos os dias tiveram expressão em pelo menos uma das séries temporais. A distribuição da categoria DIV 3 é semelhante mas em menor escala: há apenas um ou dois dias onde a categoria surge representada, em cada série temporal, sendo que terça e sexta-feira não apresentaram conteúdos incluídos nesta categoria em nenhuma das séries temporais. A categoria DIV 5, por sua vez, é bastante desequilibrada na primeira série temporal, com três dias sem expressão e 87% dos programas concentrados no fim de semana. Nas restantes séries temporais, pelo contrário, há espaços relacionados com a categoria todos os dias e o equilíbrio entre o fim de semana e os dias úteis é maior.

Tecemos, ainda, algumas considerações relativamente aos horários em que foram exibidos conteúdos DIV. É possível verificar que houve conteúdos DIV em todos os horários, nas quatro séries temporais. “Tarde”, “Noite” e “Madrugada” são os horários de maior concentração de conteúdos DIV, alternando no primeiro lugar nas várias séries temporais. Durante o período da manhã, nota-se uma menor prevalência de conteúdos DIV, principalmente na primeira série temporal, em parte devido ao peso da programação infantil neste horário. A segunda tabela permite constatar algumas assimetrias na distribuição de conteúdos das várias categorias DIV pelos períodos do dia. Percebemos, assim, que o período da tarde é dominado pela categoria DIV 1, enquanto os períodos da manhã, noite e madrugada são mais ocupados por conteúdos

relacionados com a categoria DIV 5. Salta à vista, ainda, a elevada prevalência de conteúdos da categoria DIV 4 exibidos durante a madrugada, em contraste com o que acontece durante o resto do dia. O total (182) da primeira tabela é menor que o da segunda (190) porque alguns programas apresentaram conteúdos DIV de duas categorias, pelo que na contagem por categorias têm de ser considerados duas vezes.

Horário	Séries temporais	Série temporal 1	Série temporal 2	Série temporal 3	Série temporal 4	Total
Manhã (7h-13h)		1	7	9	12	29
Tarde (13h-19h30)		13	9	16	12	50
Noite (19h30-00h)		11	14	13	16	54
Madrugada (00h-7h)		6	18	13	12	49
Total		31	48	51	52	182

Horário	Categorias	DIV 1	DIV 2	DIV 3	DIV 4	DIV 5	Total
Manhã (7h-13h)		2	6	2	6	14	30
Tarde (13h-19h30)		35	6	2	4	7	54
Noite (19h30-00h)		16	6	1	5	28	56
Madrugada (00h-7h)		9	4	2	16	19	50
Total		62	22	7	31	68	190

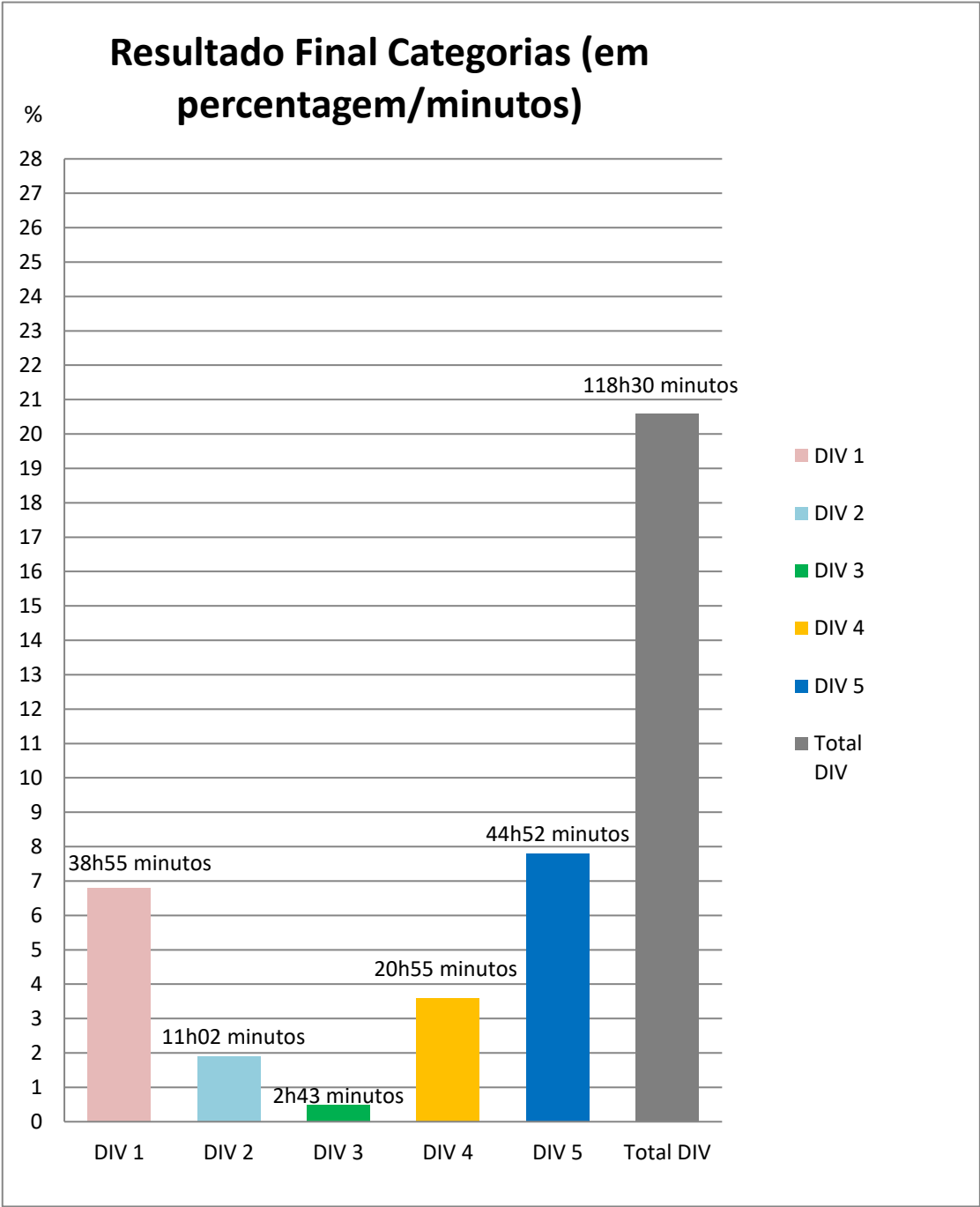
Finalmente, é necessário fazer algumas referências à programação “Infantil” que contribuiu para a presença de conteúdos DIV na grelha de programação. Com uma contribuição positiva, colaboraram, no que respeita à DIV 1, alguns episódios de “Zig Zag”, “Cleo” e “Vipo, o Cão Voador”, já que, de modo lúdico, dão a conhecer realidades de outros países. A categoria DIV 3 está presente através da subcategoria “Pessoas com

necessidades especiais”, nomeadamente devido à sensibilização para as dificuldades sentidas por pessoas com mobilidade reduzida e/ou outras deficiências, para a sua integração e para a necessidade de aprender outras formas de comunicar (inclusivas) como a língua gestual portuguesa. Os desenhos animados que incluem estas temáticas de alguma forma são: “Paula”, “Bombeiro Sam”, “Ilha das Cores”, “As Aventuras de Duarte, o Grande” e “Bia Cautela”. O programa “Zig Zag” concorre também para a presença da categoria DIV 4, ao dar a conhecer curiosidades variadas sobre lugares e tradições do território português. A categoria DIV 5 não se adequa à presença de programação infantil, pois procura géneros televisivos menos presentes na grelha de programação. Por fim, no caso da categoria DIV 2, estamos perante uma representação ambígua, com contributos negativos para a promoção de igualdade, principalmente ao nível da presença (praticamente não desconstruída) de estereótipos de género muito marcados. Os desenhos animados em que tal acontece, por vezes, são: “Cavaleiro Ferrugem” e “Zé e o Kantropo”.

4. Gráficos com a contagem final das quatro séries temporais analisadas

O gráfico seguinte é o resultado da soma de todas as categorias DIV ao longo das quatro séries temporais analisadas. Como resultado, conclui-se que a categoria DIV mais representada, somando o tempo das quatro séries temporais, é a DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva”, com um total de 44 horas e 52 minutos, ou seja, 7,8% do tempo de emissão das mesmas, sem informação diária (576 horas e 25 minutos). Tratando-se de uma categoria que foi a mais representada em três das quatro séries temporais, tendo sido segunda apenas uma vez (na segunda série temporal), é possível afirmar que a sua distribuição ao longo das séries temporais é relativamente equilibrada: com uma presença média de 11 horas e 33 minutos por série temporal, afasta-se, em média, 1 hora e 13 minutos por série temporal deste valor. Todavia, relativamente à sua distribuição no interior de cada série temporal, o cenário é bem diferente: na primeira série temporal, há três dias úteis onde a categoria não tem qualquer expressão, sendo a mesma baixa nos restantes. O que acontece é que cerca de 87% dos programas inseridos nesta categoria foram exibidos durante o fim de semana. Na segunda série temporal, mantém-se uma ligeira predominância do fim de

semana. No entanto, neste caso, todos os dias têm representação, o que torna a série temporal mais equilibrada. A terceira série temporal é semelhante, com a diferença de que os dias onde a categoria esteve mais presente foram sexta-feira e sábado. Na quarta série temporal, o padrão mantém-se com as maiores presenças a registarem-se na quarta-feira e no sábado. Assim sendo, domingo foi um dia de expressão média nestas duas séries temporais, ao contrário daquilo que se verificara nas duas primeiras.



A segunda categoria mais representada, no conjunto das quatro séries temporais analisadas, é a DIV 1 – “A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes”. Ainda assim, e não obstante o facto de ser a segunda categoria mais representada em três das quatro séries temporais (sendo mesmo primeira na segunda série temporal), a sua presença ao longo da série temporal sofre oscilações consideráveis que fazem dela a segunda categoria mais instável. Com uma expressão total de 38 horas e 55 minutos, correspondentes a 6,8% do tempo total de emissão das quatro séries temporais, e uma presença média de 9 horas e 44 minutos por série temporal, a presente categoria afasta-se do valor médio cerca de 2 horas e 14 minutos em cada série temporal. Também analisando o interior de cada série temporal é possível encontrar variações a ter em conta: na primeira série temporal, os valores foram semelhantes nos vários dias, excetuando-se, apenas, sábado que não teve qualquer espaço inserido nesta categoria. Na segunda série temporal, voltamos a ter valores de representação muito elevados durante os dias úteis, verificando-se uma presença praticamente nula (7 minutos) da categoria no fim de semana. A terceira série temporal é bastante diferente: vemos valores de representação muito elevados na sexta-feira e no sábado, enquanto os restantes dias apresentam uma expressão média ou baixa. Na quarta série temporal, é sexta-feira que se destaca como o dia em que a categoria está mais presente, enquanto no sábado, em contraste, a presença é mínima (6 minutos).

Em terceiro lugar, no que respeita à representação total, surge a categoria DIV 4 – “Proteção do Património e da Cultura Nacional/local”, que é também a mais instável em termos de expressão em cada série temporal. Apresentando um total de 20 horas e 55 minutos, ou seja, 3,6% do tempo de emissão das séries temporais analisadas, conta com uma expressão média de 5 horas e 14 minutos por série temporal, o que significa que, em média, se afasta cerca de 2 horas e 24 minutos desse valor médio para cada série temporal. Tais discrepâncias aconteceram, igualmente, no interior das várias séries temporais: na primeira série temporal, três dias ficaram com zero minutos (domingo, terça e quinta-feira), enquanto os restantes tiveram uma expressão média (sexta-feira e sábado) ou baixa (quarta-feira). Na segunda série temporal, por sua vez, temos um dia sem expressão (domingo), dois dias com expressão baixa (sexta e sábado) e os quatro

dias restantes com uma expressão mais elevada. A terceira série temporal volta a apresentar três dias sem expressão (quinta, sexta e domingo), um dia com expressão mínima (6m2s na terça-feira) e os restantes três dias com expressão média. Na quarta série temporal há dois dias sem expressão (quinta e domingo), um dia que se destaca com uma expressão mais elevada (sexta-feira) e quatro dias em que a expressão é média ou baixa. Salta à vista, portanto, que em nenhuma das quatro séries temporais a categoria teve qualquer expressão no domingo.

Em quarto lugar aparece, na ordem de representação total das categorias, a DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação”, com 11 horas e 2 minutos que correspondem a 1,9% do tempo da série temporal. É a segunda categoria com a representação mais estável ao longo das séries temporais, já que apresenta uma média de 2 horas e 46 minutos por série temporal e um desvio médio de 47 minutos por série temporal, relativamente a esse valor. No que toca à sua distribuição no interior de cada série temporal, o desequilíbrio é mais notório: na primeira série temporal verifica-se a existência de três dias onde a categoria não teve expressão (sábado, domingo e quinta-feira), de um dia onde a mesma é baixa (terça-feira) e de três dias onde a expressão foi média. A segunda série temporal é mais estável apenas porque a expressão da categoria foi muito baixa: houve quatro dias sem expressão, dois dias com uma expressão baixa e um dia com expressão média. A terceira série temporal é semelhante, com uma estabilidade ligeiramente superior: três dias sem expressão, três dias em que a expressão é baixa e um dia em que a mesma é média. Na quarta série temporal houve apenas um dia em que a categoria não esteve representada (sexta-feira) e um dia em que teve uma expressão média (domingo), tendo sido baixa nos restantes quatro dias. Assim, todos os dias (segunda-feira, etc.) tiveram conteúdos pertencentes a esta categoria, em pelo menos uma das séries temporais. Por outro lado, nenhuma das séries temporais conseguiu ter conteúdos adequados a esta categoria em todos os dias.

Em quinto lugar, temos, por fim, a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”. A presente categoria é, em simultâneo, a categoria menos presente ao longo das quatro séries temporais e a mais estável das cinco, considerando a sua distribuição pelas quatro séries temporais

analisadas. Contou, então, com 2 horas e 43 minutos, equivalentes a 0,5% da grelha de programação das mesmas. Além disso, apresentou uma média de 41 minutos por série temporal, sendo que se desviou desse valor, em média, 27 minutos em cada série temporal. Olhando para os valores de cada série temporal, concluímos que a maioria dos dias não apresentou qualquer espaço passível de ser enquadrado na presente categoria, daí haver um equilíbrio relativo no interior das várias séries temporais: na primeira série temporal foram dois os dias em que a categoria teve expressão (no sábado esta foi baixa e na quinta-feira foi média). Já na segunda série temporal, infelizmente, nenhum dos dias teve qualquer expressão, como foi referido acima. A terceira série temporal teve um dia com uma expressão baixa (quarta, com 29 minutos) e a quarta série temporal apresentou três dias com expressão (mínima no fim semana e baixa na segunda-feira). Terça e sexta-feira não apresentaram conteúdos incluídos nesta categoria em nenhuma das séries temporais analisadas.

Em síntese, o estudo realizado corresponde à observação de quatro séries temporais e dos respetivos conteúdos analisados entre junho de 2016 e outubro de 2017. No caso da RTP2 – 20,6 % do tempo total de emissão é conteúdo genérico "DIV", sendo que os principais resultados da RTP1, por categorias DIV, são, portanto, os seguintes:

- DIV 1 - Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade de expressões e vozes - 6,8%
- DIV 2 - Questões juvenis; exclusão / inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação - 1,9%
- DIV 3 - Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento - 0,5%
- DIV 4 - Proteção do património e cultura nacional / local - 3,6%
- DIV 5 - Diversidade de géneros de programação televisiva - 7,8%

7.3 Programação RTP1 e RTP2

Após a primeira análise exploratória da programação da RTP1 e RTP2 (relativa à semana de 24 a 30 de junho de 2016) num contexto metodológico de análise qualitativa de conteúdos e de *ground theory*, e apresentado o relatório descritivo referindo os programas DIV que se destacaram, com todos os elementos qualitativos e quantitativos que nos permitem uma avaliação global da presença dos conteúdos “DIV” na programação aberta do serviço público em Portugal, a sua especificidade/conteúdo, uma análise global das grelhas, referindo o tempo total de emissão DIV e a sua percentagem relativamente ao total da emissão, importa agora retirar as principais conclusões nesse primeiro contexto avaliativo.

Assim, podemos começar por concluir que, de um modo geral, se verifica na gestão que corresponde, de certa maneira, ao período de consolidação das novas dinâmicas trazidas pelo CGI – Conselho Geral Independente para a RTP (2016-18), e pela administração da RTP onde pontificava Nuno Artur Silva desde fevereiro de 2015, enquanto responsável pela programação, um claro crescimento dos conteúdos DIV tal como pudemos constatar ao longo das quatro séries temporais analisadas neste período, tendo-se atingidos patamares aceitáveis relativamente aos estudos exploratórios iniciais que fizemos, onde as percentagens obtidas eram claramente inferiores às médias finais obtidas para toda a programação analisada neste estudo.

Entre RTP1 e RTP2, retirada a programação infantil específica da RTP2, que ocupa uma parte significativa da grelha (33% do tempo total de emissão) e que nós contabilizamos como elemento específico de “diversidade de géneros na programação”, não há, por assim dizer uma diferença relevante substantiva entre o tempo de cada um dos canais abertos da RTP – RTP1 e RTP2 – no que a conteúdos “DIV” diz respeito, e no quadro da metodologia por nós apresentada. Recordamos que, em termos quantitativos, o tempo total dos conteúdos DIV na RTP1 é 16,21 % do tempo total de emissão analisada, exceptuando a informação diária. Já na RTP2, esse mesmo tempo face ao total dos conteúdos DIV da programação é de 20,6%, e para o total de programação infantil e juvenil é de 33%.

A diferença qualitativa entre ambos os canais, dada a própria especificidade legal e contratual de cada um, coloca-se a dois níveis: i) num primeiro nível, a RTP2 destaca-se claramente com a sua percentagem global de conteúdos “DIV” atingindo os 53,6% da emissão quando contabilizada a sua programação infantil e juvenil; ii) num segundo nível, a diferenciação entre ambos os canais é estabelecida a partir da análise global das grelhas de cada um, dado que a RTP2 mantém genericamente uma grelha mais homogénea e coerente procurando cumprir o que está definido no próprio contrato de concessão da RTP, como referido.

Neste último ponto, a referência à RTP1 já exige uma dimensão crítica significativa, até pelos aspetos relevantes da sua programação que podem colidir com o próprio cumprimento do serviço público de televisão. Referimo-nos sobretudo às lógicas comerciais que vão predominando na estratégia da grelha e ao tradicional mimetismo face à oferta dos operadores privados, deixando perceber que a RTP continua a ser uma estação de serviço público que nem sempre consegue assumir o seu papel claro e transparente de operador público com uma qualidade e ética de antena inequívocas. O que remete para uma espécie de esquizofrenia nunca resolvida desde os tempos em que se procedeu à liberalização da Lei de Televisão e entraram operadores privados no mercado televisivo, no início dos anos 90.

Refira-se que através da Cláusula 9.^a do Contrato de Concessão, “Primeiro Serviço de Programas Generalista de Âmbito Nacional” deve “conceder especial relevo”, por exemplo, “b) Ao entretenimento de qualidade e de expressão originária portuguesa, promotor dos valores consagrados no código de conduta e ética da Concessionária; c) À transmissão de programas de carácter cultural; e d) À sensibilização dos telespectadores para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

No ponto 2 diz-se que “a programação do primeiro serviço de programas generalista assegura a cobertura de manifestações que constituam fator de identidade ou formas de representação nacional, designadamente eventos de natureza institucional, cívica, social, cultural ou desportiva” e no ponto 3 considera-se que a programação da RTP1 “visa o grande público pelo que deve incluir programas de entretenimento dando especial relevo a formatos diferenciadores cujos padrões de criatividade, acessibilidade etária, normatividade ética e respeito pela dignidade

humana, possam assumir-se como elementos reguladores da programação da televisão generalista.”

Mesmo no plano dos conteúdos relativos à questão da diversidade, refere-se, no ponto 4 do Contrato de Concessão, que “o primeiro serviço de programas assegura a possibilidade de acompanhamento das suas emissões de carácter cultural, lúdico, formativo e informativo por pessoas com necessidades especiais, nomeadamente através do recurso à legendagem por teletexto, à interpretação por meio da língua gestual, à áudio-descrição ou a outras técnicas que se revelem adequadas, de acordo com o plano plurianual previsto no n.º 3 do artigo 34.º e na al. j) do n.º 2 do artigo 51.º da Lei da Televisão”. No ponto 7 f) do Contrato é suposto que a RTP1 tenha “espaços regulares de difusão de documentários originais, focando a realidade social, histórica, cultural, ambiental, científica ou artística portuguesa”. Mais se refere ainda no ponto 8 quando se diz que “a programação do primeiro serviço de programas generalista inclui necessariamente: a) Espaços de entretenimento que promovam a integração das gerações e grupos sociais, favoreçam o contacto entre cidadãos residentes nas diferentes regiões do território nacional e entre eles e as comunidades residentes no estrangeiro e valorizem a língua e a cultura portuguesas e a coesão nacional; b) Espaços de entretenimento com preocupação formativa que contribuam para a promoção da cultura geral e da abertura ao conhecimento; c) Espaços de entretenimento originais e criativos que estimulem a presença de novos valores na televisão portuguesa”.

Finalmente, no ponto 10, “o serviço de programas generalista de âmbito nacional dirigido ao grande público deve pelo menos incluir: a) Espaços regulares de divulgação de obras, criadores e instituições culturais portuguesas; b) Espaços regulares de exibição de obras cinematográficas portuguesas de longa-metragem; c) Espaços regulares com grandes espetáculos culturais ou artísticos, em direto ou diferido, designadamente óperas, concertos, peças teatrais, bailados ou outras artes performativas; d) Espaços regulares dedicados à música portuguesa; e) Espaços regulares de programação lúdica, formativa e educativa para o público infantojuvenil; f) Espaços regulares dedicados à promoção da cidadania, esclarecendo os telespectadores dos seus direitos e deveres de participação na vida pública, incentivando-os ao seu

exercício e cumprimento, designadamente nas áreas política, educativa, cívica ambiental e associativa.”

Ora, feito o cotejamento entre o que o contrato prescreve e as grelhas de programação, isto é, identificando designadamente i) a escassez de conteúdos enunciados na cláusula 9ª do contrato de concessão; ii) a inexistência de conteúdos de origem europeia, isto é, programas europeus não nacionais, do próprio Estado-membro, neste caso da própria RTP (Cádima, 2016), em incumprimento do espírito da lei desde a Diretiva do audiovisual de 1989 até à atual Diretiva 2010/13/UE - Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual», que obriga à presença de uma percentagem maioritária de obras europeias (Artigo 16.º - 1. Sempre que tal se revele exequível e através dos meios adequados, os Estados-Membros velarão por que os organismos de radiodifusão televisiva reservem a obras comunitárias uma percentagem maioritária do seu tempo de antena, excluindo o tempo consagrado aos noticiários, manifestações desportivas, jogos, publicidade, serviços de teletexto e televenda); iii) o abuso das chamadas de valor acrescentado em vários dos programas da emissão diária, iv) a existência de programas de tipo meramente comercial sem perfil de serviço público, como o Preço Certo, por exemplo, que ocupa há longos anos um segmento horário absolutamente estratégico, alienado pelo serviço público de televisão, verificamos, em conclusão, que o texto regulatório está mais em consonância com a prática e a especificidade da grelha de programas do “segundo serviço” (RTP2), do que com a grelha da RTP1, e que, portanto, nesta medida, nem o contrato de concessão nem a Diretiva europeia são cumpridos na sua essência, nesses pontos em particular, no principal serviço de programas da RTP.

Nos aspetos mais críticos, verifica-se um défice de programas europeus na RTP1, que segue apenas o cumprimento de quotas de programas europeus com programas nacionais contra o parecer do próprio Parlamento Europeu, como vimos. Verifica-se também, em geral, algum défice de heterogeneidade na oferta de programas em função da diversidade de géneros, designadamente na RTP1. E no domínio da programação em geral, e não somente dos informativos, é também patente, nas quatro séries temporais analisadas, um claro défice na pluralidade das vozes suportado, ou por redundâncias e por reciclagens dessa espécie de confraria de sempre no *plateau* televisivo (Lopes,

2011), ou por um pluralismo redutor (Cádima, 2009), ou mesmo por falsos contraditórios, ou, ainda, pura e simplesmente por uma habitual não assunção dos fatores da diversidade, da inclusão e do multiculturalismo na programação em geral.

Verifica-se haver categorias, nomeadamente a DIV 2 – as questões da juventude, exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis e género e discriminação – e também a DIV 3 – relativa às pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento, que surgem com baixos valores de representação em geral. Mais crítico é o facto de a subcategoria “subculturas juvenis” não ter, praticamente em nenhuma série temporal, sinais de presença. O mesmo sucede com as questões da juventude, com muito pouca relevância dada no contexto dos programas analisados nas diferentes séries temporais. E ainda uma quase omissão, ou números quase irrelevantes, nos assuntos dedicados a pessoas com necessidades especiais e idosos.

Pouco significativos pode dizer-se, também, que foram algumas outras subcategorias, como, por exemplo, a diversidade cultural, étnica e linguística ou, ainda, o conteúdo intercultural e o multiculturalismo. Claramente em destaque face ao conjunto, para além de ter registado um aumento constante de tempo de emissão ao longo das diferentes séries temporais, foi a categoria relativa à proteção do património e da cultura nacional/local, onde obtivemos efetivamente valores de presença significativos por comparação com as restantes categorias.

No caso da RTP2, as grandes diferenças relativamente à RTP1 prendem-se com um foco mais assertivo em âmbitos que conferem a este canal uma dimensão de serviço público que respeita em geral o Contrato de Concessão firmado entre a empresa e o Estado.

Um desses focos está justamente na programação infantil, integrando conteúdos com características onde as componentes formativas, educativas e lúdicas estão muito presentes na selecção dos programas emitidos.

Outro foco muito significativo prende-se com a emissão de filmes, séries e documentários de origem europeia, pelo que, aqui sim, podemos identificar um esforço claro para a RTP cumprir o espírito da lei e da directiva do audiovisual em matéria de difusão de programas de origem europeia.

Depois, podemos identificar outros aspectos que derivam da nossa análise já detalhadamente enunciada neste estudo. Em termos de categorias preponderantes, a categoria DIV mais representada é a DIV 5 – “Diversidade de Géneros de Programação Televisiva”, com 7,8% do tempo de emissão.

Também a categoria DIV 1 – “Diversidade cultural, étnica e linguística; conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade de expressões e vozes”, surge no nosso ranking com uma quota de 6,8% do tempo total de emissão analisado, o que confere à presença destas temáticas um valor importante em si mesmo e relativamente às categorias menos representadas.

Sobre as que têm menos representatividade no contexto da programação da RTP2 identificámos sobretudo estas duas: a DIV 2 – “As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação”, com o correspondente a 1,9% do tempo de emissão; e a categoria DIV 3 – “Pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento”, a categoria menos presente, com apenas 0,5% do tempo total de emissão.

7.4 RTP1 e RTP2 online: Conclusões sobre o website da RTP e os “novos serviços audiovisuais” da RTP

7.4.1 O começo e o campo do *online* na RTP

Após a análise de cerca de 20 anos de história da presença da RTP na Internet, importa fazer uma primeira avaliação, procurando interpretar de forma global aquilo que nos foi dado ver. Partimos, fundamentalmente, da *homepage* da RTP nas suas versões dominantes: <http://www.rtp.pt>, <http://www.tv1.rtp.pt> e <http://ww1.rtp.pt>, havendo ainda referências relativas, mas não contabilizadas por impossibilidade técnica, às páginas <http://www0.rtp.pt/homepage/> e <http://www1.rtp.pt/homepage/>, que se supõe afinal ser a mesma página uma vez que o Internet Archive dispõe para ambas das mesmas buscas efetuadas no mesmo período de tempo – “1239 times between [January 25, 2009](#) and [August 13, 2018](#)”, embora não dispondo dos respetivos conteúdos.

Uma primeira conclusão tem a ver com a data de arranque desta presença da RTP na Internet, sendo que para esta análise recorreremos a consultas por nós feitas aos principais arquivos da Web – o Internet Archive (<https://archive.org/>) e o Arquivo.pt (www.arquivo.pt). Uma breve nota para caracterizar estes arquivos: i) O Internet Archive é uma biblioteca digital, sem fins lucrativos, sediada em São Francisco e fundado por Brewster Kahle em 1996, tendo por missão permitir o "acesso universal a todos os conhecimentos". O Internet Archive tem hoje em arquivo mais de 20 anos de histórico da web acessível através da Wayback Machine, contendo (à data de 15 de Agosto de 2018) 335 mil milhões de páginas da web, isto para além de outros arquivos multimédia e de software, por exemplo; ii) no caso do Arquivo.pt, trata-se de uma infraestrutura portuguesa dedicada à preservação da informação publicada na Web com fins de investigação, que permite pesquisar e aceder a páginas da web arquivadas desde 1996. Nesse sentido, faz recolhas exaustivas da Web portuguesa, sendo possível a pesquisa por termo e por endereço. O Arquivo.pt é um serviço disponibilizado pela FCT/FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional.

Dizíamos, portanto, que importa desde logo saber quando tudo começou na RTP. A primeira data a reter é a da criação do domínio. Como se pode ver em DNS.PT, a associação que gere o registo de nomes de domínio .PT no âmbito da delegação efetuada pela IANA – Internet Assigned Numbers Authority, a RTP registou o seu domínio em 28 de Maio de 1993

(<https://www.dns.pt/pt/ferramentas/whois/detalhes/?site=rtp&tld=.pt>), o certo é que de acordo com os registos em ambos os arquivos acima referidos – Internet Archive e Arquivo.pt, o início da presença da RTP na Internet remontará, no entanto, a 27 de Janeiro de 1998, estando apenas visível em arquivo a *homepage* de 15 de Junho de 1998 (ver capítulo 3). Esta diferença de cinco anos entre o registo do domínio e a primeira *homepage* demonstrará certamente as dificuldades de gestão e criação de conteúdos no âmbito da tecnologia emergente.

Como referiu António Granado (2002), a RTP foi o primeiro meio de comunicação social em Portugal a fazer o registo de domínio de Internet, em 1993, como também já referimos. Ora, podemos enquadrar este primeiro facto como relevando justamente do contexto das atribuições e competências da RTP enquanto serviço público de televisão e de acordo com o Contrato de Concessão com o Estado português (2015). Granado refere que a RTP lança o *website* da RTPi em 1995, mas não conseguimos confirmar essa *homepage* nesse ano no Internet Archive. O primeiro *website* que surge da RTPi é de 10 de Janeiro de 1998, quase simultaneamente, portanto, com o próprio *website* da RTP

(<https://web.archive.org/web/19980110044709/http://rtpi.rtp.pt/>).

Um segundo aspeto tem a ver com a densidade do investimento da RTP na Internet a partir de 1998, sobretudo na sua dimensão quantitativa – número de páginas, versões, atualizações, extensivo a todo o género de conteúdos e serviços da empresa pública. Aos aspetos mais qualitativos já nos referimos em capítulos anteriores e iremos ainda referir-nos mais à frente, em síntese. Mas em relação ao quantitativo, e como termo de comparação, podemos relembrar os dados divulgados por Cunha (2017), através do sistema de pesquisa do Arquivo.pt, que identificou no período de 01/01/1996 a 31/12/2016) um total de 21148 versões de páginas principais

dos *websites* de quatro dos principais jornais portugueses – CM: 3128 versões; DN: 5568; Expresso: 4144; e o Público: 8308 versões.

Na análise por nós feita em Arquivo.pt, à data de 18 de Agosto de 2018, verifica-se existirem, para o conjunto de websites que integram a RTP (rtp.pt), mas também RTP Madeira, RTP Açores, RTP Internacional, RTP África, RTP Mobile, RTP Multimédia, RTP Museu, e ainda alguns websites específicos, um total de 3861 versões, ao que poderemos juntar toda a área de Rádio (rdp.pt), incluindo os sites da Antena1, Antena2 e Antena 3, e ainda sites da programação desta canais, perfazendo este conjunto 3940 versões. Deste modo, a RTP, nos seus principais websites por nós consultados – sendo que neste universo poderão ainda ser contabilizados alguns mais de plano secundário –, totalizará 7801 versões (1998-2016), ainda assim, menos do que as referidas por Cunha (2017) para o caso do Público, por exemplo.

Comparando agora com a SIC e o seu universo televisivo, verifica-se que esta estação privada apresenta números superiores aos da RTP em versões detetadas pelo Arquivo.pt: 7016, englobando os seguintes websites: sic.pt; sic.sapo.pt; sickapa.sapo.pt; sicnoticias.sapo.pt; sicradical.sapo.pt; sicmulher.sapo.pt; siccaras.pt, sicprogramas.sapo.pt/sicprogramas e sic.online.pt.

Por outro lado, com base na nossa pesquisa no Internet Archive relativa à RTP e agora relativamente ao conceito utilizado por este arquivo de “distinct web pages”, de cada meio de comunicação social português *online* no período de 1998-2017 (ver ANEXO 2), chegámos a um valor neste caso logicamente mais alto mais alto para os diferentes media. Para o mesmo conjunto acima referido – websites que integram a RTP (rtp.pt), mas também RTP Madeira, RTP Açores, RTP Internacional, RTP África, RTP Mobile, RTP Multimédia, RTP Museu, e ainda alguns websites específicos (neste caso sem os sites de Rádio) o valor obtido é de 1083787 páginas web distintas. Apenas como termo de comparação fizemos o levantamento das mesmas páginas relativamente ao Correio da Manhã, neste caso incluindo também páginas de classificados, suplemento Vidas, etc., e o valor obtido é de 1020168 páginas web distintas.

A primeira conclusão que podemos retirar é que o universo *online* da RTP, neste caso meramente em termos quantitativos, apesar de ser uma plataforma poderosa, apoiada por fundos públicos, não representa um domínio significativo no panorama da comunicação social em Portugal. Isto porque, quer em termos do número de versões de *homepages* contabilizadas em Arquivo.pt, quer em termos de *distinct web pages* contabilizadas no Internet Archive, a RTP surge com valores muito idênticos aos de outros meios de comunicação social portugueses online.

7.4.2 O princípio da proporcionalidade, o impacto no mercado digital e os Public Value Test

Após uma cada vez maior difusão e massificação da Internet ao longo do final dos anos 90 do século passado, no início do século XXI era claro que os sistemas públicos de média ambicionavam ter uma forte presença na Internet, e só assim consideravam poder cumprir na plenitude a sua missão. Essa não era ainda, no entanto, a identificação da questão no âmbito da Comunicação da Comissão de 2001 (JO C 320 de 15.11.2001), relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão, muito embora desde então tenham sido adotadas diversas decisões relativas ao financiamento público dos organismos de radiodifusão de serviço público.

A questão é que se estava já a assistir, nessa primeira década do novo século, ao surgimento de diversas plataformas e novas tecnologias de distribuição, como a televisão digital, a IPTV, a TV móvel, o vídeo a pedido, etc. Isto naturalmente gerou um inevitável aumento da concorrência e a entrada no mercado de diversíssimas novas ofertas no contexto do digital, convergência de serviços, empresas de Internet, operadores de rede, ofertas triple/quadruple play, combinando o serviço triple play de acesso à Internet de banda larga, televisão e telefone com wireless. Esta múltipla oferta acabou por trazer novos problemas sendo que, como referiu a CE, “a diversificação das atividades dos organismos de radiodifusão de serviço público financiadas através de recursos estatais (como conteúdo em linha, canais de interesse especial, etc.) fez com que diversos outros operadores no mercado, incluindo

empresas de edição, apresentassem denúncias.” (CE, 2009, parág. 5). Recorde-se que a Directiva de 2007, relativa aos Serviços de Comunicação Social Audiovisual, vem alterar o quadro “analógico” de radiodifusão televisiva da Directiva de 1989, e aplicar regulamentação da UE do sector do audiovisual extensível aos novos serviços, ditos, no “dialecto” da UE, “serviços audiovisuais”, por oposição à televisão tradicional, dita “serviço de comunicação social audiovisual”.

O referido texto da Comissão de 2009 (Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão) vem dar uma resposta a essa questão então emergente, ou seja, o reposicionamento dos serviços públicos de radiodifusão no contexto das novas tecnologias digitais e da Internet. Era óbvio, portanto, que também na perspetiva da CE as atribuições dos serviços públicos poderiam “refletir o desenvolvimento e diversificação das atividades na era digital e incluir serviços audiovisuais propostos em todas as plataformas de distribuição” (2009, parág. 47) desde que integrassem as necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade, de acordo com o Tratado de Amesterdão. Daí que serviços como, por exemplo, a publicidade, o comércio eletrónico, as televendas, a utilização de números de telefone de valor acrescentado no quadro de concursos, o patrocínio e as atividades de comercialização não fossem considerados suscetíveis de enquadramento no modelo de financiamento público.

A Comunicação estabelece assim, na sua secção 6.4. (Requisitos de transparência para a apreciação dos auxílios estatais), no sentido de serem evitadas distorções ou impactos de mercado ou de ser afectado o carácter universal do serviço prestado, que as novas actividades que vão para além da radiodifusão na sua acepção tradicional, devem ter “uma definição clara e exacta do conceito de atribuições de serviço público e uma separação clara e adequada entre as actividades de serviço público e as actividades de serviço não público” (parág. 60). E na secção 6.7. (Diversificação dos serviços públicos de radiodifusão), considera aceitável que o sistema público recorra aos auxílios estatais para novos serviços audiovisuais nas plataformas digitais, desde que satisfaçam as referidas necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade e não provoquem efeitos desproporcionados no mercado (parág. 80).

Neste ponto, a questão fundamental é que “os Estados-Membros devem considerar, através de um procedimento de avaliação prévia baseado numa consulta pública geral, se os novos serviços audiovisuais importantes previstos pelo organismos de radiodifusão de serviço público preenchem as condições enunciadas no Protocolo de Amesterdão, isto é, se satisfazem as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade, tomando simultaneamente em devida consideração os seus efeitos potenciais sobre as condições do comércio e a concorrência” (parág. 84), sendo que, como é referido (parág. 85), “o carácter ‘novo’ de uma atividade pode depender, entre outros aspetos, do seu conteúdo, bem como das modalidades de consumo: por exemplo, a Comissão considera que certas formas de transmissão linear, tais como a transmissão simultânea do telejornal da noite noutras plataformas (por exemplo, Internet ou aparelhos móveis) podem ser qualificadas como não sendo ‘novas’ para efeitos da presente comunicação.”

Para ser verdadeiramente objetivo e imparcial, o procedimento de avaliação prévia terá de ser efetuado por um órgão independente do organismo de serviço público de radiodifusão, sendo que deverão depois avaliar “o impacto global de um novo serviço no mercado, comparando a situação na presença e na ausência do novo serviço projetado. Na apreciação do impacto no mercado, os aspetos relevantes incluem, por exemplo, a existência de ofertas semelhantes ou substituíveis, a concorrência a nível editorial, a estrutura de mercado, a posição no mercado do organismo de radiodifusão de serviço público, o nível da concorrência e a potencial exclusão de iniciativas privadas.” (parág. 88).

Ora, nesta matéria, na Europa, diversos são os países que seguem este procedimento solicitado pela Comissão em 2009, nomeadamente através dos Public Value Test, ou tão somente através da intervenção do regulador (veja-se esta questão mais em pormenor no capítulo 2), sendo que em Portugal não há registo de nenhuma intervenção ou comunicação pública relativamente aos novos serviços audiovisuais desenvolvidos pela RTP, sobretudo desde 2009, data da Comunicação da CE, não havendo também registo de nenhuma denúncia por parte de operadores no mercado que tenham sido afetados por qualquer iniciativa do serviço público neste domínio.

7.4.3 Os “novos serviços audiovisuais” da RTP e a consolidação do *website*

Pouco após o início da atividade da RTP *online*, havia já na empresa pública uma clara consciência dos desafios do digital, aqui demonstrada quer pelas iniciativas em curso visíveis através da *homepage* da RTP, quer através dos múltiplos projetos em que a empresa estava envolvida, quer em parcerias com instituições ligadas ao arquivo de imagens, para projetos de restauro e de recuperação de filme, quer com centros de investigação na área das ciências da computação e do digital, para sistemas de arquivo e bases de dados *online*.

Se os modelos para os *websites* de jornalismo nos finais dos anos 90 se baseavam fundamentalmente no “shovelware” (Cunha, 2017), na reprodução dos mesmos conteúdos já publicados no papel sem grande elaboração gráfica suplementar, no caso da televisão podemos dizer que algo de semelhante acontecia. Não havia reprodução propriamente de conteúdos do papel, mas sim de alguns dos conteúdos difundidos através da radiodifusão televisiva ou radiofónica. Complementarmente outro tipo de informação e de acesso surgia com algum carácter inovador, como foi o caso da área Press Line ou mesmo, apesar das dificuldades técnicas iniciais, do Telejornal em Real Player, isto em pleno ano 2000, conforme a nossa análise anterior no capítulo 3. Tânia de Moraes Soares (2006) reforçava esta ideia de “shovelware” ao considerar que o modelo geral da web dos média portugueses à altura era muito “analógico”, ou sejam estava muito preso ao modelo do jornal tradicional e à sua organização assente em estruturas gráficas mais específicas para o texto escrito. E curiosamente, segundo a mesma investigadora, era entre a imprensa escrita (e não nos sites da televisão ou da rádio) que se verificavam as melhor opções e soluções web nos *websites* emergentes), o que se irá confirmar com a análise de Fernando Zamith publicada em 2008.

Assim, pouco depois, com o estudo de Zamith (2008), iremos verificar que a RTP procura de facto posicionar-se entre a melhor informação *online* que é feita em Portugal, mas, ainda assim, apesar dos financiamentos públicos, ainda vai ter dois projetos privados com melhor qualidade do que o seu, isto ao nível do aproveitamento global das potencialidades da Internet: o Público *online* era então o projecto mais

consistente, com 43% no plano das boas práticas web , seguido do *website* digital Portugal Diário (38%) e, finalmente a RTP, com 36%.

O facto é que, conforme nós próprios também acentuámos (Cádima, 2008), naquela altura, dez anos depois do arranque do *website* da RTP, não se registavam ainda dinâmicas no *website* da televisão pública que fossem, por assim dizer, substancialmente inovadoras para a altura, nem tão pouco que estivessem em sintonia com os objetivos estratégicos da Comissão Europeia para o financiamento dos serviços públicos *online*, isto é, dando relevância muito em particular aos conteúdos direcionados para as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade.

Mais tarde, na análise de Jorge Fernandes (2011), ainda que nenhum dos *website*s das três televisões portuguesas (RTP, SIC e TVI) alcançassem o nível mínimo de conformidade do World Wide Web Consortium (W3C) – o nível de conformidade A, ainda assim era o site da TVI aquele que melhor respondia aos requisitos de acessibilidade do W3C. Ainda assim, A RTP era o único operador que usava o símbolo de acessibilidade no seu *website* e também o único com informação sobre funcionalidades de acessibilidade disponíveis no site e na emissão televisiva.

Um ano depois surge a tese de Diana Bernardo (2012) e aqui, embora com uma metodologia diferente da de Jorge Fernandes, há uma mudança no quadro qualitativo dos *websites* das três televisões portuguesas generalistas (RTP, SIC e TVI). Segundo Diana Bernardo, o *website* da RTP surgia com um destaque ligeiro face às suas concorrentes diretas, uma vez que apenas a RTP ultrapassava a metade da pontuação máxima possível (100), com 58 pontos. Ainda assim, podemos considerar que a utilização das potencialidades da web estavam aquém do que seria desejável, sobretudo levando em linha de conta o site de uma televisão com financiamento público.

O modelo *shovelware* dominante do *website* da RTP desde 1998 terá uma atualização relevante em 2002 (revisão de Junho a Agosto), não tanto pela inovação no plano da usabilidade, ou pelos aspetos gráficos ou do layout, mas sobretudo pelas boas práticas web associadas fundamentalmente às questões da acessibilidade. Surgem então algumas rubricas com algum carácter inovador, como o infografismo, mas onde se notou uma mais clara afirmação das atribuições e da missão de serviço público da

empresa foi de facto na questão da Acessibilidade: doravante os cidadãos com deficiência tinham também acesso a conteúdos de multimédia e à própria programação, abrangendo Televisão, Teletexto, SMS, salas de chat, etc.

Na atualização seguinte, já em 2004, ganha relevância também, seguindo a mesma lógica de reforço da missão de serviço público, a opção por uma área de responsabilidade social – o botão “Solidariedade” direcionava então o utilizador para instituições essencialmente de apoio social, sendo dado destaque, entre muitas outras instituições de solidariedade social, à ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. A RTP online seguia aqui o princípio da solidariedade, invocando a necessidade de defender e apoiar os deficientes visuais, contribuir para a sua integração e promoção, dando inclusivamente o NIB da associação para envio de donativos para a respetiva conta. Do ponto de vista da inovação, o destaque ia nesta altura (2004) para a emergência da área Multimédia, com um *layout* mais inovador para acesso à programação e à informação; e para o Mobile onde era possível inclusive participar em programas interativos.

Entretanto, em 2007, o destaque ia para as iniciativas associadas à comemoração dos 50 anos da RTP. A empresa produzia um documento de reverência institucional, com alguma relevância do ponto de vista da cronologia, mas sem dimensão histórica crítica nem académica. De qualquer modo, tratou-se de um levantamento de dados relevantes como referimos, e vale sobretudo pela sua dimensão de arquivo, por assim dizer, encontrando-se ainda hoje (Setembro de 2018) disponível online para consulta em <https://museu.rtp.pt/livro/default.htm>, embora sem registo em Arquivo.pt. Outro aspecto institucional relevante era a inclusão dos Provedores na *homepage* do site e do maior destaque agora dado ao Conselho de Opinião. A questão da Acessibilidade ganhava também maior expressão a partir da *homepage* de Outubro de 2008. Do ponto de vista tecnológico, a novidade era fundamentalmente o Portal WAP de acesso ao mundo do Mobile, e também pela primeira vez o acesso às Redes Sociais (neste caso já também em 2008). Do lado oposto, menos institucional, sobretudo comercial, tinham vindo a ser introduzidos *frames* de PUB na *homepage*, embora não sendo possível hoje o acesso ao tipo de publicidade gerada no site, isto no registo do Arquivo.pt.

Em agosto de 2010 surgem novas atualizações procurando colocar o layout com uma dinâmica de maior usabilidade: introdução de *slider* com promoção de programas e um segundo menu direcionado sobretudo para Notícias e Desporto. Uma nova área importante é criada no menu principal, a área “Mais”, que dava acesso ao Museu e Arquivo Histórico (este com uma atualização importante já em 2014). Referência ainda para as aplicações móveis, através da área de Multimédia, com “conteúdos otimizados para o iPhone”; e depois para Android e iPad (nestes dois casos em 2011). Também neste ano surge uma das mais interessantes soluções tecnológicas da RTP – o RTP Play, que deu à RTP o Prémio Nacional Multimédia da APMP nesse mesmo ano de 2011. 2011 e 2012 são, aliás, anos importantes nas áreas das redes sociais, novas aplicações e widgets Sony, Meo e Samsung. O processo de amadurecimento da usabilidade e acessibilidade do *website* da RTP atinge uma fase de maior consolidação e estabilidade já para o final de 2013, com a atualização da *homepage* em novembro de 2013. A 7 de Março de 2016 a RTP lança aquela que viria a ser a sua atualização mais completa, que de uma forma geral se mantém ainda hoje (Setembro de 2018).

7.4.4 A questão da diversidade e da acessibilidade no *online*

Na Broadcasting Communication da Comissão Europeia, de 2009 (parág. 13), é seguida a decisão da Convenção da UNESCO de 2005, bem como a Recomendação do Conselho da Europa dirigida pelo Comité de Ministros aos Estados membros, relativa ao pluralismo e à diversidade dos conteúdos dos meios de comunicação social, adoptada em 31 de Janeiro de 2007 (CM/Rec(2007)2,) ambas no sentido de ser salvaguardado o papel do serviço público de radiodifusão na promoção da diversidade e da pluralidade das expressões culturais. Este importante enquadramento é parte integrante da legislação comunitária para o sector, que tem sugerido, em múltiplos documentos, para além do citado, que os sistemas públicos de média promovam esse princípio como objetivo estratégico legitimador da sua ação.

Integrado no presente projecto DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão, desenvolvemos também uma análise da questão específica da diversidade no *website* da RTP ao longo das diferentes séries temporais definidas para o estudo nos anos de 2016 e 2017. Foi assim feita a pesquisa em torno das grandes categorias de conteúdo extensivas a todo o estudo, que relembramos: DIV 1 - A diversidade cultural, étnica e linguística; o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes; DIV 2 - As questões da juventude; exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis; género e discriminação; DIV 3 - Pessoas com necessidades especiais, idosos, experiências de envelhecimento; DIV 4 - Proteção do património e da cultura nacional/local; DIV 5 - Diversidade de géneros de programação televisiva.

Do ponto de vista da acessibilidade, sendo a RTP um canal público, a sua avaliação geral é fraca, como vimos. Com uma pontuação que oscila entre 5.4/5.6 nas diversas avaliações que fizemos *online*, numa escala de 1 a 10, e segundo o modelo validador da FCT, em www.acessibilidade.gov.pt, a *homepage* da RTP não passa a bateria de testes do AccessMonitor de nível "A". Nos múltiplos casos analisados por nós, o nível de acessibilidade é bastante baixo, verificando-se em regra ausência de audiodescrição e de recursos de língua gestual. Foram destacados vários erros de acessibilidade, entre eles, a falta de diferenciação entre as secções de cabeçalho e de texto; falta de contextualização/propósito ao inserir uma hiperligação; barreiras de acesso à acessibilidade, por ausência de mecanismos que permitam aceder diretamente ao conteúdo principal da página; ausência de botões de envio nos formulários de interação; erros de validação na linguagem de marcação erros de programação na estrutura do website.

Em geral, verificam-se também grandes oscilações de acessibilidade de página para página, de programa para programa, e uma certa irregularidade de estrutura, de parâmetros definidores e categorias, o que conduz a uma certa desorganização na arquitetura da informação do *website*, assim como dos próprios conteúdos apresentados, se bem que a versão de 2016 tenha registado claras melhorias relativamente às imediatamente anteriores. Registo ainda para a falta de páginas

personalizadas e dedicadas a cada programa e apresentadas de forma estruturada e coerente. Na sua maioria, cada programa tem uma página genérica com informações técnicas, sucedendo que em muitos dos casos não acedemos às páginas web dos próprios programas, quando existem, mas unicamente ao arquivo do programa no RTP Play.

Outros aspetos que poderiam ser destacados: existem poucos recursos auditivos e de legendagem, nomeadamente no RTP Play, bastantes restrições ao nível de acessibilidade, falta de filtros de pesquisa e de uma arquitetura na apresentação de resultados. No âmbito da interatividade destacou-se o “5 para a Meia-noite”, pela maior possibilidade e quantidade de partilha de matérias do programa, mas em programas âncora, como “A Praça” e o “Agora Nós”, as possibilidades de interatividade são bastante mais reduzidas. Havendo alguma diversidade de conteúdos a nível digital (aplicações móveis, *widgets*, RTP Play, outros elementos interativos, etc.), a navegação no *website* necessita de contínua melhoria e aperfeiçoamento da sua usabilidade. Há assim ainda muito a fazer relativamente à estrutura e coerência global do site e aos níveis de acessibilidade para a adoção das boas práticas definidas segundo o *AccessMonitor*.

A nossa análise, especificamente em matérias de diversidade, durante as várias séries temporais ao longo de 2016/2017, levou-nos então a concluir que o valor global de conteúdos DIV é consideravelmente baixo. Contabilizaram-se, para o caso da RTP1, como referimos, 26 publicações DIV entre as quais se encontram quatro publicações no *website* da RTP (foram todas contabilizadas nas páginas exclusivas aos programas “A Praça” e “Agora Nós”), duas publicações consideradas pelo recurso à plataforma PaxVoice (disponível para o programa “Prós e Contras”) e, as restantes vinte, exclusivas do Facebook ora da RTP1, ora d’ “A Praça” e do “Agora Nós”.

Análise idêntica sucedeu com a RTP2. Neste caso, o número total de publicações *online* relacionadas com os conteúdos DIV do nosso estudo, verificou-se que são relativamente poucas as publicações no *website* da RTP2 que podemos considerar DIV. Nas três séries temporais analisadas ao longo de 2016/2017 registámos 18 publicações que aludem a tópicos inseridos nas categorias DIV definidas para o estudo, concluindo-se que a expressão DIV é baixa em valores absolutos e mesmo relativamente ao total de

publicações habitualmente realizadas no *website*, incluindo as páginas do Facebook associadas a alguns dos programas da RTP2.

Acessibilidade

Vamos agora ver mais em pormenor, através do AccessMonitor, a questão da acessibilidade do website da RTP, levando em linha de conta também os das televisões generalistas portuguesas para termo de comparação. O AccessMonitor, tal como é apresentado na respectiva página web (<http://www.acessibilidade.gov.pt/>), foi desenvolvido pela Unidade ACESSO da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia e é “uma unidade de valoração utilizada em todos os testes do validador e cujo resultado final sintetiza e quantifica o nível de acessibilidade alcançado. O índice está representado numa escala de 1 a 10, representando o valor 10 uma adopção plena da boa prática induzida pelo AccessMonitor. O índice é um indicador que se destina ao uso exclusivo dos criadores do sítio Web. Todos os testes do AccessMonitor têm a sua fundamentação nas WCAG 2.0 do W3C.” As WCAG são as Directrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (Web Content Accessibility Guidelines) do World Wide Web Consortium (W3C).

Na análise por nós feita da acessibilidade dos websites das TV's generalistas portuguesas (RTP, SIC e TVI) através deste AccessMonitor (WCAG 2.0), validador automático para as WCAG, chegámos a resultados que nos dão as atuais melhores práticas estarem a ser desenvolvidas por um operador privado e não pela RTP, no caso pela SIC. Recorde-se que no estudo de Jorge Fernandes (2011), era a TVI que tinha demonstrado deter as melhores práticas nesta matéria e o website da SIC justamente aquele que estava em último lugar neste âmbito.

Assim, na análise feita (à data de 19/08/2018) através do AccessMonitor (WCAG 2.0) foram consideradas as seguintes páginas web (“*homepage*”) da RTP, SIC e TVI, e obtidos os seguintes resultados:

Página: <http://www.rtp.pt/>. Título: **RTP**. Tamanho: 70.8 KB (72531 bytes).
Número de Elementos: 1100. Resultado: Esta página não passa a bateria de testes do AccessMonitor de nível "A". Índice AccessMonitor: **5.4**

Página: <https://sic.sapo.pt/>. Título: **SIC**. Tamanho: 89.2 KB (91372 bytes);
Número de Elementos: 867). Resultado: Esta página não passa a bateria de testes do AccessMonitor de nível "A". Índice AccessMonitor: **6.2**

Página: <http://www.tvi.iol.pt/>. Título: **TVI**. Tamanho: 90.5 KB (92706 bytes).
Número de Elementos: 843. Resultado: Esta página não passa a bateria de testes do AccessMonitor de nível "A". Índice AccessMonitor: **3,4**

Refira-se que a conversão de uma apreciação qualitativa em quantitativa (numa escala de 1 a 10) serve de base ao cálculo do índice AccessMonitor. Sendo que 2 ou 3 pontos são considerados uma “má prática” (no caso, o resultado da TVI); 4 ou 5 pontos uma “prática regular” (resultado obtido pela RTP); e 6 ou 7 pontos uma “boa prática” (resultado da SIC). “Muito boas práticas” atingem os 8 ou 9 pontos e “excelentes práticas” os 10 pontos. No caso presente, a RTP, serviço público de média, não chega a obter o resultado de uma “boa prática” pelo que este será claramente um ponto negativo na sua avaliação global em contexto de acessibilidade.

7.4.5 Análise SWOT

Para finalizarmos estas nossas conclusões específicas do *online*, faremos aqui uma breve análise SWOT, na qual pretendemos sobretudo evidenciar, em síntese e de um ponto de vista mais qualitativo, e em boa parte com relação ao que foi exposto com maior detalhe nos capítulos anteriores, os pontos fortes e os pontos menos conseguidos do *website* da RTP, as melhores soluções implementadas e mais adequadas à “missão” de serviço público, e aquelas que do nosso ponto de vista merecem uma atenção particular no sentido da melhoria global da oferta digital da RTP.

Iremos então ver nesta síntese conclusiva alguns dos pontos fortes e pontos fracos das principais soluções desenvolvidas pela RTP nas páginas web da sua plataforma online.

Como pontos fortes do site da RTP, sobretudo ao longo destes anos mais recentes, e em particular depois de 2016, quando consideramos que a *homepage* se consolida de forma mais significativa, distinguiríamos os seguintes aspetos:

- i) A questão a que damos um primeiro destaque desse mesmo processo de consolidação e afirmação da legitimação da RTP enquanto serviço público, prende-se com as matérias mais específicas da “missão” da empresa pública no plano das necessidades sociais e culturais de uma sociedade democrática: o aprofundamento e maior coesão dos temas das acessibilidades, solidariedades, e responsabilidade social; a dimensão da herança cultural projetada no *online* através da abertura ao valioso espólio do Arquivo da RTP, que, não esquecer, foi a forma como a RTP olhou a sociedade portuguesa, na ditadura e na democracia, que nos períodos de maior independência, quer nos períodos de maior manipulação política; e também o investimento e a densificação da área corporativa da RTP, presente a partir da *homepage* da sua plataforma digital, que nos parecem adequados ao cumprimento da missão.
- ii) O facto de, não tendo seguido a recomendação da Comissão Europeia relativamente à criação de estruturas de avaliação *ex-ante* dos seus projetos digitais – como, por exemplo, *public value tests*, ou outro tipo de avaliação independente menos onerosa e menos burocrática – não ter tido até à data conflitos significativos com terceiros com os quais esses mesmos projetos possam eventualmente conflitar. Mas este é, simultaneamente, um ponto menos positivo dada a não existência ainda hoje dessa entidade independente.

- iii) Abertura à inovação e à investigação. Em termos mais recentes, referimo-nos a projetos que podem ter uma consolidação muito interessante para a empresa pública e aprofundar a sua ligação ao ensino superior e aos centros de investigação da área: Academia RTP, por exemplo; o projeto Os 500 Dias do Fim do Império, desenvolvido com o Instituto de História Contemporânea (IHC); ou as *calls* de Consulta de Conteúdos Audiovisuais aos produtores independentes de audiovisual, com o objetivo de selecionar projetos a financiar através do Subprograma de Apoio à Produção Audiovisual e Multimédia do Instituto para o Cinema e o Audiovisual (ICA) (<http://media.rtp.pt/consultadeconteudos/>)

Relativamente ao que podemos considerar que está ainda em défice e às múltiplas questões que se espera que possam evoluir no processo de contínua consolidação do *website* tenderíamos a considerar o seguinte:

- i) De uma maneira geral, e com o objetivo do cumprimento inequívoco da missão de serviço público e das atribuições e competências da concessionária, a RTP *online* deve procurar ser mais assertiva relativamente às questões essenciais, que se prendem com uma mais evidente corporização das questões de cidadania nos seus conteúdos, e de satisfazer as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade. Verifica-se, por exemplo, que o Desporto, com um botão de grande destaque a para das “Notícias” – e nomeadamente o futebol – têm tido ao longo da história da RTP, e não só agora, um destaque inadequado ao cumprimento do serviço público, em prejuízo, por exemplo, desse objetivo estratégico maior que é a difusão da herança cultural portuguesa.
- ii) De igual modo se verifica uma contínua omissão na RTP *online* (tal como na televisão tradicional, muito em particular, neste caso, na RTP1, e em consequência disso) uma quase não-presença de conteúdos associados a programação cultural, ficção, séries e documentários de origem

européia, aquilo que poderíamos considerar como uma ausência da Europa na oferta de programas da RTP1 e, portanto, da RTP1 *online*. Tal facto, não é apenas específico da RTP1, mas verifica-se nos canais generalistas de maior audiência dos serviços públicos de televisão europeus em geral. E tem contribuído, a par de outras causas, para uma contínua degradação da Ideia de Europa, e para o declínio do projeto europeu, tal como temos vindo a assistir desde os anos 90 do século passado. Neste caso muito em particular, diríamos que a religitação do PSM passa pela redefinição do audiovisual público europeu e do seu recentramento nesse objetivo estratégico que é o projeto europeu, de aprofundamento de uma Europa com uma forte identidade construída na sua diversidade de vozes e culturas.

- iii) Negativa é também a publicidade, de um modo geral, para os sistemas públicos de média. O exemplo da BBC sem publicidade deveria ser o padrão europeu. Sabemos que a publicidade tem vindo a ser reduzida na televisão tradicional, por imposição legal, mas esse não é o movimento do *online*, onde está a suceder precisamente o contrário, com as consequências nefastas que todos sabemos tal facto tem para o cumprimento da missão de serviço público na área da comunicação social.
- iv) Na dimensão da usabilidade da plataforma da RTP, já foram referidas várias questões relativas a uma certa desorganização de estrutura e de áreas, sequências ou declinações sem ordem lógica, que de um modo geral não contribuem para o sucesso da experiência do utilizador. 20 anos de experiência de desenvolvimento da *homepage* da RTP já deveriam ter permitido ao serviço público dar uma maior consistência à sua página, isto sobretudo do ponto de vista do *layout*, estrutura dos menus principais e das respetivas declinações de conteúdos e áreas. A assertividade da missão de serviço público é aqui absolutamente

mandatória. Dinâmicas de forte interatividade são aqui também obrigatórias, sobretudo na área da informação e do jornalismo, por exemplo entre a redação e o público leitor.

- v) No domínio da acessibilidade, recordamos o que foi já identificado no respetivo capítulo com algum detalhe, e que nos deu como resultado que as atuais melhores práticas no plano das *webpages* das televisões generalistas portuguesas (RTP, SIC e TVI) estão a ser desenvolvidas por um operador privado (a SIC) e não pela RTP, serviço público de televisão que para tanto recebe financiamento público. E este é um aspeto também claramente negativo que importa corrigir, colocando a RTP *online* como exemplo de forte inovação e de excelentes práticas no plano da acessibilidade.
- vi) No âmbito da diversidade, veja-se, em particular, o capítulo 5, onde fazemos uma análise dos anos 2016-2017, e onde se verifica que a questão da diversidade é um tema pouco abordado pela RTP *online*, quer na RTP1 *online*, quer na RTP2 *online*, com resultados inferiores aos registados nas análises dos próprios canais de radiodifusão. Muito a fazer nesta área, portanto.
- vii) Finalmente, a questão da preservação do arquivo *web*, onde também se exige à RTP que dê o exemplo ao sistema de *media online* em geral. Embora não tenhamos aqui dados concretos, esta área merece uma investigação aprofundada que não podemos fazer no âmbito deste estudo, mas convém desde já deixar o alerta, de que se o padrão da RTP não for muito diferente do que já foi registado para os meios de comunicação social da imprensa (Cunha, 2017), então temos também um problema acrescido dado estarmos perante uma empresa pública com uma missão especial a cumprir. E volte a referir-se que, neste caso em concreto, a referência e as práticas de preservação estrita dos conteúdos não são suficientes em si mesmas, dado que o que é

importante é, para além disso, a preservação de toda a estrutura das páginas *web* da RTP.

7.5 Referências bibliográficas

Bastos, Hélder (2010). Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal. Porto: Edições Afrontamento.

BBC Trust Strategy Review (2010). 'The BBC's Strategy, Putting Quality First'. December 2010.

http://downloads.bbc.co.uk/bbctrust/assets/files/pdf/review_report_research/strategic_review/final_conclusions.pdf

Bernardo, Diana (2012). AS TELEVISÕES GENERALISTAS PORTUGUESAS ONLINE – ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS NOS SITES DA RTP, SIC E TVI. ESCS.

Broadcasting Communication (2009). Communication from the Commission on the application of State aid rules to public service broadcasting (2009/C 257/01).

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027(01)&from=EN);

versão portuguesa: Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão (2009). [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XC1027(01)&from=PT)

Bron C. M. (2010). “Financing and Supervision of Public Service Broadcasting”, in Nikoltchev S. (ed.), “Public Service Media: Money for Content”, IRIS *plus* 2010-4, European Audiovisual Observatory, Strasbourg, 2010,

<http://www.obs.coe.int/documents/205595/264589/IRIS+plus+2010en4LA.pdf/4d531a6e-ad02-4958-aeb3-2c3aabfcd1e4>.

Cádima, F. Rui. (2017). “La légitimation des médias de service public à l'ère numérique”. Actes du Colloque Internationale [Méta]morphoses numériques de la culture et des médias. Éric George et Lena Hübner (Coords.), pp. 78-87. Cahiers du Cricis. Numéro spécial 2017-1. Montréal: CRICIS/UQAM.

http://www.cricis.uqam.ca/wp-content/uploads/2017/10/Cahiers2017_VF.pdf

Cádima, F. Rui. (2016). Da TV pública europeia à "alienação" da Ideia de Europa. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 39(2), 39-47.

<https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>

Cádima, F. Rui. (2009). “Para a história do pluralismo na RTP: Análise de deliberações e estudos da AACs e da ERC”, in Actas Digitais do VI Congresso da Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8º LUSOCOM ULHT, Lisboa, 17 de Abril de 2009, pp. 312-327.

Cádima, F. Rui (2008). “Web TV local/regional em Portugal: Que alternativa à TV?”. Anuário Lusófono, pp. 99-110.

Cádima, F. Rui (2007). A Crise do Audiovisual Europeu – 20 Anos de Políticas Europeias em Análise. Lisboa: Formalpress/Media XXI, 2007.

Cádima, F. Rui (Coord.) (2000). “Acessibilidade aos Conteúdos Públicos” in As Indústrias de Conteúdos Culturais em Portugal (coord: Roberto Carneiro), Grupo Fórum, para os Ministérios da Cultura e da Economia, Lisboa.

Castro, Marta Rodríguez, e Freire, Francisco Campos (2017). La noción de valor público en las radiotelevisiones públicas europeas. Los casos de Reino Unido, Austria y Alemania. Conference Paper · June 2017. DOI: 10.23919/CISTI.2017.7976033

Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão (2015). RTP, 3 de Março de 2015. <http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

Conde, Nuno (2017). LEGITIMIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE MEDIA E RELAÇÕES DE PODER: O CASO PORTUGUÊS (2002/2014). Tese de doutoramento policopiada, UCP, Setembro de 2018.

Cunha, Diogo Silva da (2017). Transformações da presença dos jornais portugueses na web (1996-2016): Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso e Público Relatório final de um estudo de caso do projecto “Investiga XXI”. FCT/FCCN. http://sobre.arquivo.pt/wp-content/uploads/ds_cunha_fccn_2017-1.pdf

Dias, Sónia Santos (2010) intitulada WEB TV – ANÁLISE E MELHORES PRÁTICAS EM OCS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, NOVA FCSH.

Faustino, Paulo e Cádima, F. Rui. (2013). Políticas Públicas, Estado e Media. Lisboa: Media XXI.

Fernandes, Jorge (2011). Os Media Portugueses na Internet: Acessibilidade dos conteúdos Web da imprensa escrita, radiofónica e televisiva segundo as WCAG 1.0 do W3C. UMIC, Setembro de 2011. http://www.acessibilidade.gov.pt/media/media_internet.doc

Granado, António (2002). “Os media portugueses na Internet”, <http://ciberjornalismo.com/mediaportugueses.htm>

IRIS Special (2015). Online activities of public service media: remit and financing. Strasbourg: European Audiovisual Observatory

Lopes, F. (2011). “As novas celebridades dos plateaux informativos: o primado da opinião de uma elite de jornalistas”. *Comunicação & Cultura*, n.º 12, 2011, pp. 61-81

Michalis, Maria (2012). Assessing the British Public Value Test: Benefits, limitations and challenges ahead. *International Journal of Media & Cultural Politics*, Volume 8, Number 1, 23 April 2012, pp. 13-30(18).

Moe, Hallvard and Donders, Karen (Eds.) (2011). *Exporting the Public Value Test The Regulation of Public Broadcasters’ New Media Services Across Europe*. University of Gothenburg: Nordicom.

Nunes, Ricardo (2012). “Condicionantes do dispositivo mediático na formatação de conteúdos multimédia: análise do dispositivo online do Serviço Público de televisão em Portugal e Espanha”. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Departamento de Ciências da Comunicação, FCSH/NOVA.

Page, Michael Flood (2015). *The development of BBC on-demand strategy 2003-2007: the Public Value Test and the iPlayer*. PhD thesis. <http://theses.gla.ac.uk/6779/1/2015floodpagephd%20.pdf>

Raposo, Carlos (2017). *Estado e sociedade na era da internet em Portugal - acessibilidade dos sítios na web do Governo e das instituições públicas em 2015*. Tese de Mestrado em Novos Media e Práticas Web. NOVA FCSH. <http://hdl.handle.net/10362/20710>

Soares, Tânia de Moraes (2006) *Cibermedi@ - Os Meios de Comunicação Social Portugueses Online*, Escolar Editora.

Ridinger M. (2009). “The Public Service Remit and the New Media”, IRIS plus, supplement to IRIS, Legal Observations of the European Audiovisual Observatory, Issue 2009-6, Strasbourg. <http://www.obs.coe.int/documents/205595/264587/IRIS+plus+2009en4LA.pdf/3febdb44-89f8-452a-98fc-fa63067e5452>.

Steiner, George (2005). *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.

Svendson, Erik (2011). “Two Steps Towards a Public Value Test. Danish Public Service Broadcasting Between Two Lines of Control”. In Moe, Hallvard and Donders, Karen (Eds.) (2011). *Exporting the Public Value Test The Regulation of Public Broadcasters’ New Media Services Across Europe*. University of Gothenburg: Nordicom, pp 117-126.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA E DO TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE EUROPEIA (2002) (2002/C 325/01). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12002E/TXT&from=EN>

Zamith, F. (2008). Uma Proposta Metodológica para analisar o Aproveitamento das Potencialidades Ciberjornalísticas da Internet. *Observatorio (OBS*) Journal*, 2 (2), 165-191. <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/109/154>

Websites consultados:

Para além das *webpages* de uma parte significativa dos principais meios de comunicação social portugueses, foram ainda consultados, sobretudo para efeitos de investigação histórica e de avaliação de acessibilidade os seguintes sites de avaliação da acessibilidade *online* e de arquivo *web*:

AccessMonitor: <http://www.acessibilidade.gov.pt>

Internet Archive: <https://archive.org/>

Arquivo.pt: <http://arquivo.pt/>

8 Anexos

8.1 Outputs publicados no âmbito do projecto

Livros (2)

Cádima, F. Rui (2018) (Org.). Televisão Pública, *Media* e Diversidade (Col. *Ebooks* ICNOVA, 2018, no prelo)

Cádima, F. Rui (2017). O (des)controlo da Internet: sobre Pluralismo e Diversidade na Rede. Lisboa: Media XXI, 2017

Revistas Científicas (1)

Media&Jornalismo, 2017, nº 31, v. 17 nº 2. Tema: Media e Diversidade

8.1.1 Artigos científicos publicados

Capítulos de Livros (14)

Georgiou, Myria (2018). Media and diversity in changing Europe. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Bustamante, Enrique (2018). Média, Diversidade e Pluralismo. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Cádima, F. Rui (2018). Revisão do problema da Legitimação do PSM no contexto do digital. Televisão Pública e Diversidade. Colecção de *ebooks* ICNOVA (no prelo).

Cádima, F. Rui (2018) A Televisão em ambiente digital: dos anos 90 à atualidade – enquadramento teórico. Televisão Pública, *Media* e Diversidade. Colecção de *ebooks* ICNOVA (no prelo).

Bonixe, Luís (2018). “Os direitos dos animais nas notícias – as vozes e as temáticas de um debate público”. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Ascensão, Patrícia (2018): As “vozes” na informação noticiosa e o pluralismo no serviço público de televisão através da análise dos protagonistas das notícias no “Telejornal” da RTP. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Lamy, Sónia (2018): Caminhos para uma maior diversidade nos média – Ecos da sociedade civil organizada nas notícias. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Cádima, F. Rui (2018). Com Carla Baptista, Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins. MPM – Media Pluralism Monitor – Portugal 2017/18. Televisão Pública, Media e Diversidade. Colecção de ebooks ICNOVA (no prelo).

Cádima, F. Rui (2018). A TV pública portuguesa (RTP) e a sua evolução em ambiente digital (1998-2018)”. Televisão Pública, *Media* e Diversidade. Colecção *ebooks* ICNOVA (no prelo).

Lourenço, R., e Fernandes, J. (2018). Revisão e atualização do tema da diversidade no contexto dos estudos televisivos. Televisão Pública, *Media* e Diversidade. Colecção *ebooks* ICNOVA (no prelo).

Cádima, F. Rui (2017). “A Cidade Biométrica”, in Comunicação e Cidade Espetáculo. Coutinho, I., e Pereira, A. (Orgs.). São Paulo: Intercom, pp. 27-36.

Cádima, F. Rui (2017). O (des)controlo da Internet: Tracking, censura de Estado e terrorismos. In O (des)controlo da Internet: sobre Pluralismo e Diversidade na Rede. Lisboa: Media XXI, 2017

Cádima, F. Rui (2017). O (des)controlo da Internet: Bad bots, astroturfing e flogging. O (des)controlo da Internet: sobre Pluralismo e Diversidade na Rede. Lisboa: Media XXI, 2017

Cádima, F. Rui (2017). O (des)controlo da Internet: Para a história da Darknet. O (des)controlo da Internet: sobre Pluralismo e Diversidade na Rede. Lisboa: Media XXI, 2017

Artigos em revistas científicas (16)

Cádima, F. Rui (2018). A Rede na Estratégia da Aranha: “Pós-verdade”, Política e Regressão. Observatorio (OBS*) Special Issue: As Formas Contemporâneas dos Conflitos e das Apostas Digitais (aceite para publicação – revista indexada na Scopus).

Cádima, F. Rui (2018). Journalism at the crossroads of the algorithmic turn. *Media & Jornalismo*, [S.l.], v. 18, n. 32, p. 171-185, maio 2018. ISSN 2183-5462. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5683>>.

Cádima, F. Rui (2017). "Media, Diversidade e Globalização na Era Digital", Janus.Net (revista indexada na Scopus) Vol. 8, nº 2 (novembro 2017-Abril 2018), pp. 88-100. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.8.2.7>

Cádima, F. Rui (2017). "Diversidade e Serviço Público de Televisão no contexto regulatório português". Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Baptista, C., e Silva, Marisa Torres da (2017). Diversidade nos media em Portugal: enquadramento político e desafios atuais. Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Ascensão, P. (2017). Serviço Público e Regiões: Reflexões em torno da informação de âmbito regional. Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Bonixe, L. (2017). "Rádio e inclusão: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal". Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Lourenço, R., e Fernandes, J. (2017). "Media e Diversidade Cultural no contexto europeu: regulação, economia e discurso". Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Lourenço, R. (2017). "Estratégias para a diversidade em televisão: os casos dos EUA e Reino Unido". Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Pinto, A. (2017). "A Diversidade e os Media na obra de Godfrey Reggio". Media & Jornalismo nº 31, 2017.

Cádima, F. Rui (2017) "Silencio político. Medios de comunicación, pluralismo y diversidad en Europa". Revista TELOS (Cuadernos de Comunicación e Innovación), nº 106, Febrero - Mayo 2017. https://telos.fundaciontelefonica.com/DYC/TELOS/LTIMONMERO/DetalleArticulo_106TELOS_TRIBUNA2/seccion=1288&idioma=es_ES&id=2017022117530001&activo=6.do

Cádima et altri (2017). Novos usos e desafios para os Videojogos: streaming, questões de género e assédio online. Cádima, F., Dias, L., Pestana, J. & Pinto, D. Media & Jornalismo nº 31, 2017, pp. 165-176. https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_11.

Cádima, F. Rui (2017). O (des)controlo da Internet: para uma história da Dark Web", Revista Portuguesa da História da Comunicação, publicação do Grupo de Trabalho de História da Comunicação da SOPCOM. nº 0, Janeiro de 2017, pp. 96-107. <http://www.revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170204-frc.pdf>

Cádima, Francisco Rui (2016), "O Public Service Media, a RTP e os Desafios da Era Digital". Actas do II Congresso Internacional de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, sobre os Desafios dos Media de Serviço Público. Organização: Universidade de Coimbra. Nº 2 da revista Mediapolis, 2016, pp. 63-71. http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_5. <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39187/1/O%20Public%20Service%20Media%20a%20RTP%20e%20os%20desafios%20da%20era%20digital.pdf?ln=es>

Cádima, Francisco Rui. (2016). Da TV pública europeia à "alienação" da Ideia de Europa. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(2), 39-47. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>

Cádima, F. Rui (2016), "La beffa del secondo mercato" *Mondoperaio*, XVIII (5) maggio 2016, pp. 73-82. http://www.mondoperaio.net/wp-content/uploads/2016/05/cop_grande_maggio2016.jp

Artigos científicos e/ou comunicações publicadas em Atas (4)

Cádima, F. Rui, Fernandes, J., Baptista, C., Martins, L., e Silva, M. (2018). Public Service Media, Diversidade e Pluralismo. Comunicação apresentada ao X Congresso da SOPCOM - Ciências da Comunicação - Vinte Anos de Investigação em Portugal. Escola Superior de Educação de Viseu, 27 novembro 17. GT Estudos Televisivos - Mesa 1 - Televisão em Mudança. (no prelo)

Cádima, F. Rui (2017). "La légitimation des médias de service public à l'ère numérique". Actes du Colloque Internationale [Méta]morphoses numériques de la culture et des médias. UQAM, MONTRÉAL, 9 ET 10 MAI 2016.

Cádima, F. Rui, Silva, M., Martins, L., (2016). "Os media e o pluralismo em Portugal". Actas do III Simpósio OBCOM - Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura. USP - Universidade de São Paulo.

Cádima, F. R. (2016). Pluralismo e diversidade na televisão generalista: questões metodológicas no quadro dos estudos comparativos no contexto europeu. Eds: Sofia Sampaio, Filipe Reis e Gonçalo Mota. Actas do V Encontro Anual do AIM, pp. 563-572. Editor: AIM – Associação de Investigadores da Imagem em Movimento. Acessível em <http://www.aim.org.pt/atas/Atas-VEncontroAnualAIM.pdf>

8.1.2 Comunicações apresentadas em Congressos e Conferências

Comunicações agendadas 2018/19 (2):

Cádima, F. Rui (2018). "Public Service Media and Diversity in the Digital Context". Rome Sostenibilia International Seminar on Social theory for the sustainability and the digital networks. Rome-Sapienza University on 15th-17 October 2018. Org: Observatory of Social Theory for the New Media and the Sustainability - Sostenibilia (www.sostenibilia.net) founded at the Sapienza University of Rome.

Cádima, F. Rui (2019). “A TV pública portuguesa e a sua evolução em ambiente digital (1998-2018)”. XVI Congresso Internacional da AHC - Asociación de Historiadores de la Comunicación. Universidade de Santiago de Compostela, 26 e 27 de Setembro de 2019. Temática geral: "La revolución tecnológica de la Comunicación en perspectiva: historia de los nuevos medios, los nuevos medios en la historia". Painel "Historia de los nuevos medios en el escenario digital".

Comunicações apresentadas (22):

Cádima, F. Rui (2018). Com Carla Baptista, Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins. Conclusões do projecto DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Bonixe, Luís (2018). “Os direitos dos animais nas notícias – as vozes e as temáticas de um debate público”. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Ascensão, Patrícia (2018): As “vozes” na informação noticiosa e o pluralismo no serviço público de televisão através da análise dos protagonistas das notícias no “Telejornal” da RTP. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Raquel Lourenço e Joana Fernandes (2018): Televisão pública, sociedade e pluralidade de expressões culturais. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Lamy, Sónia (2018): Caminhos para uma maior diversidade nos média – Ecos da sociedade civil organizada nas notícias. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Cádima, F. Rui (2018). Com Carla Baptista, Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins. Apresentação dos resultados do MPM – Media Pluralism Monitor – Portugal 2017/18. Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, de 28 a 29 de setembro na NOVA FCSH. FCSH, 28 de Setembro de 2018.

Baptista, Carla (2018). “DIVERSITY PROGRAMMING IN THE PORTUGUESE PUBLIC TELEVISION: A LONG PATH TO RUN TOWARDS THE EUROPEAN AGENDA”. 10th International Conference THE BRIDGES OF MEDIA EDUCATION 2018. Novi Sad University, Serbia. 14th-15th September, Novi Sad.

Cádima, F. Rui (2018). “Diversidade, Pluralismo e Comunicação Social”. Com Carla Baptista, Luís Oliveira Martins e Marisa Torres Silva. Comunicação apresentada ao CIÊNCIA 2018 - Encontro com a Ciência e Tecnologia em Portugal/FCT – Painel “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. Centro de Congressos de Lisboa, 4 de julho de 2018.

Cádima, F. Rui (2018). "Património, arte e herança cultural como eixos da diversidade e do conhecimento". II International Conference TOCRIA – Tourism and Creative Industries. NOVA FCSH 1, 2 and 3 July 2018. (Orgs: ICNOVA/FCSH, CEPESE/UPorto and MEDIA XXI). 3 de Julho, NOVA FCSH.

Cádima, F. Rui (2018). "Public Service Media, Pluralism and Cultural Diversity in Portugal". Com Carla Baptista, Francisco Rui Cádima, Luís Oliveira Martins e Marisa Torres Silva. Comunicação apresentada na Conferência da International Association for Media and Communication Research - IAMCR, no painel: Public Service Media in the Hispanophone and Lusophone World. University do Oregon, Eugene, 23 de junho de 2018.

Cádima, F. Rui (2017). "Media, Diversity and Globalization in the Digital Era", comunicação apresentada na ICA ASIA REGIONAL CONFERENCE 2017 – Communications Research in Digital Age. SNDT WOMEN'S UNIVERSITY, MUMBAI, INDIA, 16 December 2017.

Cádima, F. Rui, Carla Baptista, Luís Oliveira Martins e Marisa Torres da Silva (2017). "PLURALISMO DOS MÉDIA EM PORTUGAL". Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional Pluralismo dos Média na Europa e em Portugal. Lisboa, Assembleia da República, 5 de Dezembro de 2017.

Cádima, F., Fernandes, J., Baptista, C., Martins, L., e Silva, M. (2017). "Public Service Media, Diversidade e Pluralismo". Comunicação apresentada ao X Congresso da SOPCOM - Ciências da Comunicação - Vinte Anos de Investigação em Portugal. Escola Superior de Educação de Viseu, 27 novembro 17. GT Estudos Televisivos - Mesa 1 - Televisão em Mudança.

Cádima, F. Rui, Baptista, Carla, Torres da Silva, Marisa e Martins, Martins, Luís O (2017). "Public service media, pluralism and diversity". ECREA Television Studies Section Conference Malaga University, November 15th-17th 2017.

Cádima, F. Rui, Carla Baptista, Luís Oliveira Martins e Marisa Torres da Silva (2017). "Media e Pluralismo em Portugal". Encontro CIÊNCIA'17, promovido pelo MCTES – Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (14h00, Sala B, Painel "Media, Comunicação e Cidadania"). Centro de Congressos de Lisboa, 3 de julho (antiga FIL, na Junqueira). <http://www.encontrociencia.pt/programa/detalhesprograma/?global=1>

Cádima, F. Rui, Joana Fernandes e Raquel Lourenço (2017). "Diversidade Cultural e Media". 3º Seminário "Diversidade, Educação e Cidadania - PAISAGENS, LINGUAGENS e UTOPIAS na CIDADE. Instituto de Educação – Universidade de Lisboa. 2 de Junho de 2017.

Cádima, F. Rui (2017). "Implicações sociais e políticas do 'Algorithmic turn'". In Fake-news e algoritmos: responsabilidade editorial e liberdade de expressão no mundo online. FCSH, 24 de Maio de 2017. Organização: ISOC, AEJ e Pólo FCSH/NOVA do CIC.Digital.

Cádima, F. Rui (2016). "Public television and cultural diversity in Portugal". European Screens Conference - International Conference on Film, TV Drama and the Audiovisual Industries in Europe. Organised by the HERA-funded project 'Mediating Cultural Encounters through European Screens' (MeCETES). Universidade de York, UK. 5 September 2016.

Cádima, F. Rui e Oliveira Martins, Luís (2016). "Monitoring Media Pluralism and Cultural Diversity in Portuguese Public TV – Contexts and Methods"; IAMCR 2016 Conference Public Service Media Policies Working Group. Leicester, UK, 27-31 July 2016.

Cádima, F. Rui (2016). "Public policies and the remit of Public Service Media (PSM)", Ibero-American Session One - Ibero-American Media Markets Dynamics 1 da Pre-Conference da Annual Conference of the European Media Management Association (EMMA) June 2, 2016. Faculty of Arts (FLUP), Porto University, Portugal.

Cádima, F. Rui (2016). "A Regulação dos Media nos Países de Língua Portuguesa e Espaço Ibero-Americano", F. Rui Cádima, na qualidade de comentador da Conferência de abertura de Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social, Carlos Magno. Pre-Conference da Annual Conference of the European Media Management Association (EMMA) June 2, 2016. Faculty of Arts (FLUP), Porto University, Portugal.

Cádima, F. Rui (2016). "La légitimation des médias de service public en Europe à l'ère numérique". 84e Congrès de l'Acfas – Association francophone pour le savoir-Acfas; Cidade do evento: Montréal / UQAM - Université du Québec à Montréal. Data: 10 de Maio de 2016.

8.1.3 Outros outputs

Teses de Doutoramento

Patrícia Alexandra Correia Ascensão (2017). "Olhares sobre Portugal nos media: estudo sobre a informação de âmbito regional no serviço público nacional de rádio e televisão", projecto inscrito no curso de doutoramento em Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Refª de bolsa FCT: SFRH/BD/117153/2016. Orientador: F. Rui Cádima. Trabalho final do curso de doutoramento defendido em 2017. Em curso.

Alexandra Lima Gonçalves Pinto (2017). Cinema, Consciência e Metamorfose: A Obra Audiovisual de Godfrey Reggio e o Papel da Tecnologia e dos Media no Mundo Contemporâneo. Projecto de Investigação - Curso do Doutoramento

em Ciências da Comunicação (Cinema e Televisão). Orientador: F. Rui Cádima. Trabalho final do curso de doutoramento defendido em 2017.

Tese de Mestrado

Joana Filipa Gomes Videira (2017). A importância da transmissão de Cultura para o Serviço Público de Televisão. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Comunicação - Cinema e Televisão – FCSH/NOVA. Orientador: F. Rui Cádima. Concluída.

João André Fernandes (2018). Tese de Mestrado em Novos Media e Práticas Web: Televisão pública e diversidade em ambiente digital. Orientador: F. Rui Cádima. Em curso.

Raquel Lourenço (2018). Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, área de Estudo dos Media e do Jornalismo: Jornalismo, diversidade e comunicação de ciência. Em projeto.

Outros artigos científicos (3)

(publicados na Media & Jornalismo nº 31 – Vol. 17, nº 2 (Tema: Media e Diversidade. Coordenação da edição: F. Rui Cádima e Marisa Torres da Silva):

Empinotti, M. (2017). Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados em Público através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen, pp. 95-116

Marques, S. (2017). “Espelho meu, espelho meu, haverá alguém mais belo do que eu?” - Representações mediáticas da ‘raça’”, pp. 117-130

Del Vecchio-Lima, M., e Souza, H. (2017). Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro, pp. 131-152

Relatórios (4)

Cádima, F., Martins, L., e Neves, R. (2018). “Retrasos y asimetrías en el desarrollo de las TIC: para una sociedad del conocimiento iberoamericana sostenible, plural e inclusiva”. In Informe sobre El Estado de la Cultura en España y el Espacio Cultural Iberoamericano (Coord: Enrique Bustamante), pp. 75-86. Observatorio de Cultura y

Comunicación. FUNDACIÓN ALTERNATIVAS: Madrid 2018.

http://www.fundacionalalternativas.org/public/storage/publicaciones_archivos/b5486a66778ecb59cfd0e6f2fba931fb.pdf

Cádima, F. Rui et al. (2018). Media Pluralism Monitor 2017: Monitoring Risks for Media Pluralism in the EU and Beyond. Country report: Portugal. ICNOVA and The Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF). Florence: EUI/CMPF.

Cádima, F. Rui et al. (2017). Media Pluralism Monitor 2016: Monitoring Risks for Media Pluralism in the EU and Beyond. Country report: Portugal. ISBN:978-92-9084-500-3; doi:10.2870/357290. The Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF). Florence: EUI/CMPF.

http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/46808/Portugal_EN.pdf?sequence=1

Cádima, F. Rui et al. (2016). Media Pluralism Monitor 2015: Monitoring Risks for Media Pluralism in the EU and Beyond. Country report: Portugal.

Conferências organizadas e co-organizadas (3):

Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, 28 e 29 de setembro de 2018 na NOVA FCSH. Organização: CIC.Digital Pólo FCSH/ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA FCSH.

Colóquio Internacional Pluralismo dos Média na Europa e em Portugal. Lisboa, Assembleia da República, 5 de Dezembro de 2017. Organização: CIC.Digital Pólo FCSH/ICNOVA e Assembleia da República.

Seminário sobre “Fake-news e algoritmos: responsabilidade editorial e liberdade de expressão no mundo on-line”. FCSH, 24 de Maio de 2017. Organização: ISOC, AECJ e Pólo FCSH/NOVA do CIC.Digital.

E ainda (protótipo/modelo laboratorial):

Observatório da Diversidade e do Pluralismo

Integrado no GI Media e Jornalismo do ICNOVA, este observatório congrega neste momento dois projetos de investigação, um, que é este mesmo que aqui se apresenta em fase de conclusão (DIVinTV) e outro (MPM – Media Pluralism Monitor), em curso desde 2015, integrado no grupo de investigação Media e do Jornalismo. É objetivo deste modelo de laboratório/observatório dar continuidade futura à investigação realizada até agora no âmbito destes dois projetos e alargar o domínio de intervenção nesta área específica com novas parcerias, quer académicas, quer com a comunidade em geral, bem como apostar noutros projetos de investigação competitivos na área, quer no plano nacional, quer internacional.

Coordenador do observatório: Francisco Rui Cádima